



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1951 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1951

página original em branco

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

	Págs.	Págs.
N.º 1, Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 2 de fevereiro de 1951		
Lei n.º 1.306 — <i>Fazenda</i> — De 2 de janeiro de 1951 — Concede pensão especial de Cr\$ 524,00 mensais a Agostinha Gomes Pereira, viúva do ex-operário de armamento, classe F, Wenceslau de Souza Pereira. Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951	8	
Lei n.º 1.307 — <i>Aeronáutica</i> — De 10 de janeiro de 1951 — Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo da F. A. E. de Oficiais da Reserva de segunda classe da Aeronáutica. Pub. do D.O. de 10-1-51 .	8	
Lei n.º 1.308 — <i>Aeronáutica</i> — De 10 de janeiro de 1951 — Estende aos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, quando invalidados ou mortos, em virtude de acidente de aviação, as vantagens concedidas aos militares da Aeronáutica pelos Decretos-leis números 3.269, de 14 de maio de 1941, e 6.239, de 3 de fevereiro de 1944. Publicado no D. O. de 15-1-51	9	
		Lei n.º 1.309 — <i>Fazenda</i> — <i>Educação</i> — De 13 de janeiro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União à Faculdade de Medicina de Alagoas. Pub. no D.O. de 18-1-1951
		9
		Lei n.º 1.310 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — De 15 de janeiro de 1951 — Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de janeiro de 1951
		10
		Lei n.º 1.311 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — De 15 de janeiro de 1951 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.725.982,00 destinado a custear as despesas com a manutenção da Faculdade de Direito de Alagoas, de maio a dezembro de 1950. Publicado no D.O. de 17-1-1951
		19
		Lei n.º 1.312 — <i>Fazenda</i> — De 15 de janeiro de 1951 — Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser con-
	9	

	Págs.		Págs.
traído pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações da Usina de Volta Redonda. Pub. no D.O. de 17-1-1951	19	va de sargento, falecido em consequência de acidente em serviço militar. Publicado no D.O. de 25-1-1951	78
Lei n.º 1.313 — <i>Justiça — Fazenda</i> — De 17 de janeiro de 1951 — Dispõe sobre cargos da Secretaria da Presidência da República. Pub. no D.O. de 17-1-51	20	Lei n.º 1.320 — <i>Educação — Fazenda</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial, para pagamento de gratificação, de magistério. Publicado no D.O. de 25-1-1951	78
Lei n.º 1.314 — <i>Educação — Fazenda</i> — De 17 de janeiro de 1951 — Regulamenta o exercício profissional dos Cirurgiões Dentistas. Pub. no D.O. de 18-1-1951	20	Lei n.º 1.321 — <i>Justiça</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Considera de utilidade pública a Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 25-1-1951	79
Lei n.º 1.315 — <i>Fazenda</i> — De 18 de janeiro de 1951 — Manda contar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado pelo Ministro do Tribunal de Contas Francisco José de Oliveira Viana. Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1951	23	Lei n.º 1.322 — <i>Justiça</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Reconhece de utilidade pública a Associação dos Sargentos do 11.º Regimento de Infantaria. Publicada no D.O. de 25 de janeiro de 1951	79
Lei n.º 1.316 — <i>Marinha — Guerra — Fazenda — Aeronáutica</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Pub. no D.O. de 23 de janeiro de 1951	23	Lei n.º 1.323 — <i>Guerra — Fazenda</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a proceder à retificação do decreto de reforma do Capitão da Arma de Engenharia, Gelício de Almeida Passos. Publicado no D.O. de 25 de janeiro de 1951	79
Lei n.º 1.317 — <i>Fazenda</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00 para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 25 de janeiro de 1951	78	Lei n.º 1.324 — <i>Viação — Fazenda</i> — De 22 de janeiro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para conclusão do trecho rodoviário Itaperuna-Murial. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1951	80
Lei n.º 1.318 — <i>Viação</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Abre o crédito especial de Cr\$ 45.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 25 de janeiro de 1951 ...	78	Lei n.º 1.325 — <i>Fazenda</i> — De 23 de janeiro de 1951 — Dispõe sobre a carreira de Fiscal Aduaneiro dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1951	80
Lei n.º 1.319 — <i>Fazenda</i> — De 20 de janeiro de 1951 — Concede pensão especial a viú-			

	Págs.		Págs.
Lei n.º 1.326 — <i>Aeronáutica</i> — De 24 de janeiro de 1951 — Organiza o Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica. Pub. no D.O. de 25 de janeiro de 1951	82	de Cr\$ 1.950.806,40, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 1-2-1951	85
Lei n.º 1.327 — <i>Fazenda</i> — De 24 de janeiro de 1951 — Autoriza o Governo a mandar erigir um monumento à memória de Simão Bolívar. Publicado no D.O. de 25-1-51 ..	82	Lei n.º 1.333 — <i>Justiça</i> — De 28 de janeiro de 1951 — Considera de utilidade pública a Academia Brasileira de Odontologia. Publicado no D.O. de 1 de fevereiro de 1951	86
Lei n.º 1.328 — <i>Justiça</i> — De 24 de janeiro de 1951 — Considera de utilidade pública a Associação Riograndense de Imprensa, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 25 de janeiro de 1951	82	Lei n.º 1.334 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda-Agricultura</i> — De 28 de janeiro de 1951 — Fixa os prêmios concedidos pelo Governo Federal a particulares e a entidades de direito público para a construção de açudes em cooperação. Publicado no D.O. de 1-2-1951	87
Lei n.º 1.329 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — De 25 de janeiro de 1951 — Cria a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências. Pub. no D.O. de 25 de janeiro de 1951	82	Lei n.º 1.335 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — De 28 de janeiro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 1-2-1951 ...	88
Lei n.º 1.330 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — De 27 de janeiro de 1951 — Concede vantagens aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, aposentados antes do Decreto-lei n.º 8.833, de 24 de janeiro de 1946. Publicado no D.O. de 27-1-51 ..	85	Lei n.º 1.336 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — De 28 de janeiro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 1 de fevereiro de 1951	88
Lei n.º 1.331 — <i>Fazenda</i> — De 28 de janeiro de 1951 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial, para pagamento ao Ministro do Superior Tribunal Militar, Coriolano de Araújo Góes Filho. Pub. no D.O. de 1 de fevereiro de 1951	85	Lei n.º 1.337 — <i>Justiça</i> — De 29 de janeiro de 1951 — Cria o Quadro da Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Pub. no D.O. de 1 de fevereiro de 1951	88
Lei n.º 1.332 — <i>Fazenda</i> — De 28 de janeiro de 1951 — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito especial		Lei n.º 1.338 — <i>Guerra</i> — <i>Marinha</i> — <i>Aeronáutica</i> — De 30 de janeiro de 1951 — Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das For-	

	Págs		Págs.
ças Auxiliares. Pub. no D.O. de 30 de janeiro de 1951 ...	90	e materiais para aviação às empresas de navegação aérea. Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1951	110
Lei n.º 1.339 — <i>Aeronáutica — Trabalho — Justiça — Marinha — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação</i> — De 30 de janeiro de 1951 — Eleva padrão de cargos isolados ou funções de extranumerários mensalistas de Assistente Jurídico do Serviço Federal e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1-2-1951	90	Lei n.º 1.345 — <i>Fazenda — Agricultura</i> — De 9 de fevereiro de 1951 — Autoriza a doação à Cooperativa Mista dos Agricultores e Criadores de Itapipoca Limitada do terreno que menciona. Pub. no D.O. de 14-2-1951	111
Lei n.º 1.340 — <i>Justiça</i> — De 30 de janeiro de 1951 — Dispõe sobre o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 1 de fevereiro de 1951.....	91	Lei n.º 1.346 — <i>Justiça</i> — De 9 de fevereiro de 1951 — Considera anistiados os infratores das leis eleitorais revogadas pela de n.º 1.164, de 24 de julho de 1950. Pub. no D. O. de 14-2-1951	111
Lei n.º 1.341 — <i>Justiça</i> — De 30 de janeiro de 1951 — Lei orgânica do Ministério Público da União. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1-2-51	92	Lei n.º 1.347 — <i>Justiça</i> — De 9 de fevereiro de 1951 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé. Pub. no D.O. de 13 de fevereiro de 1951	112
Lei n.º 1.342 — <i>Fazenda</i> — De 1 de fevereiro de 1951 — Dispõe sobre o produto do imposto de 10% sobre a importância dos direitos de importação, criado pelo art. 2.º do Decreto n.º 24.343, de 5 de junho de 1934, a partir de 1.º de agosto de 1947, e dá outras providências. Pub. no D.O. de 7 de fevereiro de 1951....	110	Lei n.º 1.348 — <i>Viação</i> — De 10 de fevereiro de 1951 — Dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das secas. Pub. no D.O. de 14 de fevereiro de 1951	115
Lei n.º 1.343 — <i>Agricultura — Fazenda</i> — De 9 de fevereiro de 1951 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 14-2-1951	110	Lei n.º 1.349 — <i>Trabalho — Fazenda</i> — De 10 de fevereiro de 1951 — Abre os créditos necessários para a retificação da tabela VII, anexa à Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948, que fixa os vencimentos da magistratura e do Ministério Público da União. Pub. no D.O. de 14-2-1951	116
Lei n.º 1.344 — <i>Fazenda</i> — De 9 de fevereiro de 1951 — Concede isenção de direitos para importação de aeronaves		Lei n.º 1.350 — <i>Justiça</i> — De 10 de fevereiro de 1951 — Dispõe sobre os limites de idade para a reforma compulsória na Polícia Militar do Distrito Federal. Pub. no D.O. de 14-2-1951	116

Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
Lei n.º 1.049 — <i>Educação — Fazenda</i> — De 3 de janeiro de 1950 — Federaliza a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Pub. no <i>D.O.</i> de 23 de janeiro de 1950. Ret. no <i>D.O.</i> de 23 de fevereiro de 1951	119	Lei n.º 1.303 — <i>Educação</i> — De 31 de dezembro de 1950 — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Professor Catedrático de Física Nuclear. Pub. no <i>D.O.</i> de 6-1-51	120
Lei n.º 1.289-A — <i>Viação</i> — De 20 de dezembro de 1950 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para o fim que especifica. Publicado no <i>D.O.</i> de 26 de dezembro de 1950. Ret. no <i>D.O.</i> de 12 de janeiro de 1951	119	Lei n.º 1.304 — <i>Educação — Fazenda</i> — De 31 de dezembro de 1950 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.621,60, para atender a pagamento de gratificação de magistério devida a Alfredo Galvão. Pub. no <i>D.O.</i> de 6-1-51	120
Lei n.º 1.302 — <i>Fazenda</i> — De 30 de dezembro de 1950 — Estabelece regras para o funcionamento de novas Bolsas de Valores. Pub. no <i>D.O.</i> de 6 de janeiro de 1951	119	Lei n.º 1.305 — <i>Viação — Fazenda</i> — De 31 de dezembro de 1950 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 25.829.809,70, para pagamento a Companhia Ferroviária Este Brasileiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 6-1-51	120

Figuram neste volume as leis e decretos-legislativos que, expedidos no primeiro trimestre de 1951, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

página original em branco

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 1, de 1951

Art. 1.º É aprovado o Acôrdo celebrado, aos 14 de outubro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde, representando o Governo Brasileiro, e "The Institute of Inter-American Affairs", repartição cooperativa do Governo dos Estados Unidos da América, para a realização de programa de cooperação em matéria de educação industrial.

Parágrafo único. O Acôrdo a que se refere este artigo será publicado no *Diário Oficial* e submetido a registro do Tribunal de Contas, dentro de 20 (vinte) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1951. — *Nereu Ramos*, Presidente do Senado Federal.

ACÔRDO A QUE SE REFERE O
DECRETO LEGISLATIVO N.º 1, DE
1951

Acôrdo entre a República dos Estados Unidos do Brasil e "The Institute of Inter-American Affairs", Repartição Cooperativa do Governo dos Estados Unidos da América, para a realização de um programa de cooperação educacional.

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, (doravante chamado "Govêr-

no"), por intermédio do Ministério da Educação e Saúde (doravante chamado "Ministério"), representado pelo Sr. Pedro Calmon Moniz de Bitencourt, Ministro da Educação e Saúde (doravante chamado "Ministério"), e The Institute of Inter-American Affairs, repartição cooperativa do Governo dos Estados Unidos da América (doravante chamado "Instituto"), representado pelo Chefe Interino da Delegação Americana Education Division, Sr. M. Carke Reed (doravante chamado "Chefe da Delegação Americana"), concordaram sobre os seguintes detalhes técnicos para prorrogar com alterações o Acôrdo firmado entre o Ministério e a Inter-American Educational Foundation Inc. (predecessora do Instituto), em 3 de janeiro de 1946, posteriormente emendado e prorrogado, para a realização de um programa de cooperação educacional no Brasil, por acôrdo mútuo e de conformidade com as notas trocadas entre o Embaixador Americano e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, datadas de 14 de outubro de 1950 e 14 de outubro ... de 1950.

CLÁUSULA I

O presente programa de cooperação educacional visa a:

A. Estreitar a amizade, promover maior compreensão entre os povos dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América e favorecer o bem-estar geral;

B. Possibilitar atividades educacionais, no setor do ensino profissional do Brasil, através de programas de cooperação;

C. Estimular e ampliar o intercâmbio de idéias e de processos pedagógicos, no campo da educação profissional.

CLÁUSULA II

O mencionado programa de cooperação educacional deverá prever:

a) A cessão, por parte do Instituto, de um corpo de especialistas (doravante chamado "corpo de especialistas") para colaborar na realização do programa;

b) O planejamento e realização das atividades referentes a:

1. estudo e pesquisas relativos às necessidades educacionais do Brasil, especialmente no que diz respeito à educação profissional e aos recursos para atender a essas necessidades, bem como a formulação, administração e adaptação contínua de um programa adequado para facilitar a satisfação de tais necessidades;

2. meios que permitam a administradores, educadores e técnicos brasileiros irem aos Estados Unidos da América, com o fim de estudar, proferir conferências, lecionar e permutar idéias e experiências com administradores, educadores e técnicos daquele país;

3. realização de programas de treinamento de professores e técnicos do ensino industrial;

4. seleção e orientação educacional e profissional nas escolas de ensino industrial; e

5. aquisição de equipamento, preparação de material de ensino e de auxílios didáticos, bem como prestação de serviços biblioteconômicos.

c) A utilização de quaisquer outros processos e meios considerados, por ambas as partes, convenientes à realização deste programa de cooperação educacional.

CLÁUSULA III

O corpo de especialistas será constituído como o Instituto julgar aconselhável e estará sob a direção do Chefe da Delegação Americana que atuará como delegado do Instituto no Brasil para todos os efeitos do presente Acórdão. Tanto o Chefe da Delegação Americana como cada um dos membros do corpo de especialistas serão escolhidos e nomeados pelo Instituto mas deverão ser "personae gratae" do Ministro.

CLÁUSULA IV

A comissão especial denominada — "Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial" (doravante chamada "CBAI"), parte integrante do Ministério e a ele subordinada, continuará a atuar como órgão executivo na realização do programa de cooperação educacional.

O Superintendente da CBAI (doravante chamado "Superintendente") continuará a ser o Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde e representará o Ministério para todos os efeitos deste Acórdão. O Chefe da Delegação Americana participará da CBAI com a denominação de "Representante Norte-Americano junto a CBAI". Os outros membros do corpo de especialistas tomarão parte nas atividades da CBAI, nos termos e condições determinados pelo Superintendente e pelo Chefe da Delegação Americana.

CLÁUSULA V

A. O programa de cooperação educacional continuará a ser executado por meio de projetos especiais. Cada projeto será corporificado num documento escrito que representará a decisão conjunta do Superintendente e do Chefe da Delegação Americana devendo especificar o trabalho a ser realizado, a correspondente distribuição de verba e poderá conter outras providências julgadas indispensáveis pelas partes contratantes. Após a terminação de qualquer projeto, deverá ser preparado e assinado pelo Superintendente e pelo Chefe da Delegação Americana um Projeto de Terminação que conterá um registro do trabalho realizado, os objetivos alcançados, as despesas feitas, os problemas encontrados e solucionados, bem assim outros dados a ele relacionados.

B. A seleção de administradores e técnicos brasileiros a serem mandados aos Estados Unidos da América de conformidade com este programa, inclusive as atividades de treinamento das quais deverão participar, será feita mediante acórdão escrito entre o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana.

C. As normas reguladoras e administrativas do programa de cooperação educacional, os projetos as operações da CBAI (tais como: aplicação e contabilidade de verbas, aquisição, uso, inventário, controle e disposição de bens, admissão e dispensa

de pessoal, condições de emprego) e quaisquer outros assuntos administrativos serão resolvidos e executados mediante acordo escrito entre o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana. Os salários dos funcionários da CBAI serão pagos pelos fundos da CBAI. Sendo a CBAI parte do Ministério, serão conferidos a ela e a todo o seu pessoal todos os direitos e privilégios de que gozam as outras repartições do mesmo Ministério e seus servidores.

D. Todos os contratos da CBAI relativos à execução de projetos previamente firmados pelo Superintendente e pelo Chefe da Delegação Americana serão executados em nome da CBAI e assinados pelo Superintendente e pelo Chefe da Delegação Americana. Os livros e os arquivos da Comissão, referentes ao programa de cooperação educacional, poderão, em qualquer tempo, ser inspecionados por autoridades do Governo ou do Instituto. A CBAI apresentará anualmente, ao Governo, além de outros em períodos fixados pelas partes contratantes, um relatório de suas atividades, assinado pelo Superintendente e pelo Chefe da Delegação Americana, remetendo cópia do mesmo ao Instituto.

CLÁUSULA VI

Os projetos a serem elaborados e postos em execução conforme estabelece o presente Acordo, deverão ser organizados de modo que venham, sempre que possível, a beneficiar instituições federais e estaduais, assim como outras instituições brasileiras. Além dos fundos, bens, serviços ou facilidades exigidos por este Acordo e mediante acordo entre o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana, poderão ser aceitas contribuições de fundos, bens, serviços ou facilidades de uma ou de ambas as partes contratantes, ou de terceiros, para a realização deste programa de cooperação educacional.

CLÁUSULA VII

Além dos fundos que devem ser contribuídos pelas partes contratantes em virtude de quaisquer acordos previamente firmados pelo Governo e o Instituto (ou seu predecessor) para o programa cooperativo de educação, as partes contratantes contribuirão e porão à disposição, dentro dos limites estabelecidos abaixo, fundos para a

continuação do programa, durante o período abrangido por este Acordo, de conformidade com o seguinte esquema:

A — O Instituto, no período de 1.º de julho de 1950 a 30 de junho de 1951, fixará e pagará os salários e outras despesas de seu corpo de especialistas e atenderá a qualquer outro compromisso de natureza administrativa que venha a assumir para a execução deste programa, desde que não excedam a US\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil dólares), moeda corrente nos Estados Unidos da América, dentro desse período. Essa contribuição firará em poder do Instituto e não será depositada a crédito da CBAI.

B — Além disso, no período de 1.º de julho de 1950 a 30 de junho de 1951 o Instituto depositará no Banco do Brasil, à conta da CBAI, a importância de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares), moeda corrente nos Estados Unidos da América:

	US\$
Em dezembro de 1950	50.000,00
Em março de 1951	50.000,00
	<hr/> 100.000,00

C — O Governo, além do seu orçamento regular para o ensino industrial, no período de 1.º de julho de 1950 a 30 de junho de 1951, depositará na mesma conta da CBAI a importância de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), da forma seguinte:

	Cr\$
Em dezembro de 1950 ..	2.500.000,00
Em março de 1951	4.500.000,00
	<hr/> 7.000.000,00

D — As partes contratantes podem estabelecer, oportunamente, mediante termo aditivo a este Acordo, as contribuições que cada uma deve fazer para execução do programa durante o período de 1.º de julho de 1951 a 30 de junho de 1955.

E — Cada depósito referido nesta Cláusula, a ser feito pelas partes contratantes, só poderá ser retirado ou despendido depois que a outra parte depositar os fundos correspondentes ao mesmo ano. Os fundos depositados por uma das partes e não completados pela outra serão restituídos ao depositante.

F — As partes contratantes mediante acôrdo escrito entre o Ministro e o Chefe da Delegação Americana, podem modificar os esquemas para o pagamento dos depósitos estabelecidos nesta Cláusula VII e podem prover a aquisição adiantada de equipamento por ambas as partes com crédito apropriado contra os pagamentos devidos de acôrdo com esses esquemas.

CLÁUSULA VIII

Obedecendo ao que estabelece a letra D, Cláusula VII, os saldos dos fundos depositados à conta da CBAI de conformidade com a cláusula VII deste Acôrdo, deverão continuar à disposição do programa cooperativo durante a vigência deste Acôrdo, independentemente dos exercícios financeiros de quaisquer das partes.

Todo o material, equipamento e suprimento adquiridos para a CBAI tornar-se-ão propriedade do Governo e serão empregados na execução deste Acôrdo.

CLÁUSULA IX

Além da contribuição em dinheiro mencionada na letra C, Cláusula VII, o Governo, de acôrdo com o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana, deverá:

a) designar técnicos e outro pessoal necessário para colaborar com o corpo de especialistas;

b) colaborar na instalação dos escritórios, aquisição de equipamento e do material de expediente, bem como dos mais que se fizer necessário à execução do programa; e

c) proporcionar a cooperação de outros departamentos do Governo para a realização deste programa de cooperação educacional.

CLÁUSULA X

Os juros sobre os fundos da CBAI e toda a renda produzida pelos valores e bens da CBAI, bem como aumento do ativo, qualquer que seja sua natureza ou procedência, deverão ser empregados na execução do programa e não poderão servir de motivo para que o Governo ou o Instituto diminuam sua contribuição.

CLÁUSULA XI

O Superintendente e o Chefe da Delegação Americana podem acordar em reter nos Est. Unidos da America,

dos pagamentos a serem feitos pelo Instituto à conta bancária da CBAI, as quantias consideradas necessárias ao programa, para liquidação de obrigações pagáveis fora do Brasil, em dólares norte-americanos. Tais quantias retidas serão consideradas como se depositadas estivessem nos termos deste Acôrdo. Quaisquer fundos retidos pelo Instituto, não dispendidos nem comprometidos, serão depositados na conta bancária da CBAI, em qualquer tempo, por entendimento escrito entre o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana.

CLÁUSULA XII

Quaisquer fundos trazidos ao Brasil pelo Instituto, com o objetivo de aplicá-los no programa de cooperação educacional, serão isentos de taxas, comissões exigências para inversões ou depósitos e outros controles monetários.

CLÁUSULA XIII

Quaisquer fundos da C. B. A. I. não dispendidos por ocasião da terminação deste programa de cooperação educacional serão devolvidos às partes contratantes na proporção das respectivas contribuições. O Superintendente e o Chefe da Delegação Americana poderão, entretanto, mediante acôrdo escrito, dar outro destino a esses fundos em benefício do ensino profissional.

a) Todos os direitos e privilégios, de que gozam as repartições oficiais e o respectivo pessoal, serão outorgados à C. B. A. I. e a todo o seu pessoal. Tais direitos e privilégios incluirão, mas não exclusivamente, serviço postal, telegráfico e telefônico gratuitos, sempre que possível; direito aos abatimentos ou tarifas preferenciais concedidas aos departamentos do Governo pelas companhias locais de navegação marítima e fluvial, aviação, telégrafo, telefone etc.; isenção e imunidade de impostos de consumo, selo, propriedade, taxas, imposto ou taxa. A C. B. A. I. ficará isenta de todos os impostos, taxas e emolumentos.

b) O Instituto gozará dos mesmos direitos, privilégios e imunidades acima indicados, com referência às operações, ao pessoal e aos bens empregados no programa de cooperação educacional.

c) Todos os funcionários do Instituto, que sirvam neste programa de

cooperação educacional ficarão isentos de todos os impostos de renda e previdência social brasileiros, no que se refere à renda sobre a qual são obrigados a pagar imposto de renda ou de previdência social ao Governo dos Estados Unidos da América. Tais empregados ficarão também isentos do pagamento de direito alfandegários e de importação sobre bens, equipamentos e suprimentos importados para seu próprio uso.

CLÁUSULA XV

As partes contratantes declaram reconhecer que o Instituto, sendo uma repartição corporativa dos Estados Unidos da América, de propriedade integral do Governo dos Estados Unidos da América, e por este totalmente dirigida e controlada, está intitulada a participar no inteiro dos privilégios e imunidades desfrutados pelo Governo dos Estados Unidos da América, inclusive da imunidade de ser processado nos tribunais do Brasil.

CLÁUSULA XVI

Todo direito, privilégio, facilidade ou obrigação conferidos por este Acórdão ao Superintendente da CBAI ou ao Chefe da Delegação Americana, poderão ser delegados a representantes de ambos, desde que isso mereça aprovação da outra parte. Todavia não obstante a existência de tais representantes, o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana poderão discutir e deliberar diretamente um com o outro sobre qualquer assunto.

CLÁUSULA XVII

Mediante entendimento entre o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana os fundos da CBAI, podem ser utilizados para reembolsar ou custear os salários, despesas de manutenção de viagem e de transportes e outras do pessoal adicional do Instituto no Brasil, que as partes mencionadas tenham concordado ser necessário empregar, além dos referidos na Cláusula III deste Acórdão. Tais fundos podem ser pagos ou concedidos para esses fins, pela CBAI, ao Instituto ou a qualquer organização mas em todos os casos o Superintendente e o Chefe da Delegação Americana firmarão uma Resolução, esta-

belecendo o escopo e os termos de tais contribuições ou concessões.

CLÁUSULA XVIII

O Poder Executivo do Governo tomará as medidas necessárias para obter a legislação indispensável ao fiel cumprimento deste Acórdão.

CLÁUSULA XIX

Este Acórdão poderá ser alterado se as partes o julgarem necessário mas todas as alterações serão feitas por escrito e assinadas por um Representante do Governo e um do Instituto, devidamente autorizados.

CLÁUSULA XX

O Governo e o Instituto reconhecem ser de interesse mútuo que seja dado plena publicidade aos objetivos e ao progresso do programa cooperativo de educação, a fim de intensificar o empreendimento dos esforços comuns que é indispensável para o alcance dos objetivos do programa. O Ministro e o Chefe da Delegação Americana facilitarão a difusão de tais informações pondo-as à disposição os círculos informativos.

CLÁUSULA XXI

Este Acórdão será denominado "Acórdão Básico" e substituirá todos e quaisquer outros acordos básicos, emendas e prorrogações de acordos básicos entre as partes contratantes relativos ao programa de cooperação educacional. Esse Acórdão entrará em vigor em 1.º de julho de 1950, depois de firmado pelas partes contratantes e registrado no Tribunal de Contas do Brasil, vigorando até 30 de junho de 1955. Entretanto, as obrigações das partes contratantes, de conformidade com este Acórdão, para o período de 1.º de julho de 1951 a 30 de junho de 1955, estarão condicionados à disponibilidade de verbas e serão fixadas por ambas as partes mediante o termo aditivo a que se refere a cláusula VII, letra "D", do presente Acórdão.

Em fé do que as partes contratantes devidamente autorizadas firmam o presente Acórdão, em seis exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa,

no Rio de Janeiro, Brasil, aos 14 de outubro de 1950.

República dos Estados Unidos do Brasil. — *Pedro Calmon Moniz de Bittencourt*, Ministro.

The Institute of Inter-American Affairs. — *M. Clark Reed*, Chefe interino da Delegação Americana Education Division.

LEI N.º 1.306 — DE 2 DE JANEIRO DE 1951

Concede pensão especial de Cr\$ 524.00 mensais a Agostinha Gomes Pereira, viúva do ex-operário de armamento, classe F, Wenceslau de Sousa Pereira.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Agostinha Gomes Pereira, viúva do ex-operário de Armamento, classe F, Wenceslau de Sousa Pereira, falecido em consequência de acidente, quando em serviço, a pensão especial de Cr\$ 524,00 (quinhentos e vinte e quatro cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.307 — DE 10 DE JANEIRO DE 1951

Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo da F.A.B. de Oficiais da Reserva de segunda classe da Aeronáutica.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os Aspirantes e Oficiais da Reserva de 2.ª classe da Aeronáutica que, nos termos do Decreto-lei n.º 9.631, de 22 de agosto de 1946, foram matriculados nos cursos de Formação de Oficial Aviador, Oficial Mecânico ou de Saúde, e os concluíram ou venham a concluir com aproveitamento, serão incluídos no serviço ativo da F.A.B. nos Quadros correspondentes.

§ 1.º Os Oficiais e Aspirantes matriculados na Escola de Aeronáutica, concluído o curso, serão classificados por ordem de merecimento intelectual dentro de suas turmas e colocados depois do último Oficial ou Aspirante do Quadro.

§ 2.º Os Oficiais e Aspirantes matriculados no curso de Oficiais Especialistas serão incorporados nas turmas de alunos dessa Escola com as quais foram matriculados, de acordo com a classificação intelectual dentro da turma.

Art. 2.º — Aos atuais Aspirantes e Oficiais subalternos da Aeronáutica, que foram matriculados no CPOR Aeronáutico ou curso equivalente, de que trata o Decreto-lei n.º 5.952, de 29 de outubro de 1943, no período de 22 de agosto de 1942 a 18 de agosto de 1945, é facultado o ingresso nos Quadros da ativa após conclusão, com aproveitamento, dos cursos das Escolas da Aeronáutica ou Oficiais Especialistas.

§ 1.º Esses Aspirantes e Oficiais deverão requerer a inscrição à matrícula, ao Chefe do Estado Maior da Aeronáutica, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação desta lei.

§ 2.º As matrículas a que se refere esta lei serão efetuadas, por turmas, até o ano de 1952, obedecida a ordem de declaração de Aspirante.

Art. 3.º — Ao terem os Aspirantes e Oficiais deferidos seus pedidos de matrícula serão convocados para o serviço ativo da F. A. B. e permanecerão nesta situação até a data da matrícula, excetuados os casos previstos no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica.

Art. 4.º — O ingresso na ativa e colocação nos Quadros respectivos, dos Oficiais amparados pelo art. 2.º, far-se-ão de acordo com as disposições do art. 1.º desta lei.

Art. 5.º — São extensivas a esses oficiais as disposições do Decreto-lei n.º 9.631, de 22 de agosto de 1946, que não colidirem com esta lei.

Art. 6.º — A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogados o art. 2.º e seu parágrafo único da Lei n.º 1.221, de 1.º de novembro de 1950, e demais disposições em contrário.

Distrito Federal, em 10 de janeiro de 1951.

EURICO G. DUTRA.

Armando Trompowsky.

LEI N.º 1.308 — DE 10 DE JANEIRO DE 1951

Estende aos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, quando invalidados ou mortos, em virtude de acidente de aviação, as vantagens concedidas aos militares da Aeronáutica pelos Decretos-Leis números 3.269, de 14 de maio de 1941, e 6.239, de 3 de fevereiro de 1944.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São estendidas aos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, quando invalidados ou mortos em vir-

tude de acidente de aviação, as vantagens concedidas aos militares da Aeronáutica pelos Decretos-Leis números 3.269, de 14 de maio de 1941, e 6.239, de 3 de fevereiro de 1944.

Parágrafo único. Consideram-se servidores civis, para o fim previsto neste artigo, todos os que, mesmo extranumerários, e em virtude de cargo, emprego ou contrato, exercerem qualquer função ou trabalho nas bases aéreas, repartições, estabelecimentos ou lugares submetidos às leis, regulamentos ou dispositivos em vigor, no Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Só estará abrangido pelos benefícios indicados no art. 1.º o pessoal civil da Aeronáutica que, em objeto de serviço, se deslocar de suas sedes por via aérea, em aeronaves militares ou aeronaves civis.

Parágrafo único. Os benefícios da presente Lei estendem-se também aos herdeiros dos funcionários civis que, nas circunstâncias estabelecidas por este artigo, hajam falecido em consequência de acidente de aviação, depois de haver entrado em vigor o Decreto-lei n.º 3.629, de 14 de maio de 1941.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Armando Trompowsky.

LEI N.º 1.309 — DE 13 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União à Faculdade de Medicina de Alagoas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar à Faculdade de Medicina de Alagoas, sociedade civil e pessoa jurídica de direito privado, para a sua instalação e funcionamento, o imóvel do Domínio da União, onde se aquartelou o 20.º Batalhão de Caçadores.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

Pedro Calmon.

LEI N.º 1.310 — DE 15 DE JANEIRO DE 1951

Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

CAPÍTULO I

Dos fins e da competência do Conselho Nacional de Pesquisas

Art. 1º É criado o Conselho Nacional de Pesquisas, que terá por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento.

§ 1º O Conselho é pessoa jurídica subordinada direta e imediatamente ao Presidente da República, terá sede na Capital Federal e gozará de autonomia técnico-científica, administrativa e financeira, nos termos da presente lei.

§ 2º Sempre que necessário, o Conselho entrará em entendimento direto com as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como com entidades públicas e subvencionadas, a fim de obter o seu apóio e cooperação.

§ 3º O Conselho será representado por seu Presidente, em juízo e fora dêle, ativa e passivamente.

Art. 2º Serão órgãos consultivos do Conselho Nacional de Pesquisas, além da Academia Brasileira de Ciências, outras entidades de caráter científico e reconhecido valor que, para tal fim, receberem o voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. A forma de cooperação dos órgãos consultivos, a que se refere êste artigo, com o Conselho Nacional de Pesquisas, será estabelecida no regulamento, a que se refere o art. 32 da presente lei.

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho:

a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;

b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e

para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;

c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;

d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;

e) entrar em entendimento com as instituições, que desenvolvem pesquisas, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;

f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interesse comum;

g) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgão oficial;

h) sugerir aos poderes competentes quaisquer providências, que considere necessárias à realização de seus objetivos.

§ 1º Para cada exercício financeiro, o Conselho estabelecerá um plano básico de trabalho e proverá, para sua execução, a discriminação dos recursos necessários.

§ 2º Nos casos previstos nas alíneas b, c e d deste artigo, o Conselho acompanhará a realização das correspondentes atividades a cargo das instituições a que conceder auxílio financeiro, sem que isso, no entanto, importe em interferência nas questões internas dessas instituições, ou em suas investigações científicas.

§ 3º O Conselho incentivará, em cooperação com órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no país de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

§ 4º Para efeito desta lei, serão considerados materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica os minérios de urânio, tório, cádmio, lítio, berílio e boro e os produtos resultantes de seu tratamento, bem como a grafita e outros materiais discriminados pelo Conselho.

Art. 4º É proibida a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de governo para governo, ouvidos os órgãos competentes.

§ 1º A exportação de minério de berílio só poderá ser feita mediante autorização expressa do Presidente da República, após a audiência dos órgãos especializados competentes.

§ 2º A infração do disposto neste artigo constitui o crime previsto no Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938, art. 3º, inciso 18, e sujeita o infrator à pena de 2 a 4 anos de reclusão, sem prejuízo de outras penalidades em que possa incorrer.

Art. 5º Ficarão sob controle do Estado, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas ou, quando necessário, do Estado Maior das Forças Armadas, ou de outro órgão que for designado pelo Presidente da República, todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, sem prejuízo da liberdade de pesquisa científica e tecnológica.

§ 1º Compete privativamente ao Presidente da República orientar a política geral da energia atômica em todas as suas fases e aspectos.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional de Pesquisas a adoção das medidas, que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e de suas aplicações, inclusive aquisição, transporte, guarda e transformação das respectivas matérias primas para esses fins.

§ 3º O Poder Executivo adotará as providências que julgar necessárias para promover e estimular a instalação no país das indústrias destinadas ao tratamento dos minérios referidos no § 4º do art. 3º e, em particular, à produção de urânio e tório e seus compostos, bem como de quaisquer materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

CAPÍTULO II

Da organização do Conselho

Art. 6º O Conselho Nacional de Pesquisas terá a seguinte organização:

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Divisão Técnico-Científica;
- c) Divisão Administrativa.

Art. 7º O Conselho Deliberativo, órgão soberano de orientação das atividades do Conselho Nacional de Pesquisas, será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros:

- a) 2 (dois) membros de livre escolha do Presidente da República e que exercerão, respectivamente, as funções em comissão de Presidente e Vice-Presidente do Conselho;

b) 5 (cinco) membros escolhidos pelo Governo como representantes, respectivamente, dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e do Trabalho, Indústria e Comércio e do Estado Maior das Forças Armadas.

c) 9 (nove) membros no mínimo a 18 (dezoito) no máximo, representando um deles a Academia Brasileira de Ciências, 2 (dois) outros, respectivamente, o órgão representativo das indústrias e o da administração pública, escolhidos os demais dentre homens de ciência, professores, pesquisadores ou profissionais técnicos pertencentes a Universidades, escolas superiores, instituições científicas, tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendem pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interesses do país.

§ 1º Os membros do Conselho terão a escolha confirmada por decreto, exercerão mandato por três anos, que poderá ser renovado, e suas funções serão consideradas de alta relevância.

§ 2º A renovação e o preenchimento de vaga dos membros, a que se referem as alíneas a e b, ficam a critério do Governo.

§ 3º No caso da representação, prevista na alínea c, far-se-ão nos 2 (dois) primeiros anos, contados da data da instalação do Conselho, a renovação de um terço dos membros, determinando-se, mediante prévio sorteio, os que devam ser substituídos.

§ 4º Para efeito da renovação ou de preenchimento de vaga dos membros incluídos na citada alínea c, organizará o Conselho uma lista, contendo os nomes das personalidades indicadas com especificação das instituições a que pertençam, com um número duplo do que deve renovar ou completar a representação.

§ 5º Para a constituição inicial do Conselho, o Presidente da República escolherá livremente os membros a que se refere a alínea c do art. 7º desta lei.

Art. 8º O Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas exercerá a direção suprema de toda a organização e será responsável pela execução das resoluções do Conselho Deliberativo.

§ 1º Em seus impedimentos eventuais, ou em sua falta, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2º O Conselho terá 1 (um) Consultor Jurídico e o Presidente 1 (um) ou mais Assistentes, um dos quais será designado para exercer as funções de Secretário das sessões do Conselho Deliberativo.

Art. 9º A Divisão Técnico-Científica ficará encarregada de elaborar os planos gerais de pesquisa, relacionados com os objetivos do Conselho, e terá, a critério deste, os setores necessários a atender ao desenvolvimento de suas atividades.

§ 1º A direção da Divisão Técnico-Científica será exercida por 1 (um) Diretor Geral e a de cada Setor por 1 (um) Diretor

de Pesquisas, de livre designação do Presidente, escolhidos, ou não, dentre os membros do Conselho e sujeitos ao regime de tempo integral.

§ 2º Cada Diretor poderá ter, como auxiliares, um ou mais Assistentes por ele indicados.

§ 3º Para efeito da elaboração dos estudos e planos previstos neste artigo, poderá ainda o Conselho requisitar, na forma da legislação em vigor, ou contratar pessoal científico e técnico especializado, nacional ou estrangeiro, de comprovada idoneidade, bem como instituir comissões consultivas de homens de ciência pura e aplicada.

Art. 10. A Divisão Administrativa terá a seu cargo os serviços de Administração, Contabilidade e Documentação.

Parágrafo único. A direção da Divisão Administrativa será exercida por 1 (um) Diretor, auxiliado por 3 (três) Chefes de Setores e servidores públicos, requisitados na forma da legislação em vigor.

Art. 11. Os serviços técnicos e administrativos do órgão central do Conselho serão instalados na Capital Federal, onde se realizarão, ordinariamente, as sessões.

§ 1º O Presidente do Conselho poderá, entretanto, convocar sessões para serem realizadas em qualquer localidade do país.

§ 2º Serão considerados de caráter reservado os arquivos do Conselho e, bem assim, normalmente, as sessões, salvo nos casos em que fôr deliberado de outra forma.

Art. 12. Reunir-se-á o Conselho Deliberativo quando convocado pelo Presidente, ou mediante requerimento subscrito, pelo menos, por um terço dos seus membros.

§ 1º Os membros do Conselho perceberão, por sessão a que comparecerem, uma gratificação de presença, até o máximo de 60 (sessenta) sessões por ano.

§ 2º Ao Presidente e ao Vice-Presidente caberá, além disso, mensalmente, uma verba de representação.

§ 3º Aos membros, que não residirem no local onde se realizarem as sessões, serão concedidas ajuda de custo e diárias para despesas de viagem e estadia.

§ 4º Para os membros que sejam servidores públicos, civis ou militares, as reuniões do Conselho terão preferência sobre suas funções ordinárias, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou posto efetivo.

Art. 13. Para a realização de seus objetivos, o Conselho é autorizado a promover a criação e a organização de laboratórios ou institutos, não só na Capital Federal, como em outras localidades do país, e que lhe ficarão subordinados científica, técnica e administrativamente.

CAPÍTULO III

Do patrimônio e da sua utilização

Art. 14. O patrimônio do Conselho Nacional de Pesquisas será formado:

- a) pelos bens e direitos que lhe forem doados ou por êle adquiridos;
- b) pelos saldos de rendas próprias, ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Art. 15. A aquisição de bens patrimoniais, por parte do Conselho, independe da aprovação do Governo Federal, mas a alienação desses bens somente poderá ser efetuada depois de autorizada em lei.

Art. 16. Os bens e direitos pertencentes ao Conselho somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, na forma desta lei, permitida, porém, a inversão de um e de outro para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

CAPÍTULO IV

Dos recursos e da sua aplicação

Art. 17. Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços do Conselho Nacional de Pesquisas, conservação, renovação e ampliação de suas instalações serão provenientes de:

- a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;
- b) dotações, a título de subvenção, que lhe atribuirem Unidades da Federação e Municípios;
- c) doações, legados e outras rendas que, a êsse título, receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- d) renda da aplicação de bens patrimoniais;
- e) retribuição de atividades remuneradas dos laboratórios e quaisquer outros serviços;
- f) taxas e emolumentos;
- g) receita eventual;
- h) produto da venda de material inservível ou da alienação de elementos patrimoniais;
- i) produto de créditos especiais abertos por lei.

Art. 18. A dotação correspondente a cada exercício financeiro constará do orçamento da União, com título próprio, destacada da cota nacional, prevista no art. 169 da Constituição da República, para ser entregue ao Conselho, sob a forma de auxílio, em cotas semestrais antecipadas e que serão depositadas,

para movimentação, em conta corrente em instituição oficial de crédito.

§ 1º O Conselho deliberará sobre a distribuição dos recursos concedidos e examinará, para a devida comprovação, as demonstrações das despesas efetuadas.

§ 2º A movimentação dos fundos será feita mediante a assinatura conjunta do Presidente e do Diretor da Divisão Administrativa.

CAPÍTULO V

Do regime financeiro

Art. 19. O regime financeiro do Conselho Nacional de Pesquisas obedecerá aos seguintes preceitos:

- a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;
- b) a proposta de orçamento será organizada pelo Conselho e justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes;
- c) os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, na conformidade do que, a respeito, deliberar o Conselho;
- d) durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades dos serviços o exijam e haja recursos disponíveis.

Parágrafo único. A proposta de orçamento, organizada pelo Conselho, será submetida à aprovação do Presidente da República.

Art. 20. Para a realização de planos cuja execução possa exceder a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações.

Art. 21. A prestação global anual de contas ao Presidente da República será feita até o último dia útil do mês de fevereiro e constará, além de outros, dos seguintes elementos:

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço econômico;
- c) balanço financeiro;
- d) quadro comparativo entre a receita estimada e a receita realizada;
- e) quadro comparativo entre a despesa fixada e a despesa realizada.

§ 1º A prestação de contas, referente às dotações orçamentárias, será apresentada ao Tribunal de Contas até o último dia útil do mês de fevereiro, respeitando-se os assuntos considerados sigilosos pelo Conselho.

§ 2º Também até o último dia útil do mês de fevereiro o Conselho apresentará seus balanços à Contadoria da República, para que sejam publicados juntamente com os balanços gerais da União.

CAPÍTULO VI

Do fundo nacional de pesquisas e outros fundos

Art. 22. É instituído um Fundo Nacional, destinado a pesquisas científicas e tecnológicas, especialmente administrado e movimentado pelo Conselho.

Parágrafo único. Serão incorporados ao fundo, de que trata este artigo, os créditos especialmente concedidos para esse fim, os saldos de dotações orçamentárias e quaisquer outras rendas e receitas eventuais.

Art. 23. O Conselho poderá receber doações com ou sem finalidades determinadas.

Parágrafo único. A aplicação desses recursos será estabelecida em regulamentação própria.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais e transitórias

Art. 24. O Conselho organizará seu regimento interno, no qual serão estabelecidas as normas gerais para desempenho de seus encargos, e elaborará, para aprovação do Governo, o projeto de regulamentação da presente lei.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a estruturação das Divisões, Setores e demais órgãos previstos nesta lei, sobre os requisitos e condições para a concessão de auxílios, destinados à realização de cursos ou pesquisas e, ainda, sobre as formas de admissão, o regime de trabalho de tempo integral e de pagamentos, as atribuições, vantagens e deveres do pessoal, atendidas as seguintes disposições:

a) o Conselho praticará sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos peculiares ao seu funcionamento;

b) as condições gerais de requisição, designação, licenciamento, demissão e aposentadoria dos servidores públicos, lotados no Conselho, são as estabelecidas na legislação federal;

c) o Conselho poderá admitir pessoal não caracterizado como permanente ou extranumerário, para melhor consecução de suas finalidades.

Art. 25. Os trabalhos e os resultados das pesquisas, realizadas por iniciativa ou sob o patrocínio do Conselho, excluídos os casos que interessem à segurança nacional, serão divulgados pela forma mais apropriada, trazendo expressa referência à contribuição do Conselho.

Parágrafo único. A divulgação de relatórios, memoriais e demais trabalhos referentes ao aproveitamento da energia atômica será autorizada após consulta ao Estado Maior das Forças Armadas.

Art. 26. Qualquer pessoa, a serviço do Conselho, que, em virtude da função exercida ou de trabalho a seu cargo, tiver conhecimento de matéria julgada sigilosa, responderá pela observância das disposições que, a respeito, estão fixadas em lei.

Parágrafo único. O caráter sigiloso e sua classificação, segundo a gradação reservada, confidencial e secreta, quando ocorrer a hipótese, deverá constar explicitamente da resolução, ordem de serviço ou contrato a que se referir.

Art. 27. Os interesses do Conselho Nacional de Pesquisas serão atendidos, em juízo, no Distrito Federal, por seu Consultor Jurídico e, nos Estados, pelo Procurador Seccional da República.

Art. 28. São isentos de impostos e taxas os aparelhos, instrumentos, utensílios de laboratório, produtos químicos e quaisquer outros materiais, que o Conselho importar para a execução dos seus serviços e o respectivo desembaraço alfandegário far-se-á mediante simples requisição ao chefe da repartição competente, acompanhada da prova de aquisição do material importado.

Art. 29. O Conselho gozará de franquia postal telegráfica e radiotelegráfica nas redes oficiais ou nas que estejam obrigadas por qualquer forma a serviço oficial e, ainda, das facilidades de transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo, concedidas a serviço público.

Art. 30. Anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro, o Presidente do Conselho apresentará ao Presidente da República relatório das atividades do Conselho no exercício anterior.

Art. 31. Para as atividades iniciais do Conselho, inclusive despesas de instalação e organização de seus serviços, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Art. 32. A presente lei será regulamentada dentro de 60 (sessenta) dias da sua publicação.

Art. 33. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

EURICO G. DUTRA.

*José Francisco Bias Fortes.
Sylvio de Noronha.
Canrobert P. da Costa.
Raul Fernandes.
Guilherme da Silveira.
João Valdetaro de Amorim e Mello.
A. de Novaes Filho.
Pedro Calmon.
Marcia Dias Pequeno.
Armando Trompowsky.*

LEI N.º 1.311 — DE 15 DE JANEIRO
DE 1951

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$.. 1.725.982,00 destinado a custear as despesas com a manutenção da Faculdade de Direito de Alagoas, de maio a dezembro de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.725.982,00 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e dois cruzeiros) destinado a custear as despesas com a manutenção da Faculdade de Direito de Alagoas, de maio a dezembro de 1950, de acordo com o que dispõe a Lei n.º 1.014, de 24 de maio de 1949.

Art. 2.º O crédito, de que trata o art. 1.º, deverá ter a seguinte aplicação:

Para Pessoal	1.498.730,00
Para material	165.452,00
Para outros encargos ..	61.800,00
Total	1.725.982,00

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

EURICO G. DUTRA.

*Pedro Calmon.
Guilherme da Silveira.*

LEI N.º 1.312 — DE 15 DE JANEIRO
DE 1951

Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo, até o montante de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares) a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional com o Export & Import Bank de Washington.

Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado à cobertura do

custo de maquinárias, equipamentos e materiais necessários ao aumento das presentes instalações.

Parágrafo único. O contrato de empréstimo deverá estabelecer normas sobre a verificação da efetiva aplicação dos fundos obtidos para os fins deste artigo.

Art. 3.º Ao serviço de empréstimo, contratado na forma da presente Lei são concedidos os mesmos privilégios dos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 4.º No exercício da autorização, contida no art. 1.º desta Lei, o Poder Executivo incumbirá o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, de praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 5.º O contrato de garantia deverá mencionar a presente Lei e será registrado, *a priori*, no Tribunal de Contas.

Art. 6.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.313 — DE 17 DE JANEIRO DE 1951

Dispõe sobre cargos da Secretaria da Presidência da República

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os cargos de Diretor e de Adjunto da Diretoria do Expediente da

Secretaria da Presidência da República, a que se refere o Decreto-lei número 3.551, de 3 de janeiro de 1946, são transformados, com os mesmos títulos, em cargos de provimento em comissão, padrões CC-1 e CC-2, respectivamente.

Parágrafo único. E' assegurada, para todos os efeitos, a situação dos atuais ocupantes dos cargos transformados em virtude desta Lei, com os padrões de vencimentos nela estabelecidos.

Art. 2.º São criados dois cargos isolados, de provimento efetivo, de Assistente da Diretoria do Expediente, com os vencimentos do símbolo CC-3, a serem providos por Oficiais, classe M, ou superior, com mais de dez anos de exercício na Secretaria da Presidência da República.

Art. 3.º E' aberto, à Presidência da República, à Verba 1 — Pessoal Permanente, Consignação I, Subconsignação 01, do vigente orçamento, o crédito suplementar de Cr\$ 203.220,00 (duzentos e três mil, duzentos e vinte cruzeiros), para ocorrer às despesas previstas nesta Lei.

Art. 4.º Os títulos de nomeação dos funcionários referidos nesta Lei serão apostilados pelo Secretário da Presidência da República.

Art. 5.º Esta Lei vigora a partir de 1.º de julho de 1950, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.
José Francisco Bias Fortes.
Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.314 — DE 17 DE JANEIRO DE 1951

Regulamenta o exercício profissional dos Cirurgiões Dentistas

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O exercício da profissão de odontologista, no território nacional, só será permitido aos que se acharem habilitados por título obtido em Escola de Odontologia, oficial ou legalmente reconhecida, devidamente registrado na Diretoria do Ensino Superior e anotado, sucessivamente, no Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina e na repartição sanitária estadual competente.

Art. 2.º Os cirurgiões dentistas diplomados por Escolas estrangeiras só poderão exercer a profissão no território nacional, após revalidação do di-

ploma, de acordo com as leis federais em vigor e respectivo registro na Diretoria do Ensino Superior e posterior anotação no Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina e na repartição sanitária estadual competente.

Art. 3.º Aquêle que, mediante anúncio ou qualquer outro meio, se propuser ao exercício da Odontologia, sem título devidamente registrado, está sujeito às penas aplicáveis ao exercício ilegal da profissão.

Art. 4.º Constituem atribuições e direitos do cirurgião dentista:

I — praticar todos os processos terapêuticos ou intervenções cirúrgicas, ou as próteses dentárias e buco-máximo-facial, de sua responsabilidade profissional;

II — prescrever e administrar anestesia local e troncular; prescrever medicamentos de uso externo e especialidades farmacêuticas de uso interno indicados em odontologia, devidamente licenciados pelo Departamento Nacional de Saúde;

III — prescrever e administrar medicação de urgência, quando houver necessidade de evitar ou combater acidentes graves que comprometam a vida de seu paciente;

IV — comunicar à autoridade competente, com a devida urgência, os casos de doenças consideradas de notificação compulsória;

V — manter, anexo ao consultório, laboratório de prótese, aparelhagem e instalação adequadas para pesquisas e análises clínicas relacionadas com os casos específicos de sua especialidade;

VI — atestar estados mórbidos e outros, no setor de sua atividade profissional;

VII — proceder à perícia odonto-legal em foro civil, criminal ou trabalhista.

Art. 5.º É vedado ao cirurgião-dentista anunciar:

I — cura radical ou atestado de cura de determinadas doenças para as quais não haja tratamento seguro, segundo os atuais conhecimentos científicos;

II — exercício de mais de duas especialidades;

III — consultas por meio de correspondência pela imprensa, caixa postal, rádio ou processos análogos;

IV — prestação de serviços gratuitos em consultórios particulares;

V — agradecimentos manifestados, sistematicamente, por clientes;

VI — preços e outras formas de concorrência desleal; ou

VII — expor à apreciação pública, seja onde for, trabalhos odontológicos em vitrines ou quaisquer outros meios de propaganda, que atentem contra a ética profissional.

PENALIDADES

§ 1.º Se for encontrado anúncio que contrarie as disposições desta lei, a autoridade sanitária encarregada da fiscalização do exercício da odontologia intimará o anunciante a observá-las dentro do prazo de 8 (oito) dias.

§ 2.º Se decorridos os 8 (oito) dias, continuar a ser publicado o anúncio, será imposta ao infrator pela autoridade que o intimará ao cumprimento da lei, a multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), elevada ao dobro na reincidência.

§ 3.º Dentro daquele prazo poderá o interessado pedir reconsideração, sobre a qual a autoridade decidirá no prazo de 8 (oito) dias.

DOS PROTÉTICOS

Art. 6.º Os protéticos, cujo exercício profissional se acha regulamentado pela Portaria n.º 25, baixada pelo Departamento Nacional de Saúde, em 1943, e, posteriormente, pelo Decreto-lei n.º 3 345, de 10 de dezembro de 1945, não podem anunciar seus trabalhos profissionais na imprensa leiga, só lhes sendo permitido fazê-lo junto aos cirurgiões-dentistas, através de publicações especializadas.

Art. 7.º Aos protéticos aplicar-se-á, no que for possível, o disposto no art. 5.º desta lei.

DOS DENTISTAS PRÁTICOS LICENCIADOS

Art. 8.º Os dentistas práticos licenciados, de acordo com os Decretos ns. 20.862, de 28 de dezembro de 1931, 21.073, de 22 de fevereiro de 1932 e 22.501, de 27 de fevereiro de 1933 poderão fazer qualquer trabalho dentário, sendo-lhes, porém, terminantemente vedadas todas as intervenções sangrentas, que não foram simples exodontias na região gengivo-dentária.

Art. 9.º Os dentistas práticos licenciados são obrigados a mencionar em seus impressos, anúncios ou placas, o seu nome e a sua qualidade de dentista prático licenciado em letras uniformes e destacadas.

Art. 10.º Relativamente a outras formas de propaganda, ao dentista prático licenciado aplicar-se-á o disposto no art. 5.º desta lei.

Art. 11.º É vedado ao dentista prático licenciado:

I — prescrever e administrar outro gênero de anestesia que não seja a local;

II — prescrever e administrar medicamentos de uso interno;

III — prescrever e administrar medicamentos de uso externo injetável;

IV — ocupar como profissional, a partir da data da publicação desta lei, cargos públicos ou outros em instituições assistenciais, como associações, fundações, preventórios, asilos, casas de saúde, colégios e fábricas.

Art. 12.º A infração de qualquer dos dispositivos desta lei, excetuados os do art. 5.º, será punida com a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), conforme a sua natureza, a critério da autoridade autuante e sem prejuízo da ação penal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13.º Os processos criminais, de que trata esta lei, cabem, por denúncia, ao Ministério Público, mediante solicitação do Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina ao Departamento Nacional de Saúde e, nos Estados, da autoridade sanitária competente.

Art. 14.º Será apreendido e remetido ao Depósito Público o material existente em consultório odontológico, cujo emprego se verifique por quem não tenha diploma registrado, ou pessoa que não esteja devidamente autorizada pela autoridade sanitária competente.

Art. 15.º As especialidades farmacêuticas para uso em odontologia e os metais ou agas não preciosos, destinados à confecção de aparelhos protéticos, só poderão ser postos à venda depois de licenciados pelo Departamento Nacional de Saúde.

Art. 16.º As autoridades federais só poderão receber imposto relativo ao exercício da profissão de odontologista, mediante a apresentação da prova de achar-se o contribuinte com o diploma registrado e anotado, na forma desta lei.

Art. 17.º As carteiras fornecidas pelo sindicato de odontologistas, depois de visadas pelo Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina e na repartição sanitária estadual competente, constituem prova de registro do diploma.

Parágrafo único. Nenhuma carteira será visada sem que dela constem o número, data e folha do registro feito na Diretoria do Ensino Super. or.

Art. 18.º O Ministério da Educação e Saúde, dentro de 120 (cento e vinte) dias oitavara por intermédio do Departamento Nacional de Saúde, instruções reguladoras da presente lei nas quais serão estabelecidos os requisitos, exigências e emolumentos para o funcionamento dos consultórios odontológicos e as penalidades cabíveis nos casos de infração. Cabe-lhe aprovar, dentro do mesmo prazo, as instruções elaboradas pelos Departamentos Estaduais de Saúde e resolver os casos omissos, por analogia com as instruções relativas às profissões correlatas.

Art. 19.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 17 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Pedro Calmon.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.315 — DE 18 DE JANEIRO DE 1951

Manda contar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado pelo Ministro do Tribunal de Contas, Francisco José de Oliveira Viana

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para efeito de aposentadoria será contado o tempo em que o Ministro do Tribunal de Contas, Francisco José de Oliveira Viana, serviu como Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Niterói.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.316 — DE 20 DE JANEIRO DE 1951

Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

Finalidade e definições gerais

TÍTULO ÚNICO

Disposições preliminares

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1.º Tem este Código por fim regular os vencimentos, as vantagens e os proventos dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 2.º *Vencimentos da atividade* é a remuneração básica devida ao militar em serviço ativo; e *vantagens*, tudo quanto o militar perceber, em dinheiro ou em espécie, além dos vencimentos.

Parágrafo único. Dividem-se os vencimentos da atividade em duas partes:

a) o *sólo*, remuneração estável do posto ou graduação, equivalente a dois terços (2/3) dos vencimentos;

b) a *gratificação*, remuneração devida pelo desempenho normal da função militar, equivalente a um terço (1/3) dos vencimentos.

Art. 3.º *Proventos da inatividade* é a remuneração paga ao militar da reserva remunerada ou reformado.

Art. 4.º Neste Código, a referência a *militar* abrange todos os postos e graduações da hierarquia militar; quando o dispositivo se restringir a determinado círculo, posto ou graduação, a ele fará referência especial.

Art. 5.º São adotadas as seguintes definições:

a) *Cargo* é o conjunto de atribuições definidas por lei ou regulamento e cometidas, em caráter permanente, a um militar;

- b) *Encargo* é a atribuição de serviço cometida a um militar;
- c) *Função ou Exercício* é a execução, dentro das normas regulamentares, das atribuições estipuladas para os cargos e encargos;
- d) *Posse* é o ato pelo qual o militar fica investido da capacidade legal para exercer determinado cargo ou encargo;
- e) *Entrada em exercício ou em função* ocorre quando o militar passa a executar as medidas necessárias ao desempenho das suas novas atribuições no local de atividade própria, assumindo efetivamente as responsabilidades do cargo ou encargo;
- f) *Sede*, no país é todo o território do município ou dos municípios, caso haja meios frequentes de transporte urbano, suburbano ou rural entre eles, em que estão situadas as instalações da *Organização* em que serve o militar e a Residência deste;
- g) *Organização* é a denominação genérica dada a corpo, repartição, estabelecimento, navio, base e qualquer outra unidade, tática ou administrativa, que faça parte do todo orgânico de uma *Fôrça Armada*;
- h) *Comandante* é a denominação genérica dada ao elemento mais graduado ou mais antigo de cada organização, abrangendo assim seu comandante, diretor, chefe, sub-diretor ou outra denominação que tenha ou venha a ter.
- Art. 6.º As definições deste Capítulo são aplicáveis aos dispositivos deste Código.

PRIMEIRA PARTE

Do militar em atividade

TÍTULO I

Dos vencimentos e do direito à sua percepção

CAPÍTULO I

DOS VENCIMENTOS

Art. 7.º O militar, no desempenho normal de suas funções da atividade, perceberá vencimentos de acordo com a escala padrão de vencimentos militares fixada em lei especial.

CAPÍTULO II

DO DIREITO À PERCEPÇÃO DOS VENCIMENTOS

Art. 8.º Os vencimentos são devidos ao militar a partir da data:

- a) do decreto de promoção, para o oficial;
- b) do ato da declaração, para o aspirante a oficial ou guarda-marinha;
- c) da nomeação para o suboficial ou subtenente;
- d) da publicação do ato no boletim do ministério, corpo, repartição ou estabelecimento, quando se tratar de promoção ou alteração de classe ou categoria, para as demais praças;
- e) da incorporação nas Forças Armadas, após a apresentação, para os convocados e voluntários.

§ 1.º Excetuam-se das condições deste artigo os casos em que o ato tenha caráter retroativo, quando serão devidos a partir da data expressamente declarada nesse ato.

§ 2.º Quando a nomeação inicial decorrer de habilitação em concurso, o direito à percepção dos vencimentos será contado do dia da apresentação à organização competente do respectivo Ministério.

Art. 9.º O direito do militar aos vencimentos da atividade cessa na data:

- a) da transferência para a reserva, remunerada ou não, exceto para os membros do Magistério Militar;
- b) da reforma;
- c) do falecimento;
- d) da perda de posto e patente;
- e) do licenciamento do serviço ativo;
- f) da demissão voluntária;
- g) da exclusão ou expulsão;
- h) da deserção.

Parágrafo único. Quando o militar for considerado ausente, desaparecido, extraviado, prisioneiro ou internado em país neutro, serão observadas as disposições do Capítulo IX, do Título II, da Primeira Parte deste Código.

Art. 10. O soldo do posto é assegurado ao oficial enquanto estiver no uso e gozo da carta patente, conforme dispõe o § 2.º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 11. Os vencimentos militares são irredutíveis, não estão sujeitos a penhora, seqüestro e arresto, senão nos casos e pela forma regulada neste Código.

TÍTULO II

Dos vencimentos em diversas situações, no país

CAPÍTULO I

NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 12. Os juizes militares do Superior Tribunal Militar terão vencimentos fixados em lei especial.

CAPÍTULO II

NO MAGISTÉRIO MILITAR

Art. 13. Os oficiais-professores efetivos do Magistério Militar superior e secundário terão os mesmos vencimentos, vantagens e proventos que tenham ou vierem a ter os da atividade, do mesmo posto, não lhes sendo aplicáveis as disposições do Capítulo III deste Título.

CAPÍTULO III

NO DESEMPENHO DE CARGO ATRIBUÍDO A POSTO OU GRADUAÇÃO

Art. 14. O militar no desempenho de cargo, encargo ou função, atribuído privativamente a posto ou graduação superior à sua, perceberá os vencimentos integrais correspondentes a esse posto ou graduação.

§ 1.º São exceptuados os casos de substituição por motivo de férias, nojo, gala, dispensa de serviço comum, serviços estranhos ao corpo, de duração provável menor que trinta dias, repouso aéreo ou aereo-administrativo até trinta dias, caso em que o militar continuará a perceber os vencimentos de seu posto ou graduação.

§ 2.º O pagamento a que se refere o presente artigo é devido desde a data em que se investir o militar no cargo, encargo ou função até a véspera daquela em que o transmitir.

Art. 15. Perceberá o vencimento relativo ao seu posto efetivo :

- a) o oficial que exercer cargo atribuído indiferentemente a dois ou mais postos e possuir qualquer um desses postos;
- b) o oficial que venha a exercer funções estranhas ao seu quadro ou corpo, bem como de postos nêles inexistentes.

Art. 16. Aplicam-se às substituições decorrentes de outras os mesmos dispositivos referentes à substituição inicial que as determinou.

Art. 17. Em todos os casos de substituição remunerada, previsto no presente capítulo, de cargos, encargos ou funções atribuídas a dois ou mais postos, caberá ao substituto o vencimento do menor desses postos ou graduações.

Art. 18. Para os efeitos do disposto no presente capítulo prevalecem os postos ou graduações correspondentes aos cargos, encargos ou funções estabelecidas nas leis, regulamentos, regimentos e, só na falta destes, nos quadros de efetivos ou lotação.

CAPÍTULO IV

EM GÔZO DE LICENÇA PRÊMIO, DISPENSA DO SERVIÇO E DE FÉRIAS

Art. 19. O militar continuará com direito aos vencimentos e vantagens do posto ou graduação, ao ser considerado, dentro dos prazos legais ou regulamentares, em qualquer das situações abaixo :

I — *Dispensa de Serviço:*

- a) comum;
- b) gala;
- c) nojo;
- d) trânsito;
- e) instalação.

II — *Férias:*

- a) comuns;
- b) acumuladas.

III — *Reposo:*

- a) aéreo;
- b) aéreo-administrativo.

IV — *Licença-prêmio:*

Parágrafo único. Na hipótese de serem excedidos os prazos legais ou regulamentares, inclusive para trânsito e instalação, a pedido do interessado, mesmo quando deferida pela autoridade superior a prorrogação, o militar não fará jus à gratificação no período que exceder àqueles prazos.

CAPÍTULO V

EM GÔZO DE LICENÇA

Art. 20. O militar, quando licenciado, pelos motivos abaixo, perceberá os seguintes vencimentos e vantagens :

I — *Para tratamento da própria saúde :*

- a) Até dois anos, mesmo em licenças continuadas, concedidas parceladamente, os vencimentos e vantagens do posto ou graduação.

II — Para tratamento de saúde de pessoa da família :

a) até um ano, mesmo em licenças continuadas, concedidas parceladamente, os vencimentos e vantagens do posto ou graduação nas licenças continuadas, completado esse prazo e até o limite de dois anos não fará jus à gratificação ;

III — Para aperfeiçoar conhecimentos técnicos ou realizar estudos de interesse militar, no país ou no estrangeiro :

a) quando se tratar de assunto relativo à sua especialidade — os vencimentos :

b) nos demais casos — o soldo.

IV — Para tratar de interesses particulares ou trabalhar em indústria particular:

O oficial nada perceberá

V — Para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis:

O militar, até dois anos, o soldo; além desse prazo, nada perceberá.

VI — Para exercer cargo público civil, de natureza temporária : o militar, o soldo do posto ou graduação.

VII — Para o exercício de qualquer função, quando posto o militar à disposição de outro Ministério ou de Governo estadual, territorial ou municipal:

O militar, os vencimentos ou o soldo do posto ou graduação, conforme a função seja considerada pelo Governo Federal de interesse militar ou não, ressalvado em qualquer caso o direito de opção pelos vencimentos da função.

VIII — Para exercer cargo eletivo :

O militar nada perceberá.

IX — Para desempenhar comissão de caráter civil, estranha ao Serviço Público não compreendida no inciso V :

O militar nada perceberá.

Parágrafo único. As autarquias e as sociedades de economia mista, para os fins desse Código, são compreendidas no inciso V.

Art. 21. O militar quando licenciado para tratamento de saúde em consequência de ferimento recebido em campanha, de enfermidade nela contraída, ou de moléstia dela decorrente, ou ainda de acidente em serviço, terá direito aos vencimentos e vantagens do posto ou graduação até o período de quatro anos.

CAPÍTULO VI

EM GÔZO DE LICENÇA ESPECIAL, COMO RECOMPENSA

Art. 22. Ao militar serão pagos os vencimentos e vantagens do posto ou da graduação, enquanto se encontrar no gôzo de licença especial concedida como recompensa pelos serviços prestados na forma estabelecida em lei,

CAPÍTULO VII

QUANDO HOSPITALIZADO

Art. 23. O militar quando hospitalizado terá os seguintes vencimentos e vantagens:

a) em consequência de ferimento recebido em campanha acidente em serviço, ou moléstia contraída em campanha ou serviço, ou dela decorrente, os vencimentos e vantagens do posto ou graduação até o limite de quatro anos;

b) por qualquer outro motivo, os vencimentos e vantagens do posto ou graduação até o limite de dois anos.

CAPITULO VIII

QUANDO ADIDO

Art. 24. O militar adido ao seu quadro, ou a qualquer organização, perceberá os vencimentos e vantagens do posto ou graduação nas seguintes situações:

- a) aguardando nomeação, designação, transporte, classificação, transferência, inclusão ou reinclusão no seu quadro e ainda solução de proposta ou requerimento, por ordem superior;
- b) classificado em unidade sem efetivo;
- c) no interesse do serviço ou da justiça, não sendo réu;
- d) servindo em qualquer organização por motivos de curso, concurso ou estágio;
- e) quando no desempenho de comissão de caráter ou interesse militar, ou assim considerada pelo Governo Federal, no país ou no estrangeiro, porém não prevista nos Quadros das Forças Armadas;
- f) quando excedente ao respectivo quadro ou corpo;
- g) mandado ficar adido sem especificação de motivo.

CAPITULO IX

QUANDO AUSENTE, DESAPARECIDO, EXTRAVIADO, PRISIONEIRO OU INTERNADO

Art. 25. O militar que for declarado ausente por ter excedido a licença ou qualquer outro motivo, somente terá direito ao soldo relativo ao período de ausência, depois que apresentar justificação aceita pela autoridade competente; e aos vencimentos do posto ou graduação, desde a data de sua apresentação.

Parágrafo único. A disposição deste artigo não se aplica ao militar cuja ausência venha a ser considerada extravio, desaparecimento, aprisionamento de guerra ou internação em país neutro.

Art. 26. O militar considerado *desaparecido* em campanha, em viagem, em caso de calamidade pública ou no desempenho de qualquer serviço, até trinta dias, conserva o direito aos seus vencimentos e vantagens como se tivesse permanecido em serviço ativo, os quais serão pagos aos seus herdeiros, na forma estabelecida na legislação do montepio militar.

Art. 27. O militar considerado *extraviado* após trinta dias do desaparecimento ocorrido em campanha, em viagem, em caso de calamidade pública ou no desempenho de qualquer serviço, até o prazo de seis meses, contados da data do desaparecimento, conserva o direito aos seus vencimentos e vantagens como se tivesse permanecido em serviço ativo, os quais serão pagos aos seus herdeiros, na forma estabelecida na legislação do montepio militar.

§ 1.º Findo o prazo de seis meses de que trata o presente artigo, far-se-á a habilitação dos herdeiros à herança militar, pela forma prevista em lei.

§ 2.º Na hipótese de reaparecimento do militar extraviado após o prazo de seis meses, caber-lhe-á o pagamento dos vencimentos e vantagens como se tivesse permanecido em serviço ativo, a partir do dia imediato ao término daquele prazo, devendo, porém, ser deduzida a importância que, a título de herança militar, tenha sido paga aos seus herdeiros.

Art. 28. O militar, quando oficialmente considerado *prisioneiro de guerra* ou *internado em país neutro*, conserva o direito aos seus vencimentos e vantagens como se tivesse permanecido em serviço ativo, os quais serão pagos aos seus herdeiros, na forma estabelecida na legislação do montepio militar, enquanto perdurar tal situação.

CAPITULO X

QUANDO AGREGADO

Art. 29. O militar perceberá seus vencimentos e vantagens pela forma e nas condições abaixo estabelecidas:

- a) quando por incapacidade física para o serviço militar, verificada em inspeção de saúde, após seis meses de enfermidade continuada, embora curável:
 - os regulados pelo disposto no inciso I do art. 20;
- b) quando licenciado por prazo maior de seis meses, para tratamento de saúde de pessoa da família:
 - os regulados pelo disposto no inciso II do art. 20;
- c) quando licenciado para tratar de interesses particulares ou dedicar-se a trabalho de indústria particular:
 - o militar nada perceberá;
- d) quando no cumprimento de pena de prisão, até dois anos:
 - o soldo;
- e) quando desertado:
 - nada perceberá;
- f) quando extraviado, até o prazo de seis meses:
 - os regulados pelo disposto no art. 27;
- g) quando licenciado para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis:
 - os regulados pelo disposto no inciso V do art. 20;
- h) quando investido em cargo público civil de natureza temporária:
 - os regulados no inciso VI do art. 20;
- i) quando posto à disposição de outro Ministério ou Governo estadual, territorial ou municipal, para exercício de qualquer função:
 - os regulados pelo disposto no inciso VII do art. 20;
- j) quando aceitar cargo eletivo:
 - o militar nada perceberá;
- k) quando licenciado para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos no país ou no estrangeiro, por conta própria:
 - os regulados pelo disposto no inciso III do art. 20;
- l) quando no desempenho de comissão de caráter civil, estranha ao serviço público, não compreendida na alínea g deste artigo:
 - o militar nada perceberá.

CAPITULO XI

QUANDO SUBMETIDO A PROCESSO, AFASTADO DAS FUNÇÕES OU PRÊSO

Art. 30. Abonam-se os vencimentos e vantagens do posto ou graduação ao militar:

- a) preso disciplinarmente;
- b) respondendo a inquérito ou submetido a processo, solto, sem prejuízo do serviço;
- c) no período em que tenha ficado preso além do tempo correspondente à pena ou punição disciplinar imposta.

Art. 31. Não faz jus à gratificação o militar:

- a) respondendo a inquérito, preso ou detido, com prejuízo do serviço;
- b) submetido a processo, preso;
- c) afastado das funções, por incapacidade profissional ou moral;
- d) cumprindo pena igual ou menor de dois anos o oficial, e igual ou menor de seis meses, a praça.

Art. 32. Ao desertor será pago o soldo, a partir da data da captura ou apresentação.

Art. 33. O militar que, por sentença passada em julgado, fôr declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, terá direito à diferença de vencimentos e vantagens correspondente ao período da prisão ou deserção.

§ 1.º Igual direito assistirá àquele cuja prisão disciplinar tenha sido tornada sem efeito e ao que tiver respondido a inquérito prêso ou detido, mas somente nos casos em que fôr apurada pela autoridade competente a inexistência da contravenção ou transgressão.

§ 2.º Do indulto, perdão ou livramento condicional não decorre direito a qualquer pagamento.

TÍTULO III

Das vantagens

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES — CLASSIFICAÇÃO — GENERALIDADES

Art. 34. Para os efeitos deste Código, as vantagens são consideradas:

a) *Constantes*: as que, satisfeitas as condições legais para sua concessão inicial, são devidas ao militar em qualquer situação em que estiver, ressalvadas as restrições deste Código;

b) *Incorporáveis*: as que continuam a ser devidas, na forma deste Código, na inatividade;

c) *Não incorporáveis*: as devidas unicamente na atividade, na forma deste Código;

d) *Transitórias*: as devidas durante a execução de determinados serviços, em situações especiais;

e) *Ocasionais*: as devidas em consequência de fatos que somente ocorrem eventualmente em situações indenizáveis.

Parágrafo único. As vantagens transitórias e ocasionais não são incorporáveis.

Art. 35. Nenhum militar poderá perceber uma soma total de vantagens que ultrapasse de 25 % o valor de um mês de vencimentos do posto de General de Exército.

Parágrafo único. Não serão computadas, para efeito dessa fixação as gratificações incorporáveis e de campanha, bem como os quantitativos recebidos como abono de família, fardamento e vantagens ocasionais.

Art. 36. São as seguintes as vantagens atribuídas aos militares, nas condições estabelecidas neste Código:

1 — CONSTANTES

A — *Incorporáveis*:

- a) gratificação de serviço aéreo;
- b) gratificação de paraquedismo;
- c) gratificação de serviço de submarino;
- d) gratificação por tempo de serviço;
- e) gratificação de especialidade e função.

B — *Não Incorporáveis*:

- a) abono militar;
- b) fardamento;
- c) ração;
- d) etapa;
- e) vantagem proporcional aos encargos de família;
- f) gratificação de praticagem.

II — TRANSITORIAS

- a) gratificação de representação;
- b) gratificação de guarnição especial;
- c) gratificação de ensino e de turmas suplementares;
- d) gratificação de serviço de saúde;
- e) gratificação de serviço de engenharia;
- f) gratificação de serviço geográfico e hidrográfico;
- g) gratificação de escatandria;
- h) gratificação de serviço de máquinas;
- i) gratificação de técnico militar;
- j) vantagem de campanha.

III — OCASIONAIS

- a) ajuda de custo;
- b) diária de alimentação fora da sede;
- c) diária de pousada fora da sede;
- d) transporte;
- e) hospitalização;
- f) serviço médico e congêneres;
- g) prêmio pecuniário;
- h) quantitativo para funeral;

Art. 37. Em qualquer caso ou situação, as vantagens serão sempre relativas ao posto ou graduação efetiva do militar.

Art. 38. As disposições contidas no art. 33 são aplicáveis ao militar que se encontrar em uma das situações nêle apontadas no tocante às vantagens, quando estas tiverem deixado de ser pagas unicamente em virtude da prisão ou detenção em lide.

CAPÍTULO II

DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO AÉREO

Art. 39. *Gratificação de serviço aéreo* é a concedida ao militar funcionalmente obrigado ao voo, como compensação dos desgastes orgânicos decorrentes do serviço continuado na sua profissão.

§ 1º Para efeito dêste Código, consideram-se funcionalmente obrigados ao voo os pilotos aviadores e, em geral, todos os militares que exerçam, em voo, funções regulamentares.

§ 2º Aos demais militares, eventualmente obrigados ao voo, por prescrição regulamentar, será paga uma gratificação correspondente a 50% da que fôr percebida pelos militares de que trata o § 1º.

Art. 40. O militar fará jus à gratificação de serviço aéreo relativo ao seu posto ou graduação quando houver executado, no período anterior, as provas aéreas cujo plano tenha sido aprovado por ato ministerial.

§ 1º Para o abono desta vantagem, a Diretoria do Pessoal de cada Ministério militar publicará em boletim, na primeira quinzena de cada período, as relações dos militares que tenham executado as citadas provas no período anterior.

§ 2º Não será contemplado em folha de pagamento com a gratificação de serviço aéreo, em cada período, o militar cujo nome não figure nas relações previstas no parágrafo anterior.

§ 3º Cabe às organizações dos Ministérios Militares providenciarem a remessa das relações às citadas diretorias.

§ 4º Os períodos para execução das provas aéreas serão anuais e terminarão em 31 de dezembro.

§ 5.º Para os efeitos do pagamento da gratificação de serviço aéreo, só serão considerados os vôos realizados em serviço e por ordem de autoridade competente.

§ 6.º A Diretoria do Pessoal, para os fins do § 2.º, publicará na primeira semana de cada mês, a relação dos militares que tenham sido beneficiados pela dispensa constante dos arts. 49 e 51.

Art. 41. A inexecução das provas aéreas de um período implica na cessação do pagamento da gratificação de serviço aéreo no período subsequente.

Parágrafo único. A dispensa das provas aéreas não dará, em caso algum, direito ao pagamento da gratificação de serviço aéreo.

Art. 42. Satisfeitas as provas aéreas referentes a um período, a gratificação de serviço aéreo será paga ao militar no período subsequente, seja qual for sua situação legal, desde que receba sôlido e observado o disposto no art. 295.

Art. 43. A gratificação de serviço aéreo do militar licenciado na conformidade do art. 21, continuará a ser paga durante a licença e no período imediato ao de sua apresentação para o serviço, se esta se der depois de transcorrido o segundo terço do período de provas aéreas.

Parágrafo único. Quando a apresentação ocorrer nos dois primeiros terços, o direito à gratificação terminará no último dia do período em que se apresentar.

Art. 44. O oficial aviador que for transferido para a categoria de extra-numerário, ou suboficial e sargento incapacitados para o vôo, perceberão a gratificação de serviço aéreo do posto ou graduação até o fim do período seguinte ao de sua transferência, desde que haja executado as provas aéreas regulamentares.

§ 1.º Após esse período, o valor desta passará a ser calculado tomando-se por base 1/60 da gratificação de serviço aéreo do posto ou graduação para cada cinquenta horas de vôo. Para esse cálculo, as frações de tempo menores de vinte e cinco horas serão desprezadas e as iguais ou superiores a vinte e cinco, arredondadas para cinquenta.

§ 2.º Para os portadores de Diplomas expedidos até 31 de dezembro de 1931, e para os militares dos Serviços Geográfico do Exército e Hidrográfico da Marinha, que contem tempo de serviço aéreo, a incorporação será feita na base de 1/20; e de 1/40 para os portadores de Diplomas expedidos daquela data até entrar em vigor o presente Código.

§ 3.º A gratificação assim calculada não poderá exceder a normal do posto ou graduação e o seu valor mínimo será correspondente a um quarto ($\frac{1}{4}$) da gratificação de serviço aéreo relativa ao posto.

§ 4.º As disposições deste artigo são extensivas ao aspirante a oficial e ao cadete, quando vítimas de acidente em serviço aéreo ou enfermidade dele decorrente.

§ 5.º A gratificação de serviço aéreo calculada nos termos dos parágrafos anteriores deste artigo será imutável e permanente.

Art. 45. O direito à gratificação de serviço aéreo não será prejudicado com a percepção de outras vantagens por parte do militar.

Art. 46. Não serão pagas simultaneamente as gratificações de paraquedismo, submarino e de serviço aéreo.

Art. 47. Ao completar o número de horas de vôo que implique na incorporação integral da gratificação de serviço aéreo, na forma prevista nos arts. 44 e 293 o militar fará jus ao pagamento definitivo dessa vantagem correspondente ao posto ou graduação, pelo valor então vigente.

Parágrafo único. A execução das provas periódicas subseqüentes assegurará ao militar amparado por este artigo a evolução dos cálculos, em função das promoções alcançadas.

Art. 48. O valor mensal da gratificação de serviço aéreo será calculado do seguinte modo:

- a) para o 2º tenente: igual ao sôlido deste pòsto;
- b) para cada um dos postos seguintes: um aumento sucessivo de 10% sobre a gratificação de serviço aéreo do 2.º tenente;
- c) para o aspirante a oficial: 90% da gratificação de serviço aéreo do 2º tenente;
- d) para o 3º sargento: igual ao sôlido mensal desta graduação;
- e) para cada uma das graduações seguintes: um aumento sucessivo de 10% sobre a gratificação de serviço aéreo do 3.º sargento;
- f) para o cadete do último ano: 70% da gratificação de serviço aéreo do 3º sargento;
- g) para o cabo: 60% da gratificação de serviço aéreo do 3º sargento;
- h) para o soldado de 1ª classe: 40% da gratificação de serviço aéreo do 3º sargento;
- i) para os demais cadetes, 30% da gratificação de serviço aéreo do 3.º sargento;
- j) para o soldado de 2ª classe: 20% da gratificação de serviço aéreo do 3.º sargento.

Parágrafo único. Para fazer jus à gratificação prevista neste artigo, é imprescindível que o militar tenha realizado integralmente as provas aéreas regulamentares.

Art. 49. O cadete terá direito à gratificação de serviço aéreo desde o dia em que iniciar os exercícos de vôo estabelecidos no programa do curso, independente da publicação de que trata o § 1º do art. 40.

Parágrafo único. O cadete, recrutado entre os sargentos especialistas de aeronáutica que tenham pelo menos quatro anos de praça, sendo dois, no mínimo, a serviço da especialidade, receberá, até o desligamento da escola, a gratificação de serviço aéreo que percebia por ocasião da matrícula, desde que satisfaça as exigências legais para o seu abono.

Art. 50. O militar perderá a gratificação de serviço aéreo, em consequência de infração da disciplina de vôo, na forma do regulamento disciplinar.

Art. 51. O militar da reserva, convocado, após a apresentação, passará a perceber a gratificação de serviço aéreo, a partir do dia em que satisfizer as provas regulamentares, independente da publicação exigida no § 1º do art. 40.

CAPÍTULO III

DA GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 52. Gratificação de tempo de serviço é a concedida ao militar como compensação à permanência no mesmo pòsto durante muitos anos.

Art. 53. Ao militar que completar quinze, vinte e vinte e cinco anos de efetivo serviço, contados a partir da data de praça, será atribuída uma gratificação de tempo de serviço, respectivamente, igual a 10%, 15% e 25% sobre os vencimentos do pòsto ou graduação.

§ 1º Até que seja promulgado o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União o valor dessa gratificação será de 10%, 15% e 25% dos vencimentos após quinze, vinte e vinte e cinco anos de efetivo serviço.

§ 2º O direito à gratificação começa no dia imediato àquele em que o militar tiver completado o 15º ano.

§ 3º A gratificação deste capítulo é extensiva aos militares que já se achem na inatividade.

CAPÍTULO IV

GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO DE MÁQUINAS

Art. 54. O pessoal embarcado nos navios da Armada ou a ela incorporados, e que prestem serviço nas Máquinas (Motores — Caldeiras — Máquinas auxiliares e Instalações Elétricas) perceberão uma gratificação adicional na razão de seus vencimentos:

- a) Oficiais — 10%;
- b) Praças — 25%.

CAPÍTULO V

DA GRATIFICAÇÃO DE TÉCNICO MILITAR

Art. 55. Gratificação de técnico militar é a concedida aos engenheiros militares no desempenho de funções atinentes às suas especialidades como compensação:

a) ao grande esforço mental dispendido nos trabalhos de projeto e sua execução, na coordenação de novos processos de fabricação e economia, nos trabalhos de investigação e pesquisa, e outras atividades nos setores da indústria militar;

b) ao dispêndio na aquisição de livros e material técnico que permitam manter o nível de conhecimentos necessários ao desempenho das funções;

c) aos riscos de vida a que se expõem em explorações, alta tensão, intoxicação e outras alterações fisiológicas provocadas pela insalubridade de ambientes em que são forçados a exercer suas atividades.

Art. 56. O engenheiro militar, no desempenho de função técnica em estabelecimento fabril ou a ele equiparado, terá direito a uma gratificação diária calculada sobre um dia dos respectivos vencimentos na seguinte base:

a) de 25 %, quando as condições de trabalho fiquem compreendidas na letra c do artigo anterior;

b) de 15 %, quando as condições de trabalho não fiquem compreendidas na letra c do artigo anterior.

Art. 57. O direito à percepção acima estipulada começa no dia em que o engenheiro militar inicia as suas atividades de técnico, e termina no dia em que deixa as respectivas funções, por qualquer motivo, desde que o afastamento seja maior que oito dias.

Art. 58. Aos oficiais dos demais quadros ou especialidades, que desempenharem funções técnicas de construção, em estabelecimentos, fabril ou industrial, será igualmente abonada a gratificação de técnico militar.

CAPÍTULO VI

DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO INDUSTRIAL

Art. 59. Gratificação de Serviço Industrial, neste Código, denominada *gratificação industrial* e *diária industrial*, é o quantitativo da gratificação concedida ao militar, quer como compensação do risco de vida a que fica

sujeito no trato diário e continuado, em ambiente de natureza tóxica e sujeito a risco de vida, quer como compensação pelo grande dispêndio de energia no exercício continuado das funções atribuídas à especialidade industrial.

Art. 60. Perceberá a gratificação industrial o militar que servir efetivamente em organização constante do decreto aludido no art. 65, a partir do dia de sua apresentação na mesma e até a data do seu desligamento, enquanto nela permanecer.

Parágrafo único. Fora da organização constante do decreto aludido no art. 65, o pagamento só será devido quando o afastamento fôr motivado pelo serviço ou por férias, não podendo ultrapassar, em cada ano, de quarenta e cinco dias.

Art. 61. Perceberá a diária industrial, nos dias de efetivo serviço, o militar que servir efetivamente em fábricas e arsenais militares.

§ 1.º Para os fins deste artigo são considerados dias de efetivo serviço os domingos e feriados, intercalados entre os dias úteis em que fôr devida esta vantagem.

§ 2.º Fora da organização, o pagamento só será devido quando o afastamento fôr motivado pelo serviço ou por férias, não podendo ultrapassar, em cada ano, de quarenta e cinco dias.

Art. 62. O abono da diária industrial não exclui o direito à percepção das diárias previstas nos Capítulos XXV e XXVI, do Título III, da Primeira Parte deste Código, quando fôr o caso.

Art. 63. O militar de que trata este Capítulo, acidentado no exercício desses serviços ou que neles tenha contraído enfermidade, quando hospitalizado ou licenciado por esses motivos, permanecerá no gozo da gratificação industrial ou da diária industrial, até o máximo de sessenta dias.

Art. 64. A diária industrial é calculada sobre um dia dos respectivos vencimentos na razão seguinte :

- a) Oficiais — 15%;
- b) Praças — 30%;

Art. 65. O Poder Executivo, em decreto comum aos Ministérios Militares, especificará as organizações e nestas os Serviços Industriais, aos quais serão aplicáveis as disposições do art. 66, classificando-as em categorias.

Parágrafo único. Para essa classificação serão observados a natureza dos trabalhos e serviços a seguir enumerados :

- a) Manufatura de explosivos;
- b) Manufatura de produtos tóxicos;
- c) Manuseio com explosivos ou produtos tóxicos;
- d) Trabalho ou serviço sujeitos a dano de saúde ou risco de vida.

Art. 66. De acordo com a classificação dos serviços industriais, em categorias, a gratificação industrial terá os seguintes valores proporcionais aos vencimentos :

- Categoria A — 30%;
- Categoria B — 25%;
- Categoria C — 20%;

Art. 67. O militar que estiver em comissão provisória numa das organizações a que se refere o art. 65, só fará jus a gratificação industrial de sua

permanência em serviço industrial, se esta fôr maior de trinta dias ininterruptos.

Art. 68. O militar, em caso algum, poderá acumular as vantagens a que se refere este Capítulo.

CAPÍTULO VII

DO ABONO MILITAR

Art. 69. Abono militar é o quantitativo destinado a atender, em parte, às despesas resultantes da renovação dos uniformes, sua manutenção e apresentação condigna; da aquisição e manutenção do equipamento de uso pessoal especializado e imprescindível ao exercício da profissão; e da instabilidade de local e horário próprios da função militar.

Art. 70. O abono militar é devido ao militar que, nos termos do Estatuto dos Militares, esteja em condições de contrair matrimônio ou que já o tenha feito.

Art. 71. O pagamento do abono militar será interrompido enquanto o militar permanecer em situação que lhe assegure apenas a percepção do sôlido.

Art. 72. O valor do abono militar para o casado, viúvo, desquitado ou solteiro com filho menor, legitimado ou inválido, ou solteiro, arrimo de mãe viúva ou irmã inválida, é fixado em vinte por cento (20%) dos vencimentos do seu posto ou graduação.

Art. 73. O valor do abono militar é de dez por cento (10%) dos vencimentos do posto ou graduação efetiva do militar solteiro, viúvo ou desquitado sem filho menor ou inválido, que satisfaça o disposto no art. 70.

Art. 74. O abono militar cessará quando se verificar qualquer dos casos previstos no art. 9.º.

CAPÍTULO VIII

DO FARDAMENTO

Art. 75. O cadete, aspirante e guarda-marinha e os alunos das escolas preparatórias terão direito por conta do Estado, durante o curso, a uniformes e roupa de cama, de acordo com o respectivo plano e conforme as tabelas de distribuição em vigor.

Art. 76. As praças de graduação inferior a 3º sargento terão direito, de acordo com o respectivo plano e conforme as tabelas de distribuição em vigor, a uniformes e roupas de cama, por conta do Estado.

Art. 77. Em operações de guerra, o fardamento de campanha, dentro das tabelas organizadas, será também fornecido por conta do Estado aos oficiais, subtenentes, suboficiais e sargentos que se encontrarem no teatro de operações.

Art. 78. O cadete, aspirante a guarda-marinha, ou 3º sargento e alunos das escolas ou cursos de formação de oficiais ou sargentos da ativa, ao concluírem todos os trabalhos escolares e demais exigências regulamentares que lhes assegurem o direito à declaração de aspirante a oficial ou de guarda-marinha, fazem jus a um auxílio para confecção de uniformes, no valor de três meses de vencimentos da graduação de aspirante a oficial ou guarda-marinha ou 3º sargento, respectivamente.

Art. 79. Ao médico, farmacêutico, veterinário, dentista, contador naval e outros que venham a ser admitidos, por concurso, ou matriculados em qualquer dos cursos militares para a formação de oficiais da ativa dos respectivos quadros, será abonado, para o fim do art. 78, um mês dos vencimentos do posto ou graduação em que forem admitidos.

Art. 80. O militar que perder seus uniformes em qualquer sinistro sobre vindo em estabelecimento militar ou em viagem a serviço, receberá um auxílio que não poderá ultrapassar de três vezes o sôdo mensal do posto ou graduação, como indenização dos prejuízos sofridos.

Parágrafo único. Cabe ao comandante imediato do militar prejudicado, por solicitação deste, determinar a abertura de processo esclarecedor e, em solução fixar o valor desse auxílio em função do apurado.

Art. 81. Ao oficial, suboficial, subtenente e sargento, quando promovidos, será concedido, se o desejarem, o adiantamento de um mês de vencimentos para aquisição de uniformes.

§ 1º Essa concessão far-se-á mediante requerimento ao comandante, dentro de seis (6) meses, contados da data da promoção.

§ 2º A reposição desse adiantamento será feita pela vigésima quarta parte dos vencimentos.

CAPÍTULO IX

DA GRATIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE E FUNÇÃO

Art. 82. Gratificação de especialidade e função, neste Código, denominada *Gratificação de especialidade*, é a concedida aos suboficiais, subtenentes, sargentos e demais praças para estimular o interesse e a dedicação necessários à sua especialização, bem como para compensar o esforço intelectual e físico despendido no exercício da função especializada.

Art. 83. Os suboficiais, subtenentes, sargentos e demais praças fazem jus à gratificação de especialidade quando tenham no mínimo um ano de serviço militar, sejam classificados especialistas, após habilitação regulamentar em curso de especialidade e exerçam a função correspondente.

§ 1º A gratificação de especialidade será devida ao especialista, em efetivo exercício, a partir da data em que satisfaça a condição de tempo mínimo de serviço militar deste artigo, ou, satisfeita esta condição, a partir daquela em que entre no exercício efetivo da especialidade.

§ 2º Considera-se o especialista no desempenho da função peculiar à especialidade quando servir em organização em cuja lotação ou efetivo estejam fixadas funções relativas à sua especialidade.

Art. 84. Em decreto comum aos Ministérios Militares, o Presidente da República classificará os especialistas em quatro categorias: A, B, C e D — para efeito de percepção da gratificação de especialidade.

Parágrafo único. A classificação, que obedecerá à ordem de complexidade das especialidades ou do esforço despendido no respectivo exercício, poderá sempre que for julgado necessário, ser acrescida, reduzida ou modificada por ato do Poder Executivo.

Art. 85. As gratificações de especialidade têm os seguintes valores:

I — para os especialistas da categoria A, que contem mais de três anos de serviço militar:

a) 3º sargento: trinta e cinco por cento (35%) dos vencimentos desta graduação;

b) 2º sargento: a gratificação da especialidade de 3º sargento aumentada de cinco por cento (5%);

c) 1º sargento, subtenente e suboficial: a gratificação de especialidade de 3.º sargento aumentada de dez por cento (10 %);

d) cabo: setenta por cento (70 %) da gratificação de especialidade de 3.º sargento;

e) outras praças: sessenta por cento (60 %) da gratificação de especialidade de 3º sargento;

II — para os especialistas da categoria A, que contem de um até três anos de serviço militar: cinquenta por cento (50 %) das gratificações de especialidade que cabem aos correspondentes do inciso I;

III — para os especialistas das categorias B, C e D, que tenham mais de três anos de serviço militar: as mesmas dos correspondentes da categoria A acrescida de dez por cento (10 %), trinta por cento (30 %) e cinquenta por cento (50 %), respectivamente;

IV — para os especialistas das categorias B, C e D, que tenham de um até três anos de serviço militar: cinquenta por cento (50 %) das que cabem aos correspondentes do inciso III.

Parágrafo único. Os especialistas que tenham menos de um ano de serviço não fazem jus a gratificação de especialidade.

Art. 86. O direito à percepção da gratificação de especialidade cessa nos seguintes casos:

- a) desclassificação da especialidade, por qualquer motivo;
- b) promoção ao oficialato ou declaração a aspirante a oficial;
- c) licenciamento do serviço ativo;
- d) exercício de funções estranhas à especialidade;
- e) licenciado por qualquer dos motivos previstos no Capítulo V, do Título II, da Primeira Parte;
- f) hospitalizado por mais de 60 dias, desde que não seja por motivo de ferimento ou enfermidade adquirida em campanha ou em serviço;
- g) em outros casos, sempre que a praça ficar percebendo apenas sôlo ou sem vencimentos.

Art. 87. A gratificação de especialidade será igualmente paga aos taifeiros, na forma prevista neste Capítulo.

Parágrafo único. Para o fim de percepção da gratificação de especialidade, os taifeiros serão classificados, por ato do Presidente da República, nas categorias A e B, conforme o esforço requerido pelo exercício da especialidade.

Art. 88. O valor da gratificação de especialidade de que trata o artigo anterior será calculado do seguinte modo:

I — para as especialidades da Categoria A:

- a) para a graduação de 2ª classe: quinze por cento (15 %) calculados sobre os vencimentos desta graduação;
- b) para a graduação de 1ª classe: um aumento de quarenta por cento (40 %) calculado sobre a gratificação de especialidade do taifeiro de 2.ª classe;
- c) para a graduação de 3ª classe: sessenta por cento (60 %) da gratificação de especialidade do taifeiro de 2ª classe.
- d) para a graduação de taifeiros mor igual à de 3º sargento da especialidade A.

II — para as especialidades da categoria B, nas mesmas condições e proporções estabelecidas para a categoria A, acrescida de quarenta por cento (40%) sobre a gratificação de especialidade.

CAPÍTULO X

DA RAÇÃO

Art. 89. Ração é a quantidade de víveres distribuída diariamente para alimentação do militar, sendo assim classificada:

a) *Ração comum*, compreendendo os gêneros alimentícios essenciais, cujas espécies e quantidades serão determinadas em tabela única para os Ministérios militares, organizada tendo em vista o disposto no art. 90;

b) *Ração complementada*, constituída pela ração comum, acrescida do complemento julgado necessário à satisfação de necessidades impostas pela natureza dos serviços, e também constante de tabelas especiais, organizadas adequadamente em cada Ministério militar;

c) *Ração especial*, a constante de tabelas especialmente organizadas, para atender às necessidades decorrentes de situações especiais em que se encontre o militar, tendo em vista a natureza do serviço, da hospitalização e do clima ou condições peculiares à região.

Art. 90. As tabelas relativas a rações comuns, complementadas e especiais serão organizadas adequadamente, indicando as qualidades e quantidades dos víveres necessários à alimentação, de modo que sejam atendidos os requisitos da nutrição em proteínas, carboidratos, sais minerais, vitaminas, calorias e outros, tendo em vista as peculiaridades seguintes:

- a) o exercício de função que exija maior dispêndio de energia;
- b) as condições peculiares do clima e da região;
- c) as condições locais de trabalho, no que se refere às possibilidades de suprimentos, armazenamento e outros;
- d) a natureza da função;
- e) as necessidades decorrentes da hospitalização;
- f) a deficiência ou impossibilidade da existência de equipamentos para preparo e conservação dos gêneros;
- g) os serviços em submarinos ou navios de pequeno porte;
- h) os serviços em aeronaves;
- i) os serviços em locais isolados, distantes dos centros produtores;
- j) as emergências de salvamento e socorro.

Art. 91. A ração comum compõe-se de duas partes:

- a) gêneros de paiol ou de subsistência, constantes das respectivas tabelas;
- b) verduras, condimentos, frutas e sobremesa, bem como o preparo, atendidas pelo quantitativo de rancho.

Art. 92. Fazem jus à alimentação por conta do Estado:

a) os oficiais e aspirantes a oficial ou guardas-marinha em serviço nas organizações militares que tenham rancho próprio, ou em serviço em qualquer organização, quando de prontidão, em campanha, manobra, exercícios, permanência obrigatória e continuada durante a jornada;

b) as praças;

c) os alunos das escolas de preparação ou formação de praças e oficiais da ativa.

§ 1º A alimentação nas organizações com rancho próprio será fornecida em rações já preparadas.

§ 2.º Os militares com direito à alimentação, quando em serviço em organização sem rancho, serão indenizados pelo triplo do valor das etapas que tiverem vencido.

§ 3.º Os oficiais com direito à alimentação serão obrigatoriamente arranchados nas suas organizações, quando estas tenham rancho próprio.

§ 4.º As praças podem desarranchar, na forma estabelecida pelos regulamentos a que estiverem sujeitas quando em férias e em gozo de qualquer licença.

Art. 93. O militar preso em organização militar, em qualquer situação, será sempre arranchado por conta do Estado.

Art. 94. Os gêneros a que se refere a alínea *a* do art. 91 serão fornecidos em espécies às unidades.

Art. 95. O quantitativo de rancho, a que se refere a alínea *b* do art. 90 será correspondente a um terço do valor fixado para a parte da alínea *a* do mesmo artigo, e entregue em dinheiro a cada unidade, que o aplicará de acordo com as instruções e disposições regulamentares.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese o quantitativo de rancho será pago, em dinheiro, aos arranchados.

Art. 96. Nos ranchos de oficial, guarda marinha, aspirante a oficial, aspirante a guarda-marinha, cadete, suboficial, subtenente e sargento, o quantitativo de rancho será substituído pela *melhoria de rancho*, subordinada às mesmas regras daquele, e equivalente a 50% da parte da alínea *a* do art. 91.

Parágrafo único. Nos navios de guerra, quando em viagem, e nas forças militares, quando se deslocarem em serviço ou manobra fora da sede da unidade, bem como nas prontidões os valores das melhorias de rancho serão acrescidos de 50% do seu valor.

Art. 97. O numerário destinado à melhoria ou ao quantitativo de rancho, em nenhuma hipótese poderá ter aplicação diferente da estabelecida neste Capítulo, devendo ser gasto integralmente no rancho respectivo.

CAPÍTULO XI

DA ETAPA

Art. 98. *Etapa* é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração comum, no local.

Art. 99. A etapa será paga à praça que estiver desarranchada na forma dos regulamentos militares.

§ 1.º Os alunos das Escolas de Formação de Oficiais e das Preparatórias quando desarranchados, não perceberão etapa.

§ 2.º O suboficial, o subtenente e o sargento farão jus, ainda, a uma etapa suplementar, quando prontos, no exercício de suas funções ou matriculados nas escolas ou cursos, em trânsito, férias em quaisquer dispensas, licenciados para tratamento de saúde ou de pessoa da família.

Art. 100. O valor da etapa do pessoal do Exército, Marinha e Aeronáutica estacionado na mesma região, zona ou localidade e igual para as três forças e fixado anualmente por ato do Presidente da República em função do valor médio da ração comum nessa região, zona ou localidade.

Art. 101. Quando o militar, condenado ao cumprimento de pena em presídio militar por crime que o prive da percepção do soldo, for casado ou tiver filhos, ainda que naturais, será abonada uma etapa à esposa ou a quem tiver a guarda dos filhos e a estes, enquanto menores, desde que não recebam pensão ou herança militar.

Parágrafo único. O abono das etapas previstas neste artigo cessará no dia em que o condenado fôr transferido para presídio civil, pôsto em liberdade, evadir-se ou falecer.

Art. 102. A praça licenciada para tratamento de saúde, ou nos termos do art. 22 d'este Código e, ainda, a que, desarranchada, aguarde transferência para a reserva remunerada, reforma ou licenciamento, conservará o direito à percepção da etapa.

Art. 103. A etapa não pode ser consignada nem está sujeita a desconto de qualquer natureza.

Art. 104. Não haverá em caso algum acumulação de etapa e razão, ou de etapa e diária de alimentação, salvo o disposto no § 2º do art. 99.

CAPÍTULO XII

DA VANTAGEM PROPORCIONAL AOS ENCARGOS DE FAMÍLIA

Art. 105. A vantagem proporcional aos encargos de família, neste Código, denominada *abono de família*, constitui o auxílio pecuniário abonado ao militar da ativa, da reserva remunerada e reformado, com o objetivo de atender, em parte, às despesas decorrentes da educação e assistência a filhos.

Art. 106. O abono de família será assegurado aos militares da ativa, da reserva remunerada e reformados, nas mesmas proporções e condições em que o seja ou venha a ser concedido aos servidores públicos em geral o salário-família.

CAPÍTULO XIII

DA GRATIFICAÇÃO DE PRATICAGEM

Art. 107. *Gratificação de praticagem* é a concedida aos práticos dos quadros da Marinha como compensação da responsabilidade de que são investidos no exercício das suas funções.

Art. 108. A gratificação de praticagem é abonada mensal e proporcionalmente aos vencimentos do respectivo pôsto ou graduação, na razão seguinte :

- a) prático-mor — 20%
- b) prático de 1.ª — 15%
- c) prático de 2.ª — 10%
- d) praticante — 10%

§ 1.º As disposições d'este Código são extensivas aos práticos a que se refere este Capítulo, não lhes cabendo, porém, a gratificação de especialidade, em lugar da qual lhes é abonada a de praticagem.

§ 2.º Quando destacados em navios mercantes, poderão os práticos perceber a gratificação; que, porventura, lhes fôr abonada pelos armadores, sem prejuízo da estabelecida neste Código.

CAPÍTULO XIV

DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 109. *Gratificação de representação* é o quantitativo destinado à indenização das despesas individuais e extraordinárias a que o oficial, no exercício de cargo ou comissão para que fôr prevista esta vantagem, é obrigado a fazer, por força da própria representação social exigida pela sua função, não tendo, por isso mesmo, caráter de remuneração.

Art. 110. São consideradas comissões de representação no país, as de :

- a) ministro de pasta militar;
- b) chefe e oficial do Gabinete Militar da Presidência da República;
- c) chefe e oficial do Estado Maior Geral;
- d) oficial da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- e) chefe e subchefe dos Estados Maiores do Exército, Armada e Aero-náutica;
- f) comando, direção ou chefia privativa de oficial-general;
- g) oficial de gabinete de ministro de pasta militar, inclusive ajudante de ordens;
- h) diretores ou chefes de repartições ou estabelecimentos;
- i) chefe de gabinete de Estado Maior, Departamento Geral e Diretoria;
- j) chefe de E. M. de Grande Unidade, de Esquadra ou Fôrça, de Zona, de Região ou Distrito;
- k) Comandante de organizações de comando privativo de oficial superior;
- l) Assistentes, Assistentes de Gabinetes, Adjuntos de Gabinete e Ajudantes de Ordens;
- m) Comandante e Assistente da Escola Superior de Guerra;
- n) Serviço de estado maior.

Art. 111. A gratificação de representação será de 15% dos vencimentos para os oficiais compreendidos nas alíneas a, e, f, g, j e k do art. 110, e 10% para os abrangidos pelas alíneas h, i e l do mesmo artigo.

Art. 112. Os oficiais compreendidos nas letras b, c, d e m de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou ao Conselho de Segurança Nacional, terão gratificações arbitradas pelo Presidente da República.

Art. 113. O direito à gratificação de representação inicia-se com a investidura do oficial no cargo ou comissão e cessa quando o beneficiário deixa o cargo ou termina a missão ou comissão.

Art. 114. Nos casos de representação especial e temporária, em que houver designação expressa para o oficial ou comissão, pessoal ou coletiva, as despesas decorrentes da respectiva representação correrão por conta dos recursos postos à disposição do militar designado para chefia-la ou desempenhá-la.

Art. 115. Gratificação de serviço de estado maior é a concedida aos oficiais com os cursos das Escolas de Estado Maior do Exército, de Guerra Naval ou de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, no desempenho de funções atinentes à sua especialidade como compensação :

- a) ao grande esforço mental despendido em estudos especializados, em trabalhos de planejamento e sua execução;
- b) ao dispêndio na aquisição de livros e material técnico que permitam manter o nível de conhecimentos de cultura geral e profissional necessários ao desempenho das funções atinentes ao serviço de estado maior;
- c) aos riscos de vida a que se expõem em trabalhos de inspeções, reconhecimento, orientação de trabalhos de planejamento e observação e que provocam o desgaste orgânico resultante dessas delicadas missões.

Art. 116. O oficial com os cursos das Escolas de Estado Maior do Exército, de Guerra Naval ou de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, no desempenho de serviço de estado maior, terá direito a uma gratificação diária calculada sobre um dia dos respectivos vencimentos na seguinte base :

- a) de 25 %, quando as condições de trabalho fiquem compreendidas na letra c do artigo anterior;
- b) de 15 %, quando as condições de trabalho não fiquem compreendidas na letra c do artigo anterior.

Art. 117. O direito à percepção acima estipulada começa no dia em que o oficial nas condições especificadas no artigo anterior, inicia as suas atividades como oficial de estado maior e termina no dia em que cessam as respectivas atividades por qualquer motivo, desde que o afastamento seja maior de oito dias.

Art. 118. Não faz jus à gratificação de serviço de estado maior o oficial que não exerça efetivamente as funções de estado maior.

Art. 119. Não serão pagas, simultaneamente, duas ou mais gratificações de que trata este capítulo, salvo o caso previsto no art. 114.

CAPÍTULO XV

DA GRATIFICAÇÃO DE GUARNIÇÃO ESPECIAL

Art. 120. Gratificação de serviço em guarnição especial, neste Código, denominada *gratificação de guarnição especial*, é o quantitativo destinado a compensar o militar pela permanência em localidades situadas em regiões fronteiriças do país, de condições precárias de vida e de salubridade, ou em outras regiões, de índices exagerados de custo de vida.

Art. 121. Perceberá a gratificação de guarnição especial o militar que servir efetivamente em localidade constante do decreto aludido no art. 122, a partir do dia de sua apresentação na organização e até a data do seu desligamento, enquanto nela permanecer regularmente.

§ 1.º Fora dessas localidades, o pagamento só será devido quando o afastamento fôr motivado pelo serviço ou por férias, ou licença para tratamento de saúde, não podendo ultrapassar, em cada ano, de quarenta e cinco dias.

§ 2.º O militar de que trata este Capítulo, acidentado no serviço ou que nele tenha contraído enfermidade endêmica na região, permanecerá no gozo da gratificação de guarnição especial enquanto hospitalizado ou licenciado por estes motivos e não puder ser removido da região na qual percebia aquela gratificação.

Art. 122. O Poder Executivo, em decreto comum aos Ministérios militares, determinará as localidades a que serão aplicáveis as disposições deste Capítulo, classificando-as nas categorias A, B, C, D e E de que trata o art. 123.

§ 1.º Nesta classificação serão observadas as seguintes circunstâncias com relação às localidades:

- a) condições sanitárias, econômicas e sociais;
- b) dificuldade de seu acesso pelos meios normais de transporte.

§ 2.º As ilhas de Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade serão consideradas nesta classificação.

Art. 123. De acordo com a situação geral das localidades, a gratificação de guarnição especial terá os seguintes valores proporcionais aos vencimentos:

- Categoria A — 30 %;
- Categoria B — 25 %;
- Categoria C — 20 %;
- Categoria D — 15 %;
- Categoria E — 10 %.

Art. 124. O militar que estiver em comissão provisória numa dessas localidades só fará jus à gratificação especial se a sua permanência fôr maior de trinta dias ininterruptos.

Parágrafo único. Igual período será exigido para que o militar pertencente a uma guarnição especial, quando movimentado provisoriamente para localidade de outra categoria, passe a perceber gratificação de guarnição especial desta.

CAPÍTULO XVI

DA GRATIFICAÇÃO DE ENSINO

Art. 125. Gratificação de ensino é a concedida ao pessoal instrutor, professores efetivos do Magistério Militar Superior e Secundário, e alunos, como compensação do grande esforço mental despendido na coordenação do ensino, ou da instrução, organização de aulas ou sessões de ensino e correção de provas, bem como para auxílio na aquisição de livros ou material técnico que se tornem necessários ao desempenho da função.

Art. 126. O militar nomeado em comissão para o cargo de instrutor, com exercício em estabelecimento de ensino, ou curso, dos Ministérios Militares, e, bem assim, os membros do Magistério Militar Superior e Secundário, terão direito a gratificação de ensino, na seguinte conformidade:

a) diretor de ensino, vice-diretor de ensino, sub-diretor de ensino, chefe de departamento de ensino ou de instrução: 20 % dos vencimentos de Coronel;

b) instrutor-chefe e professor efetivo: 80 % da gratificação da alínea anterior;

c) instrutor: 70 % da gratificação da alínea a;

d) auxiliar de instrutor, auxiliar de ensino ou de instrução, encarregado de instrução ou de escola: 50 % da gratificação da alínea a;

e) instrutor estagiário: 40 % da gratificação da alínea a;

f) sub-instrutor e monitor: 20% dos vencimentos de subtenente ou sub-oficial;

g) alunos das Escolas Técnicas do Exército, do Estado Maior do Exército, de Guerra Naval, de Comando e Estado Maior da Aeronáutica: 30 % da gratificação da alínea a;

h) oficiais alunos das demais Escolas e cursos: 15 % da gratificação da alínea a);

i) praças alunos, exceto os dos cursos de formação de oficiais e de formação e aperfeiçoamento de sargentos: 50 % da gratificação de sub-instrutor.

§ 1º O pessoal de ensino das Escolas Superior de Guerra, do Estado Maior e Técnica do Exército, de Guerra Naval e de Comando e Estado Maior da Aeronáutica perceberá as gratificações deste artigo aumentadas de 20% do seu valor.

§ 2º Os professores do Magistério Militar e os Instrutores, além do que perceberem pelo trabalho regulamentar obrigatório, terão direito a 1% dos vencimentos do posto, por aula excedente ou por desdobramento de aulas.

Art. 127. O direito à percepção da gratificação de ensino começa no dia em que o militar inicia suas atividades de instrutor ou de professor do ensino militar superior e secundário e termina no dia em que deixar os exercícios das funções por qualquer motivo, por mais de oito dias.

Art. 128. O militar nomeado para instrutoria, que se apresentar para esse fim e não entrar no efetivo exercício das funções, não fará jus às vantagens previstas neste Capítulo.

CAPÍTULO XVII

GRATIFICAÇÃO DE PARAQUEDISMO

Art. 129. *Gratificação de paraquedismo* é a concedida ao militar funcionalmente obrigado a saltar de paraquedas, como compensação pelas alterações fisiológicas consequentes de desempenho continuado da função de paraquedista.

Parágrafo único. Para fins deste artigo consideram-se funcionalmente obrigados ao exercício de salto de paraquedas (salto de avião em voo), os paraquedistas no exercício de função em unidades aero-terrestres, Escolas de Formação de Paraquedistas e alunos (Oficiais e Praças) das Escolas de Aperfeiçoamento, de Especialização de Estado Maior e Alto Comando, exceto da Escola Técnica do Exército.

Art. 130. O militar fará jus à gratificação de paraquedismo relativo ao seu posto ou graduação, quando houver executado, no período anterior, as provas constantes de plano ou programa elaborado pelo comandante do Núcleo de Paraquedistas ou Escola de Paraquedistas devidamente aprovado por ato ministerial.

§ 1.º Os períodos para execução das provas de salto são trimestrais, e terminam a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano.

§ 2.º O militar faz jus à gratificação de paraquedismo em um período quando no anterior houver executado as provas respectivas.

§ 3.º Para o abono desta vantagem o Boletim Interno da Unidade publicará na 1.ª quinzena de cada período as relações dos militares que tenham executado as citadas provas no período anterior.

§ 4.º Não será contemplado em folha de pagamento com a gratificação de paraquedismo, em cada período, o militar cujo nome não figure nas relações previstas no parágrafo anterior.

§ 5.º Para os efeitos do pagamento de gratificação de paraquedismo, só serão considerados os saltos realizados por ordem de autoridade competente e devidamente homologados.

§ 6.º A unidade, para os fins do § 4.º, publicará na primeira semana de cada mês, a relação dos militares que tenham sido beneficiados no mês anterior pela dispensa do art. 137.

Art. 131. A inexecução das provas de paraquedismos de um período implica cessação do pagamento da gratificação de paraquedismo no período subsequente, salvo guardado o referido no art. 134.

Parágrafo único. A dispensa das provas de salto não dará, em caso algum, direito ao pagamento da gratificação de paraquedismo.

Art. 132. Satisfeitas as provas de paraquedismo referentes a um período, a gratificação de paraquedismo será paga ao militar no período subsequente seja qual for sua situação legal, desde que receba soldo, salvo guardado o referido no art. 295.

Art. 133. A gratificação de paraquedismo do militar licenciado na conformidade do art. 21, continuará a ser paga durante a licença e no período imediato ao de sua apresentação para o serviço, se esta se der depois de transcorrido o segundo terço do período de provas de salto.

Parágrafo único. Quando a apresentação ocorrer nos dois primeiros terços, o direito à gratificação terminará no último dia do período em que se apresentar.

Art. 134. A gratificação de paraquedismo será incorporada em caráter definitivo para o militar, por frações de 1/20 do valor da referida gratificação atribuído ao posto ou graduação, correspondente a cada período de 4 saltos. Para este cálculo o que for inferior a 2 saltos será desprezado e o que for igual ou superior contado como quatro.

§ 1º A gratificação assim calculada não poderá exceder à normal estipulada no art. 135, nem ser inferior a $\frac{1}{4}$ do valor desta.

§ 2º Para efeito deste artigo só poderão ser incorporados anualmente até 4 frações.

Art. 135. O direito à gratificação de paraquedismo, independe da percepção de outras vantagens a que faça jus o militar e será paga da seguinte forma:

- a) para o segundo tenente, igual ao sôlido deste posto;
- b) para cada um dos postos seguintes, um aumento sucessivo de 10% sobre a gratificação de paraquedismo de 2º tenente;
- c) para o aspirante a oficial, 90% da gratificação de paraquedismo de 2º tenente;
- d) para o sub-tenente, igual ao sôlido mensal desta graduação;
- e) para o 1º sargento, igual a 90% da gratificação de paraquedismo de sub-tenente;
- f) para 2º sargento, 90% da gratificação de paraquedismo de subtenente;
- g) para 3º sargento, 70% da gratificação de paraquedismo de subtenente;
- h) para os cabos e soldados, igual a 50% da gratificação de paraquedismo de subtenente.

Parágrafo único. Para fazer jus à gratificação prevista neste artigo, é imprescindível que o militar tenha realizado, integralmente, os saltos regulamentares.

Art. 136. Ao completar o número de saltos que implique a incorporação integral da gratificação de paraquedismo, na forma prevista nos arts. 134 e 293, o paraquedista fará jus ao pagamento definitivo desta vantagem correspondente ao posto ou graduação pelo valor vigente, atendendo, ainda, ao que estabelece o parágrafo único do art. 47.

Art. 137. O militar iniciante na instrução de paraquedista terá direito à gratificação de paraquedismo a partir do dia em que efetuar o primeiro salto de aeronave em vôo, independente da publicação exigida no § 3º do art. 130.

Art. 138. A percepção, pelo pessoal de ensino das escolas ou núcleos de paraquedismo, da gratificação de ensino prevista no Capítulo XVI não impede o abono da gratificação de paraquedismo, se a esta fizer jus, executando integralmente as provas de salto regulamentares.

CAPÍTULO XVIII

DA GRATIFICAÇÃO DE SUBMARINO

Art. 139. Gratificação de serviço em submarino, neste Código, denominada *gratificação de submarino*, é a concedida ao militar funcionalmente obrigado a esse serviço, como compensação pelo grande dispêndio de energia e de saúde que o exercício continuado de imersão requer.

Parágrafo único. Para os fins deste Código, consideram-se funcionalmente obrigados ao serviço em submarino, os oficiais cursados em submarino, os suboficiais, sargentos e praças que devam exercer funções a bordo desses navios.

Art. 140. O militar fará jus à gratificação de submarino relativa ao seu posto ou graduação, quando houver executado, no período anterior, as provas constantes de plano ou programa elaborado pelo Comandante da Flotilha de Submarinos, e aprovados por ato Ministerial.

§ 1º Os períodos para execução das provas são anuais e terminam a 31 de dezembro.

§ 2º Para o abono desta vantagem, o comandante da Flotilha de Submarinos determinará providências na primeira quinzena de cada período quanto ao lançamento das horas de imersão nos assentamentos das equipagens.

§ 3º Não será contemplado em folha de pagamento com a gratificação d'este artigo o militar cujo nome não figure nas determinações previstas no parágrafo anterior.

§ 4º As imersões realizadas em missões especiais são equiparadas, para todos os efeitos, ás provas constantes do presente artigo.

§ 5º A Flotilha de Submarinos, na primeira semana de cada mês, publicará para fins do § 2º a relação dos militares que tenham iniciado o estágio da formação na especialidade de submarino.

§ 6º A Flotilha de Submarinos, para os fins do § 3º, fará publicar, na primeira semana de cada mês, a relação dos militares que tenham sido beneficiados, no mês anterior, pela dispensa constante do art. 147.

Art. 141. A inexecução das provas de imersão de um período implica cessação do pagamento da gratificação de submarino no período subsequente salvaguardado o referido no art. 144.

§ 1º A dispensa das provas de imersão não dará, em caso algum, direito ao pagamento da gratificação de submarino.

§ 2º Não serão computadas como prova de imersão, para os fins de pagamento desta gratificação, as dispensas concedidas, por autoridade superior, ao militar embarcado em submarino.

Art. 142. Satisfeitas as provas de imersão referentes a um período, a gratificação de submarino será paga ao militar no período subsequente seja qual for a sua situação legal, desde que receba soldo e observado o disposto no art. 295.

Art. 143. A gratificação de submarino do militar licenciado na conformidade do art. 21 continuará a ser paga durante a licença e no período imediato ao da sua apresentação para o serviço, se esta se der depois de transcorrido o segundo terço do período de provas de imersão.

Parágrafo único. Quando a apresentação ocorrer nos dois primeiros terços, o direito à gratificação terminará no último dia do período em que se apresentar.

Art. 144. A gratificação de submarino é incorporada nos vencimentos do militar, por frações de 1/20 do valor da referida gratificação, atribuída ao posto ou graduação, correspondente a cada período de 20 horas de imersão. Para este cálculo, as frações de tempo menores de 10 horas serão desprezadas e as iguais ou superiores serão arredondadas para 20.

§ 1º Ao militar embarcado em submarino abonar-se-á sempre uma gratificação cujo valor mínimo será de 1/4 da de submarino, relativa a seu posto ou graduação.

§ 2º A gratificação de submarino não poderá exceder, de qualquer forma à normal estipulada no art. 145.

Art. 145. O direito à gratificação de submarino independe da percepção de outras vantagens a que faça jus o militar, e seu valor será:

- a) para o 2º tenente, igual ao soldo d'este posto;
- b) para cada um dos postos seguintes, um aumento sucessivo de 10% sobre a gratificação de submarino do 2º tenente;
- c) para guarda-marinha, 90% da gratificação de submarino do 2º tenente;
- d) para o 3º sargento, igual ao soldo mensal desta graduação;
- e) para cada uma das graduações seguintes, um aumento sucessivo de 10% sobre a gratificação de submarino de 3º sargento;
- f) 1º para cabo, 60% da gratificação de submarino de 3º sargento;

- g) para marinheiro de 1ª classe, 40% da gratificação de submarino de 3º sargento;
- h) para marinheiro de 2ª classe, 30% da gratificação de submarino de 3º sargento;
- i) para grumete, 20% da gratificação de submarino de 3º sargento;
- j) para taifeiros, o correspondente à equivalência hierárquica de sua graduação.

Art. 146. Não podem ser pagas, simultaneamente, gratificações de serviço aéreo, de submarino e de paraquedismo.

Art. 147. O militar em estágio de formação da especialidade de submarinista terá direito à gratificação de submarino a partir do dia em que iniciar as provas de imersão previstas para esse estágio, independente da publicação exigida no § 2º do art. 140.

Art. 148. Ao completar o número de horas de imersão que implique a incorporação da gratificação de submarino, na forma prevista nos arts. 144 e 293, o militar fará jus ao pagamento definitivo dessa vantagem, correspondente ao posto ou graduação pelo valor vigente, atendendo ainda ao que estabelece o parágrafo único do art. 47.

CAPÍTULO XIX

DA GRATIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE

Art. 149. Gratificação do serviço de saúde, neste Código, denominada — diária de saúde — é a gratificação diária concedida ao militar como compensação do risco a que fica sujeito no trato diário e continuado com enfermos e material especializado, quer nas organizações de saúde, quer nas Juntas de Inspeção de Saúde, quer ainda na clínica domiciliar prevista no parágrafo único do art. 252 deste Código.

Art. 150. O militar do Corpo ou do Serviço de Saúde em efetivo exercício receberá a gratificação diária calculada sobre um dia dos respectivos vencimentos e na razão seguinte:

a) Oficiais	20%
b) Praças	30%

§ 1º As percentagens previstas neste artigo serão de 25% e 40% respectivamente, quando o militar do Corpo ou Serviço de Saúde estiver classificado e servindo em clínicas de radiologia, radium ou moléstias infecto-contagiosas, salvo o disposto no art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950.

§ 2º Receberá, igualmente, a diária de saúde, na proporção fixada no parágrafo anterior, o militar do Corpo ou do Serviço de Saúde nos dias em que estiver de serviço em enfermarias ou salas com doentes atacados de enfermidade infecto-contagiosas graves, mantidos em isolamento.

Art. 151. Para que se verifique o direito à diária de saúde nos casos do § 1º do art. 150, é necessário que as funções sejam efetivamente desempenhadas em hospital, sanatório, colônia ou organização hospitalar apropriadas para o tratamento de doenças infecto-contagiosas ou que disponham de instalações satisfatórias e em pleno funcionamento quanto aos serviços de radiologia e radium.

Art. 152. Para os fins deste Capítulo, são considerados dias de efetivo serviço os domingos e feriados intercalados entre os dias úteis em que fôr devida esta vantagem.

Art. 153. O militar de que trata este Capítulo, acidentado no exercício destes serviços ou que neles tenha contraído enfermidade, quando hospitalizado ou licenciado por estes motivos, permanecerá no gozo da diária de saúde até seu restabelecimento ou reforma por incapacidade física.

CAPÍTULO XX

DA GRATIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE ENGENHARIA

Art. 154. Gratificação de serviço de engenharia, neste Código, denominada *diária de engenharia* é a gratificação diária concedida ao militar como compensação pelo dispêndio excessivo de energia no exercício continuado das funções atribuídas a serviços das especialidades dos departamentos técnicos das Forças Armadas.

Art. 155. O militar, nos dias de efetivo serviço de execução ou fiscalização de obras, instalações em geral e industriais, de construção de estradas, de levantamento ou qualquer trabalho de campo, determinados pelo respectivo departamento técnico e de produção das Forças Armadas ou seus serviços industriais, receberá uma diária calculada sobre um dia dos respectivos vencimentos na razão seguinte :

a) Oficiais	25 %;
b) Praças	40 %;

§ 1.º Para os fins deste artigo, são considerados dias de efetivo serviço os domingos e feriados intercalados entre os dias úteis em que fôr devida esta vantagem.

§ 2º Quando os serviços de que trata o presente artigo forem custeados por Ministério Civil, em vez da diária de engenharia perceberá o militar uma gratificação que correrá por conta do Ministério interessado e por ele arbitrada.

Art. 156. O militar de que trata este Capítulo acidentado no exercício destes serviços ou que neles tenha contraído enfermidade, quando hospitalizado ou licenciado por estes motivos, permanecerá no gozo da diária de engenharia até o seu restabelecimento ou reforma por incapacidade física.

Art. 157. O abono da diária de engenharia não exclui o direito à percepção das diárias previstas nos Capítulos XXV e XXVI, do Título III, da Primeira Parte deste Código, quando fôr o caso.

CAPÍTULO XXI

DA GRATIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICO MILITAR E HIDROGRÁFICO

Art. 158. Gratificação dos Serviços Geográfico Militar e Hidrográfico, neste Código, denominada *diária de serviço geográfico ou hidrográfico*, é a gratificação diária concedida ao militar como compensação pelo grande dispêndio de energia no exercício continuado das funções atribuídas a estas especialidades.

Art. 159. O militar, nos dias de efetivo serviço de levantamento geográfico ou hidrográfico, em tarefas organizadas pelo respectivo Serviço ou Diretoria, receberá uma diária calculada sobre um dia dos respectivos vencimentos, na razão seguinte:

a) Oficiais	25%;
b) Praças	40%;

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, são considerados dias de efetivo serviço os domingos e feriados intercalados entre dias úteis em que fôr devida esta vantagem.

Art. 160. O militar de que trata este Capítulo, acidentado no exercício destes serviços ou que nêles tenha contraído enfermidade, quando hospitalizado ou licenciado por estes motivos, permanecerá no gozo da diária do serviço geográfico ou hidrográfico até seu restabelecimento ou reforma por incapacidade física.

Art. 161. O abono de diária de serviço geográfico ou hidrográfico não exclui o direito à percepção das diárias previstas nos Capítulos XXV e XXVI do Título III da Primeira Parte deste Código, quando fôr o caso.

CAPÍTULO XXII

DA GRATIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE ESCAFANDRIA

Art. 162. Gratificação de serviço de escafandria, neste Código, denominada *gratificação de escafandria*, é a gratificação concedida ao militar subespecialista como compensação pelo grande dispêndio de energia e de saúde, e do risco de vida no exercício continuado das funções atribuídas a esta subespecialidade.

Art. 163. O militar, a partir da publicação em boletim da sua classificação numa das categorias de mergulhador, perceberá a gratificação mensal de escafandria correspondente a essa classificação, pela forma seguinte:

- a) Mestre mergulhador: $\frac{2}{3}$ do sôlido do pôsto de 2º Tenente;
- b) Mergulhador de 1ª classe: $\frac{3}{4}$ da gratificação de escafandria do mestre mergulhador;
- c) Mergulhador de salvamento: $\frac{3}{5}$ da gratificação de escafandria do mestre mergulhador;
- d) Mergulhador de 2ª classe: metade da gratificação de escafandria do mestre mergulhador.

§ 1º Quando, em efetivo serviço de mergulho, o escafandrista descer a profundidade superior a 36,60 metros, ou a camada líquida de pressão equivalente a esta profundidade, perceberá ainda um acréscimo sobre a gratificação correspondente à sua categoria, por 0,305 metro de profundidade ou pressão a este equivalente, além daqueles limites, de $\frac{1}{400}$ da gratificação de mestre mergulhador, não podendo, porém, este acréscimo ultrapassar os seguintes limites, em relação a esta gratificação:

- a) Mestre mergulhador: até 50 %;
- b) Mergulhador de 1ª classe: até 75 %;
- c) Mergulhador de salvamento: até 90 %;
- d) Mergulhador de 2ª classe: até 100 %.

§ 2º Quando empregado em mergulhos, em efetivas operações de salvamento, em profundidade maior de 27,45 metros ou camada líquida de pressão equivalente a esta profundidade, o escafandrista de qualquer das categorias de mergulhador, mencionadas neste artigo, perceberá mais 25% da gratificação de mestre mergulhador, por hora ou frações da hora de mergulho maiores de 30 minutos.

§ 3º Quando o mergulhador de qualquer categoria estiver empregado em trabalhos submarinos de efetivas operações de salvamento ou reparo, em pro-

fundidade maior de 27,45 metros ou camada líquida de pressão equivalente, e quando o oficial que chefiar as referidas operações julgar que existem extraordinárias condições de perigo, perceberá além das gratificações já mencionadas nos parágrafos anteriores, mais um acréscimo de 25% da gratificação de mestre mergulhador, por hora de mergulho ou frações da hora superiores a 30 minutos.

§ 4º Existem extraordinárias condições de perigo quando os mergulhos são feitos:

- a) sobre navios naufragados;
- b) nas proximidades de destroços, quando qualquer deles possa cortar a mangueira de ar ou rasgar a roupa do mergulhador;
- c) em mar aberto, sob adversas condições de tempo, em presença de ruidos muito acidentados, ou, ainda, sob o efeito de fortes correnteadas;
- d) manejando explosivos debaixo d'água.

§ 5º Em outras condições, consideradas pelo oficial que chefiar as operações de salvamento como igualmente perigosas àquelas mencionadas no parágrafo anterior e nele não especificadas, os fatos observados deverão ser relatados ao Comandante da organização a que esteja o Serviço de Escafandria tecnicamente subordinado, o qual resolverá sobre a existência de condições extraordinárias de perigo ou não, para cada caso relatado.

§ 6º Aos alunos da Escola de Escafandria e aos estagiários, a partir do dia em que iniciarem efetivos serviços de mergulho e enquanto neles estiverem empregados, será abonada metade da gratificação de mergulhador de 2ª classe.

§ 7º O pagamento das vantagens previstas neste artigo, só será autorizado pela autoridade competente, à vista das anotações lançadas na caderneta individual de mergulho, que comprovem os serviços realizados.

Art. 164. O pagamento da gratificação de escafandria cessa quando o militar for desclassificado da subespecialidade por qualquer motivo.

Art. 165. O militar escafandrista, acidentado no exercício do serviço de escafandria, ou que nele tenha contraído enfermidade, quando hospitalizado ou licenciado por estes motivos, permanecerá no gozo da gratificação de escafandria, até seu restabelecimento ou reforma por incapacidade física.

Art. 166. O abono da gratificação de escafandria é peculiar ao respectivo serviço, não excluindo, assim, o militar do direito à percepção das demais vantagens que lhe competirem.

CAPÍTULO XXIII

DAS VANTAGENS DE CAMPANHA

Art. 167. *Vantagens de campanha* são os abonos e acréscimos concedidos ao militar, além dos vencimentos e vantagens que lhe competem, quando seguir para zonas de operações de guerra delimitada pelo Governo Federal e enquanto nelas permanecer efetivamente, como compensação pelo maior dispêndio de energia determinado pela luta armada.

Art. 168. Constituem vantagens de campanha:

- a) abono de campanha;
- b) gratificação de campanha.

§ 1º *Abono de campanha* é o quantitativo concedido ao militar para indenização das despesas decorrentes do deslocamento para as zonas de operações de guerra.

§ 2º *Gratificação de campanha* é o acréscimo sobre os vencimentos concedidos ao militar enquanto permanecer nas zonas de operações de guerra.

Art. 169. O militar, quando seguir para a zona de operações de guerra ou nela estiver, ao serem iniciadas as operações, terá direito a um mês de vencimentos, a título de abono de campanha.

Parágrafo único. O abono de campanha será concedido ao militar apenas uma vez, durante todo o curso da guerra.

Art. 170. O militar, a partir da data em que seguir e enquanto permanecer em zona de operações de guerra, perceberá, além dos vencimentos e demais vantagens que lhe couberem, o acréscimo de um mês de vencimentos a título de gratificação de campanha.

Parágrafo único. O militar baixado ao hospital por ferimento recebido ou enfermidade contraída em campanha, conservará o direito ao recebimento da gratificação de campanha enquanto estiver hospitalizado e permanecer o estado de guerra.

Art. 171. O suboficial, o subtenente ou o sargento que, por proposta do Comandante da organização e aprovação da autoridade superior competente, desempenhar, em campanha, funções de oficial, perceberá vencimentos e demais vantagens correspondentes ao posto que ocupar.

Art. 172. O militar embarcado em navio de guerra que fôr recolhido a porto ou base fora da zona de operações de guerra para execução de reparos destinados à manutenção da eficiência do navio, continuará percebendo gratificação de campanha até trinta dias, a contar da data da chegada ao porto ou base.

Parágrafo único. Quando o recolhimento do navio fôr determinado por necessidade de reparar avarias sofridas em combate por ação do inimigo, será assegurada a continuação do pagamento da gratificação de campanha aos militares que nêle estavam e permaneçam embarcados, até 60 dias, a contar da data da chegada ao porto ou base.

Art. 173. O militar que, por determinação da autoridade competente, estando o Brasil em guerra, embarcar em navio ou aeronave mercante que navegue em zona de risco agravado, delimitada pelo Poder Executivo, terá direito às vantagens previstas neste Capítulo, enquanto nela permanecer.

Art. 174. O pagamento da gratificação de campanha terá como data inicial o dia em que começarem as hostilidades e cessará na data em que oficialmente fôr declarada sua terminação, observadas as disposições dêste Capítulo.

Art. 175. Aos desaparecidos, extraviados, prisioneiros e internados em operações de guerra são garantidas as vantagens dêste Capítulo, na forma estabelecida para os vencimentos no Capítulo IX, do Título II, da Primeira Parte, dêste Código.

CAPÍTULO XXIV

DA AJUDA DE CUSTO

Art. 176. *Ajuda de custo* é o auxílio concedido ao militar, para custeio de despesas de viagem, quando nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escola, centro de instrução ou curso, mandado servir ou estagiar em novas ou determinadas comissões, por conveniência do serviço, ou quando deslocado por efeito de mudança da sede de sua organização.

Art. 177. A ajuda de custo será calculada proporcionalmente aos vencimentos do militar e aos encargos de família.

§ 1.º Para os efeitos de cálculo, serão considerados o posto ou graduação efetivos e a tabela vigente na data do ato que motivar a movimentação, e para os de determinação de exercício financeiro, a data do ajuste de contas.

§ 2.º Se o militar fôr promovido contando antiguidade de data anterior à do pagamento da ajuda de custo, não terá direito à diferença entre esta e a que teria direito no pòsto ou graduação atingida pela promoção.

Art. 178. O militar tem direito à ajuda de custo tóda vez que:

- a) mudar de sede, com obrigação de transferir sua residência;
- b) se estiver em comissão, acompanhado da família, fôr designado para nova comissão em que não se possa fazer acompanhar da mesma, tendo de providenciar sua mudança de domicílio.

Art. 179. A ajuda de custo será:

- I) No caso da alínea a do artigo anterior:
 - a) de um mês de vencimentos, quando viajar sem a família;
 - b) de dois meses de vencimentos, se acompanhado de pessoas da família;
- II) No caso da alínea b, do mesmo artigo, a ajuda de custo será de um mês de vencimentos, qualquer que seja o número de pessoas da família.

Art. 180. A declaração feita pelo militar sob sua responsabilidade, de que será acompanhado pela família, valerá como prova para a concessão da ajuda de custo.

§ 1.º Para o efeito desta disposição, em relação às praças, será considerado o que constar da declaração de família, existente na competente organização.

§ 2.º Em todos os casos, é necessário que as pessoas indicadas vivam às expensas do militar e sob o mesmo teto.

Art. 181. O militar embarcado em navio de guerra, quando em viagem de representação ou de instrução, perceberá uma ajuda de custo correspondente a um mês de vencimentos do respectivo pòsto ou graduação.

Art. 182. O militar movimentado por interesse próprio, operações de guerra ou manutenção da ordem pública, motivo de queixa ou representação contra superior hierárquico, não terá direito a ajuda de custo.

Art. 183. De regresso à guarnição por conclusão dos trabalhos de comissão ou de curso de duração inferior a um ano e superior a seis meses, ou por dissolução da comissão ou fechamento da escola ou curso nesse prazo, terá direito o militar a ajuda de custo do valor de meio mês dos seus vencimentos.

Parágrafo único. Se o curso ou a comissão tiver duração inferior a seis meses, a nenhuma ajuda de custo de regresso terá direito o militar que o concluir.

Art. 184. O militar cuja matrícula fôr trancada em escola ou curso, por motivo a que tenha dado causa, não fará jus a ajuda de custo de regresso.

Art. 185. No caso de falecimento do militar, qualquer que tenha sido o tempo de permanência na comissão, será abonada à sua família a ajuda de custo de um mês de vencimentos do pòsto ou graduação que tiver o militar ao falecer, se a família passar a residir em outra localidade.

Parágrafo único. A prescrição dèste direito ocorrerá dentro de um ano, a contar da data do óbito.

Art. 186. O militar, que houver recebido ajuda de custo e não seguir para a comissão por motivo independente de sua vontade, restituirá à Fazenda Nacional metade da importância recebida, descontada na razão da décima parte do sòlido.

§ 1º Quando a seu pedido não seguir para a comissão, a reposição será de tóda a importância recebida e de uma só vez.

§ 2º Se, após seguir destino, fôr mandado regressar sem que tenha chegado a entrar em exercício, não restituirá a ajuda de custo recebida.

§ 3º No caso de falecimento do militar, antes de seguir para a comissão, seus herdeiros nada restituirão.

Art. 187. Para os efeitos da ajuda de custo, quando a família não acompanhar o chefe ou não viajar dentro dos trinta dias que antecedem ou dos nove meses que se seguem à data da sua apresentação à unidade de destino, o militar restituirá o excedente que lhe tenha sido pago por se fazer acompanhar da família, descontando-o pela décima parte do soldo.

Art. 188. O militar que, até seis meses após haver recebido ajuda de custo, requerer exoneração, demissão do serviço ativo, licenciamento, licença ou desertar, será obrigado a restituí-la.

§ 1º O desconto será feito na forma abaixo, nos seguintes casos:

- a) exoneração ou licença: pela décima parte do soldo;
- b) demissão ou licenciamento: integralmente, antes do desligamento;
- c) deserção: pela décima parte do soldo, após a apresentação ou captura.

§ 2º Nos casos de licenças para tratamento de saúde, excetuam-se as que:

- a) resultarem de acidente ou doença contraída em serviço;
- b) forem passadas inteiramente na sede;
- c) forem passadas fora da sede, por prescrição da junta médica competente.

Art. 189. O militar que estiver sujeito a desconto, em virtude de restituição de ajuda de custo, se adquirir direito a nova, integralizará o desconto, no ato do recebimento desta última.

Art. 190. A ajuda de custo de que trata o presente Capítulo somente caberá a soldado, marinheiro e cabo quando casado ou viúvo ou desquitado com filho menor ou inválido.

Art. 191. Não se abonam simultaneamente ajuda de custo e diárias.

CAPÍTULO XXV

DAS DIÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO, FORA DA SEDE

Art. 192. Diária de alimentação fora da sede, neste Código, denominada *diária de alimentação*, é o quantitativo destinado à indenização das despesas de alimentação, concedido ao militar nos dias em que se deslocar de sua sede, por motivo de serviço.

Art. 193. A diária de alimentação só é devida nos dias de afastamento efetivo da sede, quando no local da comissão provisória não puder ser fornecida alimentação por organização militar federal, ou ainda durante a viagem por qualquer meio de transporte em que a alimentação não esteja compreendida no custo das passagens.

Art. 194. No cálculo das diárias de alimentação, observado o disposto no artigo anterior, serão computados os dias:

- a) de partida e de chegada;
- b) de viagem efetiva;
- c) em que, por motivo de força maior devidamente comprovado, a viagem for interrompida;
- d) de permanência no local da comissão provisória.

Art. 195. O afastamento por menos de oito horas não dá direito ao abono da diária de alimentação.

Art. 196. Compete ao Comandante, sob cujas ordens servir o militar, providenciar o pagamento das diárias a que este fizer jus.

Art. 197. Sempre que necessário, será adiantado número suficiente de diárias de alimentação, fazendo-se posteriormente o ajuste de contas por ocasião do primeiro pagamento de vencimentos que se verificar após o regresso do militar.

§ 1.º Quando o militar, por qualquer motivo, não se deslocar da sua sede, as diárias de alimentação serão restituídas integral e imediatamente após recebida a ordem de anulação da viagem.

§ 2º No caso de falecimento do militar, seus herdeiros não restituirão as diárias de alimentação que êle acaso tenha recebido, nos termos dêste artigo.

Art. 198. O valor da diária de alimentação é o estabelecido na seguinte tabela:

a) Oficiais gerais	55% do vencimento diário;
b) Oficiais superiores	65% do vencimento diário;
c) Capitães e subalternos (inclusive aspirante a oficial e guarda-marinha) ..	75% do vencimento diário;
d) Subtenentes, sub-oficiais e sargentos ..	90% do vencimento diário;
e) Outras praças	100% do vencimento diário.

Art. 199. O militar integrante de pequena fração de tropa, destacamento, subunidade isolada, escolta, que se deslocar de sua sede, em qualquer missão sem rancho organizado ou sem alimentação compreendida no custo dos meios de transporte em que viajar, fará jus às diárias de alimentação, nos termos dêste Capítulo, salvo se o comando responsável houver decidido custear as despesas feitas.

Art. 200. Não se abonam, simultaneamente, em situação alguma, diárias de alimentação e rações ou etapas.

CAPITULO XXVI

DAS DIÁRIAS DE POUSADA FORA DA SEDE

Art. 201. Diária de pousada fora da sede, neste Código, denominada *diária de pousada*, é o quantitativo destinado à indenização das despesas de pousada e pernoite, concedido ao militar nos dias em que estiver afastado de sua sede, por motivo de serviço.

Art. 202. A diária de pousada só é devida nos dias de afastamento efetivo da sede, quando no local da comissão provisória não puder ser fornecido alojamento por organização militar federal, ou, ainda, durante a viagem por qualquer meio de transporte, em que o pernoite nas escalas não esteja compreendido no custo das passagens.

Art. 203. Observado o disposto no artigo anterior, serão computadas tantas diárias de pousada quantos torem os pernoites fora da sede.

Parágrafo único. Para que seja devida a diária de pousada é necessário que o militar deva custear eletivamente a correspondente hospedagem.

Art. 204. Compete ao Comandante, sob cujas ordens servir o militar providenciar o pagamento das diárias a que êste fizer jus.

Art. 205. Sempre que necessário, será adiantado número suficiente de diárias de pousada, fazendo-se posteriormente o ajuste de contas por ocasião do primeiro pagamento de vencimentos que se verificar após o regresso do militar.

§ 1º Quando o militar por qualquer motivo não se deslocar da sua sede, as diárias de pousada serão restituídas integral e imediatamente após recebida a ordem de anulação da viagem.

§ 2º No caso de falecimento do militar, seus herdeiros não restituirão as diárias de pousada que êle acaso tenha recebido nos termos dêste artigo.

Art. 206. O valor da diária de pousada é o estabelecido na seguinte tabela:

a) Oficiais gerais	55% do vencimento diário;
b) Oficiais superiores	65% do vencimento diário;
c) Capitães e subalternos (inclusive aspirante a oficial e guarda-marinha) ..	75% do vencimento diário;
d) Subtenentes, sub-oficiais e sargentos ..	90% do vencimento diário;
e) Outras praças	100% do vencimento diário.

Art. 207. O militar integrante de pequena fração de tropa, destacamento, sub-unidade isolada, escolta, que se deslocar de sua sede em qualquer missão, fará jus às diárias de pousada nos termos deste Capítulo, caso não seja alojado gratuitamente ou não haja decidido o comando que destacou a fração custear as despesas feitas.

Art. 208. Podem ser abonadas simultaneamente diárias de alimentação fora da sede e diárias de pousada.

CAPÍTULO XXVII

DO TRANSPORTE

Art. 209. O militar da ativa terá direito a passagem por conta do Estado, desde que seja obrigado a mudar ou afastar-se da sede, nos seguintes casos:

- a) transferência ou classificação;
- b) designação ou nomeação para qualquer serviço, missão ou comissão;
- c) movimentação no interesse da Justiça ou da disciplina;
- d) baixa à organização hospitalar, por indicação da junta médica competente;
- e) matrícula em escola, curso, núcleo ou centro de instrução;
- f) estágio;
- g) concurso para ingresso nos quadros técnicos das Forças Armadas ou nas escolas de formação;
- h) regresso em qualquer hipótese prevista nas alíneas anteriores;
- i) transferência para a reserva, reforma e licenciamento do serviço ativo;
- j) movimentação em outros casos especiais decorrentes da função militar.

§ 1º Excetua-se desta vantagem o militar agregado de que tratam as alíneas b, c, e, f, g, h, j e l do art. 29.

§ 2º Esta vantagem é extensiva ao militar da reserva quando convocado, estagiário ou designado para funções da atividade.

Art. 210. A praça licenciada do serviço ativo, ou desincorporada, terá direito a passagem de regresso à localidade onde declarar residir, dentro do território nacional.

Art. 211. O convocado para incorporação e o voluntário julgados fisicamente incapazes temporária ou definitivamente, têm direito a passagem de regresso à localidade de que provieram.

Art. 212. Nos casos de direito a passagem, previstos neste Capítulo, o oficial, aspirante a oficial, guarda-marinha, suboficial, subtenente e sargento, terão também direito a passagem para a família, desde que a comissão ou permanência seja de duração maior de seis meses; para as demais praças, somente quando o prazo mínimo de permanência for de um ano.

Parágrafo único. O oficial, suboficial, subtenente e sargento terão ainda direito a passagem para um empregado doméstico.

Art. 213. Consideram-se pessoas da família do militar, para concessão de passagem, desde que vivam às suas expensas e sob o mesmo teto:

- a) a esposa;
- b) as filhas, enteadas, irmãs, cunhadas e sobrinhas, desde que solteiras, viúvas ou desquitadas;
- c) os filhos, enteados, irmãos, cunhados e sobrinhos, quando menores ou inválidos;
- d) a mãe e a sogra, desde que viúvas, solteiras ou desquitadas;
- e) os avós e o pai, quando inválidos;
- f) os netos órfãos, se menores ou inválidos.

§. 1º As pessoas da família do militar, com direito a passagem por conta do Estado, que não puderem acompanhá-lo na mesma viagem, por qualquer motivo, poderão fazê-lo até 30 dias antes ou 9 meses depois, desde que tenham sido feitas, naquele período, as necessárias declarações à autoridade competente para requisitar as passagens.

§. 2º A família do militar que falecer quando em serviço ativo terá, dentro de um ano do óbito, direito a passagem, dentro do país, por conta do Estado, para a localidade em que tór fixar residência.

Art. 214. Ao militar transferido para a reserva remunerada ou diretamente da ativa para a situação de reformado, por qualquer motivo, é assegurado o direito à passagem, dentro de seis meses, a contar do ato que o atastou do serviço ativo, para si e sua família, até o lugar do país onde pretender fixar residência.

Art. 215. As normas ou sistemas de pagamento, o regime especial de adiantamento e a respectiva prestação de contas serão regulados em decreto do Poder Executivo, de modo uniforme, para os Ministérios militares.

Art. 216. O processamento das requisições, as declarações de família, rotinas de serviço, registros e demais formalidades administrativas obedecem, em cada situação particular, aos respectivos regulamentos militares.

Art. 217. As passagens serão concedidas nas ferrovias :

- a) em cabine privativa, leito ou poltrona, para o oficial general e sua família;
- b) em cabine, leito ou poltrona, para os oficiais superiores e suas famílias;
- c) em leito ou poltrona, para os demais oficiais, aspirantes a oficial ou guardas-marinha e suas famílias;
- d) em leito ou primeira classe, para o cadete, aspirante ou guarda-marinha, aluno de escola preparatória ou de formação de oficiais; suboficial, subtenente, sargento e suas famílias;
- e) em segunda classe, para as demais praças e para o empregado doméstico do oficial.

Parágrafo único. O Ministro de pasta militar, quando viajar em objeto de serviço acompanhado de elementos de seu gabinete, terá direito a ocupar carro especial ligado a trem de carreira. O oficial general, nas mesmas circunstâncias, acompanhado de elementos de seu gabinete ou quartel-general, poderá ocupar carro especial, obtida prévia autorização do Ministro.

Art. 218. As passagens serão concedidas, nas rodovias, de preferência nas limousines, para os oficiais, e nos ônibus, para as praças.

Art. 219. As passagens nas vias marítimas, fluviais ou lacustres, serão concedidas :

- a) em camarote de luxo, ou privativo, para o oficial general e sua família;
- b) em camarote de primeira classe, privativo, para os coronéis e capitães de mar e guerra e suas famílias;
- c) em camarote de primeira classe, para os demais oficiais, aspirante a oficial, guarda-marinha e respectivas famílias, bem como ao cadete, aspirante e guarda-marinha e aluno de escola preparatória;
- d) em camarote de segunda classe, ou quando não houver segunda classe, em primeira, para o suboficial, subtenente, sargento e respectivas famílias;
- e) em terceira classe, para as demais praças, para o reservista, para o empregado doméstico do oficial, suboficial, subtenente e sargento bem como para o voluntário, depois de inspecionado de saúde.

Art. 220. Nas aerovias, as passagens serão concedidas :

- a) quando se verificar insuficiência de transporte;
- b) por motivo econômico para o Estado;
- c) quando houver necessidade urgente de movimentação do militar.

Art. 221. Só será requisitado transporte por via aérea quando a Força Aérea Brasileira não dispuser de avião de transporte para esse fim.

Art. 222. A autoridade requisitante escolherá a natureza do meio de transporte a ser utilizado, atendendo às necessidades do serviço e à conveniência econômica do Estado.

Parágrafo único. Em caso de moléstia grave ou necessidade de intervenção cirúrgica no militar ou pessoa de sua família, deverá o Comandante providenciar sobre o meio mais rápido de transporte, justificando-o posteriormente.

Art. 223. A ordem estabelecida nos arts. 217, 218 e 219 quanto às acomodações, excetuado o que estabelece o parágrafo único do art. 222, determina a prioridade para a sua concessão.

Parágrafo único. Na falta absoluta da acomodação que lhe fôr devida, o militar utilizará a existente, desde que seja compatível com o seu posto ou graduação.

Art. 224. As especificações constantes do presente Capítulo não impedem que o militar melhore suas acomodações ou a natureza do transporte, desde que pague imediata e diretamente a respectiva diferença.

Art. 225. As passagens dão direito ao transporte até ao destino final, sem interrupção salvo quando esta se verificar por ordem superior ou por motivo de força maior devidamente comprovado.

Art. 226. Além das passagens por conta do Estado, o militar terá direito ao transporte da respectiva bagagem, nos termos dos arts. 227, e seguintes deste Capítulo.

Art. 227. O transporte das bagagens nas ferrovias obedecerá aos seguintes limites :

a) Para o oficial general e respectiva família : 3.000 (três mil) quilogramas para cada passagem inteira até duas : 1.500 (mil e quinhentos) para cada uma das demais e 1.000 (mil) para cada meia passagem.

b) Para o comandante de organização e adido a representação diplomática e respectivas famílias : 2.500 (dois mil e quinhentos) quilogramas para cada passagem inteira até duas : 1.000 (mil) para cada uma das restantes e 500 (quinhentos) para cada meia passagem. Este dispositivo se aplica também ao deixar o oficial a comissão e tiver de viajar em situação que se enquadre na alínea seguinte.

c) para o oficial, aspirante a oficial, guarda-marinha, sub-oficial, subtenente e sargento e respectivas famílias : 1.500 (mil e quinhentos) quilogramas por passagem inteira até duas : 750 (setecentos e cinquenta) para cada uma das demais, e 300 (trezentos) para cada meia passagem;

d) para os cabos, soldados, taiteiros e suas famílias : 1.000 (mil) quilogramas para cada passagem inteira até duas : 500 (quinhentos) para cada uma das demais e 250 (duzentos e cinquenta) para cada meia passagem;

e) para o aluno, o cadete, o aspirante a guarda-marinha, 250 (duzentos e cinquenta) quilogramas;

f) para os demais, com direito a passagem de segunda classe, 100 (cem) quilogramas por passagem ou meia passagem.

Art. 228. Nos casos de urgência justificada e quando os volumes não puderem ser transportados como bagagem, poderão ser despachados como encomenda nos trens de passageiros ou mistos, desde que a despesa não exceda o total resultante da aplicação do disposto neste Capítulo, com referência ao transporte da bagagem nas ferrovias.

Art. 229. O transporte das bagagens nas rodovias só será feito mediante autorização expressa da autoridade competente e nos casos em que o transporte marítimo, fluvial, lacustre ou ferroviário seja mais oneroso ou inexistente.

Art. 230. Observar-se-ão nas rodovias os mesmos limites de peso estabelecidos no art. 227, para os transportes ferroviários.

Art. 231. O transporte das bagagens nas vias marítimas, fluviais ou lacustres obedecerá aos seguintes limites :

a) Para o oficial general e respectiva família : seis metros cúbicos para cada passagem inteira até duas, três metros cúbicos para cada uma das demais e dois metros cúbicos para cada meia passagem;

b) para o comandante de organização, adido a representação diplomática e respectivas famílias : cinco metros cúbicos para cada passagem inteira até duas, dois metros cúbicos para cada uma das restantes e um metro cúbico para cada meia passagem. Este dispositivo se aplica também ao deixar o oficial a comissão e tiver de viajar em situação que se enquadre na alínea seguinte;

c) para o oficial, aspirante a oficial, guarda-marinha, suboficial, subtenente e sargento e respectivas famílias : quatro metros cúbicos por passagem inteira até duas, dois metros cúbicos para cada uma das demais e um metro cúbico para cada meia passagem;

d) para os cabos, soldados, taifeiros e suas famílias : dois metros cúbicos para cada passagem inteira até duas, um metro cúbico para cada uma das demais e meio metro cúbico para cada meia passagem;

e) para o aluno, o cadete, o aspirante a guarda-marinha : um metro cúbico;

f) para os demais, com direito a passagem de terceira classe, meio metro cúbico por passagem ou meia passagem.

Art. 232. O transporte de bagagem nas aerovias não poderá exceder o limite de peso incluído no custo de passagem.

Parágrafo único. O restante do volume ou peso da bagagem a que tem direito o militar seguirá pelos outros meios normais de transporte.

Art. 233. Quando as bagagens excederem aos limites fixados neste Capítulo, o interessado responderá pela diferença pagando à vista essa majoração de despesas no ato do despacho da bagagem, em qualquer dos meios de transporte.

Art. 234. O militar poderá transportar o automóvel de sua propriedade, pagando à vista a diferença que exceder ao limite do seu direito ao transporte de bagagem, aumentando-se-lhe, no caso de transporte por água, mais três metros cúbicos para tal fim.

CAPÍTULO XXVIII

DA HOSPITALIZAÇÃO

Art. 235. A Hospitalização consiste na assistência médica continuada, dia e noite, ao militar enfermo ou ferido baixado a organização hospitalar militar.

Art. 236. As organizações hospitalares dos Ministérios militares destinam-se a atender aos oficiais e praças da ativa e aos militares da reserva remunerada ou reformados, bem como às pessoas de suas famílias.

Parágrafo único. Consideram-se pessoas da família do militar, para os fins deste artigo, as compreendidas no art. 213.

Art. 237. Em princípio, a organização hospitalar de um Ministério destina-se ao pessoal dele dependente.

Parágrafo único. O militar poderá baixar a organização hospitalar de outra Força Armada quando desse fato não resultar qualquer prejuízo aos componentes desta, ou ainda quando só naquele nosocômio existir clínica ou aparelhagem especializada imprescindível ao seu tratamento.

Art. 238. O militar baixado a organização hospitalar, ou pessoa de sua família em idêntica situação, poderá fazer-se acompanhar de outra pessoa, desde que essa concessão não prejudique as condições do doente ou da organização, e assegurado o pagamento da correspondente e devida indenização.

Art. 239. As organizações hospitalares militares, além dos orçamentários, disporão dos seguintes recursos :

a) *Diária de hospitalização*, correspondente à assistência médica, tratamento geral com remédios magistrais manipulados nas farmácias militares, remédios oficiais de fabricação nacional e de prescrição corrente, regime dietético, exames e tratamento de Raio X, clínicas de oftalmologia, oto-rino-laringologia, urologia, dermatossilografia, alergia, cirurgia e exames de laboratório clínico.

b) *Diária de acompanhante* referente à alimentação e pousada da pessoa de família autorizada a acompanhar o parente hospitalizado.

c) *Extraordinários*, correspondentes aos preparos oficiais estrangeiros de modo geral e aos nacionais quando de prescrição rara, bem como pelo fornecimento de artigos e serviços extra-tabelares.

Art. 240. Os valores das indenizações previstas no artigo anterior serão assim fixados :

a) *Diária de hospitalização* : idêntica à metade da diária de alimentação prevista no art. 198, para o posto ou graduação do militar baixado ou responsável.

b) *Diária de acompanhante* : igual à diária prevista na alínea a.

c) *Extraordinários* : correspondentes ao preço de custo dos preparados, artigos e serviços extra-tabelares fornecidos.

Art. 241. Os cadetes, aspirantes a guarda-marinha, alunos das Escolas Preparatórias, bem como os cabos soldados, mariúheiros e tailheiros da ativa, e os grumetes têm direito a hospitalização gratuita nas organizações hospitalares de sua Força Armada, não lhes sendo aplicável a concessão prevista no art. 238.

Art. 242. Os subtenentes, suboficiais e sargentos da ativa são isentos do pagamento de diárias de hospitalização.

Art. 243. Os oficiais da ativa, os militares da reserva remunerada e os reformados, quando baixados ficarão isentos durante sessenta (60) dias, consecutivos ou não, em cada ano civil, do pagamento de diárias de hospitalização.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não são suscetíveis de acumulação os períodos anteriormente decorridos, correspondentes a anos passados, em que não tenha sido total ou parcialmente aproveitada essa vantagem, nem poderão ser autorizadas dispensas de pagamento, por antecipação, à conta de futuros períodos.

§ 2º Ultrapassado o prazo deste artigo os militares nele indicados pagarão as correspondentes diárias de hospitalização.

Art. 244. Pela hospitalização de pessoas de sua família, o militar indenizará a organização hospitalar, de acordo com as disposições do art. 240.

Parágrafo único. A *diária de acompanhante*, em qualquer situação, será sempre indenizada pelo militar responsável, não sendo permitido dispensá-lo de seu pagamento.

Art. 245. O militar baixado em consequência de acidente, ferimento ou doença por motivo de acidentes em serviço ou em campanha, devidamente comprovada, terá direito ao tratamento gratuito.

Parágrafo único. O militar acometido de doenças endêmicas, ou epidêmicas nos locais em que se achar servindo, será considerado, para efeito deste Capítulo, como acidentado em serviço.

Art. 246. São incluídos na contagem das diárias de hospitalização e de acompanhante os dias da baixa e da alta, bem como os do início e da terminação de acompanhamento ao baixado, quaisquer que sejam as horas em que tais fatos se verifiquem.

Art. 247. O militar da ativa hospitalizado será contemplado com ração, representada pelo regime dietético, não lhe sendo devida a percepção de etapa, salvo para o que faça jus a essa vantagem, nos dias em que realmente pagar diária de hospitalização.

Art. 248. A internação do militar nas clínicas ou hospitais especializados, estranhos aos serviços hospitalares das Forças Armadas nacionais ou estrangeiras, quando não houver organização hospitalar militar brasileira no local, será autorizada pelo seu Comandante ocasional, que depois organizará processo comprovante dessa situação para os efeitos dos parágrafos do presente artigo.

§ 1º Correrão à conta do Estado tôdas as despesas com a internação de praças com direito à hospitalização gratuita, e dos militares compreendidos no art. 245.

§ 2º Ficarão a cargo do Estado as despesas correspondentes à diária de hospitalização e à indenização da sala de operações, nos casos de internação de subtenente, suboficiais e sargentos da ativa.

§ 3º Quando o internado fôr militar compreendido no caso do art. 243, o Estado abonar-lhe-á, a título de auxílio, tantas diárias de hospitalização quantos forem os dias em que estiver baixado, até o máximo preestabelecido de 60 (sessenta) dias por ano civil, competindo-lhe indenizar diretamente ao nosocômio particular interessado.

§ 4º Nos demais casos, a despesa correrá inteiramente à conta do militar baixado.

Art. 249. Quando houver ajuste entre os Ministérios militares e a Cruz Vermelha Brasileira, ou outras organizações hospitalares congêneres, estas concederão internamento em seus apartamentos, quartos ou enfermarias e tratamento em seus gabinetes radiológicos, fisioterápicos e massoterápicos e laboratórios, aos militares e pessoas de suas famílias, mediante pagamento dos preços previstos nas tabelas constantes dos acôrdos realizados.

§ 1º Serão facultados internamento, assistência gratuita dos facultativos do nosocômio ou de médicos militares às pessoas referidas neste artigo, cobrando-se-lhes medicamentos e sala de operações, de acôrdo com as normas estabelecidas para indenização e baixa a organizações hospitalares militares.

§ 2º A indenização à Cruz Vermelha Brasileira ou à organização hospitalar ajustante, será feita mediante desconto em folha, na forma convencionada entre aquêles e o interessado.

Art. 250. O militar reformado, em virtude de acidente ferimento ou doença conseqüente de acidente em serviço ou campanha, bem como o portador de doença de que trata o art. 303, não estará sujeito ao pagamento da diária de hospitalização, quando baixado em virtude da mesma doença que o incapacitou, qualquer que seja o tempo de internação.

§ 1º Quando não houver organização hospitalar estatal ou paraestatal especializada, em que possa ser feito o tratamento de uma dessas doenças, a despesa de internação em organização hospitalar particular, até o limite da diária de hospitalização prevista no art. 240, correrá à conta do Estado.

§ 2º Ao reformado nessas condições, que não estiver hospitalizado conforme prescreve este artigo, não cabe o pagamento desta vantagem.

CAPÍTULO XXIX

DOS SERVIÇOS MÉDICOS E CONGÊNERES

Art. 251. Além das organizações hospitalares, ou fazendo parte destas, possuem os Serviços de Saúde das Forças Armadas laboratórios, policlínicas, gabinetes odontológicos, farmácias, clínicas externas, pronto-socorros e outros serviços, neste Código denominados *Organizações de Saúde*, destinados a atender o pessoal constante do art. 236.

Art. 252. As consultas médicas e odontológicas serão concedidas gratuitamente ao militar e pessoas de suas famílias, constantes do art. 213, nas organizações de saúde.

Parágrafo único. Pela forma estabelecida nos respectivos regulamentos, quanto à condução e outras despesas eventualmente feitas para fazer face a casos urgentes, os médicos militares atenderão os militares e respectivas famílias nas residências destes.

Art. 253. Ao militar e pessoas de sua família, e ao empregado doméstico do oficial, as organizações de saúde fornecerão exames de laboratório, radiológico e outros, mediante pagamento, pelos preços constantes de tabelas uniformes para os Ministérios militares, com os descontos que nelas forem previstos.

Art. 254. A aquisição gratuita de medicamentos é direito exclusivo de cabo, soldado, marinheiro e taifeiro, bem como de suas esposas, se legalmente casados, e dos respectivos filhos menores, mediante receita firmada por médico militar da ativa, constando somente de produtos manipulados em qualquer das organizações de saúde das Forças Armadas.

Art. 255. Os trabalhos odontológicos gratuitos compreendem apenas os curativos, as obturações a amálgama ou porcelana e as extrações.

Parágrafo único. Os trabalhos de prótese e as obturações a ouro serão indenizados pelo justo valor do material aplicado.

Art. 256. As organizações de saúde fornecerão, mediante indenização, medicamentos e artigos de sua fabricação aos militares e pensionistas da herança militar.

Parágrafo único. As pessoas da família do militar, constantes do art. 213 na ausência do mesmo, poderão utilizar-se dessa faculdade.

Art. 257. Mediante receita de médico militar e aprovação do comandante da organização de saúde, serão fornecidos gratuitamente:

- a) aparelhos ortopédicos: aos militares que sofreram mutilações, motivadas por acidente ou doença adquirida em consequência de serviço;
- b) fundas herniárias, meias elásticas e outros objetos da mesma natureza às praças que vierem a carecer desse recurso, até que seja possível a respectiva operação;
- c) óculos, cuja ponte deverá ser de metal comum, simples, aos cabos, soldados, marinheiros e taifeiros.

Parágrafo único. O fornecimento de novo instrumento ou aparelho cogitado neste artigo, dependerá de aprovação do respectivo Diretor de Saúde à prescrição do chefe de clínica especializada.

CAPÍTULO XXX

DOS PRÊMIOS PECUNIÁRIOS

Art. 258. Prêmios pecuniários são quantitativos abonados como recompensa de trabalho de natureza científica ou técnica, julgados de alto valor e real utilidade para as Forças Armadas, ou para uma delas em particular, por uma comissão especial nomeada pelo respectivo Ministro.

Art. 259. Os prêmios pecuniários serão conferidos ao militar que apresentar trabalho cuja execução demonstre conhecimentos científicos ou técnicos, ou espirito inventivo notáveis.

Art. 260. Os prêmios pecuniários, de valor nunca inferior a 5 vezes os vencimentos do premiado, de acordo com o merito dos trabalhos, serão arbitrados pelo respectivo Ministro, mediante proposta da Comissão de que trata o art. 258.

CAPÍTULO XXXI

DO QUANTITATIVO PARA FUNERAL

Art. 261. Quantitativo para funeral é o abono concedido à família do militar falecido, para auxilio das despesas com o sepultamento.

Art. 262. Por ocasião do falecimento do militar da ativa, da reserva remunerada, reformado ou asilado, será abonado um quantitativo igual a um mês dos vencimentos da tabela que vigorar para o militar da ativa, correspondente ao posto ou graduação do falecido, não podendo ser inferior aos vencimentos de cabo, observadas as prescrições seguintes:

a) antes de realizado o enterro, o pagamento será feito a quem de direito, pela organização pagadora, independente de qualquer formalidade, exceto a apresentação do atestado de óbito ou comunicação do falecimento pela autoridade competente;

b) após o sepultamento, deverá a pessoa que o custeou requerer a indenização das despesas feitas, comprovando-as com os correspondentes recibos, dentro do prazo improrrogável de trinta dias, pagando-se-lhe a importância realmente despendida, contanto que não ultrapasse o limite estabelecido neste artigo;

c) se decorrido esse prazo não houver reclamação, o quantitativo será entregue em sua totalidade à família, que, mediante petição, terá também direito à diferença, quando a indenização de que trata a alinea anterior não atingir ao limite da importância devida.

Art. 263. Em casos especiais, o Estado poderá atender às despesas com o sepultamento, hipótese em que não se pagará o quantitativo previsto no art. 261.

TÍTULO IV

Dos vencimentos e vantagens em país estrangeiro

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 264. O pagamento dos vencimentos e vantagens a que fizer jus o militar no estrangeiro, será feito pela Delegacia do Tesouro Brasileiro, no exterior, na moeda ou moedas pela mesma utilizadas nos pagamentos de pessoal às taxas cambiais que forem estabelecidas.

Parágrafo único. A vinda ao Brasil somente não interrompe o pagamento dos vencimentos e vantagens, na forma deste Título, quando o militar tiver sido chamado a serviço pelo Ministro e enquanto aqui permanecer nessa situação.

Art. 265. Os vencimentos e vantagens serão devidos a partir do dia em que o militar deixar o último porto, aeropôrto ou estação nacional, na ida, e até que deixe a última localidade estrangeira, na volta.

Art. 266. Além dos vencimentos a militar nas condições do art. 268, serão concedidas as seguintes vantagens, variáveis segundo a missão atribuída:

- a) ajuda de custo;
- b) gratificação de representação;

- c) diária de alimentação fora da sede;
- d) diária de pousada fora da sede;
- e) transporte;
- f) custeio de despesas escolares;
- g) outras vantagens previstas em lei.

Art. 267. A sede da comissão no estrangeiro será todo o país em que o militar estiver servindo por efeito de nomeação ou designação.

Parágrafo único. Nas comissões exercidas a bordo, a sede será o navio.

CAPÍTULO II

DOS VENCIMENTOS

Art. 268. O militar designado para serviço, observação, estudo ou estágio de aperfeiçoamento ou especialização no estrangeiro, ou função junto às representações diplomáticas, continuará a receber vencimentos normais na forma estabelecida no art. 264.

Art. 269. O militar que obtiver permissão para realizar estudos no estrangeiro, por conta própria, perceberá os vencimentos em moeda nacional, pagos no Brasil a procurador capaz.

CAPÍTULO III

DA AJUDA DE CUSTO

Art. 270. A ajuda de custo, paga de uma só vez, é regulada pela forma seguinte, tendo por base os vencimentos mensais do posto ou graduação efetiva e a duração previamente estimada pela autoridade competente:

I — *Missão especial, inclusive embarcado em navio de guerra ou mercante incorporada à Armada (diplomática ou correlata), a juízo do Chefe do Governo:*

- a) duração igual ou superior a seis meses: duas vezes;
- b) duração igual ou superior a três e inferior a seis meses: uma vez e meia;
- c) duração inferior a três meses: metade.

II — *Serviços em comissão permanente ou embarcado em navio de guerra ou mercante incorporado à Armada, em estação permanente:*

- a) duração igual ou superior a um ano: duas vezes;
- b) duração igual ou superior a seis meses e inferior a um ano: uma vez e meia;

- c) duração inferior a seis meses: metade.

III — *Missão de estudo ou estágio ou embarcado em navio de guerra ou mercante incorporado à Armada em viagem de instrução:*

- a) duração igual ou superior a um ano: uma vez e meia;
- b) duração igual ou superior a seis meses e inferior a um ano: uma vez;

- c) duração igual ou superior a três e inferior a seis meses: metade;
- d) duração inferior a três meses: um quarto.

IV — *Missão transitória, serviço de transporte do Estado (aéreo ou marítimo), embarcado em navio de guerra ou mercante incorporado à Armada, em comissões de reparos e outras a serem cumpridas em porto estrangeiro;*

- a) duração igual ou superior a seis meses: uma vez e meia.

b) duração igual ou superior a três meses e inferior a seis meses : metade;

c) duração igual ou superior a trinta dias e inferior a três meses : um quarto.

d) duração inferior a trinta dias : nenhuma ajuda será devida.

Parágrafo único. Qualquer mudança na duração prevista, verificada após a execução da comissão ou missão, não criará direito à percepção dessa vantagem nem obrigará à restituição.

Art. 271. Será concedida ajuda de custo idêntica à de ida ao militar que regressar depois de ter permanecido pelo menos 12 (doze) meses na comissão.

Art. 272. Quando o regresso do militar se der em virtude de ordem superior, depois de decorridos 6 (seis) e antes de 12 (doze) meses, será concedida uma ajuda de custo correspondente à metade da de ida.

§ 1º Idêntica ajuda de custo será paga ao militar, mesmo antes de 6 (seis) meses de permanência no estrangeiro, se a causa do regresso fôr motivada por :

a) transferência compulsória para a reserva ou reforma;

b) acidente em serviço ou molestia dêle decorrente;

c) quando embarcado em navio de guerra ou mercante incorporado à Armada, regressar por qualquer razão independente de sua vontade e tiver de utilizar meio de transporte privado.

§ 2º As disposições dêste artigo e seu § 1º não se aplicam :

a) às missões de transporte aéreo;

b) às de caráter transitório;

c) às desempenhadas em navio de guerra ou mercante incorporado à Armada, cuja viagem seja de duração provável inferior a seis meses;

d) quando o regresso do militar fôr motivado por conveniência da disciplina ou da justiça, sendo indiciado.

Art. 273. Quando o militar deixar de seguir para o estrangeiro, a restituição ou não à Fazenda Nacional será feita pela forma estabelecida, em cada caso, para a ajuda de custo recebida dentro do país.

Art. 274. No caso de falecimento do militar a serviço em país estrangeiro, caberá à sua família, na ocasião do regresso, a ajuda de custo que no término normal da comissão competiria ao «de cujus».

Parágrafo único. O direito a essa vantagem prescreve se a família continuar a residir no estrangeiro além de seis meses contados da data do falecimento de seu chefe.

Art. 275. O militar em serviço em comissão permanente no estrangeiro, que tiver ordem para mudar de sede, terá direito à ajuda de custo correspondente a metade de um mês de vencimentos se sua permanência provável nesta nova sede fôr igual ou superior a seis meses.

Art. 276. A ajuda de custo de ida será paga no país e a de regresso pela Delegacia do Tesouro Nacional no Exterior, na forma do disposto no art. 264.

CAPÍTULO IV

DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 277. O militar designado para missão especial (diplomática ou correlata), missão de estudo ou comissão permanente, serviço de transporte aéreo do Estado, comissão temporária ou embarcado em navio terá direito à gratificação de representação, de acordo com a missão que lhe fôr atribuída.

Art. 278. São estabelecidos os seguintes valores mensais para a gratificação de representação :

1) ao militar designado para missão especial (diplomática ou correlata, a juízo do Chefe do Governo) : duas vezes os vencimentos mensais;

II) ao militar em comissão de serviço permanente : uma vez e meia os vencimentos mensais;

III) ao militar em missão de estudo :

a) quando, pela natureza do curso, o militar fôr obrigado a residir na própria Escola : metade dos vencimentos mensais;

b) quando o militar não puder residir na Escola : uma vez e meia os vencimentos mensais.

IV) ao militar em serviço de transporte aéreo do Estado, embarcado em navio de guerra, incorporado à Esquadra, ou em missão transitória, não prevista nos demais incisos do presente artigo : uma vez os vencimentos mensais.

CAPÍTULO V

DA DIÁRIA DE ALIMENTAÇÃO FORA DE SEDE

Art. 279. O militar em comissão em país estrangeiro, quando se afastar de sua sede em objeto de serviço, terá direito à diária de alimentação fixada no art. 198, calculada nos termos do art. 264, não podendo seu valor ser inferior ao estabelecido para o aspirante a oficial ou guarda-marinha.

§ 1º Ao militar embarcado também será abonada esta vantagem, nos dias em que desembarcar a serviço e fôr obrigado a despesas de alimentação.

§ 2º Não será abonada nos dias de viagem, quando no custo da passagem estiver compreendida a alimentação.

§ 3º Esta vantagem será concedida, observando-se o disposto no Capítulo XXV, do Título III, da 1ª Parte deste Código.

CAPÍTULO VI

DA DIÁRIA DE POUSSADA FORA DA SEDE

Art. 280. O militar em comissão em país estrangeiro, que se afastar de sua sede, em objeto de serviço, terá direito à diária de pousada fixada no art. 206, calculada nos termos do art. 264, não podendo seu valor ser inferior ao estabelecido para o aspirante a oficial ou guarda-marinha.

§ 1º Ao militar embarcado também será abonada esta vantagem, nos dias em que desembarcar a serviço e fôr obrigado a despesas de alojamento.

§ 2º Não será abonada nos dias de viagem, quando no custo da passagem estiver compreendido o alojamento.

§ 3º Esta vantagem será concedida observando-se o disposto no Capítulo XXVI, do Título III, da 1ª Parte deste Código.

CAPÍTULO VII

DO TRANSPORTE

Art. 281. Ao militar no estrangeiro que por motivo de serviço, fôr obrigado a se deslocar de uma cidade para outra, será assegurada a percepção de importância correspondente ao custo do transporte, estendendo-se esta medida ao transporte de sua família, no caso em que o deslocamento seja devido à mudança da comissão, de duração provável nunca inferior a três meses, tudo devidamente autorizado pelas autoridades competentes.

CAPÍTULO VIII

DO CUSTEIO DE DESPESAS ESCOLARES

Art. 282. Ao Estado cabe pagar diretamente à organização de ensino as importâncias relativas ao custo de matrícula e outras despesas escolares, acaso exigidas dos militares em missão de estudo, ressalvado o disposto no art. 269.

CAPITULO IX

DAS VANTAGENS PREVISTAS EM LEI

Art. 283. Ao militar que fôr designado para comissão no exterior é assegurada a percepção de outras vantagens normais em cujo gozo se achar ou a que venha fazer jus, salvo quando em comissão que lhe assegure o direito a gratificação de representação igual a duas vezes os vencimentos do posto ou graduação, caso em que perderá o direito às referidas vantagens.

Parágrafo único. As vantagens especiais oriundas de cargo ou função exercido no país, em cujo gozo o militar se encontre, só serão asseguradas no estrangeiro se a comissão fôr claramente cometida em virtude desse cargo ou função e o direito às ditas vantagens fôr expresso no ato de nomeação ou designação. No caso contrário, só haverá direito às pertinentes ao posto ou graduação.

Art. 284. O valor da etapa constará da fixação prevista no art. 100.

CAPITULO X

DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS DE CAMPANHA

Art. 285. Em campanha no exterior, os militares perceberão os mesmos vencimentos e vantagens que em campanha no país.

Art. 286. O pagamento dos vencimentos e vantagens a que fizer jus o militar em campanha, em país estrangeiro, será feito em duas partes:

a) uma no território nacional, à família, à pessoa ou à instituição indicada pelo interessado;

b) outra ao próprio militar no local em que se encontre.

§ 1º A parte a ser paga no território nacional é constituída dos vencimentos do posto ou graduação e do abono de família, se fôr o caso, deduzidos os descontos ou consignações a que estiverem sujeitos.

§ 2º A parte a ser paga no estrangeiro será constituída de gratificação de campanha e das vantagens concedidas em tempo de paz no país, excetuado o abono de família.

§ 3º Conforme decisão do Governo Federal, a parte a que se refere o parágrafo anterior poderá ser paga em moeda estrangeira, à taxa de conversão que fôr fixada.

Art. 287. Os vencimentos e vantagens serão pagos na forma deste Capítulo, a partir do dia em que o militar deixar o último ponto do território nacional, na ida, e até que deixe o último ponto de território estrangeiro, no regresso.

Art. 288. Aos desaparecidos, extraviados, prisioneiros e internados em operações de guerra são garantidas as vantagens deste Capítulo, na forma estabelecida para os vencimentos no Capítulo IX, do Título II, da 1ª Parte deste Código, ficando desde então limitada aos seus herdeiros a faculdade de que trata a alínea a do art. 286.

SEGUNDA PARTE

Dos militares na inatividade

TITULO I

Dos proventos

CAPITULO I

DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE

Art. 289. Os proventos do militar na inatividade compreendem:

a) sôlido inerente ao posto ou graduação que tenha ou venha a ter na inatividade;

- b) cotas proporcionais ao tempo de serviço de que trata o art. 290;
- c) gratificações incorporáveis.

Parágrafo único. O militar de que trata este artigo continuará a receber a vantagem proporcional aos encargos de família.

Art. 290. O militar transferido para a reserva remunerada ou reformado e o que já se achar na inatividade, perceberá o soldo do posto ou graduação e tantas cotas trigésimas partes dos vencimentos da ativa, até dez (10), quantos forem os anos de serviço excedentes de vinte (20) e as gratificações incorporáveis a que fizer jus.

§ 1º O soldo do militar na inatividade será sempre igual ao que perceber o de igual posto ou graduação na atividade:

§ 2º Para os efeitos da concessão destas cotas, a fração de tempo igual ou menor de 180 dias será desprezada, e a maior considerada como um ano.

§ 3º O militar reformado como inválido por sofrer de moléstia infecto-contagiosa especificada em lei, perceberá, enquanto viver, sempre pela tabela que perceber o militar da ativa de posto ou graduação correspondente.

Art. 291. O cálculo dos proventos dos militares que já se encontram na inatividade e dos que para ela vierem a ser transferidos, será feito à base da tabela de vencimentos que estiver em vigor para os militares da ativa, a fim de que seus proventos sejam sempre atualizados.

Art. 292. Os proventos dos militares da Reserva Remunerada ou Reformados, deduzidas as vantagens incorporáveis, se a elas fizer jus, de acordo com as disposições deste Código, terão como limite máximo o total dos vencimentos que perceber o militar da ativa do mesmo posto ou graduação, e como mínimo o respectivo soldo.

Art. 293. As gratificações de serviço aéreo, paraquedismo e de submarino serão incorporadas aos vencimentos da inatividade da maneira seguinte:

a) de serviço aéreo: por frações de 1/60 do valor desta gratificação atribuída ao posto ou graduação em que fôr o militar transferido para a reserva remunerada, ou reformado, correspondentes a cada período de 50 (cinquenta) horas de voo;

b) de paraquedismo: por frações de 1/20 do valor desta gratificação atribuída ao posto ou graduação em que fôr o militar transferido para Reserva Remunerada, ou Reformado, correspondentes a cada período de quatro saltos realizados.

c) de submarino: por frações de 1/20 do valor desta gratificação atribuída ao posto ou graduação em que fôr o militar transferido para a Reserva Remunerada, ou Reformado, correspondentes a cada período de 20 horas de imersões realizadas.

§ 1º Para os aviadores portadores de diplomas especiais até 31 de dezembro de 1931, e para os militares dos Serviços Geográficos do Exército e Hidrográfico da Marinha que contem tempo de serviço aéreo, a incorporação se fará na base da fração 1/20; e de 1/40 para os Aviadores portadores de diplomas expedidos daquela data até entrar em vigor o presente Código.

§ 2º Para os cálculos das incorporações proceder-se-á da forma abaixo:

a) serviço aéreo: as frações de tempo inferiores a 25 horas serão desprezadas, e as iguais ou superiores, arredondadas para 50;

b) serviço de paraquedismo: As frações menores de dois (2) saltos serão desprezadas e as iguais ou superiores serão arredondadas para 4 saltos;

c) serviço de submarino: As frações menores de 10 horas serão desprezadas, e as iguais ou superiores serão arredondadas para 20 horas.

Art. 294. Em todos os casos a incorporação das gratificações de serviço aéreo, de paraquedismo e de submarino, previstas nos Capítulos II, XVII e XVIII do Título III, da Parte 1ª serão feitas nas proporções estabelecidas

no art. 293, salvo, quando devam ser incorporadas, integralmente, máximo permitido nos casos especiais previstos neste Código.

Parágrafo único. O militar funcionalmente obrigado ao desempenho dos serviços de que trata este artigo, que não tenha feito jus à gratificação integral, no período anterior à sua passagem para a inatividade, terá calculada a respectiva gratificação na proporção referida neste artigo, pela tabela que vigorava e no posto ou graduação que possuía na data em que, pela última vez, haja percebido integralmente a gratificação de serviço aéreo.

Art. 295. A partir da data em que o militar passar à inatividade remunerada, desde que haja a incorporação prevista das gratificações de serviço aéreo, de paraquedismo e de submarino, cessará definitivamente seu direito à percepção da gratificação que vinha percebendo na atividade, só lhe cabendo a que fôr incorporada aos seus proventos de inatividade.

Art. 296. O militar condenado à pena de reforma perceberá somente o soldo.

Parágrafo único. O militar atingido pelo disposto neste artigo não terá direito a quaisquer outros proventos.

Art. 297. Nenhuma alteração sofrerão os vencimentos da inatividade do militar, em consequência da passagem da reserva remunerada para a situação de reformado, ou desta para aquela.

CAPÍTULO II

DO DIREITO À PERCEPÇÃO DOS VENCIMENTOS DA INATIVIDADE

Art. 298. Os proventos da inatividade são devidos a partir da data:

- a) da transferência para a reserva remunerada;
- b) da reforma;

Art. 299. O pagamento dos proventos de inatividade do militar cessa na data:

- I — do falecimento;
- II — em que passar em julgado a sentença:

- a) para o oficial condenado por crime que o prive do posto e patente;
- b) para a praça condenada por crime que implique exclusão ou expulsão das reservas das forças armadas.

TÍTULO II

Dos incapacitados

CAPÍTULO I

DOS INCAPACITADOS EM CAMPANHA OU SERVIÇO

Art. 300. Terá os vencimentos integrais referentes ao posto ou graduação em que fôr reformado, qualquer que seja o seu tempo de serviço, o militar julgado inválido ou incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas, por qualquer dos seguintes motivos:

- a) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade contraída nessas situações ou delas resultante;
- b) acidente em serviço;
- c) enfermidade adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com as condições inerentes ao serviço.

Art. 301. As gratificações de serviço aéreo, de paraquedismo e de submarino serão incorporadas integralmente nos vencimentos de inatividade, quando o militar fôr ou estiver reformado por invalidez ou incapacidade definitiva para o serviço ativo das Forças Armadas por um dos seguintes motivos:

- a) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, no exercício da especialidade;
- b) acidente em serviço da especialidade;
- c) lesão resultante de ferimento recebido nas situações da alínea a ou de acidente ocorrido na forma da alínea b deste artigo.

Art. 302. Na apostila dos vencimentos da inatividade será observado o disposto nos arts. 289, 290 e 291.

CAPÍTULO II

DOS INCAPAZES POR ENFERMIDADE NÃO CONTRAÍDA EM SERVIÇO

Art. 303. Terá os vencimentos e vantagens incorporáveis integrais, referentes ao posto ou graduação em que fôr reformado, qualquer que seja o tempo de serviço, o militar julgado definitivamente inválido ou incapaz para o serviço ativo das Forças Armadas, por sofrer de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia, embora sem relação de causa e efeito com o serviço.

Parágrafo único. Os cadetes do Exército e da Aeronáutica, e os Aspirantes da Marinha quando atingidos pelo presente artigo serão promovidos ao posto de Aspirante ou Guarda-Marinha, e os alunos das Escolas de Formação de Sargentos nas mesmas condições, à graduação de 3.º Sargento, com os vencimentos do novo posto ou graduação.

Art. 304. O militar reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, perceberá os vencimentos nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade e nas condições estabelecidas neste Código.

CAPÍTULO III

DAS ETAPAS DE ASILADOS

Art. 305. *Etapas de asilado* é o quantitativo destinado à sua alimentação e à família, não constituindo provento de inatividade.

Art. 306. Aos sargentos e demais praças incluídos no Asilo de Inválidos da Pátria, de acordo com a legislação respectiva, serão abonadas etapas de asilados, na forma estabelecida neste Capítulo, a partir do dia de sua inclusão no Asilo.

Parágrafo único. O abono dessas etapas não prejudica o recebimento de vencimentos da inatividade a que tenha direito em razão do tempo de serviço, reforma ou como decorrência de situações especiais previstas em lei ou regulamento.

Art. 307. O sargento incluído no Asilo de Inválidos da Pátria, com vencimentos anteriores aos da Lei nº 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, receberá duas etapas, competindo apenas uma ao que foi asilado posteriormente àquela Lei.

Parágrafo único. As demais praças asiladas, residentes ou não no Asilo, cabe direito apenas a uma etapa.

Art. 308. O valor da etapa de asilado será em todo o país, o fixado para a guarnição da Capital Federal, sede do Asilo.

Art. 309. A etapa dos asilados que sofrerem de doença contagiosa e incurável será acrescida de 100% do valor da etapa comum de asilado.

Art. 310. A etapa do asilado não é consignável nem sofrerá desconto de qualquer natureza.

Art. 311. A esposa do asilado, aquartelado ou não, casada antes da invalidez do marido, terá direito a uma etapa do mesmo valor da do cônjuge, se a inclusão ao Asilo tiver sido anterior às Instruções aprovadas pelo Decreto nº 2.774, de 20 de junho de 1938.

Parágrafo único. Esse direito persistirá na viuvez, sendo, neste caso, a etapa abonada *ex-officio*.

Art. 312. Ao filho mais velho do asilado incluído no Asilo antes das Instruções citadas no artigo anterior e casado antes da invalidez será abonada uma etapa dos dois aos dezesseis anos de idade.

Parágrafo único. Esta vantagem passará, por sucessão e também *ex-officio*, a outro filho menor de dezesseis anos, acaso existente, bem como permanecerá após o falecimento do asilado até às épocas e nas formas indicadas.

Art. 313. Quando o asilado tiver dois filhos com idade entre dois e dezesseis anos, ser-lhe-á abonada mais uma etapa, até que o mais velho complete dezesseis anos, aplicando-se a partir dessa data a regra do art. 312.

TÍTULO III

Dos inativos em funções da atividade

CAPÍTULO I

DOS DESIGNADOS PARA FUNÇÕES DA ATIVIDADE

Art. 314. O militar da reserva remunerada ou reformado que, na forma da legislação em vigor, fôr designado ou convocado para funções de atividade perceberá:

- a) os vencimentos do posto ou graduação da ativa, pela tabela vigente;
- b) as vantagens previstas no presente Código para o militar da ativa.

§ 1.º O pagamento dos vencimentos da ativa será feito a partir do dia da apresentação para o serviço.

§ 2.º A expressão *funções da atividade* abrange todas as funções previstas nas leis, quadros de efetivos, regulamentos ou lotações para qualquer das organizações das Forças Armadas.

Art. 315. Ao ser dispensado das funções da atividade, o militar a que se refere o art. 314, voltará a receber os vencimentos da inatividade que percebia anteriormente, salvo a hipótese do art. 316:

§ 1.º Aplica-se o disposto no presente artigo aos militares da Reserva Remunerada ou Reformados, já licenciados ou exonerados, convocados durante a última guerra e que, com esse tempo de serviço, completaram os cinco anos de que trata o referido artigo.

§ 2.º A revisão de vencimentos de que trata este artigo abrangerá as gratificações incorporáveis, se fôr o caso.

Art. 316. O militar da reserva remunerada ou reformado que, após cinco anos ininterruptos de efetivo exercício em funções da atividade, em virtude de designação feita pelo Presidente da República, ou pelos Ministros das Pastas Militares, retornar à inatividade, terá seus vencimentos da inatividade revistos, em consequência do novo cômputo de tempo de serviço, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. A revisão de vencimentos de que trata este artigo abrangerá as gratificações incorporáveis, se fôr o caso.

CAPÍTULO II

DOS CONVOCADOS PARA O SERVIÇO ATIVO

Art. 317. O militar da reserva não remunerada que fôr convocado para o serviço ativo, por decreto especial ou em virtude de mobilização, perceberá os vencimentos da atividade, correspondentes ao seu posto ou graduação, enquanto permanecer no serviço ativo.

Art. 318. Ao convocado de que trata o artigo anterior são asseguradas tôdas as disposições dêste Código previstas para o militar da ativa, enquanto permanecer no serviço ativo, inclusive o abono militar e o abono de família, quando não perceba estas vantagens em outro cargo civil.

Parágrafo único. Os efeitos dêste artigo cessam com a desincorporação, excetuados os casos de reforma consequente de ferimento ou acidente sofrido ou molestia contraída em serviço ou campanha, ou dêles decorrente, casos em que são aplicadas as disposições dêste Código.

Art. 319. O militar convocado para estágio regulamentar, para períodos de instrução ou de manobra e ainda para fins de promoção, terá os mesmos direitos previstos nos artigos anteriores dêste Capítulo.

Art. 320. Ao servidor público federal, estadual, municipal ou territorial, convocado para o serviço militar ou para estágio, é facultado optar pelos vencimentos do posto ou graduação ou pelos vencimentos, remuneração ou salário a que tiver direito como civil.

§ 1º O disposto neste artigo é extensivo ao servidor das organizações e entidades que exerçam atividades por delegação do poder público, ou sejam por êste mantidas ou administradas.

§ 2º A opção não abrange as vantagens que devam caber ao militar de que trata êste artigo.

§ 3º O militar compreendido no artigo anterior só fará jus, se fôr o caso, às vantagens previstas nos capítulos II, VIII, IX, XI, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX e XXXI do Título III, da 1ª Parte dêste Código.

Art. 321. Os convocados para incorporação terão direito a uma etapa por dia de viagem, desde a partida até a data da incorporação.

§ 1º Os convocados e voluntários, ao serem licenciados, gozarão das vantagens dêste artigo durante os dias de viagem até seu domicílio.

§ 2º Igual direito assistirá aos convocados que não forem incorporados por motivo alheio à sua vontade.

§ 3º Esta etapa não será abonada nos dias passados em viagem, quando a alimentação fôr fornecida pelos meios de transporte.

Art. 322. Ao militar da reserva remunerada, convocado, aplicam-se as disposições do Capítulo I dêste Título, sendo-lhe extensivo, também, o disposto no Capítulo III do Título II, da Primeira Parte.

CAPÍTULO III

DA REVERSÃO AO SERVIÇO ATIVO, REINCLUSÃO OU REABILITAÇÃO

Art. 323. No caso de reversão ao serviço ativo, reinclusão, ou reabilitação, proceder-se-á, quanto aos vencimentos e vantagens, de acôrdo com o estipulado neste Código, para as situações equivalentes e com o estabelecido no ato de que se originar.

Parágrafo único. Se o militar fizer jus a pagamento de vencimentos e vantagens, relativos a períodos anteriores à data da reversão, inclusão ou reabilitação, receberá a diferença entre a importância liquidada no ajuste de contas e a recebida a título de vencimentos, pensão, remuneração, salário ou vantagens, dos cofres públicos, nos mesmos períodos.

Art. 324. No caso de reversão ou reinclusão, com ressarcimento pecuniário, o militar indenizará os cofres públicos, mediante encontro de contas, das quantias que, a título de herança militar, tiverem sido pagas à sua família.

TERCEIRA PARTE

Outras Disposições

CAPÍTULO I

DOS DESCONTOS EM FÔLHA DE PAGAMENTO

Art. 325. *Desconto em folha* é o abatimento de uma fração dos vencimentos da atividade ou da inatividade, que poderá ser feito ao militar da ativa, da reserva remunerada ou reformado, para cumprimento de obrigações por ele assumidas ou em virtude de lei ou regulamento.

Art. 326. Para os efeitos de descontos em folha, a que se refere este Capítulo, serão considerados os seguintes limites:

- a) na atividade, os vencimentos do posto ou da graduação efetiva;
- b) na inatividade, os respectivos vencimentos.

Art. 327. Os descontos em folha são classificados em:

I — Contribuições:

- a) para o montepio militar;
- b) para beneficência, assistência social, pecúlio ou pensão e mensalidade dos institutos oficiais ou associações de classe mencionadas no art. 334;
- c) fixadas em lei a favor da Fazenda Nacional.

II — Indenizações:

- a) de dívida para com a Fazenda Nacional;
- b) de dívida para com as organizações militares ou hospitalares de que trata o § 2.º do art. 249.

III — Consignações:

- a) para pagamento da aquisição de casa ou terreno;
- b) para pagamento de aluguel de casa para residência do consignante, mediante apresentação de documentos hábeis que comprovem tal situação;
- c) para pessoas da família do consignante durante a sua ausência da sede por mais de trinta (30) dias;
- d) para pensão alimentícia de cônjuge ou filhos, determinada em sentença judicial ou por juízo competente;
- e) para pagamento de amortização e juros de empréstimos em dinheiro;
- f) para saldar compromissos assumidos com terceiros, quando a isto fôr obrigado disciplinarmente por autoridade competente e na forma dos regulamentos militares;

Art. 328. Os descontos em folha são ainda considerados:

I — Obrigatórios:

Os constantes das alíneas *a* e *c* do inciso I; *a* e *b* do inciso II, e *d* e *f* do inciso III, do art. 327.

II — Autorizados:

Os constantes da alínea *b* do inciso I e alíneas *a*, *b*, *c* e *e* do inciso III, do art. 327.

Art. 329. Os descontos obrigatórios serão feitos nas seguintes proporções :

a) contribuições para o montepio militar, na forma determinada pela lei reguladora da herança militar ;

b) contribuições a favor da Fazenda Nacional, na forma fixada na lei respectiva ;

c) indenizações de dívidas para com a Fazenda Nacional, quando originadas de crime contra o Patrimônio ou contra a Administração Militar, previsto no Código Penal Militar, pela metade do soldo ;

d) indenizações de dívidas para com a Fazenda Nacional, nos demais casos, pela décima parte do soldo ;

e) indenizações de dívidas para com as organizações militares, de acordo com os respectivos regulamentos ;

f) pensões alimentícias ao cônjuge ou ao filho, na quantia estipulada em sentença judicial ou pelo juízo competente ;

g) amortizações de compromissos assumidos com terceiros, quando a isto for obrigado, disciplinarmente, na forma dos regulamentos militares, no mínimo pela décima parte do soldo, a juízo da autoridade competente.

Art. 330. Ao oficial, aspirante a oficial, guarda-marinha, subtenente, sub-oficial e sargento, da ativa, da reserva remunerada ou reformado é permitido consignar em folha de pagamento a importância necessária à indenização de compromissos assumidos com as instituições designadas no art. 334, para os fins previstos na alínea b do inciso I e nas a, b, c e e do inciso III do art. 327, deste Código.

Parágrafo único. As demais praças, com direito ao abono militar, é permitido estabelecer consignação para pessoas da família, quando se afastarem da sede por mais de 6 meses, e para aluguel de casa.

Art. 331. Os descontos em folha a que se refere o art. 327, podem ser estabelecidos até os limites seguintes :

a) para os da alínea b do inciso I, até a vigésima parte do soldo mensal para cada caso ;

b) para os das alíneas a, b e c do inciso III, até metade dos vencimentos, no conjunto ;

c) para os da alínea e do mesmo inciso, até a quinta parte dos vencimentos.

Art. 332. A soma dos descontos obrigatórios com os autorizados não poderá exceder de 30% dos vencimentos respectivos.

§ 1º Este limite poderá ser elevado :

a) até 50%, quando se tratar de consignações em favor de pessoa da família ;

b) até 60%, quando se tratar de consignações a favor dos Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica, e de pagamento de aluguel de casa ;

c) até 70%, quando se tratar de aquisição de casa ou terreno.

§ 2º Além do limite previsto na alínea a do parágrafo anterior, poderá também ser consignado na totalidade o abono militar.

§ 3º Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber, no total, quantia menor de um terço dos vencimentos respectivos, salvo nos casos de privação parcial dos mesmos vencimentos.

Art. 333. Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 1º A importância devida à Fazenda Nacional ou à pensão alimentícia ao cônjuge ou filho, supervenientes a averbações já existentes, será obrigatoriamente descontada até o limite de metade dos vencimentos.

§ 2º Das reduções proporcionais que se fizerem necessárias para garantir a dedução integral dos descontos referidos neste artigo, serão assegurados aos consignatários os juros de mora decorrentes da dilatação dos prazos estipulados nos respectivos contratos.

§ 3º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, só será permitido novo desconto autorizado, quando este se enquadrar nos limites fixados neste Capítulo.

Art. 334. Podem ser consignatários :

I — *Organizações oficiais :*

- a) Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado ;
- b) Caixas Econômicas Federais ;
- c) Caixas de Construções de Casas dos Ministérios Militares ;
- d) Serviços de Assistência Social dos Ministérios Militares ;
- e) Biblioteca Militar ;
- f) Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército.

II — *Associações de classe :*

- a) Clube Militar ;
- b) Clube Naval ;
- c) Clube de Aeronáutica ;
- d) Associação dos Suboficiais da Armada ;
- e) Caixa Beneficente dos Sargentos da Marinha ;
- f) Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica ;
- g) Casa do Sargento do Brasil e suas congêneres ;
- h) Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército ;
- i) Circulo dos Oficiais Reformados do Exército e da Armada ;
- j) Associação Beneficente dos Músicos Militares ;
- k) Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

III — *Particulares :*

- a) pessoas da família do consignante ;
- b) proprietário ou locador de prédio, para residência do consignante.

Art. 335. O desconto de que trata a alínea c do art. 329, não impede que, por decisão judicial, a autoridade competente proceda a buscas, apreensões legais, confisco de bens e seqüestros, no sentido de abreviar o prazo da indenização à Fazenda Nacional.

Parágrafo único. A dívida para com a Fazenda Nacional, no caso do militar que é desincorporado, será obrigatoriamente cobrada, de preferência, por meios amigáveis e, na impossibilidade destes, pelo recurso ao processo de cobrança executiva, na forma da legislação fiscal referente à Dívida Ativa da União.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 336. Este Código terá aplicação comum no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.

Parágrafo único. Os atos interpretativos do presente Código serão baixados pelo Presidente da República, ouvidos todos os Ministérios militares, a fim de ser mantido critério uniforme na sua aplicação.

Art. 337. São extensivas ao aspirante a oficial e ao guarda-marinha as disposições deste Código relativas aos oficiais subalternos observadas as restrições expressas a eles referentes.

Art. 338. Quando for o caso do pagamento parcelado dos vencimentos e vantagens de um mês, seja por efeito de transferência, promoção ou qualquer outro motivo, o cálculo fracionado será feito de acordo com os dias vencidos, dentro do mês considerado.

§ 1º No caso de serem os vencimentos e vantagens pagos por mais de uma organização, a última a pagar limitar-se-á a completar a diferença.

§ 2º Na fixação do valor unitário das parcelas dos vencimentos ou vantagens, o mês será considerado de trinta dias.

Art. 339. São aplicáveis aos professores efetivos do magistério militar as disposições deste Código.

Parágrafo único. Aos estagiários em curso de formação de oficiais da ativa e aos componentes da Reserva Ativa, aplicam-se as disposições deste Código, concernentes aos militares da ativa.

Art. 340. O militar transferido, com obrigação de mudar de residência, perceberá adiantadamente os vencimentos e as vantagens de todo o mês.

§ 1º Após o ajuste de contas, nenhum pagamento será feito ao militar pela organização de origem, salvo quando o embarque fôr sustado por ordem superior, caso em que voltará à situação anterior à do ajuste de contas, para efeitos de vencimentos.

§ 2º O militar só poderá perceber vencimentos e vantagens pela organização de origem, nos primeiros 60 dias contados a partir da data do ato de transferência, salvo nos casos especiais devidamente autorizados pelo Ministro.

Art. 341. A referência à *graduação* neste Código diz respeito exclusivamente ao grau hierárquico das praças.

Art. 342. Continua em vigor, no que não contrariar as disposições deste Código, o Decreto-lei nº 832, de 5 de novembro de 1938.

Art. 343. A mãe, embora casada, porém de poucos recursos, viúva, desquitada ou solteira, bem como os irmãos menores, ou incapazes, germanos consanguíneos do militar morto em serviço, serão considerados seus herdeiros para o efeito da percepção da pensão especial a que se refere o Decreto-lei nº 3.269, de 14 de maio de 1941, respeitada a precedência estabelecida por lei e assegurada a reversão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrangerá os casos ocorridos nos últimos cinco anos, contados da data desta lei, sem direito à percepção dos atrasados.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 344. Os militares que, pela legislação vigente à data da publicação deste Código, tiverem direito a gratificação adicional por tempo de serviço, continuarão no gozo dessa vantagem.

Parágrafo único. A incorporação dessa vantagem aos vencimentos da inatividade far-se-á nas condições estipuladas na referida legislação.

Art. 345. A praça que, na data da publicação deste Código, perceber gratificação de especialidade superior a que lhe cabe pelo artigo 85, faz jus a uma gratificação complementar equivalente à diferença entre a que vinha percebendo e a que lhe compete por esse artigo.

§ 1º No caso de promoção, a praça na situação deste artigo continuará com direito à gratificação complementar da nova graduação, se fôr o caso.

§ 2º A gratificação complementar referida neste artigo, é, em cada grau hierárquico, igual à diferença entre a gratificação calculada em função da tabela em vigor na data da publicação deste Código e a resultante da aplicação do seu artigo 85.

Art. 346. Os atuais membros dos magistérios militares, vitalícios ou efetivos, oficiais da ativa, da reserva ou reformados, têm direito a gratifi-

cação de magistério assegurada pelos Decretos-leis ns. 3.840, de 1º de novembro de 1941, e 4.532, de 30 de julho de 1942.

Art. 347. As vantagens dêste Código, quando estipuladas em função dos vencimentos militares, serão calculadas sempre pelos vencimentos vigentes na época.

Art. 348. Para efeito do art. 134, são computadas as provas já realizadas anteriores à data da publicação dêste Código e reguladas por legislação dos Ministérios militares respectivos, nelas inclusas as decorrentes de curso nas forças armadas de países estrangeiros.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 349. Os militares paraquedistas portadores de curso que, por ocasião da promulgação do presente Código, não estiverem nas condições previstas no art. 137, serão considerados como tendo satisfeito às condições exigidas no art. 130 e seus parágrafos, para efeito da percepção de gratificação de paraquedismo no período corrente.

Art. 350. Os militares embarcados em submarino, por ocasião da promulgação do presente Código, e que não estejam nas condições previstas no art. 147, serão considerados como tendo satisfeito às condições exigidas no art. 140 e seus parágrafos, para efeito da percepção da gratificação de submarino no período corrente.

Parágrafo único. Ao pessoal que já possuir horas de imersão em seus assentamentos, por ocasião da publicação do presente Código, serão asseguradas as vantagens de incorporação por cotas, de conformidade com o estabelecido no art. 144.

Art. 351. Até que seja promulgada lei especial fixando os vencimentos e as vantagens dos oficiais e praças da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros, êste Código, em tudo o que couber será aplicado aos membros dessas corporações.

§ 1.º Não gozarão dos benefícios decorrentes das disposições dêste artigo, os oficiais reformados por sentença.

§ 2.º Para os efeitos da concessão dessas cotas, a fração de tempo inferior a 180 dias será desprezada e a igual ou superior considerada como um ano.

§ 3.º O militar reformado como inválido por sofrer de moléstia infecto-contagiosa, especificada em lei, perceberá enquanto viver, sempre pela tabela que perceber o militar da ativa de posto ou graduação correspondente.

Art. 352. São abolidas no Exército, na Marinha e na Aeronáutica tôdas as gratificações remanescentes e demais vantagens atualmente vigentes e que não estejam previstas neste Código.

Art. 353. Os vencimentos e vantagens dos militares serão pagos na forma dêste Código a partir da data de sua publicação.

Art. 354. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Guilherme da Silveira.

Armando Trompowsky.

LEI N.º 1.317 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00 (noventa e três milhões e seiscentos mil cruzeiros), equivalentes a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), para regularização da despesa com o pagamento aos Estados Unidos da América do Norte da segunda prestação do total de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares), a que se obrigou o Governo brasileiro, para liquidação dos compromissos decorrentes do Acordo de Empréstimo e Arrendamento, de 3 de março de 1942.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.318 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1951

Abre o crédito especial de Cr\$ 45.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de equipamento de dragagem para operar em mar agitado.

Art. 2.º A aquisição, de que trata o artigo anterior, será feita de acordo com as especificações técnicas, que forem elaboradas pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e o equipamento em apreço deverá ser utilizado nos serviços de dragagem a cargo do referido Departamento, para

melhoramento das condições de acesso aos vários portos do país.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

*João Valdetaro de Amorim e Mello.
Guilherme da Silveira.*

LEI N.º 1.319 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1951

Concede pensão especial à viúva de sargento, falecido em consequência de acidente em serviço militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Brasília Pinto Wanderley, viúva do 2.º sargento do Exército, Jaime da Rocha Wanderley, falecido em consequência de acidente em serviço, a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais, enquanto permanecer no estado de viuvez.

Art. 2.º A despesa decorrente desta Lei será levada à conta da dotação da Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação III — Pensionistas — Subconsignação 68 — Abono Provisório e novas pensões — 24 — Diretoria da Despesa Pública, do Anexo 18 — Ministério da Fazenda, da Lei n.º 537, de 14 de dezembro de 1948, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1949.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.320 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.825,00 (dois mil oitocentos e vinte e cinco cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 8 de setembro a 31 de dezembro de 1948, conforme dispõe o Decreto-lei número 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, concedida a Mário Saraiva, Professor Catedrático padrão "O" da Escola Nacional de Química, da Universidade do Brasil, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Pedro Calmon.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.321 — DE 20 DE JANEIRO DE 1951

Considera de utilidade pública a Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' considerada de utilidade pública a Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

LEI N.º 1.322 — DE 20 DE JANEIRO DE 1951

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Sargentos do 11.º Regimento de Infantaria.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' reconhecida de utilidade pública a Associação dos Sargentos do 11.º Regimento de Infantaria, com sede na cidade de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

LEI N.º 1.323 — DE 20 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a proceder à retificação do decreto de reforma do Capitão da Arma de Engenharia, Gelício de Almeida Passos.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a proceder à retificação do decreto de reforma do Capitão da Arma de Engenharia, Gelício de Almeida Passos, para o fim especial de lhe reconhecer o direito às vantagens do Decreto n.º 19.697, de 12 de fevereiro de 1931.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 160.036,00 (cento e sessenta mil e trinta e seis cruzeiros), para pagamento das diferenças de vencimentos relativas aos anos de 1934 a 1948.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert Pereira da Costa.
Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.324 — DE 22 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para conclusão do trecho rodoviário Itaperuna-Muriaé.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a conclusão, no corrente exercício do trecho rodoviário Itaperuna-Muriaé, da BR-32, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA

João Valdetaro de Amorim e Mello
Guilherme da Silveira

LEI N.º 1.325 — DE 23 DE JANEIRO DE 1951

Dispõe sobre a carreira de Fiscal Aduaneiro dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os cargos das carreiras de Fiscal Aduaneiro dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda, atualmente lotados nas Recebedorias do Distrito Federal e de São Paulo, passam a constituir, na forma da Tabela anexa, a carteira de Fiscal Auxiliar de Impostos Internos do Quadro Permanente do referido Ministério.

Parágrafo único — Os cargos, de que trata este artigo, continuarão providos pelos seus ocupantes à data de 7 de março de 1950.

Art. 2.º São alteradas, na forma da Tabela anexa, as carreiras de Fiscal Aduaneiro dos Quadros Permanentes e Suplementar do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Aos Fiscais Auxiliares de Impostos Internos, além das atribuições que lhes são conferidas pelos decretos ns. 19.327, de 2 de abril de 1931, e 24.058, de 28 de março de 1934, compete a fiscalização das mercadorias sujeitas ao imposto de consumo e respectivos efeitos fiscais nas estações ferroviárias, nas estradas de rodagem, nos entrepostos das empresas de transportes rodoviários e urbanos, nas feiras-livres, nas construções em geral e nos veículos em trânsito, bem como a lavratura de autos de infração e apreensão, sempre que se verifiquem transgressões dos preceitos fiscais aplicáveis a essas mercadorias.

Art. 4.º As despesas com a criação da carreira de Fiscal Auxiliar de Impostos Internos serão atendidas pelos recursos da conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 5.º Os decretos de nomeação dos funcionários, atingidos por esta Lei, serão apostilados pelo Diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda.

Art. 6.º Os cargos da carreira de Fiscal Auxiliar de Impostos Internos só poderão ser lotados na Recebedoria do Distrito Federal e na Recebedoria Federal de São Paulo.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA

Guilherme da Silveira

TABELA ANEXA

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO NOVA					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Obs.
—		—	—	—	—	5	Fiscal Auxiliar de Impostos Internos	K	—	5	
16	Fiscal Aduaneiro ..	J	—	—	Q. S.	6	J	10	—	
5	Fiscal Aduaneiro ..	I	—	—	Q. S.	6	I	—	4	
1	Fiscal Aduaneiro ..	H	—	—	Q. S.	11	H	—	10	
3	Fiscal Aduaneiro ..	G	—	—	Q. S.						
5	Fiscal Aduaneiro ..	G	—	—	Q. S.	17	G	12	—	
21	Fiscal Aduaneiro ..	F	—	—	Q. S.						
51						48			22	19	

LEI N.º 1.326 — DE 24 DE JANEIRO DE 1951

Organiza o Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica compor-se-á:

- 1 (um) Coronel;
- 2 (dois) Tenentes-Coronéis;
- 4 (quatro) Majores;
- 6 (seis) Capitães;
- 8 (oito) Primeiros-Tenentes.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1951;
130.º da Independência e 63.ª da República.

EURICO G. DUTRA.

Armando Trompowsky.

LEI N.º 1.327 — DE 24 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza o Governo Federal a mandar erigir um monumento à memória de Simão Bolívar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Governo Federal autorizado a mandar erigir, na cidade do Rio de Janeiro, um monumento à memória de Simão Bolívar.

Art. 2.º. E' o Poder Executivo, autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.0000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para atender as despesas decorrentes do art. 1.º desta Lei.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1951;
130.º da Independência e 63.ª da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.328 — DE 24 DE JANEIRO DE 1951

Considera de utilidade pública a Associação Riograndense de Imprensa, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' considerada de utilidade pública a Associação Riograndense de Imprensa, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1951;
130.º da Independência e 63.ª da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

LEI N.º 1.329 — DE 25 DE JANEIRO DE 1951

Cria a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' criada, na forma da tabela constante do art. 5.º desta Lei, a carreira de Oficial Administrativo no Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, e alterada de acordo com a mesma tabela a carreira de Escriturário do Quadro Permanente desse Ministério.

Art. 2.º Integrarão a carreira de Oficial Administrativo de que trata esta Lei os atuais ocupantes de cargos da carreira de Escriturário desse Ministério, beneficiados pelo Decreto-lei n.º 8.759, de 21 de janeiro de 1946, cujos títulos de nomeação serão apostilados pelo competente órgão do pessoal.

Parágrafo único. O disposto na parte final d'este artigo será processado independentemente da satisfação de quaisquer exigências.

Art. 3.º Os funcionários abrangidos por esta Lei, inclusive os transferidos para outros Ministérios ou os que normalmente ingressaram na carreira de Oficial Administrativo e nela foram promovidos, contarão antiguidade na classe inicial de 22 de março de 1946 e serão promovidos a tantas classes da carreira quantos forem os interstícios completados, iniciados na mesma data e concluídos no dia da execução integral da sentença, com direito à diferença dos vencimentos atrasados.

Parágrafo único. E' assegurada, até que às promoções retomem o curso normal, a todos os funcionários, indistintamente, que compuserem este quadro a mesma colocação de antiguidade que ocupavam em 22 de março de 1946, respeitados os deslocamentos determinados por lei em cada classe ou carreira.

Art. 4.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, um crédito especial de Cr\$ 1.260.480,00 (um milhão e duzentos e sessenta mil e quatrocentos e oitenta cruzeiros) para atender à despesa resultante da efetivação das primeiras promoções na nova carreira.

Art. 5.º E' a seguinte a tabela a que se refere o art. 1.º.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

Guilherme da Silveira.

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos
						<i>Oficial Administrativo</i> (Decreto-lei n.º 8.759, de 21-1-1946)			
					40	M	—	40
					60	L	—	60
					100	K	—	100
					226	J	—	125
					226	I	—	226
					226	H	—	226
					878	<i>Observação</i> Esta carreira é privativa do pessoal amparado pelo Decreto-lei n.º 8.759, de 21 de janeiro de 1946.			777

LEI N.º 1.330 — DE 27 DE JANEIRO
DE 1951

Concede vantagens aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, aposentados antes do Decreto-lei n.º 8.833, de 24 de janeiro de 1946

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam assegurados aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, aposentados antes do Decreto-lei n.º 8.833, de 24 de janeiro de 1946, e beneficiados com os direitos e vantagens por esse Decreto-lei conferidos conforme o disposto no art. 25 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, proventos iguais aos vencimentos especificados no art. 3.º da citada Lei n.º 488, para os funcionários efetivos de igual padrão, e em

cujo gozo se acham esses Médicos Sanitaristas desde a data em que entrou em vigor a mesma lei, quando se fixaram tais proventos de acôrdo com os preceitos legais, inclusive o registro no Tribunal de Contas.

Parágrafo único. São asseguradas iguais vantagens aos Veterinários Sanitaristas do Ministério da Agricultura que foram aposentados no período de 1938, inclusive, até a data em que entrou em vigor a Lei n.º 488, citada neste artigo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

A. de Novaes Filho.

Pedro Calmon.

LEI N.º 1.331 — DE 28 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para pagamento ao Ministro do Superior Tribunal Militar, Coriolano de Araújo Góes Filho

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 119.935,80 (cento e dezenove mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para atender ao pagamento devido ao Ministro em disponibilidade remunerada do Superior Tribunal Militar, Coriolano de Araújo Góes Filho, no exercício de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.332 — DE 28 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito especial de Cr\$ 1.950.806,40, para o fim que especifica

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 1.950.806,40 (um milhão novecentos e cinquenta mil oitocentos e seis cruzeiros e quarenta centavos),

para atender às seguintes despesas, referentes ao exercício de 1950, de Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento:

	Cr\$	Cr\$
1) — Pagamento de pessoal permanente:		
3. ^a Região	53.510,00	
8. ^a Região	10.000,00	63.510,00
2) Gratificação de representação:		
1. ^a Região	86.010,40	
2. ^a Região	200.721,80	
3. ^a Região	107.600,00	
4. ^a Região	229.480,00	
5. ^a Região	114.527,60	
6. ^a Região	143.240,00	
7. ^a Região	86.070,40	
8. ^a Região	57.313,00	1.024.963,20
3) Ajuda de custo:		
8. ^a Região	17.400,00	17.400,00
4) Diárias:		
8. ^a Região	2.200,00	2.200,00
5) Substituições:		
3. ^a Região	168.960,00	
4. ^a Região	180.320,00	
5. ^a Região	50.000,00	
6. ^a Região	150.000,00	
8. ^a Região	102.773,20	652.053,20
6) Aluguel ou arrendamento de imóveis:		
7. ^a Região	178.680,00	
8. ^a Região	12.000,00	190.680,00
Total		1.950.806,40

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.333 — DE 28 DE JANEIRO DE 1951

Considera de utilidade pública a Academia Brasileira de Odontologia

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É considerada de utilidade pública a Academia Brasileira de Odontologia, com sede no Distrito Federal.

Parágrafo único. A Academia Brasileira de Odontologia será órgão de consulta facultativa do Governo em todos os assuntos que se relacionarem com o desenvolvimento científico da odontologia nacional.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 33.º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

LEI N.º 1.334 — DE 28 DE JANEIRO DE 1951

Fixa os prêmios concedidos pelo Governo Federal a particulares e a entidades de direito público para a construção de açudes em cooperação

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam fixados em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) e Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), respectivamente, os prêmios máximos concedidos pelo Governo Federal a particulares e a entidades de direito público para a construção de açudes em cooperação.

§ 1.º Nos prêmios concedidos, o preço do metro cúbico água será de Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos).

§ 2.º São prorrogados por 12 (doze) meses todos os prazos concedidos para a construção de açudes em cooperação.

§ 3.º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas poderá, consoante condições técnicas e locais, sempre que justificadas, fixar para o metro cúbico água preço superior ao previsto no § 1.º

§ 4.º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas promoverá a revisão das tabelas de preços unitários atualmente em vigor.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, como medida de emergência, e enquanto não se verificar a providência determinada no § 4.º do artigo precedente, a majoração de 40% (quarenta por cento) nos prêmios estipulados para todos os açudes em cooperação de construção já autorizada ou iniciada.

§ 1.º O pagamento da majoração será feito independente de requerimento do interessado e juntamente com as prestações ou a prestação a que ainda tiver direito:

§ 2.º Na hipótese de já ter sido efetuado o pagamento de qualquer prestação, a majoração será paga mediante requerimento do interessado ao chefe do Distrito.

Art. 3.º Os poços abertos por particulares, em propriedade agrícola ou pastoril, gozarão dos mesmos benefícios concedidos pelo art. 5.º, item II, do Decreto-lei n.º 6.255, de 9 de fevereiro de 1944, aos poços abertos por solicitação dos Estados e Municípios.

Art. 4.º A construção de açudes em colaboração com particulares proprietários será deferida, ainda que as terras estejam gravadas de ônus real, se concordar o credor.

Art. 5.º As despesas com a execução desta Lei devem correr por conta das verbas orçamentárias e das que para seus fins forem consignadas ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 6.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

João Valdetaro de Amorim e Mello.

Guilherme da Silveira.

A. de Novais Filho.

LEI N.º 1.335 — DE 28 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para conclusão das obras do Asilo Filhas de Ana, da cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Pedro Calmon.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.336 — DE 28 DE JANEIRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para o fim que especifica

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, um crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para atender às despesas de construção e pavimentação da rodovia de que trata o Decreto n.º 26.069, de 22 de dezembro de 1948, inclusive a sua continuação até a cidade de Nova Friburgo.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º desta Lei será entregue em duas parcelas, a primeira no exercício de 1951, a segunda no exercício de 1952.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

João Valdetaro de Amorim e Mello.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.337 — DE 29 DE JANEIRO DE 1951

Cria o Quadro da Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Quadro da Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal, na forma da tabela, a que se refere o art. 9.º da presente Lei, compreendendo cargos isolados, de provimento efetivo, cargos de carreira e função gratificada.

Art. 2.º Serão aproveitados, nos cargos da Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal, os funcionários dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, lotados na mesma Secretaria até 31 de dezembro de 1949, e os extranumerários que estejam prestando serviços a Procuradoria Geral.

§ 1.º O aproveitamento será feito em cargo equivalente ou superior, podendo ser recusado pelo interessado.

§ 2.º Serão aproveitados na função de Oficial Judiciário os dois Escreventes encarregados do serviço de Justiça Gratuita e ora em exercício na Procuradoria.

Art. 3.º São extintos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal os cargos de funcionários que forem aproveitados na forma do artigo anterior e seus parágrafos.

Parágrafo único. Os funcionários, que não forem aproveitados com a presente Lei, serão apresentados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 4.º Os cargos na Secretaria da Procuradoria Geral serão providos pelo Presidente da República, mediante proposta do Procurador Geral, encaminhada por intermédio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 5.º As promoções serão feitas pelo critério alternado de antiguidade e merecimento, na forma da legislação vigente.

Art. 6.º Os funcionários da Secretaria da Procuradoria Geral terão direito a 30 dias de férias anuais, mediante escala organizada pelo Secretário e devidamente aprovada pelo Procurador Geral.

Art. 7.º Os Sub-Procuradores do Distrito Federal perceberão gratificação correspondente ao símbolo FG 3.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 9.º E' a seguinte a Tabela a que se refere o art. 1.º desta Lei:

Número de cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou padrão
<i>Cargos de Carreira</i>		
1	Oficial Judiciário	N
2	Oficial Judiciário	M
3	Oficial Judiciário	L
4	Oficial Judiciário	K
1	Auxiliar Judiciário	J
2	Auxiliar Judiciário	I
3	Auxiliar Judiciário	H
2	Dactilógrafo	I
2	Dactilógrafo	H
4	Dactilógrafo	G
1	Servente	E
1	Servente	D
1	Servente	C
<i>Função Gratificada</i>		
1	Secretário do Procurador Geral FG-5	

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

LEI N.º 1.338 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1951

Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do § 3.º do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São restabelecidas, em toda a sua plenitude, nas Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica) e nas Forças Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), todas as disposições da Lei n.º 1.215, de 11 de agosto de 1904, e do Decreto n.º 3.635, de 31 de dezembro de 1918, que asseguravam a graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe, ou cabeças de quadro (número um da respectiva escala) dos diversos quadros das Armas e Serviços.

Art. 2.º Aos oficiais graduados por efeitos desta Lei, cabem todos os direitos, honras, regalias, precedência hierárquica e mais vantagens, exceto vencimentos, como se efetivos fossem.

Parágrafo único. Quando transferidos para a Reserva, ou reformados, terão todos os direitos e benefícios conferidos aos efetivos, inclusive os relativos ao montepio e acesso ao posto imediato ao da graduação, nos casos permitidos em lei.

Art. 3.º A graduação, de que trata esta Lei, atingirá a todos os postos da hierarquia de oficiais, qualquer que seja o quadro, arma ou serviço a que pertença o oficial.

Art. 4.º A graduação no posto de General de Brigada, ou de Contra-Al-

mirante, ou de Brigadeiro, será por Arma ou Serviço mas só se dará, quando o Coronel ou Capitão de Mar e Guerra satisfizer as condições de acesso aqúeles postos.

Art. 5.º No caso do Coronel ou Capitão de Mar e Guerra, número um do respectivo quadro das Armas ou Serviços, não satisfizer às exigências do artigo anterior, será graduado o que se lhe seguir em antiguidade e preencher tais exigências.

Art. 6.º Aplicam-se as disposições anteriores aos oficiais que foram transferidos compulsoriamente para a Reserva, durante o período de suspensão das graduações, e que satisfizerem as exigências nelas estabelecidas, desde que o requeiram no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação desta Lei, sem direito a proventos atrasados.

Parágrafo único. Os oficiais compreendidos neste artigo que ainda não atingiram a idade limite do posto da graduação, para permanência no serviço ativo, bem como os que já a tenham atingido gozarão dos seus benefícios e se considerarão transferidos para a Reserva ou Reformados, os primeiros na data da publicação desta Lei, e os últimos quando completarem essa idade.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com exceção das ressalvas estabelecidas no art. 50 do Decreto-lei n.º 3.940 de 16 de dezembro de 1941 (Lei de Inatividade dos Militares), e no art. 52 do Decreto-lei n.º 9.698 de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA

LEI N.º 1.339 — DE 30 DE JANEIRO DE 1951

Eleva padrão de cargos isolados ou funções de extranumerários mensalistas de Assistentes Jurídicos do Serviço Público Federal, e dá outras providências

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos atuais assistentes jurídicos que ocupam cargos isolados ou funções de extranumerário mensalista são assegurados vencimentos correspondentes ao padrão O ou referência 31

Art. 2.º Compete ao Assistente Jurídico:

a) estudar toda matéria de natureza jurídica do órgão em que estiver lotado, e sobre ela emitir parecer;

b) propor o estabelecimento de normas legais ou regulamentares relativas aos serviços da competência desse órgão e opinar sobre propostas dessa natureza;

c) estudar e orientar os processos de incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União e preparar os elementos necessários a ato de desapropriação judicial, quando for mister;

d) estudar e encaminhar os processos de alienação, transferência ou locação de bens imóveis da União;

e) organizar e fornecer ao Ministério Público os elementos necessários à defesa de interesse da União em casos ligados ao mesmo órgão;

f) opinar sobre assuntos conexos com os das alíneas anteriores, sempre que julgado conveniente o seu parecer.

Art. 3.º A despesa com a execução da presente lei será atendida pelo saldo da conta corrente do Ministério a que esteja subordinado o órgão em que sirva o Assistente Jurídico e sendo insuficiente o respectivo saldo, caberá ao Congresso Nacional decidir sobre a abertura do crédito necessário.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

João Valdetaro de Amorim e Mello.

A. de Novaes Filho.

Pedro Calmon.

Marcial Dias Pequeno.

Ajalmar Vieira Mascarenhas.

LEI N.º 1.340 — DE 30 DE JANEIRO DE 1951

Dispõe sobre o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará passa a integrar o grupo D, de que trata a Lei n.º 486 de 14 de novembro de 1948, com as alterações necessárias à sua adaptação a esse grupo.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

LEI N.º 1.341, DE 30 DE JANEIRO DE 1951

Lei orgânica do Ministério Público da União

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da organização do Ministério Público da União

Art. 1.º O Ministério Público da União tem por função zelar pela observância da Constituição Federal, das leis e atos emanados dos poderes públicos.

Parágrafo único. Os órgãos do Ministério Público da União, junto à justiça comum, à militar, à eleitoral e a do trabalho são independentes entre si, no tocante as respectivas funções.

Art. 2.º Os cargos do Ministério Público da União, salvo os de Procurador Geral, serão providos em caráter efetivo e constituem carreira, nos termos desta lei.

Parágrafo único. O cargo de Sub-Procurador Geral da República será provido por merecimento, dentre os procuradores colocados nos dois primeiros terços da categoria imediatamente anterior por ordem de antiguidade.

Art. 3.º O ingresso nos cargos iniciais das carreiras far-se-á mediante concurso de provas e títulos, entre bachareis em Direito de comprovada idoneidade moral e que tenham mais de quatro anos de prática forense e idade máxima de trinta e cinco anos. Se se tratar de funcionário público, será de quarenta e cinco anos a idade máxima para a inserção no concurso.

§ 1.º Os concursos serão abertos dentro do prazo de trinta dias, a contar da vacância e serão regidos por instruções gerais e especiais, baixadas mediante decreto executivo e portaria do Procurador Geral competente.

§ 2.º Das bancas examinadoras participarão o Procurador Geral, o Procurador, ou Promotor, mais antigo, da categoria mais elevada em exercício no Distrito Federal, e um advogado indicado pela Ordem dos Advogados, seção do Distrito Federal. Estes três membros escolherão mais dois livremente, entre juristas de notável saber e reputação ilibada para integrarem a banca.

§ 3.º Os concursos valerão como habilitação pelo prazo de três anos, a contar de sua homologação.

§ 4.º Salvo quando inferior a três, o número de candidatos habilitados, o Procurador Geral remeterá ao Ministro de Estado lista triplice para cada vaga, obedecida a ordem de classificação no concurso, devendo a nomeação recair em um dos indicados.

Art. 4.º São vedadas as transferências para cargos do Ministério Público da União, inclusive de uma para outra das carreiras reguladas por esta lei.

Parágrafo único. A reintegração, a readmissão, ou o aproveitamento somente poderá ter lugar em cargo de igual categoria e da mesma carreira do anteriormente exercido, ressalvadas, quanto à reintegração, as promoções por antiguidade.

Art. 5.º As promoções far-se-ão, alternadamente, por antiguidade de classe e merecimento. A promoção por merecimento só poderão concorrer os colocados nos dois primeiros terços da categoria, por ordem de antiguidade.

§ 1.º As listas de antiguidade, para efeito de promoção, serão organizadas anualmente pelo Procurador Geral e as de merecimento, com três nomes, sempre que houver vaga a ser preenchida por este critério, por uma comissão composta do Procurador Geral, que a presidirá, do Procurador, ou Promotor mais antigo da categoria mais elevada e de outro membro do Ministério Público, também da categoria mais elevada, designado pelo Presidente da República.

§ 2.º Em se tratando do Ministério Público Federal, a designação referida na parte final do parágrafo anterior, poderá, também, recair no Sub-Procurador Geral da República.

§ 3.º As promoções serão iniciadas em cada carreira, após a vigência desta lei, pelo critério de merecimento.

Art. 6.º A promoção poderá ser recusada, mas a recusa não modificará o critério de preenchimento da vaga.

Art. 7.º Entende-se por antiguidade de classe o tempo de efetivo exercício em cargo da mesma categoria na carreira, deduzidas quaisquer interrupções, salvo as motivadas por licença e disponibilidade remuneradas, comissão, exercício de mandato legislativo, férias ou suspensão em virtude de processo criminal, quando não ocorrer condenação. Em relação ao merecimento, serão levados em consideração, entre outros, principalmente, os seguintes atributos:

I — eficiência demonstrada pelo Procurador, Promotor ou Adjunto, no desempenho do cargo e de outras funções de natureza técnica;

II — Exercício interino, ou em comissão, de cargo de categoria superior, ou de outras funções ou atividades relevantes de natureza jurídica.

III — maior antiguidade na respectiva carreira;

IV — publicação de trabalhos forenses de reconhecido valor.

Art. 8.º Em janeiro de cada ano, o Procurador Geral tendo em vista o disposto no artigo anterior, fará publicar no *Diário Oficial* a lista de antiguidade dos integrantes de cada categoria.

Parágrafo único. As reclamações contra essa lista poderão ser apresentadas dentro em trinta dias, contados da sua publicação, ao Procurador Geral, que as decidirá com recurso, em igual prazo, para o Ministro de Estado.

Art. 9.º Os decretos de promoção deverão ser publicados dentro de noventa dias, a contar da verificação da vaga.

Art. 10. O Procurador Geral da República tomará posse perante o Ministro da Justiça e Negócios Interiores; o Procurador Geral da Justiça do Trabalho perante o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; e o Procurador Geral da Justiça Militar perante o Ministro da Guerra, cabendo-lhes empossar os demais membros do Ministério Público, que lhes são diretamente subordinados.

Parágrafo único. A posse e o exercício deverão verificar-se no prazo de trinta dias, contado da publicação do ato de nomeação, prorrogável por igual tempo, a requerimento do interessado.

Art. 11 Os membros do Ministério Público da União perceberão os vencimentos e as vantagens fixados em leis especiais e, quando se ausentarem da sede, em diligência, no exercício de suas funções, terão direito a uma diária arbitrada pelo Procurador Geral.

Parágrafo único. Os membros do Ministério Público da União só terão direito a percentagens, quando estiverem no exercício de seus cargos, salvo em casos previstos em lei e nos de férias e licenças remuneradas.

Art. 12. Os proventos da aposentadoria e da disponibilidade serão calculados proporcionalmente ao tempo de serviço, quer relativamente à parte fixa, quer à parte variável, quando perceberem percentagens.

Parágrafo único. A parte variável será calculada, tomando-se por base a média das percentagens percebidas nos três últimos exercícios, imediatamente anteriores ao em que a aposentadoria ou a disponibilidade fôr concedida, não podendo exceder ao vencimento do respectivo cargo.

Art. 13. O Procurador Geral, ou o Sub-Procurador Geral da República, gozará férias de sessenta dias:

I — juntamente com o Tribunal, perante o qual servir, quando as dêste forem coletivas;

II — mediante concessão do Ministro, que lhe houver dado posse, parceladamente, ou não, no caso contrário.

Parágrafo único. Os demais membros do Ministério Público terão férias por igual prazo, dadas pelos Procuradores Gerais a que estiverem subordinados, parceladamente, ou não, atendida a conveniência do serviço.

Art. 14. As substituições, que dependerem de designação especial e durarem mais de trinta dias, serão remuneradas.

Parágrafo único. Não se consideram designações especiais, para os efeitos deste artigo, as simples convocações, em obediência ao princípio de antiguidade.

Art. 15. As licenças dos membros do Ministério Público da União serão reguladas pela legislação geral e concedidas pelos Ministros de Estado as dos Procuradores Gerais; e, por estes, as dos demais.

Art. 16. Os membros do Ministério Público efetivos não poderão ser privados de seus cargos, nem removidos compulsoriamente, salvo nos casos previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Em caso de vaga, terá preferência para o preenchimento, na ordem de antiguidade, os Procuradores ou Promotores de igual categoria e da mesma carreira, que requererem, no prazo de quinze dias, a respectiva remoção.

Art. 17. Os membros do Ministério Público da União não poderão, sem autorização do Procurador Geral, ausentar-se dos lugares onde servirem.

Art. 18. Os membros do Ministério Público da União são proibidos de:

a) requerer, advogar ou praticar, em juízo ou fora dêle, atos que, por qualquer forma, colidam com as funções de seu cargo;

b) exercer procuratórios, ou requerer perante qualquer repartição pública federal, estadual ou municipal, salvo quando direta e pessoalmente interessados;

c) contratar, direta ou indiretamente, por si ou como representante de outros, com os governos federal, estadual e municipal, entidades autárquicas ou organizações de qualquer natureza, mantidas pelo poder público, ou em que a Fazenda Pública fôr acionista

ou interessada, e com as associações sindicais, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes;

d) dirigir ou gerir bancos, companhias, empresas ou estabelecimentos, sejam ou não subvencionados; requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou outros favores semelhantes, exceto o privilégio de invenção própria;

e) praticar outros atos que incidam nas proibições constantes de leis gerais sobre o exercício da função pública.

Parágrafo único. As faltas previstas neste artigo serão apuradas em processo administrativo e importarão em suspensão de três a seis meses e, na reincidência, em demissão.

Art. 19. Os membros do Ministério Público da União estão ainda sujeitos as penas disciplinares constantes do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, as quais serão aplicadas pelos Procuradores Gerais, ouvindo previamente o funcionário sobre a falta que lhe fôr atribuída.

Parágrafo único. Da imposição da pena caberá recurso para o respectivo Ministro, dentro do prazo de quinze dias, contados da ciência do ato.

Art. 20. A aceitação de função incompatível importa perda de cargo do Ministério Público da União e de todas as vantagens correspondentes, exceto as de montepio.

Art. 21. Os membros do Ministério Público da União dar-se-ão por suspeitos e, se não o fizerem, poderão como tal ser recusados por qualquer parte, nos casos e pela forma prevista nas leis processuais.

Art. 22. Não poderão servir como juizes, advogados e escrivães, os membros do Ministério Público da União que tenham, com os mesmos, parentescos consanguíneo, ou afim na linha ascendente, ou descendente e, na colateral, até o terceiro grau.

§ 1.º No caso de nomeação, a incompatibilidade se resolve antes da posse contra o último nomeado, ou contra o menos idoso, se a nomeação fôr da mesma data; depois da posse, contra o último nomeado, ou contra o menos idoso, se a nomeação fôr da mesma data, ou ainda contra o que lhe deu causa, e, se a incompatibilidade fôr imputada a ambos, contra o mais moderno.

§ 2.º No caso de incompatibilidade entre o membro do Ministério Público e o advogado, aquela se resolve contra o último investido da função.

Art. 23. Salvo quanto autorizados pelo Procurador Geral, os órgãos do Ministério Público da União não podem transigir, comprometer-se, confessar, desistir ou fazer composições.

Parágrafo único. Sempre que julgarem conveniente, deverão representar oficialmente ao Procurador Geral para que este, opinando a respeito, obtenha do poder competente a necessária autorização para transigir, confessar, desistir ou fazer composições.

Art. 24. Os órgãos do Ministério Público da União são responsáveis, solidariamente, com a Fazenda Nacional por quaisquer prejuízos decorrentes de negligência, omissão ou abuso no exercício de suas funções.

Art. 25. A prisão ou detenção de membros do Ministério Público da União, em qualquer circunstância, inclusive no estado de sítio, ou de guerra, será imediatamente comunicada ao Procurador Geral respectivo e ao Ministro da Justiça, sob pena de responsabilidade da autoridade que o não fizer, e efetuada em sala especial,

Art. 26. Os promotores de Justiça dos Estados e dos Territórios, quando representarem em juízo a Fazenda Nacional, não poderão, por qualquer forma, pleitear ou advogar contra a União.

TÍTULO II

Do Ministério Público da União junto à Justiça Comum

SEÇÃO I

DA CARREIRA

Art. 27. São órgãos do Ministério Público Federal:

- I — o Procurador Geral da República;
- II — o Sub-Procurador Geral da República;
- III — os Procuradores da República no Distrito Federal e nos Estados.

Art. 28. Para efeito da carreira do Ministério Público Federal, as Procuradorias da República são classificadas nas seguintes categorias:

Primeira — Distrito Federal (6) e São Paulo (2);

Segunda — Distrito Federal (5) e Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, uma em cada;

Terceira — Demais Estados, uma em cada.

§ 1.º São cargos iniciais da carreira os da terceira categoria.

§ 2.º O cargo final da carreira é o de Sub-Procurador Geral da República.

SEÇÃO II

DO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

Art. 29. O Procurador Geral da República será nomeado na conformidade do Art. 126 da Constituição Federal.

Art. 30. São atribuições do Procurador Geral da República:

I — velar no que couber, pela execução da Constituição, leis, tratados, regulamentos e atos do Poder Público em todo o território nacional;

II — representar a União ou a Fazenda Nacional nas causas cíveis em que figurar como autora, ré, assistente ou oponente, ou fôr por qualquer forma interessada;

III — officiar e dizer de direito, oralmente ou por escrito:

a) nas ações criminaes da competência originária do Supremo Tribunal Federal;

b) nas causas cíveis que interessarem à União, ou à Fazenda Nacional, às autarquias, que desempenham serviço federal, ou às pessoas incapazes;

c) nas extradições, nas homologações de sentenças estrangeiras, nos conflitos de jurisdição e de atribuição e *exequatur*;

d) nos recursos ordinários sôbre mandado de segurança e crimes políticos, bem como nos casos em que requerer vista do processo;

e) nos recursos extraordinários em que forem interessadas a União, a Fazenda Nacional, as autarquias que desempenham serviço federal e as pessoas incapazes ou quando se alegar ofensa ao texto constitucional, e, nos demais casos, quando o entender o relator do feito.

f) nos recursos previstos no art. 120 da Constituição Federal;

IV — promover as causas da União, da competência originária do Supremo Tribunal Federal, contra os Estados e o Distrito Federal, e defendê-la nas que êstes, ou qualquer nação estrangeira, lhe moverem;

V — exercer a ação pública e promovê-la até final em tôdas as causas de competência do Supremo Tribunal Federal;

VI — suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, nos casos de competência dêste, conflitos entre o Governo da União e dos Estados;

VII — pronunciar-se como de direito sôbre a conveniência, oportunidade ou legalidade da intervenção federal;

VIII — intervir, oralmente e sem limitação de prazo, após a defesa da parte, se fôr caso, além do pronunciamento por escrito, mediante vista dos autos, nos casos previstos em lei ou na discussão de quaisquer processos em julgamento no Supremo Tribunal Federal;

IX — requisitar das autoridades competentes as diligências, certidões e quaisquer esclarecimentos para o regular desempenho de suas funções;

X — dar posse aos membros do Ministério Público Federal e aos funcionários da Secretaria da Procuradoria Geral e conceder aos mesmos licença e férias;

XI — impor penas disciplinares;

XII — apresentar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça, até 1.º de março, relatório das atividades do Ministério Público Federal, durante o ano anterior;

XIII — dar instruções aos membros do Ministério Público Federal e resolver consultas dêstes sôbre o exercício de suas funções;

XIV — designar, na forma da lei, um dos membros do Ministério Público Federal, para funcionar como advogado do servidor da União, ou de seus herdeiros que, no exercício de suas atribuições, ou em razão delas, fôr vítima de crime;

XV — designar, mediante portaria, qualquer membro do Ministério Público Federal para o desempenho de outras atribuições, sem prejuízo das funções ordinárias;

XVI — designar o Procurador da República que deve substituir outro membro do Ministério Público Federal afastado do exercício, nos termos do Art. 41 desta lei;

XVII — indicar, onde houver mais de um, os Procuradores da República que devem funcionar em órgãos ou comissões estabelecidos em lei;

XVIII — exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Constituição e leis federais.

Art. 31. O Procurador Geral da República será substituído em suas faltas e impedimentos, pelo Sub-Procurador e, na falta dêste, pelos respectivos substitutos legais, nos termos do Art. 35.

Art. 32. O Procurador Geral da República poderá designar até quatro (4) Procuradores da República de qualquer categoria, para terem exercício: dois (2) junto ao seu Gabinete e dois (2) no Ga-

binete do Sub-Procurador Geral, determinando, em portaria, as respectivas atribuições e arbitrando-lhes gratificações não superiores à metade dos vencimentos fixos que perceberem.

SEÇÃO III

DO SUB-PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

Art. 33. O Sub-Procurador Geral da República funcionará, como representante do Ministério Público, junto ao Tribunal Federal de Recursos.

Art. 34. Compete ao Sub-Procurador Geral da República:

I — substituir o Procurador Geral nas suas faltas ou impedimentos ocasionais;

II — velar, no que couber pela execução da Constituição, leis tratados, regulamentos e atos do Poder Público;

III — representar a União, ou a Fazenda Nacional, nas causas cíveis em que figurar como autora, ré, assistente ou oponente, ou fôr por qualquer forma interessada;

IV — officiar e dizer de direito, oralmente ou por escrito, nos feitos da competência do Tribunal Federal de Recursos;

V — promover as causas da União da competência originária do Tribunal Federal de Recursos;

VI — requerer, em benefício do condenado, a revisão das sentenças criminais, proferidas pelo Tribunal Federal de Recursos;

VII — intervir oralmente e sem limitação de prazo, após a defesa da parte, se fôr caso, além do pronunciamento por escrito, mediante vista dos autos nos casos previstos em lei, na discussão de quaisquer processos originários, ou em grau de recurso em julgamento no Tribunal Federal de Recursos;

VIII — requisitar das autoridades competentes as diligências, certidões e quaisquer esclarecimentos para o regular desempenho de suas funções;

IX — apresentar ao Procurador Geral da República, até o dia 1.º de fevereiro de cada ano, relatório das atividades da Sub-Procuradoria Geral da República, durante o ano anterior;

X — exercer, nos assuntos de sua competência, a atribuição prevista no Art. 30, item XIII, desta lei.

Art. 35. O Sub-Procurador Geral será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Procurador da República de primeira categoria, previamente designado pelo Presidente da República, e, na falta dêste, pelos demais, na ordem de antiguidade.

Art. 36. Junto à Sub-Procuradoria Geral da República terá exercício um dos Procuradores da República no Distrito Federal, de segunda categoria, designado pelo Procurador Geral, com as seguintes atribuições:

I — comparecer às audiências do Tribunal, promovendo as diligências necessárias ao andamento dos feitos criminais e daqueles em que houver interesse da União;

II — requerer baixa dos processos julgados;

III — exarar pareceres e exercer outras atribuições, que lhe forem delegadas, em cada caso, pelo Sub-Procurador Geral, não podendo ter assento nas sessões do Tribunal.

SEÇÃO IV

DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

Art. 37. Os Procuradores da República, como advogados da União, defenderão os interesses desta em tôdas as instâncias, perante a justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, servindo nos feitos mediante distribuição, quando forem mais de um.

Parágrafo único. A distribuição será alternada e feita em livro próprio da Procuradoria, na conformidade das instruções baixadas pelo Procurador Geral.

Art. 38. São atribuições dos Procuradores da República:

I — propor as ações de interesse da União e requerer as diligências necessárias à sua defesa;

II — intervir em qualquer causa e requerer, se conveniente, o seu desaforamento para a comarca da capital, quando proposta em outro fóro;

III — promover desapropriações por utilidade pública federal, incorporação de bens ao patrimônio nacional e venda de objetos depositados nos cofres públicos, quando não forem levantados dentro do prazo de cinco anos, se a isso não se opuserem, na forma da lei, as partes interessadas,

IV — suscitar conflito de jurisdição;

V — officiar, mediante vista dos autos, em mandados de segurança requeridos contra autoridade federal e autarquias, criadas pela União e em todos os demais casos em que forem estas interessadas;

VI — interpor recurso extraordinário sempre que o exigir o interesse da União;

VII — funcionar nos processos de especialização de hipoteca de imóveis, dados em fiança pelos exatores da Fazenda Nacional;

VIII — assistir às habilitações e justificações e officiar nos respectivos processos em matéria civil de sua atribuição e, para efeito de naturalização, no foro do Distrito Federal, das capitais dos Estados e dos Territórios;

IX — officiar nas cartas precatórias e rogatórias;

X — interpor e arrazoar os recursos legais das decisões e sentenças proferidas nos processos de natureza civil ou administrativa em que devem funcionar;

XI — promover a execução das sentenças favoráveis à União;

XII — exercer, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, as funções de Procurador Regional da Justiça Eleitoral;

XIII — funcionar no Conselho Penitenciário, na Comissão Estadual de Fiscalização de Entorpecentes e em comissões que a lei estabelecer, ou o Procurador Geral designar;

XIV — dirigir-se diretamente aos representantes da administração federal, estadual ou municipal, bem como de entidade pública, para requisitar documentos, certidões e esclarecimentos, ou quaisquer outras providências necessárias à defesa dos direitos e interesses da União;

XV — promover a responsabilidade dos que não atenderem às requisições mencionadas no item anterior;

XVI — representar a União nas ações que se referirem à nulidade e caducidade de patentes de invenção, desenhos e modelos industriais e marcas de indústria e comércio;

XVII — exercer, nos Estados onde não houver Procuradoria do Trabalho, a atribuição de que trata o Art. 66, item VI;

XVIII — representar às autoridades superiores contra as inferiores que praticarem atos ofensivos à Constituição, à lei, ou a tratado federal, ou que redundem em opposição a sentença ou denegação de seu cumprimento, comunicando ao Procurador Geral todos os atos dessa natureza, de que tiver conhecimento, e as providências tomadas;

XIX — Representar ao Procurador Geral da Justiça do Estado sobre a iniciativa e o andamento de processos criminais quando houver interesse da União, podendo promover e acompanhar as respectivas ações e interpor os recursos legais, quando não o fizer o Promotor de Justiça.

XX — cumprir as instruções do Procurador Geral e do Sub-Procurador Geral, relativas ao exercício de suas funções e remeter ao primeiro, até 1.º de fevereiro, relatório circunstanciado de suas atividades;

XXI — Delegar poderes aos Promotores Públicos do interior, ou seus substitutos em exercício, para o funcionamento em qualquer ato processual no território da comarca.

Art. 39. Os Procuradores da República, designados na forma dos Arts. 32, 36 e 78, terão as atribuições que lhes forem conferidas, sendo os pareceres que emitirem, aprovados ou subscritos, respectivamente, pelo Procurador Geral ou pelo Sub-Procurador Geral.

Art. 40. Os Procuradores da República no Distrito Federal, sem distinção de categoria, terão as mesmas atribuições, ressalvado o disposto aos parágrafos seguintes.

§ 1.º Serão da competência privativa dos Procuradores de primeira categoria as ações ordinárias em geral, qualquer que seja o seu valor.

§ 2.º Competirá, privativamente, aos Procuradores de segunda categoria:

a) funcionar nos executivos fiscais até o valor de vinte e cinco mil cruzeros, inclusive, bem assim nos processos de qualquer natureza que correrem fora das Varas da Fazenda Pública;

b) fiscalizar a distribuição e o cumprimento dos mandados expedidos para cobrança da dívida fiscal, bem como conferir e visar as guias de recolhimento.

§ 3.º Junto à Procuradoria Geral da República terá exercício um dos Procuradores da República no Distrito Federal, de segunda categoria, designado pelo Procurador Geral, com as atribuições que lhe forem conferidas em portaria, e independente dos Procuradores da República a que se refere o art. 32.

Art. 41. Os Procuradores da República substituir-se-ão mutuamente nos impedimentos ocasionais.

§ 1.º Nos casos de licença, férias, vaga, até seu provimento, comissões ou afastamentos prolongados, a substituição será por outro membro do Ministério Público Federal, designado na forma do art. 30, item XVI, e, na impossibilidade, por bacharel ou doutor em direito, para esse fim nomeado interinamente.

§ 2.º Onde houver um só Procurador da República, este será substituído por membro do Ministério Público da Comarca da Capital, designado pelo Procurador Geral, ou pelo mais antigo, na falta de designação, percebendo, num e noutro caso, quantia correspondente a um terço do vencimento do substituído, sem prejuízo de outras vantagens que por lei lhe couberem.

Art. 42. A União será citada, inicialmente, na pessoa do Procurador Geral, quando a causa fôr da competência do Supremo Tribunal Federal e, nas demais, na pessoa dos Procuradores da República.

Parágrafo único. As funções de Procurador da República serão exercidas, nos Territórios Federais, pelos Promotores Públicos das respectivas capitais.

Art. 43. A cobrança da dívida ativa da União continuará a cargo dos Procuradores da República nas capitais dos Estados e no Distrito Federal; quando a ação houver de ser proposta noutra fôr será confiada aos Promotores de Justiça, ou seus substitutos em exercício.

Parágrafo único. Os Procuradores e Promotores de Justiça, nos Estados e Territórios, exercerão a atribuição de que trata o Art. 40, § 2.º, alínea b, desta lei.

Art. 44. Os Promotores de Justiça terão, relativamente a cada processo a seu cargo, as atribuições conferidas aos Procuradores da República, cujas instruções, inclusive a de funcionar em processos que não correrem no fôro privativo, deverão atender:

§ 1.º Nas Comarcas, onde houver mais de um Promotor, a cobrança da dívida ativa da União far-se-á por intermédio do que fôr designado pelo Procurador da República no respectivo Estado.

§ 2.º Os Promotores de Justiça não podem delegar funções de membro do Ministério Público Federal.

Art. 45. Os Promotores de Justiça manterão constante contato com os Procuradores da República, informando-os sobre o andamento dos feitos e os consultando sobre o que julgarem conveniente.

Art. 46. Os Promotores de Justiça remeterão, até 15 de janeiro de cada ano, aos Procuradores da República, relatório circunstanciado de suas atividades, como representantes da União.

Art. 47. Os Promotores de Justiça continuarão a perceber da dívida federal, que ajuizarem, e que por seu intermédio fôr recebida, a percentagem fixada em lei.

Art. 48. As percentagens só serão distribuídas depois de efetiva e definitivamente recolhidas aos cofres da União as importâncias a que se referiram.

Art. 49. As percentagens, que cabem aos Promotores pela cobrança da dívida ativa, são pagas pelas Coletorias Federais locais, mediante folhas organizadas pelo escrivão do juízo e visadas pelo Procurador da República, que as encaminhará a competente Delegacia Fiscal para a necessária autorização do pagamento.

Art. 50. O recolhimento das quantias cobradas far-se-á mediante guias do escrivão do feito, em tantas vias quantas forem necessárias, uma das quais deverá ser remetida pelo coletor ao Procurador da República, para cancelamento da dívida.

Art. 51. O Promotor de Justiça, que demonstrar desídia ou descaso na defesa dos interesses da União, ou no cumprimento das leis federais, mediante representação fundamentada do Procurador da República, será, pelo Procurador Geral, destituído das funções do Ministério Público Federal, sem prejuízo de outras sanções em que incorrer.

Parágrafo único. No caso de destituição, serão as respectivas atribuições confiadas ao substituto legal, ou a outro Promotor da mesma, ou da Comarca mais próxima, ou passarão diretamente ao Procurador da República, conforme fôr julgado mais conveniente pelo Procurador Geral.

TÍTULO III

Do Ministério Público da União junto à Justiça Militar

SEÇÃO I

DA CARREIRA

Art. 52. São órgãos do Ministério Público Militar:

I — o Procurador Geral da Justiça Militar;

II — os Promotores Militares.

Art. 53. Para efeito da carreira do Ministério Público Militar são as promotorias classificadas em três categorias.

§ 1.º São de primeira categoria os promotores que servem junto à Procuradoria Geral; de segunda os que funcionam perante as Auditorias do Distrito Federal; e de terceira, os demais.

§ 2.º São cargos iniciais da carreira os da terceira categoria.

SEÇÃO II

DO PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 54. O Procurador Geral será nomeado em comissão dentre os bacharéis em Direito com dez anos, pelo menos, de prática forense.

Art. 55. Ao Procurador Geral incumbe:

I — intentar a ação penal nos crimes de competência originária do Superior Tribunal Militar, exercendo as atribuições do Ministério Público;

II — promover a declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato;

III — superintender a atividade do Ministério Público Militar, expedindo instruções aos Promotores para o desempenho regular e uniforme de suas atribuições;

IV — tornar efetiva a responsabilidade dos Promotores, advogados de ofício e demais serventuários da Justiça Militar;

V — officiar e dizer de direito, oralmente ou por escrito, nos processos de competência do Superior Tribunal Militar;

VI — requerer o que entender necessário para o julgamento das causas e interpor os recursos legais;

VII — designar representantes do Ministério Público Militar para proceder a diligências e inquéritos, dentro ou fora da sua Região, conforme os interesses da Justiça;

VIII — propor a designação de Promotores substitutos;

IX — apresentar, anualmente, até 1 de março, aos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, um relatório estatístico-criminal, com as sugestões que julgar necessárias aos interesses da Justiça.

SEÇÃO III

DOS PROMOTORES MILITARES

Art. 56. Incumbe aos Promotores de primeira categoria emitir parecer nos processos que lhes forem distribuídos pelo Procurador Geral.

Art. 57. Incumbe aos promotores de segunda e terceira categorias:

I — solicitar à autoridade competente a instauração de inquérito policial-militar, sempre que encontre nos processos submetidos ao seu conhecimento, indícios de outro crime;

II — requerer arquivamento dos autos de inquérito, quando neles não se caracterizarem os elementos de crime militar, ou não se comprovar a autoria;

III — solicitar a devolução do inquérito à autoridade militar, quando configurada transgressão disciplinar;

IV — requisitar as autoridades militares, ou civis as certidões, exames, diligências e quaisquer outros esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções;

V — oferecer e aditar denúncia, requerer o andamento de processos, promover todos os termos da acusação, arrolar e substituir testemunhas, assistindo a instrução criminal e ao julgamento;

VI — requerer, em qualquer fase do processo, a prisão preventiva dos acusados, ou representar, quando não tenha sido decretada nos casos especificados em lei;

VII — interpor os recursos legais;

VIII — emitir parecer nas questões penais que lhes forem submetidas pelo Comandante da Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aerea, ou pelo da Guarnição, quando a sede desta coincidir com a da auditoria;

IX — cumprir as determinações e instruções do Procurador Geral, relativas as suas atribuições e solicitar-lhe esclarecimentos nos casos omissos ou duvidosos;

X — funcionar, obrigatoriamente, nas justificações para a habilitação à percepção do montepio militar e meio soldo;

XI — organizar e remeter até 31 de janeiro, ao Procurador Geral, a estatística criminal da promotoria, durante o ano anterior;

XII — suscitar conflito de jurisdição;

XIII — exercer qualquer outra atribuição inerente à função ou que, implicitamente, decorra das acima enumeradas.

SEÇÃO IV

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 58. O Procurador Geral da Justiça Militar será substituído em suas faltas, impedimentos, licenças e férias pelos Promotores de primeira categoria; estes pelos de segunda categoria, na ordem de antiguidade; e os demais Promotores pelos respectivos substitutos na ordem numérica, observado o artigo seguinte.

Art. 59. Cada Promotor terá dois substitutos, sem ônus para os cofres públicos, designados pelo Presidente da República, dentre bacharéis em Direito.

§ 1.º O substituto tomará posse perante o Procurador Geral e será por este convocado.

§ 2.º Será dispensado, automaticamente, o substituto que não atender a convocação, salvo motivo de doença comprovada perante Junta Militar de Saúde

§ 3.º Nenhum direito ou vantagem terá o substituto além do vencimento do cargo do substituído e somente durante o período da convocação.

§ 4.º Se a convocação resultar de simples impedimento ou suspensão, o substituto só perceberá os vencimentos correspondentes aos dias em que efetivamente funcionar, comparecendo às audiências, ou tendo vista dos autos pelos prazos legais.

Art. 60. Nas Regiões Militares, onde houver mais de uma Auditoria na mesma sede, os Promotores se substituirão, reciprocamente, em suas faltas e impedimentos, na conformidade da escala estabelecida pelo Procurador Geral.

TÍTULO IV

Do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho

SEÇÃO I

DA CARREIRA

Art. 61. São órgãos do Ministério Público da Justiça do Trabalho:

I — o Procurador Geral da Justiça do Trabalho;

II — os Procuradores do Trabalho de primeira e segunda categorias;

III — os Procuradores do Trabalho Adjuntos.

Art. 62. São cargos iniciais da carreira os de Procurador do Trabalho Adjunto.

Art. 63. Os Procuradores do Trabalho de primeira categoria funcionarão junto à Procuradoria Geral; os de segunda categoria, com a denominação de procuradores regionais, e os adjuntos, junto aos Tribunais Regionais do Trabalho.

SEÇÃO II

DO PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Art. 64. O Procurador Geral será nomeado, em comissão, dentre bacharéis em Direito, com dez anos, pelo menos, de prática forense.

Art. 65. Ao Procurador Geral compete:

I — dirigir os serviços da Procuradoria Geral, orientar e fiscalizar as Procuradorias, expedindo as necessárias instruções;

II — funcionar junto ao Tribunal Superior do Trabalho, intervindo nos debates, sempre que se fizer necessário;

III — delegar atribuições aos procuradores do Trabalho de primeira categoria e designar os que devam comparecer às sessões do Tribunal Superior do Trabalho;

IV — designar os Procuradores do Trabalho de primeira categoria que devam funcionar junto ao Conselho de Previdência Social;

V — exercer outras atribuições que lhes sejam cometidas pelas leis referentes à Justiça do Trabalho;

VI — apresentar, até 1.º de março de cada ano, aos Ministros da Justiça e Negócios Interiores, e do Trabalho, Indústria e Comércio, relatório circunstanciado com as sugestões que julgar convenientes aos interesses da Justiça.

SEÇÃO III

DOS PROCURADORES DO TRABALHO DE PRIMEIRA CATEGORIA

Art. 66. Aos Procuradores de primeira categoria incumbe:

I — funcionar, por designação do Procurador Geral, no Juízo de primeira instância e nas audiências e sessões do Tribunal Superior do Trabalho;

II — exarar parecer nos processos de dissídios individuais e coletivos e demais controvérsias, oriundas de relações do trabalho, regidas por legislação especial;

III — desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo Procurador Geral;

IV — assistir às diligências e aos inquéritos, conforme determinar o Procurador Geral;

V — recorrer das decisões dos Juizes e Tribunais do Trabalho, nos casos previstos em lei;

VI — promover, no Distrito Federal, perante o Juízo competente, a cobrança executiva das multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do Trabalho;

VII — representar às autoridades competentes contra os que não cumprirem as decisões dos Juizes e Tribunais do Trabalho;

VIII — prestar as autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as informações que lhes forem solicitadas sobre os dissídios submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho e encaminhar aos órgãos competentes cópia autenticada das decisões que por elas devam ser cumpridas;

IX — requisitar de quaisquer autoridades inquéritos, exames periciais, diligências, certidões e esclarecimentos que se tornem necessários ao desempenho de suas atribuições;

X — defender a jurisdição da Justiça do Trabalho e os atos do Governo sobre dissídio entre empregados e empregadores e controvérsias, oriundas de relações do trabalho, regidas por legislação especial.

XI — suscitar conflitos de jurisdição

SEÇÃO IV

DOS PROCURADORES DO TRABALHO DE SEGUNDA CATEGORIA

Art. 67. Aos Procuradores de segunda categoria incumbe:

I — dirigir os serviços da respectiva Procuradoria;

II — funcionar nas audiências e sessões dos Tribunais Regionais e, sempre que se fizer necessário, intervir nos debates e pedir adiamento de decisão de processo em pauta;

III — exarar parecer nos processos de competência dos Tribunais Regionais

IV — exercer, fora do Distrito Federal, a atribuição de que trata o item VI do Art. 66;

V — assistir às diligências ordenadas pelo Procurador Geral, ou determinadas pelos Tribunais junto aos quais servirem;

VI — recorrer das decisões dos Juizes e Tribunais do Trabalho, nos casos previstos em lei;

VII — exercer, nas matérias de sua competência, as atribuições previstas nos itens VII a XI do Art. 68;

VIII — prestar ao Procurador Geral informações sôbre os feitos em andamento e consultá-lo nos casos de dúvida;

IX — apresentar, até 31 de janeiro de cada ano, ao Procurador Geral, relatório das atividades da Procuradoria, bem como dados e informações sôbre a administração da Justiça do Trabalho na respectiva Região.

SEÇÃO V

DOS PROCURADORES DO TRABALHO ADJUNTOS

Art. 68. Aos Procuradores Adjuntos incumbem:

I — funcionar, por designação dos Procuradores, nas audiências e sessões das Juntas e dos Tribunais Regionais;

II — desempenhar os demais encargos que lhes forem delegados pelos Procuradores.

SEÇÃO VI

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 69. O Procurador Geral será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelos Procuradores de primeira categoria, observada a ordem de antiguidade.

Art. 70. Os Procuradores do Trabalho de primeira categoria substituir-se-ão, mutuamente, em seus impedimentos, licenças, férias e sempre que não fôr nomeado substituto.

§ 1.º Os Procuradores de segunda categoria serão substituídos pelos Procuradores Adjuntos das respectivas Regiões e, na falta destes, na conformidade do artigo seguinte.

§ 2.º Os Procuradores Adjuntos de cada Região substituir-se-ão mutuamente e, havendo um só na forma do artigo seguinte.

Art. 71. Serão nomeados Substitutos de Procuradores Adjuntos e, nas Regiões onde não houver titulares dessa categoria, Substitutos de Procuradores.

§ 1.º Os Substitutos terão exercício e remuneração somente quando convocados.

§ 2.º Caso não aceitem a convocação, serão os Substitutos exonerados.

§ 3.º Para provimento das funções de Substituto terão preferência os que já houverem exercido o cargo por mais de dois anos.

TÍTULO V

Do Ministério Público da União junto à Justiça Eleitoral

Art. 72. São órgãos do Ministério Público Eleitoral:

I — o Procurador Geral da Justiça Eleitoral;

II — os Procuradores Regionais;

III — os Promotores Públicos.

Art. 73. Exercerá as funções de Procurador Geral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Procurador Geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal, na conformidade do Art. 31 desta lei.

Parágrafo único. Considerar-se-á também impedimento, para os efeitos deste artigo, o acúmulo ocasional de serviço na Procuradoria Geral.

Art. 74. Compete ao Procurador Geral, como Chefe do Ministério Público Eleitoral:

I — assistir às sessões do Tribunal Superior Eleitoral e tomar parte nas discussões;

II — exercer a ação pública e promovê-la até final, em todos os feitos de competência originária do Tribunal;

III — officiar em todos os recursos encaminhados ao Tribunal;

IV — manifestar-se, por escrito ou oralmente, sobre todos os assuntos submetidos à deliberação do Tribunal, quando solicitada sua audiência por qualquer dos juizes, ou, por iniciativa sua, se entender necessário;

V — defender a jurisdição do Tribunal;

VI — representar ao Tribunal sobre a fiel observância das leis eleitorais, especialmente quanto à sua aplicação uniforme em todo o país;

VII — requisitar diligências, certidões e esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições;

VIII — expedir instruções aos órgãos do Ministério Público junto aos Tribunais Regionais.

Art. 75. Servirá como Procurador Regional, junto a cada Tribunal Regional Eleitoral, o Procurador da República no respectivo Estado e, onde houver mais de um, aquele que fôr designado pelo Procurador Geral da República.

§ 1.º No Distrito Federal, serão as funções de Procurador Regional Eleitoral exercidas pelo Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal.

§ 2.º Substituirá o Procurador Regional, em suas faltas e impedimentos, o seu substituto legal.

Art. 76. Compete aos Procuradores Regionais exercer, perante os Tribunais junto aos quais servirem, as atribuições do Procurador Geral.

Art. 77. Perante os Juizes e Juntas Eleitorais funcionarão os Promotores Públicos das respectivas Comarcas.

§ 1.º Onde houver mais de um Promotor, funcionará o que fôr designado pelo Procurador Regional.

§ 2.º Substituirá o Promotor, em suas faltas e impedimentos, o seu substituto legal.

Art. 78. O Procurador Geral poderá designar outros membros do Ministério Público da União, com exercício no Distrito Federal e sem prejuizo das respectivas funções, para auxiliá-lo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, onde não poderão ter assento.

Parágrafo único. Nas mesmas condições e mediante prévia autorização do Procurador Geral, poderão os Procuradores Regionais requisitar, para auxiliá-los nas suas funções, os membros do Ministério Público local.

Art. 79. Cabe aos Promotores, investidos na função de membros do Ministério Público Eleitoral, o exercício das atribuições que lhes compete, perante a Justiça comum, com observância das instruções baixadas pelo Procurador Regional.

TÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 80. Poderão ser admitidos como estagiários, junto aos órgãos do Ministério Público da União, até dois estudantes das últimas séries das Faculdades de Direito, oficiais ou reconhecidas, na forma das instruções que forem baixadas pelo Procurador Geral competente sem quaisquer ônus para os cofres públicos ou vantagens pessoais, excluída, ainda, a contagem de tempo de serviço.

Art. 81. E' assegurada efetividade aos atuais ocupantes dos cargos de Procurador Geral da Justiça do Trabalho e de Sub-Procurador Geral da República.

Art. 82. E' extensiva aos membros de Ministério Público da União e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal Superior Militar e juizes vitalícios do Tribunal Superior de Trabalho a percepção das vantagens do art. 13 da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.

§ 1.º Os titulares de cargos em comissão, que forem membros do Ministério Público da União, perceberão as vantagens previstas neste artigo, correspondentes ao cargo efetivo.

§ 2.º O disposto neste artigo é extensivo aos Ministros aposentados na vigência da Lei n.º 33 de 13 de maio de 1947.

Art. 83. Continuarão a contribuir para o montepio militar os membros do Ministério Público Militar, que atualmente gozam desse direito.

Art. 84. O cargo de Procurador Geral da Justiça Militar só passará a ser exercido em comissão, quando vagar, mantida a situação pessoal do atual ocupante.

Art. 85. São criados tres cargos de Promotor Militar de primeira categoria, com vencimentos equivalentes aos percebidos pelos Curadores do Ministério Público do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os cargos, de que trata este artigo, serão providos mediante promoção de Promotores Militares de segunda categoria, na conformidade desta lei, dos quais um, apos a vacância do atual cargo de Sub-Procurador Geral da Justiça Militar.

Art. 86. Serão extintos, à medida que vagarem, os seguintes cargos do Ministério Público da União:

- a) Sub-Procurador Geral da Justiça Militar;
- b) Procurador Geral da Previdência Social;
- c) Procurador da República no Território do Acre.

Parágrafo unico. Enquanto existirem os cargos mencionados neste artigo, caberão aos respectivos titulares as atribuições, vencimentos, vantagens e garantias estabelecidos na legislação vigente.

Art. 87. Os atuais cinco cargos de Procurador da República Adjunto, inclusive o de que trata o § 2.º do Art. 6.º da Lei n.º 33, de 13 de maio de 1947, são transformados em igual número de cargos de Procurador da República de segunda categoria, no Distrito Federal mantidos os atuais vencimentos e vantagens, observado o disposto no Art. 46 desta lei.

Art. 88. Serão considerados efetivos, como Adjuntos de Procurador, na Procuradoria Regional do Trabalho, os atuais substitutos de Adjuntos que, nessa qualidade ou como interinos, tiverem na data da publicação da presente lei mais de cinco anos de exercício.

Art. 89. Os membros interinos do Ministério Público da União, nomeados por decreto do Presidente da República, e que contavam mais de 5 anos de exercício até 18 de setembro de 1948, nos termos do art. 3.º da Lei n.º 525-A, de 7 de dezembro de 1948, e que não foram beneficiados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por terem os respectivos cargos titulares efetivos, serão automaticamente efetivados; ou readmitidos nos mesmos cargos quando vagarem.

Parágrafo único. A efetivação de Procuradores do Trabalho de segunda categoria beneficiados pelo disposto neste artigo, não prejudicará em hipótese alguma a promoção e demais vantagens conferidas por esta lei aos Procuradores Adjuntos, nos termos do § 1.º do art. 70, os quais passarão a ter atribuições, direitos e vantagens outorgados aos citados Procuradores de segunda categoria.

Art. 90. Os atuais membros do Ministério Público da União interinos e substitutos, com mais de dois anos de exercício, que não estiverem amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e pelo artigo anterior, terão preferência, na ordem de antiguidade, para o preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer nas categorias iniciais das respectivas carreiras, observadas as exigências legais.

Art. 91. Os bacharéis em Direito, que tenham exercido por mais de dois anos consecutivos, em caráter interino, funções do Ministério Público da União sem ter incorrido em sanção disciplinar, serão aproveitados nos cargos em que hajam servido, ou equivalentes, no preenchimento interino das vagas que ocorrerem pelo afastamento temporário dos respectivos titulares, ou, em caso de vaga definitiva, até o preenchimento da mesma.

Art. 92. Nas Comarcas do interior nas faltas e impedimentos do Promotor Público, só funcionará, como membro do Ministério Público da União, seu substituto legal, quando pertença aos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 93. As Secretarias do Ministério Público da União terão sua organização prescrita em lei e serão regulamentadas por decreto executivo.

§ 1.º O quadro do pessoal das Secretarias será constituído de servidores próprios, bem assim dos que forem requisitados para fins determinados.

§ 2.º As Secretarias das Procuradorias Gerais funcionarão sob a chefia de um Secretário, designado pelo Procurador Geral.

Art. 94. Os Procuradores Gerais enviarão, dentro de trinta dias, contados da vigência desta lei, aos Ministros de Estado competentes os anteprojetos necessários ao cumprimento do artigo anterior, a fim de serem submetidos ao Presidente da República e, oportunamente, encaminhados ao Congresso Nacional.

Art. 95. Serão apostilados os títulos de nomeação dos funcionários, cujos cargos, em virtude desta lei, sofreram alteração de nomenclatura.

Art. 96. No que fôr omissa a presente lei, aplicar-se-á o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 97. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

LEI N.º 1.342 — DE 1 DE FEVEREIRO
DE 1951

Dispõe sobre o produto do imposto de 10% sobre a importância dos direitos de importação, criado pelo art. 2.º do Decreto n.º 24.343, de 5 de junho de 1934, a partir de 1.º de agosto de 1947, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O produto do imposto adicional de 10% (dez por cento) cobrado sobre a importância dos direitos de importação realmente devidos, na forma estabelecida pelo art. 2.º do Decreto n.º 24.343, de 5 de junho de 1934, será escriturado como receita especial.

Art. 2.º O produto do aludido imposto, arrecadado em cada mês, será pago no mês seguinte, pelas alfândegas ou mesas de rendas da União, aos concessionários de portos e às administrações de portos que, em virtude dos seus contratos com o Governo Federal, ou de disposições de lei, tenham o direito de o receber ou de arrecadar a taxa de 2% ouro, suprimida pelo art. 2.º do Decreto n.º 24.343 citado.

Parágrafo único. As diferenças provenientes de restituições, anulações ou extravios do mencionado adicional, serão ajustadas no mês seguinte ou seguintes da efetiva arrecadação.

Art. 3.º Revogam-se o Decreto-lei n.º 2.619, de 24 de setembro de 1940 e mais disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de fevereiro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.343 — DE 9 DE FEVEREIRO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para o fim que especifica

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de

cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza com o combate à raiva dos herbívoros em todo o território nacional.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1951; 120.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleojas.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.344 — DE 9 DE FEVEREIRO
DE 1951

Concede isenção de direitos para importação de aeronaves e materiais para aviação às empresas de navegação aérea.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido às empresas de navegação aérea, que tenham concessão para explorar esse serviço, isenção de direitos de importação para o consumo e taxas aduaneiras, excetuada a de previdência social, e do imposto de consumo, para aeronaves montadas ou desmontadas, motores e peças respectivas, gasolina apropriada, óleos, lubrificante especial, pneumáticos de aviões, aparelhos radiotelegráficos usados na aviação, instrumentos de navegação aérea, aparelhos salva-vidas para aeronaves, postes, material para produção de gás, material e ferramentas para faróis e demais apetrechos para sinalização de aeródromos e hangares, e oficinas reparadoras.

Art. 2.º Somente gozarão dos favores previstos no artigo anterior as empresas que concederem 50% de abatimento no preço de suas passagens aos funcionários públicos civis e militares, quando viajarem em objeto de serviço, mediante requisição da autoridade competente, inclusive os diretores das Secretarias das duas casas do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Tais favores serão extensivos às empresas que se limitarem ao transporte aéreo de cargas, desde que concederem abatimento de 20% (vinte por cento) nos fretes para material destinado aos serviços públicos, civis ou militares.

Art. 3.º A isenção do imposto de consumo, referida no art. 1.º citado, vigorará pelo prazo de dois anos, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 4.º O disposto no art. 1.º, referido é aplicável aos materiais importados anteriormente a esta lei e desembaraçados nas alfândegas do país, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.345 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1951

Autoriza a doação à Cooperativa Mista dos Agricultores e Criadores de Itapipoca Limitada do terreno que menciona

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizada a doar à Cooperativa Mista dos Agricultores e Criadores de Itapipoca Limitada, da cidade de Itapipoca, sede do Município de Itapipoca, Estado do Ceará, o terreno do domínio da União sito à Rua Fazendinha, nessa cidade, e adquirido a Anastácio Barroso Valente e sua mulher, Maria Amélia Barroso Valente Braga, pela soma de Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros), conforme escritura pública de 9 de março de 1945, lavrada no livro n.º 48, fls. 44, do 3.º Cartório de Fortaleza, pelo tabelião Carloto Fergentino Maia.

Art. 2.º Na casa existente nesse terreno, e incluída na doação, a Cooperativa Mista de Agricultores e Criadores de Itapipoca Limitada instalará imediatamente a sua sede e, quando possível, a usina que pretenda fundar.

Art. 3.º O terreno doado e a casa nele existente, bem como quaisquer outras construções que aí se erigirem,

ficarão gravados com a cláusula de inalienabilidade, de acordo com a lei civil, salvo o disposto no artigo seguinte.

Art. 4.º Para financiamento da usina a que se refere o art. 2.º, a Cooperativa poderá gravar de ônus real o imóvel doado.

Parágrafo único. As operações de financiamento deverão realizar-se de preferência com instituições oficiais de crédito, ou segundo o disposto na Lei n.º 1.004, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 5.º No caso de extinção da Cooperativa Mista de Agricultores e Criadores de Itapipoca Limitada, o terreno doado com as respectivas acessões reverterá ao domínio da União.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Ciccofas.

LEI N.º 1.346 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1951

Considera anistiados os infratores das leis eleitorais revogadas pela de n.º 1.164, de 24 de julho de 1950

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São considerados anistiados os infratores das leis eleitorais revogadas pela de n.º 1.164, de 24 de julho de 1950.

Parágrafo único. Ficarão em perpétuo silêncio os processos decorrentes de infração das leis revogadas, e serão imediatamente postos em liberdade os presos ou detentos que respondam ou tenham respondido a esses processos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.347 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1951

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A organização judiciária e administrativa do Território Federal do Guaporé, constante do Decreto-lei n.º 7.470, de 17 de abril de 1945, é mantida para o quinquênio de 1 de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953.

Art. 2.º A referida divisão compreende duas comarcas, dos municípios e nove distritos de conformidade com o quadro constante do anexo n.º 1 e com os limites descritos no anexo n.º 2.

Art. 3.º A divisão fixada pela presente lei será inalterável durante o mencionado quinquênio de sua vigência.

§ 1.º O Governador do Território poderá, todavia, baixar atos interpretativos de linhas divisorias intermunicipais e interdistritais para sua melhor caracterização, desde que dessa interpretação não resulte um deslocamento tal da divisória que uma qualquer cidade ou vila se afaste de seu âmbito municipal ou distrital.

§ 2.º O Governador do Território poderá, também, dividir os distritos municipais em subdistritos submetendo o ato, *a posteriori*, à aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que ouvirá sobre o mesmo o Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º A solenidade inaugural do novo quadro territorial obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO N.º 1

Quadro da divisão administrativa e judiciária do Território para o quinquênio de 1949-1953

Circunscrições exclusivamente judiciárias			Circunscrições exclusivamente administrativas			Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias			Sedes das Circunscrições
Comarcas		Térmos	Municípios		Distritos				
N. ^o de ord.	Nome	N. ^o de ord.	Nome	N. ^o de ord.	Nome	N. ^o de ord.	Nome	N. ^o de ord.	Nome-Categoria
1	Guajará-Mirim	1	Guajará-Mirim	1	Guajará-Mirim	1	Guajará-Mirim	1	Guajará-Mirim — Cidade
						2	Pedras Negras	2	Pedras Negras — Vila
						3	Príncipe da Beira	3	Príncipe da Beira — Vila
2	Pôrto Velho	2	Pôrto Velho	2	Pôrto Velho	4	Pôrto Velho	4	Pôrto Velho — Capital
						5	Abunã	5	Abunã — Vila
						6	Ariquemes	6	Ariquemes — Vila
						7	Calama	7	Calama — Vila
						8	Jaci-Paraná	8	Jaci-Paraná — Vila
						9	Rondônia	9	Rondônia — Vila

ANEXO N.º 2

Limites municipais e divisas interdistritais em que se baseia o Quadro Administrativo e Judiciário do

T E R R I T Ó R I O

I — Município de Guajará-Mirim (1).

a) Limites Municipais.

1. Com Município de Pôrto Velho:

Começa no Rio Madeira na foz do Igarapé Taquará; sobe por este igarapé até sua cabeceira; daí segue por um paralelo que passando pela dita cabeceira encontra o rio Jaci-Paraná; sobe por este rio até sua nascente principal; daí alcançando a linha de cumiada da Serra dos Parecis; segue-a até encontrar o divisor de águas Toluiri-Inazá-Cabixi.

2. Com o Estado de Mato Grosso:

Começa na Serra dos Parecis; segue pelos limites interestaduais até a foz do Rio Cabixi no Rio Guaporé.

b) Divisas interdistritais.

1. Entre os distritos da Guajará-Mirim e Príncipe da Beira:

Começa no Rio Guaporé, na foz do Rio Cautário; sobe por este rio até sua nascente na Serra dos Parecis.

2. Entre os distritos de Príncipe da Beira e Pedras Negras:

Começa no Rio Guaporé, na foz do Rio Branco ou São Simão; sobe por este rio até sua nascente na Serra dos Parecis.

II — Município de Pôrto Velho (2).

a) Limites Municipais.

1. Com o Estado do Amazonas:

Começa na intersecção da linha de limite entre o território do Acre e o Estado do Amazonas com o divisor de águas dos Rios Ituxi-Abunã e Ituxi-Madeira; continua pelos limites interestaduais até a linha de limite entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso.

2. Com o Estado de Mato Grosso:

Começa na linha de limite entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso no divisor de águas Gi-Paraná-Marmelos; continua pelos limites interestaduais até alcançar o divisor de águas Toluiri-Inazá-Cabixi.

3. Com o Município de Guajará-Mirim:

Começa no divisor de águas Toluiri-Inazá-Cabixi; continua pela linha de cumiada da Serra dos Parecis até a nascente principal do Rio Jaci-Paraná; desce por este rio até o paralelo da cabeceira do Igarapé Taquara, prossegue por este paralelo até a dita cabeceira; desce pelo Igarapé Taquara até a sua foz no Rio Madeira, no limite com a República da Bolívia.

4. Com a República da Bolívia:

Começa na foz do Igarapé Taquara no Rio Madeira; continua pelo limite internacional até a linha divisória Acre-Amazonas.

5. Com o Território do Acre:

Começa no ponto em que o prolongamento da linha de limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas encontra o Rio Abunã; segue pelos limites interestaduais até o divisor de águas Ituxi-Abunã.

b) Divisas interdistritais.

1. Entre os distritos de Pôrto Velho e Abunã:

Começa na foz do Rio Mutum-Paraná no Rio Madeira; sobe pelo Rio Madeira até a foz do Igarapé dos Ferreiros; sobe por este Igarapé até

sua cabeceira; daí segue por um paralelo que vai atingir o divisor de águas Ituxi-Abunã na linha de limite entre os Territórios do Acre e Guaporé.

2. *Entre os distritos de Pôrto Velho e Jaci-Paraná:*

Começa na linha de cumiada da Serra dos Parecis; segue o divisor de águas Jaci-Paraná-Candeias até alcançar a cabeceira do Igarapé Caracol; desce por êle até sua confluência no Rio Madeira, pelo qual sobe até a foz do Rio Mutum-Paraná.

3. *Entre os distritos de Pôrto Velho e Ariquemes:*

Começa no divisor de águas Jamari-Gi-Paraná, na altura do paralelo que passa pela confluência dos Rios Massangana e Jamari; segue por êste paralelo até a foz do Rio Massangana, pelo qual sobe até sua cabeceira; daí continua pelo divisor de águas Candeias-Jamari até encontrar a linha de cumiada da Serra dos Parecis.

4. *Entre os distritos Pôrto Velho e Calama:*

Começa no Paraná-Pixuna no paralelo que passa pela nascente do Igarapé Cuniã, continua por êste paralelo até a dita nascente; desce por êsse Igarapé até sua confluência na Rio Madeira e por êste a baixo até o divisor de águas Jamari-Gi-Paraná; continua por êste divisor até o paralelo que passa pela confluência dos Rios Massangana e Jamari.

5. *Entre os distritos de Jaci-Paraná e Abunã:*

Começa na foz do Rio Mutum-Paraná, no Rio Madeira; sobe o dito Mutum até encontrar o paralelo que passa pela nascente do Igarapé Taquara.

6. *Entre os distritos de Calama e Ariquemes:*

Começa no divisor de águas Jamari-Gi-Paraná, a partir do paralelo que passa pela confluência dos Rios Massangana e Jamari; segue por êste divisor até alcançar o Rio Jaru, no ponto fronteiriço à foz do Igarapé Paraíso.

7. *Entre os distritos de Calama e Rondônia:*

Começa na foz de Igarapé Paraíso no Rio Jaru; desce por êste rio até a sua foz no Rio Gi-Paraná; continua pelo paralelo que passa na foz do Rio Jaru até alcançar o divisor de águas Gi-Paraná-Roosevelt, na linha de limite do Território.

8. *Entre os distritos de Ariquemes e Rondônia:*

Começa no Rio Jaru, no ponto fronteiriço à foz do Igarapé Paraíso; sobe pelo Rio Jaru até sua cabeceira; daí prossegue até alcançar a linha de cumiada da Serra dos Parecis.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.348 — DE 10 DE FEVEREIRO
DE 1951

*Dispõe sobre a revisão dos limites da
área do polígono das sêcas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É estabelecida a seguinte revisão nos limites da área do poli-

gono das sêcas, previstos na Lei número 175, de 7 de janeiro de 1936, e no Decreto-lei n.º 9.857, de 13 de setembro de 1946; a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das sêcas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na foz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela mar-

gem direita dêste, a afluência do Uruçui Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbuês, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravata, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.349 — DE 10 DE FEVEREIRO
DE 1951

Abre os créditos necessários para a retificação da tabela VII, anexa à Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948, que fica os vencimentos da magistratura e do Ministério Público da União.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É retificada, na forma da que acompanha a presente Lei, a tabela VII, anexa à Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 2.º A alteração feita na tabela VII, anexa à Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948, a que se refere o art. 1.º, produzirá seus efeitos a contar de 1.º de dezembro de 1948.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.584,00 (três mil quinhentos e oitenta e quatro cruzeiros), para atender à despesa decorrente da execução desta Lei, no exercício de 1948.

Art. 4.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Danton Coelho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.350 — DE 10 DE FEVEREIRO
DE 1951

Dispõe sobre os limites de idade para a reforma compulsória na Polícia Militar do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os limites de idade para a reforma compulsória na Polícia Militar do Distrito Federal serão os mesmos que vigorarem para os oficiais em serviço ativo no Exército Nacional.

Parágrafo único. Os oficiais reformados dessa milícia ficarão arrolados na reserva do Exército, até atingir o limite de idade fixado para a reforma dos oficiais da reserva de 1.ª classe.

Art. 2.º Vetado.

Art. 3.º Para efeito de reforma dos oficiais médicos, farmacêuticos e dentistas, será computado o tempo normal dos respectivos cursos acadêmicos à razão de 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de serviço ativo.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 10 de fevereiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

APENSO

- Figuram neste apenso as leis que, expedidas em trimestres anteriores, foram publicadas depois do segundo dia útil do 4.º trimestre de 1950;
- II — As retificações feitas no 1.º trimestre de 1951.

página original em branco

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

LEI N.º 1.049 — DE 3 DE JANEIRO
DE 1950

*Federaliza a Faculdade de Medicina
e Cirurgia do Pará*

(Publicada no D. O. — Seção I,
de 23-1-50).

RETIFICAÇÃO

No art. 5.º, onde se lê:

“...aposentando em consequência
da invalidez...”

Leia-se:

“...aposentado em consequência da
invalidez...”

LEI N.º 1.289 “A” — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1950

*Autoriza a abertura, pelo Ministério
da Viação e Obras Públicas, de crédito
especial para o fim que especifica*

Publicado no D. O. de 26 de de-
zembro de 1950, Seção I.

Retificação

No art. 1.º — parágrafo único:

Onde se lê:

... a quantia de Cr\$ 60.000.000,00
(sessenta milhões destina-se à cons-
trução...

Leia-se:

... a quantia de Cr\$ 60.000.000,00
(sessenta milhões de cruzeiros) desti-
na-se à construção...

Na data:

Onde se lê:

Senado Federal, em 29 de dezem-
bro de 1950.

Leia-se:

Senado Federal, em 20 de dezembro
de 1950.

LEI N.º 1.302 — DE 30 DE DEZEMBRO DE
1950

*Estabelece regras para o funciona-
mento de novas Bolsas de Valores*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1.º É reconhecido às Bolsas de
Valores o direito de solicitar de suas
congêneres, que, na conformidade do
art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.783, de
6 de setembro de 1946, houverem ad-
mitido a cotação ações e obrigações
ao portador (debêntures), a relação
pormenorizada das sociedades emi-
tentes, sediadas nas unidades da Fe-
deração, onde funcionarem as solici-
tantes.

Art. 2.º O não atendimento do pe-
dido, dentro do prazo de sessenta
(60) dias, contados da data do seu
recebimento pela destinatária, será,
pela Bolsa de Valores interessada,
comunicado ao Ministério da Fazenda
que imporá à infratora a multa diá-

ria de Cr\$ 1.000.00 (um mil cruzeiros) pelo tempo que exceder o prazo, até ser cumprido o disposto no art. 1.º desta Lei.

Parágrafo único. O produto dessas multas que serão recolhidas semanalmente, constituirá receita da Câmara Sindical de Corretores da Bolsa, que tiver direito às informações mencionadas nesta Lei.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.303 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1950

Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Professor Catedrático de Física Nuclear

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, o cargo de Professor Catedrático (F. N. F. — U. B.), padrão O. da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, correspondente a cadeira de Física Nuclear.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Pedro Calmon.

LEI N.º 1.304 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1950

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.621.00, para atender a pagamento de gratificação de magistério devida a Alfredo Galvão

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.621.00 (hum mil e seiscentos e vinte e um cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativo ao período de 27 de outubro a 31 de dezembro de 1943, conforme dispõe o Decreto-lei número 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945 concedida a Alfredo Galvão, Professor Catedrático (E. N. B. A. — U. B.), padrão O. do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Pedro Calmon.

Guilherme da Silveira.

LEI N.º 1.305 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1950

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 25 829 809.70, para pagamento a Companhia Ferroviária Este Brasileiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25 829 809.70 (vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e nove cruzeiros e setenta centavos) para atender ao pagamento a Companhia Ferroviária Este Brasileiro de diferença apurada a seu favor no balanço de débitos e créditos da União, inventariados e comprovados nos termos do art. 2.º do Decreto n.º 24.321, de 1.º de junho de 1934, que declarou a rescisão do contrato autorizado pelo de número 14.068 de 19 de fevereiro de 1920 e celebrado em 3 de abril do mesmo ano.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Jodo Valdetaro de Amorim e Mello.
Guilherme da Silveira.

EMENTÁRIO

Leis e Decretos publicados nos
volumes I e II, de 1951, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

página original em branco

EMENTÁRIO

A

"A INCONFIDÊNCIA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "A Inconfidência" Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto n. 29.125 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

ABERTURA DE CRÉDITO

— Ver: *Crédito Especial.*

ACADEMIA BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA

Considera de utilidade pública a Academia Brasileira de Odontologia.

Lei n. 1.333 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

ACÓRDOS

Decreto-legislativo n. 1 — de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1951.

— *Promulga o Acôrd de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa, a 6 de dezembro de 1948.*

Decreto n. 29.268 — de 16 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

ACÓRDOS

— *Torna públicas ratificações do Acôrd Internacional do Trigo, concluído em Washington, a 23 de março de 1949, e adesões ao mesmo, por parte de vários países.*

Decreto n. 29.323 — de 5 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

AÇUDES

Fixa os prêmios concedidos pelo Governo Federal a particulares e a entidades de direito público para a construção de açudes em cooperação.

Lei n. 1.334 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à formação do açude "Pentecostes", no Município de Pentecostes, Estado do Ceará.

Decreto n. 20.206 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à formação do açude "Espinho Branco", Município de Patos, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 29.089 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Aprova as novas Tabelas Numéricas de Mensalistas e de Diaristas da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.241 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Supl.) de 30 de janeiro de 1951.

AERONÁUTICA

Organiza o Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica.

Lei n. 1.326 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— *Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.*

Lei n. 1.338 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Designa as funções privativas dos diferentes postos e quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.122 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— Ver, também, Ministério da Aeronáutica.

AEROPORTOS-ADUANEIROS

Dispõe sobre a lista de aeroportos-aduaneiros.

Decreto n. 29.072 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

AFORAMENTOS

— Ver: Terrenos de Marinha.

AGENTE DE ESTRADA DE FERRO

Suprime cargo extinto.

(M.V.O.P. — Q.VIII — P.S.)

Decreto n. 29.329 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

AGENTE DE ESTRADA DE FERRO

— *Suprime cargo extinto.*

(M.V.O.P. — Q.IX — P.S.).

Decreto n. 29.330 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

ÁGUAS MARINHAS

Autoriza a cidadã brasileira D. Maria Helena Costa Carvalho a pesquisar berilo, águas marinhas e associados no Município de Antenor Navarro, Estado da Paraíba.

Decreto n. 28.803 — de 27 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

ÁGUAS MINERAIS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Silva Medeiros a pesquisar água mineral no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 28.786 — de 18 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Renova o Decreto n. 25.344, de 10 de agosto de 1948.*

Decreto n. 28.889 — de 21 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Sell a pesquisar água mineral no Município de São José, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 29.052 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Quirino Ferreira Neto a pesquisar água mineral radioativa no Município e Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.054 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1951.

ÁGUAS MINERAIS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Camilo Nader a lavrar água mineral no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.272 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1951.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São João.

Decreto n. 29.179 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

AJUDANTE DE TESOUREIRO

Reclassificação dos cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Decreto n. 29.062 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

AMIANTO

Retifica o art. 1.º do Decreto número 23.714, de 6 de outubro de 1950.

Decreto n. 29.214 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

ANISTIA

Considera anistiados os infratores das leis eleitorais revogadas pela n. 1.164, de 24 de julho de 1950.

Lei n. 1.346 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

APATITA

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a lavrar apatita e associados no Município de Araxá do Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.384 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

APOSENTADORIA

Manda contar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado pelo Ministro do Tribunal de Contas, Francisco José de Oliveira Viana.

Lei n. 1.315 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

— *Declara contribuintes do IPASE os empregados dos serviços articulados do Ministério da Agricultura com os Governos estaduais.*

Decreto n. 29.270 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Arminio Ramos Filho a pesquisar areia quartzosa no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.990 — de 14 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Perfécio de Castro Conde a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.345 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Narciso da Silva a pesquisar areia quartzosa e associados no Município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.395 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

AREIA SILICOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Martinez Treles a pesquisar areia sílica no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.993 — de 15 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Cápua a lavar calcário, argila e associados no Município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.184 — de 22 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Brasil Ferreira Veloso a pesquisar argila no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.282 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Augustyn a lavar argila no Município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.388 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

ARQUIVO DO EXÉRCITO

Altera o Regulamento do Arquivo do Exército, aprovado pelo Decreto n. 614, de 30 de janeiro de 1936.

Decreto n. 29.189 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

ARMADA

Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n. 29.071 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

— *Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto n. 29.400 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

ARTÍFICE

Suprime cargo extinto.

(M. AER. — Q.S.).

Decreto n. 29.405 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

ASILO FILHAS DE ANA

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.

Lei n. 1.335 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO

Cria, na Tabela Única de Extranumerários mensalistas do Ministério da Aeronáutica, uma função de Assessor de Administração, referência 30.

Decreto n. 29.176 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

ASSISTENTE DE MATERIAL

Suprime cargo extinto.

(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 29.401 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

ASSISTENTE JURÍDICO

Eleva padrão de cargos isolados ou funções de extranumerários mensalistas de Assistentes Jurídicos do Serviço Público Federal, e dá outras providências.

Lei n. 1.339 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

ASSISTENTE TÉCNICO

Transforma cargo do quadro de pessoal do IAPB, e dá outras providências.

Decreto n. 29.130 — de 13 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1951.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Considera de utilidade pública a Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar do Distrito Federal.

Lei n. 1.321 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PIRAJUI

Concede à Associação Comercial do Pirajui a prerrogativa do artigo 513, alínea "d", da Consolidação das Leis do Trabalho.

Decreto n. 28.447 — de 31 de julho de 1950.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

ASSOCIAÇÃO DOS SARGENTOS DO 44.º REGIMENTO DE INFANTARIA

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Sargentos do 44.º Regimento de Infantaria.

Lei n. 1.322 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA

Considera de utilidade pública a Associação Riograndense de Imprensa, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.328 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. 20.000.000,00, para atender às despesas com a concessão de auxílios às Associações dos Funcionários Públicos dos Estados do Rio Grande do Sul e da Bahia.

Decreto n. 29.197 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

ATUÁRIO

Cria cargos nos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Comerciantes, Bancários, Marítimos e Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto n. 29.239 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

AUTARQUIAS

Regulamenta a Lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.155 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

AUXÍLIOS FINANCEIROS

— Ver: Financiamentos.

B

BANCO HOLANDÊS UNIDO S. A.

Aprova aumento de capital de banco estrangeiro.

Decreto n. 29.284 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

BANCO ÍTALO BELGA S. A.

Prorroga o prazo para funcionamento da sociedade bancária que menciona, e dá outras providências.

Decreto n. 29.066 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Prorroga o prazo para funcionamento da sociedade bancária que menciona, aprova o aumento de seu capital, e dá outras providências.

Decreto n. 29.065 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED

Prorroga o prazo para funcionamento de sociedade bancária que menciona, e dá outras providências.

Decreto n. 29.067 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

BATALHÃO DE ENGENHARIA (7.º)

Transfere a sede do 7.º Batalhão de Engenharia.

Decreto n. 29.120 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

BENEFÍCIO DE FAMÍLIA

Declara contribuintes do IPASE os empregados dos serviços articulados do Ministério da Agricultura com os Governos estaduais.

Decreto n. 29.270 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

BERILO

Autoriza a cidadã brasileira D. Maria Helena Costa Carvalho a pesquisar berilo, águas marinhas e associados no Município de Antenor Navarro, Estado da Paraíba.

Decreto n. 28.803 — de 27 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Autoriza Foote Minérios Industrializados Limitada a pesquisar berilo e associados, no Município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.346 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

BIBLIOTECARIO AUXILIAR

Suprime cargo extinto.
(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 29.404 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

BOLSAS DE VALORES

Estabelece regras para o funcionamento de novas Bolsas de Valores.

Lei n. 1.302 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

C**CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

Aprova Regulamento para execução da Lei n. 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.

Decreto n.º 29.124 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

CAIXAS DE CRÉDITO

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Caixa de Crédito da Pesca.

Decreto n. 29.154 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 18 e 26 de janeiro de 1951.

CAIXAS ECONÔMICAS

Dispõe sobre cargos de Chefia da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto n. 29.152 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Cápua a lavar calcário, argila e associados no Município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 28.184 — de 22 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza a cidadã brasileira Ester Dias Batista a lavar calcário e associados no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 28.387 — de 17 de julho de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião d'Assumpção a pesquisar calcário no Município de Candeias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 28.643 — de 13 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Mozart Andrade e Breno Viana da Costa a pesquisar mármore, calcário e associados no Município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 28.821 — de 1 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a empresa de mineração Cia. Cimento Brasileiro a lavar calcário no Município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.085 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a cidadã brasileira Conceição Contreiras Soares a lavar calcário e associados no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.215 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ildeu Duarte a lavar calcário e associados no município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.217 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza a Viúva Ludgero Pereira Bacía & Cia. Ltda. a pesquisar calcário e associados no Município de Carandá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.287 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1951.

— *Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 27.944, de 28 de março de 1950.*

Decreto n. 29.341 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Veloso César a pesquisar calcário no Município de Goiânia, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.344 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Moreira de Sousa a lavar calcário e associados no Município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.412 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

CALCÁRIO CONCHÍFERO

Delimita a área necessária ao abastecimento de calcário conchífero à Companhia Nacional de Alcalis nos Municípios de Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia e Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.301 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1951.

CALCITA

Autoriza a S. A. Indústrias Votorantim a pesquisar calcita e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 28.994 — de 15 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

CALCITA

— *Autoriza a S. A. Indústrias Votorantim a pesquisar calcita e associados no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 28.995 — de 15 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

COMPANHIA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE

Declara de utilidade pública para desapropriação, o terreno que menciona, Jacarepaguá, Distrito Federal.

Decreto n. 28.970 — de 13 de dezembro de 1950.

Retificado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

CANOILAS, VERGARA TRANSPORTES MARITIMOS LIMITADA

Concede à sociedade "Canoilas, Vergara Transportes Marítimos Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 28.963 — de 12 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

CARMONA & SANTOS

Concede à firma comercial "Carmona & Santos" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.306 — de 23 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

CARTÕES DE IDENTIDADE

Dá fé pública aos cartões de identidade expedidos pelos Ministérios e órgãos subordinados ao Presidente da República.

Decreto n. 29.079 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

CARVÃO

Concede auxílio financeiro às empresas de mineração de carvão de Santa Catarina.

Decreto n. 29.084 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

— *Renova o Decreto n. 25.514, de 15 de setembro de 1948.*

Decreto n. 29.098 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no Município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.342 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

— *Autoriza a Companhia Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no Município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.416 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

Retificado no D. O. de 3 de abril de 1951.

CASA DA MOEDA

Dispõe sobre o provimento, as atribuições e as condições de acesso nos cargos de carreira e séries funcionais da Casa da Moeda.

Decreto n. 29.139 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

— *Aprova o Regimento da Casa da Moeda.*

Decreto n. 29.140 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1951.

CASSITERITA

Autoriza a Sociedade Anônima Comércio e Indústrias "Souza Noschese" a pesquisar cassiterita e associados no Município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 28.726 — de 9 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruge Saliba a pesquisar cassiterita e associados nos Municípios de Piratini e Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 28.952 — de 9 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro de Resende a pesquisar cassiterita e associados no Município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.392 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro César Impiglia a pesquisar quartzo, caulim e associados no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.689 — de 27 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a pesquisar caulim e associados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 28.694 — de 27 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados no Município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 28.764 — de 16 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Silva Medeiros a pesquisar caulim no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 28.785 — de 18 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Idalino Fretta a pesquisar caulim e associados no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 28.992 — de 15 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Samuel Klabin a pesquisar caulim e associados no Município de Araucária, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.105 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenino Lopes Soares a pesquisar caulim e associados no Município de Guarará, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.286 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1951.

CEREAIS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para o ano de 1951.

Decreto n. 29.126 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

CHUMBO

Renova o Decreto n. 24.869, de 22 de abril de 1948.

Decreto n. 28.876 — de 16 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO (18.ª)

Transfere a sede da 18.ª Circunscrição de Recrutamento da cidade de Jequié para a cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia.

Decreto n. 29.186 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

CIRURGISES-DENTISTAS

Regulamenta o exercício profissional dos Cirurgiões-Dentistas.

Lei n. 1.314 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre e associados no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.100 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1951.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Lei n. 1.316 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

CÓDIGO ELEITORAL

Considera anistiados os infratores das leis eleitorais revogadas pela de n. 1.164, de 24 de julho de 1950.

Lei n. 1.346 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

COLÉGIO PEDRO II

Dispõe sobre isenção de taxas e mensalidades no Colégio Pedro II e outros estabelecimentos federais do ensino secundário.

Decreto n. 29.396 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

COLETORIAS FEDERAIS

Aprova e manda executar o Regulamento das Coletorias Federais.

Decreto n. 29.191 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

— Aprova e manda executar o Regulamento-Padrão das Coletorias Federais.

Decreto n. 29.192 de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

COMBATE À RAIVA DOS HERBÍVOROS

— Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para o fim que especifica.

Lei n. 1.343 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO BORBA LTDA.

Concede à sociedade "Comércio e Navegação Borba Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.304 — de 23 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

COMISSÕES

Fixa a gratificação, a título de representação, a que terá direito o Membro brasileiro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.

Decreto n. 29.335 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

COMPANHIA AÇUCAREIRA SANTO ANDRÉ DO RIO UNA

Outorga à Companhia Açucareira Santo André do Rio Una, sediada na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, autorização de estudos, para apresentação dos projetos referentes à concessão que lhe foi outorgada pelo Decreto n. 25.527, de 17 de setembro de 1948.

Decreto n. 29.041 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

COMPANHIA BRASILEIRA CARBONÍFERA DE ARARANGUÁ

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.046.599,00, para pagamento à Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá.

Decreto n. 29.083 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

COMPANHIA CARBONÍFERA MINAS DE BUTIÁ

Autoriza a Companhia Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no Município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.416 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

Retificado no D. O. de 3 de abril de 1951.

COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n. 29.000 — de 19 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

COMPANHIA CIMENTO BRASILEIRO

Autoriza a empresa de mineração Cia. Cimento Brasileiro a lavar calcário no Município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.085 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO, LIMITADA

Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a operar uma usina termelétrica flutuante.

Decreto n. 29.212 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1951.

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CORCOVADO

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros Gerais Corcovado.

Decreto n. 29.009 — de 20 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

COMPANHIA DE SEGUROS RIACHUELO

Aprova, com modificações, as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Riachuelo, inclusive aumento de capital.

Decreto n. 29.076 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1951.

COMPANHIA FERROVIÁRIA ESTE BRASILEIRO

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 25.829.309,70, para pagamento à Companhia Ferroviária Este Brasileiro.

Lei n. 1.305 — de 31 de dezembro de 1950.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE MINAS GERAIS

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão entre os Municípios de Santa Bárbara e Antônio Dias, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.178, de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DO PARANÁ, S. A.

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz do Paraná, sociedade anônima, a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto n. 29.040 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

COMPANHIA INDUSTRIAL PARAENSE, S. A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Industrial Paraense S. A.

Decreto n. 29.178, de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1951.

COMPANHIA ITATIG, PETRÓLEO, ASFALTO E MINERAÇÃO

Autoriza a Companhia Itatig, Petróleo, Asfalto e Mineração a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos Municípios de Joaquim Távora e Tomazina, Estado do Paraná.

Decreto n. 28.905 — de 29 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Itatig, Petróleo, Asfalto e Mineração a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos Municípios de Joaquim Távora e Tomazina, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.361 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

COMPANHIA MINEIRA DE ELETRICIDADE

Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre a cidade de Matias

Barbosa e o distrito de Simão Pereira, Município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto n. 29.211, de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

Delimita a área necessária ao abastecimento de calcário conchífero à Companhia Nacional de Alcalis nos Municípios de Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia e Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.301 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1951.

COMPANHIA NORDESTE DE SEGUROS

Aprova, com modificações, as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Nordeste de Seguros, inclusive mudança de sede e aumento do capital social.

Decreto n. 29.008 — de 20 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1951.

COMPANHIA RÁDIO INTERNACIONAL DO BRASIL

Prorroga a concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar os serviços radiotelefônicos público internacional e público restrito internacional.

Decreto n. 29.201 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Prorroga a concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar os serviços radiotelegráfico público internacional e radiotelegráfico público restrito internacional.*

Decreto n. 29.237 — de 29 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda.

Lei n. 1.312 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE SOCIEDADE ANÔNIMA

Declara sem efeito o Decreto número 26.457, de 11 de março de 1949.

Decreto n. 29.096 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, faixa de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias ao novo traçado da Estrada de Ferro Vitória a Minas.*

Decreto n. 29.337 — de 9 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1951.

COMPRA DE PEDRAS PRECIOSAS

— Ver: *Pedras preciosas.*

CONCESSIONÁRIOS DE PORTOS

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 37.406.144,00, para pagamento devido por conta da arrecadação do imposto adicional de que trata o Decreto-lei n. 2.619, de 24 de setembro de 1940.

Decreto n. 29.087 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Modifica o Decreto n. 26.398, de 23 de fevereiro de 1949, que autorizou a novação do contrato de concessão do porto de Paranaguá, celebrado com o Estado do Paraná, assim como a concessão do porto de Antonina do mesmo Estado.*

Decreto n. 29.202 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Benini Monaco a pesquisar conchas calcárias no Município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.055 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

CONGRESSO NACIONAL

— *Abertura de crédito. Ver: Crédito especial.*

REIOS

— Ver: *Águas públicas.*

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Conselho de Imigração e Colonização.

Decreto n. 29.061 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

Republicado no D. O. de 9 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Abre, pelo Conselho de Imigração e Colonização, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.078 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

CONSELHO DO ALMIRANTADO

Altera a redação do art. 2.º do Regulamento para o Conselho do Almirantado, aprovado pelo Decreto número 23.070, de 10 de novembro de 1932.

Decreto n. 29.373 — de 20 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.

Lei n. 1.310 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

CONSERVADOR

Transforma cargo do quadro de pessoal do IAPB, e dá outras providências.

Decreto n. 29.130 — de 13 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1951.

CONTABILISTA

Retifica o Decreto n. 27.654, de 29 de dezembro de 1949.

Decreto n. 29.148 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 17 e 18 de janeiro e 10 de fevereiro de 1951.

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

— Ver: *Tempo de serviço.*

CONVENÇÕES

Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção determinadora da condição dos cidadãos que renovam a sua residência no país de origem, concluída entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a 27 de abril de 1908.

Decreto n. 29.200 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

— *Torna pública a ratificação, por parte de Costa Rica, da Convenção Interamericana sobre o Direito de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmada em Washington, a 22 de junho de 1946.*

Decreto n. 29.308 — de 26 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1951.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Promulga o Acôrdio de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa, a 6 de dezembro de 1948.

Decreto n. 29.268 — de 16 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

COOPERATIVAS

Autoriza a doação à Cooperativa Misia dos Agricultores e Criadores de Itapipoca Limitada do terreno que menciona.

Lei n. 1.345 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

CORPO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

Designa as funções privativas dos diferentes postos e Quadros de Corpo de Oficiais da Aeronáutica.

Decreto n. 29.122 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

CORPO DE BOMBEIROS

Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

Lei n. 1.338 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

CORRENTISTA

Retifica o Decreto n. 27.654, de 29 de dezembro de 1949.

Decreto n. 29.148 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 17 e 18 de janeiro e 10 de fevereiro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para o fim que especifica.

Lei n. 1.289-A — de 20 de dezembro de 1950.

Retificada no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.621,00, para atender a pagamento de gratificação de magistério devida a Alfredo Galvão.*

Lei n. 1.304 — de 31 de dezembro de 1950.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 25.829.809,70, para pagamento à Companhia Ferroviária Este Brasileiro.*

Lei n. 1.305 — de 31 de dezembro de 1950.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

— *Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. 1.725.982,00 destinado a custear as despesas com a manutenção da Faculdade de Direito de Alagoas, de maio a dezembro de 1950.*

Lei n. 1.311 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00 para o fim que especifica.*

Lei n. 1.317 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— *Abre o crédito especial de Cr\$ 45.000.000,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.318 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.320 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial para conclusão do trecho rodoviário Itaperuna-Muriae.*

Lei n.º 1.324 — de 22 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para pagamento do Ministro do Superior Tribunal Militar, Coriolano de Araújo Góis Filho.*

Lei n. 1.331 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial de Cr\$ 1.950.806,40, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.332 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica.*

Lei n. 1.335 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.336 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.343 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Abre os créditos necessários para a retificação da tabela VII, anexa à Lei n. 499, de 28 de novembro de 1943, que fixa os vencimentos da magistratura e do Ministério Público da União.*

Lei n. 1.349 — de 10 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Abre, pelo Conselho de Imigração e Colonização, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.078 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 8.046.599,00 para pagamento à Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá.*

Decreto n. 29.083 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.406.144,00, para pagamento devido por conta da arrecadação do imposto adicional de que trata o Decreto-lei n. 2.619, de 24 de setembro de 1940.*

Decreto n. 29.087 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 29.127 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.569.398,30, para pagamento à Viação Férrea do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.132 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.133 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com o pagamento da subvenção ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Decreto n. 29.146 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 3.900.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.166 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, crédito especial de Cr\$ 2.700.000,00, para execução da Lei n. 1.301, de 28 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 29.167 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para pagamento das medições finais e liquidação dos compromissos relativos à conclusão dos trabalhos da ligação ferroviária Leopoldo de Bulhões-Goiânia.*

Decreto n. 29.168 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para ocorrer às despesas com o acabamento da construção do trecho da linha férrea Blumenau-Itajaí.*

Decreto n. 29.169 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.657.520,00, para atender às despesas com o funcionamento da cadeira de Tisiologia das faculdades federais de Medicina.*

Decreto n. 29.173 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 10.193.178,60, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 29.187 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 15.590,00 para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 29.188 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 3 de fevereiro de 1951.

— *Abre, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 2.365,60, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.190 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com a concessão de auxílios, às Associações dos Funcionários Públicos dos Estados do Rio Grande do Sul e da Bahia.*

Decreto n. 29.197 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 29.209 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.500.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 29.232 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais que especifica, para ocorrer às despesas decorrentes da encampação da The Leopoldina Railway Company Limited.*

Decreto n. 29.253 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.600,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.285 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 29.302 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 29.303 — de 23 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito que especifica.*

Decreto n. 29.309 — de 27 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$.. 63.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.313 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 555,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.356 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

CRISTAL DE ROCHA

Autoriza o cidadão brasileiro Omar Moreira de Figueiredo a pesquisar pedras coradas e cristal de rocha no Município de Medina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.220 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1951.

CROMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Adolfo Cardoso Aires a pesquisar cromita e associados no Município de Pium, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.730 — de 9 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1951.

CURSOS

— *Reconhecimento e autorização para funcionamento. Ver: Escolas, Faculdades e Ginásios.*

D**DACTILÓGRAFO**

Suprime cargo provisório.
(M. Aer. — Q.P.).

Decreto n. 29.408 — de 23 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

DENTISTA

— *Ver: Cirurgiões-Dentistas.*

— *Extingue cargo excedente.*

(M. Aer. — Q.P.).

Decreto n. 29.409 — de 23 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto n. 29.114 — de 9 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Extingue funções de extranumerários-mensalistas do Departamento Administrativo do Serviço Público e revoga o art. 1.º e parágrafo único do Decreto n. 29.114, de 9 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 29.336 — de 9 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1951.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Altera a Tabela de Extranumerário mensalista do Departamento de Imprensa Nacional.

Decreto n. 29.026 — de 23 de dezembro de 1950.

Retificado no D. O. de 4 e 23 de janeiro de 1951.

— *Retifica a Tabela de Extranumerários mensalistas do Departamento de Imprensa Nacional, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.117 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Sup.) de 11 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 16, 18 e 20 de janeiro de 1951.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Modifica a discriminação-tipo da despesa do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto n. 29.109 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Altera o Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945.

Decreto n. 29.150 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

Altera o Regimento do D. N. P. A. aprovado pelo Decreto n. 25.386, de 19 de agosto de 1948, e dá outras providências.

Decreto n. 29.094 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à instalação de usina de Siqueira, Meireles, Junqueira & Cia. e autoriza a mesma a promover a sua desapropriação.

Decreto n. 28.892 — de 22 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, o terreno que menciona, Jacarapaguá, Distrito Federal.*

Decreto n. 28.970 — de 13 de dezembro de 1950.

Retificado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à formação do açude "Espinho Branco", Município de Patos, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 29.089 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e por serem necessários à segurança nacional, áreas de terra situadas em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.113 — de 9 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n. 28.967, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 29.185 — de 23 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à formação do açude "Pentecostes", no Município de Pentecostes, Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.206 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da Ligação Coutira-Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.259 — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, as faixas de terrenos necessárias à construção da variante "Aracoiaba", da linha tronco da Rede de Viação Cearense.*

Decreto n. 29.260 — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, faixas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias ao novo traçado da Estrada de Ferro Vitória a Minas.*

Decreto n. 29.337 — de 9 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno de 3.025,72m², na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais, destinada à 12.^a Residência da Rede Mineira de Vição.*

Decreto n. 29.382 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

DESPACHANTE ADUANEIRO

Extingue vaga de Despachante Aduaneiro.

Decreto n. 29.235 — de 27 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro João Soares de Oliveira a pesquisar diamantes e associados no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.051 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Váiter Montalvon do Nascimento a lavar diamantes e associados no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.343 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

— *Retifica o art. 1.^o do Decreto número 28.015, de 19 de abril de 1950.*

Decreto n. 29.385 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cassiano Figueiredo a pesquisar diamantes no Município de Patrocínio do Sapucaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.394 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

DIAMANTES

— *Autoriza o cidadão brasileiro Levi Leite de Faria a pesquisar diamantes e associados no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.415 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

DIPLOMATAS

Aprova as tabelas de gratificação, a título de representação, a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.

Decreto n. 29.153 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

— *Altera a redação dos arts. 4.^o e 19 do Regulamento do Instituto Rio Branco.*

Decreto n. 29.334 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Fixa a gratificação, a título de representação, a que terá direito o Membro brasileiro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.*

Decreto n. 29.335 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

DIREITOS AUTORAIS

Torna pública a ratificação, por parte de Costa Rica, da Convenção Interamericana sobre o Direito de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmada em Washington, a 22 de junho de 1946.

Decreto n. 29.308 — de 26 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1951.

DIRETORIAS

Altera dispositivo do Regulamento da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 29.324 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União à Faculdade de Medicina de Alagoas.

Lei n. 1.309 — de 13 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— Autoriza a doação à Cooperativa Mista dos Agricultores e Criadores de Itapipoca Limitada do terreno que menciona.

Lei n. 1.345 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Pimhi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.724 — de 9 de outubro de 1950.

Reproduzido no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na Avenida Afonso Pena esquina da rua Floriano Peixoto no Município de Miranda, no Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 29.316 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

— Aceita a doação feita à União, de um imóvel de propriedade do Patrimônio do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.360 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

DOAÇÕES

— Aceita doação de um terreno situado no Município de Xapacó, no Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.368 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno situado no Município de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.369 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a pesquisar dolomita, feldspato e associados no Município de Miracatu, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.053 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

E

EDUCAÇÃO INDUSTRIAL

Decreto legislativo n. 1 — de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1951.

ELETRO-QUÍMICA BRASILEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a empresa de mineração Eleiro-Química Brasileira S. A. a pesquisar minérios de manganês no Município de Conceição Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.728 — de 9 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

EMISSORAS REUNIDAS RADIO CULTURA LIMITADA

Outorga concessão à Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 28.929 — de 5 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

EMPRESA DE MINERAÇÃO MOVEI LIMITADA

Concede à Empresa de Mineração Movei Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.225 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1951.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ENVIRA LIMITADA

Concede à Empresa de Navegação Envira Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 28.964 — de 12 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO HÉRCULES LIMITADA

Concede à Empresa de Navegação Hércules Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.142 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

EMPRESA PAULISTA DE NAVEGAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA

Concede à Empresa Paulista de Navegação Indústria e Comércio Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.143 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1951.

EMPRESAS MINERADORAS DE CARVÃO

— Ver: Carvão.

EMPRESA DE CAULIM LIMITADA

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados no Município de Mar de Espinha Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.764 — de 16 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Concede isenção de direitos para importação de aeronaves e materiais para aviação às empresas de navegação aérea.

Lei n. 1.344 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

EMPRESA NAVEGAÇÃO ADAMASTOR LTDA.

Concede à Empresa Navegação Adamastor Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.381 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

EMPRÉSTIMOS

Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda.

Lei n. 1.312 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Transfere à Prefeitura Municipal de Anicuns a concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica outorgada a Laudelino Batista Xavier pelo Decreto n. 18.963, de 20 de junho de 1945.

Decreto n. 27.681 — de 5 de janeiro de 1950.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 27.906 — de 23 de março de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a firma Guidi, Bordignon & Cia. Ltda., a ampliar suas instalações geradoras de energia elétrica.*

Decreto n. 28.686 — de 27 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1951.

— *Outorga a Mauricio Monte Mór, ou empresa que organizar, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Santa Rosa, existente no Rio Grande, distrito de Barra Alegre, Município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 28.866 — de 14 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Passa Tempo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Dornelas, existente no rio Pará, distrito de Passa Tempo, Município de igual nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 28.874 — de 16 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— *Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à instalação de usina de Siqueira, Meireles, Junqueira & Cia., e autoriza a mesma a promover a sua desapropriação.*

Decreto n. 28.892 — de 22 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 29.000 — de 19 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Revalida o Decreto n. 25.361, de 2 de agosto de 1948, que outorgou a José de Lima Gêu concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do salto Juatuba, existente no rio Mateus Leme, distrito de Juatuba, Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.036 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Outorga à Usina Açucareira Ester S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica na cachoeira do Funil, existente no rio Jaguari, distrito de Cosmópolis, Município de Cosmópolis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.037 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1951.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná, sociedade anônima, a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n. 29.040 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

— *Outorga à Companhia Açucareira Santo André do Rio Una, sediada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, autorização de estudos para apresentação dos projetos referentes à concessão que lhe foi outorgada pelo Decreto n. 25.527, de 17 de setembro de 1948.*

Decreto n. 29.041 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão entre os Municípios de Santa Bárbara e Antônio Dias, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.178 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre a cidade de Matias Barbosa e o distrito de Simão Ferreira, Município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.211 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a Companhia de Caris, Luz e Fôrça do Rio de Jansiro, Limitada, a operar uma usina termelétrica flutuante.*

Decreto n. 29.212 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited, a construir uma linha de transmissão entre São Miguel Paulista e Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.265 — de 15 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1951.

— *Transfere à Prefeitura Municipal de Cunha, Estado de São Paulo, a administração dos serviço de luz e fôrça.*

Decreto n. 29.267 — de 15 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Porangaba a construir uma linha de transmissão entre os Municípios de Pereiras e Porangaba, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.271 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Industrial Paulista S. A.*

Decreto n. 29.292 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1951.

ENERGIA HIDRAULICA

— Ver: *Energia Elétrica.*

ENERGIA HIDRELÉTRICA

— Ver: *Energia elétrica.*

ENFERMEIRO

Suprime cargo provisório.
(M. Aer. — Q.P.).

Decreto n. 29.407 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

ENSINO

Dispõe sobre isenção de taxas e mensalidades no Colégio Pedro II e outros estabelecimentos federais de ensino secundário.

Decreto n. 29.396 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

ESCOLAS

Revigora, para 1951, o Curso, por correspondência, em substituição ao Curso Superior, da Escola de Guerra Naval.

Decreto n. 29.121 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem do Hospital Samaritano, de São Paulo.*

Decreto n. 29.294 — de 21 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

ESCOLAS

— *Autoriza o funcionamento dos cursos de pintura e escultura da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.*

Decreto n. 29.295 — de 21 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1951.

— *Altera a redação do art. 51 do Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n. 29.325 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n. 29.363 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Outorga concessão ao Estado de Minas Gerais para instalar dois transmissores de frequência modulada na cidade de Belo Horizonte.

Decreto n. 29.088 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1951.

— *Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São João.*

Decreto n. 29.179 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a lavrar apatita e associados no Município de Araxá do Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.384 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

ESTATUTOS

— *Ver o nome da entidade a que se referem.*

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Substitui as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar de Mensalistas e a Tabela Numérica de Diaristas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 29.082 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1951.

— *Aprova projeto e orçamento de um trecho de 50 quilômetros do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre Campo Grande e Cuiabá.*

Decreto n. 29.135 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

— *Aprova os projetos e orçamentos de dois trechos do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre Campo Grande e Cuiabá.*

Decreto n. 29.228 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1951.

ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, faixas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias ao novo traçado da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Decreto n. 29.337 — de 9 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1951.

ESTRANGEIRO

Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção determinadora da condição dos cidadãos que renovam a sua residência no país de origem, concluída entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a 27 de abril de 1908.

Decreto n. 29.200 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

— *Ver, também, Terrenos de Mari- nha.*

EXÉRCITO

Transfere a sede do 7.º Batalhão de Engenharia.

Decreto n. 29.120 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Dá a denominação de "Regimento Osório" ao 13.º Regimento de Cavalaria.*

Decreto n. 29.175 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1951.

— *Transfere a sede da 18.ª Circunscrição de Recrutamento da cidade de Jequié para a cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.186 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— Ver, também, *Forças Armadas e Ministério da Guerra.*

EXTINÇÃO DE CARGOS

— *Ver a denominação do cargo extinto.*

EXTRANUMERÁRIO

Estende aos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, quando invalidados ou mortos, em virtude de acidente de aviação, as vantagens concedidas aos militares da Aeronáutica pelos Decretos-leis ns. 3.269, de 14 de maio de 1941 e 6.239, de 3 de fevereiro de 1944.

Lei n. 1.308 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Regulamenta a Lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950.*

Decreto n. 29.155 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

EXTRANUMERÁRIO

— *Suspende, temporariamente, o preenchimento de funções de extranumerário mensalista.*

Decreto n. 29.321 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

— *Tabelas. Ver o nome do órgão a que se referem.*

F**FACULDADES**

Federaliza a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Lei n. 1.049 — de 3 de janeiro de 1951.

Retificada no D. O. de 23 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União à Faculdade de Medicina de Alagoas.*

Lei n. 1.309 — de 13 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.725.982,00 destinado a custear as despesas com a manutenção da Faculdade de Direito de Alagoas, de maio a dezembro de 1950.*

Lei n. 1.311 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o funcionamento do curso de medicina da Faculdade de Medicina de Alagoas.*

Decreto n. 29.092 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.657.520,00, para atender às despesas com o funcionamento da cadeira de Fisiologia das faculdades federais de Medicina.*

Decreto n. 29.173 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

FACULDADES

— *Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Sergipe.*

Decreto n. 29.181 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos.*

Decreto n. 29.182 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

— *Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto.*

Decreto n. 29.293 — de 21 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

— *Concede autorização para funcionamento de cursos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.*

Decreto n. 29.311 — de 28 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1951.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.312 — de 28 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1951.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de ciências contábeis e atuariais da Faculdade de Estudos Econômicos do Liceu Coração de Jesus, de São Paulo.*

Decreto n. 29.376 — de 20 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

FACULDADES

— *Autoriza o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Franca.*

Decreto n. 29.377 — de 20 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

— *Autoriza o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito da Paraíba.*

Decreto n. 29.398 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

— *Concede autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco.*

Decreto n. 29.399 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

FAROLEIRO

Extingue cargos excedentes.

(M.M. — Q.P.).

Decreto n. 29.262 — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

FEDERALIZAÇÃO DE FACULDADES

— Ver: *Faculdades.*

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Otáminio Ramos a pesquisar feldspato, quartzo e associados no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 28.727 — de 9 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicissimo a pesquisar dolomita, feldspato e associados no Município de Miracatu, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.053 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

FERROVIAS

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para pagamento das medições finais e liquidação dos compromissos relativos à conclusão dos trabalhos da ligação ferroviária Leopoldo de Bulhões-Goiania.

Decreto n. 29.168 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para ocorrer às despesas com o acabamento da construção do trecho da linha férrea Blumenau-Itajaí.

Decreto n. 29.169 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessária à construção da Ligação Coatira-Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.259 — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— Aprova projetos e orçamentos para a construção de dois trechos da ligação ferroviária Contendas-Jequié.

Decreto n. 29.355 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

FINANCIAMENTOS

Concede auxílio financeiro às empresas de mineração de carvão de Santa Catarina.

Decreto n. 29.084 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

— Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para o ano de 1951.

Decreto n. 29.126 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

FISCAL ADUANEIRO

Dispõe sobre a carreira de Fiscal Aduaneiro dos Quadros Permanentes e Suplementar do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.323 — de 23 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

FISCAL AUXILIAR DE IMPOSTOS INTERNOS

Dispõe sobre a carreira de Fiscal Aduaneiro dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.325 — de 23 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo da FAB de Oficiais da Reserva de segunda classe da Aeronáutica.

Lei n. 1.307 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

FORÇAS ARMADAS

Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

Lei n. 1.328 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

FORD MOTOR COMPANY, EXPORT, INC.

Concede à sociedade anônima Ford Motor Company, Export, Inc. autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.379 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1951.

FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO

Estende aos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, quando invalidados ou mortos, em virtude de acidente de aviação, as vantagens concedidas aos militares da Aeronáutica pelos Decretos-leis números 3.269, de 14 de maio de 1941 e 6.239, de 3 de fevereiro de 1944.

Lei n. 1.308 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Dá fé aos cartões de identidade expedidos pelos Ministérios e órgãos subordinados ao Presidente da República.*

Decreto n. 29.079 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— *Regulamenta a Lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950.*

Decreto n. 29.155 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 28.095, e restabelece a redação dada pelo Decreto n. 11.494 ao item "b" do art. 2.º do Decreto n. 6.222, de 4 de setembro de 1940.*

Decreto n. 29.359 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Dá nova redação ao art. 1.º e ao art. 23 dos Estatutos aprovados pelo Decreto n. 17.274, de 31 de agosto de 1949.

Decreto n. 29.172 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO

Transfere à Fundação Cáspér Líbero a concessão outorgada à Rádio Gazeta Ltda., para estabelecer uma estação radiodifusora na Capital do Estado de São Paulo e prorroga o prazo da referida concessão.

Decreto n. 28.974 — de 13 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1951.

G

GASES NATURAIS

Autoriza a Companhia Itatig, Petróleo, Asfalto e Mineração a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos Municípios de Joaquim Távora e Tomazina, Estado do Paraná.

Decreto n. 28.905 — de 29 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Itatig, Petróleo, Asfalto e Mineração a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos Municípios de Joaquim Távora e Tomazina, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.361 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para o ano de 1951.

Decreto n. 29.126 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

GRÁFITE

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Carneiro de Moraes a pesquisar grafite e associados no Município de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.691 — de 27 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

GRATIFICAÇÕES

Fixa a gratificação, a título de representação, a que terá direito o Membro brasileiro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.

Decreto n. 29.335 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— Abertura de crédito para pagamento delas, ver: *Crédito especial*.

GREAT AMERICAN INSURANCE COMPANY

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Great American Insurance Company, inclusive aumento de capital e extensão das operações de seguros dos ramos elementares.

Decreto n. 29.074 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

GUIDI BORDIGNON & CIA LTDA.

Autoriza a firma Guidi, Bordignon & Cia. Ltda. a ampliar suas instalações geradoras de energia elétrica.

Decreto n. 28.685 — de 27 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1951.

I

I. S. M. WORLD TRADE CORPORATION

Concede à sociedade anônima I. S. M. World Trade Corporation, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 28.811 — de 20 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1951.

IMPORTAÇÃO

Dispõe sobre o produto do imposto de 10% sobre a importância dos direitos de importação, criado pelo artigo 2.º do Decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934, a partir de 1.º de agosto de 1947, e dá outras providências.

Lei n. 1.342 — de 1 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de fevereiro de 1951.

— *Concede isenção de direitos para importação de aeronaves e materiais para aviação às empresas de navegação aérea.*

Lei n. 1.344 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.406.144,00, para pagamento devido por conta da arrecadação do imposto adicional de que trata o Decreto-lei n. 2.619, de 24 de setembro de 1940.*

Decreto n. 29.087 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Declara revogado o Decreto número 20.278, de 28 de dezembro de 1945.*

Decreto n. 29.194 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

IMPOSTO ADICIONAL

Dispõe sobre o produto do imposto de 10% sobre a importância dos direitos de importação, criado pelo artigo 2.º do Decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934, a partir de 1.º de agosto de 1947, e dá outras providências.

Lei n. 1.342 — de 1 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de fevereiro de 1951.

— Ver, também, *Importação*.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORDESTE

Dispõe sobre a sede do Instituto Agronômico do Nordeste.

Decreto n. 29.116 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

INSTITUTO DE MENORES

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 3.900.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 29.166 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Altera as tabelas aprovadas pelos Decretos ns. 28.960 e 28.961, ambas de 11 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.086 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

— *Dispõe sobre a situação do pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).*

Decreto n. 29.112 — de 9 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1951.

— *Altera a tabela aprovada pelo Decreto n. 29.086, de 5 de janeiro de 1951, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.183 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

— *Reestrutura o quadro da Secretaria do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.244 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

— *Declara contribuintes do IPASE os empregados dos serviços articulados do Ministério da Agricultura com os Governos estaduais.*

Decreto n. 29.270 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Aprova o Regimento Interno do Instituto do Açúcar e do Alcool, reestrutura o quadro do seu pessoal, e dá outras providências.

Decreto n. 29.118 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com o pagamento de subvenção ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Decreto n. 29.146 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Dispõe sobre a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate.

Decreto n. 29.011 — de 21 de dezembro de 1950.

Reproduzido no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

INSTITUTO RIO BRANCO

Altera a redação dos arts. 4.º e 19.º do Regulamento do Instituto Rio Branco.

Decreto n. 29.334 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Reclassificação dos cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Decreto n. 29.062 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

— *Aprova Regulamento para execução da Lei n. 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.*

Decreto n. 29.124 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Transforma cargo do quadro de pessoal do IAPB, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.130 — de 13 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1951.

— *Cria cargos nos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Comerciantes, Bancários, Marítimos e Empregados em Transportes e Cargas.*

Decreto n. 29.239 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

INSTITUTOS DE MÚSICA

Concede reconhecimento ao Instituto de Música da Bahia.

Decreto n. 29.180 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1951.

ITALCABLE SERVIZI CABLOGRAFICI RADIOTELEGRAFICI SOCIETÀ PER AZIONI

Concede à Italcable Servizi Cablografici Radioelettrici Società per Azioni autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 29.075 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1951.

ITALCABLE SERVIZI CABLOGRAFICI RADIOTELEGRAFICI E RADIOELETRICI SOCIETÀ PER AZIONI

— *Aprova as plantas dos pontos de aterramento em Recife, Estado de Pernambuco, do cabo submarino atlântico Brasil-S. Vicente de Cabo Verde e do seccionamento, com aterramento das duas extremidades na mesma cidade, do cabo submarino Fernando de Noronha-Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.129 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1951.

J

JUSTIÇA

Altera a lotação de Repartições atendidas pelos Quadros Permanentes da Justiça (Partes Permanentes e Suplementar) e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n. 29.111 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

JUSTIÇA ELEITORAL

Dispõe sobre o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará.

Lei n. 1.340 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

L

LAVRA

— *Ver a denominação do elemento lavrado.*

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Lei n. 1.341 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

LEPREVOST & CIA. LTDA.

Renova o Decreto n. 24.869, de 22 de abril de 1948.

Decreto n. 28.876 — de 16 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

LOTAÇÃO

— Ver o nome do órgão a que se refere.

LUTO

Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Doutor Karl Renner, Presidente da República da Austria, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n. 29.080 — de 2 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1951.

M

MAGISTRADOS

— Ver: Poder Judiciário.

MANGANÊS

Autoriza a empresa de mineração Eletro-Química Brasileira S. A. a pesquisar minérios de manganês no Município de Conceição Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.728 — de 9 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Go-dofredo Leite Fiúza a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 28.820 — de 1 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

— *Declara sem efeito o Decreto número 28.457, de 11 de março de 1949.*

Decreto n. 29.096 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

MANGANÊS

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Biguá Limitada a lavar jazida de minério de manganês, no Município de Iguape, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.216 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

MAQUINISTA DE ESTRADA DE FERRO

(M.V.O.P. — Q.VI — P.S.).

Decreto n. 29.326 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.V.O.P. — Q.VI — P.S.).

Decreto n. 29.327 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.V.O.P. — Q.VI — P.S.).

Decreto n. 29.328 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.VIII — P.S.).

Decreto n. 29.331 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

MARINHA

Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

Lei n. 1.338 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

MÁRMORE

Autoriza os cidadãos brasileiros Mozart Andrade Ribeiro e Breno Viana da Costa a pesquisar mármore, calcário e associados no Município de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.821 — de 1 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

MÉDICOS SANITARISTAS

Concede vantagens aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, aposentados antes do Decreto-lei n. 8.833, de 24 de janeiro de 1948.

Lei n. 1.330 — de 27 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

MESTRE

Suprime cargos extintos.
(M.M. — Q.S.).

Decreto n. 29.264 — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

MICA

Renova o Decreto n. 25.274, de 30 de julho de 1948.

Decreto n. 29.050 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Argemiro Teixeira da Silva a pesquisar mica e associados no Município de Guilândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.057 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

— *Declara caduco o Decreto número 15.506, de 10 de maio de 1944.*

Decreto n. 29.097 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar pedras coradas, mica e associados no Município de Santa Maria do Salto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.099 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1951.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leon Nicolau Nogueira de Borba a lavar mica e associados no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.289 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1951.

MILITARES

Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Lei n. 1.316 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. D. de 23 de janeiro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a proceder à retificação do decreto de reforma do capitão da Arma de Engenharia, Gelício de Almeida Passos.*

Lei n. 1.323 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— *Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.*

Lei n. 1.338 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

— Ver, também, *Exército*.

MINAS DE OURO — SAÚDE S. A.

Renova o Decreto n. 25.819, de 10 de novembro de 1948.

Decreto n. 29.367 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

MINERAÇÃO DE OURO JACOBINA LTDA.

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.921, de 30 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.340 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1951.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Estende aos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, quando invadidos ou mortos, em virtude de acidente de aviação, as vantagens concedidas aos militares da Aeronáutica pelos Decretos-Leis números 3.283, de 14 de maio de 1941, e 6.233, de 3 de fevereiro de 1944.

Lei n. 1.338 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.081 — de 4 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Supl.) de 4 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 9 de janeiro de 1951.

— *Cria, na Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Aeronáutica, uma função de Assessor de Administração, referênciã 30.*

Decreto n. 29.176 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

— *Declara revogado o Decreto número 20.278, de 28 de dezembro de 1951.*

Decreto n.º 29.194 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.234 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 27 e 30 de janeiro de 1951.

— *Altera a lotação do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.240 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— *Altera dispositivo do Regulamento da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.324 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 29.001 — de 19 de dezembro de 1950.

Retificado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 29.123 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.210 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

— *Declara contribuintes do IPASE os empregados dos serviços articulados do Ministério da Agricultura com os Governos estaduais.*

Decreto n. 29.270 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1951.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos quadros do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 29.339 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1951.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Professor Catedrático de Física Nuclear.

Lei n. 1.303 — de 31 de dezembro de 1950.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

— *Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n. 28.385 — de 21 de novembro de 1950.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 29.138 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

— *Altera a lotação do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 29.199 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 29.245 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 29.314 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 29.315 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Retifica o Decreto n. 27.654, de 20 de dezembro de 1949.

Decreto n. 29.115 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Dispõe sobre a relação das repartições do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 29.134 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. (Suplemento) de 30 de janeiro de 1951.

— *Retifica o Decreto n. 27.654, de 29 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 29.148 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 17 e 18 de janeiro e 10 de fevereiro de 1951.

— *Retifica o Decreto n. 27.654, de 29 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 29.246 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Supl.) de 30 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. (Supl.) de 2 de fevereiro de 1951.

— *Altera o Decreto n. 28.851, de 14 de novembro de 1950.*

Decreto n. 29.248 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Supl.) de 30 de janeiro de 1951.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Cria o Quadro da Secretaria de Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Lei n. 1.337 — de 29 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes da Justiça (Partes Permanentes e Suplementar) e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 29.111 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 29.131 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

— *Cria séries funcionais em Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 29.147 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Cria, na Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a série funcional de Técnico de Cadastro, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.149 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 29.247 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Retifica o Decreto n. 27.892, de 17 de março de 1950, publicado no "Diário Oficial" de 21 de março de 1950 (Suplemento), o qual aprovou a re lotação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 29.410 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e por serem necessárias à segurança nacional, áreas de terra situadas em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.112 — de 9 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Altera a lotação de repartições do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 29.174 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n. 28.967, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 29.185 — de 23 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n. 29.110 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto n. 29.073 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Aprova as tabelas de gratificação a título de representação, a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 29.153 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Retifica a Tabela Única de Extra-numerário mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto n. 29.069 — de 30 de dezembro de 1950.

Retificado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n. 29.145 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Lei n. 1.341 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Abre os créditos necessários para a retificação da Tabela VII, anexa à Lei n. 499, de 28 de novembro de 1948, que fixa os vencimentos da magistratura e do Ministério Público da União.*

Lei n. 1.349 — de 10 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

MONUMENTOS

Autoriza o Governo Federal a mandar erigir um monumento à memória de Simão Bolívar.

Lei n. 1.327 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

N

NAVEGAÇÃO

— *Ver o nome da empresa autorizada a explorá-la.*

NAVEGAÇÃO MARLOPES LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Marlopes Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.307 — de 23 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

NAVEGAÇÃO RIOGRANDENSE LTDA.

Concede à sociedade Navegação Riograndense Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 1.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.269 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1951.

"NOVO MUNDO" COMPANHIA DE SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da "Novo Mundo" Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, inclusive mudança de nome, aumento de capital social e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares.

Decreto n. 29.077 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

O

OFICIAIS DA ARMADA

Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

Decreto n. 29.071 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

OFICIAIS DA RESERVA

Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo da F.A.B. de Officiais da Reserva de segunda classe da Aeronáutica.

Lei n. 1.307 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

OFICIAIS FARMACÊUTICOS DA AERONÁUTICA

Organiza o Quadro de Officiais Farmacêuticos da Aeronáutica.

Lei n. 1.326 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

OFICIAL ADMINISTRATIVO

Cria a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Lei n. 1.329 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

Retificada no D. O. de 2 de fevereiro de 1951.

— *Suprime cargo provisório.*
(M. Aer. — Q.P.).

Decreto n. 29.406 — de 23 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

OPERÁRIO DE AVIAÇÃO

Suprime cargo extinto.
(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 29.403 — de 23 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

ORÇAMENTOS

Modifica a discriminação-tipo da despesa do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto n. 29.109 — de 3 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

ORDEM DO MÉRITO MÉDICO

Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Médico.

Decreto n. 29.193 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Tanus Jorge Bastani a pesquisar minério de ouro e associados no Município de Piranga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.659 — de 19 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.921, de 30 de novembro de 1950.*

Decreto n. 29.340 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1951.

— *Renova o Decreto n. 25.819, de 10 de novembro de 1948.*

Decreto n. 29.367 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.015, de 19 de abril de 1950.*

Decreto n. 29.385 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

P

PATRAO

Suprime cargos excedentes.
(M.M. — Q.P.).

Decreto n. 29.261 — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

PATRIMÔNIO DO SENHOR BOM JESUS DOS AFLITOS

Aceita a doação feita à União de um imóvel de propriedade do Patrimônio do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.360 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar pedras coradas, mica e associados no Município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.099 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Omar Moreira de Figueiredo a pesquisar pedras coradas e cristal de rocha no Município de Medina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.226 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Carlos Suassuna de Andrade a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 28.978 — de 14 de dezembro de 1950.

Reproduzido no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

Autoriza Arcelino Soares de Lima a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.020 — de 22 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

Autoriza Joaquim Dias a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.021 — de 22 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Kurt Walter Brecher a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.128 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

Revoga o Decreto n. 5.403, de 26 de março de 1940.

Decreto n. 29.195 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

Autoriza João Marinho a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.256 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1951.

Autoriza João Costabile a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.257 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1951.

Revoga o Decreto n. 13.102, de 5 de agosto de 1942.

Decreto n. 29.258 — de 9 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1951.

Autoriza H. Stern a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.358 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

PENSÕES

Concede pensão especial de Cr\$.. 524,00 mensais a Agostinha Gomes Pereira, viúva do ex-operário de armamento, classe F, Venceslau de Sousa Pereira.

Lei n. 1.306 — de 2 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

PENSÕES

— *Concede pensão especial à viúva de sargento, falecido em consequência de acidente em serviço militar.*

Lei n. 1.319 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.600,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.285 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1951.

PETRÓLEO

Autoriza a Companhia Itatig, Petróleo, Asfalto e Mineração a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos Municípios de Joaquim Távora e Tomazina, Estado do Paraná.

Decreto n. 28.905 — de 29 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Itatig, Petróleo, Asfalto e Mineração a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos municípios de Joaquim Távora e Tomazina, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.261 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abertura de crédito. Ver: Crédito especial.*

POLÍCIAS MILITARES

Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

Lei n. 1.338 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

POLÍCIAS MILITARES

— *Dispõe sobre os limites de idade para a reforma compulsória na Polícia Militar do Distrito Federal.*

Lei n. 1.350 — de 10 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n. 29.363 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1951.

POLÍGONO DAS SECAS

— *Dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das secas.*

Lei n. 1.348 — de 10 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

PORTOS

Modifica o Decreto n. 26.393, de 23 de fevereiro de 1949, que autorizou a novação do contrato de concessão do porto de Paranaguá, celebrado com o Estado do Paraná, assim como a concessão do porto de Antonina do mesmo Estado.

Decreto n. 29.202 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— *Aprova a revisão e complementação de projetos, orçamentos e especificações para obras e aquisições destinadas ao aparelhamento do porto de Ilhéus.*

Decreto n. 29.338 — de 9 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1951.

— *Aprova novo orçamento para as obras do porto de Santa Vitória do Palmar.*

Decreto n. 29.374 — de 20 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

PREFEITURAS

Transfere à Prefeitura Municipal de Anicuns a concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica, outorgada a Lourelino Batista Xavier pelo Decreto n. 18.963, de 29 de junho de 1945.

Decreto n. 27.681 — de 5 de janeiro de 1950.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1951.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.

Decreto n. 27.908 — de 23 de março de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Passa Tempo concessão para o aproveitamento da cachoeira dos Dornelas, existente no rio Pará, distrito de Passa Tempo, Município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.874 — de 16 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

— Transfere à Prefeitura Municipal de Cunha, Estado de São Paulo, a administração dos serviços de luz e força.

Decreto n. 29.267 — de 15 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Porangaba a construir uma linha de transmissão entre os Municípios de Pereira e Porangaba, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.271 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1951.

— Aceita doação de um terreno situado no Município de Xapacó, no Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.368 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

PREFEITURAS

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno situado no Município de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.369 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

PRÊMIOS

Fixa os prêmios concedidos pelo Governo Federal a particulares e a entidades de direito público para a construção de açudes em cooperação.

Lei n. 1.334 — de 23 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dispõe sobre cargos da Secretaria da Presidência da República.

Lei n. 1.313 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de janeiro de 1951.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ÁUSTRIA

Manda prestar a Sua Excelência, o Senhor Doutor Karl Renner, Presidente da República da Áustria, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n. 29.080 — de 2 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1951.

PROCURADOR

Altera as tabelas aprovadas pelos Decretos ns. 28.960 e 28.961, ambos de 11 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.086 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Cria o Quadro da Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Lei n. 1.337 — de 29 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

**PRODUÇÃO SOCIEDADE PRODUÇÃO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E
MATÉRIAS PRIMAS LTDA.**

Concede a Produção Sociedade Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.227 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

PROFESSOR

Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Professor Catedrático de Física Nuclear.

Lei n. 1.303 — de 31 de dezembro de 1950.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1950.

— Extingue funções de extranumerários mensalistas do Departamento Administrativo do Serviço Público e revoga o art. 1.º e parágrafo único do Decreto n. 29.114, de 9 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.336 — de 9 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1951.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova os projetos e orçamentos das obras já executadas pelo Estado do Ceará nas rodovias Ipu-Camocim e Fortaleza-Campos Sales, com os saldos verificados na execução das obras realizadas de acordo com os projetos e orçamentos a que se refere o Decreto n. 27.206, de 20 de setembro de 1949.

Decreto n. 29.091 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— Aprova projeto e orçamento de um trecho de 50 quilômetros do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre Campo Grande e Cuiabá.

Decreto n. 29.135 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

— Aprova projetos e orçamentos para execução de obras no pátio da estação de cargas de Cinco Pontas de The Great Western of Brazil Railway Company Limited, e conclusão da construção da linha de ligação Oeste-Sul.

Decreto n. 29.205 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— Aprova os projetos e orçamentos de dois trechos do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre Campo Grande e Cuiabá.

Decreto n. 29.228 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1951.

— Aprova a revisão e complementação de projetos, orçamento e especificações para obras e aquisições destinadas ao aparelhamento do porto de Ilhéus.

Decreto n. 29.338 — de 9 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1951.

— Aprova projetos e orçamentos para a construção de dois trechos da ligação ferroviária Contendas-Jequié.

Decreto n. 29.355 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

— Aprova novo orçamento para as obras do porto de Santa Vitória do Palmar.

Decreto n. 29.374 — de 20 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

PROMOÇÕES

Altera dispositivos do Regulamento de promoções para Oficiais da Armada.

Decreto n. 29.071 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

PROMOÇÕES

— *Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto n. 29.400 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

— Ver: Prazos.

Q**QUARTZITO**

Autoriza o cidadão brasileiro César Imphigia a pesquisar quartzo, caulim e associados no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.689 — de 27 de setembro de 1950.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Otarmínio Ramos a pesquisar feldspato, quartzo e associados no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 28.727 — de 9 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

R**RADIO CAMPOS GERAIS LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Campos Gerais Limitada para estabelecer, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 29.029 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 15 de março de 1951.

RADIO CLUBE DE CONQUISTA LTDA.

Outorga concessão à Rádio Clube de Conquista Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.252 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

RADIO CLUBE DO BRASIL S. A.

Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Clube do Brasil S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora.

Decreto n. 29.233 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1951.

RADIO DIFUSORA DE ALAGOAS LIMITADA

Declara caduca a concessão outorgada à Rádio Difusora de Alagoas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.

Decreto n. 29.170 — de 13 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

RADIO DIFUSORA SÃO PAULO SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S. A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para estabelecer uma estação de radiotelevisão.

Decreto n. 29.332 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

RADIO ESPINHAS DE PATOS LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Espinhas de Patos Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Patos, Estado da Paraíba.

Decreto n. 29.203 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 7 de março de 1951.

RADIO GAZETA LTDA.

Transfere à Fundação Cásper Líbero a concessão outorgada à Rádio Gazeta Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora na capital do Estado de São Paulo e prorroga o prazo da referida concessão.

Decreto n. 28.974 — de 13 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1951.

RÁDIO IMEMBUI S. A.

Prorroga concessão à Rádio Imembui S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.028 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

RÁDIO NACIONAL

Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional com sede nesta Capital, para estabelecer uma estação de televisão.

Decreto n. 29.254 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1951.

RÁDIO RIO PRÊTO S. A.

Outorga concessão à Rádio Rio Preto S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.177 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1951.

**RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Prorroga, por dez anos, a concessão dada à Rádio Sociedade da Bahia S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.136 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

**RÁDIO SOCIEDADE DE JUIZ DE
FORA**

Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Juiz de Fora S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora.

Decreto n. 29.204 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

RÁDIO TUPI SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Tupi Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de televisão nesta Capital.

Decreto n. 29.236 — de 27 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

RÁDIO VERA CRUZ S. A.

Prorroga, por 10 anos, mediante condições, a concessão outorgada à Rádio Vera Cruz S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora nesta Capital.

Decreto n. 28.980 — de 14 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

RADIODIFUSÃO

Outorga concessão à Emissora Reunidas Rádio Cultura Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 28.929 — de 5 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

— Transfere à Fundação Cásper Líbero a concessão outorgada à Rádio Gazeta Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora na Capital do Estado de São Paulo e prorroga o prazo da referida concessão.

Decreto n. 28.974 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1951.

— Prorroga, por 10 anos, mediante condições, a concessão outorgada à Rádio Vera Cruz S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora nesta Capital.

Decreto n. 28.980 — de 14 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1951.

RADIODIFUSÃO

— *Outorga concessão à Rádio Imembui S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.028 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

— *Outorga concessão à Rádio Campos Gerais Limitada para estabelecer, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 29.029 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 15 de março de 1951.

— *Outorga concessão ao Estado de Minas Gerais para instalar dois transmissores de frequência modulada na cidade de Belo Horizonte.*

Decreto n. 29.088 — de 5 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1951.

— *Prorroga, por 10 anos, a concessão dada à Rádio Sociedade da Bahia S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.136 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Declara caduca a concessão outorgada à Rádio Difusora de Alagoas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto n. 29.170 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

— *Outorga concessão à Rádio Rio Preto S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.177 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1951.

RADIODIFUSÃO

— *Outorga concessão à Rádio Espinharas de Patos Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Patos, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 29.203 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 7 de março de 1951.

— *Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Juiz de Fora S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto n. 29.204 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

— *Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Clube do Brasil S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto n. 29.233 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1951.

— *Outorga concessão à S. A. Rádio Tupã para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.251 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1951.

— *Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à S. A. Rádio Tupi para estabelecer uma estação radiodifusora nesta Capital.*

Decreto n. 29.238 — de 29 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

— *Outorga concessão à Rádio Clube de Conquista Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.252 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

RADIOTELEFONIA

Prorroga a concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar os serviços radiotelefônicos público internacional e público restrito internacional.

Decreto n. 29.201 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

RADIOTELEGRAFIA

Prorroga a concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar os serviços radiotelegráfico público internacional e radiotelegráfico público restrito internacional.

Decreto n. 29.237 — de 29 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

RADIOTELEVISÃO

Outorga concessão à Rádio Tupi Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de televisão nesta Capital.

Decreto n. 29.236 — de 27 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, com sede nesta Capital, para estabelecer uma estação de televisão.

Decreto n. 29.254 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1951.

— Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S. A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para estabelecer uma estação de radiotelevisão.

Decreto n. 29.332 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, as faixas de terrenos necessárias à construção da variante "Aracoiaba", da linha tronco da Rêde de Viação Cearense.

Decreto n. 29.260 — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno de 3.025,72m², na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais, destinada à 12.ª Residência da Rêde Mineira de Viação.

Decreto n. 29.382 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

REFORMA

Autoriza o Poder Executivo a proceder à retificação do decreto de reforma do capitão da Arma de Engenharia, Gelício de Almeida Passos.

Lei n. 1.323 — de 20 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

— Dispõe sobre os limites de idade para a reforma compulsória na Polícia Militar do Distrito Federal.

Lei n. 1.350 — de 10 de fevereiro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

REGIMENTO OSÓRIO

Dá a denominação de "Regimento Osório" ao 13.º Regimento de Cavalaria.

Decreto n. 29.175 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1951.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 29.093 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

REGIMENTOS

— *Altera o Regimento do D.N.P.A. aprovado pelo Decreto n.º 25.386, de 19 de agosto de 1948, e dá outras providências*

Decreto n. 29.094 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Aprova o Regimento Interno do Instituto do Açúcar e do Alcool, reestrutura o quadro do seu pessoal, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.118 — de 10 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1951.

— *Aprova o Regimento da Casa da Moeda.*

Decreto n. 29.140 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1951.

— *Altera o Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945.*

Decreto n. 29.150 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Aprova e manda executar o Regimento-Padrão das Coletorias Federais.*

Decreto n. 29.192 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

REGULAMENTOS

Aprova Regulamento para execução da Lei n. 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.124 — de 12 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Regulamenta o exercício profissional dos Cirurgiões-Dentistas.*

Lei n. 1.314 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

REGULAMENTOS

— *Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n. 29.071 — de 30 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

— *Aprova o Regulamento dos Serviços Postais e de Telecomunicações.*

Decreto n. 29.151 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Regulamenta a Lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950.*

Decreto n. 29.155 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

— *Altera o Regulamento do Arquivo do Exército, aprovado pelo Decreto n. 614, de 30 de janeiro de 1936.*

Decreto n. 29.189 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

— *Aprova e manda executar o Regulamento das Coletorias Federais.*

Decreto n. 29.191 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

— *Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Médico.*

Decreto n. 29.198 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Altera dispositivo do Regulamento da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.324 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Altera a redação do art. 51 do Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n. 29.325 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

REGULAMENTOS

— *Altera a redação dos arts. 4.º e 19 do Regulamento do Instituto Rio Branco.*

Decreto n. 29.334 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n. 29.363. — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1951.

— *Altera a redação do art. 2.º do Regulamento para o Conselho do Almirantado, aprovado pelo Decreto número 22.070, de 10 de novembro de 1932.*

Decreto n. 29.373 — de 20 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

— *Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto n. 29.400 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

RODOVIAS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para conclusão do trecho rodoviário Itaperuna-Murial.

Lei n. 1.324 — de 22 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.336 — de 28 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

RODOVIAS

— *Aprova os projetos e orçamentos das obras já executadas pelo Estado do Ceará nas rodovias Ipu-Camocim e Fortaleza-Campos Sales, com os saldos verificados na execução das obras realizadas de acordo com os projetos e orçamentos a que se refere o Decreto n. 27.206, de 20 de setembro de 1949.*

Decreto n. 29.091 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1951.

S

S. BARRETO & FILHOS

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.714, de 6 de outubro de 1950

Decreto n. 29.214 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1951.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Sêrvulo Pereira a lavrar scheelita e associados no distrito e Município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 29.413 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

SEÇÕES DE FOMENTO AGRÍCOLA

Altera a lotação de repartições atendidas pelos quadros do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 29.339 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1951.

SERVENTE

Suprime cargos extintos.

(M.M. — Q.S.).

Decreto n. 29.263. — de 12 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

— *Suprime cargo extinto.*

(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 29.402 — de 28 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1951.

SERVIÇO FLORESTAL

Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 29.093 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1951.

Retificado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

SERVIÇOS ARTICULADOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Ver: *Ministério da Agricultura.*

SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES

Aprova o Regulamento dos Serviços Postais e de Telecomunicações.

Decreto n. 29.151 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

Modifica o Decreto n. 26.398, de 23 de fevereiro de 1949, que autorizou a novação do contrato de concessão do porto de Paranaguá, celebrado com o Estado do Paraná, assim como a concessão do porto de Antonina do mesmo Estado.

Decreto n. 29.202 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

— Ver, também, *Concessionários de portos.*

SERVIDORES DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Dá nova redação ao art. 1.º e ao artigo 28 dos Estatutos aprovados pelo Decreto n. 17.274, de 31 de agosto de 1949.

Decreto n. 29.172 — de 19 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

SERVIDORES PÚBLICOS

— Ver: *Funcionários Públicos e Extranumerários.*

SHELL-MEX BRAZIL LIMITED

Concede à sociedade anônima Shell-Mex Brazil Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 29.305 — de 23 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1951.

SIMÃO BOLÍVAR

Autoriza o Governo Federal a mandar erigir um monumento à memória de Simão Bolívar.

Lei n. 1.327 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de janeiro de 1951.

SIQUEIRA, MEIRELES, JUNQUEIRA & CIA

Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à instalação de usina de Siqueira, Meireles, Junqueira & Cia, e autoriza a mesma a promover a sua desapropriação.

Decreto n. 28.892 — de 22 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA COMÉRCIO E INDÚSTRIA "SOUZA NOSCHESSE"

Autoriza a Sociedade Anônima Comércio e Indústria "Souza Noschese" a pesquisar cassiterita e associados no Município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 28.726 — de 9 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA INDÚSTRIAS VOTORANTIM

Autoriza a S. A. Indústrias Votorantim a pesquisar calcita e associados no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 28.994 — de 15 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA INDÚSTRIAS VOTORANTIM

— *Autoriza a S. A. Indústrias Votorantim a pesquisar calcita e associados no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 28.995 — de 15 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

**SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO
TUPÃ**

Outorga concessão à S. A. Rádio Tupã para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.251 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA RADIO TUPI

Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à S. A. Rádio Tupi para estabelecer uma estação radiodifusora nesta Capital.

Decreto n. 29.238 — de 29 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1951.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO
BIGUÁ LIMITADA**

Autoriza a Sociedade de Mineração Biguá Limitada a lavrar jazida de minério de manganês, no Município de Iguape, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.216 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1951.

**SOCIEDADE DE OURO JACOBINA
LTDA.**

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.921, de 30 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.340 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1951.

**SOCIEDADE MONTENEGRINA DE
NAVEGAÇÃO LIMITADA**

Concede à Sociedade Montenegrina de Navegação Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.144 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

**STANDAR OIL COMPANY OF
BRAZIL**

Autoriza a Standard Oil Company of Brazil a adquirir o direito de ocupação de terreno de marinha que menciona, situado nesta Capital.

Decreto n. 29.193 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

**SUPERINTENDÊNCIA DAS EM-
PRÊSAS INCORPORADAS AO PA-
TRIMÔNIO NACIONAL**

Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, com sede nesta Capital, para estabelecer uma estação de televisão.

Decreto n. 29.254 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de março de 1951.

SUPRESSÃO DE CARGOS

— Ver o nome dos cargos suprimidos.

T

TABELAS

— De extranumerários. — Ver o nome do órgão a que se referem.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Barros Mota a pesquisar talco e associados no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.762 — de 16 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Maurício Blaustein e Samuel Waingort a pesquisar talco no Município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.056 — de 28 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira a pesquisar talco e associados no Município de Ouro Preto, do Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.414 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1951.

TAXAS

Dispõe sobre isenção de taxas e mensalidades no Colégio Pedro II e outros estabelecimentos federais de ensino secundário.

Decreto n. 29.396 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1951.

TEMPO DE SERVIÇO

Manda contar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado pelo Ministro do Tribunal de Contas, Francisco José de Oliveira Viana.

Lei n. 1.315 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 28.530 — de 1 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 28.911 — de 29 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 28.942 — de 7 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a revigorar o aforamento do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 28.829 — de 1 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno de acréscido de marinha (mangue extinto) que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.017 — de 22 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.019 — de 22 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acréscido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.022 — de 22 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acréscido de marinha (mangue extinto) que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.023 — de 22 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acréscido de marinha (mangue extinto) que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.024 — de 22 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1951.

— *Autoriza a Standard Oil Company of Brazil a adquirir o direito de ocupação de terreno de marinha que menciona, situado nesta Capital.*

Decreto n. 29.193 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito à regulamentação do aforamento e da ocupação dos terrenos de marinha e acréscidos que menciona, situados na Capital da República.*

Decreto n. 29.196 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha (mangue extinto) que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.317 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1951.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal de Guaporé.

Lei n. 1.347 — de 9 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de fevereiro de 1951.

TESOUREIRO

Reclassificação dos cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Decreto n. 29.062 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

TESOUREIRO-AUXILIAR

Suprime cargo extinto.

(M.V.O.P. — Q.III — P.S.).

Decreto n. 29.137 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1951.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.250 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.V.O.P. — Q.III — P.S.).

Decreto n. 29.378 — de 21 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1951.

THE GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY COMPANY LIMITED

Aprova projetos e orçamentos para execução de obras no pátio da estação de cargas de Cinco Pontas da The Great Western of Brazil Railway Company Limited, e conclusão da linha de ligação Oeste-Sul.

Decreto n. 29.205 — de 25 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1951.

THE LEOPOLDINA RAILWAY COMPANY LIMITED

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais que especifica, para ocorrer às despesas decorrentes da encampação da The Leopoldina Railway Company Limited.

Decreto n. 29.253 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1951.

THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

Autoriza instalação de agência do banco estrangeiro.

Decreto n. 29.357 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1951.

THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited, a construir uma linha de transmissão entre São Miguel Paulista e Mogi das Cruzes, no Estado de S. Paulo.

Decreto n. 29.265 — de 15 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1951.

TRANSFERÊNCIAS

Revoga o Decreto n. 28.095, e estabelece a redação dada pelo Decreto n.º 11.494 ao item "b" do art. 2.º do Decreto n. 6.222, de 4 de setembro de 1940.

Decreto n. 29.359 — de 13 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1951.

TRATADOS

Torna pública a ratificação, por parte do Equador, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947.

Decreto n. 29.249 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1951.

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Dispõe sobre o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará.

Lei n. 1.340 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

TRIBUNAL DE CONTAS

Abre, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 2.365,60, para o fim que especifica.

Decreto n. 29.190 — de 24 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1951.

TRIGO

Dispõe sobre o escoamento da safra do trigo nacional, e dá outras providências.

Decreto n. 20.229 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1951.

— *Torna públicas ratificações do Acôrdio Internacional do Trigo, concluído em Washington, por parte de vários países.*

Decreto n. 29.323 — de 5 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1951.

U**UNIÃO BRASILEIRA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Approva alteração introduzida nos Estatutos da União Brasileira Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n. 29.141 — de 16 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 21 de fevereiro de 1951.

Retificado no D. O. de 7 de março de 1951.

UNIVERSIDADES

Altera Tabela Única de Extranumerário mensalista da Universidade da Bahia.

Decreto n. 29.059 — de 29 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

USINA AÇUCAREIRA ESTER S. A.

Outorga a Usina Açucareira Ester S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica na cachoeira do Funil, existente no rio Jaguari, Distrito de Cosmópolis, Município de Cosmópolis, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.037 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1951.

V**VETERINARIOS-SANITARISTAS**

Concede vantagens aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, aposentados antes do Decreto-lei n. 8.833, de 24 de janeiro de 1946.

Lei n. 1.330 — de 27 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 27 de janeiro de 1951.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.569.398,30 para pagamento à Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.132 — de 15 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1951.

— *Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no Município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.342 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1951.

VIÚVA LUDGERO PEREIRA BAETA & CIA. LTDA.

Autoriza a Viúva Ludgero Pereira Baeta & Cia. Ltda. a pesquisar calcário e associados no Município de Carandá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.287 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1951.

Z**ZINCO**

Renova o Decreto n.º 24.869, de 22 de abril de 1948.

Decreto n. 28.876 — de 16 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1951.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1951 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

**Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1951**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTECA

COMPRA CR\$ 20,00

Imprensa Nacional

11-6-56 56/367

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

	Págs.		Págs.
2 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 23-4-51	3	Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1951	24
3 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 15 de maio de 1951	6	1.352 — Fazenda — De 2 de abril de 1951. Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros) para pagamento de gratificação de representação aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1951	24
4 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 30 de maio de 1951	7		
5 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 12 de junho de 1951	7	1.353 — Justiça — De 2 de abril de 1951. Considera de utilidade pública a Casa do Policial, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1951	24
6 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 16 de junho de 1951	15		
7 — Congresso — Decreto Legislativo. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26-6-51	22	1.354 — Educação — De 2 de abril de 1951. Assegura aos médicos sanitaristas, na chefia ou direção de órgão da Saúde Pública, nos Estados, o direito de optar pelos vencimentos do cargo federal. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1951	24
8 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 28 de junho de 1951	23		
9 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 28 de junho de 1951	23	1.355 — Justiça — De 9 de abril de 1951. Declara de utilidade pública o Centro Norte-Rio Grandense, com sede no Distrito Federal. Pub. no <i>D.O.</i> de 13-4-51	25
10 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 3 de julho de 1951	23		
11 — Congresso — Decreto Legislativo. Pub. no <i>D.O.</i> de 3 de julho de 1951	23		
1.351 — Fazenda — De 2 de abril de 1951. Revoga dispositivo da			

	Págs.		Págs.
1.356 — <i>Viação — Fazenda</i> — De 17 de abril de 1951. Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 23-4-51	25	1.364 — <i>Exterior — Fazenda</i> — De 5 de maio de 1951. Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de contribuições à Repartição Internacional de Higiene Pública. Pub. no D.O. de 9-5-51	27
1.357 — <i>Fazenda</i> — De 17 de abril de 1951. Abre ao Congresso Nacional o crédito de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 23-4-51	25	1.365 — <i>Trabalho — Fazenda</i> — De 7 de maio de 1951. Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal. Pub. no D.O. de 10-5-51	28
1.358 — <i>Fazenda</i> — De 24 de abril de 1951. Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de salário-família devido a Raul Pereira da Silva. Pub. no D.O. de 27-4-51. Retificado no D.O. de 7 de maio de 1951	26	1.366 — <i>Fazenda</i> — De 11 de maio de 1951. Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para atender a despesas decorrentes de sentenças judiciais e relativas ao exercício de 1950. Publicado no D.O. de 17-5-51.	28
1.359 — <i>Educação</i> — De 25 de abril de 1951. Modifica a seriação de disciplinas do curso secundário estabelecida no Decreto-lei n.º 4.244, de 1942. Pub. no D.O. de 28-4-51	26	1.367 — <i>Fazenda — Guerra</i> — De 12 de maio de 1951 — Faz reverter ao Exército o 1.º Tenente Hélio de Albuquerque Lima. Pub. no D.O. de 17 de maio de 1951	28
1.360 — <i>Justiça</i> — De 25 de abril de 1951. Declara de utilidade pública o Clube dos Advogados de Campinas. Publicado no D.O. de 28-4-51	26	1.368 — <i>Agricultura</i> — De 14 de maio de 1951. — Revigora o prazo para aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto n.º 26.384, de 22 de fevereiro de 1949, e destinado à instalação de uma usina hidrelétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão. Pub. no D.O. de 17-5-51	29
1.361 — <i>Justiça</i> — De 25 de abril de 1951. Declara de utilidade pública a Associação dos Médicos de Santos. Pub. no D.O. de 28-4-51	27	1.369 — <i>Guerra</i> — De 22 de maio de 1951. Prorroga prazos para concessão de condecorações criadas pelo Decreto-lei n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944. Pub. no D.O. de 26 de maio de 1951	29
1.362 — <i>Justiça — Fazenda</i> — De 5 de maio de 1951. Concede pensão mensal à viúva do ex-investigador Francisco Nodel. Pub. no D.O. de 9-5-51	27	1.370 — <i>Justiça</i> — De 23 de maio de 1951. Declara de utilidade pública o Centro Lite-	
1.363 — <i>Justiça — Fazenda</i> — De 5 de maio de 1951. Concede auxílio para a realização, no Distrito Federal, do XIII Congresso da Union Internationale des Avocats. Pub. no D.O. de 9-5-51	27		

	Págs.		Págs.
rário Palmeirense. Pub. no D.O. de 28-5-51	29	blica a construção e aparelhamento do porto de Amarração, no Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 9-6-51	35
1.371 — <i>Justiça</i> — De 24 de maio de 1951. Considera de utilidade pública a Associação dos Magistrados Brasileiros, com sede na Capital da República. Pub. no D.O. de 29-5-51 ...	29	1.379 — <i>Fazenda</i> — De 7 de junho de 1951. Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para pagamento, de substituições no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná. Pub. no D.O. de 11 de junho de 1951	36
1.372 — <i>Justiça</i> — De 24 de maio de 1951. Considera de utilidade pública a União Brasileira de Aviadores Cíveis, com sede em São Paulo. Pub. no D.O. de 29-5-51	29	1.380 — <i>Fazenda</i> — De 7 de junho de 1951. Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-6-51	36
1.373 — <i>Aeronáutica</i> — De 29 de maio de 1951. Autoriza a promoção <i>post mortem</i> , ao posto imediato, do Major Aderbal da Costa Oliveira, falecido em desastre de aviação em 1937. Publicado no D.O. de 1-6-51 ..	30	1.381 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — De 8 de junho de 1951. Autoriza o Poder Executivo a garantir operação de crédito, até o montante de Cr\$ Cr\$ 330.000.000,00 a ser realizada por intermédio da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, operação destinada à aquisição de novas unidades, reaparelhamento de suas oficinas de reparos e construções navais e obras de seu dique para docagem de navios de grande porte. Pub. no D.O. de 11-6-51	37
1.374 — <i>Justiça</i> — De 29 de maio de 1951. Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Jau, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 1-6-51	30	1.382 — <i>Marinha</i> — De 11 de junho de 1951. Transfere para o Corpo de Oficiais da Armada os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção. Pub. no D.O. de 12-6-51	38
1.375 — <i>Fazenda</i> — <i>Guerra</i> — De 6 de junho de 1951. Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Municipalidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Pub. no D.O. de 9-6-51	30	1.382-A — <i>Congresso</i> — De 12 de junho de 1951. Autoriza a abertura ao Poder Judiciário do crédito especial de Cr\$ Cr\$ 340.000,00 para o pagamento de gratificação por serviços eleitorais, relativo ao exercício de 1950, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Pub. no D.O. de 21-6-51	38
1.376 — <i>Guerra</i> — De 6 de junho de 1951. Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército. Publicado no D.O. de 11-6-51. Ret. no D.O. de 13-6-51	31		
1.377 — <i>Trabalho</i> — De 6 de junho de 1951. Altera os artigos 13 e 14 do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefício de família. Pub. no D.O. de 9 de junho de 1951	35		
1.378 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — De 6 de junho de 1951. Autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante concorrência pública a construção e aparelhamento do porto de Amarração, no Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 9-6-51			

	Págs.		Págs.
1.383 — <i>Marinha — Guerra</i> — De 13 de junho de 1951. Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, alterando a taxa de que trata a Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947. Pub. no D.O. de 16-6-51	38	1.387 — <i>Justiça</i> — De 20 de junho de 1951. Altera os dispositivos do Decreto-lei n.º 9.545, de 5 de agosto de 1946, que dispõe sobre a habilitação e o exercício da atividade de condutor de veículos automotores. Publicado no D.O. de 22 de junho de 1951	44
1.384 — <i>Fazenda</i> — De 13 de junho de 1951. Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União ao Círculo Operário de Curitiba. Pub. no D.O. de 16 de junho de 1951	39	1.387-A — <i>Congresso</i> — De 23 de junho de 1951. Concede pensão mensal de Cr\$ 700,00 à Sra. Maria Magalhães de Assis Rocha, viúva de Francisco de Assis Pereira Rocha, fiscal do imposto de consumo, residente em Sertânia, Pernambuco. Publicado no D.O. de 30 de junho de 1951	44
1.385 — <i>Fazenda</i> — De 14 de junho de 1951. Concede isenção de direitos para mercadorias e materiais importados pelo Commissariado do Santíssimo Nome de Jesus, com sede em Anápolis, no Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 19 de junho de 1951	39	1.388 — <i>Agricultura</i> — De 25 de junho de 1951. Revoga os Decretos-leis ns. 6.922, de 1944, e 8.431, de 1945, que dispõem sobre a identificação do gado bovino vacinado contra o abôto infeccioso. Publicado no D.O. de 27-6-51	44
1.386 — <i>Justiça — Fazenda</i> — De 18 de junho de 1951. Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa. Pub. no D.O. de 19 de junho de 1951	39	1.388-A — <i>Congresso</i> — De 27 de junho de 1951. Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 22.400,20 para atender ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento. Publicado no D. O. de 2-7-51	45
1.386-A — <i>Congresso</i> — De 19 de junho de 1951. Estende aos cargos isolados de provimento em comissão e às funções gratificadas do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho os símbolos e valores estabelecidos na Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências. Pub. no D.O. de 23-6-51	41	1.389 — <i>Fazenda</i> — De 28 de junho de 1951. Prorroga a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior. Pub. no D.O. de 28-6-51	45
1.386-B — <i>Congresso</i> — De 19 de junho de 1951. Declara de utilidade pública a Associação Santa Teresinha, com sede em São Paulo. Pub. no D.O. de 26-6-51	44		

Figuram neste volume os decretos-legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1951, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 2, de 1951

Art. 1.º É aprovado o texto da Convenção de Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, firmada na cidade de Paris em Dezembro de 1948, pelo Brasil e outros países, durante a Terceira Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de abril de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO

As partes contratantes,

Considerando que a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em sua Resolução n.º 96 (I), de 11 de dezembro de 1948, declarou que o genocídio é um crime contra o direito Internacional contrario ao espírito e aos fins das Nações Unidas e que o mundo civilizado condena;

Reconhecendo que em todos os períodos da história o genocídio causou grandes perdas a humanidade.

Convencidas de que para libertar a humanidade de flagelo tão odioso,

a cooperação internacional é necessária;

Convêm o seguinte:

ARTIGO I

As partes Contratantes confirmam que o genocídio, quer cometido em tempo de paz quer em tempo de guerra, é um crime contra o Direito Internacional, que elas se comprometem a prevenir e a punir.

ARTIGO II

Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, técnico, racial ou religioso como tal:

- a) matar membros do grupo;
- b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
- d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

ARTIGO III

Serão punidos os seguintes atos:

- a) o genocídio;
- b) a associação de pessoas para cometer o genocídio;
- c) a incitação direta e pública a cometer o genocídio;

- d) a tentativa de genocídio;
- e) a co-autoria no genocídio.

ARTIGO IV

As pessoas que tiverem cometido o genocídio ou qualquer dos outros atos enumerados no artigo III serão punidas, sejam governantes, funcionários ou particulares.

ARTIGO V

As Partes Contratantes assumem o compromisso de tomar, de acordo com suas respectivas constituições, as medidas legislativas necessárias a assegurar a aplicação das disposições da presente Convenção e, sobretudo, a estabelecer sanções penais eficazes aplicáveis às pessoas culpadas de genocídio ou de qualquer dos outros atos enumerados no Artigo III.

ARTIGO VI

As pessoas acusadas de genocídio ou de qualquer dos outros atos enumerados no Artigo III serão julgadas pelos tribunais competentes do Estado em cujo território foi o ato cometido, ou pela Corte Penal Internacional competente com relação às Partes Contratantes que lhe tiverem reconhecido a jurisdição.

ARTIGO VII

O genocídio e os outros atos enumerados no Artigo III não serão considerados crimes políticos para efeitos de extradição.

As Partes Contratantes se comprometem, em tal caso a conceder a extradição de acordo com sua legislação e com os tratados em vigor.

ARTIGO VIII

Qualquer Parte Contratante pode recorrer aos órgãos competentes das Nações Unidas a fim de que estes tomem, de acordo com as Nações Unidas, as medidas que julgarem necessárias para a prevenção e a repressão dos atos de genocídio ou de qualquer dos outros atos enumerados no Artigo III.

ARTIGO IX

As controvérsias entre as Partes contratantes relativas a interpretação, aplicação ou execução da presente Convenção, bem como as referentes à responsabilidade de um Estado em matéria de genocídio ou de qualquer dos outros atos enumerados no Arti-

go III, serão submetidas a Corte Internacional de Justiça, a pedido de uma das Partes na controvérsia.

ARTIGO X

A presente Convenção, cujos textos inglês, chinês, espanhol, francês, e russo serão igualmente autênticos, terá a data de 9 de dezembro de 1948.

ARTIGO XI

A presente Convenção ficará aberta até 31 de dezembro de 1949 à assinatura de todos os Membros das Nações Unidas e de todo Estado não membro ao qual a Assembleia Geral houver enviado um convite para esse fim.

A presente Convenção será ratificada e dos instrumentos de ratificação far-se-á depósito no Secretariado das Nações Unidas.

A partir de 1º de janeiro de 1950, qualquer Membro das Nações Unidas e qualquer Estado não-membro que houver recebido o convite acima mencionado poderá aderir à presente Convenção.

Os instrumentos de adesão serão depositados no Secretariado das Nações Unidas.

ARTIGO XII

Qualquer Parte Contratante poderá, a qualquer tempo, por notificação dirigida ao Secretário Geral das Nações Unidas, estender a aplicação da presente Convenção a todos os territórios ou a qualquer dos territórios de cujas relações exteriores seja responsável.

ARTIGO XIII

Na data em que os vinte primeiros instrumentos de ratificação ou adesão tiverem sido depositados, o Secretário Geral lavrará uma ata, e transmitirá cópia da mesma a todos os Membros das Nações Unidas e aos Estados não-membros a que se refere o Artigo XI.

A presente Convenção entrará em vigor noventa dias após a data do depósito do vigésimo instrumento de ratificação ou adesão.

Qualquer ratificação ou adesão efetuada posteriormente a última data entrará em vigor noventa dias após o depósito do instrumento de ratificação ou adesão.

ARTIGO XIV

A presente Convenção vigorará por dez anos a partir da data de sua entrada em vigor.

Ficará, posteriormente, em vigor por um período de cinco anos e assim sucessivamente, com relação às Partes Contratantes que não a tiverem denunciado pelo menos seis meses antes do termo do prazo.

A denúncia será feita por notificação escrita dirigida ao Secretário Geral das Nações Unidas.

ARTIGO XV

Se, em consequência de denúncia, o número das Partes na presente Convenção se reduzir a menos de dezesseis, a Convenção cessará de vigorar a partir da data na qual a última dessas denúncias entrar em vigor.

ARTIGO XVI

A qualquer tempo, qualquer Parte Contratante poderá formular pedido de revisão da presente Convenção, por meio de notificação escrita dirigida ao Secretário Geral.

A Assembléa Geral decidirá com relação às medidas que se devam tomar, se for o caso, com relação a esse pedido.

ARTIGO XVII

O Secretário Geral das Nações Unidas notificará a todos os Membros das Nações Unidas e os Estados não-membros mencionados no Artigo XI:

a) das assinaturas, ratificações e adesões recebidas de acordo com o Artigo XI;

b) das notificações recebidas de acordo com o artigo XII;

c) da data em que a presente Convenção entrar em vigor de acordo com o Artigo XIII;

d) das denúncias recebidas de acordo com o Artigo XIV;

e) da abrogação da Convenção de acordo com o Artigo XV;

f) das notificações recebidas de acordo com o Artigo XVI.

ARTIGO XVIII

O original da presente Convenção será depositado nos arquivos da Organização das Nações Unidas.

Enviar-se-á cópia autenticada a todos os Membros das Nações Unidas e aos Estados não-membros mencionados no Artigo XI.

ARTIGO XIX

A presente Convenção será registrada pelo Secretário Geral das Nações Unidas na data de sua entrada em vigor.

Pelo Afeganistão:

Pela Argentina:

Pela Austrália:

Herbert V. Evatt.

11 de dezembro de 1948

Pelo Reino da Bélgica:

Pela Bolívia:

A. Costa du Pels.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Brasil:

João Carlos Muniz.

11 de dezembro de 1948.

Pela União da Birmânia:

Pela República Socialista Soviética da

Bielo — Rússia:

Pelo Canadá:

Pelo Chile:

Com a reserva que requer também a aprovação do Congresso do meu país.

H. Arancibia Laso.

Pela China:

Pela Colômbia:

Por Costa Rica:

Por Cuba:

Pela Tchecoslováquia:

Pela Dinamarca:

Pela República Dominicana:

Joaquim Balaguer.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Equador:

Homero Viteri-Lafronte.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Egito:

Ahmed Mohamed Khachaba.

12 de dezembro de 1948.

Por El Salvador:

Pela Etiópia:

Aklilou.

11 de dezembro de 1948.

Pela França:

Robert Schuman.

11 de dezembro de 1948.

Pela Grécia:

Pela Guatemala:

Por Haiti:

Ilegível.

11 de dezembro 1948.

Por Honduras:

Pela Islândia:

Pela Índia:

Pelo Irã:

Pelo Líbero:

Henry Cooper.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Grão Ducado de Luxemburgo:

Pelo México:

L. Padilla Nervo.

14 de dezembro de 1948.

Pela Nova Zelândia:

Pela Nicarágua:

Pelo Reino da Noruega:

Finn Moe.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Paquistão:

Zafrullah Khan.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Panamá:

R. J. Alfaro.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Paraguai:

Ilegível.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Peru:

11 de dezembro de 1948.

Pela República das Filipinas:

Carlos P. Rômulo.

11 de dezembro de 1948.

Pela Polónia:

Pela Arábia Saudita:

Pelo Sião:

Pela Suécia:

Pela Síria:

Pela Turquia:

Pela República Socialista Soviética da Ucrânia:

Pela União Sul-Africana:

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte:

Pelos Estados Unidos da América:

Ernest A. Gross.

11 de dezembro de 1948.

Pelo Uruguai:

Henrique C. Armand Ugon.

11 de dezembro de 1948.

Pela Venezuela:

Pelo Iemen:

Pela Iugoslávia:

Ales Bebler.

11 de dezembro de 1948.

A presente é a tradução oficial, em idioma português do texto original e autêntico da Convenção para a Prevenção e a repressão do crime de Genocídio, firmado em Paris em dezembro de 1948, por ocasião da 3.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores,

Rio de Janeiro, D. F., em 5 de 9 de 1949. — O. Brito.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 3, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de julho de 1948, deixou de anotar o ato decorrente do Decreto n.º 23.963, de 29 de outubro de 1947, pelo qual se declara a Companhia Estrada de Ferro Mossoró desobrigada de fazer trafegar os seus carros no prolongamento previsto na cláusula II do ajuste que celebrou com o Governo Federal em 23 de julho de 1919.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de maio de 1951.

JOÃO CAFE' FILHO

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 4, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acôrdo celebrado em 23 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Goiás, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de maio de 1951.

JOÃO CAFE' FILHO

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 93, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 5, de 1951

Art. 1.º São aprovadas, nos termos das cópias devidamente autenticadas e a êstes anexas as Notas trocadas em 12 de maio de 1950 pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Legação da Áustria no Rio de Janeiro, para a conclusão de um *modus vivendi*, destinado a normalizar o intercâmbio de mercadorias dos dois países.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de maio de 1951.

JOÃO CAFE' FILHO

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Notas trocadas, a 12 de maio do corrente ano, entre o Ministério das Relações Exteriores e a Legação da Áustria no Rio de Janeiro, para a conclusão de um "modus vivendi", destinado a normalizar o intercâmbio de mercadorias entre o Brasil e a Áustria.

Em 12 de maio de 1950.

Senhor Ministro:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, animado do desejo de normalizar e desenvolver o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Áustria, está de acôrdo com as disposições seguintes:

1) O Governo brasileiro admitirá a importação no Brasil e o Governo austríaco autorizará a exportação para o Brasil das mercadorias originárias da Áustria, constantes de uma lista, denominada "Lista B", a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste até o limite dos valores nela fixados. A "Lista A" anexa refere-se ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

2) O Governo austríaco admitirá a importação na Áustria, o Governo brasileiro autorizará a exportação para a Áustria das mercadorias, originárias do Brasil, constantes de uma lista, denominada "Lista A", a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste, até o limite dos valores nela fixados. A "Lista B" anexa refere-se ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

3) A concessão das licenças de exportação e a importação referentes às mercadorias constantes de ambas as listas será feita tendo sempre em vista o princípio básico de obter-se um equilíbrio razoável nos pagamentos decorrentes do intercâmbio comercial entre os dois países.

4) O Governo brasileiro e o Governo austriaco poderão autorizar a importação e a exportação das mercadorias incluídas nas duas listas além do limite dos valores estabelecidos, assim como de mercadorias que nelas não figurem.

5) Em dezembro de cada ano de vigência do presente Ajuste os Governos brasileiro e austriaco prepararão as listas "A" e "B" relativas ao ano seguinte, as quais entrarão em vigor mediante troca de notas.

6) No caso de as novas listas não estarem preparadas no devido tempo e a fim de que o comércio entre os dois países não sofra interrupção, as listas em vigor para determinado período anual considerar-se-ão como prorrogadas por um trimestre na base da quarta parte dos valores das mercadorias nelas estabelecidas, salvo se qualquer dos Governos tiver notificado o outro até 30 de novembro de que não estará de acordo com essa prorrogação.

7) As autorizações concedidas antes da data da expiração do presente Ajuste continuarão em vigor e serão executadas segundo as disposições do mesmo.

8) Fica entendido que, salvo acordo formal em contrário, os produtos originários de um dos países, quando importados no outro sob regime do presente Ajuste e dentro das quantidades ou valores constantes das duas listas anexas respectivas, serão destinados exclusivamente ao consumo interno ou à transformação pelas manufaturas do país importador.

9) O Banco do Brasil S. A. e o Oesterreichische National Bank acertarão entre si as condições de pagamento das trocas comerciais que, a partir da data da assinatura do presente Ajuste, sejam efetuadas por força do mesmo, abrindo para esse fim uma conta especial.

10) As mercadorias compreendidas no presente Ajuste deverão ser transportadas preferentemente, em navios de bandeira brasileira.

a) Na impossibilidade de efetuar-se em navios de bandeira brasileira o transporte dessas mercadorias, poderá o mesmo ser atribuído a embarcações de outras bandeiras.

b) A presente disposição não deverá redundar em encarecimento de frete nem retardar o transporte.

11) O presente Ajuste será válido até 31 de dezembro de 1950.

Se não fôr denunciado até três meses antes do seu termo, considerar-se-á como renovado por tácita recondução, por períodos sucessivos de um ano. Neste caso, poderá ser denunciado mediante aviso prévio de três meses contados em relação ao termo do período para o qual haja sido reconduzido.

12) Esta nota e a do mesmo teor que Vossa Excelência se dignar dirigir-me com data de hoje serão consideradas como Instrumento do Ajuste sobre a matéria acordada entre os nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — *Raul Fernandes*.

LISTA "A"

Produtos brasileiros a serem vendidos à Austria em dólares americanos

Matérias-primas:

Cerdas e crinas (animais)	5.000
Céras vegetais (carnaúba e ouricuri)	300.000
Peles de cabra, preparadas	50.000
Fumo em folhas	600.000
Piçaba	10.000
Sisal ou agave	10.000
Manteiga de cacau	300.000
Óleos de oiticica e de mamona	325.000
Óleos de amendoim e de caroço de algodão	1.000.000
Madeiras duras (jacaranda, jequetibá e pau roxo)	50.000

Cristal de rocha em bruto	4.000	
Mica	50.000	
Diamantes industriais (carbonados)	5.000	
Minério de ferro	400.000	
Ferro-cromo	100.000	
Algodão em rama	1.875.000	
Lã de carneiro em bruto	100.000	
Mentol	10.000	
Couros vacuns, secos ou salgados	200.000	5.394.000

Nota: A cota de café (800.000 dólares) poderá ser revista em julho de 1950, tendo em vista seu possível aumento.

Gêneros alimentícios:

Castanhas do Pará, sem casca	50.000	
Cacáu em amêndoas	400.000	
Café em grão	800.000	
Carne de boi congelada	400.000	
Torta de gorduras vegetais (amendoim, babaçu, caroço de algodão e cacáu)	500.000	2.150.000

Manufaturas:

Cafeína e seus sais	5.000	
Emetina (Cloridrato de emetina)	5.000	
Produtos farmacêuticos	3.000	13.000

Vários		443.000
		8.000.000

LISTA "B"

*(Produtos austriacos a serem comprados pelo Brasil,
— em dólares americanos)*

Matérias-primas:

Celulose para fabricação de papel	400.000
---	---------

Produtos de aço:

Para construção: somente os aços ligados em barras redondas, quadradas ou chatas com molibdênio cromo vanádio, em estado natural, normalizado ou beneficiado.

Chapas finas ou grossas, de aço carbono de teor superior a 0,4% de carbono.

Chapas laminadas a frio, polidas ou ligadas, excluídas as brilhantes.

Aços com liga:

Aços sem liga, de alto carbono (mais de 0,7%) de forno elétrico, em barras chatas, redondas e quadradas.

Arares de aço para molas.

Peças forjadas:

— Discos, blocos, anéis e matrizes em peças de aço ligado com mais de 0,6 de carbono (sem liga), e com mais de 10 quilos por peças, ou mais de 200 mm de diâmetro ou lado.

— Bolas para moinhos.

— Eixos com mais de 200 mm de diâmetro e mais de um de comprimento.

— Cilindros com mais de 200 mm de diâmetro 1.000.000

Alumínio em barras ou lingotes, lâminas e placas 250.000

Elétrodos de solda 100.000

Metais duros (volfrânio, molibdênio e titânio) em "pastilhas" ou "unhas"	100.000	
Fios de algodão para tecelagem de título superior a 100	50.000	
Fios de lã penteados fiados com lã de finura 64-S inclusive (escala de Bradford), para cima	270.000	2.170.000

Manufaturas:

Papel para impressão de jornal	370.000	
Papel em tiras para cigarros	25.000	
Tijolos refratários de magnézita	200.000	
Arame farpado	500.000	
Cabo ou cordoalha de aço	50.000	
Arame (fio máquina)	400.000	
Parafusos de ferro e aço (não produzidos no Brasil)	200.000	
Válvulas (não produzidas no Brasil)	100.000	
Candeeiros de pressão a querosene e a gasolina ..	10.000	
Produtos químicos (subordinados ao critério vigente)	225.000	
Soda cáustica	240.000	
Produtos farmacêuticos (artigos não produzidos no Brasil recomendados na especificação legal fornecida pelo Ministério da Educação e Saúde)	50.000	
Instrumentos científicos (não produzidos no Brasil)	100.000	
Aparelhos de medida (contadores de água e de gás e outros) não produzidos no Brasil	50.000	
Microscópios, instrumentos óticos e geodésicos e lentes	60.000	
Projetores cinematográficos e máquinas para filmes estreitos	50.000	
Foices e gadanhos	5.000	
Ferramentas não produzidas no Brasil	250.000	
Picaretas	30.000	
Lâminas de serra para trabalhar madeira e metal (simples para serem preparadas no Brasil)	100.000	
Instrumentos medicinais eletro-técnicos não produzidos no Brasil	50.000	
Máquinas motrizes dinamo-elétricas, excitadores geradores e semelhantes — incluídos motores elétricos e grupos Diesel elétricos (tipo não produzidos no Brasil)	400.000	
Acoplamentos electromagnéticos	10.000	
Máquinas para solda elétrica (não produzidas no Brasil)	40.000	
Instrumentos de medida electrotécnicos	50.000	
Tratores agrícolas (Pro-Memória)	—	
Máquinas e aparelhos diversos para Agricultura (não produzidos no Brasil e aprovados pelo Ministério da Agricultura)	400.000	
Classificadores (tipos especiais para arroz e sementes diversas)	50.000	
Peneiras ou telas ou entrelaçamentos de arame metálico, e feltros secadores de asbesto-lã e de asbesto-algodão, para a indústria de papel...	100.000	
Guindastes	50.000	
Rolamentos de esfera	50.000	
Turbinas a vapor e turbinas hidráulicas a jato livre (superior a 800 HP) e de hélice tipo "Francis" (superior a 1.000 HP)	200.000	
Locomotiva Diesel	100.000	
Martelos pneumáticos	100.000	
Tornos (grandes) não produzidos no Brasil	100.000	
Navalhas mecânicas	100.000	

Motores Diesel (não produzidos no Brasil)	400.000	
Bombas hidráulicas (especiais, não fabricadas no Brasil)	10.000	
Motocicletas	30.000	
Bicicletas	20.000	
Material para esmerilhamento	50.600	5.325.000
Vários		505.000
		<u>8.000.000</u>

LEGATION D'AUTRICHE AU BRÉSIL

Em 12 de maio de 1950

Senhor Ministro.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo da República da Áustria, animado do desejo de normalizar e desenvolver o intercâmbio comercial entre a Áustria e o Brasil, está de acordo com as disposições seguintes:

1) O Governo austríaco admitirá a importação na Áustria e o Governo brasileiro autorizará a exportação para a Áustria das mercadorias originárias do Brasil, constantes de uma lista denominada "Lista B" a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste até o limite dos valores nela fixado. A lista "B" anexa refere-se ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

2) O Governo brasileiro admitirá a importação no Brasil e o Governo austríaco autorizará a exportação para o Brasil das mercadorias, originárias da Áustria, constantes de uma lista, denominada "Lista A" a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste até o limite dos valores nela fixados. A lista "A" anexa refere-se ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

3) A concessão das licenças de exportação e importação referentes às mercadorias constantes das duas listas será feita tendo sempre em vista o princípio básico de obter-se um equilíbrio razoável nos pagamentos decorrentes do intercâmbio comercial entre os dois países.

4) O Governo austríaco e o Governo brasileiro poderão autorizar a importação e exportação das mercadorias nas duas listas além do limite dos valores estabelecidos, assim como de mercadorias que nelas não figurem.

5) Em dezembro de cada ano de vigência do presente Ajuste os Governos austríaco e brasileiro prepararão as listas "A" e "B" relativas ao ano seguinte, as quais entrarão em vigor mediante troca de notas.

6) No caso de as novas listas não estarem preparadas no devido tempo e a fim de que o comércio entre os dois países não sofra interrupção, as listas em vigor para determinado período anual considerar-se-ão como prorrogadas por um trimestre na base da quarta parte dos valores das mercadorias nelas estabelecidas, salvo se qualquer dos Governos tiver notificado o outro até 30 de novembro de que não estará de acordo com essa prorrogação.

7) As autorizações concedidas antes da expiração do presente Ajuste continuarão em vigor e serão executadas segundo as disposições do mesmo.

8) Fica entendido que salvo acordo formal em contrário, os produtos originários de um dos dois países, quando importados no outro sob o regime do presente Ajuste e dentro das quantidades ou valores constantes das duas listas anexas respectivas, serão destinadas exclusivamente ao consumo interno ou à transformação pelas manufaturas do país importador.

9) O Oesterreichische National Bank e o Banco do Brasil S. A. acertarão entre si as condições de pagamento das trocas comerciais que, a partir da data da assinatura do presente Ajuste, sejam efetuadas por força do mesmo, abrindo para esse fim uma conta especial.

10) As mercadorias compreendidas no presente Ajuste deverão ser transportadas preferentemente, em navios de bandeira brasileira.

a) na impossibilidade de efetuar-se em navios de bandeira brasileira o transporte dessas mercadorias, poderá o mesmo ser atribuído a embarcações de outras bandeiras.

b) A presente disposição não deverá redundar em encarecimento de frete nem retardar o transporte.

11) O presente Ajuste será válido até 31 de dezembro de 1950. Se não for denunciado até três meses antes do seu termo considerar-se-á como renovado por tática recondução por períodos sucessivos de um ano. Neste caso, poderá ser denunciado mediante aviso prévio de três meses contados em relação ao termo do período para o qual haja sido reconduzido.

12) Esta nota e a do mesmo teor que Vossa Excelência se dignar dirigir-me com data de hoje serão consideradas como instrumento de Ajuste sobre a matéria acordada entre os nossos dois Governos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de mais alta estima e distintíssima consideração. — A. Rotter

LISTA "A"

Produtos brasileiros a serem vendidos à Austria em dólares americanos

Matérias primas:

Cerdas e crinas (animais)	5.000	
Couros vacuns, secos ou salgados	200.000	
Peles de cabra, preparadas	50.000	
Fumo em folhas	400.000	
Plaçaba	10.000	
Sisal ou agave	10.000	
Ceras vegetais (Carnaúba e ouricuri)	300.000	
Manteiga de cacau	300.000	
Óleos de oiticica e de mamona	325.000	
Óleos de amendoim e de caroço de algodão	1.000.000	
Madeiras duras (jacarandá, jequitibá e pau roxo) ..	50.000	
Cristal de rocha em bruto	4.000	
Mica	50.000	
Diamantes industriais (carbonados)	5.000	
Minério de ferro	400.000	
Ferro-cromo	100.000	
Algodão em rama	1.875.000	
Lã de carneiro em bruto	100.000	
Mentol	10.000	5.394.000

Gêneros alimentícios:

Castanhas do Pará, sem casca	50.000	
Cacáu em amêndoas	400.000	
Café em grão	800.000	
Carne de boi congelada	400.000	
Torta de gorduras vegetais (amendoim, babaçu, caroço de algodão e cacáu)	500.000	2.150.000

Nota: A cota de café (800.000 dólares) poderá ser revista em julho de 1950, tendo em vista seu possível aumento.

Manufaturas:

Cafeína e seus sais	5.000	
Emetina (Cloridrato de emetina)	5.000	
Produtos farmacêuticos	3.000	13.000
Vários		443.000
		<u>8.000.000</u>

LISTA "B"

Produtos austriacos a serem comprados pelo Brasil em dólares americanos

Matérias primas:

Celulose para fabricação de papel 400.000

Produtos de aço:

Para construção: somente os aços ligados em barras redondas, quadradas ou chatas, com molibdênio, cromo, vanádio, em estado natural, normalizado ou beneficiado.

Chapas finas ou grossas de aço carbono de teor superior a 0,4% de carbono.

Chapas laminadas a frio, polidas ou ligadas, excluídas as brilhantes.

Aços com liga.

Aços sem liga, de alto carbono mais de (0,7%) de forno elétrico, em barras chatas, redondas e quadradas.

Arame de aço para molas.

Pecas forjadas:

— discos, blocos, anéis e matrizes, em peças de aço ligado com mais de 0,6 de carbono (sem liga) e mais de 10 quilos por peça ou mais de 200 mm de diâmetro ou lado.

— bolas para moinhos.

— eixos com mais de 200 mm de diâmetro e mais de 6 m de comprimento.

— Cilindros, com mais de 200 mm de diâmetro 1.000.000

Alumínio em barras ou lingotes, lâminas e placas . 250.000

Electrodos de solda 100.000

Metais duros (volfrânio, molibdênio e titânio) em "pastilhas" ou "unhas" 100.000

Fios de algodão para tecelagem de título superior a 100 50.000

Fios de lã penteados, fiados com lã de finura 64-S inclusive (escala de Bradford), para cinema 270.000 2.170.000

Manufaturas:

Papel para impressão de jornal 870.000

Papel em tiras para cigarros 25.000

Tijolos refratários em magnesita 200.000

Arame farpado 500.000

Cabo ou cordoalha de aço 50.000

Arame (fio máquina) 400.000

Parafusos de ferro e aço (não produzidos no Brasil) 200.000

Válvulas (não produzidas no Brasil) 100.000

Candeeiros de pressão, a querosene e a gasolina . 10.000

Produtos químicos (subordinados ao critério vigente) 225.000

Soda cáustica 240.000

Produtos farmacêuticos (artigos não produzidos no Brasil recomendados na especificação legal fornecida pelo Ministério da Educação e Saúde) .. 50.000

Instrumentos científicos (não produzidos no Brasil) 100.000

Aparelhos de medida (contadores de água e de gás e outros) — não produzidos no Brasil) 50.000

Microscópios, instrumentos óticos e geodésicos e lentes 60.000

Projetores cinematográficos e máquinas para filmes estreitos	50.000	
Foices e gadanhos	5.000	
Ferramentas não produzidas no Brasil	250.000	
Picaretas	30.000	
Lâminas de serra para trabalhar madeira e metal (simples para serem preparadas no Brasil) . . .	100.000	
Instrumentos medicinais electrotécnicos não produzidos no Brasil	50.000	
Máquinas motrizes, dinamo-elétricas, excitadores, geradores e semelhantes — incluídos motores elétricos e grupos Diesel-elétricos (tipos não produzidos no Brasil)	400.000	3.465.000
Acoplamentos electromagnéticos	10.000	
Máquinas para solda elétrica (não produzidas no Brasil)	40.000	
Instrumentos de medida electrotécnicos	50.000	
Tratores agrícolas (Pro Memória)	—	
Máquinas e aparelhos diversos para Agricultura (não produzidos no Brasil e aprovados pelo Ministério da Agricultura)	400.000	
Classificadores (tipos especiais para arroz e sementes diversas)	50.000	
Peneiras ou telas entrelaçamento de arame metálico, e feltros secadores de asbesto-lã e de asbesto-algodão, para a indústria de papel	100.000	
Guindastes	50.000	
Rolamentos de esfera	50.000	
Turbinas a vapor e turbinas hidráulicas a jato livre (superior a 800 HP) e de hélice, tipo "Francis" (superior a 1.000 HP)	200.000	
Locomotivas Diesel	100.000	
Martelos pneumáticos	100.000	
Tornos (grandes) não produzidos no Brasil	100.000	
Navalhas mecânicas	100.000	
Motores Diesel (não produzidos no Brasil)	400.000	
Bombas hidráulicas (especiais não fabricadas no Brasil)	10.000	
Motocicletas	30.000	
Bicicletas	20.000	
Material para esmerilhamento	50.000	5.325.000
Vários		505.000
		<u>8.000.000</u>

LÉGATION D'AUTRICHE AU BRÉSIL

Em 12 de maio de 1950.

N.º 917-A-50 "Modus vivendi" comercial Áustria-Brasil.

Senhor Ministro:

Com referência às negociações havidas nesta capital, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo da Áustria, animado do desejo de normalizar o intercâmbio de mercadorias entre a Áustria e o Brasil, está de acôrdo em celebrar com o Governo dos Estados Unidos do Brasil um "modus vivendi" comercial com as disposições seguintes:

1) A República Federal da Áustria e a República dos Estados Unidos do Brasil conceder-se-ão reciprocamente, o tratamento da nação mais favorecida, em tudo que diz respeito a direitos alfandegários, normas, formalida-

dês e encargos relativos ao desembaraço aduaneiro, tanto na importação como na exportação.

2) Ficam excluídos dêsse tratamento:

a) as vantagens especiais que uma das Altas Partes Contratante concedeu ou venha a conceder a Estados limítrofes, com o fim de facilitar o tráfico de fronteiras;

b) as vantagens decorrentes de união aduaneira em que se integre ou venha a integrar-se uma das Altas Partes Contratantes;

c) os direitos e privilégios concedidos ou que venham a ser concedidos por uma das Altas Partes Contratantes a terceiros Estados por força de convenções multilaterais de que não participe a outra Parte, na medida em que tais direitos ou privilégios forem consignados unicamente em convenções de alcance geral e pelos quais o benefício dos mesmos proporcionaria à outra Parte Contratante maiores vantagens.

3) A presente nota e a do mesmo teor que Vossa Excelência se dignar dirigir-me com data de hoje servirão de instrumento ao "modus-vivendi" ajustado sobre a matéria entre os nossos dois Governos.

4) O presente "modus vivendi" entrará em vigor a partir de hoje, sendo denunciável mediante notificação prévia de seis meses.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de mais alta estima e distinta consideração. — *Adrian Roter.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 6, de 1951

Art. 1.º São aprovadas, nos termos das cópias devidamente autenticadas e a este anexas, as Notas trocadas em 12 de maio de 1950 pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Legação da Austria no Rio de Janeiro para a conclusão de um ajuste de troca de mercadorias dos dois países.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Aprova as notas trocadas, a 12 de maio do corrente ano, entre o Ministério das Relações Exteriores e a Legação da Austria no Rio de Janeiro, para a conclusão de um ajuste de troca de mercadorias entre o Brasil e a Áustria.

Em 12 de maio de 1950.

Senhor Ministro:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, animado do desejo de normalizar e desenvolver o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Áustria, está de acôrdo com as disposições seguintes:

1) O Governo brasileiro admitirá a importação no Brasil e o Governo austriaco autorizará a exportação para o Brasil das mercadorias originárias da Austria, constantes de uma lista, denominada "Lista B", a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste até o limite dos valores nela fixados. A "Lista A" anexa refere-se ao periodo de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

2) O Governo austriaco admitirá a importação na Austria, o Governo brasileiro autorizara a exportação para a Austria das mercadorias originárias do Brasil, constantes de uma lista, denominada "Lista A", a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste, até o limite dos

valores nela fixados. A "Lista B" anexa refere-se ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

3) A concessão das licenças de exportação e a importação referentes às mercadorias constantes de ambas as listas será feita tendo sempre em vista o princípio básico de obter-se um equilíbrio razoável nos pagamentos decorrentes do intercâmbio comercial entre os dois países.

4) O Governo brasileiro e o Governo austriaco poderão autorizar a importação e a exportação das mercadorias incluídas nas duas listas além do limite dos valores estabelecidos, assim como de mercadorias que nelas não figurem.

5) Em dezembro de cada ano de vigência do presente Ajuste, os Governos brasileiro e austriaco prepararão as listas "A" e "B" relativas ao ano seguinte, as quais entrarão em vigor mediante troca de notas.

6) No caso de as novas listas não estarem preparadas no devido tempo e a fim de que o comércio entre os dois países não sofra interrupção, as listas em vigor para determinado período anual, considerar-se-ão como prorrogadas por um trimestre na base da quarta parte dos valores das mercadorias nelas estabelecidos, salvo se qualquer dos Governos tiver notificado o outro até 30 de novembro de que não estará de acordo com essa prorrogação.

7) As autorizações concedidas antes da data da expiração do presente Ajuste continuarão em vigor e serão executadas segundo as disposições do mesmo.

8) Fica entendido que, salvo acordo formal em contrário, os produtos originários de um dos países, quando importados no outro sob regime do presente Ajuste e dentro das quantidades cu valores constantes das duas listas anexas respectivas, serão destinados exclusivamente ao consumo interno ou a transformação pelas manufaturas do país importador.

9) O Banco do Brasil S. A. e o Oesterreichische National Bank acertarão entre si as condições de pagamento das trocas comerciais que a partir da data da assinatura do presente Ajuste, sejam efetuadas por força do mesmo, abrindo para esse fim uma conta especial.

10) As mercadorias compreendidas no presente Ajuste deverão ser transportadas preferentemente, em navios de bandeira brasileira.

a) Na impossibilidade de efetuar-se em navios de bandeira brasileira o transporte dessas mercadorias, poderá o mesmo ser atribuído a embarcações de outras bandeiras.

b) A presente disposição não deverá redundar em encarecimento de frete nem retardar o transporte.

11) O presente Ajuste será válido até 31 de dezembro de 1950.

Se não for denunciado até três meses antes do seu termo, considerar-se-á como renovado por tacita recondução, por períodos sucessivos de um ano. Neste caso, poderá ser denunciado mediante aviso prévio de três meses, contados em relação ao termo do período para o qual haja sido reconduzido.

12) Esta nota e a do mesmo teor que Vossa Excelência se dignar dirigir-me com data de hoje serão consideradas como Instrumento do Ajuste sobre a matéria acordada entre os nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — *Raul Fernandes*.

LISTA "A"

Produtos brasileiros a serem vendidos à Austria, em dólares americanos

Matérias-primas:

Cerdas e crinas (animais)	5.000
Cêras vegetais (carnaúba e ouricuri)	300.000
Peles de cabra, preparadas	50.000
Fumo em folhas	600.000
Piaçaba	10.000
Sisal ou agave	10.000
Manteiga de cacau	300.000
Óleos de oiticica e de mamona	325.000

Óleos de amendoim e de caroço de algodão	1.000.000	
Madeiras duras (jacarandá, jequitibá e pau rôxo)	50.000	
Cristal de rocha em bruto	4 000	
Mica	50.000	
Diamantes industriais (carbonados)	5 000	
Minério de ferro	400.000	
Ferro-cromo	100.000	
Algodão em rama	1.375.000	
Lã de carneiro em bruto	100.000	
Mentol	10 000	
Couros vacuns, secos ou salgados	200.000	5.394.000

Nota: A cota de café (800.000 dólares) poderá ser revista em julho de 1950, tendo em vista seu possível aumento.

Gêneros alimentícios:

Castanhas do Para sem casca	50 000	
Cacau em amêndoas	400.000	
Cate em grão	800 000	
Carne de boi congelada	400.000	
Torta de gorduras vegetais, (amendoim, babaçu, caroço de algodão e cacau)	500.000	2.150.000

Manufaturas:

Cafeína e seus sais	5.000	
Emetina (cloridrato de emetina)	5.000	
Produtos farmacêuticos	3 000	13.000
Vários		443 000
		8 000 000

Nota: A cota de café (800.000 dólares) poderá ser revista em julho de 1950, tendo em vista seu possível aumento.

LISTA "B"

Produtos austriacos a serem comprados pelo Brasil, em dólares americanos

Matérias-primas:

Celulose para fabricação de papel	400.000
---	---------

Produtos de aço:

Para construção: somente os aços ligados em barras redondas, quadradas ou chatas, com molibdênio, cromo, vanádio, em estado natural, normalizado ou beneficiado.

Chapas finas ou grossas, de aço-carbono de teor superior a 0,4% de carbono

Chapas laminadas a frio, polidas ou ligadas, excluídas as brilhantes.

Aços com liga.

Aços sem liga, de alto carbono (mais de 0,7%) de forno elétrico, em barras chatas, redondas e quadradas.

Arames de aço para molas.

Peças forjadas:

— Discos, blocos, anéis e matrizes em peças de aço ligado com mais de 0,6 de carbono (sem liga) e com mais de 10 quilos por peça, ou mais de 200 mm de diâmetro ou lado.

— Bolas para moínhos.		
— Eixos com mais de 200mm de diâmetro e mais de 6 m de comprimento.		
— Cilindros com mais de 200mm de diâmetro	1.000.000	
Alumínio em barras ou lingotes, lâminas e placas	250.000	
Electrodos de solda	160.000	
Metais duros (volfrâmio, molibdénio e titânio) em "pastilhas" ou "unhas"	100.000	
Fios de algodão para tecelagem de título superior a 100	50.000	
Fios de lã penteados, fiados com lã de finura 64-S inclusive (escala de Bradford), para cima	270.000	2.170.000

Manufaturas:

Papel para impressão de jornal	370.000	
Papel em tiras para cigarros	25.000	
Tijolos refratários de magnesita	200.000	
Arame farpado	500.000	
Cabo ou cordoalha de aço	50.000	
Arame (fio máquina)	400.000	
Parafusos de ferro e aço (não produzidos no Brasil)	200.000	
Válvulas (não produzidas no Brasil)	100.000	
Candieiros de pressão a querosene e a gasolina	10.000	
Produtos químicos (subordinados ao critério vigente)	225.000	
Soda cáustica	240.000	
Produtos farmacêuticos (artigos não produzidos no Brasil recomendados na especificação legal fornecida pelo Ministério da Educação e Saúde) ..	50.000	
Instrumentos científicos (não produzidos no Brasil)	100.000	
Aparelhos de medida (contadores de água e de gás e outros não produzidos no Brasil)	50.000	
Microscópios, instrumentos óticos e geodésicos e instrumentos	60.000	
Projetores cinematográficos e máquinas para filmes estreitos	50.000	
Foices e gadanhos	5.000	
Ferramentas não produzidas no Brasil	250.000	
Picaretas	30.000	
Lâminas de serra para trabalhar madeira e metal (simples para serem preparadas no Brasil)	100.000	
Instrumentos medicinais electrotécnicos não produzidos no Brasil	50.000	
Máquinas motrizes dinamo-elétricas, excitadores geradores e semelhantes — incluídos motores eléctricos e grupos Diesel eléctricos (tipos não produzidos no Brasil)	400.000	
Acoplamentos electromagnéticos	10.000	
Máquinas para solda eléctrica (não produzidas no Brasil)	40.000	
Instrumentos de medida electrotécnicos	50.000	
Tratores agrícolas (Pro-Memória)	—	
Máquinas e aparelhos diversos para agricultura (não produzidos no Brasil e aprovados pelo Ministério da Agricultura)	400.000	
Classificadores (tipos especiais para arroz e sementes diversas)	50.000	
Peneiras ou telas ou entrelaçamentos de arame metálico, e feltros secadores de asbesto-lã e de asbesto-algodão, para a indústria de papel	100.000	
Guindastes	50.000	
Rolamentos de esfera	50.000	
Turbina a vapor e turbinas hidráulicas a jato livre (superior a 800 HP) e de eixo tipo "Francis" (superior a 1.000 HP)	200.000	

Locomotiva Diesel	100.000	
Martelos pneumáticos	100.000	
Torno grandes, não produzidos no Brasil	100.000	
Navalhas mecânicas	100.000	
Motores Diesel (não produzidos no Brasil)	400.000	
Bombas hidráulicas (especiais, não fabricadas no Brasil)	10.000	
Motocicletas	30.000	
Bicicletas	20.000	
Material para esmerilhamento	50.000	5.325.000
Vários		505.000
		<u>8.000.000</u>

LÉGATION D'AUTRICHE AU BRÉSIL

Em 12 de maio de 1950

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo da República da Austria, animado do desejo de normalizar e desenvolver o intercambio comercial entre a Austria e o Brasil, está de acordo com as disposições seguintes:

1) O Governo austriaco admitirá a importação na Austria e o Governo brasileiro autorizará a exportação para a Austria das mercadorias originárias do Brasil, constantes de uma lista denominada "Lista B", a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste até o limite dos valores nela fixado. A lista "B" anexa refere-se ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

2) O Governo brasileiro admitirá a importação no Brasil e o Governo austriaco autorizará a exportação para o Brasil das mercadorias, originárias da Austria, constantes de uma lista, denominada "Lista A", a organizar-se para cada ano de vigência do presente Ajuste até o limite dos valores nela fixados. A lista "A" anexa refere-se ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950.

3) A concessão das licenças de exportação e importação referentes às mercadorias constantes das duas listas será feita tendo sempre em vista o principio básico de obter-se um equilibrio razoável nos pagamentos decorrentes do intercambio comercial entre os dois países.

4) O Governo austriaco e o Governo brasileiro poderão autorizar a importação e exportação das mercadorias nas duas listas além do limite dos valores estabelecidos, assim como de mercadorias que nelas não figurem.

5) Em dezembro de cada ano de vigência do presente Ajuste os Governos austriaco e brasileiro prepararão as listas "A" e "B" relativas ao ano seguinte, as quais entrarão em vigor mediante troca de notas.

6) No caso de as novas listas não estarem preparadas no devido tempo e a fim de que o comercio entre os dois países não sofra interrupção as listas em vigor para determinado periodo anual considerar-se-ão como prorrogadas por um trimestre na base da quarta parte dos valores das mercadorias nelas estabelecidos salvo se qualquer dos Governos tiver notificado o outro até 30 de novembro de que não estará de acordo com essa prorrogação.

7) As autorizações concedidas antes da expiração do presente Ajuste continuarão em vigor e serão executadas segundo as disposições do mesmo.

8) Fica entendido que salvo acordo formal em contrario os produtos originários d. um dos dois países quando importados no outro sob o regime do presente Ajuste e dentro das quantidades ou valores constantes das duas listas anexas respectivas, serão destinados exclusivamente ao consumo interno ou à transformação pelas manufaturas do país importador.

9) O Oesterreichische National Bank e o Banco do Brasil S. A. acertarão entre si as condições de pagamento das trocas comerciais que, a partir da data da assinatura do presente Ajuste, sejam efetuadas por força do mesmo, abrindo para esse fim uma conta especial.

10) As mercadorias compreendidas no presente Ajuste deverão ser transportadas, preferentemente, em navios de bandeira brasileira.

a) na impossibilidade de eietuar-se em navios de bandeira brasileira o transporte dessas mercadorias, poderá o mesmo ser atribuído a embarcações de outras bandeiras.

b) a presente disposição não deverá redundar em encarecimento de frete nem retardar o transporte.

11) O presente Ajuste será válido até 31 de dezembro de 1950. Se não fôr denunciado até três meses antes do seu termo, considerar-se-á como renovado por tácita recondução por períodos sucessivos de um ano. Neste caso, poderá ser denunciado mediante aviso prévio de três meses, contados em relação ao término do período para o qual haja sido reconduzido.

12) Esta nota e a do mesmo teor que Vossa Excelência se dignar dirigir-me com data de hoje serão consideradas como instrumento de Ajuste sobre a matéria acordada entre os nossos dois Governos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de mais alta estima e distintíssima consideração. — A. Rotter.

LISTA "A"

Produtos brasileiros a serem vendidos à Austria, em dólares americanos

Matérias primas:

Cerdas e crinas (animais)	5.000	
Couros vacuns, secos ou salgados	200.000	
Peles de cabra, preparadas	50.000	
Fumo em folhas	600.000	
Piacaça	10.000	
Sisal ou azave	10.000	
Cêras vegetais (carnaúba e ouricuri)	300.000	
Manteiga de cacau	300.000	
Óleos de oiticica e de emamona	325.000	
Óleos de amendoim e de caroço de algodão	1.000.000	
Madeiras duras (jacarandá, jequitibá e pau rôxo) ..	50.000	
Cristal de rocha em bruto	4.000	
Mica	50.000	
Diamantes industriais (carbonados)	5.000	
Minério de ferro	400.000	
Ferro-cromo	100.000	
Algodão em rama	1.875.000	
Lã de carneiro, em bruto	100.000	
Mentol	10.000	5.394.000

Gêneros alimentícios:

Castanhas do Pará, sem casca	50.000	
Cacau em amêndoas	400.000	
Café em grão	800.000	
Carne de boi congelada	400.000	
Torta de gorduras vegetais (amendoim, babaçu, caroço de algodão e cacau)	500.000	2.150.000

Nota: A cota de café (800.000 dólares) poderá ser revista em julho de 1950, tendo em vista seu possível aumento.

Manufaturas:

Cafeína e seus sais	5.000	
Emetina (cloridrato de emetina)	5.000	
Produtos farmacêuticos	3.000	13.000
Vários		443.000
		<u>8.000.000</u>

LISTA "B"

Produtos austriacos a serem comprados pelo Brasil, em dólares americanos

Matérias-primas:

Celulose para fabricação de papel 400.000

Produtos de aço:

Para construção: semente os aços ligados em barras redondas, quadradas ou chatas, com molibdênio, cromo, vanádio, em estado natural, normalizado ou beneficiado.

Chapas finas ou grossas de aço-carbono de teor superior a 0,4% de carbono.

Chapas laminadas a frio, polidas ou ligadas, excluídas as brilhantes.

Aços com liga.

Aços sem liga, de alto carbono (mais de 0,7%), de forno elétrico, em barras chatas, redondas e quadradas.

Arame de aço para molas.

Peças forjadas:

— discos, blocos, anéis e matrizes, em peças de aço ligado com mais de 0,6 de carbono (sem liga) e mais de 10 quilos por peça ou mais de 200 mm de diâmetro ou lado.

— bolas para moinhos.

— eixos com mais de 200 mm de diâmetro e mais de 6m de comprimento.

— Cilindros, com mais de 250 mm de diâmetro 1 000.000

Alumínio em barras ou lingotes, lâminas e placas .. 250.000

Electrodos de solda 100.000

Metais duros (volfrâmio, molibdênio e titânio) em "pastilhas" ou "unhas" 100.000

Fios de algodão para tecelagem, de título superior a 100 50.000

Fios de lã penteados, fiados com lã de finura 64-S, inclusive (escala de Bradford), para cima 270.000 2.170.000

Manufaturas:

Papel para impressão de jornal 370.000

Papel em tiras para cigarros 25.000

Tijolos refratários em magnesita 200.000

Arame farpado 500.000

Cabo ou cordoalha de aço 50.000

Arame (fio máquina) 400.000

Parafusos de ferro e aço (não produzidos no Brasil) 200.000

Válvulas (não produzidas no Brasil) 100.000

Candieiros de pressão, a querosene e a gasolina .. 10.000

Produtos químicos (subordinados ao critério vigente) 225.000

Soda cáustica 240.000

Produtos farmacêuticos (artigos não produzidos no Brasil recomendados na especificação legal fornecida pelo Ministério da Educação e Saúde) .. 50.000

Instrumentos científicos (não produzidos no Brasil) 100.000

Aparelhos de medida (contadores de água e de gás e outros (não produzidos no Brasil) 50.000

Microscópios, instrumentos óticos e geodésicos e lentes 60.000

Projetores cinematográficos e máquinas para filmes estreitos 50.000

Foices e gadanhos	5.000	
Ferramentas não produzidas no Brasil	250.000	
Picaretas	30.000	
Lâminas de serra para trabalhar madeira e metal (simples para serem preparadas no Brasil) ...	100.000	
Instrumentos medicinais electrotécnicos não produ- zidos no Brasil	50.000	
Máquinas motrizes, dinamo-elétricas, excitadores, geradores e semelhantes — incluídos motores elétricos e grupos Diesel elétricos (tipos não pro- duzidos no Brasil)	400.000	
Acoplamentos electromagnéticos	10.000	
Máquinas para solda elétrica (não produzidas no Brasil)	40.000	
Instrumentos de medida electrotécnicos	50.000	
Tratores agrícolas (Pro-Memória)	—	
Máquinas e aparelhos diversos para agricultura (não produzidos no Brasil e aprovados pelo Mi- nistério da Agricultura)	400.000	
Classificadores (tipos especiais para arroz e semen- tes diversas)	50.000	
Peneiras ou telas ou entrelaçamento de arame metá- lico, e feltros secadores de asbesto-lã e de asbes- to-algodão, para a indústria de papel	100.000	
Guindastes	50.000	
Rolamentos de esfera	50.000	
Turbinas a vapor e turbinas hidráulicas a jato livre (superior a 800 HP) e de hélice, tipo "Francis" (superior a 1.000 HP)	200.000	
Locomotivas Diesel	100.000	
Marteis pneumáticos	100.000	
Tornos (grandes) não produzidos no Brasil	100.000	
Navalhas mecânicas	100.000	
Motores Diesel (não produzidos no Brasil)	400.000	
Bombas hidráulicas (especiais, não fabricadas no Brasil)	10.000	
Motocicletas	30.000	
Bicicletas	20.000	
Material para esmerilhamento	50.000	5.325.000
Vários		505.000
		<u>8 000.000</u>

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 7, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão de 4 de agosto de 1950, recusou registro ao contrato celebrado a 26 de dezembro de 1949, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Minas Gerais, para instalação de uma escola de iniciação agrícola no Município de Montes Claros, nesse Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1951. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 8, de 1951

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 21 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de cessão do prédio e respectivo terreno, situados à rua Conselheiro Macedo Soares, sem número, na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, que fizeram, em 20 de outubro de 1949, Romeu Silva e sua mulher, Ameyde Valladares Silva, ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de junho de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho*, Presidente em exercício.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 9, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acôrdo celebrado em 18 de novembro de 1947 entre o Governo da União e a Companhia Docas de Imbituba, no Estado de Santa Catarina, para exploração racional de avicultura, sob o regime de cooperação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de junho de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho*, Presidente em exercício.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 10, de 1951

Art. 1.º É aprovada a decisão por que o Tribunal de Contas, na sessão de 30 de dezembro de 1949, recusou registro ao termo de contrato celebrado em 14 de fevereiro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e Edilberto Ribeiro de Castro, para locação do salão n.º 101 (sobreloja) do Edifício São Borja, à avenida Rio Branco n.º 277, no Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de junho de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho*, Presidente em exercício.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 11, de 1951

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, na sessão de 24 de agosto de 1948, recusou registro ao termo de contrato celebrado em 2 de abril desse ano, entre a Imprensa Nacional e a firma Magdalena & Cia. (Casa Aurora), para a compra de material inservível.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de junho de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho*, Presidente em exercício.

LEI N.º 1.351 — DE 2 DE ABRIL
DE 1951

Revoga dispositivo da Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os atuais Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal terão, sem prejuízo dos proventos em cujo gozo se achavam em 30 de novembro de 1948, dois terços do aumento concedido pela Lei número 499, de 28 do mesmo mês e ano, aos Ministros do mesmo Tribunal em atividade, conforme a regra estabelecida no art. 18 da referida Lei.

Art. 2.º As vantagens concedidas nesta Lei consideram-se efetivadas na forma do art. 32 da Lei n.º 498, de 15 de novembro de 1948

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários à execução da presente Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.352 — DE 2 DE ABRIL
DE 1951

Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros) para pagamento de gratificação de representação aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros),

para atender ao pagamento de gratificação de representação devida, no período de agosto a dezembro de 1949, aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.353 — DE 2 DE ABRIL
DE 1951

Considera de utilidade pública a "Casa do Policial", sediada na cidade do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' considerada de utilidade pública a "Casa do Policial", instituição civil de cooperação, assistência e educação, com personalidade jurídica e sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.354 — DE 2 DE ABRIL
DE 1951

Assegura aos médicos sanitaristas, na chefia ou direção de órgão da saúde pública, nos Estados, o direito de optar pelos vencimentos do cargo federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O funcionário civil da União, pertencente à carreira de me-

dico sanitarista, quando nomeado para cargo de chefia ou direção de estabelecimento relacionado com a saúde pública, nos Estados e Municípios, poderá optar pelos vencimentos do cargo federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.355 — DE 9 DE ABRIL DE 1951

Declara de utilidade pública o "Centro Norte-Rio-Grandense", com sede no Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É declarado de utilidade pública o Centro "Norte-Rio-Grandense", sociedade civil, com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.356 — DE 17 DE ABRIL DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, um crédito

especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para:

a) pagamento dos serviços já executados e ainda não medidos na ligação ferroviária de Belo Horizonte-Pequenina-Itabira, da Rede Mineira de Viação;

b) pagamento dos trabalhos de construção de novo trecho, dessa ligação ferroviária, entre as novas estações de carga e passageiros de Belo Horizonte e do seu subúrbio Cidade Industrial;

c) pagamento das desapropriações tornadas necessárias para a execução desses trabalhos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1951; 130.º da Independência; 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Sousa Lima.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.357 — DE 17 DE ABRIL DE 1951

Abre ao Congresso Nacional o crédito de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto, ao Congresso Nacional, um crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), quantia esta a ser dividida em partes iguais entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, para o pagamento de despesas com a delegação de Senadores e Deputados ao Congresso promovido pela Associação Interparlamentar de Turismo e realizado em Paris no mês de novembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.358 -- DE 24 DE ABRIL
DE 1951

Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de salário-família devido a Raul Pereira da Silva.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta cruzeiros), destinado a atender ao pagamento do salário-família devido ao contínuo, classe G, Raul Pereira da Silva, em relação ao seu dependente Joberval Duarte da Silva, no período de outubro de 1947 a dezembro de 1949.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.359 -- DE 25 DE ABRIL
DE 1951

Modifica a seriação de disciplinas do curso secundário estabelecida no Decreto-lei n.º 4.244, de 1942.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A seriação das disciplinas do curso secundário estabelecidas nos artigos 11, 14 e 15 do Decreto-lei número 4.244, de 9 de abril de 1942, fica modificada no que se refere às de História Geral e do Brasil, nos termos seguintes:

a) *Curso Ginasial:*

1.ª série: História do Brasil.

2.ª série: História Geral (História da América).

3.ª série: História Geral (História antiga e medieval).

4.ª série: História do Brasil e História Geral (História moderna e contemporânea).

b) *Curso Colegial (Clássico e Científico):*

1.ª série: História Geral (História antiga).

2.ª série: História do Brasil e História Geral (História medieval e moderna).

3.ª série: História do Brasil e História Geral (História contemporânea).

Art. 2.º O Ministro de Estado da Educação e Saúde baixará instruções para a adaptação do novo regime aos alunos que já tenham iniciado o curso das referidas disciplinas e aprovará os respectivos programas a serem elaborados pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.360 -- DE 25 DE ABRIL
DE 1951

Declara de utilidade pública o "Clube dos Advogados de Campinas".

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É declarado de utilidade pública o "Clube dos Advogados de Campinas", no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.361 — DE 25 DE ABRIL
DE 1951

Declara de utilidade pública a Associação dos Médicos de Santos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública a Associação dos Médicos de Santos, do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.362 — DE 5 DE MAIO DE 1951

Concede pensão mensal à viúva do ex-investigador Francisco Nodel.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Isabel Rangel Nodel, viúva do falecido investigador Francisco Nodel, do Departamento Federal de Segurança Pública, uma pensão mensal de Cr\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º A pensão será mantida enquanto a beneficiada permanecer em estado de viuvez.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horacio Lafer

LEI N.º 1.363 — DE 5 DE MAIO DE 1951

Concede auxílio para a realização, no Distrito Federal, do XIII Congresso da Union Internationale des Avocats.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para atender às despesas com o VIII Congresso da Union Internationale des Avocats a realizar-se no Distrito Federal, em 1951.

Art. 2.º Para ocorrer às despesas a que se refere o art. 1.º desta Lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Art. 3.º A importância do auxílio de que trata esta Lei será paga ao Presidente da Union Internationale des Avocats.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima
Horacio Lafer

LEI N.º 1.364 — DE 5 DE MAIO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de contribuições à Repartição Internacional de Higiene Pública.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 286.678,80 (duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e oito cruzeiros e oitenta centavos), para atender ao pagamento de contribuições devidas à Repartição Internacional de Higiene Pública, relativa aos anos de 1945, 1946 e 1947 (Serviços e Encargos).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Heitor Lyra
Horacio Lafer

LEI N.º 1.365 — DE 7 DE MAIO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), cuja importância será distribuída ao Tesouro Nacional, à disposição daquele Ministério, para pagamento de despesas com a manutenção de hospedarias a cargo do Departamento Nacional de Imigração, em Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Danton Coelho.
Horacio Lafer.

LEI N.º 1.366 — DE 11 DE MAIO
DE 1951

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para atender a despesas decorrentes de sentenças judiciais e relativas ao exercício de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário

— Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para atender a despesas decorrentes de sentenças judiciais e relativas ao exercício de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.367 — DE 12 DE MAIO
DE 1951

Faz reverter ao Exército o 1.º Tenente Hélio de Albuquerque Lima.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do § 4.º do Art. 70 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Reverte ao Exército Nacional, no posto que deveria ocupar, com direito a todas as vantagens e vencimentos que deixou de perceber desde a data de sua exclusão, o então 1.º Tenente Hélio de Albuquerque Lima.

Parágrafo único. Devido ao seu precário estado de saúde é na mesma data reformado, de acordo com as leis em vigor.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, os necessários créditos especiais até o total de Cr\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil cruzeiros).

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

Renato de Almeida Guillobel.

LEI N.º 1.368 — DE 14 DE MAIO
DE 1951

Revigora o prazo para aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto n.º 26.384, de 22 de fevereiro de 1949, e destinado à instalação de uma usina hidroelétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revigorado por dois anos o crédito especial autorizado pela Lei n.º 538, de 15 de dezembro de 1948, e aberto pelo Decreto número 26.384, de 2 de fevereiro de 1949, destinado à instalação duma usina hidroelétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de maio de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.369 — DE 22 DE MAIO
DE 1951

Prorroga prazos para concessão de condecorações criadas pelo Decreto-lei n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os prazos para a concessão das condecorações criadas pelo Decreto-lei n.º 6.795, de 17 de agosto de 1944, e regulados pelo Decreto n.º 16.821, de 13 de outubro de 1944, são prorrogados por um ano, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

LEI N.º 1.370 — DE 23 DE MAIO
DE 1951

Declara de utilidade pública o Centro Literário Palmeirense

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' declarado de utilidade pública o Centro Literário Palmeirense, da cidade de Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.371 — DE 24 DE MAIO
DE 1951

Considera de utilidade pública a Associação dos Magistrados Brasileiros, com sede na Capital da República.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' considerada de utilidade pública a Associação dos Magistrados Brasileiros, organização de âmbito nacional, com sede na Capital da República.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.372 — DE 24 DE MAIO
DE 1951

Considera de utilidade pública a União Brasileira de Aviadores Civis, com sede em São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' considerada de utilidade pública a União Brasileira de Avia-

dores Civis, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.373 — DE 29 DE MAIO DE 1951

Autoriza a promoção post mortem ao posto imediato, do Major Aderbal da Costa Oliveira, falecido em desastre de aviação em 1937.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a promover *post mortem* ao posto de Tenente Coronel o Major Aviador Aderbal da Costa Oliveira, morto em acidente de aviação, no dia 14 de setembro de 1937, quando em viagem de São Paulo para o Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

LEI N.º 1.374 — DE 29 DE MAIO DE 1951

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Jaú, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Jaú, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.375 — DE 6 DE JUNHO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Municipalidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar à Municipalidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para fins de urbanização, os seguintes imóveis da cidade, que são próprios federais:

a) o antigo quartel do 16.º Batalhão de Caçadores, sito à Praça Benjamin Constant, com terreno que mede 84 metros de frente por 126 metros de fundos;

b) a antiga enfermaria desse Batalhão, sita à Praça Benjamin Constant, esquina da Rua 13 de Junho, com terreno que mede 19 metros e 10 centímetros de frente por 31 metros e 30 centímetros de fundos;

c) o terreno denominado Parque Tenente Lauro, situado entre a Praça Benjamin Constant, a Rua Dr. Joaquim Murtinho, a Travessa Senador Metello e propriedades particulares, e que mede 93 metros de frente por 118 metros e 40 centímetros de fundos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horacio Lafer

Newton Estilac Leal

LEI Nº 1.376 — DE 6 DE JUNHO DE 1951

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os quadros de oficiais das Armas e dos Serviços de Intendência e Veterinária do Exército passam a ter a seguinte constituição:

A — QUADRO DE OFICIAIS DAS ARMAS

Infantaria

130	Coronéis;
260	Tenentes Coronéis;
520	Majores;
910	Capitães;
585	Primeiros Tenentes;
325	Segundos Tenentes.

Cavalaria

56	Coronéis;
112	Tenentes Coronéis;
224	Majores;
392	Capitães;
252	Primeiros Tenentes;
140	Segundos Tenentes.

Artilharia

97	Coronéis;
194	Tenentes Coronéis;
388	Majores;
679	Capitães;
437	Primeiros Tenentes;
243	Segundos Tenentes.

Engenharia

42	Coronéis;
84	Tenentes Coronéis;
168	Majores;
294	Capitães;
189	Primeiros Tenentes;
105	Segundos Tenentes.

B — QUADRO DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS

Intendência

24	Coronéis;
72	Tenentes Coronéis;
144	Majores;
432	Capitães;
288	Primeiros Tenentes;
144	Segundos Tenentes.

Veterinária

6	Coronéis;
24	Tenentes Coronéis;
48	Majores;
144	Capitães;
96	Primeiros Tenentes;
48	Segundos Tenentes.

Art. 2.º O completamento dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços, resultantes dos efetivos previstos no art. 1.º, será realizado progressivamente, num prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 1951, de acôrdo com o seguinte Plano de Execução:

A — QUADRO DE OFICIAIS DAS ARMAS

Discriminação	Coronel					Tenente Coronel				
	Infant.	Caval.	Artilh.	Engenh.	Soma	Infant.	Caval.	Artilh.	Engenh.	Soma
1951	22	10	17	4	53	34	37	16	8	95
1952	21	10	17	4	52	35	3	17	8	63
1953	21	6	17	5	49	36	—	17	8	61
1954	—	—	—	5	5	—	—	34	8	42
1955	—	—	—	5	5	—	—	—	8	8
Total	64	26	51	23	164	105	40	84	40	269

Discriminação	Major					Capitão				
	Infant.	Caval.	Artilh.	Engenh.	Soma	Infant.	Caval.	Artilh.	Engenh.	Soma
1951	63	—	24	15	102	47	12	27	16	102
1952	63	34	24	15	136	47	12	27	16	102
1953	62	37	24	15	138	48	14	27	15	104

A — QUADRO DE OFICIAIS DAS ARMAS

	Infant.	Caval.	Artilh.	Engenh.	Soma	Infant.	Caval.	Artilh.	Engenh.	Soma
1954	—	—	24	15	39	—	—	27	15	42
1955	—	—	58	15	73	—	—	27	15	42
Total	188	71	134	75	488	142	38	135	77	392

B — QUADRO DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS

Discriminação	INTENDENCIA				VETERINARIA					
	Cel.	Ten.-Cel.	Major	Capitão	Cel.	Ten.-Cel.	Major	Capitão	1.º Ten.	2.º Ten.
1951	—	—	—	—	1	4	1	9	29	27
1952	1	6	6	10	1	4	1	10	—	—
1953	1	5	6	10	1	4	2	9	—	—
1954	1	5	5	10	1	4	2	9	—	—
1955	1	5	5	10	1	4	2	9	—	—
Total (5 anos)	4	21	22	40	5	20	8	46	29	27

Parágrafo único. As promoções decorrentes dos aumentos previstos para cada ano nos quadros acima serão realizadas, em partes iguais, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

Art. 3.º Os atuais oficiais pertencentes aos Q.A., Q.B. e Q.T. (Lei n.º 231, de 6 de fevereiro de 1948), permanecerão na situação em que se acham, regulando-se o seu acesso e aproveitamento de acôrdo com a legislação privativa atualmente em vigor.

Art. 4.º Além do número de oficiais subalternos constantes do artigo 1.º, é facultado ao Ministro da Guerra, para atender às necessidades do serviço e atividades em tempo de paz, a convocação de oficiais subalternos da Reserva (R-2), para estágio, de acôrdo com a legislação em vigor, até o limite de 1/3 (um terço) dos respectivos efetivos de subalternos da ativa das Armas e Serviços.

Art. 5.º Os novos cargos e funções que serão ajustados para atender às exigências da organização militar e ao completamento dos efetivos constantes do art. 1.º serão indicados e publicados, anualmente, pelo Ministro da Guerra por proposta do E.M.E., até o preenchimento completo dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos, Repartições e demais órgãos do Exército, no tempo de paz.

Art. 6.º A distribuição pormenorizada dos oficiais pelos quadros de funções (Q.O., Q.S.G., Q.S.P. e Q.E.M.A.) é de competência do Ministro da Guerra.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estilac Leal.

LEI N.º 1.377 — DE 6 DE JUNHO
DE 1951

Altera os artigos 13 e 14 do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefício de família.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os artigos 13 e 14 do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. As importâncias dos pecúlios obrigatórios em vigor, de acordo com a legislação anterior e com o disposto no presente Decreto-lei, poderão ser convertidas em pensão, quando ocorrer a morte do contribuinte, se assim houver sido, a qualquer tempo, por ele requerido.

§ 1.º A pensão subordinar-se-á ao regime da instituída no artigo 3.º, cuja conversão se fará pela forma seguinte:

a) a importância do pecúlio, total ou pelo valor saldado, quando couber, será dividida igualmente entre os beneficiários, ou, se concorrer um dos compreendidos na alínea a do artigo 3.º com vários dos mencionados na alínea b do mesmo artigo, em duas cotas iguais, feita a distribuição da correspondente aos últimos em quinhões entre si equivalentes;

b) a cada uma das cotas ou quinhões corresponderá a pensão, vitalícia ou temporária, constante das tabelas II e III, respectivamente, de acordo com a idade do beneficiário na data da morte do segurado.

§ 2.º Se sobreviver o beneficiário o pagamento da pensão temporária será devido por períodos completos de doze meses, até o ano em que se verificar a sua maioridade.

Art. 14. Se não houver sido requerida, pelo contribuinte, a conversão de pecúlio em pensão, será este mantido; aplicar-se-lhe-á, porém, quanto a beneficiário, o disposto no artigo 4.º e seus parágrafos.

Parágrafo único. A instituição de beneficiário, relativa aos pecúlios de que trata este artigo, já feita nos termos do artigo 47 do Decreto n.º 24.563, de 3 de julho de 1934, ou por outra qualquer forma, só prevalecerá se for renovada nos termos e para os fins previstos no citado artigo 4.º.

Art. 2.º As importâncias dos pecúlios obrigatórios cujo pagamento tenha sido autorizado em forma de pensão, nos termos do artigo 13 do referido Decreto-lei n.º 3.347, poderão ser pagas de uma só vez aos respectivos beneficiários, se assim o requererem, desde que for deduzida toda e qualquer importância que eles hajam recebido, a título de pensão.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1951,
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS
Danton Coelho

LEI N.º 1.378 — DE 6 DE JUNHO
DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante concorrência pública, a construção e aparelhamento do porto de Amarração, no Estado do Piauí.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a contratar, mediante concorrência pública e com quem maior vantagem oferecer, a construção e aparelhamento do porto de Amarração, no Município de Luís Correia, Estado do Piauí.

Art. 2.º As despesas com a execução do disposto no artigo precedente correrão pela verba de Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), consignada para esse fim na Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950 (Plano Salte).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1951,
130.º da Independência e 63.º da
República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima
Horacio Lafer

LEI N.º 1.379 — DE 7 DE JUNHO
DE 1951

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para pagamento de substituições no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 53.200,00 (cinquenta e três mil e duzentos cruzeiros), para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1950 e provenientes de substituições no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.380 — DE 7 DE JUNHO
DE 1951

Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Tesouro Nacional autorizado a promover a elevação do

capital da Companhia Siderúrgica Nacional de Cr\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para Cr\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), cujo aumento de capital será realizado em chamadas de 20% (vinte por cento), vendendo-se a primeira no ato da subscrição e as demais no fim de cada um dos quatro semestres subsequentes.

§ 1.º O aumento, de que trata este artigo, será dividido em ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma.

§ 2.º Aos atuais acionistas é assegurado o direito de preferência para a subscrição proporcional de ações.

Art. 2.º E' o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a subscrever, pelo Tesouro Nacional, as ações necessárias à integralização do novo capital.

Parágrafo único. Parte das ações ordinárias, que o Tesouro Nacional subscrever, guardada, no mínimo, a proporção que o mantenha detentor da metade do capital em ações ordinárias e mais uma, poderá ser cedida, se houver conveniência, a empresas brasileiras e a cidadãos brasileiros, pelo valor do capital já realizado. Os cessionários pagarão à Companhia Siderúrgica Nacional as prestações restantes.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até a importância de Cr\$ 300.000.000,00 (trinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender, nas épocas próprias, a despesa com a integralização das ações, a que se refere o art. 3.º desta Lei.

Art. 4.º No pagamento das chamadas do aumento do capital, a que estiver o Tesouro Nacional obrigado, nos termos desta Lei, serão utilizados os recursos do Tesouro Nacional, provenientes dos dividendos das ações da Companhia Siderúrgica Nacional, de que fôr possuidor, devendo o Tesouro Nacional, quando necessário, completar o valor das chamadas ou atendê-las no seu total, em dinheiro.

Art. 5.º A partir de 1 de janeiro de 1951, cada ação da Companhia Siderúrgica Nacional, de que o Tesouro Nacional fôr possuidor, vencerá dividendo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) de que vencer cada

uma das demais ações ordinárias da referida Companhia.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.381 — DE 8 DE JUNHO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a garantir operação de crédito, até o montante de Cr\$ 320.000.000,00, a ser realizada por intermédio da Companhia Nacional de Navegação Costeira - Patrimônio Nacional - operação destinada à aquisição de novas unidades, reaparelhamento de suas oficinas de reparos e construções navais e obras de seu dique para docagem de navios de grande porte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a garantir operação de crédito até o montante de Cr\$. 320.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de cruzeiros), a ser realizada pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — destinados à aquisição de 12 (doze) novas unidades, reaparelhamento de suas oficinas de reparos e construções navais e obras de seu dique para docagem de navios de grande porte.

Art. 2.º A Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — entrará em entendimento com firmas ou bancos, de comprovada idoneidade, nacionais ou estrangeiros, para, precedendo autorização do Poder Executivo, efetivar a operação de que trata a presente Lei.

Parágrafo único. Deverá ser encaminhada ao Poder Executivo, cópia autenticada da operação realizada, para cumprimento do que dispõe o art. 7.º desta Lei.

Art. 3.º As unidades a serem adquiridas compreendem:

7 (sete) navios mistos, de 3.500 a 4.000 toneladas;

2 (dois) navios com capacidade para 300 (trezentos) passageiros de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes;

2 (dois) navios mistos de cerca de 1.500 toneladas *deadweight*, com calado e comprimento que assegurem franco acesso a portos como os de Aracaju e Ilhéus;

1 (um) rebocador de alto mar, de 1.500 H.P. de força.

Parágrafo único. As unidades constantes deste artigo serão encomendadas pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — de acordo com os planos que elaborar, por intermédio de seus órgãos técnicos, depois de aprovados pelo Poder Executivo.

Art. 4.º A referida autarquia apresentará ao Poder Executivo, para aprovação, plano especificado para o reaparelhamento de suas oficinas e obras do dique destinado à docagem de navios de grande porte.

Art. 5.º No reaparelhamento de suas oficinas e obras do dique, a que se refere o art. 4.º será dispendida soma até o limite de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

Art. 6.º A Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — recolherá ao Tesouro Nacional, até final liquidação da importância que for dispendida pela União, 50% (cinquenta por cento) da renda líquida produzida pelas novas unidades a serem adquiridas.

Art. 7.º A operação de crédito autorizada pelo art. 1.º desta lei será resgatada pela União, no prazo máximo de 10 (dez) anos, em prestações iguais de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), que constarão do Orçamento da República — Ministério da Viação e Obras Públicas — a partir de 1952, e acrescidas dos respectivos juros.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.382 — DE 11 DE JUNHO
DE 1951

Transfere para o Corpo de Oficiais da Armada os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Presidente em exercício do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais em via de extinção são transferidos para o Corpo de Oficiais da Armada.

Art. 2.º Os oficiais transferidos não ocuparão vaga na escala numérica do Corpo de Oficiais da Armada, e ficarão homólogos, com o indicativo EN, aos que se lhes seguirem em antiguidade.

Parágrafo único. A colocação desses oficiais em relação à escala numérica dos oficiais do Corpo de Oficiais da Armada far-se-á de acordo com a antiguidade no posto que ocupam.

Art. 3.º O atual contra-almirante do Corpo de Engenheiros Navais será promovido a vice-almirante, e contará antiguidade no novo posto a partir da data da promoção.

Art. 4.º Poderão ser promovidos a contra-almirante, mediante escolha do Governo Federal, e contarão antiguidade a partir da data da promoção, os capitães de mar e guerra de indicativo EN, desde que no Corpo de Oficiais da Armada existam oficiais que tenham sido mais modernos no posto de primeiro tenente, e já se encontrem promovidos a contra-almirante.

Art. 5.º O contra-almirante de indicativo EN poderá ser promovido a vice-almirante, mediante escolha do Governo Federal, desde que em serviço ativo não exista nenhum vice-almirante desse indicativo.

Art. 6.º Não poderá haver simultaneamente, em serviço ativo, mais de um vice-almirante e um contra-almirante de indicativo EN.

Art. 7.º As promoções dos oficiais de indicativo S transferidos para o Corpo de Oficiais da Armada pelo Decreto-lei n.º 7.525, de 5 de maio de 1945, não serão atingidas pelo fato de existirem nesse Corpo oficiais de indicativo EN.

Art. 8.º A permanência de oficiais gerais de indicativo EN no Corpo de Oficiais da Armada será fixada pela lei que regula a dos oficiais gerais de indicativo S.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de junho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

LEI N.º 1.382-A, DE 12 DE JUNHO
DE 1951

Autoriza a abertura ao Poder Judiciário do crédito especial de Cr\$ 340.000,00 para o pagamento de gratificação por serviços eleitorais, relativo ao exercício de 1950, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

O Congresso Nacional, decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Presidente em exercício do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros), para o pagamento de gratificação por serviços eleitorais, relativo a exercício de 1950, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de junho de 1951. — Alexandre Marcondes Filho.

LEI N.º 1.383, DE 13 DE JUNHO DE 1951

Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, alterando a taxa de que trata a Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da República consignará, anualmente, no Anexo correspondente ao Ministério da Marinha, além dos recursos para o custeio dos serviços afetos ao mesmo Ministério, uma dotação na Verba 3 Ser-

viços e Encargos — destinada à renovação da Marinha de Guerra, inclusive à construção do primeiro grande estabelecimento de construção naval na baía de Jacuêanga.

Parágrafo único. A dotação será estimada em importância equivalente a 3/8 (três oitavos) do produto da arrecadação da taxa de que trata o art. 1.º da Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947.

Art. 2.º A taxa a que se refere o artigo 1.º é, para tal fim, elevada de 5% (cinco por cento) a 8% (oito por cento).

Art. 3.º A dotação orçamentária prevista no art. 1.º desta Lei será transferida para o Fundo Naval, e aplicada de acordo com a respectiva regulamentação.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.384 — DE 13 DE JUNHO
DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União ao Círculo Operário de Curitiba.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a doar ao Círculo Operário de Curitiba, com o respectivo terreno, que mede 6ms. (seis metros) de frente por 47,80ms. (quarenta e sete metros e oitenta centímetros) de fundo, a casa situada à rua do Rosário, de Curitiba, e havida pela União em processo de herança jacente.

Art. 2.º A casa, cujas divisões são de madeira, servirá para sede dos órgãos de assistência mantidos pelo mencionado Círculo dos Operários de Curitiba, podendo ser demolida para dar lugar à construção de obras de maior valor.

Art. 3.º Se fôr desvirtuado o fim para que é feita a doação, ou se vier a dissolver-se o Círculo Operário de Curitiba, o imóvel passará a pertencer à Confederação Nacional dos Operários Católicos, com sede no Rio de Janeiro.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.385 — DE 14 DE JUNHO
DE 1951

Concede isenção de direitos para mercadorias e materiais importados pelo Comissariado do Santíssimo Nome de Jesus, com sede em Anápolis, no Estado de Goiás.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, de consumo e taxas aduaneiras exclusive de previdência social, para mercadorias e materiais, que forem importados pelo Comissariado do Santíssimo Nome de Jesus, com sede em Anápolis no Estado de Goiás, destinados às igrejas, conventos, colégios, escolas e hospitais mantidos nesse Estado, e que são os seguintes: 5 (cinco) Jeeps, 4 (quatro) Jeeps Station Wagons, 4 (quatro) Jeeps, caminhonetes, 4 (quatro) geladeiras, 1 (um) compressor de ar, portátil, 2 (dois) vibradores pneumáticos para concreto, 1 (uma) marteleta pneumática, 1 (um) guincho automático, 1 (um) trator com jôgo de arados, 1 (um) soquete mecânico (Barco Rammer) e 1 (um) cultivador.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer

LEI N.º 1.386 — DE 18 DE JUNHO
DE 1951

Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos

do § 4.º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' excluída do regime de licença prévia a importação dos seguintes materiais, sempre que não existir produto similar nacional, desde que destinados exclusivamente ao consumo de jornais e revistas: papel, tinta, flans, "blankets" para rotativas, metal para linotipia e estereotipia, chapas e materiais para fotografia, linotipos e tipos, máquinas, peças e acessórios.

Art. 2.º E' assegurada prioridade para a concessão de câmbio necessário à importação dos materiais mencionados no artigo anterior, em favor das empresas editoras de jornais e revistas e das empresas que os importam para fornecimento às empresas editoras de jornais e revistas.

Art. 3.º Para gozarem das vantagens asseguradas por esta Lei, as empresas interessadas, até o dia 10 de outubro de cada ano, apresentarão à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A. os pedidos do câmbio de que necessitam para cobertura das importações dos materiais especificados no art. 1.º, no período que se estenderá de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano seguinte.

§ 1.º Esses pedidos deverão mencionar as quantidades, a qualidade, os preços e a procedência dos materiais a serem importados.

§ 2.º Ao apresentarem os seus pedidos, as empresas interessadas oferecerão comprovação das quantidades de cada um dos materiais mencionados no art. 1.º por ela consumidos ou fornecidos nos 12 (doze) meses anteriores a 1 de outubro de cada ano.

§ 3.º E' assegurada a cada uma das empresas interessadas a cobertura cambial necessária para importação dos materiais mencionados, na mesma quantidade importada no período de 12 (doze) meses anterior a 1 de outubro de cada ano, com o acréscimo até o limite de 15% (quinze por cento), em relação à aludida quantidade.

§ 4.º Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da apresentação dos pedidos a que se refere este artigo, a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A. comunicará, por escrito, à empresa interessada, a decisão que houver proferido sobre cada um dos seus pedidos.

Art. 4.º Para atender ao disposto nesta Lei, a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A. fará, com a devida antecedência, a reserva adequada das suas disponibilidades cambiais, em moedas conversíveis, tendo em conta a situação do mercado monetário mundial.

Art. 5.º Se, por imperioso motivo de interesse público, ou carência de disponibilidades cambiais, tornar-se imprescindível restringir a importação regulada nesta Lei, a restrição deverá incidir, na mesma proporção, sobre todos os pedidos registrados de todas as empresas interessadas.

Art. 6.º Serão obrigatoriamente publicados no *Diário Oficial* da União, até o dia 1 de dezembro de cada ano, os pedidos recebidos, deferidos, ou indeferidos, pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., de todas as empresas interessadas.

Art. 7.º Caberá mandado de segurança, impetrado perante o Juízo competente para conhecer dos feitos em que for interessada a União, contra o ato do diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., ou de seus subordinados, e, em geral, de qualquer autoridade que de qualquer forma, violar ou embaraçar o gozo dos direitos assegurados nesta Lei.

Parágrafo único — Da decisão que conceder, ou denegar, o mandado de segurança, caberá agravo de petição processada nos termos do Cód. de Processo Civil, para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 8.º Incurrerão nas penas do crime definido no art. 319 do Código Penal o diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., ou seu subordinado, e, em geral, qualquer autoridade, que não der fiel e imediata execução à sentença judicial, ou que retardar ou deixar de praticar os atos que lhe incumbam, na conformidade da presente Lei.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horacio Lafer

LEI N.º 1.386 "A" — DE 19 DE JUNHO DE 1951

Estende aos cargos isolados de provimento em comissão e às funções gratificadas do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho os símbolos e valores estabelecidos na Lei nº 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Presidente em exercício do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei :

Art. 1º Os cargos isolados de provimento em comissão e as funções gratificadas do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho correspondem aos seguintes símbolos e valores mensais:

CARGOS EM COMISSÃO

	Cr\$
PJ-2	13.000,00
PJ-3	11.000,00

FUNÇÕES GRATIFICADAS

	Cr\$
FG-3	1.500,00
FG-4	1.000,00
FG-5	800,00
FG-6	600,00
FG-7	400,00

Art. 2º O Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho passa a ser o constante da tabela, a que se refere o art. 6º desta lei.

Parágrafo único. E' alterada a denominação da carreira de Escriurário para Auxiliar Judiciário.

Art. 3º Os cargos de Chefe de Seção serão providos por funcionários do quadro do Tribunal.

Art. 4º E' assegurada a situação pessoal dos atuais ocupantes de cargos em comissão, providos na forma do disposto no art. 6º combinado com os arts. 4º e 10 da Lei nº 409, de 25 de setembro de 1948, inclusive quanto aos vencimentos fixados no art. 1º desta lei.

Art. 5º São considerados extintos no Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho os seguintes cargos:

1	—	Diretor de Divisão	PJ-3
1	—	Revisor	O
1	—	Assistente do Presidente	N
1	—	Assistente do Diretor Geral	N
2	—	Redator	N
1	—	Taquigrafo-revisor	N
6	—	Taquigrafo-auxiliar	I
16	—	Servente	B
8	—	Oficial Judiciário	I
10	—	Oficial Judiciário	H
2	—	Auxiliar Judiciário	G
2	—	Auxiliar Judiciário	F
40	—	Auxiliar Judiciário	E
3	—	Contínuo	C

Parágrafo único. Os cargos extintos serão suprimidos, quando vagarem, sendo que nos de carreira a supressão se efetivará, gradualmente, a partir da classe inicial.

Art. 6º E' a seguinte a Tabela, a que se refere o art. 2º desta lei.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Número de Cargos	Cargos extintos	CARGOS	Símbolo	Observações
1	—	Diretor Geral	PJ-2	O cargo extinto será suprimido quando vagar.
2	1	Diretor de Divisão	PJ-3	

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Número de Cargos	Cargos extintos	CARGOS	Padrão	Observações
8	—	Chefe de Seção	O	Os cargos extintos serão suprimidos quando vagarem.
1	—	Secretário do T.S.T.	O	
—	1	Revisor	O	
—	1	Assistente do Presidente	N	
—	1	Assistente do Diretor Geral ..	N	
5	2	Redator	N	
—	1	Taquigrafo-revisor	N	
1	—	Bibliotecário	M	
11	—	Taquigrafo	M	
1	—	Arquivista	L	
1	—	Almoxarife	K	
2	—	Contabilista	J	
1	—	Chefe da Portaria	J	
—	6	Taquigrafo-auxiliar	I	
1	—	Motorista	H	
10	—	Servente	C	
—	16	Servente	C	

CARGOS DE CARREIRA

Número de Cargos	Cargos extintos	CARGOS	Classes	Observações
3	—	Oficial Judiciário	N	Os cargos extintos serão suprimidos a medida que ocorrerem vagas nas classes de menor vencimento da respectiva carreira.
5	—	Oficial Judiciário	M	
7	—	Oficial Judiciário	L	
9	—	Oficial Judiciário	K	
11	—	Oficial Judiciário	J	
—	8	Oficial Judiciário	I	
—	10	Oficial Judiciário	H	
6	—	Auxiliar Judiciário	I	
10	—	Auxiliar Judiciário	H	
13	2	Auxiliar Judiciário	G	
15	2	Auxiliar Judiciário	F	
—	40	Auxiliar Judiciário	E	
1	—	Continuo	H	
1	—	Continuo	G	
2	—	Continuo	F	
3	—	Continuo	E	
3	—	Continuo	D	
—	3	Continuo	C	

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Número de funções	FUNÇÕES	Simbolos
1	Secretário do Presidente	FG-3
1	Secretário do Diretor Geral	FG-4
2	Secretário do Diretor de Divisão	FG-6
2	Auxiliar do Secretário do T.S.T.	FG-6
1	Secretário do Corregedor	FG-6
1	Encarregado da Revista	FG-6
2	Auxiliar do Presidente	FG-6
2	Auxiliar do Diretor Geral	FG-7

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de junho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

LEI N.º 1.386-B — DE 19
DE JUNHO DE 1951

Declara de utilidade pública a Associação Santa Terezinha, com sede em São Paulo.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Presidente em exercício do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' declarada de utilidade pública a Associação Santa Terezinha, com sede na Capitpal do Estado de São Paulo, e dedicada ao abrigo e educação dos filhos dos leprosos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de junho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

LEI N.º 1.387 — DE 20 DE JUNHO
DE 1951

Altera dispositivos do Decreto-lei número 9.545, de 5 de agosto de 1946, que dispõe sobre a habilitação e o exercício da atividade de condutor de veículos automotores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.545, de 5 de agosto de 1946, passa a ter esta redação: "Os condutores de veículos a motor de explosão são classificados em amadores e profissionais. Os amadores só poderão dirigir veículos de sua propriedade e uso, ou particular de passeio; os profissionais poderão dirigir quaisquer dos veículos automotores referidos no Art. 43, ns. 1 e 2, do Código Nacional de Trânsito, Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941.

Art. 2.º E' revogado o § 2.º do Art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.545, de 5 de agosto de 1946.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.387-A — DE 23
DE JUNHO DE 1951

Concede pensão mensal de Cr\$ 700,00 à Sra. Maria Magalhães de Assis Rocha, viúva de Francisco de Assis Pereira Rocha, fiscal do imposto de consumo residente em Seritânia, Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Presidente em exercício do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder a Maria Magalhães de Assis Rocha, viúva de Francisco de Assis Pereira Rocha, fiscal do imposto de consumo, a pensão mensal de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de junho de 1951.

Alexandre Marcondes Filho.

LEI N.º 1.388 — DE 25
DE JUNHO DE 1951

Revoga os Decretos-leis números 6.922, de 1944, e 8.431, de 1945, que dispõem sobre a identificação do gado bovino vacinado contra o aborto infeccioso.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São revogados os Decretos-leis ns. 6.922 e 8.341, de 4 de outubro de 1944 e 10 de dezembro de 1945, respectivamente, que dispõem sobre a identificação do gado bovino vacinado contra o aborto infeccioso.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

LEI N.º 1.388-A — DE 27 DE
JUNHO DE 1951

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 22.400,20 para atender ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Presidente em exercício do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 22.400,20 (vinte e dois mil quatrocentos cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento das substituições que se fizeram necessárias ao funcionamento daquêlê Tribunal e relativas ao período de novembro a dezembro de 1949.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 27 de junho de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho.*

LEI N.º 1.389 — DE 28 DE JUNHO
DE 1951

Prorroga a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' prorrogada, pelo prazo de 2 (dois) anos, a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

E M E N T Á R I O

**Leis e Decretos publicados
nos volumes III e IV de 1951,
desta coleção, classificados
pela ordem alfabética dos
assuntos.**

EMENTÁRIO

A

ABONO DE FALTAS NÃO JUSTIFICADAS

Dá nova redação ao art. 1.º, do Decreto n.º 28.969, de 13 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.641 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Altera o atual nome da "Escola Militar de Resende" para "Academia Militar das Agulhas Negras".

Decreto n. 29.484 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

ACORDOS

Torna públicas aceitações de Acôrdo Internacional do Trigo, concluído em Washington, a 23 de março de 1949, e adesões ao mesmo, por parte de vários países.

Decreto n. 29.605 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

AÇUDES

Retifica a área de terrenos a que se refere o Decreto n. 28.674, de 25 de setembro de 1950.

Decreto n. 29.502 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

AÇUDES

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários a formação do açude "Ceraíma", Município de Guanambi, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.607 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

Reproduzido no D. O. de 25 de junho de 1951.

ADMINISTRAÇÃO DE BENS DE SÚDITOS DO EIXO

Ver: Súditos do Eixo.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Revoga o Decreto n. 29.241, de 30 de janeiro de 1951 e dá outras providências.

Decreto n. 29.673 — de 15 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1951.

AEROLINEE ITALIANE INTERNAZIONALI — SOCIETÀ POR AZIONI (ALITALIA)

Concede à "Aerolinee Italiane Internazionali (A.L.I.I.) Società per Azioni" autorização para continuar a funcionar na República, com a denominação de "Aerolinee Italiane Internazionali — Società per Azioni (Alitalia)".

Decreto n. 29.010 — de 20 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1951.

AERONÁUTICA

Autoriza a promoção "post mortem" ao posto imediato, do Major Aderbal da Costa Oliveira, falecido em desastre de aviação em 1937.

Lei n. 1.373 — de 29 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1951.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, gleba de terra que menciona, necessária à ampliação do Parque de Aeronáutica de São Paulo (Campo de Marte), na cidade de São Paulo.

Decreto n. 29.435 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1951.

— Regulamenta a aplicação da Lei n.º 1.287, de 9 de setembro de 1950, e dá outras providências.

Decreto n. 29.548 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1951.

— Altera a redação do art. 76, do Regulamento baixado pelo Decreto n.º 28.805, de 30 de outubro de 1950.

Decreto n. 29.576 — de 18 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1951.

AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1951

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1951.

— Decreto-legislativo n.º 9 — de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

ÁGUAS MARINHAS

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo dos Santos Neves a pesquisar águas marinhas, berilo e associados no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 29.274 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

ÁGUAS MARINHAS

— Renova o Decreto n. 25.607, de 28 de setembro de 1948.

Decreto n. 29.493 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Donaciano Macedo a pesquisar águas marinhas e associados no município de Macarani, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.686 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

ÁGUA MINERAL

Autoriza a cidadã brasileira Serafina Barbosa de Menezes a pesquisar água mineral no município de Ponta Grossa, do Estado do Paraná.

Decreto n. 29.107 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

— Renova o Decreto n. 25.365, de 11 de agosto de 1948.

Decreto n. 29.353 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Facchini a lavrar água mineral no município de Lindóia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.459 — de 11 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1951.

— Renova o Decreto n. 25.008, de 26 de maio de 1948.

Decreto n. 29.492 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

Retificado no D. O. de 7 de maio de 1951.

AGUAS MINERAIS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues Pinto a pesquisar água mineral no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.494 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Autoriza a cidadã brasileira Celencina Caldas Sarkis a lavar águas minerais no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.610 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Fernandes Vilela a pesquisar água mineral no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.684 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Moreira a pesquisar água mineral, no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.698 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

AGUAS PÚBLICAS

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Merê, Mère e Quiririm, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 29.559 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

Reproduzido no D. O. de 31 de maio de 1951.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do Rio Araras, Araras-Piabanha e Piabanha, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 29.578 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Domingos Ribeiro a pesquisar amianto e associados no município de Nova Rezende, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.281 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— *Renova o Decreto n. 25.753, de 4 de novembro de 1948.*

Decreto n. 29.703 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

APATITA

Autoriza a cidadã brasileira Maria Januária Borges a pesquisar manganes, magnesita e apatita no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.687 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

"A PIRATININGA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova com modificação, os Estatutos da "A Piratininga" Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidente do Trabalho.

Decreto n. 29.630 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

APOSENTADOS

Revoga dispositivo da Lei n. 499, de 28 de novembro de 1948 e dá outras providências.

Lei n. 1.351 — de 2 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de abril de 1951.

AREIA QUARTZÍFERA

Autoriza os cidadãos brasileiros Armando Vitório Bei e Fábio Salvador Bei a lavrar areia quartzífera e associados no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.801 — de 27 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Ferreira a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.223 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Amazonas Praun da Silva, a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.573 — de 17 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1951.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Matarazzo a pesquisar argila no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.276 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.280 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Pedro Ribas a lavrar argila e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.298 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

ARGILA

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Evaristo Trevisan a pesquisar caulim, argila e associados no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.350 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Guilherme Stoltz a lavrar argila no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.596 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1951.

ARGILA REFRACTARIA

Autoriza os cidadãos brasileiros Irto Coppini e Armando Coppini a lavrar argila refratária no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.347 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

ARMADA

Prorroga prazos para concessão de de condecorações criadas pelo Decreto-lei n. 6.795, de 17 de agosto de 1944.

Lei n. 1.369 — de 22 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1951.

— *Transfere para o Corpo de Oficiais da Armada os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção.*

Lei n. 1.382 — de 11 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de junho de 1951.

— *Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, alterando a taxa de que trata a Lei n. 156, de 27 de novembro de 1947.*

Lei n. 1.383 — de 13 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1951.

ARMADA

— *Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.287, de 9 de setembro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.548 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1951.

ARSENAL DE MARINHA

Acrescenta alínea ao art. 6.º do Regulamento para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.522 — de 2 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

ASILO POLÍTICO

Torna públicas as ratificações, por parte de diversos países, da Convenção sobre Asilo Político, concluída em Montevideo, a 26 de dezembro de 1933.

Decreto n. 29.453 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1951.

ASSISTÊNCIA RECÍPROCA

Torna pública a ratificação, por parte da Bolívia, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente.

Decreto n. 28.800 — de 27 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JAU

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Jau, no Estado de São Paulo.

Lei n. 1.374 — de 29 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1951.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

Considera de utilidade pública a Associação dos Magistrados Brasileiros, com sede na Capital da República.

Lei n. 1.371 — de 24 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1951.

ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE SANTOS

Declara de utilidade pública a Associação dos Médicos de Santos.

Lei n. 1.361 — de 25 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1951.

ASSOCIAÇÃO SANTA TERESINHA

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1951.

ATLÂNTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova, com modificação, os Estatutos da Atlântica Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n. 29.371 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1951.

Retificado no D. O. de 18 de abril de 1951.

AUTARQUIAS

Dispõe sobre o processamento das subvenções e contribuições da União, e dá outras providências.

Decreto n. 29.425 — de 2 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1951.

— *Dá nova redação ao art. 1.º, do Decreto n. 28.969, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 29.641 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

B**BANCO DO BRASIL S. A.**

Investe o Banco do Brasil S. A., na qualidade de Agente Especial do Governo, na administração dos bens de Wilhelm Israel Hess e Johanna Sara Gunzburger.

Decreto n. 29.463 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

— *Autoriza a Carteira de Redescconto do Banco do Brasil S. A. a reduzir de meio por cento (1/2%) ao ano a taxa aplicada nas operações que especifica e dá outras providências.*

Decreto n. 29.536 — de 7 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1951.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Barbosa de Paula a pesquisar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.782 — de 17 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1951.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Mário Zagari e José Duílio Lobuglio a pesquisar bauxita, mica e associados no município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.538 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1951.

BENEFÍCIO DE FAMÍLIA

Altera os artigos 13 e 14 do Decreto-lei n. 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefício de família.

Lei n. 1.377 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo dos Santos Neves a pesquisar águas marinhas, berilo e associados no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 29.274 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nestor Neto de Almeida a pesquisar berilo, mica, quartzo e associados no município de Galliléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.365 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

BERLINO ZABEU & IRMÃOS LTDA.

Autoriza a empresa de mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda., a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.461 — de 11 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1951.

BISMUTO

Renova o Decreto n. 25.607, de 28 de setembro de 1948.

Decreto n. 29.493 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

C**CAISSE GÉNÉRALE DE PRÊTS FONCIERS ET INDUSTRIELS**

Prorroga o prazo para funcionamento da sociedade bancária que menciona e dá outras providências.

Decreto n. 29.475 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

Modifica dispositivos do Regulamento da Caixa de Amortização e dá outras providências.

Decreto n. 29.526 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

CAIXA ECONÔMICAS FEDERAIS

Torna sem efeito os Decretos números 29.012, de 12 de dezembro de 1950, e 29.152, de 17 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.445 — de 6 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

— Transfere reunião congressual do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

Decreto n. 29.671 — de 14 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1951.

CALCÁRIO

Autoriza ao cidadão brasileiro Jaime dos Santos Ladeira, a pesquisar calcário e associados no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.783 — de 17 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Epifânio Barbosa a pesquisar calcário e associados no município de Dóres do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.101 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Matarazzo Júnior a pesquisar calcário, dolomita e associados no município de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.348 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

CALCÁRIO

— Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Ventura de Moura, a pesquisar calcário, mármore e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.443 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

— Autoriza a Companhia Ferro e Aço de Vitória S. A., empresa de mineração, a lavrar calcário e associados no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 29.460 — de 11 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lúcio Lunardi a pesquisar calcário no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.506 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Herman Theodor Lundgren a pesquisar calcário no município de Maguari, Estado da Paraíba.

Decreto n. 29.514 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Kampmann a pesquisar calcário e associados no município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n. 29.515 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

— Autoriza a cidadã brasileira Celina Setembrina Fischer Presser a pesquisar manganês, calcário e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.517 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bento Zanon a pesquisar calcário no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.539 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

— *Autoriza a Itapessoca Agro Industrial Ltda., a pesquisar calcário no município de Goiana, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.593 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1951.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Silvário Petroni e Potito Petroni, a pesquisar calcário no município de Santana da Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.701 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Florêncio Dellarole a lavar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.702 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

CANCELAMENTO DE PENALIDADES

Dá nova redação ao art. 1.º, do Decreto n. 28.969, de 13 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.641 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

CARTEIRA DE REDESCONTOS DO BANCO DO BRASIL S. A.

Autoriza a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. a reduzir de meio por cento (1/2%) ao ano a taxa aplicada nas operações que especifica e dá outras providências.

Decreto n. 29.536 — de 7 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1951.

CARVÃO

Autoriza a Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais a pesquisar carvão mineral no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.423 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza a Companhia Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.424 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 96.612,70, para ocorrer às despesas com o pagamento dos serviços relativos à distribuição de carvão nacional, nos períodos que menciona.*

Decreto n. 29.637 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.512, de 16 de agosto de 1950.*

Decreto n. 29.644 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.654 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ademir de Faria a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.656 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

CARVÃO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elias do Amaral Sousa a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.657 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Cardoso a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.658 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

— *Autoriza a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo S. A. a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.685 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gabizo de Faria a pesquisar carvão mineral, no município do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.688 — de 19 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.688 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ademir de Faria a pesquisar carvão mineral, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.690 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a lavar carvão mineral no município de Crescuma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 28.761 — de 16 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1951.

CASA DO POLICIAL

Considera de utilidade pública a Casa do Policial, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Lei n. 1.353 — de 2 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de abril de 1951.

CASSITERITA

Retifica o art. 1.º do Decreto número 24.949, de 12 de maio de 1948.

Decreto n. 29.588 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

CAUÇÃO

Revoga o Decreto n. 27.680, de 5 de janeiro de 1950, e dá outras providências.

Decreto n. 29.675 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1951.

CAULIM

Autoriza a cidadã brasileira Margari-Morgan da Costa a pesquisar caulim e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.887 — de 21 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Rezende Franco dos Reis a pesquisar mica, caulim e associados no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 28.888 — de 21 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

— *Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a pesquisar caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.164 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1951.

CAULIM

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Belmiro Finazzi e Raul Finazzi a pesquisar caulim e associados no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.296 — de 23 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Evaristo Trevisan a pesquisar caulim, argila e associados no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.350 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Cailla Soares a pesquisar caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.364 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

— *Autoriza a empresa de mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda. a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.461 — de 11 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aczodato Vilela a pesquisar caulim, ocre e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.511 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

CENTRO BRASILEIRO DE DES-PORTOS BANCÁRIOS

Retifica o Decreto n. 28.707, de 5 de outubro de 1950.

Decreto n. 29.582 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

CENTRO LITERÁRIO PALMEIRENSE

Declara de utilidade pública o Centro Literário Palmeirense.

Lei n. 1.870 — de 28 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de maio de 1951.

CENTRO NORTE-RIO GRANDENSE

Declara de utilidade pública, o Centro Norte-Riograndense, com sede no Distrito Federal.

Lei n. 1.355 — de 9 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de abril de 1951.

CHAVES & CIA.

Autoriza Chaves & Cia. a pesquisar gipsita e associados no município de Santanópolis, Estado do Ceará.

Decreto n. 29.104 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

CHARQUEADA MARATÁ LIMITADA

Concede permissão à Charqueada Maratá Limitada para funcionar aos domingos e, nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.552 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

CHUMBO

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.876, de 16 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.543 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Sampaio a pesquisar minérios de chumbo e associados no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.655 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

CÍRCULO OPERÁRIO DE CURITIBA

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União ao Círculo Operário de Curitiba.

Lei n. 1.384 — de 13 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1951.

CLUBE DOS ADVOGADOS DE CAMPINAS

Declara de utilidade pública o Clube dos Advogados de Campinas.

Lei n. 1.360 — de 25 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1951.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Aprova as tabelas e as instruções relativas à razão comum e aos valores da etapa das Forças Armadas.

Decreto n. 29.625 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

COLÔNIAS AGRÍCOLAS NACIONAIS

Revigora o prazo para aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto n. 26.384, de 22 de fevereiro de 1949, e destinado à instalação de uma usina hidro-elétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

Lei n. 1.368 — de 14 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de maio de 1951.

COMANDO DE TRANSPORTE AÉREO (COMTA)

Organiza o Comando de Transporte Aéreo.

Decreto n. 29.640 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

COMISSARIADO DO SANTÍSSIMO NOME DE JESUS

Concede isenção de direitos para mercadorias e materiais importados pelo Comissariado do Santíssimo Nome de Jesus, com sede em Anápolis, no Estado de Goiás.

Lei n. 1.385 — de 14 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1951.

COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no distrito de Antônio Dias, município de igual nome, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a promover as respectivas desapropriações.

Decreto n. 29.574 — de 17 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

COMPANHIA CARBONÍFERA MINAS DE BUTIÁ

Autoriza a Companhia Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.424 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.654 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

COMPANHIA CRUZEIRO DO SUL LIMITADA

Declara a caducidade da autorização lavra n. 13.022, de 28 de julho de 1943.

Decreto n. 29.587 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO LIMITADA

Dá nova redação ao inciso VII do art. 2.º do Decreto n. 18.588, de 11 de maio de 1945.

Decreto n. 29.454 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1951.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND MARINGÁ

Concede à Cia. de Cimento Portland Maringá autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.681 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND SÃO PAULO

Autoriza a Companhia de Cimento Portland São Paulo a lavar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.489 — de 25 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

COMPANHIA DE ESTANHO SÃO JOÃO DEL REI

Retifica o art. 1.º do Decreto número 24.949, de 12 de maio de 1948.

Decreto n. 29.588 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

COMPANHIA DE ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.512, de 16 de agosto de 1950.

Decreto n. 29.644 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO SÃO MATEUS, SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Cia. de Mineração São Mateus, Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.226 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1951.

COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS

Autoriza a Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais a pesquisar carvão mineral no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.423 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

COMPANHIA DE SEGUROS IMPERIAL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Imperial.

Decreto n. 29.319 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1951.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES INDENIZADORA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Indenizadora.

Decreto n. 29.320 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

Retificado no D. O. de 27 de junho de 1951.

COMPANHIA DOÇAS IMBITUBA

Decreto-legislativo n.º 9 — de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO S. A.

Autoriza a Companhia Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo S. A. a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.685 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ

Decreto-legislativo n.º 3 — de 1951.
Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

COMPANHIA FERRO E AÇO DE VITÓRIA S. A.

Autoriza a Companhia Ferro e Aço de Vitória S. A., empresa de mineração, a lavrar calcário e associados no município de Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 29.460 — de 11 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1951.

— *Outorga à Companhia Ferro e Aço de Vitória S. A. concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira do Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município do mesmo nome, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 29.483 — de 20 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1951.

COMPANHIA FIDELIDADE DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Fidelidade de Seguros Gerais, inclusive o aumento do capital social.

Decreto n. 29.372 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DE CONSELHEIRO LAFAIETE S. A.

Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção de uma usina hidro-elétrica no Salto do Paraopeba, situado no rio Paraopeba, município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Força e Luz de Conselheiro Lafaiete S. A. a promover a respectiva desapropriação.

Decreto n. 29.482 — de 20 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DO PARANÁ, S. A.

Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná, Sociedade Anônima, a ampliar suas instalações.

Decreto n. 29.427 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

COMPANHIA INDUSTRIAL OUROPRETANA, S. A.

Declara caducidade da concessão outorgada à Companhia Industrial Ouropretana S. A., pelo Decreto número 9.272, de 20 de abril de 1942.

Decreto n. 29.468 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

COMPANHIA INDUSTRIAL PARAENSE, S. A.

Outorga concessão à Companhia Industrial Paraense S. A. para fazer comércio de energia elétrica na cidade de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, em substituição à Prefeitura Municipal.

Decreto n. 29.565 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1951.

COMPANHIA MINAS DA BAHIA

Autoriza a Companhia Minas da Bahia a pesquisar manganês e associados no município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.278 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

COMPANHIA MINAS DE PASSAGEM

Autoriza a Cia. Minas de Passagem a lavrar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.592 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1951.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

Autoriza o Poder Executivo a garantir operação de crédito, até o montante de Cr\$ 330.000.000,00 a ser realizada por intermédio da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, operação destinada à aquisição de novas unidades, reaparelhamento de suas oficinas de reparos e construções navais e obras de seus diques para docagem de navios de grande porte.

Lei n. 1.381 — de 8 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1951.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, a ampliar suas instalações.

Decreto n. 29.391 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir um trecho de linha de transmissão entre a Fazenda Boa Esperança e a sede do município de Biliac, no Estado de São Paulo, e a respectiva rede de distribuição.

Decreto n. 29.563 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE

Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações, mediante a montagem de uma usina termo elétrica no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n. 28.957 — de 9 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1951.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA

Concede permissão à Companhia Química Rhodia Brasileira para o funcionamento das seções que indica aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.693 — de 21 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1951.

COMPANHIA RENASCENÇA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Renascença de Seguros.

Decreto n. 29.470 — de 13 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1951.

COMPANHIA RHODOSA DA RAION S. A.

Concede permissão à Companhia Rhodosa de Raion S. A. para funcionar nos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.711 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

COMPANHIA SEURADORA BRASILEIRA

Aprova, com modificações, as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Seguradora, inclusive aumento de capital.

Decreto n. 29.370 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Autoriza o Tesouro Nacional e promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências.

Lei n. 1.380 — de 7 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1951.

COMPANHIA SWIFT DO BRASIL S. A.

Concede permissão a diversas seções da Companhia Swift do Brasil S. A. para funcionarem aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.529 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

COMISSÕES

Atribui funções à Comissão Nacional de Alimentação.

Decreto n. 29.446 — de 6 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 28.410, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 29.549 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 28.411, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 29.550 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

COMITÉ NACIONAL DA ORGANIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA DAS NAÇÕES UNIDAS

Atribui funções à Comissão Nacional de Alimentação.

Decreto n. 29.446 — de 6 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro José Floriano de Toledo a pesquisar conchas calcárias e associados no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.838 — de 7 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

CONCHAS CALCÁRIAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eustes Freire dos Santos a pesquisar conchas calcárias no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.218 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a pesquisar conchas calcárias no município de Cananéia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.299 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

CONDECORAÇÕES

Prorroga prazos para concessão de condecorações criadas pelo Decreto-lei n. 6.795, de 17 de agosto de 1944.

Lei n. 1.369 — de 22 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1951.

CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Ver: *Motoristas.*

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS BANCÁRIOS

Retifica o Decreto n. 28.707, de 5 de outubro de 1950.

Decreto n. 29.582 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

CONFERENTES

Dispõe sobre a matrícula de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferentes e consertador de carga e descarga nos portos e dá outras providências.

Decreto n. 29.530 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

CONGRESSO DA UNION INTERNATIONALE DES AVOCATS (XIII)

Concede auxílio para a realização, no Distrito Federal, do III Congresso da Union Internationale des Avocats.

Lei n. 1.363 — de 5 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de maio de 1951.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto n. 29.433 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1951.

CONSELHO FEDERAL DO COMÉRCIO EXTERIOR

Torna sem efeito os Decretos números 26.285, e 26.621, respectivamente, de 29 de janeiro e 3 de maio de 1949, que alteram, com redução de despesa, as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar, de Extranumerário-mensalista, da Estrada de Ferro Goiás, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-mensalista do Conselho Federal do Comércio Exterior, e dá outras providências.

Decreto n. 29.575 — de 18 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1951.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Aprova o Regimento do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n. 29.171 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1951.

CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Modifica o Regulamento aprovado pelo Decreto n. 24.462, de 25 de junho de 1934.

Decreto n. 29.434 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1951.

CONSELHOS NACIONAIS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — (XI SESSÃO ORDINÁRIA)

Dispõe sobre a realização da Décima Primeira Sessão Ordinária dos Conselhos Nacional de Geografia e de Estatística.

Decreto n. 29.707 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

CONCERTADOR DE CARGA E DESCARGA

Dispõe sobre a matrícula de ex-combatente nas categorias de estivador, conferente e concertador de carga e descarga nos portos e dá outras providências.

Decreto n. 29.530 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

CONSULADOS

Suprime Consulado honorário.

Decreto n. 29.480 — de 19 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

CONSULTOR TÉCNICO

Torna sem efeito os Decretos números 29.012, de 12 de dezembro de 1950, e 29.152, de 17 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.445 — de 6 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

CONTRIBUIÇÕES

Dispõe sobre o processamento das subvenções e contribuições da União, e dá outras providências.

Decreto n. 29.425 — de 2 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1951.

CONVENÇÕES

Decreto-legislativo n.º 2 — de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

CONVENÇÕES

— *Promulga a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia e o Regimento anexo à mesma, assinados em Washington, a 2 de dezembro de 1946.*

Decreto n. 28.524 — de 18 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

— *Torna públicas as ratificações, por parte de diversos países, da Convenção sobre Asilo Político, concluída em Montevidéu, a 26 de dezembro de 1933.*

Decreto n. 29.453 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

— *Torna pública a adesão, por parte do Governo da Síria, à Convenção Internacional para unificação de certas regras relativas aos privilégios e hipotecas marítimas, e ao respectivo Protocolo de assinaturas, concluídos em Bruxelas, a 19 de abril de 1926.*

Decreto n. 29.579 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

— *Torna públicas as ratificações, por parte do Panamá e de El Salvador, da Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, concluída em Bogotá, a 2 de maio de 1948.*

Decreto n. 29.584 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Torna pública a ratificação, por parte de Costa Rica, da Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos políticos à mulher, firmada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.*

Decreto n. 29.624 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1951.

CORPO DE ENGENHEIROS NAVAIS

Transfere para o Corpo de Oficiais da Armada os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção.

Lei n. 1.382 — de 11 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de junho de 1951.

CORPO DE OFICIAIS DA ARMADA

Transfere para o Corpo de Oficiais da Armada os oficiais do Corpo de Engenheiros Navais, em extinção.

Lei n. 1.382 — de 11 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de junho de 1951.

CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA ARMADA

Suspende, temporariamente, a aplicação de dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n. 29.447 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

CORRETORES DE FUNDOS PÚBLICOS

Revoga o Decreto n. 27.680, de 5 de janeiro de 1950, e dá outras providências.

Decreto n. 29.675 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1951.

CREDIT FONCIER DU BRÉSIL ET DE L'AMÉRIQUE DU SUD, S. A.

Aprova a reforma dos Estatutos da Sociedade que menciona.

Decreto n. 29.322 — de 3 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros) para pagamento de gratificação de representação aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Lei n. 1.352 — de 2 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de abril de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.356 — de 17 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de abril de 1951.

— *Abre ao Congresso Nacional o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica.*

Lei n. 1.357 — de 17 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de abril de 1951.

— *Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de salário-família devido a Raul Pereira da Silva.*

Lei n. 1.358 — de 24 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1951.

Retificada no D. O. de 7 de maio de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de contribuições à Repartição Internacional de Higiene Pública.*

Lei n. 1.364 — de 5 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de maio de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.*

Lei n. 1.365 — de 7 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para atender a despesas decorrentes de sentenças judiciais e relativas ao exercício de 1950.*

Lei n. 1.366 — de 11 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de maio de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Faz reverter ao Exército o Primeiro Tenente Hélio de Albuquerque Lima.*

Lei n. 1.367 — de 12 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de maio de 1951.

— *Revigora o prazo para aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto n. 26.384, de 22 de fevereiro de 1949, e destinado à instalação de uma usina hidro-elétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.*

Lei n. 1.368 — de 14 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de maio de 1951.

— *Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para pagamento de substituições no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.*

Lei n. 1.379 — de 7 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1951.

— *Autoriza a abertura ao Poder Judiciário do crédito especial de Cr\$ 340.000,00 para o pagamento de gratificações por serviços eleitorais, relativo ao exercício de 1950, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.*

Lei n. 1.382-A — de 12 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 22.400,20, para atender ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento.*

Lei n. 1.388-A — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 29.230 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 119.935,80, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.436 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1951.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.825,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.472 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 28.400,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.497 — de 21 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

Retificado no D. O. de 7 de maio de 1951.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 45.500,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.498 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

Retificado no D. O. de 7 de maio de 1951.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 29.499 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 140.480,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.500 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 26.121.181,90 (vinte e seis milhões, cento e vinte e um mil, cento e oitenta e um cruzeiros e noventa centavos), para liquidação de compromissos, a conta de "Restos a Pagar" escriturados na Delegacia do Tesouro Brasileiro, em Nova Iorque.*

Decreto n. 29.583 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

— *Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.598 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 96.612,70, para ocorrer às despesas com o pagamento dos serviços relativos à distribuição de carvão nacional, nos períodos que menciona.*

Decreto n. 29.637 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.825,00, para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério concedida a Mário Saraiva.*

Decreto n. 29.659 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.621,00, para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério concedida a Alfredo Galvão.*

Decreto n. 29.660 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

CROMO

Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Siciliano Júnior a lavrar minério de níquel, cromo, titânio e associados no município de Iacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.569 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1951.

CURSO SECUNDÁRIO

Ver: *Ensino.*

CURSOS

Ver o nome do Instituto, Colégio, Ginásio ou Faculdade a que se refere.

CYRO RIBEIRO PEREIRA LTDA.

Renova o Decreto n. 25.013, de 26 de maio de 1948.

Decreto n. 29.504 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

D**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

Revoga dispositivos do Decreto número 29.026, de 23 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.545 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Decreto-legislativo n.º 8 — de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Altera a redação do art. 9.º do Regulamento do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945, modificado pelo Decreto número 28.532, de 28 de agosto de 1950.

Decreto n. 29.471 — de 14 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1951.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

— Altera o art. 162 do Decreto número 19.476, de 21 de agosto de 1945, que aprovou o Regulamento do Departamento Federal de Segurança Pública.

Decreto n. 29.708 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

DEPÓSITOS CONCHÍFERO

Autoriza o cidadão brasileiro Godofredo Leite Fiuza a lavrar depósitos conchíferos e associados no município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.275 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para desapropriação, gleba de terra que menciona, necessária à ampliação do Parque de Aeronáutica de São Paulo (Campo de Marte), na cidade de São Paulo.

Decreto n. 26.435 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1951.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terrenos necessária aos serviços da mencionada ferrovia.

Decreto n. 29.456 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção de uma usina hidro-elétrica no Sítio do Paraopeba, situado no rio Paraopeba, município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Conselheiro Lafaiete S. A. a promover a respectiva desapropriação.

Decreto n. 29.482 — de 20 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Retifica a área de terrenos a que se refere o Decreto n. 28.674, de 25 de setembro de 1950.*

Decreto n. 29.592 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel situado na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.554 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no distrito de Antônio Dias, município de igual nome, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n. 29.574 — de 17 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

— *Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que mencionam, necessários à instalação da Refinaria de Petróleo de Cubatão.*

Decreto n. 29.577 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à formação do açude "Ceraíma", município de Guanambi, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.607 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

Reproduzido no D. O. de 25 de junho de 1951.

— *Retifica a área de terra de um dos nomes dos seus proprietários aos quais se refere o Decreto n. 29.034, de 26 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 29.617 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel situado em Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.626 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

— *Considera de utilidade pública o imóvel sito à Rua Conde de Bonfim n.º 54, denominado Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória Ltda., no Distrito Federal.*

Decreto n. 29.705 — de 25 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1951.

— *Considera de utilidade pública o imóvel sito à Rua Conde de Bonfim, n.º 59, Distrito Federal.*

Decreto n. 29.706 — de 25 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1951.

DESPORTOS

— *Retifica o Decreto n. 28.707, de 5 de outubro de 1950.*

Decreto n. 29.582 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

DIAMANTE

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olival Dias a pesquisar diamante, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.279 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

DIATOMITA

— *Autoriza a Diatomita Industrial Limitada a lavrar diatomita no município de Guarani do Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.103 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

DIATOMITA INDUSTRIAL LIMITADA

Autoriza a Diatomita Industrial Limitada a lavar diatomita no município de Guarani do Estado do Ceará.

Decreto n. 29.103 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

DIPLOMATAS

Revoga o art. 2.º do Decreto número 27.857, de 9 de março de 1950 e dá outras providências.

Decreto n. 29.727 — de 28 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

DIREITOS POLÍTICOS

Torna públicas as ratificações, por parte do Panamá e de El Salvador, da Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, concluída em Bogotá, a 2 de maio de 1948.

Decreto n. 29.584 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— Torna pública a ratificação, por parte de Costa Rica, da Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos políticos à mulher, firmada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.

Decreto n. 29.624 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Decreto n. 29.523 — de 2 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Municipalidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Lei n. 1.375 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel da União ao Círculo Operário de Curitiba.

Lei n. 1.384 — de 13 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1951.

— Autoriza o Serviço de Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no Município de Guapé, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.437 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1951.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de imóvel situado no município de Milagres, no Estado do Ceará.

Decreto n. 29.474 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel que menciona, situado no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.476 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no município de Muzambinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.501 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1951.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Ministro da Aeronáutica a aceitar doação de imóvel situado em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 29.524 — de 2 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

— *Aceita a doação do imóvel que menciona, situado no Município de Diamantina, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.525 — de 2 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no município de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.587 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.568 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um imóvel em Itajubá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.572 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno no Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.604 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 29.669 — de 14 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Getulina, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.670 — de 14 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Campo do Meio, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.676 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado na cidade do Rio Negro, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.677 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado nas Granjas Duque de Caxias, em Imbarié, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.697 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.728 — de 29 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Matarazzo Júnior a pesquisar calcário, dolomita e associados no município de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.348 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

E**EFETIVIDADE**

Torna sem efeito os Decretos números 29.012, de 12 de dezembro de 1950, e 29.152, de 17 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.445 — de 6 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

ELETRO QUÍMICA BRASILEIRA S. A.

Outorga à Eletro Química Brasileira S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão da Cachoeira, distrito de Santa Rita de Ouro Preto, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.467 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

EMECAL EMPRESA DE MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAULIM E ASSOCIADOS LIMITADA

Concede à Emecal Empresa de Mineração e Exportação de Caulim e Associados Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.419 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

EMPRESA CHÁ OURO LIMITADA

Autoriza a Empresa Chá Ouro Limitada a pesquisar minério de manganes no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.784 — de 17 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

EMPRESA DE MINERAÇÃO CHAVES & CIA.

Autoriza a Empresa de Mineração Chaves & Cia. a pesquisar gipsita e associados no município de Santópolis, Estado do Ceará.

Decreto n. 28.877 — de 18 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

Reproduzido no D. O. de 12 de abril de 1951.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO JARI LIMITADA

Concede à Empresa de Navegação e Comércio Jari Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.542 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1951.

EMPRESA FORÇA E LUZ COTEGI-PENSE S. A.

Outorga à Empresa Força e Luz Cotegipense S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água situada no rio Erechim, município de igual nome, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 28.043 — de 24 de abril de 1950.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1951.

EMPRESA NACIONAL DE ESTANHO LTDA.

Concede à Empresa Nacional de Estanho Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.417 — de 20 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Revigora o prazo para aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto n. 26.324, de 22 de fevereiro de 1949, e destinado a instalação de uma usina hidrelétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

Lei n. 1.368 — de 14 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de maio de 1951.

— *Outorga à Empresa Força e Luz Cotegipense S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água situada no rio Erechim, município de igual nome, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 28.043 — de 24 de abril de 1950.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1951.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Francisco Sá concessão para distribuir e fazer o comércio de energia elétrica na sede do município de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 28.057 — de 25 de abril de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— *Outorga a Antônio Geraldo de Oliveira ou empresa que organizar concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Major, existente no ribeirão Conquista, distrito de Itaquara, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 28.748 — de 11 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

— *Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações, mediante a montagem de uma usina termelétrica no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n. 28.957 — de 9 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquí a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 29.036 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1951.

— *Outorga à Usina Açucareira Esther S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Funil, existente no rio Jaguari, distrito de Cosmópolis, município de Cosmópolis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.037 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1951.

Retificado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cáceres concessão para distribuir e fazer o comércio de energia elétrica na sede do município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.389 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

— *Outorga a Geraldo Guimarães concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Provisório, existente no rio Perdição, e situada entre os municípios de Luz e Bambuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.390 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1951.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 29.391 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— *Autoriza a Sociedade Força e Luz de Manhuacu Ltda. a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 29.426 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná, sociedade anônima, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 29.427 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited a construir um ramal derivado da linha de transmissão entre São Miguel Paulista e Mogi das Cruzes, até a Subestação de Metalúrgica da Mineração Geral do Brasil, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.429 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Dá nova redação ao inciso VII do art. 2.º do Decreto n. 18.588, de 11 de maio de 1945.*

Decreto n. 29.454 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1951.

— *Declara caducidade da concessão outorgada à Companhia Industrial Oupretana S. A., pelo Decreto n. 9.272, de 20 de abril de 1942.*

Decreto n. 29.466 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

— *Outorga à Eletro Química Brasileira S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão da Cachoeira, distrito de Santa Rita de Ouro Preto, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.467 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

— *Revalida a concessão outorgada pelo Decreto n. 27.684, de 11 de janeiro de 1950, ao Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.481 — de 20 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção de uma usina hidrelétrica no Salto do Paraopeba, situado no rio Paraopeba, município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Força e Luz de Conselheiro Lafaiete S. A. a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 29.482 — de 20 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

— *Outorga à Companhia Ferro e Aço de Vitória S. A. concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira do Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município do mesmo nome, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 29.483 — de 20 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1951.

— *Autoriza Enéas Mineiro de Sousa a construir uma linha de transmissão entre Francisco Sá e Burarama, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.488 — de 25 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 29.535 — de 7 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited a construir uma linha de transmissão entre o município de São Paulo e a cidade de Jundiaí, e um ramal para o distrito de Perus, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.562 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir um trecho de linha de transmissão entre a Fazenda Boa Esperança e a sede do município de Biac, no Estado de São Paulo, e a respectiva rede de distribuição.*

Decreto n. 29.563 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

Outorga concessão à Companhia Industrial Paraense S. A. para fazer comércio de energia elétrica na cidade de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, em substituição à Prefeitura Municipal.

Decreto n. 29.565 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1951.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz Brumadense Limitada.*

Decreto n. 29.619 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1951.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará a construir uma linha de transmissão entre a Usina do Gafanhoto e o município de São Gonçalo do Pará, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.633 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

— *Outorga a Martiniano Zuquim concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Capetinga, situada no Rio Grande, nos limites dos municípios de Piu-i e Guapé, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.665 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Declara órgão auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a Repartição de Saneamento de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 29.685 — de 4 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

— *Modifica o Decreto n. 9.609, de 8 de junho de 1942.*

Decreto n. 29.722 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

ENERGIA HIDRÁULICA

Ver: *Energia Elétrica.*

ENSINO

Modifica a seriação de disciplinas do curso secundário estabelecida no Decreto-lei n. 4.244, de 1942.

Lei n. 1.359 — de 25 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1951.

— *Concede frequência no ano seguinte nas Escolas Preparatórias aos alunos reprovados em uma matéria.*

Decreto n. 29.485 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Altera dispositivos do Regulamento da Escola de Guerra Naval.

Decreto n. 29.487 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

ESCOLA MILITAR DE RESENDE

Concede frequência no ano seguinte nas Escolas Preparatórias aos alunos reprovados em uma matéria.

Decreto n. 29.485 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

ESCOLA MILITAR DE RESENDE

— Altera o atual nome da Escola Militar de Resende para Academia Militar das Agulhas Negras.

Decreto n. 29.484 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

ESCOLAS

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1951.

ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Aprova o Plano de Uniformes para os alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Decreto n. 29.643 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

ESCOLAS PREPARATÓRIAS

Concede frequência no ano seguinte nas Escolas Preparatórias aos alunos reprovados em uma matéria.

Decreto n. 29.485 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

ESCRITÓRIO LEVI LIMITADA

Autoriza o Escritório Levi Limitada a lavar zircônio no município de Andradás, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.349 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

ESMERALDA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ramos Caiado a lavar esmeraldas no município de Itaberal, no Estado de Goiás.

Decreto n. 29.516 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

ESTADO DE GOIÁS

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1951.

ESTADO DE MATO GROSSO

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Municipalidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Lei n. 1.375 — de 6 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1951.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1951.

— Revalida a concessão outorgada pelo Decreto n. 27.684, de 11 de janeiro de 1950, ao Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.481 — de 20 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1951.

ESTADO DE SÃO PAULO

Considera de utilidade pública a União Brasileira de Aviadores Cíveis, com sede em São Paulo.

Lei n. 1.372 — de 24 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1951.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Merê, Mère e Quiririm, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 29.559 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

Reproduzido no D. O. de 31 de maio de 1951.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, em toda a sua extensão, as águas do Piracangagua ou Piracangua.

Decreto n. 29.586 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

ESTADO DO PIAUÍ

Autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante concorrência pública, a construção e aparelhamento do porto de Amarração, no Estado do Piauí.

Lei n. 1.378 — de 6 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1951.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do Rio Araras, Araras-Piabanha e Piabanha, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 29.578 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

ESTATUTOS

Ver o nome da entidade a que se refere.

ESTIVADORES

Dispõe sobre a matrícula de ex-combatentes nas categorias de estivador, conferente e consertador de carga e descarga nos portos, e dá outras providências.

Decreto n. 29.530 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno necessária aos serviços da mencionada ferrovia.

Decreto n. 29.456 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 29.048, de 28 de dezembro de 1950, que fixa normas para o financiamento de despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.473 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

ESTRADA DE FERRO GOIÁS

Torna sem efeito os Decretos números 26.285 e 26.621, respectivamente, de 29 de janeiro e 3 de maio de 1949, que alteram, com redução de despesa, as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar, de Extranumerário-mensalista, da Estrada de Ferro Goiás, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-mensalista do Conselho Federal de Comércio Exterior, e dá outras providências.

Decreto n. 29.575 — de 18 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1951.

EXAME DE HABILITAÇÃO DE MOTORISTAS

Altera dispositivos do Decreto-lei n. 9.545, de 5 de agosto de 1946, que dispõe sobre a habilitação e o exercício da atividade de condutor de veículos automotores.

Lei n. 1.387 — de 20 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1951.

EX-COMBATENTES

Dispõe sobre a matrícula de ex-combatentes nas categorias de estivador, conferente e consertador de carga e descarga nos portos, e dá outras providências.

Decreto n. 29.530 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

EXÉRCITO

Faz reverter ao Exército o Primeiro Tenente Hélio de Albuquerque Lima.

Lei n. 1.367 — de 12 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de maio de 1951.

— *Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.*

Lei n. 1.376 — de 6 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1951.

Retificada no D. O. de 13 de junho de 1951.

EXÉRCITO

— *Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.267, de 9 de setembro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.548 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1951.

EXPORTAÇÃO

Prorroga a vigência da Lei n. 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

Lei n. 1.389 — de 28 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1951.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS (XVIII)

Aprova o Regulamento para a XVIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, a realizar-se na Capital do Estado de São Paulo, no corrente ano.

Decreto n. 29.632 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

EXTRANUMERÁRIO

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 28.969, de 13 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.641 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Regulamenta a Readaptação do Funcionário Civil no Serviço Público Federal.*

Decreto n. 29.642 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

F

FACULDADES

Concede autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

Decreto n. 29.242 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— *Concede reconhecimento aos cursos de geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas e pedagogia da Faculdade Fluminense de Filosofia.*

Decreto n. 29.362 — de 14 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

— *Concede reconhecimento ao curso médico da Faculdade de Medicina do Ceará.*

Decreto n. 29.397 — de 27 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Adelino Grangeia Santos a pesquisar feldspato e associados no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 28.765 — de 16 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar feldspato e associados no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.352 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Manoel Ribeiro a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.541 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

FELDSPATO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otarmínio Ramos a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.609 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavar feldspato e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.611 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

FERNANDO HACKRADT — ADUBOS E COLAS S. A.

Autoriza o trabalho nos domingos e feriados civis e religiosos a empregados de Fernando Hackradt-Adubos e Colas S. A.

Decreto n. 29.667 — de 13 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Thales Pacifico Peganha a pesquisar minério de ferro, manganês e associados nos municípios de Congonhas do Campo e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.162 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro, associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.300 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

FERRO

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Limitada a lavar minério de ferro, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.505 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

— *Declara a caducidade da autorização de lavra n. 13.022, de 23 de julho de 1943.*

Decreto n. 29.587 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.621 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.622 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.623 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

FERROVIAS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Lei n. 1.356 — de 17 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de abril de 1951.

FERROVIAS

— *Aprova projeto e orçamento para os primeiros 60 quilômetros do prolongamento ferroviário Leopoldo de Bulhões - Goiânia - Alto Araguaia.*

Decreto n. 29.255 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— *Aprova os projetos e orçamentos dos 2.º e 3.º trechos da linha férrea Oitítica - Foz do Berlenga.*

Decreto n. 29.457 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

FINANCIAMENTOS

Revoga o Decreto n. 29.048, de 28 de dezembro de 1950, que fixa normas para o financiamento de despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil, e dá outras providências.

Decreto n. 29.473 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

FLORESTAS PROTETORAS

Declara protetoras, de acordo com o art. 4.º, itens a, b e g, combinado com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.

Decreto n. 29.503 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

— *Declara protetoras, de acordo com o art. 4.º, item a, combinado com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, parte das existentes na fazenda "Pedra Branca", no município fluminense de Nova Friburgo, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.544 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

FLOTA AEREA MERCANTE ARGENTINA (F.A.M.A.)

Concede a Flota Aerea Mercante Argentina (F.A.M.A.) autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 29.558 — de 14 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

FORÇAS ARMADAS

Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.267, de 9 de setembro de 1950, e dá outras providências.

Decreto n. 29.543 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1951.

— *Aprova as tabelas e as instruções relativas à ração comum e aos valores da etapa das Forças Armadas.*

Decreto n. 29.625 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 28.969, de 13 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.641 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Assegura aos médicos sanitários, na chefia ou direção de órgão de Saúde Pública, nos Estados, o direito de optar pelos vencimentos do cargo federal.*

Lei n. 1.354 — de 2 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de abril de 1951.

— *Regulamenta a Readaptação do Funcionário Civil no Serviço Público Federal.*

Decreto n. 29.642 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Fixa os vencimentos do Presidente da Fundação Brasil Central.

Decreto n. 29.709 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

G

GADO BOVINO

Revoga os Decretos-leis números 6.922, de 1944, e 8.431, de 1945, que dispõem sobre a identificação do gado bovino contra o aborto infeccioso.

Lei n. 1.388 — de 25 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 27 de junho de 1951.

GINÁSIOS

Concede reconhecimento ao curso ginasial do Ginásio Afonso Celso, de Belo Horizonte.

Decreto n. 26.938 — de 21 de julho de 1949.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

GIPSITA

Autoriza a Empresa de Mineração Chaves & Cia. a pesquisar gipsita e associados no município de Santanópolis, Estado do Ceará.

Decreto n. 28.877 — de 16 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

Reproduzido no D. O. de 12 de abril de 1951.

— *Autoriza Chaves & Cia. a pesquisar gipsita e associados no município de Santanópolis, Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.104 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

GRAFITE

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Carneiro de Morais a pesquisar grafite e associados, no município de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.351 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

H

HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES

Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

Lei n. 1.365 — de 7 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1951.

HOSPITAL NAVAL MARCILIO DIAS

Dá nova denominação ao Hospital Naval de Doenças Infectocontagiosas.

Decreto n. 29.486 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

HOSPITAL NAVAL DE DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Dá nova denominação ao Hospital Naval de Doenças Infecto-Contagiosas.

Decreto n. 29.486 — 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

I

ICOMINAS S. A. — EMPRESA DE MINERAÇÃO

Concede à Incominas S. A. — Empresa de Mineração, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.418 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Vieira Marques da Costa a pesquisar ilmenita e associados no município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto n. 29.613 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de direitos para mercadorias e materiais importados pelo Comissariado do Santíssimo Nome de Jesus, com sede em Anápolis, no Estado de Goiás.

Lei n. 1.385 — de 14 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1951.

— *Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa.*

Lei n. 1.386 — de 18 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1951.

— *Prorroga a vigência da Lei número 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior.*

Lei n. 1.389 — de 28 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1951.

IMPOSTOS

Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, alterando a taxa de que trata a Lei n. 156, de 27 de novembro de 1947.

Lei n. 1.383 — de 13 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 28.411, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 29.550 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

IMPrensa

Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa.

Lei n. 1.386 — de 18 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1951.

INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS S. A. "IBAR"

Concede à Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. "IBAR" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.157 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1951.

INDÚSTRIA DE CIMENTO

Inclui a indústria de cimento entre as atividades em que é permitido o trabalho nos domingos e feriados.

Decreto n. 29.553 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

INDÚSTRIA QUÍMICA SOROCAL S. A.

Concede à Indústria Química Sorocal S. A., sociedade anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.462 — de 11 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Dispõe sobre o processamento das subvenções e contribuições da União, e dá outras providências.

Decreto n. 29.425 — de 2 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1951.

INSTITUTO DE BELAS ARTES

Concede reconhecimento ao curso de arquitetura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.310 — de 28 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

INSTITUTO RIO BRANCO

Altera a redação do art. 6.º do Regulamento do Instituto Rio Branco.

Decreto n. 29.608 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Modifica a tabela anexa ao Decreto n. 26.663, de 12 de maio de 1949, que alterou o Quadro Permanente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e deu outras providências.

Decreto n. 29.555 — de 11 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

— *Dispõe sobre a redação dos artigos 155 e 156 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 29.581 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

INTENDENTES

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.

Lei n. 1.376 — de 6 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1951.

Retificada no D. O. de 13 de junho de 1951.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Decreto-legislativo n.º 5 — de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1951.

Decreto-legislativo n.º 6 — de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1951.

IPIRANGA S. A. — COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO

Concede permissão à Ipiranga S. A. — Companhia Brasileira de Petróleo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.551 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

ITALCABLE SERVIZI CABLO-GRAFICI RADIOTELEGRAFICI E RADIOELETRICI, SOCIETA PER AZIONI

Autoriza a transferência do ponto de aterramento do cabo submarino da Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici, Società per Azioni, no porto de Santos.

Decreto n. 29.455 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL LTDA.

Autoriza a Itapessoca Agro Industrial Ltda. a pesquisar calcário no município de Goiana, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.593 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1951.

J

JORNAIS

Ver: Imprensa.

L

LABORATÓRIOS PFIZER, S. A.

Concede a Laboratórios Pfizer, S. A. autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.694 — de 21 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1951.

LAVRAS

Ver a denominação do elemento lavrado.

LEGAÇÕES

Dispõe sobre a criação de legação do Brasil em Israel.

Decreto n. 29.464 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

— *Cria uma Legação em Adis-Abeba.*

Decreto n. 29.585 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

LEPREVOST & CIA.

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.876, de 16 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.543 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

L. FIGUEIREDO NAVEGAÇÃO LIMITADA

Concede à sociedade L. Figueiredo Navegação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.580 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

LICENÇA PRÉVIA

Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa.

Lei n. 1.386 — de 18 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1951.

— *Prorroga a vigência da Lei número 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior.*

Lei n. 1.389 — de 28 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1951.

LIGA HOMEOPÁTICA DO RIO GRANDE DO SUL

Declara de utilidade pública a Liga Homeopática do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.465 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

LUTO OFICIAL

Decreta luto oficial pela morte do Marechal Antônio Oscar de Fragoso Carmona.

Decreto n. 29.480-A — de 18 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

M**MANGANÊS**

Autoriza a Empresa Chá Ouro Limitada a pesquisar minério de manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.784 — de 17 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

MAGISTRADOS

Revoga dispositivo da Lei n. 499, de 28 de novembro de 1948, e dá outras providências.

Lei n. 1.351 — de 2 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de abril de 1951.

MAGNESITA

Autoriza a Magnesita S. A. a pesquisar magnesita, talco e associados no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.102 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexander Niven Brown a pesquisar talco, magnesita e associados no município de Brumado, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.442 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

MAGNESITA

— Declara sem efeito o Decreto número 28.383, de 17 de julho de 1950.

Decreto n. 29.491 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1951.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Januária Borges a pesquisar magnésita, magnesita e apatita no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.687 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

MAGNESITA S. A.

Autoriza a Magnesita S. A. a pesquisar magnesita, talco e associados no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.102 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

MANANCIASAIS

Declara protetoras, de acordo com o art. 4.º, itens a, b e g, combinado com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.

Decreto n. 29.503 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

— Declara protetoras, de acordo com o art. 4.º, item a, combinado com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, parte das existentes na fazenda "Pedra Branca", no município fluminense de Nova Friburgo, e dá outras providências.

Decreto n. 29.544 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

MANGANÊS

— Autoriza o cidadão brasileiro Godofredo Leite Fiuza a pesquisar minérios de manganês e associados no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 28.839 — de 7 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Thales Pacifico Pequenha a pesquisar minério de ferro, manganês e associados nos municípios de Congonhas do Campo e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.162 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— Autoriza a Companhia Minas da Bahia a pesquisar manganês e associados no município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.278 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro, associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 29.300 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Henryk Alfred Spitzman Jordán a pesquisar minério de manganês e associados no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.366 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Demétrio de Oliveira Dantas a pesquisar manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.422 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1951.

MANGANÊS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Gomes Filho a pesquisar manganês e associados no município de Guaçu, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 29.495 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda. a pesquisar manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.496 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Martins Machado a pesquisar manganês e associados nos municípios de Simonésia e Caratinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.512 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

— *Autoriza a cidadã brasileira Celina Setembrina Fischer Presser a pesquisar manganês, calcário e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.517 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.621 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.622 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

MANGANÊS

— *Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.623 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Januária Borges a pesquisar manganês, magnesita e apatita no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.687 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Benício Fontenelle a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Granja, Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.689 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA NO CONTINENTE

Torna pública a ratificação por parte do Peru do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente.

Decreto n. 28.938 — de 7 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1951.

MARMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Ventura de Moura a pesquisar calcário, mármore e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.443 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

MARMORE

— Autoriza o cidadão brasileiro *Juvenal Vieira* a lavar mármore e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.595 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1951.

MÉDICOS SANITARISTAS

Assegura aos médicos sanitaristas, na chefia ou direção de órgão da Saúde Pública, nos Estados, o direito de optar pelos vencimentos do cargo federal.

Lei n. 1.354 — de 2 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de abril de 1951.

MICA

Renova o Decreto n. 25.359, de 11 de agosto de 1948.

Decreto n. 28.767 — de 16 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro *José Rezende Franco dos Reis* a pesquisar mica, caulim e associados no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.888 — de 21 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Gonçalo Costa Coelho* a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.163 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Leon Nicolau Nogueira de Borba* a lavar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.273 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

Reproduzido no D. O. de 23 de junho de 1951.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro *Nestor Neto de Almeida* a pesquisar berilo, mica, quartzo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.365 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Hermílio Vieira da Silva* a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.420 — de 23 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1951.

Reproduzido no D. O. de 23 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro *José de Araújo Conceição* a pesquisar mica e associados no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.444 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

— Renova o Decreto n. 25.607, de 28 de setembro de 1948.

Decreto n. 29.493 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Sabino Gomes Cardoso* a pesquisar mica e associados no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.508 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Frederico Jorge Baker* a pesquisar mica e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.513 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

MICA

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Mário Zagari e José Duílio Lobuglio a pesquisar bauxita, mica e associados no município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.538 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pantaleão Alves da Silva a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.689 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ovídeia Rodrigues de Lima a pesquisar mica e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.700 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

MILITARES

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.

Lei n. 1.376 — de 6 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1951.

Retificada no D. O. de 13 de junho de 1951.

MINERAÇÃO

Autorização para funcionamento — ver: o nome da empresa autorizada a funcionar.

MINERAÇÃO DA VIGIA LIMITADA

Concede à Mineração da Vigia Limitada, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.354 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1951.

MINERAÇÃO INDUSTRIAL DE GOIÁS LTDA.

Autoriza a Mineração Industrial de Goiás Ltda. a pesquisar ouro e associados no município de Cavalcanti, Estado de Goiás.

Decreto n. 29.238 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1951.

MINERAÇÃO LOBATO LTDA.

Concede à Mineração Lobato Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.386 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1951.

MINERAÇÃO MANUEL NUNES LTDA.

Concede à Mineração Manuel Nunes Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.387 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

MINÉRIOS DO SERTÃO LIMITADA

Concede à sociedade "Minérios do Sertão Limitada" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.591 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 29.616 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

Retificado no D. O. de 4 de junho de 1951.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1951.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Fazenda.

Decreto n. 29.638 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 29.672 — de 15 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1951.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel situado em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.626 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Decreto-legislativo n. 5 — de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 6 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1951.

MOTORISTAS

Altera dispositivos do Decreto-lei n. 9.545, de 5 de agosto de 1946, que dispõe sobre a habilitação e o exercício da atividade de condutor de veículos automotores.

Lei n. 1.387 — de 20 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1951.

N

NAMBEI TOCHI KABUSHIKI KAISHA

Concede a sociedade anônima Nombei Tochi Kabushiki Kaisha autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.628 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

NAVEGAÇÃO

Autorização para funcionamento — Ver: o nome da empresa autorizada a funcionar.

NAVEGAÇÃO SÃO PAULO — PARANÁ LTDA.

Concede à sociedade "Navegação São Paulo-Paraná Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.469 — de 13 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

NIQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Siciliano Júnior a lavrar minério de níquel, cromo, titânio e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.569 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1951.

N. SANTOS DIAMANTES, LTDA.

Autoriza N. Santos Diamantes, Limitada, a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.450 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

O

OCRE

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Vitorino dos Santos a pesquisar ocre e associados no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.290 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

OCRE

— *Autoriza a cidadã brasileira Violeia Pearce Gomes a pesquisar ocre no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.507 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adeodato Vilela a pesquisar caulim, ocre e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.511 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

OFICIAIS DA ARMADA

Dispõe sobre a situação dos oficiais aprovados em concurso para ingresso no Serviço Exclusivo de Engenharia.

Decreto n. 29.439 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1951.

ORDEM DO MÉRITO NAVAL

Altera o efetivo do Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval.

Decreto n. 29.627 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS

Declara de utilidade pública a Organização das Voluntárias, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 29.661 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minério de ouro e associados no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.158 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1951.

OURO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olival Dias a pesquisar diamante, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.279 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

— *Autoriza a Mineração Industrial de Goiás Ltda. a pesquisar ouro e associados no município de Cavalcanti, Estado de Goiás.*

Decreto n. 29.288 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Egidio Nunes Narciso a pesquisar ouro no município de Gaspar, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 29.510 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 24.949, de 12 de maio de 1948.*

Decreto n. 29.588 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Autoriza a Cia. Minas da Passagem a lavar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.592 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Angelo Mario Moura Costa Brandão a pesquisar minério de ouro e associados no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.594 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1951.

OURO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Boanerges Ferreira Guimarães, a pesquisar minério de ouro e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.612 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Renova o Decreto n. 26.204, de 15 de janeiro de 1949.*

Decreto n. 29.682 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henedino Alves Machado a pesquisar minério de ouro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.683 — de 19 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Renova o Decreto n. 26.203, de 15 de janeiro de 1949.*

Decreto n. 29.704 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1951.

P

PAPEL DE IMPRENSA

Regula a importação de papel e outros materiais de consumo e da imprensa.

Lei n. 1.386 — de 18 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1951.

PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

Retifica a área de terras de um dos nomes dos seus proprietários aos quais se refere o Decreto n. 29.034, de 26 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.617 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1951.

PARQUES FLORESTAIS

Ver: Florestas Protetoras e Mananciais.

PAVIMENTAÇÃO VEGA S. A.

Concede à Pavimentação Vega S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.490 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1951.

PECÚLIOS OBRIGATORIOS

Altera os artigos 13 e 14 do Decreto-lei n. 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefício de família.

Lei n. 1.377 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Herbert Richard Hoffmann a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.383 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

— *Autoriza Werner Storck a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.438 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 3.256, de 11 de novembro de 1938.*

Decreto n. 29.448 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Autoriza N. Santos Diamantes, Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.450 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

— *Autoriza Boaventura Jácomo Brandão a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.451 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Anísio Araújo a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.452 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 18.239, de 2 de abril de 1945.*

Decreto n. 29.477 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1951.

— *Autoriza Maurício Novikov a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.478 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

— *Autoriza Leobino Santana a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.479 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

— *Autoriza Vicente Romaniello a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.518 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 732, de 29 de abril de 1936.*

Decreto n. 29.546 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

— *Autoriza Hermenegildo Jorge de Oliveira a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.600 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Autoriza Holdrão Francisco Pereira a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 29.602 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Tomaz Vilela de Oliveira a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 29.603 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

PENSÕES

Concede pensão mensal à viúva do ex-investigador Francisco Nodel.

Lei n. 1.362 — de 5 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de maio de 1951.

— *Altera os artigos 13 e 14 do Decreto-lei n. 3.347, de 12 de junho de 1941, que institui o regime de benefício de família.*

Lei n. 1.377 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Concede pensão mensal de Cr\$ 700,00 à Sra. Maria Magalhães de Assis Rocha, viúva de Francisco de Assis Pereira Rocha, fiscal de imposto de consumo, residente em Sertânia, Pernambuco.*

Lei n. 1.387-A — de 28 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1951.

PESCA DA BALEIA

Promulga a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia e o Regulamento anexo à mesma, assinados em Washington, a 2 de dezembro de 1946.

Decreto n. 28.524 — de 18 de agosto de 1950.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

PESQUISAS

Ver a denominação do elemento pesquisado.

PETRÓLEO

Reserva à União zona presumidamente petrolífera nos Estados da Bahia e de Sergipe.

Decreto n. 29.537 — de 8 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1951.

PLANO DE UNIFORMES

Aprova o Plano de Uniformes para os alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Decreto n. 29.643 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

PODER JUDICIÁRIO

Abertura de Crédito, ver: *Crédito Especial*.

POLÍCIA MILITAR

Aprova o Plano de Uniforme para os alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Decreto n. 29.643 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1951.

PORTOS

Autoriza o Poder Executivo a contratar, mediante concorrência pública, a construção e aparelhamento do porto de Amarração, no Estado do Piauí.

Lei n. 1.373 — de 6 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1951.

POTÁSSIO

Renova o Decreto n. 25.013, de 26 de maio de 1948.

Decreto n. 29.504 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

PRAZOS

Prorroga o prazo para funcionamento da sociedade bancária que menciona e dá outras providências.

Decreto n. 29.475 — de 17 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

PREFEITURAS

Outorga à Prefeitura Municipal de Francisco Sá concessão para distribuir e fazer o comércio de energia elétrica na sede do município de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 28.057 — de 25 de abril de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquí a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 29.036 — de 26 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1951.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Cáceres concessão para distribuir e fazer o comércio de energia elétrica na sede do município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Decreto n. 29.389 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

— Dá nova redação ao item d da cláusula III das que baixaram com o Decreto n. 23.506, de 16 de agosto de 1947.

Decreto n. 29.606 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará a construir uma linha de transmissão entre a Usina do Gajanhoto e o Município de São Gonçalo do Pará, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto n. 29.633 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Decreta luto oficial pela morte do Marechal Antônio Oscar de Fragoso Carmona.

Decreto n. 29.480-A — de 18 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO

Decreto-legislativo n. 2 — de 1951.
Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

PRIVILEGIO E HIPOTECAS MARÍ- TIMAS

Torna pública a adesão, por parte do Governo da Síria, à Convenção Internacional para unificação de certas regras relativas aos privilégios e hipotecas marítimas, e do respectivo Protocolo de assinatura, concluídos em Bruxelas, a 10 de abril de 1926.

Decreto n. 29.579 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projeto e orçamento para os primeiros 60 quilômetros do prolongamento ferroviário Leopoldo de Bulhões-Goiânia-Alto Araguaia.

Decreto n. 29.255 — de 30 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— Aprova os projetos e orçamentos dos 2.º e 3.º trechos da linha férrea Oiticica-Foz do Belenga.

Decreto n. 29.457 — de 10 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

— Aprova projeto e orçamento para construção de uma ponte sobre o rio Jordão, no km. 124 da linha de Gurupava, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Decreto n. 29.653 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

PREFEITURA

— Retifica o Decreto n. 29.205, de 25 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.696 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1951.

PROMOÇÕES

Autoriza a promoção "post-mortem" ao posto imediato, do Major Aderbal da Costa Oliveira, falecido em desastre de aviação em 1937.

Lei n. 1.373 — de 29 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de junho de 1951.

Q

QUARTZO

Renova o Decreto n. 24.712, de 19 de março de 1948.

Decreto n. 29.224 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Darci Caverson a pesquisar quartzo e associados no município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.277 — de 17 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Nestor Neto de Almeida a pesquisar berilo, mica, quartzo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.365 — de 19 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hermilio Vieira da Silva a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.420 — de 23 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1951.

Reproduzido no D. O. de 23 de maio de 1951.

QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Jacob a pesquisar quartzo no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.421 — de 30 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

— *Renova o Decreto n. 25.607, de 28 de setembro de 1948.*

Decreto n. 29.493 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sérgio Bolardini a pesquisar quartzo no município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.540 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Manuel Ribeiro a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.541 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otarmínio Ramos a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.609 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

QUARTZO CERICÍTICO

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Thimotti a pesquisar quartzo cericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.509 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1951.

R

RADIODIFUSÃO

Outorga concessão à Rádio Mara-joara Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias em Belém, Estado do Pará.

Decreto n. 29.333 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de junho de 1951.

— *Dá nova redação ao item d da cláusula III das que baixaram com o Decreto n. 23.506, de 16 de agosto de 1947.*

Decreto n. 29.606 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

RÁDIO MARAJOARA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Mara-joara Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias em Belém, Estado do Pará.

Decreto n. 29.333 — de 7 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de junho de 1951.

RÁDIO ROQUETE PINTO

Dá nova redação ao item d da cláusula III das que baixaram com o Decreto n. 23.506, de 16 de agosto de 1947.

Decreto n. 29.606 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

READAPTAÇÃO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Ver: *Funcionário Público e Extra-numerário.*

RÉDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Aprova projeto e orçamento para construção de uma ponte sobre o rio Jordão, no km. 124, da linha Gurupava, da Réde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Decreto n. 29.653 — de 9 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

REFINARIA DE PETRÓLEO DE CUBATÃO

Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que mencionam, necessárias à instalação da Refinaria de Petróleo de Cubatão.

Decreto n. 29.577 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

REFORMA

Faz reverter ao Exército o Primeiro Tenente Hélio de Albuquerque Lima.

Lei n. 1.367 — de 12 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 17 de maio de 1951.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n. 29.171 — de 18 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1951.

— *Altera a redação do art. 9.º do Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945, modificado pelo Decreto número 28.562, de 28 de agosto de 1950.*

Decreto n. 29.471 — de 14 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1951.

REGIMENTOS

— *Altera o art. 162 do Decreto número 19.476, de 21 de agosto de 1945, que aprovou o Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 29.708 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto n. 29.433 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1951.

— *Modifica o regulamento aprovado pelo Decreto n. 24.462, de 25 de junho de 1934.*

Decreto n. 29.434 — de 4 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1951.

— *Suspende temporariamente, a aplicação de dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 29.447 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Altera dispositivos do Regulamento da Escola de Guerra Naval.*

Decreto n. 29.487 — de 23 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1951.

— *Acréscena alínea ao art. 6.º do Regulamento para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.522 — de 2 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação.*

Decreto n. 29.523 — de 2 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1951.

REGULAMENTO

— *Modifica dispositivos do Regulamento da Caixa de Amortização e dá outras providências.*

Decreto n. 29.526 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

— *Regulamenta a aplicação da Lei n. 1.267, de 9 de setembro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.548 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 28.410, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 29.549 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 28.411, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 29.550 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

— *Altera a redação do art. 76, do Regulamento baixado pelo Decreto n. 28.805, de 30 de outubro de 1950.*

Decreto n. 29.576 — de 18 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1951.

— *Dispõe sobre a redação dos artigos 155 e 156 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 29.581 — de 23 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1951.

— *Altera a redação do art. 6.º do Regulamento do Instituto Rio Branco.*

Decreto n. 29.608 — de 30 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

REGULAMENTO

— *Aprova o Regulamento para a XVIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados a realizar-se na Capital do Estado de São Paulo, no corrente ano.*

Decreto n. 29.632 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1951.

— *Altera o art. 19 do Decreto número 11.159, de 29 de dezembro de 1942.*

Decreto n. 29.636 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Regulamenta a Readaptação do Funcionário Civil no Serviço Público Federal.*

Decreto n. 29.642 — de 6 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 27.680, de 5 de janeiro de 1950, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.675 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1951.

— *Altera a redação de artigos do Decreto n. 29.526, de 3 de maio de 1951.*

Decreto n. 29.721 — de 28 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

REMUNERAÇÃO

Ver: Vencimentos.

RENOVAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA

Ver: Armada.

REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE NATAL

Declara órgão auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a Repartição de Saneamento de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 29.685 — de 4 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DE HIGIENE PÚBLICA

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de contribuições à Repartição Internacional de Higiene Pública.

Lei n. 1.364 — de 5 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de maio de 1951.

REVISTAS

Ver: *Imprensa.*

RIO PIRACANGUA

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, em toda a sua extensão, as águas do Piracangagua ou Piracangua.

Decreto n. 29.586 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Royal Exchange Assurance.

Decreto n. 29.531 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1951.

S

SALÁRIOS

Ver: *Vencimentos.*

"SÃO PAULO" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA

Aprova, com modificações, os Estatutos da "São Paulo" Companhia Nacional de Seguros de Vida.

Decreto n. 29.695 — de 21 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

S. BARRETO & FILHOS

Renova o Decreto n. 25.753, de 4 de novembro de 1948.

Decreto n. 29.703 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

SCHEELITA

Autoriza a cidadã brasileira Diva Borborema Vanderlei Maris a pesquisar scheelita e associados no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 29.458 — de 11 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1951.

SEGUROS

Ver: *o nome da Companhia.*

SERVIÇO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Altera o artigo 19 do Decreto número 11.159, de 29 de dezembro de 1942.

Decreto n. 29.636 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

Altera a redação do art. 76, do Regulamento baixado pelo Decreto número 28.805, de 30 de outubro de 1950.

Decreto n. 29.576 — de 18 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1951.

SERVIÇO EXCLUSIVO DE ENGENHARIA

Dispõe sobre a situação dos oficiais aprovados em concurso para ingresso no Serviço Exclusivo de Engenharia.

Decreto n. 29.439 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1951.

SERVIÇOS PORTUÁRIOS

Dispõe sobre a matrícula de ex-combatentes nas categorias de estivador, conferente e consertador de carga e descarga nos portos e dá outras providências.

Decreto n. 29.530 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

SERVIDORES DOS SERVIÇOS ARTICULADOS

Altera o art. 19 do Decreto n. 11.159, de 29 de dezembro de 1942.

Decreto n. 29.636 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

SINDICALIZAÇÃO

Revoga o Decreto n. 28.410, de 20 de julho de 1950.

Decreto n. 29.549 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 28.411, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 29.550 — de 10 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

SOCIEDADE AGRO-PECUARIA LIMITADA

Concede à Sociedade Agro-Pecuária Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.589 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS LLOYD ATLÂNTICO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da S. A. de Seguros Lloyd Atlântico.

Decreto n. 29.318 — de 2 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA FAZENDA DA FLORESTA

Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a pesquisar caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.164 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA INDÚSTRIAS VOTORANTIM

Concede permissão à S. A. Indústrias Votorantim para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.523 — de 3 de maio de 1951.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1951.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.

Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro, associados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 29.300 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LIMITADA

Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Limitada a lavar minério de ferro no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 29.505 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMÓVEIS LTDA.

Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda., a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 29.621 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Limitada, a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 29.622 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMÓVEIS LTDA.

Autoriza a Sociedade Brasileira de Imóveis Limitada, a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 29.623 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

SOCIEDADE CERAMITA LIMITADA

Concede à Sociedade Ceramita Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.620 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

SOCIEDADE DE MINERAÇÃO PITANGUI LTDA.

Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda. a pesquisar manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.496 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO AGRONACO LTDA.

Concede à Sociedade de Navegação Agronaco Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940.

Decreto n. 29.411 — de 29 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

Reproduzido no D. O. de 20 de abril de 1951.

SOCIEDADE FORÇA E LUZ DE MANHUAÇU LTDA.

Autoriza a Sociedade Força e Luz de Manhuaçu Ltda. a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n. 29.426 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1951.

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE DE TRACTION ET D'EXPLOITATION (EX-COMPAGNIE DU CHEMIN DE FER MÉTROPOLITAIN DE PARIS)

Concede a Société Générale de Traction et d'Exploitation, (ex-Compagnie du Chemin de Fer Métropolitain de Paris) autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.556 — de 14 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1951.

Retificado no D. O. de 23 de maio de 1951.

Reproduzido no D. O. (Supl.) de 25 de junho de 1951.

SUBVENÇÕES

Dispõe sobre o processamento das subvenções e contribuições da União, e dá outras providências.

Decreto n. 29.425 — de 2 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1951.

SÚDITOS DO EIXO

Investe o Banco do Brasil S. A., na qualidade de Agente Especial do Governo, na administração dos bens de Wilhelm Israel Hess e Johanna Sara Gunzburger.

Decreto n. 29.463 — de 12 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1951.

T**TABELAS**

Revoga dispositivos do Decreto número 29.026, de 23 de dezembro de 1950.

Decreto n. 29.545 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

— Modifica a tabela anexa ao Decreto n. 26.663, de 12 de maio de 1949, que alterou o Quadro Permanente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e deu outras providências.

Decreto n. 29.555 — de 11 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1951.

TABELAS

— *Torna sem efeito os Decretos números 26.285 e 26.621, respectivamente, de 29 de janeiro e 3 de maio de 1949, que alteram, com redução de despesa as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar, de Extranumerário-mensalista, da Estrada de Ferro Goiás, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-mensalista do Conselho Federal de Comércio Exterior, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.575 — de 18 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1951.

TABELAS DE RAÇÃO E ETAPAS

Aprova as tabelas e as instruções relativas à ração comum e aos valores de etapa das Forças Armadas.

Decreto n. 29.625 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1951.

TALCO

Autoriza a Magnesita S. A. a pesquisar magnesita, talco e associados no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.102 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexander Niven Brown a pesquisar talco, magnesita e associados no município de Brumado, Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.442 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

— *Declara sem efeito o Decreto n. 28.383, de 17 de julho de 1950.*

Decreto n. 29.491 — de 27 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1951.

TARBOLOOM CORPORATION

Concede à sociedade anônima "Tarbloom Corporation" autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.468 — de 13 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1951.

TAXAS

Dispõe sobre a renovação da Marinha de Guerra, alterando a taxa de que trata a Lei n. 156, de 27 de novembro de 1947.

Lei n. 1.383 — de 13 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1951.

TECELAGEM PARAIBA SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Tecelagem Paraíba S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.680 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiros a adquirirem os prédios e respectivo domínio útil dos terrenos de acrescidos da marinha que menciona, situados na Capital da República.

Decreto n. 29.283 — de 19 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na rua Pedro Alves n. 17, na Capital da República.*

Decreto n. 29.449 — de 9 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha (mangue extinto) que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.519 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de mangue (extinto), que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.520 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D.O. de 11 de junho de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.571 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1951.

TESOUREIRO AUXILIAR

Suprime cargo extinto.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.674 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1951.

Reproduzido no D. O. de 21 de junho de 1951.

TESOUREIRO GERAL

Torna sem efeito os Decretos números 29.012, de 12 de dezembro de 1950, e 29.152, de 17 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.445 — de 6 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

THE GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY COMPANY LIMITED

Retifica o Decreto n. 29.205, de 25 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.696 — de 22 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1951.

THE PRUDENTIAL ASSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "The Prudential Assurance Company Limited", e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares.

Decreto n. 29.431 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1951.

THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited a construir um ramal derivado da linha de transmissão entre São Miguel Paulista e Mogi das Cruzes, até a Sub-estação da Metalúrgica da Mineração Geral do Brasil, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.429 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de abril de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 29.535 — de 7 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited, a construir uma linha de transmissão entre o município de São Paulo e a cidade de Jundiaí, e um ramal para o distrito de Perus, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.562 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 29.662 — de 11 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1951.

THOR TOOL HEMISPHERE INC.

Concede à sociedade anônima "Thor Tool Hemisphere Inc." autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.557 — de 14 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1951.

TITÂNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Siciliano Júnior a lavrar minério de níquel, cromo, titânio e associados no município de Iacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.569 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1951.

TRANSPORTE AÉREO

Organiza o Comando de Transporte Aéreo.

Decreto n. 29.640 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1951.

TRATADOS

Torna pública a ratificação por parte da Bolívia, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente.

Decreto n. 28.300 — de 27 de outubro de 1950.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1951.

Torna pública a ratificação por parte do Peru, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1947 por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente.

Decreto n. 28.938 — de 7 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1951.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Estende aos cargos isolados de provimento em comissão e às funções gratificadas do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho os símbolos e valores estabelecidos na Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.

Lei n. 1.386-A — de 19 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1951.

TRIGO

Torna públicas aceitações do Acórdão Internacional do Trigo, e concluído em Washington, a 23 de março de 1949, e adesões ao mesmo, por parte de vários países.

Decreto n. 29.605 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1951.

TURFA

Autoriza o cidadão brasileiro Odilon Araújo Aguiar a lavrar turfa no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.297 — de 22 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1951.

U

UNIÃO BRASILEIRA DE AVIADORES CIVIS

Considera de utilidade pública a União Brasileira de Aviadores Civis, com sede em São Paulo.

Lei n. 1.372 — de 24 de maio de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1951.

USINA AÇUCAREIRA ESTHER S. A.

Outorga à Usina Açucareira Esther S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Funil, existente no rio Jaguari, distrito de Cosmópolis, município de Cosmópolis, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.037 — de 26 de dezembro de 1950.

Retificado no D. O. de 11 de abril de 1951.

V

VACINAÇÃO DO GADO BOVINO

Ver: Gado Bovino.

VENCIMENTOS

Revoga dispositivo da Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948, e dá outras providências.

Lei n. 1.351 — de 2 de abril de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de abril de 1951.

— *Estende aos cargos isolados de provimento em comissão e às funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho os símbolos e valores estabelecidos na Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.*

Lei n. 1.386-A — de 19 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1951.

— *Torna sem efeito os Decretos de 1950, e 29.152, de 17 de janeiro de 1951, e 29.012, de 12 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 29.445 — de 6 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

— *Fixa os vencimentos do Presidente da Fundação Brasil Central.*

Decreto n. 29.709 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

VETERINÁRIOS

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.

Lei n. 1.376 — de 6 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1951.

Retificada no D. O. de 13 de junho de 1951.

W

WORTHINGTON DO BRASIL, LTD.

Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima "Worthington do Brasil Ltd." autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.380 — de 26 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1951.

Z

ZELADOR

Suprime cargos provisórios.

(M.E.S. — Q.P.).

Decreto n. 29.440 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

— *Suprime cargos provisórios.*

(M.E.S. — Q.P.).

Decreto n. 29.441 — de 5 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1951.

ZINCO

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.876, de 16 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.543 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1951.

ZIRCÔNIO

Autoriza o Escritório Levi Limitada, a lavrar zircônio no município de Andradas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.349 — de 12 de março de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1951.

ZONA PETROLÍFERA

Ver: *Petróleo*.

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1951



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1951 — VOLUME V

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE JULHO A SETEMBRO

**Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1951**

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

	Págs.		Págs.
12 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 12-7-51	3	23 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 21-7-51	6
13 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 13-7-51	3	24 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 24-7-51	6
14 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 17-7-51	3	25 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 24-7-51	6
15 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 17-7-51	4	26 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 31-7-51	7
16 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 17-7-51	4	27 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 3-8-51	7
17 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 17-7-51	4	28 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 8-9-51	7
18 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 17-7-51	4	29 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 30-8-51. Reprod. no D. O. de 4-9-51	8
19 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 17-7-51	5	30 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 8-9-51	8
20 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 17-7-51	5	31 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 5-9-51	9
21 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 18-7-51	5	32 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Ainda não foi publicado no D. O.	10
22 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 20-7-51	6	33 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D.O. de 18-9-51	10

	Págs.		Págs.
34 — Congresso — Decreto Legislativo de 1951. Publicado no D. O. de 21-9-51	10	de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal (quota do imposto de renda destinada aos Municípios). Publicada no D. O. de 20-7-51	13
Lei n.º 1.388-B — Congresso — De 2 de julho de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose. Publicada no D. O. de 7-7-51 .	10	Lei n.º 1.394 — Fazenda — De 12 de julho de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$..... 2.614.108,80, para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 20-7-51	13
Lei n.º 1.390 — Justiça — De 3 de julho de 1951 — Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Pub. no D.O. de 10-7-51. Ret. no D.O. de 28-9-51 ..	11	Lei n.º 1.395 — Justiça — De 13 de julho de 1951 — Dispõe sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional. Pub. no Diário Oficial de 19-7-51	14
Lei n.º 1.391 — Viação-Fazenda — De 6 de julho de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00 para o fim que especifica. Publicada no D. O. de 14-7-51 ...	11	Lei n.º 1.396 — Aeronáutica — De 13 de julho de 1951 — Dá nova redação ao art. 49, do Código Brasileiro do Ar. Pub. no D.O. de 24 de julho de 1951	15
Lei n.º 1.391-A — Congresso — De 10 de julho de 1951 — Declara de utilidade pública a "Sociedade Internacional de Direito Social". Publicada no D. O. de 14-7-51	12	Lei n.º 1.397 — Fazenda — De 13 de julho de 1951. — Prorroga a vigência da Lei n.º 641, de 1949, sobre a cobrança dos direitos de importação que incidem sobre o cimento Portland. Publicada no D. O. de 20-7-51	15
Lei n.º 1.391-B — Congresso — De 10 de julho de 1951 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.700.000,00 para os fins que especifica. Pub. no D.O. de 14-7-51 ..	12	Lei n.º 1.398 — Fazenda — De 16 de julho de 1951 — Autoriza o Instituto Hahne- maniano do Brasil a transferir à Escola de Medicina e Cirurgia parte do terreno e prédio sito à rua Frei Caneca n.º 94, no Distrito Federal, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 20 de julho de 1951	15
Lei n.º 1.392 — Educação — De 11 de julho de 1951 — Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes aprovados em exame de habilitação para ingresso em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares. Publicada no D.O. de 19-7-51	12	Lei n.º 1.399 — Congresso — De 16 de julho de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamen-	
Lei n.º 1.393 — Fazenda — De 12 de julho de 1951 — Modifica os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 305, de 18 de julho			

	Págs.		Págs.
tos à Companhia Serviços de Engenharia. Pub. no <i>D. O.</i> de 19-7-51	16	Lei n.º 1.407 — <i>Fazenda</i> — De 9 de agosto de 1951 — Concede pensão a Orandil da Silva Teixeira, viúva de Edézio Teixeira, falecido em consequência de acidente em serviço. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 13-8-51	20
Lei n.º 1.400 — <i>Fazenda</i> — De 19 de julho de 1951 — Concede pensão mensal a Edith Guimarães Norberto. Pub. no <i>D.O.</i> de 25-7-51 ..	16	Lei n.º 1.408 — <i>Justiça</i> — De 9 de agosto de 1951 — Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências. Pub. no <i>D.O.</i> de 13 de agosto de 1951	20
Lei n.º 1.401 — <i>Educação</i> — De 31 de julho de 1951 — Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-8-51	16	Lei n.º 1.409 — <i>Justiça</i> — De 9 de agosto de 1951 — Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-8-51 ..	21
Lei n.º 1.402 — <i>Aeronáutica</i> — De 1 de agosto de 1951 — Dispõe sobre a promoção dos primeiros e segundos tenentes aviadores do Quadro de Oficiais Aviadores. Publicada no <i>D. O.</i> de 7-8-51	17	Lei n.º 1.410 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 10 de agosto de 1951 — Autoriza a abertura de crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde para ocorrer a despesas de gratificação de magistério. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-8-51 ..	23
Lei n.º 1.403 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 6 de agosto de 1951 — Dispõe sobre a transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais da Princesa Isabel e do seu esposo Conde d'Eu. Publicada no <i>D. O.</i> de 8-8-51	17	Lei n.º 1.410-A — <i>Congresso</i> — De 10 de agosto de 1951 — Modifica o art. 2.º da Lei n.º 67, de 13 de junho de 1935. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de agosto de 1951	23
Lei n.º 1.404 — <i>Justiça</i> — De 6 de agosto de 1951 — Considera de utilidade pública a Fundação Laureano, com sede no Distrito Federal. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-8-51 ..	18	Lei n.º 1.411 — <i>Educação-Fazenda-Trabalho</i> — De 13 de agosto de 1951 — Dispõe sobre a profissão de Economista. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-8-51 ..	24
Lei n.º 1.405 — <i>Agricultura-Fazenda</i> — De 9 de agosto de 1951 — Altera, sem aumento de despesa, o Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura. Pub. no <i>D. O.</i> de 14-8-51	18	Lei n.º 1.412 — <i>Congresso</i> — De 13 de agosto de 1951 — Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Pub. no <i>D. O.</i> de 21 de agosto de 1951	26
Lei n.º 1.406 — <i>Fazenda-Aeronáutica</i> — De 9 de agosto de 1951 — Concede pensão especial à mãe de Alvaro de Jesus Cardoso, ex-servidor do Ministério da Aeronáutica, falecido em virtude de acidente em serviço. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-8-51. Reprod. no <i>Diário Oficial</i> de 14-8-51	20	Lei n.º 1.413 — <i>Congresso</i> — De 13 de agosto de 1951 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 20.000,00, para pagamento do salário-família a funcionários do Tri-	

	Págs.		Págs.
bunal Regional Eleitoral do Ceará. Pub. no <i>D.O.</i> de 21 de agosto de 1951		meno de 1950. Publicada no <i>D. O.</i> de 31-8-51	32
Lei n.º 1.414 — Congresso — De 16 de agosto de 1951 — Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Primeira Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências. Publicada no <i>D. O.</i> de 23-8-51. Rep. no <i>D. O.</i> de 24-8-51 .	27	Lei n.º 1.419 — Fazenda — De 28 de agosto de 1951 — Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A. Publicada no <i>D.O.</i> de 29-8-51	32
Lei n.º 1.414-A — Congresso — De 20 de agosto de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$.. 12.000.000,00, para estudo, projeto e construção de uma ponte sobre o rio Jaguaribe, no Estado do Ceará. Publicada no <i>D. O.</i> de 28-8-51 .	27	Lei n.º 1.420 — Fazenda — De 29 de agosto de 1951 — Autoriza o Ministro da Fazenda a efetuar o pagamento das contribuições devidas ao Bureau Pan-Americano do Café. Pub. no <i>D. O.</i> de 29 de agosto de 1951	33
Lei n.º 1.415 — Justiça — De 22 de agosto de 1951 — Considera de utilidade pública o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D.O.</i> de 25-8-51 ..	31	Lei n.º 1.421 — Fazenda-Viação — De 30 de agosto de 1951 — Dá nova redação ao Art. 19 do Decreto n.º 24.508, de 29 de junho de 1934. Publicada no <i>D. O.</i> de 3-9-51	33
Lei n.º 1.416 — Justiça — De 24 de agosto de 1951 — Modifica a redação do Artigo 135, letra a, do Código Nacional de Trânsito. Publicada no <i>D. O.</i> de 28-8-51 ..	31	Lei n.º 1.422 — Educação-Fazenda-Viação — De 3 de setembro de 1951 — Concede auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para os festejos comemorativos do Quarto Centenário da fundação de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Publicada no <i>D. O.</i> de 5-9-51 .	33
Lei n.º 1.417 — Exterior-Fazenda — De 28 de agosto de 1951 — Autoriza a abertura de crédito especial para custeio de despesas com ampliação e consolidação de obras realizadas no Palácio Itamarati. Publicada no <i>D. O.</i> de 31-8-51	31	Lei n.º 1.423 — Congresso — De 4 de setembro de 1951 — Releva da prescrição em que incorreu o direito de Dona Dolores Corrêa Neto Vaz Pinto Coelho, para pleitear em Juízo a melhoria da pensão que percebe como viúva do magistrado Henrique Vaz Pinto Coelho. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-9-51 ...	34
Lei n.º 1.418 — Fazenda — De 28 de agosto de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, em reforço da Verba 3, Anexo 19 do Orça-	32	Lei n.º 1.424 — Congresso — De 4 de setembro de 1951 — Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Italo-Brasileiro, de Campinas, no Estado de São Paulo. Publicada no <i>D.O.</i> de 10-9-51	34

	Págs.		Págs.
Lei n.º 1.425 — <i>Fazenda</i> — De 6 de setembro de 1951 — Concede isenção de direitos de importação para materiais ele- tricos adquiridos pela Compa- nhia Fôrça e Luz de Monte Carmelo S. A., do Estado de Minas Gerais. Publicada no D. O. de 13-9-51	34	digo Penal e 725 do Código de Processo Penal e dá outras providências. Pub. no D. O. de 14-9-51	36
Lei n.º 1.426 — <i>Educação</i> — De 6 de setembro de 1951 — Denomina sanatórios e sana- tórios-colônias os leprocômios do Brasil. Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1951 .	34	Lei n.º 1.432 — <i>Congresso</i> — De 14 de setembro de 1951 — Autoriza o Poder Executi- vo a abrir, ao Poder Judiciá- rio — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$.. 5.000,00 para pagamento de salário-família ao pessoal do Tribunal Regional do Traba- lho da Sexta Região. Publi- cada no D. O. de 19 de setem- bro de 1951	37
Lei n.º 1.427 — <i>Fazenda</i> — De 11 de setembro de 1951 Concede pensão mensal de Cr\$ 500,00 a Ana Carmelina Pereira, viúva de Joaquim Acúrcio Pereira, ex-contí- nuo-porteiro aposentado, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Pu- blicada no D. O. de 13-9-51 .	35	Lei n.º 1.433 — <i>Fazenda</i> — De 15 de setembro de 1951 — Modifica a redação da alí- nea b, do art. 3.º, da Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947. Publicada no D. O. de 19-9-51	37
Lei n.º 1.428 — <i>Exterior</i> — <i>Fa- zenda</i> — De 11 de setembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministé- rio das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 4.900.000,00 para aten- der às despesas decorrentes da posse do atual Presidente da República. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 14-9-51. — Ret. no D. O. de 1-10-51	35	Lei n.º 1.434 — <i>Trabalho</i> — De 17 de setembro de 1951 — Revoga a Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a apo- sentadoria e pensão dos ser- vidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União e revigora os Decreto-leis nú- meros 3.769, de 28 de outu- bro de 1941, e 8.348, de 10 de dezembro de 1945, e as disposições da Lei n.º 593, de 24 de dezembro de 1948, derrogadas pela Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950. Pu- blicada no D. O. de 19 de setembro de 1951	37
Lei n.º 1.429 — <i>Fazenda</i> — De 11 de setembro de 1951 — Dispõe sobre o aumento de capital da Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco, Pub. no D. O. de 14-9-51 ..	35	Lei n.º 1.435 — <i>Exterior</i> — De 18 de setembro de 1951 Cria, na carreira de Di- plomata do Quadro Perma- nente do Ministério das Rela- ções Exteriores, sete cargos de Ministro Plenipotenciário de primeira classe. Publicada no D. O. de 18-9-51	38
Lei n.º 1.430 — <i>Justiça</i> — De 12 de setembro de 1951 — Modifica o § 2.º do artigo 66 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Elei- toral). Pub. no D. O. de 12 de setembro de 1951	36	Lei n.º 1.436 — <i>Fazenda</i> — De 18 de outubro de 1951 — Concede pensão especial	
Lei n.º 1.431 — <i>Justiça</i> — De 12 de setembro de 1951 — Altera os Arts. 63 do Có-			

	Págs.		Págs.
de Cr\$ 300,00 mensais a Ter- cina da Rocha Silva. Publica- cada no D. O. de 20-9-51 .	38	e Encargos do Anexo 26 do vigente Orçamento. Publica- da no D. O. de 24-9-51 ..	39
Lei n.º 1.437 — <i>Exterior-Fa- zenda</i> — De 19 de setembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministé- rio das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Repartição Sanitária Pan-Americana no exercício de 1949. Pub. no D. O. de 22 de setembro de 1951 ...	38	Lei n.º 1.441 — <i>Fazenda</i> — De 24 de setembro de 1951 — Altera dispositivos das Leis ns. 33 e 160, respectivamen- te, de 1 de maio e 29 de no- vembro de 1947, que dispõem sobre o funcionamento do Tri- bunal Federal de Recursos. Pub. no D. O. de 25-9-51 ..	39
Lei n.º 1.438 — <i>Congresso</i> — De 19 de setembro de 1951 — Denomina Campo dos Pal- mares o aeropôrto e base aérea de Maceió. Pub. no D. O. de 24-9-1951	39	Lei n.º 1.442 — <i>Educação-Fa- zenda</i> — De 25 de setembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Minis- tério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. 136.881,20, para o pagamento de gratificações a diversos professores. Pub. no D. O. de 1-10-51	41
Lei n.º 1.439 — <i>Congresso</i> — De 19 de setembro de 1951 — Autoriza o Poder Executi- vo a abrir ao Poder Judiciá- rio — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito espe- cial de Cr\$ 362.092,50, para pagamento aos ministros vita- lícios daquele Tribunal. Pu- blicada no D. O. de 24 de setembro de 1951	39	Lei n.º 1.443 — <i>Fazenda</i> — De 25 de setembro de 1951 — Autoriza o Poder Executi- vo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00 (quarenta e um mil oitocentos e seis cru- zeiros). Publicada no D. O. de 1-10-51	42
Lei n.º 1.440 — <i>Congresso</i> — De 19 de setembro de 1951 — Autoriza a abertura, ao Po- der Judiciário — Tribunal Re- gional Eleitoral de Santa Ca- tarina — do crédito suplemen- tar de Cr\$ 5.000,00, como re- fôrço à Verba 3 — Serviços	39	Lei n.º 1.444 — <i>Justiça-Mari- nha-Guerra-Aeronáutica</i> — De 29 de setembro de 1951 — Exclui da classificação constan- te do art. 1.º da Lei nú- mero 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios que menciona. Pub. no D. O. de 2-10-51	43

Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
Lei n.º 1.049 — <i>Educação-Fa- zenda</i> — De 3 de janeiro de 1950 — Federaliza a Faculda- de de Medicina e Cirurgia do Pará. Ret. no D. O. de 22 de agosto de 1951	47	Lei n.º 1.268 — <i>Educação-Fa- zenda</i> — De 9 de dezembro de 1950 — Autoriza a aber- tura, pelo Ministério da Edu- cação e Saúde, de crédito es- pecial para pagamento de gra- tificações de magistério. Ret. no D. O. de 20-8-51	47

Figuram neste volume os decretos-legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1951, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, VIII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 12, de 1951

Art. 1.º São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República relativamente ao exercício de 1947 e apresentadas na forma do art. 87, inciso XVII, da Constituição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de julho de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de ajuste celebrado em 7 de novembro de 1949 entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Sociedade de Obras de Engenharia Limitada para escavação do canal Ponta Negra, próximo de Maricá, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de julho de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 14, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acordo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Piauí, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 15, DE 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acôrdo celebrado em 18 de maio de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Rio Grande do Sul, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 16, DE 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acôrdo celebrado em 13 de junho de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Pernambuco para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 17, DE 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Alagoas, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item V, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 18, DE 1951

Art. 1.º É concedida anistia aos condenados ou processados por motivo de greve.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 19, DE 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acordo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Espírito Santo, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, DE 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de acordo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Rio de Janeiro, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 21, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de Acordo celebrado em 12 de junho de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Amazonas, para desenvolvimento dos serviços de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 22 de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo do Acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado da Bahia, para desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso VII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1951

Artigo único. É concedida licença ao Sr. João Café Filho, Vice-Presidente da República, para ausentar-se do Brasil em visita à Suécia, e eventualmente a outros países.

Senado Federal, em 19 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 24, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de Acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Minas Gerais, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 25, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de Acôrdo celebrado em 28 de abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Maranhão, para desenvolvimento do serviço de assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de julho de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26 — De 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 7 de fevereiro de 1950, recusou registro ao termo de 21 de outubro de 1949, aditivo ao contrato celebrado em 5 de fevereiro de 1945 entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Instituto Brasileiro de Mecanização — Serviços Hollerith Sociedade Anônima, para instalação do equipamento Hollerith da elaboração mecânica de trabalhos atinentes aos encargos da Seção Financeira da Divisão do Pessoal desse Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de julho de 1951.

ETELVINO LINS — 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 27, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, negando registro à aposentadoria do guarda civil José Gabriel de Almeida, classe H, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o fim de ser a mesma aposentadoria concedida e registrada nos termos do Decreto n.º 21.206, de 28 de março de 1932.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de agosto de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 28, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o texto de Acôrdo de Migração firmado na cidade do Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950, pelo Brasil e a Itália.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de agosto de 1951. — Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item II, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 29, de 1951

Art. 1.º E' o Presidente da República autorizado a celebrar a Paz com o Japão e a assinar o respectivo Tratado, que será submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de agosto de 1951.

VESPASIANO MARTINS

2.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 30, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o texto do Protocolo Modificativo do Art. XXVI do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado em Annecy, França a 13 de agosto de 1949, pelo Brasil e outros países.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de setembro de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Protocolo modificativo do Artigo XXVI do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Os Governos da Commonwealth da Austrália, do Reino da Bélgica, dos Estados Unidos do Brasil, da Birmânia, do Canada, do Ceyão, da República do Chile, da República da China, da República de Cuba, da República da Tcheco-Eslováquia, da República Francesa, da Índia, do Líbano, do Grã-Ducado de Luxemburgo, do Reino dos Países-Baixos, da Nova Zelândia, do Reino da Noruega, do Paquistão, da Rodésia do Sul, da Síria, da União Sul Africana, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e dos Estados Unidos da América, agindo na sua capacidade de partes contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, (doravante designado como Acordo Geral).

Desejosos de efetuar emendas ao Artigo XXVI do Acôrdo Geral, de conformidade com as disposições do Artigo XXX do mesmo, Acordam em que:

1. O texto do parágrafo 4 do Artigo XXVI do Acôrdo Geral será emendado da seguinte forma:

"4 (a) Todo Governo que aceitar o presente Acôrdo, fa-lo-a relativamente ao seu território metropolitano e aos demais territórios pelos quais esse Governo tenha responsabilidade internacional, com exceção dos territórios aduaneiros distintos que forem indicados ao Secretario Geral das Nações Unidas quando da sua propria aceitação.

(b) Todo Governo, que tiver transmitido ao Secretario Geral uma notificação dessa natureza, de acôrdo com as exceções da alínea (a) do presente parágrafo, podera, em qualquer momento, comunicar ao mesmo que a sua aceitação sera valida para todos os territórios aduaneiros assim excetuados, e tal notificação tornar-se-á efetiva 30 dias apos a data em que o Secretario Geral a tiver recebido.

(c) Se quaisquer dos territórios aduaneiros, com relação aos quais uma parte contratante tiver aceitado o presente Acôrdo possuir ou adquirir com-

pleta autonomia na direção das suas relações comerciais exteriores das demais questões tratadas no presente Acordo, tal território será considerado como uma parte contratante, por iniciativa da parte contratante responsável, a qual apresentará uma declaração em que indique os fatos acima mencionados".

2. O presente Protocolo, após sua assinatura no encerramento da Terceira Reunião das Partes Contratantes, será depositado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

3. O depósito do presente Protocolo, a contar da data em que for o mesmo efetuado, constituirá o depósito do instrumento de aceitação da emenda estabelecida no parágrafo 1 do presente Protocolo, por qualquer parte contratante, cujo representante tiver assinado o presente Protocolo sem reserva.

4. Os instrumentos de aceitação das partes contratantes que não tiverem assinado o presente Protocolo, ou que o tiverem assinado com reservas quanto a sua aceitação, serão depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

5. A emenda estabelecida no parágrafo 1 do presente Protocolo entrará em vigor, conforme as disposições do Artigo XXX do Acordo Geral, quando dois terços dos Governos que naquele momento forem partes contratantes tiverem depositado os instrumentos de aceitação de conformidade com os parágrafos 3 e 4 do presente Protocolo.

6. O Secretário Geral das Nações Unidas informará todos os membros das Nações Unidas e todos os outros Governos que tenham tomado parte na Conferência de Comércio e Emprego das Nações Unidas de cada aceitação da emenda constante do parágrafo 1 do presente Protocolo e da data em que tal emenda entrar em vigor de acordo com o parágrafo 5 do presente Protocolo.

7. O Secretário Geral fica autorizado a registrar o presente Protocolo de conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Em fé do que os representantes devidamente autorizados dos governos acima mencionados assinaram o presente Protocolo.

Feito em: Annecy, em um só exemplar, redigido nas línguas francesa e inglesa, sendo ambos os textos autênticos, salvo indicação em contrário, em 13 de agosto de 1949.

A presente é a tradução oficial, em idioma português, do texto original e autêntico do *Protocolo Modificativo do Artigo XXVI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio*, firmado em Annecy, França, a 13 de agosto de 1949.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro, D. E., em 3 de abril de 1950. — *Hequet* — Pelo Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 71, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 31, de 1951

Art. 1.º É aprovada a decisão do Tribunal de Contas, de 31 de dezembro de 1948, que recusou registro ao contrato celebrado, em 16 de dezembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma L. Keller, Lupi & Cia. Ltda., para o fornecimento de material a Escola Técnica de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de setembro de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 32 — DE 1951

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 32, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de ajuste firmado a 13 de dezembro desse mesmo ano entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma Raja Gabaglia — Escritório Técnico, para a aquisição e montagem de três guindastes de pórtico destinados ao porto de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de setembro de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 34, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado, a 30 de novembro desse ano entre a Divisão de Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Quimbrasil — Química Industrial Brasileira Sociedade Anônima, para o fornecimento de materiais de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1951. — ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.388-B — DE 2 DE JULHO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de julho de 1951. — João Café Filho.

Proj. nº 934/50

LEI N.º 1.390 — DE 3 DE JULHO DE 1951

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único. Será considerado o agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3.º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4.º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5.º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o

agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.391 — DE 6 DE JULHO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00 (dez milhões, setecentos e oitenta e cinco

Proj. nº 562/50

Proj. nº 1.049/50

mil e quinhentos cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas suplementares decorrentes da aquisição de embarcações pelo Serviço de Navegação da Baía do Prata, à conta do crédito especial de que tratam a Lei n.º 284, de 27 de maio de 1948, e o Decreto n.º 25.253, de julho do mesmo ano.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.
Horacio Lafer.

LEI N.º 1.391-A — DE 10 DE JULHO
DE 1951

Declara de utilidade pública a "Sociedade Internacional de Direito Social".

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' declarada de utilidade pública a Sociedade Internacional de Direito Social, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de julho de 1951.

Proj. n.º 323/50 João Café Filho.

LEI N.º 1.391-B — DE 10 DE JULHO
DE 1951

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 5.700.000,00 para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros), sendo:

a) Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), como subvenção à Universidade da Bahia, para manutenção de sua Faculdade de Direito na conformidade do art. 16, § 1.º, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950;

b) Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), para cumprimento do que dispõe a Lei n.º 1.021, de 28 de dezembro de 1949, com referência à Universidade de Porto Alegre; e

c) Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), para cumprimento da citada Lei n.º 1.021, de 28 de dezembro de 1949, com referência à Universidade da Bahia.

Parágrafo único. Passam à categoria de disciplinas privativas as cadeiras de Anatomia, Fisiologia, Histologia, Microbiologia, Higiene e Odontologia legal e Clínica Odontológica (2.ª parte) da Faculdade de Odontologia das Universidades de Porto Alegre e Bahia e as cadeiras de Parasitologia, Química Orgânica, Química Biológica, Física Aplicada à Farmácia, Microbiologia, Higiene e Legislação Farmacêutica da Escola de Farmácia das mesmas Universidades.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

Proj. n.º 1099/50 João Café Filho.

LEI N.º 1.392 — DE 11 DE JULHO
DE 1951

Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes, aprovados em exame de habilitação para ingresso em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para o aproveitamento dos alunos aprovados e não classificados, no concurso de habilitação de 1951, ficam os estabelecimentos de ensino superior, mantidos por particulares, autorizados a matricular esses alunos excedentes no limite das vagas que, a seu pedido, for fixado no prazo de 15 dias, pelo Ministério da Educação e Saúde, à vista da capacidade

Proj. n.º 473/51

das suas instalações e da possibilidade do seu corpo docente.

Art. 2.º Para atender ao disposto no artigo anterior, serão criadas turmas extraordinárias, que permitirão o lecionamento integral, em regime especial, dos programas de ensino.

Art. 3.º Os resultados obtidos nos exames de habilitação, no ano letivo de 1951, valerão para matrícula em outros estabelecimentos de ensino congêneres, na ordem decrescente das notas obtidas, depois de atendidos os excedentes do próprio estabelecimento.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.393 — DE 12 DE JUNHO DE 1951

Modifica os arts. 2.º e 3.º da Lei número 305, de 18 de julho de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4, da Constituição Federal (cota do imposto de renda destinada aos Municípios).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 2.º e 3.º da Lei n. 305, de 18 de julho de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4, da Constituição Federal (cota do imposto de renda destinada aos Municípios), passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º As importâncias devidas, na forma do artigo anterior, serão distribuídas totalmente às exatarias federais, a fim de que estas efetuem o pagamento de uma só vez aos Municípios.

Parágrafo único. Os créditos de que trata esta Lei deverão ser automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e os pagamentos serão efetuados por movimentos de fundos.

Art. 3.º O pagamento será feito, em cada Município, diretamente à Prefeitura Municipal, de preferência pela

Coletoria Federal nêle instalada, ou que nêle tiver jurisdição, dentro dos primeiros sessenta dias do segundo semestre, mediante ordem da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no respectivo Estado.

§ 1.º As importâncias recebidas serão obrigatoriamente escrituradas, bem como a sua aplicação, na Contabilidade da Prefeitura Municipal.

§ 2.º O Prefeito Municipal, em cada exercício, remeterá à Câmara Municipal as contas e comprovantes do exercício anterior, sem cuja prova não poderá receber qualquer nova importância.

§ 3.º Em caso de calamidade pública, inclusive quando ocorrer seca total ou parcial, o pagamento de que trata este artigo poderá ser antecipado em relação aos Municípios das áreas atingidas pela calamidade”.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Prof. nº 10/51

LEI N.º 1.394 — DE 12 DE JUNHO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 24.614.108,80, para o fim que especifica.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 24.614.108,80 (vinte e quatro milhões, seiscentos e quatorze mil, cento e oito cruzeiros e oitenta centavos), para final liquidação das despesas — Serviços e Encargos — com a construção do prolongamento da linha férrea Desembargador Drumond a Itabira e melhoria do trecho de Barbados até Desembargador Drumond, de acordo com as medições feitas e contrato firmado entre a Companhia Melhoramentos Ferroviários, empreiteira das obras, e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A.,

Prof. nº 392/50

encampada pelo Governo e incorporada à Companhia Vale do Rio Doce S. A.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.395 — DE 13 DE JULHO
DE 1951

Dispõe sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República na segunda metade do período presidencial, far-se-á a eleição pelo Congresso Nacional, para ambos os cargos, trinta dias depois da última vaga.

Art. 2.º Para essa eleição será o Congresso convocado pelo seu Presidente, mediante edital, que será publicado, por três vezes, no *Diário do Congresso Nacional*, e do qual deverá constar a data e hora da sessão.

Parágrafo único. Se as vagas ocorrerem no intervalo das sessões legislativas, a convocação caberá ao Presidente da República em exercício, que a fará imediatamente após a sua posse, de forma que se torne possível a eleição no termo do prazo estabelecido pelo art. 1.º.

Art. 3.º Não começará a eleição sem a presença da maioria dos membros do Congresso, mas a sessão não deixará de ser aberta nem será suspensa pela falta do *quorum* legal, devendo continuar até que este se verifique, vote, pelo menos, a mencionada maioria e termine o processo eleitoral.

Art. 4.º A eleição processar-se-á mediante voto secreto, e em escrutínios distintos um para Presidente e outro para Vice-Presidente. Cada

membro do Congresso será chamado nominalmente e depositará a sua cédula em urna fechada, que estará sobre a mesa.

§ 1.º As cédulas poderão ser dactilografadas ou impressas, e conterão apenas a designação da eleição e o nome, por extenso, do candidato.

§ 2.º Antes de aberta a urna, poderá votar qualquer membro do Congresso que o não tenha feito quando chamado.

§ 3.º Finda a eleição, a mesa apurará os votos e proclamará imediatamente o resultado, considerando-se eleito o candidato que obtiver maioria absoluta de sufrágios dos presentes e, em caso de empate, o mais velho.

§ 4.º Se no primeiro escrutínio, nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta, ne houver empate, realizar-se-ão tantos escrutínios quantos forem necessários para um ou outro resultado.

§ 5.º Proclamado o resultado da eleição, suspender-se-á a sessão pelo tempo necessário para que seja lavrada a ata respectiva e, reabertos os trabalhos, será a mesma submetida à aprovação do plenário.

§ 6.º A ata, além de todas as ocorrências que se derem na eleição, mencionará os nomes dos membros do Congresso que houverem votado e o número dos que o não tiverem feito.

Art. 5.º Não se contarão os votos dados a pessoas inelegíveis.

Art. 6.º Antes de encerrada a sessão, o Presidente da Mesa convocará novamente o Congresso Nacional, a fim de receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República, na forma do art. 41, III, da Constituição Federal.

Art. 7.º A sessão será dedicada exclusivamente à eleição, não sendo lícito tratar nela de assuntos que lhe sejam estranhos.

Art. 8.º Nos casos omissos nesta Lei, observar-se-á o Regimento Comum da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, vigente na época em que se tenham verificado as vagas.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Proj. nº 211/50

LEI N.º 1.396 — DE 13 DE JUNHO DE 1951

Dá nova redacção ao art. 49 do Código Brasileiro do Ar.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Art. 49 do Código Brasileiro do Ar, instituído pelo Decreto-lei n.º 483, de 8 de junho de 1938, passa a ter os seguintes dispositivos e redacção:

“Art. 49. Nenhuma aeronave particular poderá transportar, salvo com autorização especial do Ministério da Aeronáutica, explosivos, munições de guerra, armas de fogo ou quaisquer petrechos bélicos, pombos-correio e equipamento fotográfico destinado a levantamento aerofotográfico.

§ 1.º Os aparelhos fotográficos e cinematográficos de amador, para tomada de vistas panorâmicas, poderão ser transportados e utilizados, independente de licença especial, a bordo de aeronaves de linhas regulares realizando viagens de horário. Esta prerrogativa, no entanto, poderá ser suspensa, temporariamente, pelo Ministério da Aeronáutica, sempre que o interesse da segurança nacional o exigir.

§ 2.º Nos demais casos, além do previsto no parágrafo anterior, o transporte e o uso de aparelhos fotográficos e cinematográficos de amador em aeronaves particulares dependerá de prévia licença do Ministério da Aeronáutica”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Proj. n.º 662/50

LEI N. 1.397 — DE 13 DE JULHO DE 1951

Prorroga a vigência da Lei n.º 641, de 1949, sobre a cobrança dos direitos de importação que incidem sobre o cimento Portland.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É prorrogada até 31 de dezembro de 1951 a vigência da Lei número 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 1.243, de 25 de novembro de 1950, que autorizou a suspensão nos exercícios de 1948 a 1950, da cobrança dos direitos de importação e taxas que incidem sobre o cimento Portland e dispõem sobre os preços de venda deste produto.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Proj. n.º 1.064/50

LEI N. 1.398 — DE 16 DE JULHO DE 1951

Autoriza o Instituto Hahnemanniano do Brasil a transferir à Escola de Medicina e Cirurgia, parte do terreno e prédio sito à rua Frei Caneca n.º 94, no Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Instituto Hahnemanniano do Brasil autorizado a transferir, gratuitamente, à Escola de Medicina e Cirurgia e plena propriedade de 2/5 (dois quintos) do imóvel situado na Rua Frei Caneca n.º 94, no Distrito Federal, isto é, uma fração ideal correspondente a 2/5 (dois quintos) da área total do terreno, os 2.º (segundo), 3.º (terceiro) e 4.º (quarto) pavimentos do edifício principal e 5 (cinco) pavimentos do Instituto Anatômico, de acordo com o resolvido por aquela entidade em Assembléia Geral, de 9 de março de 1949, e conforme os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 120.797-49, bens esses que foram doados ao referido Instituto pela União, ex-vi do Decreto-lei n.º 1.332, de 8 de junho de 1939.

Parágrafo único. A transferência autorizada por esta lei não modifica a finalidade a que foi vinculada a doação e será considerada como adimplemento de uma das condições de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.332, de 8 de junho de 1939.

Proj. n.º 1.363/49-50

Art. 2.º Se se extinguir a Escola de Medicina e Cirurgia, excetuada a hipótese de vir a ser incorporada por outra sociedade que se proponha a fins iguais ou semelhantes, o domínio pleno da parte mencionada no artigo antecedente, com as construções e benfeitorias existentes e sem indenização de espécie alguma, quer quanto ao solo, quer quanto ao que se lhe incorporar, reverterá ao patrimônio do Instituto Hahnemanniano do já tiver revertido o daquele Instituto, em cumprimento ao art. 2.º do já citado Decreto-lei n.º 1.332, de 8 do junho de 1939.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.399 — DE 16 DE JULHO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.

O Congresso Nacional decreta e eu Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70 (sete milhões novecentos e trinta e quatro mil e setenta e cinco cruzeiros e setenta centavos), destinado ao pagamento devido à Companhia Serviços de Engenharia, por serviços realizados na rodovia Anápolis-São José do Tocantins, no Estado de Goiás.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de julho de 1951. — Alexandre Marcondes Filho.

LEI N.º 1.400 — DE 19 DE JULHO DE 1951

Concede pensão mensal a Edith Guimarães Norberto.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Edith Guimarães Norberto, viúva do engenheiro Gentil Tristão Norberto, a pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.401 — DE 31 DE JULHO DE 1951

Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A atual cadeira de História Econômica do Curso de Ciências Econômicas, criado pelo Decreto-lei número 7.988, de 22 de setembro de 1945, passará a denominar-se História Econômica Geral e do Brasil e deverá ser ministrada como disciplina autônoma.

Art. 2.º O Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, criado pelo Decreto-lei referido no artigo anterior, poderá ser desdobrado, sendo os diplomas, respectivamente, de bacharel em ciências contábeis e de bacharel em ciências atuariais, atribuídos aos alunos que cursarem no mínimo as seguintes disciplinas:

1 — Para o Curso de Ciências Contábeis:

1 — Ciências da Administração.

2 — Economia Política.

3 — Contabilidade Geral.

4 — Análise Matemática.

5 — Instituições de Direito Público.

6 — Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola.

7 — Instituições de Direito Civil e Comercial.

Proj. nº 854/50

Proj. nº 239/49

8 — Organização e Contabilidade Bancária.

9 — Finanças das Empresas — Técnica Comercial.

10 — Legislação Tributária e Fiscal.

11 — Revisões e Perícia Contábil.

12 — Prática de Processo Civil e Comercial.

13 — Instituições de Direito Social.

14 — Contabilidade Pública.

15 — Estatística Geral e Aplicada.

II — Para o Curso de Ciências Atuariais:

1 — Ciências da Administração.

2 — Economia Política.

3 — Estatística Geral e Aplicada.

4 — Contabilidade Geral.

5 — Análise Matemática.

6 — Estatística Matemática e Demográfica.

7 — Matemática Financeira.

8 — Instituições de Direito Público.

9 — Matemática Atuarial.

10 — Instituições de Direito Civil e Comercial.

11 — Organização e Contabilidade Bancária.

12 — Legislação Tributária e Fiscal.

13 — Organização e Contabilidade de Seguros.

Parágrafo único. A aprovação em todas as cadeiras do atual currículo dará direito aos dois diplomas.

Art. 3.º As atuais disciplinas de Ciências das Finanças e de Legislação Tributária e Fiscal do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais passarão a constituir uma única disciplina com denominação de Elementos de Finanças e de Legislação Tributária e Fiscal.

Art. 4.º Os cursos desdobrados pela presente Lei poderão ser concluídos em três anos, se assim o permitirem as condições didáticas e os horários escolares.

Art. 5.º Os alunos já matriculados em qualquer das séries do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais terão direito de opção e poderão terminar o curso de acordo com as disposições da presente Lei.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho

LEI N. 1.402 — DE 1 DE AGOSTO DE 1951

Dispõe sobre a promoção dos primeiros e segundos tenentes aviadores do Quadro de Oficiais Aviadores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os primeiros e segundos tenentes aviadores do Quadro de Oficiais Aviadores serão promovidos ao posto imediato, quando houver vaga, satisfeitas as exigências regulamentares, independentemente do Art. 2.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Proj. n.º 426/51

LEI N.º 1.403 — DE 6 DE AGOSTO DE 1951

Dispõe sobre a transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais da princesa Isabel e do seu esposo Conde d'Eu.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a despendar a quantia de Cr\$ 1.000.000.00 (um milhão de cruzeiros) pelo Ministério da Educação e Saúde, a que pertence o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para, em cumprimento a decretos anteriores do Legislativo, serem transladados para o Rio de Janeiro e inumados em túmulo especial, na matriz de Petrópolis, os despojos mortais da Princesa Isabel e do seu esposo Conde d'Eu.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
E. Simões Filho.
Horácio Lafer.

Proj. n.º 14/47

LEI N.º 1.404 — DE 6 DE AGOSTO
DE 1951

*Considera de utilidade pública a
Fundação Laureano, com sede no
Distrito Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É considerada de utilidade pública a "Fundação Laureano", com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Proj. n.º 9/51

LEI N.º 1.405 — DE 9 DE AGOSTO DE 1951

Altera, sem aumento de despesa, o Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criada e incluída no Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura a carreira de Estacionário-auxiliar, com dois cargos na classe "C", treze na classe "B" e trinta e três na classe "A".

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos referidos no artigo anterior são os constantes da relação nominal anexa.

Art. 3.º Aos funcionários atingidos por esta Lei é assegurado o pagamento da diferença entre o salário que efetivamente recebiam e o vencimento correspondente às classes que passam a integrar.

Parágrafo único. O pagamento dessa diferença cessará, assim que o funcionário por ela beneficiado venha, a qualquer título, perceber remuneração igual ou superior à que este artigo lhe assegura.

Art. 4.º São feitas, no Anexo 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República para 1947 (Lei n.º 3, de 2 de dezembro de 1946). as seguintes alterações:

Cr\$

Verba 1 — Pessoal

Consignação II — Pessoal Extranumerário

Subconsignação 05 — Pessoal Extranumerário

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Passa de 61.389.600,00

Para 61.215.600,00

Consignação I — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Passa de 104.011.500,00

Para 104.181.500,00

Consignação V — Outras despesas com pessoal

Subconsignação 26 — Diferença de Vencimentos

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal

Passa de 100.000,00

Para 104.000,00

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horácio Láfer.

Proj. n.º 439/48

Relação nominal a que se refere o Art. 2.º desta Lei, com especificação da diferença de vencimentos a que têm direito, nos termos do seu Art. 3.º :
Carreira : Estacionário-auxiliar

Número de cargos	Classe	Nome do ocupante	Dif. de venc.	
			Mensal	Anual
			Cr\$	Cr\$
2	C	Martinho Correia	50,00	600,00
12	B	Pedro Sacramento	—	—
		Afonso Guimarães	50,00	600,00
		Cristiano Alves Pinto	—	—
		Elpídio Pereira do Amaral	—	—
		Fenelon Ramos	—	—
		Júlia Dias	—	—
		Julietta Achtschin	—	—
		José Vicente da Silva	50,00	600,00
		Margarida Maria Vilela	—	—
		Nair Neto Godinho	—	—
		Osvaldo Barbosa	—	—
		Olímpio Macedo Neves	—	—
		Paul Bagno	—	—
33	A	Quintino Neiva	—	—
		Alcides Lana	—	—
		Alba Falabela de Castro	50,00	600,00
		Alexandre Dias Maciel	—	—
		Antônio Lucas	—	—
		Carlos Yankous	50,00	600,00
		Cleyde Viana Mauro	—	—
		Carmelina do Carmo Fonseca	50,00	600,00
		Cecília Lopes Carmona	50,00	600,00
		Ernesto José da Silva	—	—
		Derjavine de Oliveira Ruas	50,00	600,00
		Eva Guimarães	50,00	600,00
		Emílio José Del Vecchio	—	—
		Etelvina Antônia de Abreu	50,00	600,00
		João Procópio Leandro	—	—
		Francisco de Sousa e Silva	50,00	600,00
		Joaquim Lopes de Faria	—	—
		Joana Versiana	50,00	600,00
		Josefina Magalhães Chaves	—	—
		José Cecílio do Carmo	50,00	600,00
		Lauro Baltar	—	—
		Maria Cristina Tanús	50,00	600,00
		Maria Alves de Oliveira	—	—
		Maria de Lourdes Generoso	50,00	600,00
		Maria Angélica de Figueiredo	—	—
		Mariana Pereira	50,00	600,00
		Maria Silveira	—	—
		Maria Rita de R. Ribeiro	50,00	600,00
		Rosália Rena de Miranda	—	—
		Rosa Freire do Vale	—	—
		Rosa Pereira de Athayde	—	—
		Sebastião Gonçalves do Vale	50,00	600,00
		Tarcísio Generoso da Silva	50,00	600,00
		Vicente de Leocádio	50,00	600,00

LEI N.º 1.406 — DE 9 DE AGOSTO
DE 1951*

Concede pensão especial à mãe de Alvaro de Jesus Cardoso, ex-servidor do Ministério da Aeronáutica, falecido em virtude de acidente em serviço.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Quitéria de Jesus Cardoso, mãe de Alvaro de Jesus Cardoso, morto em 19 de abril de 1949, em consequência de acidente em serviço, a pensão especial de Cr\$. 950,00 (novecentos e cinquenta cruzeiros) mensais, correspondentes a metade do salário mensal que o referido servidor percebia em vida, até à data do seu falecimento.

§ 1.º Esta pensão beneficiará igualmente, os filhos de qualquer condição, menores ou maiores inválidos, que porventura tenha deixado o falecido Alvaro de Jesus Cardoso.

§ 2.º A pensão especial, de que trata este artigo, é devida a partir da data da vigência da presente Lei e a despesa correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.
Nero Moura.

Prof. n.º 1251/49

LEI N.º 1.407 — DE 9 DE AGOSTO
DE 1951

Concede pensão a Orandil da Silva Teixeira, viúva de Edézio Teixeira, falecido em consequência de acidente em serviço.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Orandil da Silva Teixeira, viúva de Edézio

Teixeira, falecido em consequência de acidente em serviço, no dia 10 de março de 1948, a pensão especial de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros) mensais, correspondentes a metade do salário mensal, que o referido servidor percebia em vida, até a data de sua morte.

Parágrafo único. A pensão especial, de que trata este artigo, é devida a partir da data da vigência da presente Lei e a despesa correrá a conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro 9 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Prof. n.º 1.276/49-50

LEI N.º 1.408 — DE 9 DE AGOSTO
DE 1951

Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Sempre que, por motivo de ordem pública, se fizer necessário o fechamento do Fórum, de edifícios anexos ou de quaisquer dependências do serviço judiciário ou o respectivo expediente tiver de ser encerrado antes da hora legal, observar-se-á o seguinte:

a) os prazos serão restituídos aos interessados na medida que houverem sido atingidos pela providência tomada;

b) a audiências, que ficarem prejudicadas, serão realizadas em outro dia mediante designação da autoridade competente.

Art. 2.º O fechamento extraordinário do Fórum e dos edifícios anexos e as demais medidas, de que se refere o Art. 1.º, poderão ser determinados pelo Presidente dos Tribunais de Justiça, nas Comarcas onde esses tribunais tiverem a sede e pelos juizes de Direito nas respectivas Comarcas.

Prof. n.º 1.208/48

Art. 3.º Os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados, no Fôro, onde o expediente se encerre ao meio dia, serão prorrogados de um dia útil.

Art. 4.º Se o jornal, que divulgar o expediente oficial do Fôro, se publicar à tarde, serão dilatados de um dia os prazos que devam correr de sua inserção nessa fôlha e feitas, na véspera da realização do ato oficial, as publicações que devam ser efetuadas no dia fixado para esse ato.

Art. 5.º Não haverá expediente no Fôro e nos officios de justiça, no "Dia da Justiça", nos feriados nacio-

mais, na terça-feira de Carnaval, na Sexta-feira Santa, e nos dias que a Lei estadual designar.

Parágrafo único. Os casamentos e ato de registro civil serão realizados em qualquer dia.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1951; 130ª da Independência e 63ª da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.409 — DE 9 DE AGOSTO DE 1951

Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948, e alterado pela Lei n.º 867, de 15 de outubro de 1949, passa a compor-se dos cargos e funções gratificadas constantes da seguinte tabela:

Número de cargos	CARREIRA OU CARGO	Classe ou padrão
CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
1	Diretor Geral de Secretaria	PJ-3
—	Auditor Fiscal	PJ-4
CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO		
<i>Efetivo</i>		
—	Auditor Fiscal	O
2	Taquigrafo	K
2	Taquigrafo	J
1	Arquivista	K
1	Almoxarife	J
1	Porteiro	I
1	Ajudante de Porteiro	H
1	Motorista	H
1	Redator de Debates	L

Proj. nº 12/50

Número de cargos	CARREIRA OU CARGO	Classe ou padrão
CARGOS DE CARREIRA		
2	Oficial Administrativo	M
6	Oficial Administrativo	L
6	Oficial Administrativo	K
5	Oficial Administrativo	J
5	Oficial Administrativo	I
6	Oficial Administrativo	H
Escriturário		
8	Escriturário	G
13	Escriturário	F
20	Escriturário	E
Dactilógrafo		
8	Dactilógrafo	G
14	Dactilógrafo	F
Contínuo		
7	Contínuo	G
3	Contínuo	F
Servente		
3	Servente	E
4	Servente	D
FUNÇÕES GRATIFICADAS		
—	Secretário do Presidente	FG-4
1	Secretário do Procurador Regional	FG-5
1	Secretário do Diretor Geral	FG-5
6	Chefe de Seção	FG-5

Art. 2.º O provimento dos cargos de taquígrafo, constantes da tabela, a que se refere o artigo anterior, será feito pelos funcionários, que já vêm executando o trabalho de taquigrafia no Tribunal, desde que seja aprovada sua habilitação e sanidade.

Art. 3.º Para provimento de metade das vagas que se verificarem, em virtude desta Lei, na classe inicial da carreira de Escriturário, pela promoção dos funcionários do Tribunal, será dada preferência, desde que se ache para isso provada a sua habilitação, aos servidores federais, estaduais, ou municipais, que, requisitados com aprovação do Tribunal, estejam a servir, como auxiliares, nos cartórios eleitorais da Capital, há mais de dois anos e hajam demonstrado eficiência e dedicação.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.410 — DE 10 DE AGOSTO
DE 1951

Autoriza a abertura de crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde para ocorrer a despesas de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 64.491,70 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros e setenta centavos), para ocorrer a despesas com o pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de novembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os professores abaixo relacionados, integrantes do Quadro Permanente daquele Ministério:

	Cr\$
a) Virgílio Lucas, professor catedrático (F. N. Farm. — U. B.), padrão O, no período de 20 de maio de 1944 a 31 de dezembro de 1948	34.754,80
b) Maria de Aguiar Barreto, professor (Geografia e História — D.E.I.), padrão J, no período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1947 ..	9.240,00
c) Itaboraí Nascimento, professor (Chefe do Curso de Artes do Couro "Sapataria" E. T. Vitória — D. E. I.), padrão J, no período de 6 de setembro a 31 de dezembro de 1949	2.645,00
d) Abigail Bonfim Loureiro, professor (Matemática — E. I. Maciel — D. E. I.), padrão J, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 1949	1.758,40
e) Elisário Távora Filho, professor catedrático (F. N. F. — U. B.), padrão O, no período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 1949	1.693,50

f) Aristides Rocha, professor catedrático (F. Dir. Amazonas), padrão M, no período de 24 de novembro de 1949 a 11 de setembro de 1950	14.400,00
	<hr/> 64.491,70

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Lopes.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.410 "A" — DE 10 DE
AGOSTO DE 1951

Modifica o art. 2.º da Lei n.º 67, de 13 de junho de 1935.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 2.º da Lei n.º 67, de 13 de junho de 1935, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º Os saldos apurados, mensalmente, dentro das consignações decretadas, no pagamento do subsídio de Deputados e Senadores, terão para cada Casa do Poder Legislativo a seguinte aplicação:

- pagamento de ajuda de custo a novos Deputados ou Senadores;
- aquisição de material permanente, preciso e conveniente à melhor execução dos serviços a cargo das comissões técnicas;
- instalação material de novos serviços;
- formação e manutenção material de bibliotecas especializadas para as comissões técnicas, e melhoramento e aperfeiçoamento das Bibliotecas Gerais e Arquivos;
- modificações internas que se tornem indispensáveis nos edifícios, repartições que se façam precisas limpeza periódica e conservação dos mesmos;
- representação de Deputados, Senadores e funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados, ou do

Projeto nº 800, 801, 802, 803, 805/50 e 56/51

Proj. n.º 651/51

Senado, designados para comissões, no país, ou no exterior;

g) serviços extraordinários;

h) despesas com as Comissões de Inquérito de qualquer das Casas do Congresso Nacional;

i) qualquer outra despesa da Câmara dos Deputados ou do Senado, determinada pela respectiva Casa;

j) publicações da Câmara dos Deputados ou do Senado".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de agosto de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho*

LEI N.º 1.411 — DE 13 DE AGOSTO
DE 1951

Dispõe sobre a profissão de Economista

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A designação profissional de Economista, a que se refere o quadro das profissões liberais, anexo ao Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa:

a) dos bacharéis em Ciências Econômicas, diplomados no Brasil, de conformidade com as Leis em vigor;

b) dos... (vetado) ...que, embora não diplomados, forem habilitados... (vetado).

Art. 2.º (Vetado).

Art. 3.º Para o provimento e exercício de cargos técnicos de economia e finanças, na administração pública, autárquica, paraestatal, de economia mista, inclusive bancos de que forem acionistas os Governos Federal e Estadual, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação do diploma de bacharel em Ciências Econômicas, ou título de habilitação... (vetado) ...respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.

Parágrafo único. A apresentação de tais documentos não dispensa a apresentação do respectivo concurso, quando este for exigido para o provimento dos mencionados cargos.

Art. 4.º (Vetado).

Art. 5.º É facultada aos bacharéis em Ciências Econômicas a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Estatística, de Economia e de Finanças, existentes em qualquer ramo de ensino técnico ou superior e nas dos cursos de ciências econômicas.

Art. 6.º São criados o Conselho Federal de Economistas Profissionais (C.F.E.P.) e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais (CREP), de acordo com o que preceitua esta Lei.

Art. 7.º O C.F.E.P., com sede no Distrito Federal, terá as seguintes atribuições:

a) contribuir para a formação de sã mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;

b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;

c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;

d) organizar o seu regimento interno;

e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;

f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.

g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país;

h) organizar os C.R.E.P., fixar-lhes, inclusive, a composição e a forma de eleição dos seus membros;

i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras a e g para sua realização por todos os Conselhos;

j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

Art. 8.º O C.F.E.P. será constituído de nove membros eleitos pelos representantes dos Sindicatos e das Associações Profissionais de Economistas do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro, para esse fim.

§ 1.º O Presidente do órgão será escolhido entre membros eleitos.

§ 2.º A substituição de qualquer membro será pelo suplente, na ordem dos votos obtidos.

Proj. n.º 367/48

§ 3.º Ao Presidente caberá a administração e a representação legal do C.F.E.P.

Art. 9.º Constitui renda do C.F.E.P.:

- a) 1/5 da renda bruta de cada C.R.E.P., com exceção das doações, legados e subvenções;
- b) doações e legados;
- c) subvenções do Governo.

Art. 10. São atribuições do C.R.E.P.:

- a) organizar e manter o registro profissional dos economistas;
- b) fiscalizar a profissão de economista;
- c) expedir as carteiras profissionais;
- d) auxiliar o C.F.E.P. na divulgação da técnica e cumprimento do programa referido no art. 7.º, letra i;
- e) impor as penalidades referidas nesta Lei;
- f) elaborar o seu regimento interno para exames e aprovação pelo C.F.E.P.

Art. 11. Constitui renda dos C.R.E.P.:

- a) 4/5 das multas aplicadas;
- b) 4/5 da anuidade prevista no artigo 17;
- c) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional, a ser fixada no regimento interno do C.F.E.P.;
- d) doações e legados;
- e) subvenções dos governos.

Art. 12. O mandato dos membros do C.F.E.P. será de três anos. A renovação do termo far-se-á, anualmente, a partir do quarto ano da primeira gestão.

Art. 13. Os membros dos órgãos regionais são eleitos da mesma forma adotada para o órgão federal.

Art. 14. Só poderão exercer a profissão de economista os profissionais devidamente registrados nos C.R.E.P. pelos quais será expedida a carteira profissional.

Parágrafo único. Serão também registrados no mesmo órgão as empresas, entidades e escritórios que explorem, sob qualquer forma, atividades técnicas de Economia e Finanças.

Art. 15. A todo profissional devidamente registrado no C.R.E.P. será expedida a respectiva carteira profes-

sional, por esse órgão, com as indicações seguintes:

- a) nome por extenso do profissional;
- b) filiação;
- c) nacionalidade e naturalidade;
- d) data de nascimento;
- e) denominação da Faculdade em que se diplomou, ou declaração de habilitação, na forma desta Lei e respectivas datas;
- f) natureza do título ou dos títulos de habilitação;
- g) número de registro do C.R.E.P. respectivo;
- h) fotografia de frente e impressão dactiloscópica;
- i) assinatura.

Parágrafo único. A expedição da carteira profissional é sujeita à taxa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

Art. 16. A carteira profissional servirá de prova para fins de exercício profissional, de carteira de identidade e terá fe pública.

Art. 17. Os profissionais, referidos nesta Lei, são sujeitos ao pagamento de uma anuidade de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) e as empresas, entidades, institutos e escritórios, aludidos nesta Lei, à anuidade de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

Parágrafo único. A anuidade será paga até 31 de março de cada ano, salvo a primeira que se fará no ato da inscrição ou registro.

Art. 18. A falta do competente registro torna ilegal e punível o exercício da profissão de economista.

Art. 19. Os C.R.E.P. aplicarão penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

- a) multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) aos infratores de qualquer artigo;
- b) suspensão de um a dois anos do exercício da profissão ao profissional que, no âmbito da sua atuação profissional, for responsável, na parte técnica, por falsidade de documentos ou pareceres dolosos que assinar;
- c) suspensão de seis meses a um ano ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão, sendo-lhe facultado ampla defesa.

§ 1.º Provada a convivência das empresas, entidades, firmas individuais,

nas infrações desta Lei, pelos profissionais delas dependentes, serão estes também passíveis das multas previstas.

§ 2.º No caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de dois anos, a multa será elevada ao dobro.

Art. 20. As entidades sindicais e as autarquias cooperarão com os C.F.E.P. e C.R.E.P. na divulgação da técnica econômica e dos processos de racionalização econômica do país.

Art. 21. (Vetado.)

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor trinta dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

Dantos Coelho.

LEI N.º 1.412 — DE 13 DE AGOSTO DE 1951

Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º A Caixa de Crédito Cooperativo, criada pelo Decreto-lei número 5.893, de 19 de outubro de 1943, alterado pelos Decretos-leis ns. 6.274, de 14 de fevereiro de 1944, e 7.083, de 27 de novembro de 1944, passa a ter a denominação de Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com personalidade jurídica, independente de registro.

Art. 2.º O Banco terá por objeto assistência e amparo financeiro às cooperativas, mediante a realização de atos e operações peculiares, e observará subsidiariamente o regulamento aprovado para a Caixa de Crédito Cooperativo.

Art. 3.º A União garantirá as operações do Banco e financiará sua instalação e regular funcionamento.

Art. 4.º O capital do Banco, dividido em cotas do valor de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, é de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), dos quais Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) subscritos pela União, na conformidade do disposto no art. 196 do Decreto-lei n.º 5.893, de 19 de outubro de 1943. A parte restante será reservada para a subscrição pelas sociedades cooperativas legalmente constituídas e em funcionamento, as quais perceberão juro fixado pela administração.

Parágrafo único. Para efeito de subscrição das cotas, as cooperativas só poderão aplicar até 50% (cinquenta por cento) do seu fundo de reserva legal.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para compor o capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 6.º Além do capital o Banco se movimentará com os seguintes recursos:

- a) depósitos facultativos efetuados pelas cooperativas e quaisquer pessoas físicas e jurídicas, mediante condições fixadas pela administração;
- b) saldo do Fundo de Fomento ao Cooperativismo, porventura existente;
- c) taxas federais e estaduais que se criarem para este fim;
- d) saldos e recursos anteriores, provenientes de taxas ou impostos federais e estaduais, cobrados pela classificação e fiscalização de produtos para fomento agropecuário ou de cooperativismo;
- e) quaisquer outros auxílios, doações e lucros das operações e eventuais.

Art. 7.º O Banco não transigirá com cooperativas que não estejam devidamente registradas e assegurará a todas que o estejam e, de acórdio com a sua idoneidade, recursos para que estas financiem diretamente seus associados.

Art. 8.º As operações do Banco serão realizadas:

- a) sob garantia constituída por contratos de penhor inscritos em primeiro lugar e sem concorrentes;
- b) mediante títulos cambiários que contenham a responsabilidade de duas

Proj. n.º 456/48

firmas idôneas, incluídos, neste número, o aceitante e o avalista, ou endossante;

c) mediante caução de títulos da Dívida Pública e de certificados de *warrants*, emitidos pelas entidades oficiais ou cooperativas;

d) sob garantia hipotecária.

Art. 9.º Os empréstimos, excetuados os decorrentes de simples descontos, serão efetuados mediante contratos com a expressa declaração dos fins exclusivos a que se destinam.

Art. 10. As cooperativas que receberem financiamento ficarão sujeitas ao regime de fiscalização da sua aplicação pelo Banco e seus prepostos.

Art. 11. Os créditos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo são de natureza privilegiada e, bem assim, os das cooperativas, junto aos seus associados.

Art. 12. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo é subordinado ao Ministério da Agricultura, e seu funcionamento e administração obedecerão ao disposto na legislação referente à Caixa de Crédito Cooperativo, com as modificações decorrentes desta Lei.

Art. 13. Os funcionários a serviço do Banco, admitidos pela sua presidência, serão associados do Instituto dos Bancários.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor, independente de regulamentação, assim que seja publicada.

Parágrafo único. Nos casos omissos, poder-se-á recorrer ao regula-

mento da Caixa de Crédito Cooperativo.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1951.

Alexandre Marcondes Filho.

LEI N.º 1.413 — DE 13 DE AGOSTO DE 1951

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 20.000,00, para pagamento do salário-família a funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1950 e devido a funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1951.

Alexandre Marcondes Filho.
Proj. n.º 981/50

LEI N.º 1.414 — DE 16 DE AGOSTO DE 1951

Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Primeira Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os cargos isolados de provimento em comissão e as funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos órgãos da Primeira Região da Justiça do Trabalho correspondem aos seguintes símbolos e valores mensais:

<i>Cargos em Comissão</i>		Cr\$
PJ3		11.000,00
<i>Funções Gratificadas</i>		
FG3		1.500,00
FG4		1.000,00

Proj. n.º 1.299/49-50

Art. 2.º O Quadro do Pessoal dos órgãos da Primeira Região da Justiça do Trabalho passa a ser o constante da Tabela anexa.

Art. 3.º E' alterada a denominação da carreira de Escrivário para Auxiliar Judiciário e a do cargo isolado de Oficial de Diligências para Oficial de Justiça.

Art. 4.º São considerados extintos, no Quadro do Pessoal dos órgãos da Primeira Região da Justiça do Trabalho, os seguintes cargos:

1 Taquígrafo	H
2 Oficial Judiciário	I
3 Oficial Judiciário	H
52 Auxiliar Judiciário	E

Parágrafo único. Os cargos extintos serão suprimidos quando vagarem, sendo que a supressão nos de carreira se efetivará, gradativamente, a partir da classe inicial.

Art. 5.º Serão aproveitados nos mesmos cargos, que desempenhavam ou em seus equivalentes, os funcionarios que se acham lotados ou em exercicio no quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Parágrafo único. O cargo de Diretor da Secretaria será exercido em comissão, quando da vacância pelo seu atual ocupante.

Art. 6.º São dispensadas da exigência de interstício as primeiras promoções para preenchimento dos cargos de carreira, constantes do quadro alterado por esta lei.

Parágrafo único. Metade das vagas, que ocorrerem na classe inicial da carreira de Oficial Judiciário, será provida por acesso dos ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Judiciário, mediante concurso de 2.ª entrância, realizado entre estes.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, em 16 de agosto de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho.*

Tabela à que se refere o Art. 2.º desta Lei :

TABELA ANEXA

Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região
Cargos isolados de provimento em comissão

Número de cargos	Cargos	Símbolos	Observações
1	Diretor de Secretaria	PJ-3	Passará a ser em comissão, quando da vacância pelo atual ocupante.

Cargos isolados de provimento efetivo

Número de cargos	Cargos extintos	Cargos	Padrão	Observações
1		Secretário do TRI	N	Os cargos extintos serão suprimidos, quando vagarem.
9		Chefe de Secretaria (JCJ Distrito Federal)	O	
5		Chefe de Secretaria (JCJ Niterói, Campos e Petrópolis)	N	
1		Distribuidor (Distrito Federal)	N	
1		Distribuidor (Niterói)	N	
1		Contador	N	
1		Arquivista	L	
9		Porteiro de Auditório	I	
5		Porteiro de Auditório	H	
9		Oficial de Justiça	J	
5		Oficial de Justiça	I	
—	1	Taquigrafo	H	
20		Servente	E	
10		Servente	D	

Cargos de carreira

Número de cargos	Cargos extintos	Cargos	Classe	Observações
1	2	Oficial Judiciário	N	Os cargos extintos serão suprimidos, à medida que ocorrerem vagas na classe de menor vencimento da respectiva carreira.
2		Oficial Judiciário	M	
3		Oficial Judiciário	L	
4		Oficial Judiciário	K	
5		Oficial Judiciário	J	
—		Oficial Judiciário	I	
—		Oficial Judiciário	H	
15		Auxiliar Judiciário	I	
20		Auxiliar Judiciário	H	
25		Auxiliar Judiciário	G	
30	52	Auxiliar Judiciário	F	
—		Auxiliar Judiciário	E	

Funções gratificadas

Número de funções	Funções	Símbolos
1	Secretário do Presidente	FG-3
2	Chefe de Seção	FG-4

LEI N.º 1.414 "A" — DE 20 DE
AGOSTO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, para estudo, projeto e construção de uma ponte sobre o rio Jaguaribe, no Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) para estudo, projeto e construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio Jaguaribe, na cidade de Aracati, Estado do Ceará, no lugar denominado Tomé, como complemento da estrada de rodagem que liga essa cidade à rodovia R. R. 13 (Estrada Transnordestina).

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao qual incumbirá a realização da obra.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de agosto de 1951.

Alexandre Marcondes Filho.
Proj. n.º 1.246/50

LEI N.º 1.415 — DE 22 DE AGOSTO
DE 1951

Considera de utilidade pública o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' considerado de utilidade pública o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, associação civil,

com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Proj. n.º 427/51

LEI N.º 1.416 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1951

Modifica a redação do Art. 135, letra a, do Código Nacional de Trânsito
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Art. 135 do Código Nacional de Trânsito (Decreto-lei número 3.651, de 25 de setembro de 1941, modificado pelo Decreto-lei número 5.464, de 7 de maio de 1943, e pelo Decreto-lei n.º 7.604, de 31 de maio de 1945), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135. Compõem o Conselho Nacional de Trânsito:

a) O Diretor do Serviço de Trânsito, um representante da Prefeitura do Distrito Federal, um do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e um do Estado Maior do Exército;

b) um representante do Touring Club do Brasil, um do Automóvel Club do Brasil e um da Federação Nacional dos Condutores de Veículos Rodoviários."

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Proj. n.º 696/49

LEI N.º 1.417 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1951

Autoriza a abertura de crédito especial para custeio de despesas com ampliação e consolidação de obras realizadas no Palácio Itamarati.

O Presidente da República:

Faço saber o Congresso Nacional de reta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 133.806,00 (cento e trinta e três mil oitocentos e seis cruzeiros), para atender ao custeio de despesas com ampliação e consolidação de obras realizadas no Palácio Itamarati.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

Proj. n.º 1.195/50

LEI N.º 1.418 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, em reforço da Verba 3, Anexo 19, do Orçamento de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta centavos), para completar a distribuição, aos Municípios, da quota-parte a que tinham direito no exercício de 1950, de conformidade com o art. 1.º, da Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948, combinado com o Artigo 2.º, do Decreto n.º 25.252, de 22 de julho de 1948.

Proj. n.º 519/50

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.419 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1951

Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Tesouro Nacional autorizado a encampar a quantia de Cr\$ 9.135.160.000,00 (nove bilhões, cento e trinta e cinco milhões, cento e sessenta mil cruzeiros) das emissões feitas em diversas datas, por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., na forma do disposto no art. 2.º da Lei n.º 449, de 14 de junho de 1937, e para a aplicação prevista no art. 6.º da citada Lei e no Decreto-lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º O Tesouro Nacional ficará exonerado dos pagamentos de igual importância devidos ao Banco do Brasil S. A., e este, por sua vez liquidará débitos de idêntico valor na Carteira de Redescontos, provenientes do desconto de títulos e contratos e do empréstimo em Letras do Tesouro, sendo que estas últimas serão entregues, devidamente quitadas, ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Proj. n.º 115/51

LEI N.º 1.420 — DE 29 DE AGOSTO
DE 1951

Autoriza o Ministro da Fazenda a efectuar o pagamento das contribuições devidas ao Bureau Pan-Americano do Café.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado, em face das obrigações assumidas pelo Brasil na Conferência Extraordinária Pan-Americana do Café, realizada em maio de 1948, nos Estados Unidos da América, a efectuar o pagamento das contribuições devidas ao Bureau Pan-Americano do Café, relativas aos anos de 1950 e 1951, no valor já apurado de US\$ 952,121,60 (novecentos e cinquenta e dois mil, cento e vinte dólares e sessenta centimos), para o ano de 1950 e até US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares), valor estimado, para o ano de 1951.

Art. 2.º O equivalente em cruzeiros inclusive despesas bancárias, correrá à conta das disponibilidades já existentes e resultantes da liquidação do Departamento Nacional do Café.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Proj. n.º 149/51

LEI N.º 1.421 — DE 30 DE AGOSTO
DE 1951

Dá nova redacção ao artigo 19 do Decreto n.º 24.508, de 29 de junho de 1934.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao art. 19 do Decreto número 24.508, de 29 de junho de 1934, acresce-se o seguinte parágrafo

transformando o seu parágrafo único em § 1.º:

“§ 2.º Quando, para o transporte de um para outro ponto das instalações portuárias, houver necessidade de que o veículo passe por via extraportuária ou urbana, poderá o serviço ser executado por veículo particular, mediante prévio consentimento da administração portuária”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.
Proj. n.º 1.079/48

LEI N.º 1.422 — DE 3 DE SETEMBRO
DE 1951

Concede auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para os festejos comemorativos do Quarto Centenário da fundação de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar os festejos comemorativos do Quarto Centenário da Fundação da Cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, a 8 de setembro de 1951.

Art. 2.º Será feita uma emissão de selos postais comemorativos da fundação de Vitória.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1951. 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

Proj. n.º 552/51

LEI N.º 1.423 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1951

Relêva da prescrição em que incorreu o direito de Dona Dolores Correia Neto Vaz Pinto Coelho, para pleitear em Juízo a melhoria da pensão que percebe como viúva do magistrado Henrique Vaz Pinto Coelho.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Artigo único. É relevada à Dona Dolores Correia Neto Vaz Pinto Coelho a prescrição de direito, em que incorreu, para o fim de poder pleitear em Juízo a melhoria da pensão que percebe como viúva do magistrado Henrique Vaz Pinto Coelho, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de setembro de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

LEI N.º 1.424 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1951

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Italo-Brasileiro, de Campinas, no Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É considerado de utilidade pública o Instituto Cultural Italo-Brasileiro, de Campinas, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de setembro de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

Proj. nº 365/50

LEI N.º 1.425 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1951

Concede isenção de direitos de importação para materiais elétricos adquiridos pela Companhia Força e Luz de Monte Carmelo S. A. do Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção do direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais elétricos importados pela Companhia Força e Luz de Monte Carmelo S.A. no Estado de Minas Gerais, compostos de uma turbina hidráulica de 50 cavalos um regulador automático de velocidade um gerador trifásico com capacidade de 438 Kva, aparelhagem de controle e seus pertences, destinados ao fornecimento de luz e energia elétrica à população local.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1951; 139.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Lazary Guedes.

LEI N.º 1.426 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1951

Denomina sanatórios e sanatórios-colônias os leprocômios do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Passam a denominar-se sanatórios e sanatórios-colônias os leprocômios do Brasil.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1951; 139.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Proj. nº 117/51

LEI N.º 1.427 — DE 11 DE SETEMBRO
DE 1951

Concede pensão mensal de Cr\$ 500,00 a Ana Carmelina Pereira, viúva de Joaquim Acurcio Pereira, ex-contínuo-porteiro aposentado, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' concedida a Ana Carmelina Pereira, viúva de Joaquim Acurcio Pereira, ex-contínuo-porteiro aposentado do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, a pensão mensal de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Art. 2.º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá a conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 11 de setembro de 1951 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Proj. nº 1.144/50
Lazary Guedes.

LEI N.º 1.428 — DE 11 DE SETEMBRO
DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para atender às despesas decorrentes da posse do atual Presidente da República.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para atender às despesas, de qualquer espécie, decorrentes da posse do atual Presidente da República.

Proj. nº 1.167/50

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 11 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.
Lazary Guedes.

LEI N.º 1.429 — DE 11 DE SETEMBRO
DE 1951

Dispõe sobre o aumento de capital da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O aumento do capital da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco previsto no art. 4.º do Decreto-lei n.º 8.031 de 3 de outubro de 1945 e no Anexo n. 4 da Lei número 1.102, de 18 de maio de 1950 (Plano SALTE), independerá da integralização do capital inicial.

Parágrafo único. Este aumento poderá ser efetuado apenas em ações ordinárias subscritas pelo Tesouro Nacional.

Art. 2.º E' o Tesouro Nacional autorizado a subscrever 400.00 (quatrocentas mil) ações ordinárias, do valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, que forem emitidas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco para aumento de seu capital, no montante de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. As ações ordinárias correspondentes ao aumento serão integralizadas em três parcelas anuais, sendo a primeira de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), em 1951, e as duas outras de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) cada uma, em 1952 e 1953, respectivamente, pagáveis, por metade, em 1.º de março e 1.º de setembro.

Art. 3.º A despesa com a integralização das ações correspondentes ao aumento do capital da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco se-

Proj. nº 1.143/50

rá atendida por meio de dotações orçamentárias.

Art. 4.º E' o Ministério da Fazenda autorizado a ceder, a pessoas físicas e jurídicas brasileiras, como às entidades mencionadas no art. 5.º do Decreto-lei n.º 8.931, de 3 de outubro de 1945, até quarenta e nove por cento (49%) das ações ordinárias da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, subscritas pelo Tesouro Nacional, operando-se a cessão das não integralizadas pelo valor das prestações pagas.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 11 de setembro de 1951: 130.º da Independência e 63.º de República.

GETULIO VARGAS.

Lazary Guedes.

LEI N.º 1.430 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1951

Modifica o § 2.º do art. 66 da Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O § 2.º do art. 66 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral), passa a ter a seguinte redação:

“§ 2.º Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e nos povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive os leprosários, onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Proj. nº 923/51

LEI N.º 1.431, DE 12 DE SETEMBRO DE 1951

Altera os arts. 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 63 do Código Penal passa a ter a seguinte redação:

“Art. 63. O liberado, onde não exista patronato oficial ou particular dirigido ou inspecionado pelo Conselho Penitenciário fica sob a vigilância da autoridade policial”.

Art. 2.º O art. 725 do Código de Processo Penal passa a ter a seguinte redação:

“Art. 725. A vigilância do patronato oficial ou particular, dirigido ou inspecionado pelo Conselho Penitenciário, ou de autoridade policial, exercer-se-á para o fim de:”.

Art. 3.º Cabem ao patronato particular, inspecionado pelo Conselho Penitenciário, as mesmas atribuições e prerrogativas reconhecidas em lei ao patronato oficial, inclusive as mencionadas nos arts. 718, § 1.º, 730 e 731 do Código de Processo Penal.

Art. 4.º Quando a medida de segurança da liberdade vigiada fôr aplicada ao liberado condicional (artigo 94, n.º 2, do Código Penal, a vigilância a que se refere o parágrafo único do art. 95 do Código Penal incumbe ao patronato oficial ou particular, instituída na forma desta Lei, e, em sua falta, a autoridade policial.

Art. 5.º A organização, funcionamento, atribuições e prerrogativas, do patronato particular, incumbido, da vigilância do liberado condicional, obedecerão ao padrão estabelecido pelas peculiaridades regionais ou locais.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Proj. nº 1254/48

LEI N.º 1.432 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 5.000,00 para pagamento de salário-família ao pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), para pagamento de salário-família devido, em 1950, a magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições e mcontrário.

Senado Federal, em 14 de setembro de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Proj. n.º 238/51

LEI N.º 1.433 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1951

Modifica a redação da alínea b do art. 3.º da Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947,

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A alínea b, do art. 3.º da Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, passa a ter esta redação:

“b) as remessas de fundos destinados ao retorno de capitais estrangeiros aplicados no Brasil, e relativas a juros, lucros e dividendos, observadas as estipulações do Decreto-lei número 9.025, de 27 de fevereiro de 1946”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 15 de setembro de 1951; 139.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Lazary Guedes

Proj. n.º 1.143/49

LEI N.º 1.434 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1951

Revoga a Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União e revigora os Decretos-leis números 3.769, de 28 de outubro de 1941, e 8.345, de 10 de dezembro de 1945, e as disposições da Lei número 593, de 24 de dezembro de 1948, derrogadas pela Lei número 1.162, de 22 de julho de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revogada a Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950, somente para os associados e beneficiários dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões que eram regidos pela Lei n.º 593, de 24 de dezembro de 1948.

Art. 2.º São revigorados os Decretos-leis ns. 3.769, de 28 de outubro de 1941, e 8.342, de 10 de dezembro de 1945.

Art. 3.º São revigorados todas as disposições da Lei n.º 593, de 24 de dezembro de 1948, que tenham sido implícita ou explicitamente derrogadas pela Lei n.º 1.162, referida no art. 1.º.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1951; 139.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

Proj. n.º 1.006/50

LEI N.º 1.435 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1951

Cria, na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, sete cargos de Ministro Plenipotenciário de primeira classe.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores sete cargos de Ministro Plenipotenciário de primeira classe.

Art. 2.º Em virtude das promoções que se farão de conformidade com o disposto no artigo precedente, as vagas resultantes na carreira de Diplomata serão imediatamente preenchidas.

Art. 3.º As despesas com a execução desta Lei correrão pela conta corrente da verba de pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 4.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Proj. nº 860/50

LEI N.º 1.436 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1951

Concede pensão especial de Cr\$ 300,00 mensais a Tercina da Rocha Silva.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Tercina da Rocha Silva, viúva do extranumerário-diarista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, Manuel Ferreira da Silva Filho, falecido em 5 de novembro de 1946, em consequência de acidente ocorrido em serviço, a pensão especial de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão especial, a que se refere o artigo anterior, é devida a partir da data da publicação da presente Lei, e a despesa correrá a conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Lazary Guedes

Proj. nº 1.212/50

LEI N.º 1.437 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Repartição Sanitária Pan-Americana no exercício de 1949.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60 (um milhão, setecentos e sete mil, trezentos e oitenta e três cruzeiros e sessenta centavos), equivalentes a US\$ 91.296,39 (noventa e um mil duzentos e seis dólares e trinta e nove centavos), na base de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$1,00 (um dólar), para atender ao pagamento da cota de contribuição do Brasil à Repartição Sanitária Pan-Americana no exercício de 1949.

Proj. nº 912/50

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 33.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Neves da Fontoura.
Lazary Guedes.

LEI N.º 1.433 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1951

Denomina Campo dos Palmares e aeropôrto e base aérea de Maceio.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o poder Executivo autorizado a denominar Campo dos Palmares os atuais aeropôrto e base aérea da cidade de Maceio.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1951 — João Café Filho.

LEI N.º 1.433 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 362.092,50 para pagamento aos ministros vitalícios daquele Tribunal.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário,

— Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 362.092,50 (trezentos e sessenta e dois mil e noventa e dois cruzeiros e cinquenta centavos) para atender ao pagamento, no exercício de 1951, das vantagens a que fazem jus os Ministros vitalícios do Tribunal Superior do Trabalho, ex-vi do disposto no art. 82 da Lei n.º 1.341, de 30 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1951. — João Café Filho.

LEI N.º 1.440 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina — do crédito suplementar de Cr\$.. 5.000,00, como reforço à Verba 3 — Serviços e Encargos do Anexo 26 do vigente Orçamento.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) à Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 1 — Diversos — Subconsignação 41 — Salário Família — inciso 04-02-19, do Orçamento vigente, para atender ao pagamento do Salário Família aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1951. — João Café Filho.

LEI N.º 1.441 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1951

Altera dispositivos das Leis ns. 33 e 120, respectivamente, de 1.º de maio e 29 de novembro de 1947, que dispõem sobre o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Serão considerados de férias coletivas, no Tribunal Federal de Recursos, além dos dias declarados por lei, os compreendidos entre 1.º de fevereiro e 31 de março de cada ano.

Prof. n.º 523/49

Prof. n.º 811/49

Prof. n.º 57/51

Prof. n.º 91/51

Art. 2.º O Presidente em exercício poderá gozar suas férias de uma só vez ou parceladamente, em qualquer época do ano, mediante prévia aprovação do Tribunal.

Art. 3.º Os funcionários da Secretaria terão 30 dias de férias por ano, distribuídos conforme o interesse do serviço da Secretaria, nos meses de fevereiro e março.

Art. 4.º O Presidente do Tribunal Federal de Recursos terá a gratificação de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) anuais, a título de representação.

Art. 5.º As custas, emolumentos de atos judiciais que vencem os processos em curso pela Secretaria do Tribunal serão cobradas em selos pelas taxas e tabelas do Regimento de Custas que baixou com o Decreto n.º 10.291, de 25 de junho de 1913.

Art. 6.º Aplicam-se aos funcionários, no que couber, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e legislação complementar.

Parágrafo único. O processo administrativo a que se refere o citado Estatuto será o estabelecido no Regimento Interno.

Art. 7.º A distribuição dos feitos no Tribunal Federal de Recursos far-se-á conforme o seu Regimento Interno.

Art. 8.º A partir da vigência da Lei n.º 542, de 15 de dezembro de 1948, os cargos em comissão e as funções gratificadas da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, passarão a ter os vencimentos e gratificações correspondentes aos seguintes símbolos:

Diretor Geral	cc-2
Diretor de Divisão	cc-3
Secretário de Presidente	fg-3
Secretário do Diretor Geral	fg-4

Art. 9.º As verbas ordinárias de material e pessoal do Tribunal e os créditos que forem concedidos para os serviços do mesmo serão despendidos por ordem ou autorização do Presidente.

Art. 10. Compete ao Presidente do Tribunal, diretamente ou por delegação: requisitar ou expedir ordens de pagamento das despesas do Tribunal; autorizar seu pagamento; reconhecer as dívidas oriundas de despesas do Tribunal; requisitar ou autorizar as requisições de passagens e transportes dos serviços do Tribunal.

Art. 11. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão substituídos em seus impedimentos pelos ministros do Tribunal Federal de Recursos e estes nas mesmas condições pelos Juizes de Direito da Justiça do Distrito Federal, em primeiro lugar os das varas de Fazenda Pública e, esgotada a relação destes, pelos demais Juizes de Direito, segundo a antiguidade de classe.

Art. 12. São assegurados aos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos os mesmos direitos e vantagens concedidos aos funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal pela Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948.

Art. 13. Aos servidores que exercerem funções no Gabinete da Presidência do Tribunal será deferida uma gratificação a título de representação, a qual será arbitrada pelo Presidente, dentro da verba global de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) anuais, que para tal fim será consignada no orçamento.

Art. 14. Para atender às despesas decorrentes da execução da presente Lei, é aberto, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos, o crédito suplementar de Cr\$ 38.924,00 (trinta e oito mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros) para reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 15 e 17 (02) da Lei que estimou a Receita e fixou a Despesa da União para o corrente exercício, como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consagração III — Vantagens

	Cr\$
Subconsignação 15 — Gratificação adicional 02 — Tribunal Federal de Recurso:	32.924,00
Subconsignação 17 — Gratificação de representação de Gabinete 02 — Tribunal Federal de Recursos.....	6.000,00
Total	38.924,00

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Lazary Guedes.

LEI N.º 1.442 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20, para o pagamento de gratificações a diversos professores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e um cruzeiros e vinte centavos), para pagamento de gratificações de magistério a que têm direito de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, os seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
1 — Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, padrão J, da Escola Industrial de Natal (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	10.419,00
2 — Paulo Maurell Moureira, catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (período de 23 de dezembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.217,70
3 — Alceu Amoroso Lima, catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (período de 23 de outubro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	10.717,80
4 — João Frerle de Castro, padrão K, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
5 — Inocêncio de Oliveira, padrão I, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.590,00
6 — João Emiliano do Lago, padrão J, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
7 — Antônio Mansur, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	12.835,00
8 — Mario Bernd, catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (período de 14 de abril a 31 de dezembro de 1949)	6.425,00

Proj. n.º 954/50

9 — José Rosa Ribeiro, padrão K, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.250,00
10 — Maria Jose Moreira Coutinho, padrão K, da Escola Técnica de São Luis (período de 25 de setembro a 31 de dezembro de 1949)	5.605,00
11 — José Carlos Fonseca Milano, catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (período de 10 de março a 31 de dezembro de 1949)	7.282,30
12 — Alfredo Araújo, padrão K, da Escola Técnica do Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949)	7.822,20
13 — Maria de Lourdes Bessa de Meireles, padrão K, da Escola Técnica de Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949)	7.822,20
14 — José Espinola Veiga, padrão K, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
15 — Rosário Farani Mansur Guerios, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	12.835,00
16 — Luis de Oliveira Santos, padrão J, da Escola Técnica do Salvador (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
17 — Jacinto Manuel dos Anjos, padrão J, da Escola Técnica do Salvador (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
18 — Antônio Ferreira, padrão I, do Instituto Benjamin Constant (período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1949)	4.590,00
Total.....	136.881,20

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.
Lazary Guedes.

LEI N.º 1.443 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00 (quarenta e um mil oitocentos e seis cruzeiros)

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00 (quarenta e um mil oitocentos e seis cruzeiros), para pagamento de substituições temporárias de ministros desse Tribunal, verificadas no exercício de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Lazary Guedes.

Proj. nº 991/50

LEI N.º 1.444 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1951

Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios que menciona.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São excluídos no art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os Municípios de Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canoas, situados no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º O Prefeito e o Vice-Prefeito, se houver, dêsses Municípios,

serão eleitos na mesma data dos demais Prefeitos e Vereadores dos Municípios do Estado, devendo haver coincidência de posse e mandato.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida Guillobel.

Newton Estilac Leal.

Nero Moura.

Proj. n.º 8/51

A P E N S O

Figuram neste apenso as retificações publicadas no terceiro trimestre de 1951, referentes a leis expedidas em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

LEI N.º 1.049 — DE 3 DE JANEIRO
DE 1951

*Federaliza a Faculdade de Medicina
e Cirurgia do Pará.*

Publicada no D. O. de 23-1-50 (Se-
ção I).

RETIFICAÇÃO

No parágrafo único do art. 4.º.

Onde se lê:

... 1 (um) bibliotecário (ilegível);

Leia-se:

... 1 (um) bibliotecário I;

Prof. n.º 663/48

LEI N.º 1.268 — DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1950

*Autoriza a abertura, pelo Ministério
da Educação e Saúde, de crédito
especial para pagamento de grati-
ficação de magistério.*

Publicada no Diário Oficial de 18
de dezembro de 1950 (Seção I).

Prof. n.º 1.088/49

RETIFICAÇÃO

No art. 1.º, item 33:

Onde se lê:

Cr\$

33) Junio Pereira Gama,
padrão "J", da Escola
Técnica Nacional (pe-
ríodo de 20 de outubro
a 31 de dezembro de
1948) 2.243,00
Leia-se:

33) Junio Pereira Gama,
padrão "J", da Escola
Técnica Nacional (pe-
ríodo de 20 de outubro
a 31 de dezembro de
1948) 2.243,90

EMENTÁRIO

**Leis e Decretos publicados
nos volumes V e VI de 1951,
desta coleção, classificados
pela ordem alfabética dos
assuntos.**

EMENTÁRIO

A

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Introduz alteração no Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras.

Decreto n. 29.870 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Modifica o Brasão de Armas da Academia Militar das Agulhas Negras.*

Decreto n. 29.974 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1951.

ACÓRDOS

Decreto-legislativo n. 23 — de 1951.
Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1951.

Decreto-legislativo n. 30 — de 1951.
Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1951.

ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO

Restabelece disposições do Decreto n. 8.251, de 9 de novembro de 1938.

Decreto n. 29.871 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS

Dá nova redação ao Artigo 19 do Decreto n. 24.508, de 29 de junho de 1934.

Lei n. 1.421 — de 30 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de setembro de 1951.

AERONAUTICA

Dá nova redação ao art. 49 do Código Brasileiro do Ar.

Lei n. 1.396 — de 13 de junho de 1951.

Publicada no D. O. de 24 de julho de 1951.

— *Modifica o Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.759 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

AEROPORTOS

Denomina Campo dos Palmares e aeroporto a base aérea de Maceió.

Lei n. 1.438 — de 19 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1951.

AFORAMENTOS

Ver: *Terrenos de Marinha.*

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Martinho Ignácio Brisolla a pesquisar água mineral no município de Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.789 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Donosor de Oliveira a pesquisar água mineral no município de Glúcério, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.924 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

AGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Clarindo de Santana a pesquisar água mineral no município de Cipó, Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.014 — de 27 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1951.

AGÊNCIA DE GUAJARÁ-MIRIM

Altera a denominação da Capitania dos Portos do Estado do Amazonas e Acre e transfere a subordinação da Agência de Guajará-Mirim.

Decreto n. 29.975 — de 11 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1951.

ALGODÃO

Aprova nova tabela para classificação e fiscalização da exportação de algodão e seus subprodutos.

Decreto n. 29.824 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

ALIENAÇÃO DE BENS DA UNIÃO

Ver: *Bens da União.*

ALUNOS EXCEDENTES

Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes, aprovados em exame de habilitação para ingresso em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares.

Lei n. 1.392 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1951.

AMIANTO

Renova o Decreto n. 26.763, de 8 de junho de 1949.

Decreto n. 29.988 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

ANISTIA

Decreto-legislativo n. 18 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

APATITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda a lavar apatita no município de Monteiro, Estado da Paraíba.

Decreto n. 29.923 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

— *Renova o Decreto n. 28.833, de 29 de junho de 1949.*

Decreto n. 29.957 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

APOSENTADORIA

Decreto-legislativo n. 27 — de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1951.

AREIA

Declara nulo o Decreto n. 28.038, de 5 de maio de 1950.

Decreto n. 29.842 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1951.

— *Declara nulo o Decreto n. 28.087, de 5 de maio de 1950.*

Decreto n. 29.843 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1951.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza a cidadã brasileira Amélia Abel a lavar areia quartzosa no município de Itanhaen do Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.647 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

AREIA QUARTZOSA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Li-
no Abel a lavar areia quartzosa no
município de São Vicente, Estado de
São Paulo.*

Decreto n. 29.792 — de 19 de julho
de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho
de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro
Mauro Paes de Almeida a lavar areia
quartzosa no Município de São Vi-
cente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.820 — de 27 de julho
de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto
de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro
Mauro Paes de Almeida a lavar areia
quartzosa no município de São Vi-
cente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.856 — de 6 de agós-
to de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto
de 1951.

ARGILA

*Autoriza os cidadãos brasileiros
João Augusto Rodrigues, Alexandre
Augusto Rodrigues e Melina Rodri-
gues de Carvalho a lavar argila, do-
lomita e calcário no município de
Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.757 — de 12 de ju-
lho de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto
de 1951.

ARGILA REFRATÁRIA

*Autoriza o cidadão brasileiro José
Ermirio de Moraes a pesquisar argi-
la refratária no município de Mogi
das Cruzes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.855 — de 6 de agosto
de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto
de 1951.

ARMAZÉNS GERAIS

*Dá maior amplitude ao artigo 10
do Regulamento de que trata o De-
creto n. 15.800, de 8 de junho de 1944.*

Decreto n. 29.912 — de 23 de agós-
to de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de agosto
de 1951.

ARQUIVISTA

Suprime cargos extintos.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.931 — de 28 de agós-
to de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto
de 1951.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.932 — de 28 de agós-
to de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto
de 1951.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.935 — de 28 de agós-
to de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto
de 1951.

ARSENAL DA URCA

*Altera o nome das "Oficinas da
Urca" para "Arsenal da Urca".*

Decreto n. 29.808 — de 26 de ju-
lho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho
de 1951.

ASSISTENCIA PSIQUIÁTRICA

Decreto-legislativo n. 14 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho
de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 15 — de
1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho
de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 16 — de
1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho
de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 17 — de
1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho
de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 19 — de
1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho
de 1951.

ASSISTENCIA PSIQUIATRICA

— *Decreto-legislativo n. 20 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 21 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 22 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 24 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 25 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE MINAS GERAIS

Concede à "Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais" a prerrogativa da alínea "d" do artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Decreto n. 29.940 -- de 30 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1951.

ATLANTIC REFINING COMPANY OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima "Atlantic Refining Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 29.665 — de 13 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

ATUÁRIOS

Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais.

Lei n. 1.401 — de 31 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1951.

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR

Ver: o nome da empresa autorizada a funcionar.

AUTARQUIAS

Revoga a Lei n. 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União e revigora os Decretos-leis números 3.769, de 28 de outubro de 1941, e 8.348, de 10 de dezembro de 1945, e as disposições da Lei número 593, de 24 de dezembro de 1948, derogadas pela Lei número 1.162, de 22 de julho de 1950.

Lei n. 1.434 — de 17 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

"AUXILIADORA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação e aumento de capital, da "Auxiliadora" Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n. 29.907 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1951.

B**BACHAREIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

Ver: Contadores e Atuários.

BACHAREIS EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ver: Economistas.

BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S. A.

Aprova aumento de capital e reforma geral de estatutos sociais.

Decreto n. 29.887 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de agosto de 1951.

BANCO DO BRASIL S. A.

Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender as operações da Carteira de Descontos do Banco do Brasil S. A., mediante resgate ao débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A.

Lei n. 1.419 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Lei n. 1.412 — de 13 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1951.

BASES AÉREAS

Denomina Campo dos Palmares e aeroporto a base aérea de Maceió.

Lei n. 1.438 — de 19 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1951.

— *Regula substituições das Unidades e Bases Aéreas.*

Decreto n. 29.845 — de 4 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

Reproduzido no D. O. de 4 de setembro de 1951.

BASES MILITARES

Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios que mencionam.

Lei n. 1.444 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1951.

BATALHÃO FERROVIÁRIO (2.º)

Dá a denominação de "Batalhão Mauá" ao 2.º Batalhão Ferroviário.

Decreto n. 29.809 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

BATALHÃO MAUÁ

Dá a denominação de "Batalhão Mauá" ao 2.º Batalhão Ferroviário.

Decreto n. 29.809 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

BATES VALVE BAY CORPORATION OF BRAZIL

Concede à sociedade "Bates Valve Bay Corporation of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 29.629 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

BENS DA UNIÃO

Autoriza a alienação de bens da União, no Estado de São Paulo, oriundos da herança jacente.

Decreto n. 29.742 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Levis Pereira a pesquisar feldspato, caulim, mica, berilo e associados no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.898 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

BERNARDES & MACHADO

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Bernardes & Machado.

Decreto n. 29.618 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

BOMBAS E EQUIPAMENTO BENNET, LTDA.

Concede a sociedade "Bombas e Equipamentos Bennet, Ltda." autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 29.861 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1951.

Retificado no D. O. de 3 de setembro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 26 de setembro de 1951.

BRANIFF AIRWAYS INCORPORATED

Concede à sociedade "Braniff Airways Incorporated" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 29.752 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

BRASILMAR MERIDIONAL DE NAVEGAÇÃO LIMITADA

Concede à sociedade "Brasilmar Meridional de Navegação Ltda." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.778 — de 18 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1951.

BRAZILIAN HIDRO ELÉTRICA COMPANY LIMITED

Autoriza a Brazilian Hidro Elétrica Company Limited a construir um ramal de linha de transmissão no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.973 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1951.

BRESSIANI & COMPANHIA

Concede permissão a Bressiani & Companhia para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.892 — de 14 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1951.

BUREAU PAN-AMERICANO DO CAFÉ

Autoriza o Ministro da Fazenda a efetuar o pagamento das contribuições devidas ao Bureau Pan-Americano do Café.

Lei n. 1.420 — de 29 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1951.

C

CAIXA DE CRÉDITO COOPERATIVO

Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Lei n. 1.412 — de 13 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1951.

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Revoga a Lei n. 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União e revigora os Decretos-leis números 3.769, de 28 de outubro de 1941, e 8.834, de 10 de dezembro de 1945, e as disposições da Lei número 593, de 24 de dezembro de 1948, derogadas pela Lei n. 1.162, de 22 de julho de 1950.

Lei n. 1.434 — de 17 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

CALÇARIO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Matarazzo Júnior a pesquisar calcário e associados no município de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.597 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Barros Filho a lavar calcário e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.719 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza os cidadãos brasileiros João Augusto Rodrigues, Alexandre Augusto Rodrigues e Melina Rodrigues de Carvalho a lavrar argila, colomita e calcário no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.757 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

— *Autoriza a Cia. Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.760 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— *Autoriza a Empresa de Mineração Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.761 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.764 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— *Autoriza a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.765 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Mendes de Souza a pesquisar calcário no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.791 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Ladeira a lavrar calcário e associados no Município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.821 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

— *Autoriza a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.823 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro da Fonseca Filho a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.851 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim de Souza Rodrigues a lavrar calcário, mármore e associados no município de Carandá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.852 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ermírio de Moraes a lavrar calcário no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.864 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar calcário e associados, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 29.896 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Moreira de Souza a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.897 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 29.344, de 12 de março de 1951.*

Decreto n. 29.921 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Matarazzo a pesquisar calcário e associados no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.925 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria José de Aquino a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.927 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

— *Declara sem efeito o Decreto n. 24.856, de 22 de abril de 1948.*

Decreto n. 29.954 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a pesquisar calcário e associados no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 29.955 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a pesquisar calcário e associados no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 29.956 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— *Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.958 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— *Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.959 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria Reis a pesquisar calcário e associados no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.984 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Faria Filho a pesquisar calcário e associados no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.985 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.991 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea, e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.992 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfato, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.993 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.994 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.995 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.996 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza Itapessoca Agro Industrial Limitada a lavar calcário no município de Goiana, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.015 — de 27 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1951.

CAMPANHA DE COMBATE AO CÂNCER

Declara contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores da Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico, da Campanha Nacional contra a Tuberculose e da Campanha de Combate ao Câncer.

Decreto n. 29.769 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1951.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose.

Lei n. 1.338-B — de 2 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1951.

— *Declara contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores da Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico, da Campanha Nacional contra a Tuberculose e da Campanha de Combate ao Câncer.*

Decreto n. 29.769 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1951.

— *Prorroga a vigência do dispositivo que menciona.*

Decreto n. 29.909 — de 20 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1951.

CAMPO DOS PALMARES

Denomina Campo dos Palmares e aeroporto a base aérea de Maceió.

Lei n. 1.438 — de 19 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 24 de setembro de 1951.

CAPITAIS ESTRANGEIROS

Modifica a redação da alínea "b" do art. 3.º da Lei n. 156, de 27 de novembro de 1947.

Lei n. 1.433 — de 15 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

CAPITANIA DOS PORTOS

Altera a denominação da Capitania dos Portos do Estado do Amazonas e Acre e transfere a subordinação da Agência de Guajará-Mirim.

Decreto n. 29.975 — de 11 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1951.

CARBONÍFERA TREVISÓ S. A.

Concede à Carbonífera Trevisó S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.862 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

CARGOS EM COMISSÃO

Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do quadro do pessoal dos órgãos da primeira região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Lei n. 1.414 — de 16 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1951.

Reproduzida no D. O. de 24 de agosto de 1951.

CARTEIRA DE REDESCONTOS DO BANCO DO BRASIL S. A.

Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A.

Lei n. 1.419 — de 28 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1951.

CARVÃO

Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.717 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.718 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Autoriza a Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais Copelmi a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.720 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Reis a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.723 — de 28 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Honoldo Reis a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.726 — de 28 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

CARVÃO

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.761, de 16 de outubro de 1950.*

Decreto n. 29.977 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

CASSITERITA

Autoriza a Mineração Vitória Ltda. a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.854 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

— Fica autorizada a Mineração del Rei Ltda. a lavrar cassiterita, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.895 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

CASSITERITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Xavier Ribeiro a pesquisar minério de cobalto, cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.926 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Joppert a pesquisar caulim e associados no município de Colombo, Estado do Paraná.

Decreto n. 29.762 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

— Autoriza a cidadã brasileira Antonieta Marques Galvão a lavrar feldspato, caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.785 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Levindo Pereira a pesquisar feldspato, caulim, mica, berilo e associados no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.898 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

CAULIM

— Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a lavrar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.990 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE VITÓRIA

Concede auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para os festejos comemorativos do Quarto Centenário da fundação de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Lei n. 1.422 — de 3 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1951.

CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

Suprime o parágrafo único do artigo 131 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (Decreto n. 22.392, de 31 de dezembro de 1946) e dá nova redação ao art. 147 do mesmo Regulamento.

Decreto n. 29.813 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

CHAMES ABOUD & COMPANHIA

Concede à sociedade "Chames Aboud & Cia.", autorização para funcionar com empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.779 — de 18 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

CHAVES & CIA.

Autoriza a empresa de mineração Chaves & Cia. a pesquisar gipsita e associados no município de Santanópolis, Estado do Ceará.

Decreto n. 29.986 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

CHUMBO

Autoriza a Mineração Sul Brasileira, Ltda. a pesquisar minérios de chumbo e associados no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.960 — de 3 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1951.

CIÊNCIA

Torna pública o depósito dos instrumentos de aceitação, por parte de vários países, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Decreto n. 29.976 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

CIMENTO

Prorroga a vigência da Lei n. 641, de 1949, sobre a cobrança dos direitos de importação que incidem sobre o cimento Portland.

Lei n. 1.397 — de 13 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1951.

COBALTO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Xavier Ribeiro a pesquisar minério de cobalto, cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.926 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

COBRE

Fica autorizado o cidadão brasileiro Raymundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a lavar minério de cobre no município de Viçosa, Estado do Ceará.

Decreto n. 29.983 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1951.

CÓDIGO BRASILEIRO DO AR

Dá nova redação ao art. 49 do Código Brasileiro do Ar.

Lei n. 1.396 — de 13 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Altera os artigos 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal e dá outras providências.

Lei n. 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

CÓDIGO ELEITORAL

Modifica o § 2.º do art. 66 da Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

Lei n. 1.430 — de 12 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de setembro de 1951.

CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO

Modifica a redação do art. 135, letra "a", do Código Nacional de Trânsito.

Lei n. 1.413 — de 24 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1951.

CÓDIGO PENAL

Altera os arts. 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal e dá outras providências.

Lei n. 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

COLÉGIO NAVAL

Aprova e manda adotar o Toque de Corneta Indicativo do Colégio Naval.

Decreto n. 29.969 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1951.

COLETORIAS

Dá nova redação ao art. 6.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 29.191, de 24 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.987 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

COLETORIAS FEDERAIS

— *Extingue Coletoria Federal e dá outras providências.*

Decreto n. 29.859 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

— *Extingue Coletorias Federais.*

Decreto n. 30.003 — de 20 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1951.

COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO

Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Consultiva do Trigo.

Decreto n. 29.916 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Cria a Comissão de Desenvolvimento Industrial.

Decreto n. 29.806 — de 25 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

— *Modifica a redação do art. 3.º do Decreto n. 29.806, de 25 de julho de 1951, que criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial.*

Decreto n. 29.829 — de 31 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1951.

COMISSÃO DE ESTUDOS DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 22.648, de 13 de novembro de 1946, acrescentando a letra "h".

Decreto n. 29.908 — de 20 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1951.

Reproduzido no D. O. de 23 de agosto de 1951.

COMISSÃO DE INVESTIMENTO

Dá maior amplitude ao art. 10 do Regulamento de que trata o Decreto n. 15.800, de 8 de junho de 1944.

Decreto n. 29.912 — de 23 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1951.

COMISSÃO DO VALE DE SÃO FRANCISCO

Aprova o Regimento da Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto n. 29.807 — de 25 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação da área do terreno necessária à instalação do 3.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situada na cidade da Lapa, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.910 — de 20 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1951.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO POSTAL TELEGRÁFICO

Declara contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores da Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico, da Campanha Nacional contra a Tuberculose e da Campanha de Combate ao Câncer.

Decreto n. 29.769 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1951.

COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

Aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Alimentação.

Decreto n. 29.850 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA

Cria a Comissão Nacional de Política Agrária.

Decreto n. 29.803 — de 25 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

COMISSÕES

Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Decreto n. 29.741 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1951.

COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 74.880,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão.

Decreto n. 29.800 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

COMPANHIA BRASILEIRA CARBURETO DE CÁLCIO

Autoriza a Cia. Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.760 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— Autoriza a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.764 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

COMPANHIA BRASILEIRA CARBURETO DE CÁLCIO

— Autoriza a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.765 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

— Autoriza a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.823 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de Cachoeira Grande, existente no rio Juquiá-Guaçu, município de Juquiá, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.837 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

COMPANHIA BRASILEIRA RHO-DIACETA FÁBRICA DE RAION

Concede permissão para o funcionamento das seções que indica da Fábrica de Santo André da Companhia Brasileira Rhodiácceta Fábrica de Raion nos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.432 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1951.

COMPANHIA CARBONÍFERA MINAS DE BUTIÁ

Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no Município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.717 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

COMPANHIA CARBONIFERA MINAS DE BUTIÁ

— *Autoriza a Cia. Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.718 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO ILIMITADA

Autoriza a Brazilian Hydro Electric Company Limited a construir um ramal da linha de transmissão no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.973 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1951.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar calcário e associados, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 29.896 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS COPELMI

Autoriza a Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais Copelmi a pesquisar carvão mineral no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.720 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz Cataguzes - Leopoldina a ampliar suas instalações.

Decreto n. 29.944 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1951.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DE INEAPIM

Revoga o Decreto n.º 13.593, de 20 de outubro de 1943.

Decreto n. 29.734 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DE MONTE CARMELO S. A.

Concede isenção de direitos de importação para materiais elétricos adquiridos pela Companhia Fôrça e Luz de Monte Carmelo S. A., no Estado de Minas Gerais.

Lei n. 1.425 — de 6 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1951.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DE SÃO FRANCISCO

Dispõe sobre o aumento de capital da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco.

Lei n. 1.429 — de 11 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1951.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA SANTA BRANCA S. A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia-elétrica à Companhia Hidro Elétrica Santa Branca S. A.

Decreto n. 29.731 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

COMPANHIA MINEIRA DE SIDERURGIA

Fica autorizada a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.648 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Companhia Nacional de Energia Elétrica concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira da Água Vermelha, existente no rio Grande, entre os municípios de Fernandópolis, Estado de São Paulo, e Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.919 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE

Autoriza a Companhia Prada de Electricidade a ampliar a sua instalação geradora Diesel-elétrica em Pôrto Ferreira, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.879 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1951.

COMPANHIA QUÍMICA RHÓDIA BRASILEIRA

Concede permissão às seções que especifica da Companhia Química Rhódia Brasileira para funcionarem nos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.890 — de 14 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1951.

COMPANHIA RÁDIO INTERNACIONAL DO BRASIL

Retifica cláusula das que baixaram com o Decreto n. 29.201, de 25 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.767 — de 14 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

COMPANHIA RÁDIO INTERNACIONAL DO BRASIL

Retifica cláusula das que baixaram com o Decreto n. 29.237, de 29 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.775 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

COMPANHIA SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.

Lei n. 1.399 — de 16 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de julho de 1951.

COMPANHIA SUL MINEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica a ampliar suas instalações.

Decreto n. 29.561 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1951.

COMPANHIA SUPRARGILA LTDA.

Concede à Companhia Suprargila Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.968 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1951.

CONDE D'EU

Dispõe sobre a transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais da Princesa Isabel e do seu esposo Conde d'Eu.

Lei n. 1.403 — de 6 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de agosto de 1951.

CONDENADOS OU PROCESSADOS POR GREVE

Ver: Greve.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS UNIVERSITÁRIOS

Concede subvenção à Confederação Brasileira de Desportos Universitários, para o exercício de 1951.

Decreto n. 29.929 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

CONGRESSO DA "UNION INTERNACIONALE DES AVOCATS (XIII)"

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para atender a despesas com a realização do XIII Congresso da "Union Internationale des Avocats".

Decreto n. 29.877 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

CONSELHO TÉCNICO DE FINANÇAS

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.420.000,00, destinado a despesas do Conselho Técnico de Finanças.

Decreto n. 30.002 — de 20 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1951.

CONSULADOS

Suprime Consulado Honorário.

Decreto n. 29.715 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1951.

— *Cria e suprime Consulados de carreira.*

Decreto n. 29.716 — de 27 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1951.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Bayonne, França.*

Decreto n. 29.825 — de 28 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1951.

CONTADORES

Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuais.

Lei n. 1.401 — de 31 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1951.

CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ver: Presidente da República.

CONTRAVENÇÕES PENAIS

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preceitos de raça ou de cor.

Lei n. 1.390 — de 3 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de julho de 1951.

CONTRIBUINTES OBRIGATÓRIOS DO IPASE

Ver: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA ARMADA

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n. 28.703, de 2 de outubro de 1950.

Decreto n. 29.911 — de 23 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1951.

COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELO S. A.

Autoriza a Cotonificio Othon Bezerra de Melo S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fabrica de tecidos "Anita" na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.

Decreto n. 29.771 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

— *Autoriza o Cotonificio Othon Bezerra de Melo S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fabrica de tecidos "Bezerra de Melo", na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.*

Decreto n. 29.772 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELO S. A.

— *Autoriza o Cotonificio Othon Bezerra de Melo S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fabrica de tecidos "Coronel Othon", na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.*

Decreto n. 29.773 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.

Lei n. 1.263 — de 9 de dezembro de 1950.

Retificada no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose.*

Lei n. 1.338-B — de 2 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00 para o fim que especifica.*

Lei n. 1.391 — de 6 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.700.000,00 para os fins que especifica.*

Lei n. 1.391-B — de 10 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 2.614.108,80, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.394 — de 12 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1951.

COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELO S. A.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.*

Lei n. 1.399 — de 16 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1951.

— *Autoriza a abertura de crédito especial do Ministério da Educação e Saúde para ocorrer a despesa de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.410 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1951.

— *Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 20.000,00, para pagamento do salário-família a funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.*

Lei n. 1.413 — de 13 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, para estudo, projeto e construção de uma ponte sobre o rio Jaguaribe, no Estado do Ceará.*

Lei n. 1.414-A — de 20 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1951.

— *Autoriza a abertura de crédito especial para custeio de despesas com ampliação e consolidação de obras realizadas no Palácio Itamarati.*

Lei n. 1.417 — de 28 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1951.

— *Autoriza, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, em reforço da Verba 3, Anexo 19, do Orçamento de 1950.*

Lei n. 1.418 — de 28 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1951.

COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELO S. A.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 4.900.000,00, para atender às despesas decorrentes da posse do atual Presidente da República.*

Lei n. 1.428 — de 11 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1951.

Retificada no D. O. de 1 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 5.000,00 para pagamento de salário-família ao pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.*

Lei n. 1.432 — de 14 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$.. 1.707.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Repartição Sanitária Pan-Americana no exercício de 1949.*

Lei n. 1.473 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 362.092,50, para pagamento aos ministros vitalícios daquele Tribunal.*

Lei n. 1.439 — de 19 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20, para pagamento de gratificação a diversos professores.*

Lei n. 1.442 — de 25 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de outubro de 1951.

COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELO S. A.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00 (quarenta e um mil oitocentos e seis cruzeiros).*

Lei n. 1.443 — de 25 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00, para pagamento de gratificação de representação aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.*

Decreto n. 29.781 — de 18 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

— *Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 74.890,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão.*

Decreto n. 29.800 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

— *Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 1.350,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 29.834 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1951.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores crédito especial para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Repartição Internacional de Tarifas Aduaneiras.*

Decreto n. 29.858 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 36.621.272,90, para liquidação de compromisso, à conta de Restos a Pagar, escriturados na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque.*

Decreto n. 29.867 — de 9 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELO S. A.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 180.036,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 29.872 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para atender a despesas com a realização do XIII Congresso da "Union Internationale des Avocats".*

Decreto n. 29.877 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, crédito especial para pagamento de contribuições à Repartição Internacional de Higiene Pública.*

Decreto n. 29.928 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender ao pagamento do repouso semanal remunerado aos empregados da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí.*

Decreto n. 29.945 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 128.803,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério aos professores que relaciona.*

Decreto n. 29.946 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELO S. A.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 22.400,20, para atender ao pagamento das despesas de substituição de Ministros.*

Decreto n. 29.949 — de 3 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para atender às despesas decorrentes da Lei n. 898, de 25 de outubro de 1949.*

Decreto n. 30.001 — de 18 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.420.000,00, destinado a despesas do Conselho Técnico de Finanças.*

Decreto n. 30.002 — de 20 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1951.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina — do crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00, como reforço à Verba 3 — Serviços e Encargos do Anexo 26 do vigente Orçamento.

Lei n. 1.440 — de 19 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1951.

CRISTAL

Autoriza o cidadão brasileiro Armando Foratini a pesquisar mica, pedras coráceas e cristal no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.756 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

CULTURA

Torna público o depósito dos instrumentos de aceitação, por parte de vários países, da constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura.

Decreto n. 29.976 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

CURSOS

Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes, aprovados em exame de habilitação para ingresso em cursos superiores, especialmente no que se referem às escolas particulares.

Lei n. 1.392 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1951.

— *Inclui, no curso de ciências econômicas a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuais.*

Lei n. 1.401 — de 31 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1951.

D

DACTILÓGRAFO

Suprime cargo extinto.
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.933 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

— *Suprime cargos extintos.*
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.936 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

— *Suprime cargos provisórios.*
(M.Aer. — Q.P.).

Decreto n. 29.952 — de 4 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1951.

DELEGACIA DO TESOUREO BRASILEIRO EM NOVA YORK

Abre, ao Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 36.621.272,90, para liquidação de compromissos, à conta de Restos a Pagar, escriturados na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Decreto n. 29.867 — de 9 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Estende ao Estado de São Paulo a jurisdição da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná e das outras providências.

Decreto n. 29.826 — de 28 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1951.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Altera o Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945.

Decreto n. 29.876 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1951.

Retificado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Autoriza a aquisição de área de terreno na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Decreto n. 29.794 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto legislativo n. 33 — de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1951.

DEPUTADOS

Modifica o art. 2.º da Lei n. 67, de 13 de junho de 1935.

Lei n. 1.410-A — de 10 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

Revoga o Decreto n. 24.138, de 28 de novembro de 1947.

Decreto n. 29.747 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1951.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à construção de uma linha de transmissão de 80 kv, entre a Usina de Cubatão e a futura subestação de Camuava, no Estado de São Paulo, e autoriza The São Paulo, Tramway, Light and Power Company, Limited a promover a desapropriação.*

Decreto n. 29.843 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas abrangidas pela ligação ferroviária Pirapora-Formosa.*

Decreto n. 29.863 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno necessária à construção da Variante de Farinha Boa, na Linha do Centro, no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.869 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno necessária à eletrificação dos subúrbios de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.903 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação da área do terreno necessário à instalação do 3.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situada na cidade da Lapa, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 29.910 — de 20 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, área de terreno necessária à construção do Olsoduto Santos-São Paulo.*

Decreto n. 30.016 — de 28 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela "Manoas Harbour Limited", o prédio do antigo "Trapiche Fernandes", na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 30.017 — de 28 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno com 15.011,08 m², necessária à construção da Variante do túnel de Casal, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.018 — de 23 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas abrangidas pelo prolongamento ferroviário São Rafael-São Miguel de Jucurutu, da Estrada de Ferro Sampaio Correia.*

Decreto n. 30.019 — de 23 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Timóteo da Cruz a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.790 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

— *Anula o Decreto n. 27.795, de 17 de fevereiro de 1950.*

Decreto n. 29.844 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1951.

— *Renova o Decreto n. 28.840, de 29 de junho de 1949.*

Decreto n. 30.011 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1951.

DIATOMÁCEA

Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.992 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.993 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.994 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

DIATOMÁCEA

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.995 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.996 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

DIPLOMATAS

Cria, na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, sete cargos de Ministro Plenipotenciário, de primeira classe.

Lei n. 1.435 — de 18 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de setembro de 1951.

DIRETOR DE NÚCLEO DE PARQUE DE AERONÁUTICA

Dispõe sobre a função de Diretor de Núcleo de Parque de Aeronáutica.

Decreto n. 29.905 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

DOAÇÕES

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Carinhanha, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.744 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 14 de agosto de 1951.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Nazaré, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 29.750 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

— *Aceita doação de um terreno situado no Município de Valença, Estado do Piauí.*

Decreto n. 29.754 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno, situado em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 29.776 — de 13 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Machado, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.882 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1951.

— *Aceita doação de um terreno situado na cidade de Eldorado, Município do mesmo nome, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.980 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 29.981 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

DOLOMITA

Autoriza os cidadãos brasileiros João Augusto Rodrigues, Alexandre Augusto Rodrigues e Melina Rodrigues de Carvalho a lavrar argila, dolomita e calcário no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 29.757 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

— *Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda., a lavrar dolomita e associados no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.989 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

E

ECONOMISTAS

Dispõe sobre a profissão de Economista.

Lei n. 1.411 — de 13 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de agosto de 1951.

EDUCAÇÃO

Torna público o depósito dos instrumentos de aceitação, por parte de vários países, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Decreto n. 29.976 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

ELEIÇÕES

Dispõe sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional.

Lei n. 1.395 — de 13 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de julho de 1951.

EMISSIONES

Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para alienar as operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A.

Lei n. 1.419 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

EMPRESA BARROSENSE DE ELETRICIDADE LTDA.

Outorga à Empresa Barrosense de Eletricidade Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, no rio Freire, distrito de Barroso, Município de Dorcas de Campos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.564 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

EMPRESA DE COMÉRCIO E MINERAÇÃO TROPICAL LIMITADA

Autoriza a Empresa de Comércio e Mineração Tropical Limitada a funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.839 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

EMPRESA DE MINERAÇÃO COMPANHIA BRASILEIRA CARBURETO DE CÁLCIO

Autoriza a Empresa de Mineração Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, no município de Dorcas de Campos, Estado de Minas Gerais

Decreto n. 29.761 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

EMPRESA DE MINERAÇÃO

Ver: o nome da empresa autorizada a funcionar.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga a Heráclito de Paula Martins concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Cabeluda, Vila de Caputira, 2.º distrito do município de Matipó, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.428 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

— Autoriza a Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica a ampliar suas instalações.

Decreto n. 29.561 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1951.

— Outorga à Empresa Barrosense de Eletricidade Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, no rio Freire, distrito de Barroso, Município de Dorcas de Campos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.564 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Bernardes & Machado.

Decreto n. 29.618 — de 31 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— Outorga a José Lucas Borges concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Gamaleira, no rio de igual nome, Distrito de Cristianópolis, município de Pires do Rio, Estado de Goiás.

Decreto n. 29.634 — de 1 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 21 de setembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza The Riograndense Light & Power Syndicate a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 29.730 — de 8 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1951.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia-elétrica à Companhia Hidro Elétrica Santa Branca S. A.*

Decreto n. 29.731 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— *Revoga o Decreto n. 13.593, de 20 de outubro de 1943.*

Decreto n. 29.734 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 28.824, de 1.º de novembro de 1950.*

Decreto n. 29.735 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1951.

— *Autoriza o Cotoniificio Othon Bezerra de Melo S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica de tecidos "Anita", na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.*

Decreto n. 29.771 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

— *Autoriza o Cotoniificio Othon Bezerra de Melo S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica de tecidos "Bezerra de Melo", na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.*

Decreto n. 29.772 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza o Cotoniificio Othon Bezerra de Melo S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica de tecidos "Coronel Othon", na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.*

Decreto n. 29.773 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

— *Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Grande, existente no rio Juquiá-Guaçu, município de Juquiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.837 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

— *Declara a caducidade da concessão outorgada à Prefeitura Municipal de Lajeado, no Rio Grande do Sul, pelo Decreto n. 6.636, de 26 de dezembro de 1940.*

Decreto n. 29.846 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

— *Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar a sua instalação geradora Diesel-elétrica em Pôrto Ferreira, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.879 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1951.

— *Outorga a Miguel Murari concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Fernandópolis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.880 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Fiação Amparo S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Jaguari, local denominado Ponte Nova, entre os municípios de Itatiba e Amparo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.913 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— *Outorga à Companhia Nacional de Energia Elétrica concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira da Água Vermelha, existente no rio Grande, entre os municípios de Fernandópolis, Estado de São Paulo e Campina Verde, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.919 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 29.944 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1951.

— *Outorga a Sabino Gomes Cardoso concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Bicuiba, existente na rio Glória, Distrito de São Francisco da Glória, município de Carangola, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.972 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1951.

— *Autoriza a Brazilian Hydro Electric Company Limited a construir um ramal de linha de transmissão no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 29.973 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited a construir um ramal de linha de transmissão no município de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.998 — de 14 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1951.

— *Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do curso denominado Andara-Prêto, Pedro Canela-Prêto e Prêto, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 30.013 — de 20 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1951.

ENERGIA HIDRAULICA

Ver: *Energia Elétrica.*

ENGENHEIRO

Suprime cargo extinto.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.938 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

ENSINO

Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes, aprovados em exame de habilitação em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares.

Lei n. 1.392 — de 11 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de julho de 1951.

ESCOLA DE MEDICINA E CIRURGIA

Autoriza o Instituto Hahnemanniano do Brasil a transferir à Escola de Medicina e Cirurgia, parte do terreno e prédio sito à rua Frei Caneca n. 94, no Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n. 1.398 — de 16 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

ESCOLA NAVAL

Aprova e manda executar o Regulamento para a Escola Naval.

Decreto n. 29.815 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1951.

ESCOLA TÉCNICA DE PELOTAS

Decreto-legislativo n. 31 — de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

ESCOLAS

Altera dispositivos do Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n. 25.648, de 11 de outubro de 1948.

Decreto n. 29.782 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

ESTABELECIMENTOS DE INTERNAÇÃO COLETIVA

Modifica o § 2.º do art. 66 da Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

Lei n. 1.430 — de 12 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de setembro de 1951.

ESTADO DE ALAGOAS

Decreto-legislativo n. 17 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

ESTADO DO AMAZONAS

Decreto-legislativo n. 21 — de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1951.

ESTADO DA BAHIA

Decreto-legislativo n. 22 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

ESTADO DA BAHIA

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do curso denominado Andara-Prêto, Pedra Canela-Prêto e Prêto, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 30.013 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1951.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decreto-legislativo n. 19 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— Concede auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para os festejos comemorativos do Quarto Centenário da fundação de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Lei n. 1.422 — de 3 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1951.

ESTADO DO MARANHÃO

Decreto-legislativo n. 25 — de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Decreto-legislativo n. 24 — de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

ESTADO DO PARANÁ

Ratifica o contrato da Loteria do Estado do Paraná.

Decreto n. 29.729 — de 2 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 18 de julho de 1951.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Decreto-legislativo n. 16 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

ESTADO DO PIAUÍ

Decreto-legislativo n. 14 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decreto-legislativo n. 20 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decreto-legislativo n. 15 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

ESTADO DE SÃO PAULO

Estende ao Estado de São Paulo a jurisdição da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná e das outras providências.

Decreto n. 29.826 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1951.

ESTADOS UNIDOS, COMPANHIA DE SEGUROS

Cassa a autorização concedida a "Estados Unidos, Companhia de Seguros" para operar em seguros dos ramos elementares.

Decreto n. 29.804 — de 25 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

ESTANDARTES

Modifica, no estandarte do Regimento Osório, criado pelo Decreto-lei n. 3.283, de 16 de maio de 1941, o escudo d'Armas do Marquês de Herval.

Decreto n. 29.948 — de 1 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

ESTATÍSTICO

Suprime cargo extinto.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.937 — de 23 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno necessária à construção da Variante de Fariinha Boa, na Linha do Centro, no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.869 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno necessária à eletrificação dos subúrbios de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.903 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno com 15.011,08 m2, necessária à construção da Variante do túnel de Casal, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.018 — de 28 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Aprova projetos e orçamentos para construção de três caixas de água, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 29.818 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

— Aprova projeto e orçamento para a construção de 17 casas para as turmas da 6.ª Residência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 30.000 — de 14 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

ESTRADA DE FERRO SAMPAIO CORREIA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas abrangidas pelo prolongamento ferroviário São Rafael-São Miguel de Jucurutu, da Estrada de Ferro Sampaio Correia.

Decreto n. 30.019 — de 28 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender ao pagamento do repouso semanal remunerado aos empregados da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí.

Decreto n. 29.945 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, área de terreno necessária à construção do Oleoduto Santos-São Paulo.*

Decreto n. 30.016 — de 28 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

ESTRANGEIROS

Aforamento de Terrenos de Marinha.

Ver: Terrenos de Marinha.

EX-COMBATENTES

Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n. 29.530, de 3 de maio de 1951.

Decreto n. 29.743 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

EXÉRCITO

Restabelece disposições do Decreto n. 8.251, de 9 de novembro de 1938.

Decreto n. 29.871 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

EXPEDIENTE DO FÓRO

Ver: Fóro.

EXPORTAÇÃO

Suspende até 1 de julho de 1952 a execução do Decreto n. 28.896, de 22 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.802 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

EXPORTAÇÃO

Aprova nova tabela para classificação e fiscalização da exportação de algodão e seus subprodutos.

Decreto n. 29.824 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

EXTRANUMERÁRIOS

Dispõe sobre a revisão das Tabelas Únicas de Extranumerário Mensalista dos diversos Ministérios.

Decreto n. 29.832 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

— *Dispõe sobre o preenchimento de funções de extranumerários mensalistas.*

Decreto n. 29.893 — de 14 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de agosto de 1951.

— *Dispõe sobre o preenchimento, em caráter provisório, de função de extranumerário-mensalista.*

Decreto n. 29.997 — de 14 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Tabelas: Ver o Ministério a que pertencem.*

F

FABRICA DE SANTO ANDRÉ

Concede permissão para o funcionamento das seções que indica a Fábrica de Santo André da Companhia Brasileiro Rhodiaceta Fábrica de Raion nos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.432 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1951.

FACULDADES

Federaliza a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Lei n. 1.049 — de 3 de janeiro de 1950.

Retificada no D. O. de 22 de agosto de 1951.

— Concede autorização para funcionamento do curso do Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.831 — de 31 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

FELDSPATO

Autoriza a cidadão brasileira Antonieta Marques Galvão a lavar feldspato, caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.785 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

— Declara caduco o Decreto número 22.090, de 13 de novembro de 1946.

Decreto n. 29.865 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

FELDESPATO

— Autoriza o cidadão brasileiro Leovindo Pereira a pesquisar feldspato, caulim, mica, berilo e associado, no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.898 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— Retifica o art. 1.º do Decreto n. 28.085, de 5 de maio de 1950.

Decreto n. 29.922 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Ferreira de Andrade a pesquisar feldspato e associados no município de Gramma, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.961 — de 8 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1951.

FERRO

Fica autorizada a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.648 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro José da Costa Carvalho a pesquisar minério de ferro e manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.840 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

— Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. a lavar minério de ferro e associados no município de Itabir, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.841 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

FERROVIAS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 2.614.108,80, para o fim que especifica.

Lei n. 1.394 — de 12 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1951.

— *Aprova projeto e orçamento para a construção do 1.º trecho da ligação ferroviária Pirapora-Formosa.*

Decreto n. 29.317 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas abrangidas pela ligação ferroviária Pirapora-Formosa.*

Decreto n. 29.368 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Aprova projeto e orçamento para construção de variante na ligação ferroviária Terezina-Periperi.*

Decreto n. 29.943 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1951.

FIAÇÃO AMPARO S. A.

Outorga à Fiação Amparo S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Jaguari, local denominado Ponte Nova, entre os municípios de Itatiba e Amparo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.918 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

FIBRA DE SISAL E PITEIRA

Suspende até 1 de julho de 1952 a execução do Decreto n. 28.895, de 22 de novembro de 1950.

Decreto n. 29.802 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

FISCAL ADUANEIRO

Suprime cargos extintos.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.934 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n. 29.550, de 3 de maio de 1951.

Decreto n. 29.742 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

FÔRO

Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

Lei n. 1.408 — de 9 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

FOSFATOS

Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Carlos Cardoso a pesquisar fosfatos e associados na Ilha Rata, Território de Fernando de Noronha.

Decreto n. 29.748 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.958 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— *Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no Município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.959 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

FOSSFATOS

— *Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.991 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea, e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.992 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.993 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.994 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.995 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.996 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do quadro do pessoal dos órgãos da primeira região da Justiça do Trabalho e das outras providências.

Lei n. 1.414 — de 16 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1951.

Reproduzida no D. O. de 24 de agosto de 1951.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Revoga o Decreto n. 29.172, de 19 de janeiro de 1951, que modificou os artigos 1.º e 23 dos Estatutos da Fundação Brasil Central.

Decreto n. 29.835 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1951.

FUNDAÇÃO LAUREANO

Considera de utilidade pública a Fundação Laureano, com sede no Distrito Federal.

Lei n. 1.404 — de 6 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de agosto de 1951.

G

GALENA

Autoriza o cidadão brasileiro João Oliveira Cerqueira a pesquisar galena e associados no Município de Imbuí, Estado do Paraná.

Decreto n. 29.822 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

GASES NATURAIS

Autoriza o cidadão brasileiro Epaminondas Pedrosa de Oliveira a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos municípios de Santanópolis e Crato, Estado do Ceará.

Decreto n. 29.947 — de 1 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

GASES NATURAIS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Epaminondas Pedrosa de Oliveira a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais, — classe X — nos municípios de Santanópolis e Crato, Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.963 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

GIPSITA

Renova o Decreto n. 26.312, de 3 de fevereiro de 1949.

Decreto n. 29.645 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

— *Autoriza a empresa de mineração Chaves & Cia. a pesquisar gipsita e associados no município de Santanópolis, Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.986 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

GRANADA

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Leite Sobrinho a pesquisar granada e associados no município de Parnamirim, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 30.008 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1951.

GRÊMIO BENEFICENTE DE OFICIAIS DO EXÉRCITO

Considera de utilidade pública o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.415 — de 22 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de agosto de 1951.

GREVE

Decreto-legislativo n. 18 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

H

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E DO BRASIL

Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuais.

Lei n. 1.401 — de 31 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1951.

HOSPITAL NAVAL DE LADÁRIO

Cria o Hospital Naval de Salvador e o Hospital Naval de Ladário.

Decreto n. 29.816 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

HOSPITAL NAVAL DE SALVADOR

Cria o Hospital Naval de Salvador e o Hospital Naval de Ladário.

Decreto n. 29.816 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

I

IMPORTAÇÃO

Prorroga a vigência da Lei n. 641, de 1949, sobre a cobrança dos direitos de importação que incidem sobre o cimento Portland.

Lei n. 1.397 — de 13 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1951.

— *Concede isenção de direitos de importação para materiais elétricos adquiridos pela Companhia Força e Luz de Monte Carmelo S. A., do Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 1.425 — de 6 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1951.

IMPOSTO DE RENDA

Modifica os artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 385, de 18 de julho de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal (cota do imposto de renda destinada aos Municípios).

Lei n. 1.393 — de 12 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1951.

IMPOSTO PARA REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR

Modifica a redação da alínea b do art. 3.º da Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947.

Lei n. 1.433 — de 15 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Ver: *Produtos de Origem Animal.*

INSTITUTO BRASILEIRO DE MECANIZAÇÃO — SERVIÇOS HOLTERITH SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto-legislativo n. 26 — de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1951.

INSTITUTO CULTURAL ITALO-BRASILEIRO

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Italo-Brasileiro, de Campinas, no Estado de São Paulo.

Lei n. 1.424 — de 4 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1951.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Declara contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores da Comissão Executiva do Plano Postal-Telegráfico, da Campanha Nacional Contra a Tuberculose e da Campanha de Combate ao Câncer.

Decreto n. 29.769 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1951.

INSTITUTO HAHNEMANIANO DO BRASIL

Autoriza o Instituto Hahnemaniano do Brasil a transferir à Escola de Medicina e Cirurgia parte do terreno e prédio sito à rua Frei Caneca n. 84, no Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n. 1.398 — de 16 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1951.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Revoga a Lei n. 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União e revigora os Decretos-leis números 3.789, de 28 de outubro de 1941, e 8.348, de 10 de dezembro de 1945, e as disposições da Lei número 593, de 24 de dezembro de 1948, derogadas pela Lei número 1.162, de 22 de julho de 1950.

Lei n. 1.434 — de 17 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

INVESTIMENTOS

Dá maior amplitude ao art. 10 do Regulamento de que trata o Decreto n.º 15.800, de 8 de junho de 1944.

Decreto n. 29.912 — de 23 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1951.

ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL LIMITADA

Autoriza Itapessoca Agro Industrial Limitada a lavrar calcário no município de Cíciana, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 30.015 — de 27 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1951.

J

JAPÃO

Decreto-legislativo n. 29 — de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

Reproduzido no D. O. de 4 de setembro de 1951.

JORNALISMO

Concede autorização para funcionamento do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.831 — de 31 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

JUSTIÇA

Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

Lei n.º 1.408 — de 9 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Altera dispositivos das leis números 33 e 160, respectivamente, de 1.º de maio e 29 de novembro de 1947, que dispõem sobre o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos.*

Lei n. 1.441 — de 24 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de setembro de 1951.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do quadro de pessoal dos órgãos da primeira região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Lei n. 1.414 — de 16 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1951.

Reproduzida no D. O. de 24 de agosto de 1951.

L

L. KELLER LUPI & CIA. LTDA.

Decreto-legislativo n. 31 — de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

LAVRAS

Ver: a denominação do elemento lavrado.

LEPROCÔMIOS

Denomina sanatórios e sanatórios-colônias os leprocômios do Brasil.

Lei n. 1.426 — de 6 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1951.

LEPROSÁRIOS

Modifica o § 2.º do art. 66 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

Lei n. 1.430 — de 12 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de setembro de 1951.

LIBERADO CONDICIONAL

Altera os artigos 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal e dá outras providências.

Lei n. 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1951.

LIMITE DE IDADE

Altera o limite de idade para promoção à graduação de subtenente.

Decreto n. 29.811 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

LOTAÇÃO

Ver: o nome do Ministério.

LOTÉRIAS ESTADUAIS

Ratifica o contrato da Loteria do Estado do Paraná.

Decreto n. 29.729 — de 2 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 18 de julho de 1951.

M

MANAOS HARBOUR LIMITED

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela "Manaos Harbour Limited", o prédio do antigo "Trapiche Fernandes", na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto n. 30.617 — de 23 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Demétrio de Oliveira Dantas a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.724 — de 28 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silveira Carvalho a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 29.766 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro José da Costa Carvalho a pesquisar minério de ferro e manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.840 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 29.965 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

MARINHA MERCANTE

Altera dispositivos do Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n.º 25.648, de 11 de outubro de 1948.

Decreto n.º 29.782 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1951.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Marques Piz a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.650 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Armando Forattini a pesquisar mica, pedras coradas e cristal no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.756 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalo da Costa Coelho a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.863 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1951.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Levidio Pereira a pesquisar feldspato, caulim, mica, berilo e associados no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.892 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Alves a pesquisar mica e associados no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.900 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— *Renova o Decreto n. 26.833, de 29 de junho de 1949.*

Decreto n. 29.957 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— *Autoriza Silva & Moutinho a pesquisar mica e associados no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.964 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Dias Duarte a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.966 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Melo a pesquisar mica no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.007 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1951.

MIGRAÇÃO

Decreto-legislativo n. 28 — de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

MINERAÇÃO DEL REI LIMITADA

Fica autorizada a Mineração del Rei Ltda. a lavar cassiterita no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.895 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL LTDA.

Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda. a lavar dolomita e associados no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.989 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1951.

MINERAÇÃO NORTHFIELD LIMITADA

Concede à Mineração Northfield Limitada, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.793 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1951.

MINERAÇÃO SUL BRASILEIRA LTDA.

Autoriza a Mineração Sul Brasileira Ltda. a pesquisar minérios de chumbo e associados no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.960 — de 8 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1951.

MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA.

Autoriza a Mineração Vitória Ltda. a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.854 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

MINERAÇÃO WASHINGTON S. A.

Concede à Mineração Wahchang S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.838 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 29.768 — de 16 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— *Altera a lotação de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.904 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— *Altera a lotação numérica atendida pelo Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.950 — de 4 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1951.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Altera, sem aumento de despesa, o Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

Lei n. 1.405 — de 9 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de agosto de 1951.

— *Altera o Decreto n.º 29.616, de 31 de maio de 1951, que dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 29.746 — de 1 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1951.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n. 14 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Decreto-legislativo n. 15 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 16 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 17 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 19 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 20 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 21 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 22 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 24 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 25 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 31 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— *Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 29.795 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1951.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Ministro da Fazenda a efetuar o pagamento das contribuições devidas ao Bureau Pan-Americano do Café.

Lei n. 1.420 — de 29 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1951.

— *Altera o Decreto n.º 29.638, de 5 de junho de 1951, que dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 29.740 — de 9 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1951.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra.

Decreto n. 29.812 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Decreto-legislativo n. 26 — de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1951.

— *Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 29.739 — de 9 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1951.

— *Altera a lotação das repartições do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 29.827 — de 30 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1951.

— *Altera a lotação das repartições do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 30.006 — de 24 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1951.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Marinha.

Decreto n. 29.738 — de 3 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1951.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto n. 29.639 — de 5 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Consultiva do Trigo.*

Decreto n. 29.916 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto n. 29.784 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1951.

— *Altera o § 4.º do art. 3.º do regimento aprovado pelo Decreto número 20.180, de 13 de dezembro de 1945, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.836 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1951.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Dispõe sobre a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n. 29.737 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO

Oria, na carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, sete cargos de Ministro Plenipotenciário, de primeira classe.

Lei n. 1.435 — de 18 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de setembro de 1951.

MUNICÍPIOS

Modifica os artigos 2.º e 3.º da Lei n. 305, de 18 de julho de 1948, que regula a aplicação do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal (cota do imposto de renda destinada aos Municípios).

Lei n. 1.393 — de 12 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1951.

Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios que mencionam.

Lei n. 1.444 — de 29 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1951.

N

NAVEGAÇÃO MERCANTIL S. A. — NAVEM

Concede à "Navegação Mercantil S. A. — Navem" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.777 — de 13 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

NAVEGAÇÃO SANTENSE LTDA.

Concede à sociedade "Navegação Santense Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.906 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1951.

NOVAS INDÚSTRIAS OLINDA S. A.

Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.958 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1951.

— Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.959 — de 5 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.991 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

O

ONDALIT S. A.

Concede permissão à Seção da Caldeiras de Ondalit S. A. para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 29.891 — de 14 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1951.

OLEODUTO SANTOS-SÃO PAULO

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, área de terreno necessária à construção do Oleoduto Santos-São Paulo.

Decreto n. 30.016 — de 23 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1951.

OFICIAIS AVIADORES

Dispõe sobre a promoção dos primeiros e segundos tenentes aviadores do Quadro de Oficiais Aviadores.

Lei n.º 1.492 — de 1 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1951.

OFICIAIS DA ARMADA

Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto número 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Decreto n. 29.866 — de 9 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

OFICIAL ADMINISTRATIVO

Suprime cargos provisórios.

(M.Aer. — Q.P.).

Decreto n. 29.953 — de 4 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1951.

"OFICINAS DA URCA"

Altera o nome das "Oficinas" para "Arsenal da Urca".

Decreto n. 29.808 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

OPERÁRIO DE AVIAÇÃO

Suprime cargos extintos.

(M.Aer. — Q.S.).

Decreto n. 29.951 — de 4 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1951.

ORÇAMENTO

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, em reforço da Verba 3, Anexo 19, do Orçamento de 1950.

Lei n. 1.418 — de 28 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1951.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Torna público o depósito dos instrumentos de aceitação, por parte de vários países, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Decreto n. 29.976 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ver: *Presidência da República.*

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Raphael Mayer a pesquisar ouro e associados no município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.649 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Damásio dos Santos a pesquisar ouro e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 29.763 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Timóteo da Cruz a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.790 — de 13 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

P**PALÁCIO ITAMARATI**

Autoriza a abertura de crédito especial para custeio de despesas com ampliação e consolidação de obras realizadas no Palácio Itamarati.

Lei n. 1.417 — de 28 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1951.

PARQUE DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre a função de Diretor de Núcleo de Parque da Aeronáutica.

Decreto n. 29.905 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

PATRONATOS

Altera os artigos 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal e dá outras providências.

Lei n. 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1951.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Leon Nicolau Nogueira de Borba a lavar mica, pedras coradas e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.646 — de 7 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Armando Foratini a pesquisar mica, pedras coradas e cristal no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.756 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Napoleão Abrão a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.712 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1951.

— Autoriza Otto Hugo Muller a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.713 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

— Autoriza Zitrin & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.749 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

— Autoriza Salomão Charasch a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.883 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

— Autoriza Cherubino Jorge da Silva a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.884 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— Autoriza Bernardo Goldentzvaig a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.885 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— Autoriza a Sociedade Indústria Diamita Limitada a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.888 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1951.

— Autoriza Henech Kampel a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.982 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1951.

PENSÕES

Concede pensão mensal a Edith Guimarães Norberto.

Lei n. 1.400 — de 19 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1951.

PENSÕES

— *Concede pensão especial à mãe de Alvaro de Jesus Cardoso, ex-servidor do Ministério da Aeronáutica, falecido em virtude de acidente em serviço.*

Lei n. 1.406 — de 9 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de agosto de 1951.

Reproduzida no D. O. de 14 de agosto de 1951.

— *Concede pensão a Orandil da Silva Teixeira, viúva de Edésio Teixeira, falecido em consequência de acidente em serviço.*

Lei n. 1.407 — de 9 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Releva da prescrição em que incorreu o direito de Dona Dolores Correia Neto Vaz Pinto Coelho, para pleitear em Juízo a melhoria da pensão que percebe como viúva do magistrado Henrique Vaz Pinto Coelho.*

Lei n. 1.423 — de 4 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1951.

— *Concede pensão mensal de Cr\$ 500,00 a Ana Carmelina Pereira, viúva de Joaquim Acúrcia Pereira, ex-continuo-porteiro, aposentado, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n. 1.427 — de 11 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1951.

— *Concede pensão especial de Cr\$ 300,00 mensais a Tercina da Rocha Silva.*

Lei n. 1.436 — de 18 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de setembro de 1951.

PEPSI-COLA DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA

— *Concede à "Pepsi-Cola do Brasil S. A." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 29.710 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1951.

PESQUISAS

Ver: a denominação do elemento pesquisado.

PETRÓLEO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Epaminondas Pedrosa de Oliveira a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos municípios de Santanópolis e Crato, Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.947 — de 1 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Epaminondas Pedrosa de Oliveira a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — nos municípios de Santanópolis e Crato, Estado do Ceará.*

Decreto n. 29.963 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

PONTES

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, para estudo, projeto e construção de uma ponte sobre o rio Jaguaribe, no Estado do Ceará.*

Lei n. 1.414-A — de 20 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1951.

PORTOS MILITARES

— *Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios que mencionam.*

Lei n. 1.444 — de 29 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1951.

PRAZOS JUDICIAIS

Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

Lei n. 1.408 — de 9 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de agosto de 1951.

PRECONCEITOS DE RAÇA E DE CÔR

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

Lei n. 1.390 — de 3 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de julho de 1951.

Reproduzida no D. O. de 28 de setembro de 1951.

PRECENHEIMENTO DE FUNÇÕES DE EXTRANUMERÁRIOS MENSA- LISTAS

Ver: Extranumerários.

PREFEITURAS

Declara a caducidade da concessão outorgada à Prefeitura Municipal de Lajeado, no Rio Grande do Sul, pelo Decreto n. 6.636, de 26 de dezembro de 1949.

Decreto n. 29.846 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Dá nova redação ao art. 2.º de Decreto n. 23.822, de 10 de outubro de 1947, que aprovou o Regimento dos Órgãos da Presidência da República.

Decreto n. 29.796 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

— *Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n. 23.822, de 10 de outubro de 1947, que aprovou o Regimento dos Órgãos da Presidência da República.*

Decreto n. 29.894 — de 16 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1951.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto-legislativo n. 12 — de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1951.

— *Dispõe sobre a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 1.395 — de 13 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de julho de 1951.

PRINCESA ISABEL

Dispõe sobre a transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais da Princesa Isabel e do seu esposo Conde d'Eu.

Lei n. 1.403 — de 6 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de agosto de 1951.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Aprova o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal.

Decreto n. 29.651 — de 8 de junho de 1951.

Publicado no D. O. (Supl.) de 11 de julho de 1951.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projeto e orçamento para a construção do 1.º trecho da ligação ferroviária Pirapora-Formosa.

Decreto n. 29.817 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

— *Aprova projetos e orçamentos para construção de três caixas de água, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 29.818 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

— *Aprova projeto e orçamento para construção de variante na ligação ferroviária Teresina-Periperi.*

Decreto n. 29.943 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1951.

PROJETOS E ORÇAMENTO

— *Aprova projeto e orçamento para a construção de 17 casas para as turmas da 6.ª Residência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 30.000 — de 14 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

PROMOÇÕES

Dispõe sobre a promoção dos primeiros e segundos tenentes aviadores do Quadro de Oficiais Aviadores.

Lei n. 1.402 — de 1 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1951.

— *Altera o limite de idade para promoção à graduação de subtenente.*
Decreto n. 28.811 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— *Altera dispositivos do Regulamento de promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto número 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n. 29.866 — de 9 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

Q**QUARTZITO**

Autoriza o cidadão brasileiro Frederico Guimarães Pinto a pesquisar quartzito e associados, no município de Mairiporã, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.758 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

QUARTZO

Autoriza os cidadãos brasileiros Wolf Moritz e Moacyr Alves Costa a pesquisar quartzo e associados no município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.725 — de 28 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1951.

QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gonzalo da Costa Coelho a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.863 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

— *Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 28.085, de 5 de maio de 1950.*

Decreto n. 29.922 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Antônio Evangelista Soares e João Ferreira Rodrigues a pesquisar quartzo e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.962 — de 8 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1951.

QUIMBRASIL — QUÍMICA INDUSTRIAL BRASILEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto-legislativo n. 34 — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1951.

QUIRINO & NICOLAU LIMITADA

Concede à firma comercial "Quirino & Nicolau Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.941 — de 30 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

R**RAJA GABAGLIA — ESCRITÓRIO TÉCNICO**

Decreto-legislativo n. 33 — de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1951.

RADIOCOMUNICAÇÃO

Altera dispositivos do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932, e estabelece novas normas para a execução dos serviços de radiodifusão e radiocomunicação em território nacional, complementares das estipuladas naquele regulamento.

Decreto n. 29.783 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 31 de julho de 1951.

RADIODIFUSÃO

Altera dispositivo do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932, e estabelece novas normas para a execução dos serviços de radiodifusão e radiocomunicação em território nacional, complementares das estipuladas naquele regulamento.

Decreto n. 29.783 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 31 de julho de 1951.

RADIOTELEFONIA

Retifica cláusula das que baixaram com o Decreto n. 29.201, de 25 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.767 — de 14 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1951.

RADIOTELEGRAFIA

Retifica cláusula das que baixaram com o Decreto n. 29.237, de 29 de janeiro de 1951.

Decreto n. 29.775 — de 17 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

REGIMENTO DE INFANTARIA DE BAURU (6.º)

Transfere a sede do 6.º Regimento de Infantaria de Bauru para Caçapava.

Decreto n. 29.810 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

REGIMENTO OSÓRIO

Modifica no estandarte do Regimento Osório, criado pelo Decreto-lei n. 3.283, de 16 de maio de 1941, o escudo d'Armas do Marquês do Herval.

Decreto n. 29.948 — de 1 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

REGIMENTOS

Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n. 23.822, de 10 de outubro de 1947, que aprovou o Regimento dos Órgãos da Presidência da República.

Decreto n. 29.796 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

— *Altera a redação de disposições do Regimento do Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, aprovado pelo Decreto número 22.148, de 22 de novembro de 1946, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.801 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

— *Aprova o Regimento da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto n. 29.807 — de 25 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— *Altera o art. 3.º do Regimento do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, aprovado pelo Decreto n. 21.339, de 20 de junho de 1946.*

Decreto n. 29.828 — de 30 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

— *Modifica os artigos 2.º, 13 e 15 do Regimento do Serviço de Assistência a Menores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto n.º 16.575, de 11 de setembro de 1944.*

Decreto n. 29.857 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

REGIMENTOS

— *Altera o Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n. 19.476, de 21 de agosto de 1945.*

Decreto n. 29.876 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1951.

Retificado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

— *Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n. 23.822, de 10 de outubro de 1947, que aprovou o Regimento dos Órgãos da Presidência da República.*

Decreto n. 29.894 — de 16 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1951.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 22.648, de 13 de novembro de 1946, acrescentando a letra h.*

Decreto n. 29.908 — de 20 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1951.

Reproduzido no D. O. de 23 de agosto de 1951.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal.

Decreto n. 29.651 — de 8 de junho de 1951.

Publicado no D. O. (Supl.) de 11 de julho de 1951.

— *Aprova o Regulamento do Salão Nacional de Belas Artes de 1951.*

Decreto n. 29.738 — de 9 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

— *Modifica o Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica.*

Decreto n. 29.759 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

REGULAMENTOS

— *Altera dispositivos do Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n. 25.648, de 11 de outubro de 1948.*

Decreto n. 29.782 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

— *Altera dispositivos do regulamento aprovado pelo Decreto número 21.111, de 1.º de março de 1932, e estabelece novas normas para a execução dos serviços de radiodifusão e radiocomunicação em território nacional, complementares das estipuladas naquele regulamento.*

Decreto n. 29.783 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

Retificado no D. O. de 31 de julho de 1951.

— *Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra.*

Decreto n. 29.812 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1951.

— *Suprime o parágrafo único do artigo 131 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (Decreto n. 22.392, de 31 de dezembro de 1946) e dá nova redação ao art. 147 do mesmo Regulamento.*

Decreto n. 29.813 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n. 29.815 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1951.

— *Aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Alimentação.*

Decreto n. 29.850 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1951.

REGULAMENTOS

— *Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto n. 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n. 29.866 — de 9 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

— *Introduz alteração no Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras.*

Decreto n. 29.870 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Restabelece dispositivos do Decreto n. 8.251, de 9 de novembro de 1938.*

Decreto n. 29.871 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1951.

— *Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n. 28.703, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n. 29.911 — de 23 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1951.

— *Dá maior amplitude ao art. 10 do Regulamento de que trata o Decreto n. 15.800, de 8 de junho de 1944.*

Decreto n. 29.912 — de 23 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1951.

— *Dá nova redação ao art. 6.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 29.191, de 24 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 29.987 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR

Modifica a redação da alínea b, do art. 3.º, da Lei n. 156, de 27 de novembro de 1947.

Lei n. 1.433 — de 15 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DE HIGIENE PÚBLICA

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, crédito especial para pagamento de contribuições à Repartição Internacional de Higiene Pública.

Decreto n. 29.928 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DE TARIFAS ADUANEIRAS

Abre ao Ministério das Relações Exteriores crédito especial para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Repartição Internacional de Tarifas Aduaneiras.

Decreto n. 29.858 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1951.

REPARTIÇÃO SANITÁRIA PAN-AMERICANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Repartição Sanitária Pan-Americana no exercício de 1949.

Lei n. 1.437 — de 10 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1951.

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender ao pagamento do repouso semanal remunerado aos empregados da Estrada de Ferro Santos a Juníata.

Decreto n. 29.945 — de 31 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

RESTITUIÇÕES DE PRAZOS JUDICIAIS

Ver: Prazos Judiciais.

REVISÃO DAS TABELAS ÚNICAS

Ver: Tabelas Únicas.

ROCHAS PIROBETUMINOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro Otto Gutierrez Simas a lavrar jazida de rochas pirobetuminosas — classe IX — no município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.833 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1951.

S**SACOMEX CIA. EXTRATIVA DE CALCÁRIOS**

Concede à Sacomex Cia. Extrativa de Calcários autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.590 — de 28 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1951.

SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

Aprova o Regulamento do Salão Nacional de Belas Artes de 1951.

Decreto n. 29.738 — de 9 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 20.000,00, para pagamento do salário-família a funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Lei n. 1.413 — de 13 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1951.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 5.000,00 para pagamento de salário-família ao pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

Lei n. 1.432 — de 14 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1951.

SALÁRIO-FAMÍLIA

— Abre ao Tribunal de Contas o crédito de Cr\$ 1.350,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 29.834 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1951.

SANATÓRIOS

Denomina sanatórios e sanatórios-colônias os leprocômios do Brasil.

Lei n. 1.426 — de 6 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1951.

SANATÓRIOS-COLÔNIAS

Denomina sanatórios e sanatórios-colônias os leprocômios do Brasil.

Lei n. 1.426 — de 6 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1951.

SANTA CRUZ NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Concede à sociedade "Santa Cruz Navegação e Comércio Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.942 — de 30 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1951.

SATÚRNIA CAPITALIZAÇÃO S. A.

Cassa a autorização concedida à Saturnia Capitalização S. A., com sede nesta Capital, para funcionar na República.

Decreto n. 29.780 — de 18 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1951.

SCHEELITA

Autoriza a cidadã brasileira Maria de Lourdes Menna Barreto Saldanha a pesquisar scheelita e associados no município de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

Decreto n. 29.899 — de 17 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1951.

SEGURANÇA INDUSTRIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova, com modificações, os Estatutos da Segurança Industrial Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n. 29.631 — de 1 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1951.

SEGURANÇA NACIONAL

Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios que mencionam.

Lei n. 1.444 — de 29 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1951.

SENADORES

Modifica o art. 2.º da Lei n. 67, de 13 de junho de 1935.

Lei n. 1.410-A — de 10 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1951.

SERVIÇO ATUARIAL

Altera o § 4.º do art. 3.º do regimento aprovado pelo Decreto número 20.180, de 13 de dezembro de 1945, e dá outras providências.

Decreto n. 29.836 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1951.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES

Modifica os artigos 2.º, 13 e 15 do Regimento do Serviço de Assistência a Menores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto n. 16.575, de 11 de setembro de 1944.

Decreto n. 29.857 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

Modifica o Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica.

Decreto n. 29.759 — de 12 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1951.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Altera a redação de disposições do Regimento do Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, aprovado pelo Decreto n. 22.148, de 22 de novembro de 1946, e dá outras providências.

Decreto n. 29.801 — de 24 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1951.

SERVIÇO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA

Altera o art. 3.º do Regimento do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, aprovado pelo Decreto número 21.339, de 20 de junho de 1946.

Decreto n. 29.828 — de 30 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

SILVA & MOUTINHO

Autoriza Silva & Moutinho a pesquisar mica e associados no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.964 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA FAZENDA DA FLORESTA

Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a lavrar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.990 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

SOCIEDADE CRÉDITO IMOBILIÁRIO LIMITADA

Autoriza a aquisição de área de terreno na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Decreto n. 29.794 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

SOCIEDADE DE OBRAS DE ENGENHARIA LIMITADA

Decreto-legislativo n. 13 — de 1951.
Publicado no D. O. de 13 de julho de 1951.

SOCIÉTÉ GENERALE DE TRACTION ET D'EXPLOITATION (EX-COMPAGNIE DU CHEMIN DE FER METROPOLITAIN DE PARIS)

Concede à Société Generale de Traction et d'Exploitation (Ex-Compagnie du Chemin de Fer Metropolitain de Paris) autorização para funcionar na República.

Decreto n. 29.556 — de 14 de maio de 1951.

Retificado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

SOCIEDADE INDÚSTRIA DIAMITA LIMITADA

Autoriza a Sociedade Indústria Diamita Limitada a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 29.888 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1951.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE DIREITO SOCIAL

Declara de utilidade pública a "Sociedade Internacional de Direito Social".

Lei n. 1.391-A — de 10 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de julho de 1951.

SOCIEDADE "NAVECAL — NAVEGAÇÃO CATARINENSE LIMITADA"

Concede à Sociedade "Navecal — Navegação Catarinense Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.805 — de 23 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

SUBSÍDIOS

Modifica o art. 2.º da Lei n. 67, de 13 de junho de 1935.

Lei n. 1.410-A — de 10 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1951.

SUBSTITUIÇÕES DE COMANDO EM UNIDADES E BASES AÉREAS —

Vêr:

Unidades Aéreas e Bases Aéreas.

SUBTENENTE

Altera o limite de idade para promoção à graduação de subtenente.

Decreto n. 29.811 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1951.

SUBVENÇÕES

Concede subvenção à Confederação Brasileira de Desportos Universitários, para o exercício de 1951.

Decreto n. 29.929 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

T**TABELAS**

Ver: o Ministério a que pertencem.

TABELAS ÚNICAS

Dispõe sobre a revisão das Tabelas Únicas de Extranumerário-mensalista dos diversos Ministérios.

Decreto n. 29.832 — de 1 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues Chaves a lavar talco e associados no município de Ouro Preto, Estação de Minas Gerais.

Decreto n. 29.853 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

Renova o Decreto n. 26.763, de 8 de junho de 1949.

Decreto n. 29.988 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Decreto-legislativo n. 30 — de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1951.

TAXAS PORTUÁRIAS

Dá nova redação ao art. 19 do Decreto n. 24.508, de 29 de junho de 1934.

Lei n. 1.421 — de 30 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de setembro de 1951.

TESOUREIRO

Suprime cargo extinto.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.978 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1951.

TESOUREIRO-AUXILIAR

Suprime cargo extinto.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 29.830 — de 31 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1951.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.V.O.P. — Q. IV — P.S.).

Decreto n. 30.001-A — de 18 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1951.

TESOURO NACIONAL

Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., mediante resgate de débito do Tesouro Nacional do Banco do Brasil S. A.

Lei n. 1.419 — de 28 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

TERRENOS DE MANGUE

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de mangue (extinto) que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 29.599 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1951.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de mangue (extinto) que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.714 — de 26 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 29.521 — de 30 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1951.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de acrecido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.547 — de 9 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrecido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.570 — de 16 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil da metade do terreno de acréscido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.601 — de 29 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil do terreno de marinha que menciona, situada na Capital da República.*

Decreto n. 29.638 — de 14 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.679 — de 18 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil do terreno de acréscido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.860 — de 8 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acréscido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.930 — de 23 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1951.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o direito ao aforamento do terreno acréscido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 29.979 — de 12 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1951.

THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

Aprova aumento de capital de banco estrangeiro.

Decreto n. 29.886 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1951.

THE RIOGRANDENSE LIGHT POWER SYNDICATE

Autoriza The Riograndense Light Power Syndicate a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 29.730 — de 8 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1951.

THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à construção de uma linha de transmissão de 80 kv, entre a Usina de Cubatão e a fatura subestação de Capuava, no Estado de São Paulo, e autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited a promover desapropriação.

Decreto n. 29.848 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1951.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited a construir um ramal de linha de transmissão no município de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 29.998 — de 14 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1951.

TRANSLADAÇÃO DE DESPOJOS MORTAIS

Dispõe sobre a transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais da Princesa Isabel e do seu esposo Conde d'Eu.

Lei n. 1.403 — de 6 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de agosto de 1951.

TRANSPORTES MARÍTIMOS
ARAÚJO & CIA. LTDA.

Concede à sociedade "Transportes Marítimos Araújo & Cia. Ltda." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 29.889 — de 14 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1951.

TRANSPORTE POR VIA EXTRA-PORTUÁRIA OU URBANA

Dá nova redação ao artigo 19 do Decreto n. 24.508, de 29 de junho de 1934.

Lei n. 1.421 — de 30 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de setembro de 1951.

TRATADOS DE PAZ

Decreto-legislativo n. 29 — de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1951.

Reproduzido no D. O. de 4 de setembro de 1951.

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Lei n. 1.409 — de 9 de agosto de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1951.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Altera dispositivos das leis números 33 e 160, respectivamente, de 1.º de maio e 29 de novembro de 1947, que dispõem sobre o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos.

Lei n. 1.441 — de 24 de setembro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de setembro de 1951.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 22.400,20, para atender ao pagamento das despesas de substituição de Ministros.

Decreto n. 29.949 — de 3 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1951.

TRIGO

Cria, ao Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Consultiva do Trigo.

Decreto n. 29.916 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1951.

TUNGSTÊNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Osny da Gama Lobo D'Eça a pesquisar minério de tungstênio e associado, no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.786 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Osny da Gama Lobo D'Eça a pesquisar tungstênio e associados no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.787 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Osny da Gama Lobo D'Eça a pesquisar minério de tungstênio e associados, no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.788 — de 19 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1951.

TURFA

Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 29.992 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.993 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.994 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.995 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Costa Azevedo a pesquisar fosfatos, calcário, turfa, diatomácea e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 29.996 — de 13 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1951.

U

UNIDADES AÉREAS

Regula substituições nas Unidades e Bases Aéreas.

Decreto n. 29.845 — de 4 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

Reproduzido no D. O. de 4 de setembro de 1951.

USINA QUEIROZ JUNIOR S. A.

Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. a lavar minério de ferro e associados no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.841 — de 3 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1951.

V

VENCIAMENTOS DE PRAZOS JUDICIAIS

Ver: Prazos Judiciais.

VIAGENS AO ESTRANGEIRO

Decreto-legislativo n. 23 — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1951.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto-legislativo n. 23 — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1951.

— *Dispõe sobre a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 1.395 — de 13 de julho de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de julho de 1951.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1951 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

.951

	Págs.		Págs.
35 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 4 de outubro de 1951	3	45 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 13 de outubro de 1951	6
36 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	3	46 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 13 de novembro de 1951	6
37 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	3	47 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 19 de outubro de 1951	6
38 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	4	48 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 19 de outubro de 1951	7
39 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	4	49 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 19 de outubro de 1951	7
40 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	4	50 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 19 de outubro de 1951	7
41 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	5	51 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 19 de outubro de 1951	7
42 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	5	52 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 17 de novembro de 1951	8
43 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 11 de outubro de 1951	5	53 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 13 de novembro de 1951	8
44 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 13 de outubro de 1951	5	54 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 17 de novembro de 1951	8

	Págs.		Págs.
55 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 17 de novembro de 1951	9	71 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 20 de dezembro de 1951	37
56 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 17 de novembro de 1951	9	72 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 20 de dezembro de 1951	37
57 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 3 de dezembro de 1951	9	73 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 20 de dezembro de 1951	37
58 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 21 de novembro de 1951	9	23 — Resolução de 1951. Pub. no D. O. de 20 de dezembro de 1951	38
59 — Decreto Legislativo de 1951. — Pub. no D. O. de 3 de dezembro de 1951	10	1.445 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 4 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 268.650,00, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950 das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 8-10-51	39
60 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 21 de novembro de 1951	19	1.446 — <i>Agricultura-Fazenda</i> — De 5 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00, para pagamento de gratificação de magistério devida a Guilherme Edelberto Hermsdorff. Publicado no D. O. de 10-10-51	39
61 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 4 de dezembro de 1951	20	1.447 — <i>Justiça</i> — De 5 de outubro de 1951 — Aplica a outras eleições, que se sucedam, enquanto não se der a substituição dos títulos eleitorais em vigor, o disposto no § 3.º do art. 197 da Lei n.º 1.164, de 25 de julho de 1950. Pub. no D. O. de 10-10-51. Ret. no D. O. de 5 de dezembro de 1951 ...	39
62 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 6 de dezembro de 1951	24	1.448 — <i>Justiça</i> — De 5 de outubro de 1951 — Dá nova redação ao art. 13 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de	
63 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 4 de dezembro de 1951	27		
64 — Decreto Legislativo. — Não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	28		
65 — Decreto Legislativo. — Não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	28		
66 — Decreto Legislativo. — Não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	28		
67 — Decreto Legislativo. — Não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	28		
68 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 20 de dezembro de 1951	28		
69 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 20 de dezembro de 1951	36		
70 — Decreto Legislativo de 1951. Pub. no D. O. de 20 de dezembro de 1951	37		

	Págs.		Págs.
1948 — Lei Orgânica do Distrito Federal. Pub. no D.O. de 10-10-51. Retif. no D.O. de 29-12-51	40	cação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 129.299,50, para pagamento de gratificação de magistério. Pub. no D.O. de 13-10-51	43
1.449 — Educação-Fazenda — De 5 de outubro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério. Pub. no D. O. de 10-10-51	40	1.455 — Justiça — De 10 de outubro de 1951 — Reestrutura carreiras privativas do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências. Publicado no D. O. de 11-10-51 ..	45
1.450 — Educação-Fazenda — De 5 de outubro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério. Pub. no D. O. de 10 de outubro de 1951	41	1.455-A — De 11 de outubro de 1951 — Autoriza a alienação aos servidores do Território Federal do Guaporé e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de imóveis residenciais, de alvenaria, pertencentes ao Patrimônio Nacional, localizados nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 18-10-51 ..	45
1.451 — Educação-Fazenda — De 5 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.780,00, para atender a pagamento de gratificação de magistério. Pub. no D. O. de 10-10-51	41	1.455-B — De 11 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para concessão de auxílio à Associação de São Vicente de Paulo. Publicado no D. O. de 18-10-51	45
1.452 — Educação-Fazenda — De 9 de outubro de 1951 — Autoriza o poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30, para atender ao pagamento de gratificação de magistério. Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951	42	1.455-C — De 11 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 3.000,00, para pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, no Estado do Espírito Santo. Pub. no D. O. de 18-10-51	46
1.453 — Educação-Fazenda — De 9 de outubro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$.. 43.607,70, para pagamento de gratificação de magistério. Pub. no D.O. de 13-10-51 ..	43	1.455-D — De 11 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00, para pagamento da contribuição devida à Socie-	
1.454 — Educação-Fazenda — De 9 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Edu-			

	Págs.		Págs.
dade União das Classes, de Poções, no Estado da Bahia, nos termos do acôrdo firmado em 9 de setembro de 1948. Pub. no D. O. de 18-10-51 ..	47	1.461 — <i>Fazenda-Viação</i> — De 26 de outubro de 1951 — Autoriza o Ministro da Viação a assinar Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, para a execução de obras de regularização de regime de rios e derivação de suas águas, relacionadas com o Plano de eletrificação do Estado. Pub. no D. O. de 31-10-51. Retif. no D. O. de 14 de novembro de 1951 ..	43
1.456 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 12 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 16 de outubro de 1951	47	1.462 — <i>Justiça</i> — De 26 de outubro de 1951 — Dá nova redação, ao art. 8.º da Lei do Inquilinato. Pub. no D. O. de 31-10-51	49
1.457 — <i>Aeronáutica</i> — De 12 de outubro de 1951 — Dá nova denominação ao Aeroporto São João em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul. Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1951	47	1.463 — <i>Viação-Fazenda</i> — De 27 de outubro de 1951 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 29.150.000,00, destinado à execução do programa das obras de acesso à Cachoeira de Paulo Afonso. Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951	49
1.458 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 15 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 18 de outubro de 1951	47	1.464 — <i>Fazenda</i> — De 30 de outubro de 1951 — Regulariza a situação dos ocupantes dos lotes de terrenos da Vila Turismo, no Distrito Federal, Estação Carlos Chagas. Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951	49
1.459 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 16 de outubro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$.. 21.690,00 para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Cândido de Andrade Muricy. Publicado no D.O. de 19-10-51 ..	48	1.465 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 30 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 330.222,90, para pagamento de despesas diversas efetuadas pelo mesmo Ministério. Publicado no D. O. de 6-11-51	50
1.460 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 24 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.880,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão, no ano fiscal de 1949-1950. Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1951	48	1.466 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 30 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito es-	

	Págs.		Págs.
pecial de Cr\$ 42.120,00, para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 6-11-51	50	470 — Agricultura-Fazenda — De 17 de novembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a Festa Nacional do Trigo, a realizar-se em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D. O. de 21-11-51	52
1.467 — Exterior-Fazenda — De 30 de outubro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 280.800,00, para atender ao pagamento do auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e às Comissões de Geografia e História da mesma entidade. Pub. no D. O. de 6 de novembro de 1951	51	1.471 — Marinha — De 21 de novembro de 1951 — Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material e dá outras providências. Pub. no D. O. de 24 de dezembro de 1951	52
1.468 — Exterior-Fazenda — De 5 de novembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições do Brasil, em 1950, a organismos internacionais. Pub. no D. O. de 8 de novembro de 1951 ..	51	1.472 — Educação — De 22 de novembro de 1951 — Autoriza aos que tiverem cinco anos de prática de farmácia, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver estabelecida com farmacêutico diplomado. Pub. no D.O. de 28 de novembro de 1951	53
1.469 — Fazenda — De 5 de novembro de 1951 — Retifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1951, a fim de atender à despesa com ampliação de refinarias de petróleo. Publicado no D.O. de 8-11-51	51	1.473 — Trabalho — De 24 de novembro de 1951 — Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular, altera a Lei do Sêlo e dá outras providências. Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951. Ret. no D. O. de 26-11-51	53
1.469-A — De 16 de novembro de 1951 — Concede isenção de direitos para material importado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Pub. no D. O. de 22 de novembro de 1951	52	1.473-A — De 24 de novembro de 1951 — Dá nova denominação ao aeroporto da capital do Rio Grande do Norte. Pub. no D. O. de 30 de novembro de 1951	54
1.469-B — De 16 de novembro de 1951 — Reconhece de utilidade pública o Instituto Brasileiro de História da Medicina. Pub. no D. O. de 22 de novembro de 1951	52	1.473-B — De 24 de novembro de 1951 — Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Amarante, para Urussuí. Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1951	54

	Págs.		Págs.
1.473-C — De 24 de novembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. — o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para reparar danos sofridos pelo Gabinete Português de Leitura, em Salvador, Estado da Bahia. Publicado no D. O. de 30-11-51	54	clui no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde 11 cargos de professor padrão O. Pub. no D. O. de 3-12-51	59
1.474 — <i>Fazenda</i> — De 26 de novembro de 1951 — Modifica a legislação do imposto sobre a renda. Pub. no D. O. de 26-11-51. Ret. no D. O. de 28-11-51. Rep. no D. O. de 30-11-51	54	1.477 — <i>Justiça-Marinha-Guerra-Exterior-Fazenda-Viação-Agricultura-Educação-Trabalho-Aeronáutica</i> — De 1 de dezembro de 1951 — Assegura aos Expedicionários da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência, em igualdade de condições, para nomeações nos concursos a que se submeterem. Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951	60
1.475 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 28 de novembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00 para atender, no corrente exercício às despesas destinadas à participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro. Publicado no D. O. de 1-12-51	59	1.478 — <i>Fazenda</i> — De 1 de dezembro de 1951 — Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 4.333.869,80, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, em 1950. Pub. no D. O. de 5 de dezembro de 1951	60
1.475-A — De 27 de novembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para ocorrer as despesas de um monumento a ser oferecido à cidade Brasil, nos Estados Unidos da América. Publicado no D. O. de 3-12-51	59	1.479 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 1 de dezembro de 1951 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 como auxílio à Associação Pernambucana de Imprensa. Pub. no D. O. de 5 de dezembro de 1951	61
1.475-B — De 27 de novembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à Universidade de São Paulo. Publicado no D.O. de 3-12-51	59	1.480 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 1 de dezembro de 1951 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.021.310,00 destinado à Universidade da Bahia para reconstrução e reaparelhamento da sua Faculdade de Medicina. Publicado no D. O. de 5-12-51	61
1.476 — <i>Educação</i> — De 30 de novembro de 1951 — In-		1.481 — <i>Fazenda</i> — De 3 de dezembro de 1951 — Autoriza a abertura, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, do crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, e dá	

Págs.		Págs.
	outras providências. Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951	62
1.482	— <i>Fazenda-Agricultura</i> — De 3 de dezembro de 1951 — Suspende o pagamento das prestações a que estão obrigados os pecuaristas reajustados em face da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, nos municípios compreendidos no Polígono da Sêca. Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951	62
1.482-A	— De 4 de dezembro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S.A. Pub. no D. O. de 12 de dezembro de 1951 ..	62
1.483	— <i>Exterior-Fazenda</i> — De 5 de dezembro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 19.803.420,00, para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 7-12-51	63
1.484	— <i>Educação</i> — De 5 de dezembro de 1951 — Estabelece a Semana Nacional de Educação. Publicado no D.O. de 7-12-51	63
1.485	— <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — De 6 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 para conclusão das obras da ponte rodo-ferroviária entre Joazeiro e Petrolina. Pub. no D. O. de 12 de dezembro de 1951.	64
1.486	— <i>Viação-Fazenda</i> — De 6 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$17.190.000,00 destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará. Publicado no D. O. de 12-12-51	64
1.487	— <i>Justiça-Marinha-Guerra-Exterior - Fazenda - Viação - Agricultura - Educação-Trabalho - Aeronáutica</i> — De 6 de dezembro de 1951. — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 14-12-51	64
1.487-"A"	— De 7 de dezembro de 1951. — Abre o crédito especial de Cr\$200.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura de Bumenau. Pub. no D. O. de 14-12-51.	66
1.488	— <i>Guerra</i> — De 10 de dezembro de 1951. — Investe no posto de Marechal do Exército o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes. Pub. no D. O. de 12 de dezembro de 1951.	66
1.489	— <i>Agricultura-Fazenda</i> — De 10 de dezembro de 1951. — Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura. Pub. no D. O. de 13 de dezembro de 1951.	66
1.490	— <i>Justiça-Fazenda-Agricultura-Educação-Trabalho</i> — De 10 de dezembro de 1951. — Retifica a Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 13-12-51.	68
1.490-A	— De 11 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para auxílio às obras e instala-	

	Págs.		Págs.
ções dos serviços de força e luz da cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Publicado no D.O. de 19-12-51	68	zou o sistema federal do ensino superior. Publicado no D.O. de 19-12-51.	75
1.490-B — De 11 de dezembro de 1951. — Concede auxílio à Companhia Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19-12-51. Republificado no D.O. de 20-12-51..	69	1.495 — De 13 de dezembro de 1951. — Modifica os incisos 1 e 2 da Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950. Publicado no D.O. de 19-12-51.	75
1.491 — <i>Fazenda</i> — De 12 de dezembro de 1951. — Autoriza o Ministério da Fazenda a adquirir, integralizar e subcrever pelo Tesouro Nacional ações da Companhia Nacional de Alcalis e a dar garantia do mesmo Tesouro a um empréstimo a ser contraído por essa Companhia e dá outras providências. Publicado no D. O. de 15-12-51.	70	1.496 — De 13 de dezembro de 1951 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 15 do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, que regulamenta o exercício das funções dos despachante aduaneiros e seus ajudantes. Publicado no D.O. de 19-12-51.....	76
1.492 — <i>Guerra-Fazenda</i> — De 12 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$. 1.000.000,00, para atender às despesas resultantes de contratos parciais com técnicos para lecionarem na Escola Técnica do Exército. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15-12-51.	71	1.497 — De 14 de dezembro de 1951. — Altera a carreira de Alfaiate do Quadro Permanente do Ministério da Guerra. Publicado no D.O. de 19-12-51.	76
1.493 — <i>Educação-Justiça-Fazenda-Agricultura-Aeronáutica</i> — De 13 de dezembro de 1951 Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções. Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1951	72	1.498 — De 14 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 8.960,00 para pagamento a um Suplente de Vogal de Empregados da Sexta Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 19-12-51	78
1.494 — De 13 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o artigo 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organi-		1.499 — De 14 de dezembro de 1951. — Abre ao Congresso Nacional o crédito suplementar de Cr\$1.039.073,80, e o crédito especial de Cr\$..... 1.700.000,00, respectivamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, para pagamento de gratificações por serviços extraordinários. Publicado no D.O. de 19-12-51.	78
		1.500 — <i>Fazenda</i> — De 15 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$1.169.532,20, para atender ao pagamento de	

	Págs.		Págs.
despesas com a Justiça Eleitoral. Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1951	78	cereais e outros gêneros de produção nacional. Pub. no D.O. de 20-12-51.	91
1.501 — <i>Fazenda</i> — De 15 de dezembro de 1951. — Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito suplementar de Cr\$4.562.810,00, para atender ao pagamento de despesas com Justiça Eleitoral. Pub. no D.O. de 19-12-51...	79	1.507 — <i>Justiça-Fazenda</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para pagamento dos proventos de disponibilidade dos ex-servidores dos extintos Territórios de Iguazu e Ponta Porã. Publicado no D.O. de 21-12-51.	93
1.502 — <i>Fazenda</i> — De 15 de dezembro de 1951. — Modifica o art. 8.º da Lei n.º 607, de 6 de janeiro de 1949, que altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Pub. no D.O. de 19-12-51...	80	1.508 — <i>Justiça</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei n.º 2.259, de 10 de fevereiro. Publicado no D.O. de 20-12-51.	93
1.503 — <i>Justiça</i> — De 15 de dezembro de 1951. — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio de 1949-1953. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18-12-51.	81	1.509 — <i>Agricultura-Educação</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Fixa normas para aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Óleos. Publicado no D.O. de 20-12-51.	94
1.504 — <i>Justiça-Marinha-Guerra-Exterior-Fazenda-Viação-Agricultura-Educação-Trabalho-Aeronáutica</i> — De 15 de dezembro de 1951. — Modifica a Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, e dá outras providências (Plano Salte). Publicado no D.O. de 18-12-51.	88	1.510 — <i>Fazenda-Viação</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Albino Joaquim de Almeida, falecido em virtude de acidente em serviço. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-12-51.	93
1.505 — <i>Justiça-Fazenda</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Cria 9 lugares de desembargador na Justiça do Distrito Federal e dá outras providências. Pub. no D.O. de 19-12-51...	89	1.511 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$12.000,00, para pagamento das contribuições do Instituto Nacional de Cinema Educativo a Associação Internacional de Cinema Científico, referente a 1948, 1949 e 1950. Publicado no D.O. de 22-12-51.	96
1.506 — <i>Justiça-Marinha-Guerra-Exterior-Fazenda-Viação-Agricultura-Educação-Fazenda-Aeronáutica</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de		1.512 — <i>Educação</i> — De 19 de dezembro de 1951. — Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de	

	Págs.		Págs.
Arte Moderna, e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 20-12-51	96	nal a operação de crédito até o limite de US\$	
1.513 — <i>Fazenda</i> — De 20 de dezembro de 1951 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$150.000,00 à Verba 2 — Material do Anexo n.º 6, da Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950. Publicado no D.O. de 20-12-51	100	750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura. Publicado no D.O. de 26-12-51	102
1.514 — <i>Viação-Fazenda</i> — De 20 de dezembro de 1951. — Concede pensão especial à viúva e filhos de Pedro Ferreira da Silva. Pub. no D. O. de 26-12-51	100	1.519 — <i>Justiça</i> — De 24 de dezembro de 1951 — Dispõe sobre o regime de férias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-12-51	102
1.515 — <i>Fazenda-Viação</i> — De 20 de dezembro de 1951. — Concede pensão especial à Antônia Benevides dos Santos, na importância de Cr\$212,10 mensais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26-12-51	101	1.520 — <i>Fazenda</i> — De 24 de dezembro de 1951. — Organiza a Contadoria Geral da República. Pub. no D. O. de 27-12-51	103
1.516 — <i>Fazenda</i> — De 20 de dezembro de 1951 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00 a Verba 2 — Material, do Anexo 19 do vigente Orçamento Geral da República. Publicado no D.O. de 26-12-51	101	1.521 — <i>Justiça-Fazenda</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Publicado no D.O. de 27-12-51	105
1.517 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 24 de dezembro de 1951. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender as despesas com a reconstrução do edifício em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 26-12-51	101	1.522 — <i>Trabalho-Fazenda-Viação-Agricultura</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$142.000.00,00, para atender no corrente exer-	110
1.518 — <i>Fazenda</i> — De 24 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacio-			

Págs.	Págs.
cício, a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Publicado no D.O. de 29-12-51. 117	1.528. — <i>Fazenda</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Eurípedes Nunes dos Santos, falecido em virtude de acidente em serviço. Pub. no D.O. de 29-12-51.. 120
1.524 — <i>Viação-Fazenda</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Cria, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o 5.º Distrito, com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Publicado no D.O. de 29-12-51 118	1.529 — <i>Fazenda</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Humberto Mota Espazim, falecido em virtude de acidente em serviço. Pub. no D.O. de 29-12-51.. 121
1.525 — <i>Viação-Fazenda</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$1.820.000,00 para pagamento de despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948. Publicado no D.O. de 29-12-51 119	1.530 — <i>Trabalho</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Altera os artigos 132, 142, 486, 487 e 654, do Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28-12-51 121
1.526 — <i>Fazenda</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$13.327,40, destinado à regularização de despesa do exercício de 1949. Pub. no D. O. de 29-12-51.. 119	1.531 — <i>Guerra-Fazenda</i> — De 27 de dezembro de 1951. — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$... 14.400.000,00, destinado às despesas complementares da construção de edifícios e instalações de maquinaria para uma fábrica de munição. Publicado no D.O. de 31-12-51 122
1.527 — <i>Fazenda</i> — De 26 de dezembro de 1951. — Autoriza a abertura ao Congresso Nacional, Senado Federal — de um crédito especial de Cr\$. 98.971,70, para pagamento de salário família e de gratificação adicional aos funcionários da Secretaria do Senado — e um suplementar de Cr\$.... 1.693.969,80, em reforço da verba destinada ao pagamento de ajuda de custo devida aos Senadores. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29-12-51..... 120	1.531-A — <i>Marinha</i> — De 29 de dezembro de 1951. — Fixa os efetivos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2-1-52..... 122
	1.532 — <i>Educação-Trabalho</i> — De 31 de dezembro de 1951. — Restabelece entre os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões comunidade de serviços médicos para combate

	Págs.		Págs.
à tuberculose e outras moléstias nocivas à coletividade, cria o Conselho de Medicina da Previdência Social e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-1-52.....	125	1.533 — <i>Justiça</i> — De 31 de dezembro de 1951. — Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao Mandado de Segurança. Publicado no D.O. de 31-12-51	127

Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
1.431 — De 12 de setembro de 1951. — Altera os artigos 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal, e dá outras providências. Ret. no D.O. de 11-10-51			131

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no 4.º trimestre de 1951, foram publicados no "Diário Oficial" até o 2.º dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 35, DE 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado em 24 de novembro desse ano entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima para a execução de obras na Colônia Juliano Moreira, situada no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 36, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 27 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 24 de novembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para a execução de obras na Escola Técnica Nacional.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 37, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de setembro de 1950, recusou registro ao termo de

contrato celebrado, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Nazareth Deschamps Bittencourt, para o desempenho pela segunda contratante da função de operador de serviços mecanográficos de cadastro e de estatística mecanizada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 38, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas em sessão realizada a 12 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 1 do mesmo mês de dezembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para a execução de obras na sede do Serviço de Transportes do Ministério, instalada à Praça da Bandeira, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 39, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, negou registro ao termo de contrato celebrado a 24 de novembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para a execução de instalações elétricas e hidráulicas no pavilhão de adolescentes do sexo feminino, da Colônia Juliano Moreira.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 40, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 22 de dezembro de 1950 recusou registro ao contrato celebrado em 11 do mesmo mês de dezembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Representações Gelcomar Limitada, para a execução de reparos no edifício do Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 41, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 18 de setembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Irmãos Pangella Limitada, para a execução de obras no Serviço de Biometria Médica, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 42, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de outubro de 1950, negou registro ao termo de contrato celebrado a 28 de agosto desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Artios Limitada, para a execução de obras complementares num pavimento de doentes da Colônia Juliano Moreira.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 43, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1950, negou registro ao termo de contrato celebrado em 29 de novembro desse ano, entre o Ministério da Educação

e Saúde e a firma SENCO — Sociedade de Engenharia e Comércio Limitada, para a execução de obras na Seção Feminina do Hospital Gustavo Riedel, do Centro Psiquiátrico Nacional, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1951.

Presidente do Senado Federal

JOÃO CAFÉ FILHO.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 44, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada em 17 de outubro de 1950, negou registro ao contrato celebrado

a 21 de setembro desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Campos, Fernandes & Cia. Ltda., para a execução de obras no Serviço de Assistência Social do Hospital Gaffré Guinle.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, em 11 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 63, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 45, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o texto do Tratado de Comércio e Navegação, firmado na cidade do Rio de Janeiro em 27 de maio de 1949, entre o Brasil e o Uruguai.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 46, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o Acôrdo concluído na cidade de Buenos Aires, em 21 de junho de 1949, mediante notas trocadas entre os governos do Brasil e da Argentina, e pelo qual ficam reciprocamente isentas do imposto de renda, ou de qualquer outro imposto sobre lucros, as empresas de navegação marítima e aérea brasileiras e argentinas.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 47, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 17 de novembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado, em 13 de outubro desse ano, entre o Ministério da Guerra, pela Escola Superior de Guerra, e Osvaldina Eliza Castiglioni, para a prestação de serviço pelo segundo contratante na função de taquígrafo-secretário.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO,
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 48, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado a 15 de novembro desse ano, entre o Ministério da Guerra e a firma Construtora Geminiano Góes Limitada, para a execução de obras na sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 49, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 23 de novembro desse ano, entre o Ministério da Agricultura e a firma S. Manelá & Companhia Limitada, para a execução de obras no Instituto Agronômico do Sul, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 50, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 6 de novembro desse ano, entre o Ministério da Agricultura e a firma Geraldo Duarte Passos, para a execução de obras na Fazenda de Criação de Goiânia, no Estado de Goiás.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 51, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de abril de 1949, recusou registro ao termo de ajuste firmado em 2.º de abril de 1944, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a

firma "Cobrazil", Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil, para a execução de obras no porto de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 52, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o texto do Acôrdo sobre Transportes Aéreos firmado na cidade de Ankara a 21 de setembro de 1950, entre a Turquia e o Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 53, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 8 de setembro de 1950, recusou registro ao termo de convênio celebrado a 14 de fevereiro dêsse ano, entre a Estação Experimental de Curitiba, do Instituto Agronômico do Sul, e a União Agrícola Futebol Clube, da mesma cidade, para a construção de um edifício destinado a servir de sede à segunda contratante.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional Decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 54, DE 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de janeiro de 1951, recusou registro ao termo de contrato de cooperação celebrado a 11 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e Pantaleão Félix Vieira e sua mulher Rosalina Vieira de Souza, para a instalação de uma roda d'água em propriedade do casal, situada no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de novembro de 1951

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 56, item I, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 55, DE 1951

Art. 1.º E' aprovado nos termos da copia devidamente autenticada, e a este anexa, o texto do Acôrdo de Imigração e Colonização firmado na cidade do Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1950, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de novembro de 1951

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 56, de 1951

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de contrato celebrado a 22 de agosto de 1950, entre o Ministério da Agricultura e Abigail Ribeiro de Magalhães Janja, e relativo a locação do prédio sito à Rua Governador Sampaio n.º 492, em Fortaleza, Estado do Ceará, se as duas partes contratantes firmarem previamente um termo aditivo, pelo qual fique estabelecido que o contrato entrará em vigor na data de seu registro pelo Tribunal, e não com efeito retroativo a 1 de janeiro de 1950.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 57, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1950, negou registro ao termo de ajuste,

firmado a 13 de outubro deste ano, entre a 4.ª Zona Aérea do Ministério da Aeronautica e a firma Fontes & Fontes Limitada, para a construção de uma casa de transmissão de radio, tipo XKY — 02A, em Vila Helena, na cidade de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1951. — JOÃO CAFÉ FILHO — Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 58, de 1951

Art. 1.º — E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 19 de dezembro de 1950, recusou registro ao ajuste celebrado a 20 de novembro desse ano, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma Sociedade de Comercio e Construção Limitada, para a construção de um trecho ferroviário na ligação Ubaitaba-Jequié-Contendas, no Estado da Bahia.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 53, de 1951

Art. 1.º É aprovada nos termos da cópia devidamente autenticada, e a este anexa, o texto da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, revista na cidade de Bruxelas em 26 de junho de 1948.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1951. — JOÃO CAFÉ FILHO — Presidente do Senado Federal.

CONVENÇÃO DE BERNA PARA PROTEÇÃO DAS OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

Assinada a 9 de setembro de 1886, completada em Paris a 4 de maio de 1896, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908, completada em Berna a 20 de março de 1914, revista em Roma a 2 de junho de 1928 e revista em Bruxelas a 26 de junho de 1948.

A Austrália, a Áustria, a Bélgica, o Brasil, o Canadá, a Tchecoslováquia, a Dinamarca, a Espanha, a Finlândia, a França, a Grécia, a Hungria, a Índia, a Irlanda, a Islândia, a Itália, a Jugoslávia, o Líbano, o Liechtenstein, o Luxemburgo, Marrocos, Mônaco, a Noruega, a Nova Zelândia, os Países Baixos, o Paquistão, a Polónia, Portugal, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, a Santa Sé, a Síria, a Suécia, a Suíça, a Tunísia e a União Sul Africana.

Igualmente animados do propósito de proteger de maneira quanto possível eficaz e uniforme os direitos dos autores sobre as respectivas obras literárias e artísticas,

Resolveram rever e completar o Ato assinado em Berna a 9 de setembro de 1886, completado em Paris a 4 de maio de 1896, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908, completado em Berna a 20 de março de 1914 e revisto em Roma a 2 de junho de 1928.

Por consequência, os Plenipotenciários abaixo assinados, depois da apresentação dos seus plenos poderes, reconhecidos em boa e devida forma, acordaram no seguinte:

ARTIGO 1.º

Os Países a que se aplica a presente Convenção constituem-se em União para a proteção dos direitos dos autores sobre as suas obras literárias e artísticas.

ARTIGO 2.º

1) A designação de "obras literárias e artísticas" abrange todas as produções no domínio literário, científico e artístico, qualquer que seja o modo ou a forma de expressão, tais como os livros, brochuras e outros escritos; as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza; as obras dramáticas ou dramático-musicais; as obras coreográficas e as pantomimas, cuja execução cênica se fixa por escrito ou de qualquer outra maneira; as composições musicais, com ou sem palavras; as obras cinematográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da cinematografia; as obras de desenho, de pintura, de arquitetura, de escultura, de gravura e de litografia; as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia; as obras de arte aplicada; as ilustrações e as cartas geográficas; os projetos, esboços e obras plásticas respeitantes à geografia, à topografia, à arquitetura ou às ciências.

2) São protegidas como obras originais, sem prejuízo dos direitos do autor da obra original as traduções, adaptações, arranjos musicais e outras transformações de qualquer obra literária ou artística. Os Países da União reservam-se, entretanto, a faculdade de determinar, nas legislações nacionais, a proteção a conceder às traduções dos textos oficiais de caráter legislativo, administrativo e judiciário.

3) As compilações de obras literárias ou artísticas tais como enciclopédias e antologias, que, pela escolha ou disposição das matérias, constituem criações intelectuais, são como tais protegidas, sem prejuízo dos direitos dos autores sobre cada uma das obras que fazem parte dessas compilações.

4) As obras acima designadas gozam de proteção em todos os Países unionistas. A proteção exerce-se em benefício dos autores e dos seus herdeiros e legítimos representantes.

5) Os Países da União reservam-se a faculdade de determinar, nas legislações nacionais, o âmbito de aplicação dos preceitos referentes às obras de arte aplicada e aos desenhos e modelos industriais, assim como as con-

dições de protecção de tais obras, desenhos e modelos.

Para as obras protegidas exclusivamente como desenhos e modelos no País de origem, não pode ser reclamada, nos outros Países unionistas, senão a protecção concedida aos desenhos e modelos nestes Países.

ARTIGO 2.º bis

1) Os Países da União reservam-se, nas suas legislações, a faculdade de excluir parcial ou totalmente da protecção prevista no artigo anterior os discursos políticos e os pronunciamentos dos debates judiciais.

2) Os Países da União reservam-se igualmente a faculdade de estabelecer nas suas leis internas as condições em que as conferências, allocuções, sermões e outras obras da mesma natureza poderão ser reproduzidas pela imprensa.

3) Todavia, só o autor terá o direito de reunir em colecção as suas obras pertencentes às categorias mencionadas nas alíneas anteriores.

ARTIGO 3.º

(Suprimido)

ARTIGO 4.º

1) Os autores pertencentes a qualquer dos Países da União gozam, nos outros Países, exceptuado o de origem da obra, quanto às suas obras, quer não publicadas, quer publicadas pela primeira vez num País da União dos direitos que as leis respectivas concedem actualmente ou concederão de futuro aos nacionais, assim como dos direitos especialmente conferidos pela Convenção.

2) O gozo e o exercício destes direitos não estão subordinados a qualquer formalidade; esse gozo e esse exercício são independentes da existência da protecção no país de origem das obras. Nestes termos, fora das estipulações do presente instrumento, a extensão da protecção e os meios processuais garantidos ao autor para salvaguardar os seus direitos regulam-se exclusivamente pela legislação do País onde a protecção é reclamada.

3) Considera-se País de origem da obra: quanto às obras publicadas, o País da primeira publicação, mesmo quando se trate de obras publicadas simultaneamente em vários países unionistas que concedam o mesmo prazo de protecção; quanto às obras publicadas simultaneamente em vários Países da União que concedam pra-

zos de protecção diferentes, aquêle, de entre elles, cuja lei conceda prazo de protecção menos extenso; quanto às obras publicadas simultaneamente num País estrangeiro a União e num País da União, é apenas este último que se considera País de origem.

Considera-se publicada simultaneamente em vários países toda e qualquer obra publicada em dois ou mais países dentro de trinta dias a contar da sua primeira publicação.

4) Por "obras publicadas", para os efeitos dos artigos 4.º, 5.º e 6.º deve entender-se as obras editadas, seja qual for o modo de fabricação dos exemplares os quais devem ser postos em quantidade suficiente à disposição do público. Não constituem publicação: a representação de obras dramáticas, dramático-musicais ou cinematográficas; a execução de obras musicais; a recitação pública de obras literárias; a transmissão ou a radio-difusão de obras literárias ou artísticas; a exposição de obras de arte e a construção de obras de arquitectura.

5) Considera-se País de origem, quanto as obras não publicadas, aquêle a que pertence o autor. Todavia, considera-se país de origem, quanto as obras de arquitectura ou de artes gráficas e plásticas, incorporadas num imóvel, o País da União onde tais obras foram edificadas ou incorporadas numa construção.

ARTIGO 5.º

Os autores pertencentes a qualquer dos países da União que publicam pela primeira vez as suas obras em outro país unionista, têm, neste último país, os mesmos direitos dos autores nacionais.

ARTIGO 6.º

1) Os autores não pertencentes a qualquer dos países da União que publicam pela primeira vez as suas obras em qualquer destes países gozam, nesse país, dos mesmos direitos dos autores nacionais e, nos outros países unionistas, dos direitos concedidos pela Convenção.

2) Quando, porém, qualquer país estrangeiro a União não protege de maneira suficiente as obras dos autores pertencentes a qualquer dos Países da União, este último País poderá restringir a protecção das obras cujos autores pertencem, à data da primeira publicação dessas obras, ao outro País, e não estão efetivamente domiciliados em qualquer País unionista. Se o

País da primeira publicação exercer esta faculdade os outros Países da União não serão obrigados a conceder as obras submetidas a este regime especial uma protecção mais ampla do que aquela que lhes é concedida no País da primeira publicação.

3) Nenhuma restrição determinada por força da alínea precedente deverá prejudicar os direitos que o autor tenha adquirido sobre qualquer obra sua publicada em País unionista de entrar em vigor essa restrição.

4) Os Países unionistas que, nos termos do presente artigo restrinjam a protecção aos direitos dos autores, notifica-lo-ão ao Governo da Confederação Suíça, mediante declaração escrita em que se indiquem os países em relação aos quais a protecção se restringe, bem como as restrições a que os direitos dos autores pertencentes a esses países ficarão sujeitos. O Governo da Confederação Suíça comunicará imediatamente o fato a todos os países da União.

ARTIGO 6.º bis

1) Independentemente dos direitos patrimoniais de autor e mesmo depois de cessão dos citados direitos, o autor conserva durante toda a vida o direito de reivindicar a paternidade da obra e de se opor a toda e qualquer deformação, mutilação ou outra modificação da mesma obra, ou a quaisquer outros atos que a atinjam e que o possam prejudicar na sua honra ou reputação.

Na medida em que a legislação nacional dos Países da União o permite, os direitos reconhecidos ao autor por força da alínea antecedente mantêm-se, depois da sua morte, pelo menos até a extinção dos direitos patrimoniais e são exercidos pelas pessoas físicas ou morais a que a citada legislação reconhece qualidade para tal.

Os Países da União reservam-se a faculdade de determinar nas suas leis internas as condições de exercício dos direitos constantes da presente alínea.

3) Os meios processuais destinados a salvaguardar os direitos reconhecidos no presente artigo regulam-se pela legislação do País onde é reclamada a protecção.

ARTIGO 7.º

(1) A duração da protecção concedida pela presente Convenção compreende a vida do autor e cinquenta anos depois da sua morte.

(2) Todavia, no caso de um ou mais Países da União concederem durações superiores a prevista na alínea (1), a duração determinar-se-á pela lei do País onde a protecção for reclamada, mas não poderá exceder a duração fixada no País de origem da obra.

(3) Para as obras cinematográficas, para as fotográficas, bem como para as obtidas por qualquer processo análogo ao da cinematografia ou da fotografia, e para as obras de arte aplicada, a duração da protecção determina-se pela lei do País onde a protecção é reclamada, sem que tal duração possa exceder a fixada no País de origem da obra.

(4) Para as obras anónimas ou pseudónimas, a duração da protecção fixa-se em cinquenta anos a contar da publicação respectiva. No entanto, quando o pseudónimo adotado pelo autor não deixa qualquer dúvida acerca da sua identidade, a duração da protecção é a prevista na alínea (1).

Se o autor de qualquer obra anónima ou pseudónima revela a sua identidade durante o período acima indicado, o prazo de protecção aplicável é o previsto na alínea (1).

(5) Para as obras póstumas, que não entram nas categorias de obras reguladas nas alíneas (3) e (4) do presente artigo, a duração da protecção a favor dos herdeiros ou dos outros detentores dos direitos do autor finda cinquenta anos depois da morte do mesmo.

(6) O prazo de protecção para além da morte do autor e os prazos previstos nas alíneas (3), (4) e (5) do presente artigo começam a correr a partir da morte ou da publicação; mas a duração desses prazos não se conta senão desde o dia primeiro de janeiro do ano seguinte àquele em que ocorreu o fato que marca o início dos citados prazos.

ARTIGO 7.º bis

A duração do direito de autor pertencente em comum aos colaboradores numa obra conta-se a partir da data da morte do último colaborador sobrevivente.

ARTIGO 8.º

Os autores de obras literárias e artísticas protegidos pela presente Convenção gozam, durante toda a vigência dos seus direitos sobre as suas obras originais, do direito exclusivo

de fazer ou de autorizar a tradução das mesmas obras.

ARTIGO 9.º

(1) Os romances-folhetins, as novelas e todas as outras obras, quer literárias, quer científicas, quer artísticas, quaisquer que sejam os seus assuntos e os fins a que se destinem, publicados em jornais ou coleções periódicas em qualquer dos Países da União, não podem ser reproduzidos nos outros Países sem o consentimento dos autores.

(2) Os artigos de actualidade de discussão económica, política ou religiosa podem ser reproduzidos pela imprensa se a reprodução não estiver expressamente reservada. A origem, porém, deve sempre indicar-se claramente; as consequências da imitação destes preceitos determinam-se pela legislação do país onde a protecção é reclamada.

(3) A protecção da presente Convenção não se aplica às notícias do dia nem aos relatos de acontecimentos diversos que tenham o carácter de simples informações de Imprensa.

ARTIGO 10.

(1) Em todos os Países da União são lícitas as citações curtas de artigos de jornais e de coleções periódicas, ainda que revistam a forma de resumos de Imprensa.

(2) Os Países da União reservam-se a faculdade de regular, nas suas legislações nacionais e nos acordos particulares já celebrados ou a celebrar entre si, as condições em que podem fazer-se licitamente, e na medida justificada pelo fim a atingir, transcrições de obras literárias ou artísticas em publicações destinadas ao ensino, ou que tenham carácter científico, ou em crestomatias.

(3) As citações e as transcrições serão acompanhadas pela menção da origem e do nome do autor, se este nome figurar na origem.

ARTIGO 10 bis

Os Países da União reservam-se a faculdade de regular nas suas leis internas as condições em que pode proceder-se à gravação, à reprodução e à apresentação pública, por meio da fotografia, da cinematografia ou da radiodifusão, de curtos fragmentos de obras literárias ou artísticas, inclui-

dos ocasionalmente em relatos de acontecimentos de actualidade.

ARTIGO 11

(1) Os autores de obras dramáticas, dramático-musicais e musicais gozam do direito exclusivo de autorizar: 1.º a representação e a execução públicas das suas obras; 2.º a transmissão pública por todos os meios da representação e da execução das suas obras.

Os Países da União reservam-se, no entanto, a faculdade de aplicar as disposições dos artigos 11 bis e 13.

(2) Os mesmos direitos são concedidos aos autores de obras dramáticas ou dramático-musicais, por toda a duração dos seus direitos sobre a obra original, no que respeita à tradução das suas obras.

(3) Para gozar da protecção do presente artigo, os autores, ao publicar as suas obras, não são obrigados a proibir a sua representação ou execução pública.

ARTIGO 11 bis

(1) Os autores de obras literárias e artísticas gozam do direito exclusivo de autorizar: 1.º a radiodifusão das suas obras ou a comunicação pública dessas obras por qualquer outro meio que sirva para difundir sem fios os sinais, os sons ou as imagens; 2.º qualquer comunicação pública quer por fios, quer sem fios, da obra radiodifundida, quando essa comunicação é feita por outro organismo que não o da origem; 3.º a comunicação pública, por alto-falantes ou por qualquer outro instrumento análogo transmissor de sinais, de sons ou de imagens, da obra radiodifundida.

(2) Compete às legislações dos Países da União regular as condições de exercício dos direitos constantes da alínea (1) do presente artigo, mas tais condições terão apenas efeito estritamente limitado ao País que as estabeleça. As mesmas não poderão em caso algum, afetar o direito moral do autor, nem o direito que lhe pertence de receber remuneração equitativa, fixada, na falta de acôrdo amigável, pela autoridade competente.

(3) Salvo estipulação contrária, as autorizações concedidas nos termos da alínea (1) do presente artigo não implicam autorizações de gravar, por meio de instrumentos que fixem os sons ou as imagens, as obras radiodifundidas.

Os Países da União reservam-se, porém, a faculdade de determinar nas respectivas legislações o regime das gravações efêmeras efetuadas por qualquer organismo de radiodifusão pelos seus próprios meios e para as suas emissões. Essas legislações poderão autorizar a conservação de tais gravações em arquivos oficiais, atendendo ao seu caráter excepcional de documentação.

ARTIGO 11 ter

Os autores de obras literárias gozam do direito exclusivo de autorizar a recitação pública das mesmas obras.

ARTIGO 12

Os autores de obras literárias, científicas ou artísticas gozam do direito exclusivo de autorizar as adaptações, arranjos e outras transformações das mesmas obras.

ARTIGO 13

(1) Os autores de obras musicais gozam de direito exclusivo de autorizar: 1.º — a gravação destas obras por instrumentos que sirvam para as reproduzir mecânicamente; 2.º — a execução pública, por meio de tais instrumentos, das obras assim gravadas.

(2) Poderão ser formuladas reservas e estabelecidas condições, relativas ao exercício dos direitos reconhecidos na alínea antecedente, pela legislação de cada País unionista, no que lhe disser respeito; mas quaisquer reservas e condições desta natureza terão apenas efeito estritamente limitado ao País que as formule e estabeleça e não poderão em caso algum afetar o direito que pertence ao autor de receber remuneração equitativa fixada, na falta de acordo amigável, pela autoridade competente.

(3) A disposição da alínea (1) do presente artigo não tem efeito retroativo e, portanto, não é aplicável em qualquer País da União as obras que nesse País tenham sido adaptadas licitamente a instrumentos mecânicos antes de entrar em vigor a Convenção assinada em Berlim, a 13 de novembro de 1908, nem, tratando-se de um País que tenha aderido à União depois dessa data ou que nela venha a ingressar de futuro, antes da data da sua adesão.

(4) As gravações feitas nos termos das alíneas (2) e (3) do presente artigo e importadas, sem autorização das partes interessadas, num País onde não sejam lícitas, poderão ser ali apreendidas.

ARTIGO 14

(1) Os autores de obras literárias, científicas ou artísticas têm o direito exclusivo de autorizar: 1.º — a adaptação e reprodução cinematográficas dessas obras e a distribuição das obras assim adaptadas ou reproduzidas; 2.º — a representação pública e a execução pública das obras assim adaptadas e reproduzidas.

(2) Sem prejuízo dos direitos do autor da obra adaptada ou reproduzida, a obra cinematográfica é protegida como obra original.

(3) A adaptação, por qualquer outra forma artística, das realizações cinematográficas extraídas de obras literárias científicas ou artísticas fica submetida, sem prejuízo da autorização dos seus autores, à autorização do autor da obra original.

(4) As adaptações cinematográficas de obras literárias, científicas ou artísticas não estão submetidas às reservas e condições previstas pelo artigo 13, alínea (2).

5. As disposições precedentes aplicam-se à reprodução ou produção obtidas por qualquer outro processo análogo ao da cinematografia.

ARTIGO 14 bis

1. Quanto às obras de arte originais e aos manuscritos originais dos escritores e compositores, o autor — ou, depois da sua morte, as pessoas físicas ou morais para tal qualificadas pela legislação nacional — goza do direito inalienável de ser interessado nas operações de venda de que a obra é objeto depois da primeira transmissão efetuada pelo autor.

2. A proteção prevista na alínea anterior só é exigível em cada País unionista se a legislação do país a que pertence o autor admite essa proteção e na medida em que o permite a legislação do País onde tal proteção é reclamada.

3. As modalidades e os montantes da participação são determinados em cada legislação nacional.

ARTIGO 15

1. Para os autores das obras literárias e artísticas protegidas pela presente Convenção que sejam, até prova

em contrario, considerados como tais e admitidos por consequencia, perante os tribunais dos Paizes da União, a proceder judicialmente contra os contrahentes, basta que os seus nomes venham indicados nas obras pela forma usual. A presente alinea é applicavel mesmo quando os nomes são pseudónimos, desde que os pseudónimos adotados não deixem quaisquer duvidas acerca da identidade dos autores.

2. Quanto ás obras anónimas, e ás pseudónimas que não sejam as mencionadas na alinea anterior, os editores cujos nomes vêm indicados nas obras são, sem necessidade de outras provas, considerados representantes dos autores; nesta qualidade são partes legitimas para salvaguardar e fazer valer os direitos destes. A disposiçao da presente alinea deixa de applicar-se quando os autores revelam a sua identidade e justificam a sua qualidade.

ARTIGO 16

1. Toda e qualquer obra contrafeita pode ser apreendida pelas autoridades competentes dos Paizes da União onde a obra original tem direito a protecção legal.

2. Nestes Paizes a apreensao pode também efetuar-se sobre as reproduções provenientes de qualquer país onde a obra não seja protegida ou tenha deixado de o ser.

3. A apreensao efetua-se de harmonia com a legislação interna de cada país.

ARTIGO 17

As disposições da presente Convenção não podem afetar, seja no que fôr o direito que tem o Governo de qualquer dos Paizes da União de permitir, vigiar ou proibir, por medidas legais ou de policia interna, a circulação, a representaçao ou a exposiçao de qualquer obra ou produçao a respeito da qual a autoridade competente julgue necessário exercer esse direito.

ARTIGO 18

1. A presente Convenção applica-se a todas as obras que na data da entrada em vigor deste instrumento, não caíram ainda no dominio público dos seus Paizes de origem por ter expirado o prazo de protecção.

2. Todavia, se uma obra, por ter expirado o prazo de protecção que lhe era anteriormente reconhecido, caiu

no dominio público no País onde a protecção é reclamada não voltará a ser ali protegida.

3. A applicação deste principio efetuar-se-á de acordo com as estipulações contidas nas convenções especcias já celebradas ou a celebrar para este efeito entre Paizes da União. Na falta de semelhantes estipulações, os Paizes respectivos regularão, cada qual no que lhe disser respeito, as modalidades relativas a esta applicação.

4. As disposições precedentes applicam-se igualmente ao caso de novas adesões á União e quando a protecção fôr ampliada pela applicação do artigo 7.º ou por abandono de reservas.

ARTIGO 19

As disposições da presente Convenção não impedem que se reivindique a applicação de disposições mais amplas que venham a ser promulgadas na legislação de qualquer País unionista.

ARTIGO 20

Os governos dos Paizes da União reservam-se o direito de celebrar entre si acordos particulares, desde que tais acordos concedam aos autores direitos mais extensos do que aqueles que lhes confere a Convenção ou contenham estipulações diferentes, mas que não sejam contrárias á mesma. As disposições dos acordos existentes, que correspondam ás condições acima indicadas, continuam em vigor.

ARTIGO 21

1. É mantida a Secretaria Internacional instituida sob a denominação de "Bureau de l'Union internationale pour la protection des oeuvres litteraires et artistiques".

2. Esta Secretaria está collocada sob o alto patrocínio do Governo da Confederação Suíça, o qual regula a sua organização e fiscaliza o seu funcionamento.

3. A lingua official da Secretaria é a francesa.

ARTIGO 22

1. A Secretaria Internacional centraliza as informações de qualquer natureza, relativa á protecção dos direitos dos autores sobre as suas obras literarias e artisticas. Coordena-as e publica-as. Procede aos estudos de utilidade comum que interessam á União e redige, com o auxilio dos

documentos postos à sua disposição pelas diversas Administrações, uma publicação periódica, em língua francesa, que versa os assuntos referentes aos objectivos da União. Os Governos dos Países unionistas reservam-se a faculdade de autorizar, de comum accordo, a Secretaria a publicar outra edição em uma ou mais linguas, se a experiência demonstrar a necessidade de tal edição.

2. A Secretaria Internacional deve estar sempre à disposição dos membros da União para lhes fornecer, acerca dos assuntos relativos à protecção das obras literárias e artisticas, as informações especiais de que elles porventura careçam.

3. O director da Secretaria Internacional elabora, quanto a sua gerência, um relatório anual, que é enviado a todos os membros da União.

ARTIGO 23

1. As despesas da Secretaria da União Internacional são custeadas em comum pelos Países unionistas. Até nova resolução, não poderão exceder cento e vinte mil francos-ouro por ano (1). Esta importância poderá ser aumentada, se for preciso, por decisão unânime dos Países da União ou de qualquer das Conferências previstas no artigo 24.

2. A fim de determinar a contribuição de cada País para a soma total das despesas, os Países unionistas e aqueles que aderirem ulteriormente à União são agrupados em seis classes, contribuindo cada uma na proporção de certo número de unidades, a saber:

	Unidades
1. ^a classe	25
2. ^a classe	20
3. ^a classe	15
4. ^a classe	10
5. ^a classe	5
6. ^a classe	?

3. Estes coeficientes multiplicam-se pelo número de Países de cada classe e a soma dos productos assim obtidos determina o número de unidades pelo qual a despesa total deve ser dividida. O cociente dá o valor da unidade de despesa.

4. Cada País declarará, no momento da sua adesão, em qual das mencionadas classes deseja ser incluído, mas poderá sempre declarar, ulteriormente, que pretende transitar para outra classe.

5. A Administração suíça prepara o orçamento da Secretaria, fiscaliza as respectivas despesas, faz os abonos necessários e estabelece a conta anual, que será comunicada a todas as outras Administrações.

ARTIGO 24

1. A presente Convenção pode ser submetida a revisões, com o fim de nela se introduzirem melhoramentos que possam aperfeiçoar o sistema da União.

2. Os assuntos desta natureza, assim como aqueles que interessam sob outros aspectos ao desenvolvimento da União, são tratados em Conferências, que se effectuarão successivamente nos vários Países unionistas entre os delegados desses Países. A administração do País em que deva realizar-se uma dessas Conferências prepara, com o concurso da Secretaria Internacional, os respectivos trabalhos. O director da Secretaria assiste às sessões das Conferências e toma parte nas discussões, sem voto deliberativo.

3. Nenhuma alteração na presente Convenção é válida para a União, se não ser mediante o consenso unânime dos Países que a compõem.

1. Esta unidade monetária é o franco-ouro de 100 céntimos, com o peso de 10/31 avos de grama e o toque de 0,900.

ARTIGO 25

(1) Os Países estranhos à União e que asseguram a protecção legal dos direitos que constituem o objecto da presente Convenção podem aderir a ela, desde que o solicitem.

(2) Esta adesão será notificada por escrito ao Governo da Confederação Suíça e, por este, a todos os outros.

(3) A mesma adesão implicará, de pleno direito, a acção de todas as cláusulas e a admissão a todas as vantagens estipuladas na presente Convenção, e produzirá os seus efeitos um mês depois da remessa da notificação feita pelo Governo da Confederação Suíça aos outros Países unionistas, a menos que data ulterior não tenha sido indicada pelo País aderente. Todavia, poderá conter a indicação de que o País aderente deseja substituir, pelo menos a título provisório, o artigo 8.^o no que diz respeito a traduções, pelas disposições do artigo 5.^o da Convenção de Berna de 1886, revista em Paris em 1896, ficando

dó bem entendido que estas disposições não respeitam serão a tradução na língua ou línguas, do país.

ARTIGO 26

(1) Qualquer País da União pode, a todo o tempo, notificar por escrito ao Governo da Confederação Suíça que a presente Convenção é aplicável aos seus territórios ultramarinos, colónias, protetorados, territórios sob tutela, ou a qualquer outro território cujas relações internacionais estejam a seu cargo, e a Convenção aplicar-se-á nesse caso a todos os territórios designados na notificação a partir de uma data fixada nos termos do artigo 25, alínea (3). Na falta dessa notificação, a Convenção não se aplicará a esses territórios.

(2) Qualquer País da União pode a todo tempo, notificar por escrito ao Governo da Confederação Suíça que a presente Convenção deixa de ser aplicável a todos ou a parte dos territórios que tenham constituído o objeto da notificação prevista na alínea antecedente; e a Convenção deixará de se aplicar nos territórios designados nesta notificação doze meses depois de recebida a notificação dirigida ao Governo da Confederação Suíça.

(3) Todas as notificações dirigidas ao Governo da Confederação Suíça, de acordo com as disposições das alíneas (1) e (2) do presente artigo, serão comunicadas por esse Governo a todos os Países da União.

ARTIGO 27.

(1) A presente Convenção substituirá, nas relações entre os Países da União, a Convenção de Berna, de 9 de setembro de 1886, e os atos das suas sucessivas revisões. Os atos anteriormente vigentes conservar-se-ão em vigor nas relações com os Países que não ratificarem a presente Convenção.

(2) Os Países em nome dos quais a presente Convenção for assinada poderão ainda conservar o benefício das reservas que anteriormente formularam desde que façam a respectiva declaração no ato da apresentação da ratificação deste instrumento.

(3) Os Países que fazem atualmente parte da União, em cujo nome a presente Convenção não tenha sido assinada, poderão em qualquer altura

dar-lhe a sua adesão na forma prevista pelo artigo 25. Neste caso poderão beneficiar-se das disposições da alínea precedente.

ARTIGO 27 bis

Todos os litígios entre dois ou mais Países unionistas, que digam respeito a interpretação ou a aplicação do presente instrumento e que não sejam solucionados por via de negociações, serão submetidos ao Tribunal Internacional de Justiça para este se pronunciar sobre eles, salvo se os Países em causa acordarem em qualquer outra forma de solução.

A Secretaria Internacional será informada pelo País demandante acerca do litígio submetido ao Tribunal; a mesma Secretaria dará conhecimento do caso aos restantes Países da União.

ARTIGO 28

(1) A presente Convenção será ratificada e as suas ratificações depositadas em Bruxelas o mais tardar até 1 de julho de 1951.

Estas ratificações, com as respectivas datas e todas as declarações que eventualmente possam acompanhá-las, serão comunicadas pelo Governo Belga ao Governo da Confederação Suíça, que por seu turno as notificará aos restantes Países da União.

(2) A presente Convenção entrará em vigor, entre os Países da União que a tiverem ratificado, um mês depois daquela data. Todavia se, antes da mesma data, o presente instrumento tiver sido ratificado por seis Países da União, pelo menos, começará a vigorar entre esses Países um mês depois da entrega da sexta ratificação lhes ter sido notificada pelo Governo da Confederação Suíça; e, em relação aos Países da União que a ratificarem mais tarde, um mês depois da notificação de cada uma destas ratificações.

(3) Os Países estrangeiros à União poderão até 1 de julho de 1951 ingressar na União, aderindo quer a Convenção assinada em Roma, a 2 de junho de 1928, quer a presente Convenção. A partir de 1 de junho de 1951 se poderão aderir à presente Convenção. Os Países da União que a não tiverem ratificado até 1 de julho de 1951 poderão aderir, nos termos do art. 25 e beneficiar-se, nesse caso, das disposições do artigo 27, alínea (2).

ARTIGO 29

(1) A presente Convenção manter-se-á em vigor por tempo indeterminado. Qualquer País da União terá, no entanto, a faculdade de a denunciar a todo o tempo, por meio de notificação escrita e dirigida ao Governo da Confederação Suíça.

(2) Esta denúncia, que será comunicada por este Governo a todos os restantes Países da União, não produzirá efeito senão com referência ao País que a tenha apresentado e somente doze meses depois de recebida a notificação da denúncia dirigida ao Governo da Confederação Suíça, continuando a Convenção em vigor relativamente aos outros Países da União.

(3) O direito à denúncia, prevista no presente artigo, não poderá ser exercido por qualquer País antes de expirado o prazo de cinco anos a contar da data em que esse País tenha ratificado a Convenção ou aderido à União.

ARTIGO 30

(1) Os Países que introduzirem nas suas legislações a duração de proteção de cinquenta anos, prevista pelo artigo 7.º, alínea (1), da presente Convenção, darão conhecimento desse fato ao Governo da Confederação Suíça, mediante notificação escrita, que será desde logo comunicada por este Governo a todos os outros Países da União.

(2) Deverá ser idêntico o procedimento dos Países que renunciarem às reservas por eles feitas ou mantidas nos termos dos artigos 25 e 27.

ARTIGO 31

Os atos oficiais das Conferências serão elaborados em francês.

Um texto equivalente será redigido em inglês.

Em caso de divergência quanto à interpretação dos atos, fará sempre fé o texto francês.

Qualquer País ou grupo de Países da União poderá fazer elaborar pela Secretaria Internacional, e de acordo com a mesma Secretaria, um texto com autoridade dos citados atos na língua da sua escolha. Estes textos serão publicados nos atos das Conferências, juntamente com os textos francês e inglês.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo assinados firmaram a presente Convenção.

Feita em Bruxelas, aos 28 de junho de 1948, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior da Bélgica.

Uma cópia, devidamente autenticada, será remetida por via diplomática a cada País da União.

Pela Austrália:

Ad referendum, W. J. Dignam.

Pela Austria:

Dr. Kurt Frieberger.

Pela Bélgica:

J. Kuypers.

Alb. Guislain.

J. Hamels.

Marcel Walckiers.

P. Recht.

J. Schneider.

C. Dewaersegger.

Coppleters de Gibson.

Pelo Brasil:

Alceionso Mascarenhas da Silva.

Pelo Canadá:

Victor Dore.

W. P. J. O'Meara.

Pela Dinamarca:

Bent Falkenstjerne.

Torren Lund.

Pela Espanha:

R. Soriano.

Pela Finlândia:

Ragnar Numelin.

Y. J. Hakulinen.

Pela França:

J. de Hauteclocque.

Marcel Plaisant.

Cl. Beguin-Billecocq.

Fréget.

Marcel Boutev.

M. Weiss.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte:

Harold Saunders.

B. G. Crewe.

Pela Grécia:

Triantafyllakos.

Michel Mantoudis.

Pela Hungria:

Z. Viragh.

Pela Índia:

R. S. Mani.

Pela Irlanda:
Edward A. Cleary.

Pela Islândia:
Kristjan Albertson.

Pela Itália:
Massimo Pilotti.
Antonio Pennetta.

Pelo Líbano:
J. Harfouche.

Pelo Liechtenstein:
Plinio Bolla.
Hans Mori.
A. Marcionelli.

Pelo Luxemburgo:
Pierre Majerus de la Fontaine.

Por Marrocos:
J. de Hauteclouque.
Cl. Beguin-Billecocq.

Por Mônaco:
M. Loze.
Pela Noruega:
C. F. Smith.

Pela Nova-Zelândia:
Harold Saunders.

Pelo Paquistão:
A. F. M. K. Rahma.

Pelos Países-Baixos:
H. C. Bodenhausen.

Pela Polónia:

.....
Por Portugal:
Júlio Dantas.
José Galhardo.

Pela Santa-Sé:
Louis Picard.
Fernand van Goethem.
R. Vandeputte.
Pela Suécia:
Sture Petren.

Pela Suíça:
Plinio Bolla.
Hans Mori.
A. Marcionelli.

Pela Síria:
Chatila.

Pela Tchecoslovaquia:
D. Raksany.
Karel Petrzalka.
J. Prochazka.

Pela Tunísia:
J. de Hauteclouque.
Cl. Beguin-Billecocq.

Pela União da África do Sul:
J. Christie.

Pela Iugoslavia:

A presente é a tradução oficial, em idioma português, do texto original e autêntico da Convenção de Berna para Protecção das Obras Literárias e Artísticas assinada a 9 de setembro de 1886, completada em Paris a 4 de maio de 1896, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908, completada em Berna a 20 de março de 1914, revista em Roma a 2 de junho de 1928, e revista em Bruxelas a 26 de junho de 1948.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Interamericanas.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 60, de 1951

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de outubro de 1950, recusou registro ao termo de ajuste celebrado a 27 de julho desse ano, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Somag — Sociedade de Engenharia Limitada, para a construção de um prédio destinado a servir de sede à agência postal de Indaia-tuba, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1951

JOÃO CAFÉ FILHO,
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item, I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 61, de 1951

Art. 1.º E' aprovado, nos termos das cópias devidamente autenticadas, e a este anexas, o Acórdo sobre Transportes Aéreos firmado na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951, entre o Brasil e o Líbano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1951. — JOÃO CAFÉ FILHO, Presidente do Senado Federal.

ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO LÍBANO

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Libanesa,

Considerando a Resolução VIII da Ata Final da Conferência Internacional de Aviação Civil, assinada em Chicago, Illinois, a 7 de dezembro de 1944, a qual recomenda a adoção de um modelo uniforme de Acórdo sobre rotas e serviços aéreos internacionais;

Considerando o desejo recíproco do Governo brasileiro e do Governo libanês de desenvolver ao máximo possível a cooperação internacional nesse terreno e de estabelecer transportes aéreos regulares entre os respectivos territórios, a fim de assentar em bases sólidas suas relações econômicas,

Resolveram concluir, para esse fim, um Acórdo e designaram seus plenipotenciários, a saber:

O Governo dos Estados Unidos do Brasil: Sua Excelência o Senhor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil; e Senhor Tenente-Brigadeiro Armando Figueira Trompowski de Almeida, Ministro de Estados dos Negócios da Aeronáutica; e

O Governo da República Libanesa: Sua Excelência, o Senhor Joseph Saouda, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Líbano no Rio de Janeiro;

Os quais, tendo trocado seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, acordaram nas disposições seguintes:

ARTIGO I

As Partes, Contratantes concedem-se reciprocamente os direitos especificados no presente Acórdo e em seu Anexo, a fim de que se estabeleçam os serviços aéreos internacionais regulares discriminados no seu texto, doravante referidos como "serviços convencionados"

ARTIGO II

1 — Qualquer dos serviços convencionados poderá ser iniciado imediatamente ou em data posterior, a critério da Parte Contratante a qual os direitos são concedidos, mas não antes que:

a) A Parte Contratante a qual os mesmos tenham sido concedidos haja designado uma ou mais empresas de transporte aéreo de sua nacionalidade para explorar a rota ou rotas especificadas;

b) A Parte Contratante que concede os direitos tenha autorizado a empresa ou empresas aéreas em questão a iniciar os serviços convencionados, o que fará sem demora, observadas as disposições do § 2.º do presente artigo e do Art. IV.

2 — As empresas de transporte aéreo designadas poderão ser chamadas a apresentar, às autoridades aeronáuticas da Parte Contratante que concede os direitos pelas leis e regulamentos normalmente aplicados ao funcionamento das empresas comerciais de transporte aéreo.

ARTIGO III

Com o fim de evitar práticas discriminatórias e de respeitar o princípio da igualdade de tratamento:

1 — As taxas que uma das Partes Contratantes imponha ou permita que sejam impostas, para uso de aeroportos e outras facilidades, a ou às empresas de transporte aéreo designadas pela outra Parte Contratante, não serão superiores às pagas pelo uso de tais aeroportos e facilidades por aeronaves de sua bandeira, empregadas em serviços internacionais similares.

2 — Os combustíveis, óleos lubrificantes e acessórios, introduzidos no território de uma Parte Contratante ou postos nesse território a bordo de aeronaves da outra Parte Contratante, quer diretamente por uma empresa aérea por esta designada, quer por conta de tal empresa, e destinados unicamente ao uso de suas aéro-

naves. gozarão do tratamento dado às empresas nacionais ou as empresas da nação mais favorecida, no que respeita a direitos aduaneiros, taxas de inspecção ou outros direitos e encargos nacionais.

3. — As aeronaves de uma das Partes Contratantes, utilizadas na exploração dos serviços convenccionados, e os combustíveis, óleos lubrificantes, sobressalentes, equipamento normal e provisões de bordo, enquanto em tais aeronaves, gozarão, no território da outra Parte Contratante, de isenção de direitos aduaneiros, taxas de inspecção e de outros direitos ou taxas semelhantes, mesmo que venham a ser utilizados ou consumidos pelas aeronaves em voo sobre aquêle território.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de negar licença de funcionamento a empresa aérea designada pela outra Parte Contratante ou de revogar tal licença, quando não julgarem sufficientemente provado que uma parte preponderante da propriedade e o contróle efetivo da referida empresa estejam em mãos de nacionais da outra Parte Contratante, quando houver inobservância, por parte dessa empresa aérea, das leis e regulamentos referidos no Artigo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional, ou quando a empresa não for cumprimento das obrigações que lhe impõem o presente Acôrdo e seu Anexo.

ARTIGO V

Caso qualquer das Partes Contratantes deseje modificar os termos do Anexo ao presente Acôrdo ou usar da faculdade prevista no Artigo IV, poderá promover consulta entre as autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes, devendo tal consulta ser iniciada dentro do prazo de sessenta (60) dias a contar da data da notificação respectiva.

Quando as referidas autoridades concordarem em modificar o Anexo, tais modificações entrarão em vigor depois de confirmadas por troca de notas por via diplomática.

ARTIGO VI

Qualquer divergência entre as Partes Contratantes, relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acôrdo e de seu Anexo, que não estiver subordinada às disposições do capítulo XVIII da Convenção de Aviação Civil Internacional, acima citada, e que não

puder ser resolvida por meio de consulta direta, será submetida a arbitragem, quer perante um tribunal, quer perante outra entidade ou órgão.

ARTIGO VII

Qualquer das Partes Contratantes poderá, a todo tempo, notificar a outra Parte Contratante do seu desejo de denunciar este Acôrdo. A notificação será simultaneamente comunicada à Organização de Aviação Civil Internacional. Este Acôrdo deixará de vigorar seis (6) meses depois da data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante; salvo se esta for retirada, por comum acôrdo, antes de expirar aquêle prazo. Se não for acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante a quem foi dirigida, entender-se-á recebida quatorze (14) dias depois de o ter sido pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO VIII

Ao entrar em vigor uma convenção multilateral de aviação que tiver sido ratificada pelas duas Partes Contratantes, o presente Acôrdo e seu Anexo deverão ser revistos, de modo a que suas disposições se conciliem com as da referida convenção.

ARTIGO IX

O presente Acôrdo substitui quaisquer privilégios, concessões ou licenças existentes ao tempo de sua assinatura, outorgados a qualquer título por uma das Partes Contratantes em favor de empresas aéreas da outra Parte Contratante.

ARTIGO X

O presente Acôrdo e todos os contratos relativos ao mesmo serão registrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XI

Para o fim de aplicação do presente Acôrdo e de seu Anexo:

a) a expressão "autoridades aeronáuticas" significará, no caso dos Estados Unidos do Brasil, o Ministro da Aeronáutica e, no caso do Líbano, o Ministro das Obras Públicas, ou, em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão que esteja autorizado a exercer as funções atualmente desempenhadas pelos mesmos;

b) a expressão "empresa aérea designada" significará qualquer empre-

sa que uma das Partes Contratantes tiver escolhido para explicar os serviços convenccionados e que tiver sido indicada por notificação feita as autoridades aeronáuticas competentes da outra Parte Contratante, de conformidade com o disposto no Artigo II do presente Acôrdo.

c) a expressão "serviço aéreo internacional regular" significará todo serviço internacional executado com frequência uniforme por uma empresa de transporte aéreo designada, conforme as rotas e os horários previamente estabelecidos e aprovados pelos Governos interessados.

ARTIGO XII

O presente Acôrdo será aprovado e ratificado, de conformidade com as disposições constitucionais de cada Parte Contratante e entrará em vigor a partir do dia da troca dos instrumentos de ratificação, que se realizará na cidade de Beirute, no mais breve prazo possível.

Ambas as Partes Contratantes procurarão tornar efetivas as disposições do presente Acôrdo no limite de suas atribuições administrativas, trinta (30) dias após a data de sua assinatura.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados concluíram o presente Acôrdo em duplo exemplar, cada um dos quais nas línguas portuguesa e francesa, e lhes apuseram os respectivos selos.

Feito no Rio de Janeiro, aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um. — (L. S.) — *Raul Fernandes*. — (L. S.) — *Armando Trompowski*. — (L. S.) — *Joseph Saouda*.

ANEXO

I

O Governo dos Estados Unidos do Brasil concede ao Governo da República Libanesa o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais empresas aéreas por este designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no Quadro I anexo.

II

O Governo da República Libanesa concede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais empresas aéreas por este designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no Quadro II anexo.

III

A empresa ou empresas aéreas designadas por uma das Partes Contratantes, nos termos do Acôrdo e do presente Anexo, gozarão no território da outra Parte Contratante, em cada rota constante dos Quadros anexos, do direito de trânsito e de pouso para fins não comerciais em todos os aeroportos franqueados ao tráfego internacional, bem como do direito de desembarcar e embarcar, no tráfego internacional, passageiros, correio e mercadorias nos pontos enumerados nos referidos Quadros, de conformidade com as disposições da Seção IV.

IV

a) A capacidade de transporte oferecida pelas empresas aéreas das duas Partes Contratantes deverá manter uma estreita relação com a procura do tráfego.

b) Um tratamento justo e equitativo deverá ser assegurado às empresas aéreas designadas pelas duas Partes Contratantes para que possam gozar de igual oportunidade na exploração dos serviços convenccionados.

c) As empresas aéreas designadas pelas Partes Contratantes levarão em consideração, quando explorarem rotas ou seções comuns duma rota, os seus interesses mútuos, a fim de não afetarem indevidamente os respectivos serviços.

d) Os serviços convenccionados terão por objetivo principal oferecer uma capacidade adequada à procura de tráfego entre o país a que pertence a empresa e o país a que se destina o tráfego.

e) O direito de uma empresa aérea designada de embarcar e desembarcar, nos pontos e rotas especificados, tráfego internacional com destino a ou proveniente de terceiros países, será exercido em conformidade com os princípios gerais do desenvolvimento ordenado do transporte aéreo, aceitos pelas duas Partes Contratantes e de modo que a capacidade seja adaptada:

1, à procura de tráfego entre o país de origem e os países de destino.

2, às exigências de uma exploração econômica dos serviços considerados.

3, à procura de tráfego existente nas regiões atravessadas, respeitados os interesses dos serviços locais e regionais.

V

As autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão a pedido de uma delas a fim de verificar se os princípios enunciados na secção IV supra estão sendo observados pelas empresas aéreas designadas pelas Partes Contratantes e, em particular, para evitar que o tráfego seja desviado, em proporção injusta, de qualquer das empresas designadas.

VI

a) As tarifas serão fixadas em níveis razoáveis, tomando em consideração, sobretudo, o custo de exploração, lucros razoáveis, tarifas cobradas pelas outras empresas e as características de cada serviço, tais como rapidez e conforto.

b) As tarifas a serem aplicadas pelas empresas aéreas designadas por cada uma das Partes Contratantes, entre pontos no território libanês e pontos no território brasileiro, mencionados nos Quadros anexos, deverão ser submetidas à aprovação das Autoridades Aeronáuticas de cada uma das Partes Contratantes, pelo menos trinta (30) dias antes da data prevista para sua vigência, podendo esse período ser reduzido, em casos especiais, se assim for acordado pelas referidas Autoridades aeronáuticas.

c) As empresas das Partes Contratantes entender-se-ão a respeito das tarifas para passageiros e mercadorias a serem aplicadas nos trechos comuns de suas linhas, após consulta, se for o caso, às empresas aéreas de terceiros países que explorem os mesmos percursos, no todo ou em parte.

d) As recomendações da Associação Internacional de Transportes Aéreos (I.A.T.A.) serão tomadas em consideração para a fixação das tarifas.

e) No caso de não poderem as empresas chegar a acordo sobre as tarifas a fixar, as Autoridades aeronáuticas competentes, das duas Partes Contratantes, esforçar-se-ão por chegar a uma solução satisfatória.

Em último caso, recorrer-se-á à arbitragem prevista no art. VI do Acordo.

VII

Depois de entrar em vigor o presente Acordo, as Autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes deverão comunicar uma à outra, o mais rapidamente possível, as in-

formações referentes às autorizações concedidas às respectivas empresas aéreas designadas para explorar os serviços convencionados ou parte dos referidos serviços. Dessas informações constarão especialmente cópia das autorizações concedidas, de suas eventuais modificações, bem como de todos os documentos anexos.

QUADRO I

A — ROTAS LIBANESAS COM DESTINO AO TERRITÓRIO BRASILEIRO

De Beirute, via um ponto ou pontos intermediários na África, ou na Europa e África, ou na Turquia, Europa e África, para o Brasil, nos dois sentidos.

B — ROTAS LIBANESAS ATRAVÉS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

De Beirute, segundo as rotas acima estabelecidas, e daí para pontos na América do Sul, nos dois sentidos.

QUADRO II

A — ROTAS BRASILEIRAS COM DESTINO AO TERRITÓRIO LIBANÊS

1. Do Rio de Janeiro, via Recife, Dacar (ou Ilha do Sal), Lisboa, Madrid, Roma-Beirute ou Roma-Istambul-Beirute ou Roma-Cairo-Beirute; ou

2. Do Rio de Janeiro, via Recife, Dacar (ou Ilha do Sal), Tunis e ou Tripoli, Cairo, Beirute.

B — ROTAS BRASILEIRAS ATRAVÉS DO TERRITÓRIO LIBANÊS

Do Brasil para Beirute, seguindo uma das rotas acima mencionadas, e daí para além em pontos na Ásia, em ambos os sentidos.

PROTOCOLO DE ASSINATURA

No curso das negociações que terminaram com a assinatura do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Líbano, concluído no Rio de Janeiro em data de hoje, os representantes das duas Partes Contratantes concordaram com os seguintes pontos:

1 — A faculdade de recusar ou de renovar uma autorização a uma empresa designada por uma Parte Contratante poderá ser exercida pela outra Parte Contratante de conformidade com as disposições do artigo IV do Acordo, caso as tripulações das

aeronaves empregadas pela mesma empresa incluíam membros que não sejam naturais da primeira Parte Contratante. Contudo, a fim de facilitar o aperfeiçoamento técnico das tripulações das Partes Contratantes, será permitida a presença de naturais de terceiros países na constituição das referidas tripulações, durante o período de adestramento para a formação de pessoal navegante suficiente.

2 — A transferência das receitas líquidas das empresas aéreas designadas provenientes de operações realizadas nos territórios das Partes Contratantes será feita de conformidade com os regulamentos em vigor no país em que tiverem sido efetuadas as referidas operações, na base do tratamento na nação mais favorável.

Em testemunho do que os Plenipotenciários designados por ambas as Partes Contratantes assinam e selam em dois exemplares, do mesmo teor, o presente Protocolo, nos idiomas português e francês, igualmente válidos, na cidade do Rio de Janeiro, aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um.

— (L.S.) *Raul Fernandes*. — (L.S.) *Armando Trompowski*. — (L.S.) *Joseph Saouda*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 62, DE 1951

Art. 1.º — É aprovado o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal firmado na cidade de Buenos Aires, em 24 de setembro de 1948, pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e destinado a assegurar ação comum e eficaz contra a introdução e propagação de pragas nocivas à agricultura.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1951. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

CONVÊNIO INTERAMERICANO DE SANIDADE VEGETAL

Os Excelentíssimos Senhores Presidentes da República Argentina, da República dos Estados Unidos do Bra-

sil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com o propósito de estabelecer os princípios sanitários que serão observados no comércio interamericano de produtos agrícolas, de aconselhar o tratamento por seguir entre os países que tenham áreas de dispersão contínuas ou descontínuas para as pragas da agricultura, de facilitar o intercâmbio de técnicos e informações, de coordenar os trabalhos de luta e de atualizar o Convênio Interamericano de Defesa Agrícola de 1913, designaram, para esse fim, seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República Argentina, os Senhores Engenheiros-agrônomo Juan B. Marchionatto, Hermes Muñoz Pinochet, José Vallega e Entomologista Everad E. Blanchard;

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, os Senhores Engenheiros-agrônomo João Vieira de Oliveira e Jaimires Guimarães Gomes;

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, o Senhor Agrônomo Castor Samariago Vergara, e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, os Senhores Engenheiros-agrônomo Julián Murguía, Augustin Trujillo Pelluffo, Lúcia Koch de Bertelli e Francisco Mesa Carrion.

Os quais, devidamente autorizados, convieram no seguinte:

ARTIGO 1

Os Governos dos Países Contratantes se comprometem a tomar as medidas legislativas e administrativas necessárias a assegurar uma ação comum e eficaz contra a introdução e propagação das pragas da agricultura.

Essas medidas deverão visar, especialmente: 1) a comprovar a aparição e propagação das pragas da agricultura, e denunciar sua existência aos Países Contratantes; 2) a combater as pragas da agricultura, e 3) a regulamentar o transporte, a embalagem e o envasilhamento das plantas e de suas partes.

ARTIGO 2

Entende-se por praga da agricultura, para os efeitos do presente Convênio, qualquer organismo vivo, animal ou

vegetal, ou de natureza infecciosa como os vírus, prejudicial às plantas ou às suas partes.

ARTIGO 3

Para assegurar o cumprimento das medidas previstas no Artigo 1.º, serão organizados, em cada um dos Países Contratantes, serviços oficiais de sanidade vegetal.

Esses serviços compreenderão, pelo menos: 1) um estabelecimento de investigação para o estudo das pragas da agricultura e 2) um serviço para certificar o estado sanitário dos produtos agrícolas destinados à exportação. Os Países Contratantes se comprometem a estabelecer esses serviços com a maior brevidade, quando não os possuírem.

ARTIGO 4

Os Países Contratantes não permitirão a importação das plantas ou suas partes se não estiverem acompanhadas do certificado fito-sanitário a que se alude no Artigo 6, expedido pelas autoridades oficiais competentes. O país importador poderá dispensar tal exigência quando o considerar conveniente. A importação somente será realizada pelos portos e alfândegas habilitados para esse fim, o que o país importador levará ao conhecimento do país exportador.

ARTIGO 5

Cada país conservará o direito de inspecionar, de pôr em quarentena as plantas ou suas partes, ou de proibir temporariamente sua importação, ainda que as remessas venham acompanhadas do certificado fito-sanitário. O país que proibir a importação deve levar ao conhecimento do país exportador os fundamentos dessa medida. Quando as remessas chegarem em más condições sanitárias serão submetidas aos tratamentos profiláticos exigidos pelos regulamentos existentes no país importador. Em caso de destruição ou reembarque, será lavrada uma ata, que se levará ao conhecimento do país exportador.

ARTIGO 6

Os certificados fito-sanitários serão redigidos de acordo com o modelo

anexo a este Convênio. Nesses certificados deverá especificar-se que as plantas ou suas partes protegidas pelos mesmos se encontram livres das pragas da agricultura contra as quais o país importador deseja proteger-se.

ARTIGO 7

Os Países Contratantes não poderão excluir, por razões de defesa sanitária, as plantas ou suas partes que procedam de uma determinada região ou território, quando não preencham as seguintes condições: 1) existência efetiva, no país exportador, de pragas perigosas; e 2) necessidade real para o país importador de proteger suas plantações constituídas de plantas notoriamente hospedes das mencionadas pragas. Consideram-se pragas perigosas as que, não existindo no país importador, são economicamente muito prejudiciais ao país exportador.

Essa proibição durará enquanto não se tenha provado, satisfatoriamente para as Partes, que a mencionada região ou território está livre de contaminação da praga.

ARTIGO 8

Os Países Contratantes se comprometem a não proibir a importação das plantas ou suas partes procedentes de determinadas regiões ou territórios livres de pragas, em virtude da sua existência em outras regiões ou territórios do país exportador, quando se comprovar, satisfatoriamente para as Partes, que aquelas regiões não estão expostas à contaminação.

ARTIGO 9

As plantas ou suas partes que chegarem a um país, em trânsito internacional, serão inspecionadas "ex-officio", com o fim de evitar que contaminem a zona que atravessarem em seu trajeto. Somente no caso de se encontrarem atacadas por qualquer praga serão submetidas aos tratamentos prescritos no Artigo 5.

ARTIGO 10

Os Países Contratantes limítrofes que tenha áreas de dispersão contínuas para as pragas da agricultura, poderão pôr-se de acordo para facilitar o intercâmbio das plantas ou suas partes.

ARTEGO 11

O intercâmbio de inimigos vegetais ou hospedes atacados para fins de estudo, fica limitado as especies cosmopolitas e reconhecidas como não perigosas. Em todos os casos, as remessas serão autorizadas pelo Governo do país importador e em condições que ofereçam absoluta garantia de segurança.

ARTIGO 12

Os Países Contratantes coordenarão a defesa contra as pragas da agricultura, prestando-se ajuda mútua e facilitando as informações, o pessoal técnico e os meios de luta, de que disponham. Publicarão, outrossim, um boletim em que se registrem cronologicamente as principais atividades desenvolvidas em materia de sanidade vegetal, a fim de servir de órgão de intercâmbio informativo.

ARTIGO 13

A aplicação do presente Convênio se realizará diretamente por meio dos serviços técnicos oficiais dos países signatários.

ARTIGO 14

Em caso de controversia sobre a interpretação das cláusulas estabelecidas no Convênio ou se for necessário discutir medidas tomadas por um país, as quais afetem outro, as divergências serão submetidas a uma Comissão Mista integrada por dois representantes de cada uma das Partes Contratantes, a qual proporá as medidas que se devam aplicar para solucionar as divergências.

ARTIGO 15

Cada cinco anos será realizada uma Conferência Interamericana em que se estudarão todos os problemas de interesse internacional concernentes a sanidade vegetal. Eleger-se-a, em cada Conferência, o país em que será realizada a Conferência seguinte, devendo o Governo do país eleito para esse fim proceder à convocação da mesma, seis meses antes da data que fixar para sua realização, encarregando-se da elaboração e oportuna distribuição do temário. A data da reunião poderá ser antecipada por solicitação de um dos Países signatários que nisso tiver interesse, dirigida ao Governo do

país onde a reunião se devesse realizar, o qual, nesse caso fará a devida notificação as demais Partes no presente Convênio.

ARTIGO 16

O presente Convênio fica aberto à adesão de outros países da América que não o subscreveram e aceitem integralmente as disposições do mesmo.

A adesão será notificada, por via diplomática, ao Governo da República Argentina e, por meio deste, aos outros países signatários.

ARTIGO 17

O presente Convênio será ratificado de acordo com a legislação de cada um dos Países Contratantes e os respectivos instrumentos de ratificação serão depositados no Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, no mais breve prazo possível, considerando-se esse depósito troca de ratificações.

Feito em Buenos Aires, aos vinte e quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e oito, em um único exemplar que ficará depositado nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, o qual transmitirá cópias autenticadas aos países signatários.

Argentina:

Juan B. Marchionatto.

Hermes Muñoz Pinochet.

José Vallega.

Everad E. Blanchard.

Brasil:

João Vieira de Oliveira.

Jalmires Guimarães Gomes.

Paraguai:

Castor Samaniego Vergara.

Uruguai:

Julian Murguía.

Agustín Trujillo Peluffo.

Lúcia Koch de Bertelli.

Francisco Mesa Carrión.

MODELO DE CERTIFICADO FITO-SANITÁRIO A QUE SE REFERE O
ARTIGO 6.º DO CONVENIO INTERAMERICANO DE SANIDADE
VEGETAL

VALIDO POR 10 DIAS

N.º _____

República
Ministerio
Departamento
Divisão

CERTIFICADO FITO-SANITÁRIO E DE ORIGEM

O Abaixo-assinado, no
pôrto de, certifica de acôrdo com os resul-
tados:

Da observação das plantações de origem

Da inspeção de% dos productos comprehendidos na exportação,
que nos vegetais ou partes dos mesmos contidos na remessa abaixo descrita
não foram encontrados inimigos prejudiciais, especialmente os seguintes:

DESCRIÇÃO DA REMESSA

Número, pêso e natureza dos volumes
Marca dos volumes Meio de transporte
Descrição dos vegetais ou suas partes (nome comum e/ou científico)
Lugar do cultivo
Nome e domicílio do exportador
Nome e domicílio do importador
Observações (1)

..... de de 19

SÊLO

ASSINATURA

(1) Fazem constar a existência de pragas perigosas na zona de procedência
do producto.

Quando o idioma do país exportador fôr o castelhano, no verso de cada
certificado se reproduzirá o texto completo em inglês, francês e português;
caso o idioma do país exportador fôr o português, o texto será reproduzido
em inglês, francês e castelhano.

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta, nos termos do artigo 66,
item V, da Constituição Federal, e eu
promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 63, de 1951

Art. 1.º São anistiados os respon-
sáveis pela prática do crime de inja-

ria ao Poder Público ou aos agentes
que o exercem, capitulado no item 25
do artigo 3.º do Decreto-lei número
431, de 18 de maio de 1938.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor
na data da sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Senado Federal em 3 de dezembro
de 1951. — ETELVINO LINS, 1.º Se-
cretário da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 64

Não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 66

Não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 65

Não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 67

Não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, n.º I, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 68, de 1951

Art. 1.º São aprovados o Ajuste Comercial e respectivo Protocolo firmados em Bonn, a 17 de agosto de 1950, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

AJUSTE COMERCIAL ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Guiados pelo desejo de desenvolver as relações econômicas entre a República Federal da Alemanha e os Estados Unidos do Brasil, os Governos da República Federal da Alemanha e dos Estados Unidos do Brasil concluíram o seguinte Ajuste:

ARTIGO I

O Governo da República Federal da Alemanha admitirá a importação no território da República Federal da Alemanha e o Governo dos Estados Unidos do Brasil autorizará a exportação para o território da República Federal da Alemanha das mercadorias provenientes e originárias do Brasil, constantes da anexa Lista A, no total dos valores nela fixados.

ARTIGO II

O Governo dos Estados Unidos do Brasil admitirá a importação no Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha autorizará a exportação para o Brasil das mercadorias originárias e provenientes da República Federal da Alemanha, constantes da anexa Lista B, no total dos valores nela fixados.

ARTIGO III

As Altas Partes Contratantes autorizarão a importação e exportação por trimestre de um mínimo de 25 % dos valores de cada um dos contingentes de mercadorias constantes das Listas anexas A e B, obedecidas as disposições do artigo VI, infra. As Altas Partes Contratantes se reservam o direito de reduzir, após consulta, a percentagem acima referida, em caso de escassez temporária de produtos, que afete o consumo interno.

De conformidade com a conveniência econômica das Partes Contratantes ou em razão do caráter especial dos artigos constantes das Listas

A e B, as Altas Partes Contratantes poderão autorizar, em cada trimestre, importações e exportações num valor superior a 25 % dos contingentes fixados.

ARTIGO IV

As Listas de mercadorias A e B poderão, a qualquer momento, ser modificadas por mútuo acôrdo entre as Altas Partes Contratantes.

ARTIGO V

As Altas Partes Contratantes reservam-se o direito de exigir a apresentação do certificado de origem para as mercadorias a ser importadas.

ARTIGO VI

A concessão das licenças de importação e exportação referentes às mercadorias constantes das Listas A e B será feita tendo sempre em vista o principio básico de equilibrio razoável dos pagamentos, mantendo-se, tanto quanto possível, uma distribuição justa entre os produtos constantes das Listas A e B.

ARTIGO VII

As licenças de exportação e importação concedidas durante a vigência d'este Ajuste continuarão válidas após a terminação eventual do mesmo; para utilização dessas licenças deverão ser observadas as disposições em vigor no momento da respectiva concessão.

ARTIGO VIII

As Altas Partes Contratantes concordam em que não sejam prejudicados pela expiração do presente Ajuste os contratos a longo prazo para exportação, do território da República Federal da Alemanha para os Estados Unidos do Brasil, de produtos industriais, cujo periodo de manufatura ou de pagamento se prolongue além da duração do Ajuste, desde que a respectiva compra tenha sido contratada e as licenças de importação concedidas durante o periodo de vigência do mesmo.

O Governo Federal da Alemanha concederá licenças de exportação para as mercadorias consignadas nesses contratos de longo prazo, mesmo após a expiração do Ajuste.

O Governo brasileiro concederá, para a efetuação d'esses pagamentos, licenças de exportação para mercadorias brasileiras, nos valores e quantidades necessárias para a liquidação dos débitos, observada entretanto a justa distribuição de mercadorias da Lista A, a que se refere o Artigo VI supra, *in fine*, e a cláusula de não reexportação, a que se refere o Artigo IX infra.

ARTIGO IX

As mercadorias mencionadas nas Listas A e B, e importadas no âmbito do presente Ajuste, serão destinadas exclusivamente ao consumo interno ou à transformação pelas manufaturas do país importador. Poder-se-ão entretanto admitir exceções por acôrdo mútuo entre as Altas Partes Contratantes.

ARTIGO X

Os pagamentos das mercadorias importadas ou exportadas, com base neste Ajuste, serão efetuados de conformidade com os dispositivos do Acôrdo de Pagamentos vigente entre as Altas Partes Contratantes.

ARTIGO XI

As Altas Partes Contratantes examinarão com benevolência tôdas as propostas reciprocas que favoreçam a ampliação e aceleração do Inter-câmbio Comercial.

Os dois Governos se esforçarão, observadas as leis vigentes em ambos os países, por facilitar viagens de negócios como também tôdas as outras operações inerentes ao comércio.

ARTIGO XII

As Altas Partes Contratantes constituirão Comissões Mistas incumbidas de acompanhar e facilitar a execução do presente Ajuste e de formular sugestões para o fomento do intercâmbio comercial e revisão ou ampliação das Listas A e B. As Comissões Mistas serão compostas de representantes dos dois Governos e reunir-se-ão a pedido de uma das Partes Contratantes, no prazo máximo de um mês. As Altas Partes Contratantes designarão seus representantes na Comissão Mista no prazo de um mês após a entrada em vigor do presente Ajuste.

ARTIGO XIII

O presente Ajuste entrará em vigor na data em que as Altas Partes Contratantes se notificarem mutuamente a aprovação do mencionado ato pelos órgãos constitucionais respectivos.

ARTIGO XIV

O presente Ajuste vigorará por um ano, prorrogando-se tacitamente por períodos sucessivos de um ano, se não for rescindido mediante aviso prévio de 60 dias antes de sua expiração.

Feito em Bonn, a 17 de agosto de 1950, em quatro vias, das quais duas em língua alemã e duas em língua portuguesa, sendo autêntica a redação das duas linguas.

Pelo Governo
dos Estados Unidos do
Brasil

Pelo Governo
da República Federal da
Alemanha

a) Mario de Pimentel Brandão

a) Vollrath Von Maltzan

LISTA "A"

Exportação do Território dos Estados Unidos do Brasil para o Território da República Federal da Alemanha

	Valor FOB em U\$S
<i>Matérias primas</i>	
1. Cerdas e crinas animais	300.000
2. Cera de abelha	50.000
3. Peles silvestres e outras, preparadas ou não	600.000
4. Couros vacuns, salgados e secos	10.000.000
5. Couros vacuns, curtidos ou solas	300.000
6. Lã em bruto, exclusive os tipos merino	3.700.000
7. Fumo em folha	5.000.000
8. Carvão	200.000
9. Cera de carnaúba e de ouricuri	600.000
10. Piassava	300.000
11. Sisal	5.000.000
12. Baga de mamona	600.000
13. Óleo de mamona	200.000
14. Óleo de oiticica	1.500.000
15. Manteiga de cacau	150.000
16. Madeiras de lei	1.000.000
17. Pinho serrado ou compensado	2.000.000
18. Coquilhos de babaçu	2.000.000
19. Borracha (exclusive "hevea brasiliensis")	200.000
20. Essências de frutas cítricas, de pau rosa, óleo de hortelã pimenta e outras	200.000
21. Mica	300.000
22. Cristal de rocha	50.000
23. Pedras preciosas e semi-preciosas, em bruto ou trabalhadas	600.000
24. Minérios de ferro	3.000.000
25. Minérios de manganês, exclusive os provenientes de Minas Gerais	800.000
26. Magnesita calcinada amorfa	150.000

27. Algodão em rama (A não ser que melhorem as perspectivas da colheita de algodão, serão exportados apenas 15 milhões de dólares da safra de 1950, devendo o restante ser atendido pela safra de 1951)	25.000.000
28. Linter de algodão	1.000.000
29. Resíduos de beneficiamento de algodão	600.000
30. Mentol	150.000

Gêneros alimentícios

31. Arroz		
a) arroz semi-acabado	1.000.000	
b) quirera	200.000	1.200.000
32. Milho		4.000.000
33. Feijão-Soja		300.000
34. Atacaxis		200.000
35. Bananas (para entrega nos meses de novembro a maio)	1.000.000	
36. Laranjas (para entrega nos meses de novembro a julho)	1.000.000	
37. Castanha do Pará, com ou sem casca	500.000	
38. Outras frutas	100.000	
39. Farinha de banana, flocos, banana-passa e desidratada	100.000	
40. Chá preto	100.000	
41. Mate, beneficiado	200.000	
42. Óleo de caroço de algodão ou óleo de amendoim	300.000	
43. Cacau em amêndoas	4.000.000	
44. Café em grão	30.000.000	
45. Extrato de carne	200.000	
46. Tripas, salgadas e secas	250.000	
47. Tortas oleaginosas	600.000	

Manufaturas

48. Produtos farmacêuticos	200.000
49. Matérias básicas vegetais e alcalóides (cafeína e seus sais, cloridrato de emetina, teobromina e seus sais e outros), produtos licenciáveis	200.000
50. Charutos	100.000
Diversos	4.400.000

LISTA "B"

Exportação do Território da República Federal da Alemanha para o Território dos Estados Unidos do Brasil

	Valor FOB em US\$
1. Animais vivos, para reprodução (quando autorizados pelo Ministério da Agricultura)	1.600.000
<i>Matérias primas</i>	
2. Couros de bezerro (box-calf)	500.000
3. Batatas para plantio	350.000
4. Carvões, ativos	100.000
5. Acetil-Celulose	250.000
6. Essências para perfumaria, óleos etéreos voláteis ou essenciais ou produtos químicos aromáticos (1)	100.000
7. Carvão de pedra	3.000.000
8. Óleos refinados lubrificantes	500.000
9. Ferro e aço e suas ligas (1)	2.000.000
10. Cobre coado ou fundido, laminado ou martelado	100.000
11. Latão e outras ligas de cobre	200.000
12. Zinco em barras, lingotes e verbalhões	400.000
13. Alumínio em barras ou lingotes, lâminas e placas	300.000
14. Enxofre em barras	200.000
15. Cimento "Portland" ou romano, comum (desde que de acordo com as especificações oficiais)	3.800.000

16. Pedras e terras (1)	200.000
17. Material refratário (1)	200.000
18. Litopônio	350.000
19. Negro de fumo	200.000
20. Cêres de anilinas (exceto "preto ao enxofre")	2.500.000
21. Matérias plásticas ou resinas sintéticas (1)	1.000.000
22. Tintas para impressão e outras (1)	200.000
23. Aceleradores para a vulcanização da borracha	150.000
24. Preparações químicas não classificadas para indústria textil, inclusive sabões, sapólios e saponáceos	200.000
25. Preparações à base de sais de cromo, para curtume ..	100.000
26. Dissolventes e diluentes não especificados (1)	100.000
27. Plastificantes (1)	100.000
28. Essências artificiais para licôres e gêneros alimentícios ..	20.000

Gêneros alimentícios

29. Cevada torrefata ou malte	1.000.000
30. Lúpulo (flôres ou cones)	200.000
31. Vinhos	50.000

Manufaturas

32. Artigos de couro	50.000
33. Papel para impressão de jornais	400.000
34. Outros tipos de papel, papelão e cartolina (1)	200.000
35. Papel sensibilizado para fotografia	300.000
36. Livros, jornais, revistas e mapas	200.000
37. Manufaturas de borracha, asbesto ou amianto (1)	400.000
38. Rebôlos e pedras de amolar, esmeril e semelhantes ..	200.000
39. Electrodo de grafite	200.000
Manufaturas de ferro e aço e suas ligas:	
40. Chapas corrugadas, galvanizadas para construções de bueiros	100.000
41. Arame farpado, galvanizado	1.500.000
42. Grampos galvanizados para cerca	100.000
43. Cabo ou cordoalha	200.000
44. Fios de arame nú, simples ou galvanizado	1.000.000
45. Folha de Flandres, em lâminas	2.000.000
46. Parafusos, porcas e obras semelhantes providas de roscas (1)	100.000
47. Torneiras, registros e válvulas (1)	100.000
48. Acessórios para máquinas diversas (1)	1.000.000
49. Agulhas para costura à mão ou máquina	100.000
50. Tubos de aço para caldeiras, tubos de ferro e de medidas inferiores a 1/2" ou superiores a 4", tubos de ferro galvanizado, tubos flexíveis de aço e outros (1) ..	3.000.000
51. Cilindros, tambores e recipientes para condução de líquidos e gases (1)	300.000
52. Tela de arame de cobre	100.000
53. Tubos de cobre (1)	200.000
54. Chapas de alumínio	100.000
55. Manufaturas de vidro (1)	200.000
56. Louças para serviço de mesa (tipos finamente decorados e não produzidos no país)	200.000
57. Textéis (tais como: feltros para indústrias; cordonel de "rayon" ou de algodão para fabricação de pneumáticos; fios de lã penteada (título 2/48, inclusive, para cima) fios de linho para fabricação de linha; fios de linho para tecelagem (título superior a 20 "lea"); gases de seda para moínhos linhas de algodão para bordar; lonas de cânhamo e linho; tecidos de "rayon" e borracha para fabricação de pneumáticos e outros artigos (1)	2.000.000
58. Intermediários para fabricação de anilinas	250.000
59. Produtos químicos orgânicos não especificados (1) ..	750.000
60. Potassa — Carbonato neutro de potássio	50.000

61. Arseniato de chumbo	250.000
62. Produtos químicos inorgânicos não especificados (1) ..	1.500.000
63. Soda cáustica	100.000
64. Óxido de titânio	300.000
65. Óxido de zinco (alvaiaide)	400.000
66. Gases compostos	200.000
67. Produtos farmacêuticos (1)	2.000.000
68. Superfosfatos de cálcio mineral ou de ossos	300.000
69. Cloreto de potássio	600.000
70. Adubos, não especificados	200.000
71. Preparações inseticidas e semelhantes (1)	400.000
72. Aparelhos, instrumentos e máquinas para: desenho, demonstração e ensaio, geodésia, topografia, agrimensura; micrômetros ou aparelhos calibradores e termômetros (1)	700.000
73. Aparelhos contadores e registradores de consumo de gás e hidrômetros ou medidores de consumo de água ..	200.000
74. Objetivas oculares, condensadores de lentes, óculos (exceto os de fantasia), vidros para óculos	300.000
75. Aparelhos ou máquinas fotográficas	200.000
76. Placas e róis para fotografia	400.000
77. Câmaras para filmagem cinematográfica, projetores e filmes cinematográficos virgens	500.000
78. Acessórios para fotografias e cinematografia (1)	200.000
79. Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia, medicina, odontologia e veterinária	500.000
80. Instrumentos de música (inclusive pianos) e acessórios (1)	250.000
81. Navalhas	100.000
82. Cutelaria em geral, inclusive ferramentas agrícolas manuais (1)	550.000
83. Machados	200.000
84. Ferramentas grossas não especificadas (1)	200.000
85. Limas de aço	250.000
86. Ferramentas e utensílios manuais para artes e ofícios não especificados (1)	1.500.000
87. Ferramentas e utensílios para máquinas (1)	300.000
88. Aparelhos receptores ou transmissores de telefonia e acessórios	400.000
89. Aparelhos receptores ou transmissores de telegrafia e acessórios	100.000
90. Aparelhos receptores ou transmissores de rádio-telefonia e rádio-telegrafia e acessórios	100.000
91. Aparelhos receptores de rádio para uso doméstico, inclusive rádio vitrola	100.000
92. Acessórios para rádios (1)	500.000
93. Válvulas para aparelhos de rádio	200.000
94. Aparelhos de Raio X e semelhantes, inclusive lâmpadas, tubos ou queimadores de válvulas	300.000
95. Filmes para Raios X	500.000
96. Aparelhos de electricidade médica não especificados ..	300.000
97. Máquinas motrizes, dinamo-elétricas, alternadores, excitadores, geradores e semelhantes	800.000
98. Idem, conjugadas a máquinas a gás pobre, álcool, náfta, ar quente, ar comprimido ou qualquer mistura explosiva ..	500.000
99. Motores elétricos (1)	400.000
Banco do Brasil	
100. Pilhas elétricas secas	200.000
101. Transformadores estáticos e de corrente elétrica, intensidade de som e semelhantes	500.000
102. Ferramentas elétricas (1)	100.000

103. Máquinas elétricas para uso profissional, não especificadas (1)	250.000
104. Cabos e fios de cobre para instalações elétricas subterrâneas e telefones (1)	200.000
105. Carvões preparados para eletricidade	100.000
106. Peças para instalações elétricas (1)	500.000
107. Aparelhos para medidas elétricas (1)	200.000
108. Arados e instrumentos aratórios e seus acessórios (tipos aprovados pelo Ministério da Agricultura)	500.000
109. Tratores agrícolas e acessórios (tipos aprovados pelo Ministério da Agricultura)	1.000.000
110. Instrumentos, máquinas agrícolas e acessórios, não especificados (tipos aprovados pelo Ministério da Agricultura) (1)	700.000
Máquinas, aparelhos e utensílios inclusive acessórios para indústria de:	
111. Cerâmica e vidro	100.000
112. Couros e peles, cortume e calçados	200.000
113. Borracha	200.000
114. Papel	600.000
115. Indústrias químicas, não especificadas	200.000
116. Açúcar e álcool	400.000
117. Substâncias alimentares, não especificadas	300.000
118. Cimento	200.000
119. Metalurgia e siderurgia	1.000.000
120. Trabalhar madeiras	200.000
121. Trabalhar metais	300.000
122. Têxtil (1)	3.000.000
123. Não especificados (1)	800.000
124. Prensas hidráulicas e outras (1)	300.000
125. Guinchos manuais, talhas diferenciais, guindastes e outros aparelhos de transporte e elevação (1)	800.000
126. Rolamentos e esferas para mancais	400.000
127. Turbinas a vapor	300.000
128. Locomotivas e acessórios	1.300.000
129. Máquinas e ferramentas pneumáticas	200.000
130. Tornos	200.000
131. Máquinas ferramentas (1)	500.000
132. Máquinas motrizes a gás, gás pobre, petróleo, álcool, nafta, ar quente, ar comprimido ou qualquer mistura explosiva	600.000
133. Motores Diesel	300.000
134. Tratores, exclusive os agrícolas, rôlos mecânicos e compressores a vapor, petróleo, álcool, essência ou eletricidade e seus acessórios (tipos aprovados e testados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem)	1.300.000
135. Turbinas hidráulicas	600.000
136. Velas para motores	50.000
137. Compressores de ar e compressores para máquinas frigoríficas	500.000
138. Bombas em geral (1)	300.000
139. Extintores de incêndio, pulverizadores e outras máquinas para projetar líquidos e gases	100.000
140. Máquinas de costura, industriais e para uso doméstico e suas peças	1.200.000
141. Máquinas de escrever e peças	800.000
142. Máquinas de calcular, de contabilidade ou estatística e suas peças	600.000
143. Máquinas para registrar pagamentos e peças	200.000
144. Máquinas para tipografia	800.000
145. Máquinas operatrizes não especificadas (1)	800.000
146. Alambiques, autoclaves, estufas, pasteurizadores e semelhantes	300.000
147. Caldeiras (1)	500.000

148. Escavadeiras de alcatruzes, dragas secas e semelhantes (tipos testados e aprovados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem)	500.000
149. Moínhos, exceto os de vento	100.000
150. Máquinas para conservação ou construção de estradas, inclusive acessórios (tipos testados e aprovados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) ...	2.000.000
151. Máquinas para trabalhos de engenharia, não especificadas, inclusive acessórios	200.000
152. Automóveis para passageiros	2.000.000
153. Automóveis para carga, entrega de encomendas, socorros pessoais e fins semelhantes	1.500.000
154. Chassis para automóveis de carga e semelhantes	2.500.000
155. Peças e acessórios para automóveis em geral (1)	1.000.000
156. Motores a gasolina para automóveis em geral	300.000
157. Bicicletas, motocicletas, acessórios e peças	600.000
158. Vagões para estradas de ferro (1)	800.000
159. Embarcações e acessórios	1.300.000
160. Lixas (1)	100.000
161. Linóleo, congóleo e semelhantes	50.000
162. Brinquedos mecanizados (1)	30.000
163. Artigos religiosos	30.000
164. Relógios e peças	40.000
Instalações, máquinas e aparelhagem para indústrias diversas, a juízo da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil	20.000.000
Diversos	4.680.000

PROTOCOLO

ARTIGO I

Os Governos da República Federal da Alemanha e dos Estados Unidos do Brasil concordam em que as disposições do Ajuste Comercial com como as do Convênio de Pagamentos, firmados nesta data, sejam entendidas aos setores de Berlim que estão sob a ocupação dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e França.

ARTIGO II

As Altas Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente o tratamento incondicional da nação mais favorecida, em tudo que diz respeito a direitos aduaneiros, impostos e quaisquer outros tributos sobre a exportação e importação ou cobrados por ocasião da exportação e importação e em tudo que diz respeito ao modo de percepção desses direitos e tributos bem como aos regulamentos e formalidades relativos as exportações e importações.

Parágrafo único. Ficam excluídas do tratamento previsto acima:

a) as vantagens que uma das Altas Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a Estados limítrofes, com o fim de facilitar o tráfico de fronteira;

b) as vantagens decorrentes de união aduaneira em que se integre ou venha a integrar-se uma das Altas Partes Contratantes;

c) os direitos e privilégios concedidos ou que venham a ser concedidos por uma das Altas Partes Contratantes a terceiros Estados por força de convenções multilaterais de que não participe a outra parte, na medida em que tais direitos ou privilégios forem consignados unicamente em convenções de alcance geral.

ARTIGO III

As Altas Partes Contratantes concordam em conceder-se mutuamente tratamento não menos favorável que o outorgado a navios de terceiros

(1) Tipos licenciáveis pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

países, no que se refere ao acesso a portos, à utilização das instalações portuárias, às taxas, emolumentos, serviços e reabastecimento, bem como às facilidades para carga e descarga e ao desembarque das tripulações.

ARTIGO IV

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a eximir do imposto de renda e qualquer outro imposto sobre lucro, os ingressos provenientes do exercício de navegação marítima entre o território de uma das Partes Contratantes e o de qualquer outro Estado, obtidos por empresas legalmente constituídas em uma ou outra das Partes Contratantes.

Parágrafo 1.º A expressão "exercício de navegação marítima" significa o negócio de transporte de pessoas ou coisas efetuado por proprietários ou fretadores de navios.

Parágrafo 2.º Por "empresas constituídas em uma das Altas Partes Contratantes" entendem-se pessoas físicas residentes no território de uma ou outra das Partes Contratantes, sem domicílio no território da outra Parte Contratante, e pessoas jurídicas legalmente constituídas e com sede de direção central e administração no território de uma das Partes Contratantes, e que exerçam o negócio de transporte marítimo. Inclui-se igualmente nessa expressão a exploração de serviços de transporte marítimo efetuado pelos Governos das Altas Partes Contratantes ou por sociedades de que os mesmos façam parte.

ARTIGO V

O presente Protocolo entrará em vigor na data em que as Altas Partes Contratantes se notificarem mutuamente a aprovação do mencionado ato pelos órgãos constitucionais respectivos.

ARTIGO VI

O presente Protocolo vigorará por um ano, prorrogando-se tacitamente por períodos sucessivos de um ano, se não fôr rescindido mediante aviso prévio de 60 dias antes de sua expiração.

Feito em Bonn, a 17 de agosto de 1950, em quatro vias, das quais duas em língua alemã e duas em língua portuguesa, sendo autêntica a redação das duas línguas.

Pelo Governo
dos Estados Unidos do
Brasil

a) *Mario de Pimentel Brandão*

Pelo Governo
da República Federal da
Alemanha

a) *Voltrath Von Maltzan*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 69, de 1951

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado em 31 de julho de 1950, entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Maria Macillo, para locação de seus serviços como operadora de cadastro e estatística mecanizada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 70, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 7 de outubro de 1949, recusou registro ao termo de transferência, firmado a 27 de julho desse ano, das obrigações do aforamento que a União outorga a Thomaz do Espírito Santo, de um terreno (lote n.º 2.870) desmembrado de outro terreno nacional interior, e situado à Avenida Nilo Peçanha, em Caxias, 1.º Distrito do Município Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 71, de 1951

Art. 1.º E' o Tribunal de Contas autorizado a registrar o termo do contrato celebrado, a 22 de dezembro de 1949, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Sociedade de Muriae Ltda., para estabelecimento de uma estação radio-difusora na cidade de Muriae, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 72, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao termo de ajuste celebrado a 11 de agosto de 1950 entre o Departamento Nacional de Estrada de Ferro e a firma Moraes, Luz Ltda., para a construção de um viaduto de 450 metros, entre as estacas números 6.050 e 6.090, no trecho Variante Santa Quitéria-Engenheiro Bley, nos Estados de São Paulo e Paraná.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 73, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 16 de janeiro de 1951, negou registro ao contrato firmado a 7 de dezembro de 1950, entre a 4.ª Região Militar e a firma T. Loureiro.

Júnior & Companhia Limitada, para a execução de serviços de instalação elétrica na Ala E do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte.

Art. 2.º Revoagam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal decreta nos termos do art. 40 da Constituição, e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 23, de 1951

Artigo único Inclua-se no Regimento Interno, como Capítulo I do Título XII, passando a matéria aí disposta a constituir Capítulo II, um capítulo, intitulado *Dos vetos do Prefeito do Distrito Federal*, com as seguintes disposições:

Art. Compete ao Senado o julgamento do veto do Prefeito do Distrito Federal a projetos da Câmara dos Vereadores, nos termos do art. 14 da Lei Orgânica (Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948).

Art. Recebido o veto no Senado, será a ele atribuído um número de ordem.

Parágrafo único. Se recebidos, no mesmo expediente, dois ou mais vetos, o número de ordem será dado, pela precedência, em data, do veto.

Art. Lido no expediente da sessão, será o veto imediatamente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1.º A designação do Relator da Comissão obedecerá à escala, por ordem alfabética, dos seus membros efetivos, inclusive o Presidente.

§ 2.º Na hipótese de exercício temporário na Comissão, o substituto ocupará, na escala, o lugar do substituído, independente da ordem alfabética.

§ 3.º Sendo total o veto, o parecer concluirá pela aprovação, ou rejeição, em global. Sendo parcial, poderá concluir por essa forma, ou distintamente, em relação a cada disposição, que houver sido vetada, do projeto.

Art. A votação em plenário será feita mediante escrutínio secreto, proclamando-se o resultado pela maioria dos senadores presentes.

§ 1.º Os senadores que aprovarem o veto usarão da cédula "sim", e os que o rejeitarem da cédula "não".

§ 2.º Na hipótese de veto parcial, nos termos do artigo 3.º, parte final, a votação será feita de duas vezes sendo uma questão ao grupo de disposições vetadas com parecer favorável ao veto, e outra quanto ao grupo de disposições cujo veto obteve parecer contrário, ressalvados, em ambos os casos, os destaques.

Art. Considerar-se-á aprovado o veto que não for rejeitado dentro de trinta dias, contados do seu recebimento pela Secretaria do Senado, ou do início dos trabalhos legislativos, quando se houver feito a remessa no intervalo das sessões. (Art. 14, § 6.º da Lei Orgânica).

§ 1.º Na contagem do prazo, exclui-se o dia da entrada do veto e inclui-se o dia do término salvo se este for domingo ou feriado, ou nele não funcionar, regimentalmente, o Senado.

§ 2.º O prazo é ininterrupto e somente se suspende por:

a) superveniência das férias parlamentares, compreendidos nestes o dia da instalação do Congresso Nacional e o tempo do seu funcionamento extraordinário, quando convocado para fim especial;

b) força maior ou caso fortuito que impeça o Senado de reunir-se, não se compreendendo entre esses motivos a falta de "quorum" ou deliberação unilateral do próprio Senado.

Art. Rejeitado o veto, a Mesa do Senado fará imediata comunicação à Mesa da Câmara dos Vereadores, para o efeito da promulgação.

Art. Os casos omissos neste Capítulo serão supridos pelas disposições regimentais de caráter geral.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.445 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 268.650,00, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950, das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 (duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), para atender ao pagamento de contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950, das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.446 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00, para pagamento de gratificação de magistério devida a Guilherme Edelberto Hermsdorff.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para pagamento da gratificação de magistério a que faz jus o Professor Cate-drático, padrão L, em disponibilidade da 16.ª Cadeira Zootecnia Especializada da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural, Guilherme Edelberto Hermsdorff, no período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1951; 13.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.447 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1951

Aplica a outras eleições, que se succedam, enquanto não se der a substituição dos títulos eleitorais em vigor, o disposto no § 3.º do art. 197 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Enquanto não se efetivar a substituição dos títulos eleitorais a que se refere o art. 197 da Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950, aplicar-se-á, para a sua utilização, o disposto no seu § 3.º de acôrdo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.448 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1951

*Dá nova redação ao art. 13 da Lei
n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 —
Lei Orgânica do Distrito Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 13 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 — Lei Orgânica do Distrito Federal — passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13. Cada legislatura durará quatro anos, devendo a Câmara instalar-se, independentemente de convocação, a 15 de março de cada ano findo, e funcionar até 15 de dezembro”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VAGRAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.449 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 45.654,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro cruzeiros), para ocorrer às despesas com o pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7

de dezembro de 1945, os professores abaixo relacionados:

Cr\$

1) Iná Nunes, Professor Desenho de Tecidos E. T. N. — D. E. I.), padrão K, no período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948	17.690,00
2) Virgílio Moojeu de Oliveira, (Professor Cate drático F. N. O. U. B.), padrão O, no período de 31 de dezembro de 1947 a 31 de dezembro de 1948	9.024,20
3) Maria Penedo, (Professor Orfeônico E. T. Vitória — D. E. I.), padrão J, no período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	10.419,00
4) Cid Braune Filho, Professor Cate drático, (E. N. E. F. D. — U. B.), padrão O, no período de 22 de setembro a 31 de dezembro de 1949	2.475,00
5) Alilá Murici Borges Reis Professor (Desenho Ornamental — E. T. Curitiba — D. E. I.), padrão K, no período de 3 de outubro a 31 de dezembro de 1949	5.195,80
6) Hélio Viana, Professor Cate drático (F. N. F. — U. B.), padrão O, no período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 1949	850,00
Total	45.654,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VAGRAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.450 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 39.779,30 (trinta e nove mil setecentos e setenta e nove cruzeiros e trinta centavos) para ocorrer às despesas com o pagamento de gratificação de magistério, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.835, de 21 de dezembro de 1940, alterado pelo de n.º 8.815, de 7 de dezembro de 1945, aos seguintes professores:

Cr\$

- | | |
|---|-----------|
| 1) Antônio Verissimo de Melo, Professor Catedrático (F. M. Porto Alegre) padrão O, no período de 2 de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1949 | 17.975,80 |
| 2) Alberto Gomes da Silva, Professor (Chefe do Curso de Serralheria "Forja e Serralheria" E. I. Cuiabá — D. E. I.) padrão J, no período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 | 5.780,00 |
| 3) Noemi de Sales Pessoa, Professor (S. N. D. M. — D. N. S.), padrão J, no período de 17 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949 | 5.604,50 |
| 4) Luiz Gonzaga de Albuquerque Buriti, Professor (Português E. I. João Pessoa — D. E. I.) padrão J, de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949 | 10.419,30 |

Total 39.779,30

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.451 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.780,00, para atender a pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.780,00 (cinco mil setecentos e oitenta cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949, concedida a João de Moura, ocupante do cargo de Professor Chefe do Curso de Marcenaria, padrão J, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.452 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30, para atender ao pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º F.º o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um cruzeiros e trinta centavos) para ocorrer as despesas com o pagamento de gratificação de magistério de acordo com o Decreto-lei n.º 2.896, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro, de 1945, aos seguintes professores:

	Cr\$
1) Idio Ferreira Leal, Professor Catedrático (E. N. E. — U. B.), padrão O, no período de 16 de setembro de 1945 a 31 de dezembro de 1949	37.054,10
2) Iolanda de Vilhena Ferreira, Professor Catedrático (E. N. M. — U. B.), padrão O, no período de 27 de junho de 1946 a 31 de dezembro de 1948	22.600,00
3) Jose Carlos de Matos Peixoto, Professor Catedrático (F. N. D. — U. B.), padrão O, no período de 9 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948	19.300,00
4) Jorge Felipe Kafuri, Professor Catedrático (E. N. E. — U. B.), padrão O, no período de 14 de novembro de 1947 a 31 de dezembro de 1948	10.175,00
5) José Edimo Soares Martins, Professor Catedrático (F. N. O. — U. B.), padrão O, no período de 23 de setembro de 1948, a 31 de dezembro de 1949	9.217,76
6) Urbano Heskett Pinheiro, Professor (Francês), (E. T. S. Luis — D. E. I.), padrão K, no período de 28 de setembro de 1948, a 31 de dezembro de 1949	12.835,00
7) Ester Santos Jacobson, Professor Catedrático (E. N. M. — U. B.), padrão O, no período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	22.650,00
8) Braz Neves do Rêgo, Professor (Chefe do Curso de Alfaiataria — Corte e Costura E. I. de Teresina — D. E. I.) padrão J, no período de 2 de novembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	9.637,00
9) Moacir Gonçalves Lusera, Professor Catedrático (E. N. M. — U. B.), padrão O, no período de 3 de novembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	10.450,00
10) Germano Roman Ros, Professor Catedrático (E. M. P. Alegre — Faculdade de Farmácia), padrão O, no período de 23 de fevereiro a 31 de dezembro de 1949	7.660,70
11) Raimundo de Campos Machado, Professor Catedrático (E. N. M. M. — M. B.), padrão O, no período de 4 de abril a 31 de dezembro de 1949	6.675,00
12) João Emilianio do Lago, Professor (Ensino Profissional — Radiotelegrafia — I. B. C.), padrão J, no período de 11 de maio a 31 de dezembro de 1949	7.216,80
	<hr/>
	175.471,30

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lajeer.

LEI N.º 1.453 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 43.607,70, para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 43.607,70 (quarenta e três mil, seiscentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para ocorrer as despesas com o pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.835, de 21 de dezembro de 1940, alterado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os professores abaixo relacionados:

	Cr\$
1) Paulo de Góis, Professor Catedrático (F. N. F. — U. B.) padrão C, no período de 8 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1949	13.230,70
2) Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas, Professor (Matemática — E. I. Curitiba — D. E. I.) padrão K, no período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	26.727,00
3) Jose Martinho da Rocha, Professor Catedrático (F. N. M. — U. B.) padrão O, no período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 1949	2.459,00
4) Tito Ennes Leme Lopes, Professor Catedrático (F. N. F. — U. B.) padrão O, no período de 11 de novembro a 31 de dezembro de 1949	1.169,00
Total	43.607,70

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.454 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 129.299,50, para pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 129.299,50 (cento e vinte e nove mil, duzentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta centavos), para o pagamento de gratificações de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.835, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
1) Teodomiro Marcelos, instrutor, padrão "J" da Escola Técnica de Belo Horizonte (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	10.419,00

2) Jorge Kingston, catedrático, padrão "O", da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (período de 21 de outubro de 1947 a 31 de dezembro de 1949)	19.766,10
3) Geraldo Maria de Magela Cavalcanti de Albuquerque, padrão "K", do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.250,00
4) Otávio Alves Ribeiro da Cunha, padrão "J", da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, em disponibilidade (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
5) Carlos Alberto Franco, padrão "K", da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
6) José Ernani de Lima, padrão "K", da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
7) Hildebrando de Matos, padrão "J", da Escola Industrial de Cuiabá (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
8) João Félix Firmino Leite, padrão "J", da Escola Industrial de Cuiabá (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
9) Noélia de Vasconcelos Silva, padrão "K", da Escola Técnica do Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949)	7.822,20
10) Maria Justa França de Carvalho, padrão "K", da Escola Técnica do Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949)	7.822,20
11) Presciliano Silva, padrão "K", da Escola Técnica do Salvador (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
12) Antônio Luis Valiati, padrão "K", da Escola Técnica de Vitória (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.250,00
13) Humberto Manato, padrão "J", da Escola Técnica de Vitória (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
14) Olavo Cassiano de Medeiros, padrão "J", da Escola Técnica de Curitiba (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
15) Eduardo de Sousa Marques, padrão "J", da Escola Técnica de São Luis (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
16) Eduardo de Sousa Marques, padrão "J", da Escola Técnica de São Luis (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
17) Nestor do Espírito Santo, padrão "J", da Escola Técnica de São Luis (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
Total	129.299,50

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.455 — DE 10 DE OUTUBRO
DE 1951

Reestrutura carreiras privativas do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As carreiras de Gráfico e de Revisor de Provas do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, privativas do Departamento de Imprensa Nacional, são reestruturadas de acordo com a seguinte tabela:

Número de cargos —	Carreira —
Classe	
6	Gráfico — N
15	Gráfico — M
32	Gráfico — L
50	Gráfico — K
74	Gráfico — J
105	Gráfico — I
115	Gráfico — H
2	Revisor de Provas — N
3	Revisor de Provas — M
5	Revisor de Provas — L
8	Revisor de Provas — K
14	Revisor de Provas — J

Art. 2.º E' transformado em cargo isolado de provimento efetivo, Padrão N, o atual Técnico de Artes Gráficas, Padrão M, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Departamento de Imprensa Nacional.

Art. 3.º Os cargos reestruturados por esta Lei terão preenchimento imediato, dispensados de interstício.

Art. 4.º O órgão do pessoal do Departamento de Imprensa Nacional apostilará os decretos dos funcionários que tiverem sua situação alterada nesta Lei.

Art. 5.º A despesa resultante desta Lei correrá à conta da dotação orgânica distribuída ao Departamento de Imprensa Nacional.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 53.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.455-A — DE 11 DE OUTUBRO
DE 1951

Autoriza a alienação aos servidores do Território Federal do Guaporé e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de imóveis residenciais, de alvenaria, pertencentes ao Patrimônio Nacional, localizados nas cidades de Pôrto Velho e Guajará-Mirim, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a promover a alienação, por intermédio do Governo do Território Federal do Guaporé, aos servidores do Território e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, dos imóveis residenciais, de alvenaria, pertencentes ao Patrimônio Nacional, localizados nas cidades de Pôrto Velho e Guajará-Mirim, que não forem necessários ao serviço público, observado, no que couber, o disposto nos arts. 141 a 144, e 201, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 2.º Os termos, ajustes ou contratos concernentes aos imóveis objeto desta Lei serão lavrados em livro próprio, terão, para qualquer efeito, força de escritura pública, sendo isentos de publicação para fins de registros pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º Os imóveis residenciais integrantes do acervo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré serão considerados bens da União para efeito do que dispõe o art. 1.º e os ferroviários da citada Estrada, equiparados aos servidores do Território do Guaporé para os fins desta Lei.

Art. 4.º Os imóveis destinados a alienação serão relacionados pelo Governo do Território com o respectivo valor e todos os característicos necessários a sua individualização.

Parágrafo único. A relação será remetida ao Diretor do Serviço do Patrimônio da União para competente anotação e registro.

Art. 5.º Até que seja instalada no Território a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, as concorrências serão realizadas pelo Serviço de Administração Geral do Governo Territorial, obedecidas as normas estatuídas no Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 6.º São delegados poderes ao Governo do Território para autorizar e homologar as concorrências de que trata esta Lei.

Art. 7.º O produto das alienações será recolhido, mensalmente, à Agência do Banco do Brasil S. A., em Porto Velho, em conta especial que constituirá o "Fundo de Reserva Residencial e de Assistência Social do Território do Guaporé", destinado a construção de casas residenciais, escolas, maternidades, postos de puericultura, creches, dispensários, ambulatórios e postos de medicação.

Parágrafo único. O programa de execução das obras residenciais e de assistência social de que trata este artigo será anualmente submetido à aprovação do Presidente da República por intermédio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, acompanhado de relatório dos trabalhos executados, projetos, plantas, especificações e orçamentos.

Art. 8.º O Governo do Território encaminhará ao Serviço de Patrimônio da União e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, juntamente com a relação dos imóveis destinados à alienação, a dos que, a critério do mesmo Governo, servirão de residência para funcionários que exerçam cargo de chefia, em comissão, ou da Justiça.

§ 1.º A residência a que se refere este artigo será considerada "de caráter obrigatório" devendo a respectiva locação obedecer, no que couber, o que determina o Decreto-lei número 9.760, de 5 de setembro de 1946.

§ 2.º Os aluguéis serão recolhidos mensalmente à Agência do Banco do Brasil S. A., em Porto Velho, em conta especial destinada a constituir o "Fundo de Conservação e reparação de imóveis do Território do Guaporé".

§ 3.º O plano de conservação e reparação dos imóveis será submetido, anualmente, à aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 9.º No prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei, o Governo do Território encaminhará as relações referidas nos arts. 4.º e 8.º.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de outubro de 1951.

João Café Filho.

LEI N.º 1.455 "B" — DE 11 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para concessão de auxílio à Associação de São Vicente de Paulo.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado às obras educacionais encetadas pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e outras que a sua Associação tenha projetado para intensificação de núcleos e de casas de caridade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de outubro de 1951.

João Café Filho.

LEI N.º 1.455 "C" — DE 11 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 3.000,00, para pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), para pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, no Estado do Espírito Santo, em 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação;

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de outubro de 1951.

João Café Filho.

LEI N.º 1.455-D — DE 11 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento da contribuição devida à Sociedade União das Classes, de Poções, no Estado da Bahia, nos termos do acôrdo firmado em 9 de setembro de 1948.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para pagamento da contribuição devida à Sociedade União das Classes, de Poções, no Estado da Bahia, nos termos do acôrdo firmado em 9 de setembro de 1948.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de outubro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.456 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90, para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90 (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, cento e noventa cruzeiros e noventa centavos), equivalentes a US\$123.429,00 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e nove dólares) a câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$1,00 (um dólar), para atender ao pagamento de contribuição do Brasil ao progra-

ma de cooperação técnica para o desenvolvimento econômico dos países americanos elaborada pela Organização dos Estados Americanos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.457 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1951

Dá nova denominação ao Aeroporto São João, em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Aeroporto de São João, situado no distrito do mesmo nome, em Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul, passa a denominar-se Salgado Filho.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

LEI N.º 1.458 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos cruzeiros), equivalente a

US\$ 5.000,00 (cinco mil dolares) ao câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1,00 (um dolar)), para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no corrente exercício.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

LEI N.º 1.459 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 21.690,00, para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Cândido de Andrade Muricy.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 21.690,00 (vinte e um mil, seiscentos e noventa cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de gratificação adicional de 25% (vinte e cinco por cento) por tempo de serviço correspondente ao padrão N, no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950, assegurada ao servidor do referido Ministério, José Cândido de Andrade Muricy, por sentença judiciária.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.460 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.680,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão, no ano fiscal de 1949-1950. O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.680,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para o Comitê Consultivo Internacional do Algodão, no ano fiscal de 1949-1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.461 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Ministro da Viação a assinar Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, para a execução de obras de regularização de regime de rios e derivação de suas águas, relacionadas com o Plano de eletrificação do Estado.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizado o Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas a assinar com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul Termo Aditivo, prorrogando por mais 5 (cinco) anos o Convênio firmado em virtude do Decreto-lei n.º 9.884, de 16 de setembro de 1946, para a execução das obras de regularização de regime de rios e derivação de água, integradas no plano de eletrificação do Estado.

Art. 2.º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior deverá ser assinado no Ministério da Viação e Obras Públicas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da vigência desta Lei e de acordo com a minuta que a mesma acompanha, assinada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Laje.
Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.462 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1951

Dá nova redação ao art. 8.º da Lei do Inquilinato.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 8.º da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8.º Não é permitido cobrar na locação de residência qualquer outra importância além do aluguel, das taxas de água e de saneamento e da majoração de tributos havida posteriormente a 31 de dezembro de 1941, desde que discriminadas no recibo e exibidos os comprovantes”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.463 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 29.150.000,00, destinado à execução do programa das obras de acesso à Cachoeira de Paulo Afonso.
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Viação

e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 29.150.000,00 (vinte e nove milhões cento e cinquenta mil cruzeiros), destinado à conclusão do programa das obras de acesso à Cachoeira de Paulo Afonso, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Alvaro de Souza Lima.
Horácio Laje.

LEI N.º 1.464 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1951

Regulariza a situação dos ocupantes de lotes de terrenos da Vila Turismo, no Distrito Federal, Estação Carlos Chagas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Ministério da Fazenda, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, autorizado a regularizar a situação dos atuais ocupantes dos lotes de terreno situados no local denominado Vila Turismo, na Avenida dos Democráticos, Estação Carlos Chagas, no Distrito Federal, na conformidade desta Lei.

Art. 2.º A escritura definitiva de compra e venda dos respectivos lotes será outorgada, sem outras exigências em relação ao preço, aqueles que os tiverem pago integralmente na forma dos respectivos contratos de promessa de compra e venda, assinados com José Marques da Cunha ou a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, anteriores proprietários dos mesmos lotes.

Art. 3.º Os promitentes compradores, que não houverem pago a totalidade do preço convencionado, serão admitidos a complicitar o pagamento nas mesmas condições anteriores, restituindo-se-lhes o prazo decorrido, dispensado o pagamento de multa, juros de mora ou outra penalidade em que hajam incorrido por força dos respectivos contratos.

Art. 4.º Os ocupantes de lotes com benfeitorias de qualquer valor, que não tenham nenhum documento justificativo da posse, mas neles residentes até 6 de setembro de 1949, serão convidados a assinar contrato de promes-

sa de compra e venda, estimando-se o preço pelo valor da época em que iniciaram a ocupação.

Parágrafo único. O pagamento poderá, então, ser realizado parte a vista e parte a prazo, não excedendo aquela primeira prestação de 20 % (vinte por cento) do total, nem as prestações mensais, ao equivalente a 1/180 (um cento e oitenta avos) do saldo devedor, acrescidas do juro anual de 6 % (seis por cento) e calculados segundo a Tabela Price.

Art. 5.º O Ministério da Fazenda promoverá a desocupação dos lotes restantes e a venda dos mesmos a pessoas de poucos recursos, especialmente operários, facilitando-lhes o pagamento.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nos arts. 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, fica estabelecido o prazo de doze meses, a contar da data da publicação desta Lei, a fim de que os interessados requeiram ao Serviço do Patrimônio da União os favores a que aludem esses dispositivos.

Art. 6.º Ressalvados os direitos decorrentes dos contratos, a que se referem os arts. 2.º e 3.º desta Lei, a nenhuma pessoa serão vendidos dois ou mais lotes de terreno.

Art. 7.º No Serviço do Patrimônio da União serão assinados, em livro próprio, os contratos e termos necessários ao cumprimento desta Lei, os quais valerão como escritura pública para os efeitos de transcrição no registro de imóveis.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.465 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 330.222,90, para pagamento de despesas diversas efetuadas pelo mesmo Ministério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 330.222,90 (trezentos e trinta mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros e noventa centavos), para atender ao pagamento de despesas com consertos em bens moveis do mesmo Ministério, fornecimento de chapas diplomáticas, aquisição de estantes e prateleiras de aço para a Biblioteca do Itamarati e gastos decorrentes do fornecimento de insígnias da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.465 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 42.120,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 42.120,00 (quarenta e dois mil, cento e vinte cruzeiros), equivalentes a US\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta dólares) ao câmbio de 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1,00 (um dólar), para atender ao pagamento das cotas de contribuição do Brasil à União Internacional de Química Pura e Aplicada nos exercícios financeiros de 1946 e 1949, e de parte da relativa de 1939.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.467 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 290.800,00, para atender ao pagamento do auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e às Comissões de Geografia e História da mesma entidade.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 290.800,00 (duzentos e oitenta mil e oitocentos cruzeiros) equivalentes a US\$ 15 000,00 (quinze mil dólares) ao câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1,00 (um dólar), para atender ao pagamento do auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, nos exercícios financeiros de 1949 a 1950, de 1950 a 1951, e às Comissões de Geografia e História da mesma entidade no segundo semestre do exercício financeiro de 1950 a 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.468 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições do Brasil, em 1950, a organismos internacionais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e nove cruzeiros), equivalentes a US\$ 142.353,00 (cento e quaren-

ta e dois mil, trezentos e cinquenta e três dólares), a fim de atender ao completamento da quota de contribuição do Brasil, no exercício financeiro de 1950, à Repartição Sanitária Pan-Americana, à Organização Mundial de Saúde e à Organização de Alimentação e Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.469 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1951

Retifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1951, a fim de atender à despesa com ampliação de refinarias de petróleo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1951, no seu Art. 3.º, Anexo 4, Verba 4, Consignação IX. — 23 Energia, — 5 Diversos, — 02 Petróleo, — 1), passa a ter a seguinte redação;

1) Pesquisa intensiva em parte de algumas áreas de diferentes bacias sedimentares, aquisição de todo o material especializado a perfuração de poços e execução dos trabalhos complementares, inclusive aquisição e montagem de refinarias, aquisição de terrenos e tanques, construção:

Cr\$

1 — Refinaria do Rio de Janeiro, complementação de outras e de pesquisas e lavras previstas	30.000.000,00
2 — Refinaria de Mataripe	30.000.000,00
3 — Refinaria de Cubatão	100.000.000,00
4 — Refinaria de Xisto	60.000.000,00
	<hr/>
	220.000.000,00

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.469 "A", DE 16 DE NOVEMBRO DE 1951

Concede isenção de direitos para material importado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo excetuada a taxa de previdência social, para, 12 (doze) locomotivas elétricas e outros materiais recomendados pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e destinados à eletrificação da linha Jau e Bauru e da via dupla de Campinas e Nova Odessa, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único — Os materiais a que se refere este artigo estão especificados na relação datada de 17 de abril de 1945 e anexa ao processo número 213.184-46, do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1951. — João Café Filho.

LEI N.º 1.459 "B", DE 16 DE NOVEMBRO DE 1951

Reconhece de utilidade pública o Instituto Brasileiro de História da Medicina.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei número 1.251, de 2 de dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º E' reconhecido como de utilidade pública o Instituto

Brasileiro de História da Medicina, associação civil, com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de novembro de 1951. — João Café Filho.

LEI N.º 1.470 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000.00, para atender às despesas com a Festa Nacional do Trigo, a realizar-se em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000.00 (quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas com a "Festa Nacional do Trigo" a realizar-se em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, em novembro do corrente ano.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.471 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1951

Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' extinto o Departamento Administrativo de Recuperação do Material.

Art. 2.º As atribuições do referido Departamento são transferidas para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

LEI N.º 1.472 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza aos que tiverem cinco anos de prática de farmácia, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver estabelecida com farmacêutico diplomado.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos que tiverem cinco anos pelo menos de prática de farmácia será concedida, pela autoridade competente, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver legalmente estabelecida com farmacêutico diplomado, desde que o requeriram, provando devidamente achar-se habilitados na forma da lei.

Art. 2.º Requerida a licença, nos termos do artigo anterior, e publicado no órgão oficial do Estado, oito vezes consecutivas, edital com o teor da petição e com a declaração de que, se quinze dias depois da última publicação não se apresentar profissional diplomado que queira abrir farmácia na localidade, será a autorização concedida na prática.

§ 1.º Na hipótese de apresentar-se profissional legalmente habilitado, ser-lhe-á concedido o prazo de dois meses para a instalação da farmácia, de acordo com as exigências legais, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), caso não se estabeleça.

§ 2.º Se não se apresentar farmacêutico algum, ou se não fôr cumprido o disposto no parágrafo anterior, será concedida licença ao prático, após o cumprimento das exigências legais para a abertura da farmácia.

Art. 3.º ...Vetado...

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.473 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1951

Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular altera a Lei do Selo e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O Orçamento Geral da República, nos 10 (dez) exercícios financeiros subsequentes à publicação desta Lei, consignará em favor da Fundação da Casa Popular, no Anexo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes contribuições:

1.º exercício	Cr\$ 200.000.000,00
2.º exercício	Cr\$ 180.000.000,00
3.º exercício	Cr\$ 160.000.000,00
4.º exercício	Cr\$ 140.000.000,00
5.º exercício	Cr\$ 120.000.000,00
6.º exercício	Cr\$ 100.000.000,00
7.º exercício	Cr\$ 80.000.000,00
8.º exercício	Cr\$ 60.000.000,00
9.º exercício	Cr\$ 40.000.000,00
10.º exercício	Cr\$ 20.000.000,00

Art. 2.º — Fica revogado o art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro de 1946.

Art. 3.º — Os contratos de compra e venda e de doação de bens imóveis, os empréstimos garantidos por hipoteca, anticrese ou penhor civil e de promessa de compra e venda ou de doação de bens móveis de valor igual ou superior a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) pagarão o imposto de selo proporcional de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) ou fração.

§ 1.º — Os papéis referidos neste artigo quando o seu valor for inferior a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) continuarão sujeitos à taxação prevista na Tabela do Decreto-lei n.º 9.409, de 27 de junho de 1946.

§ 2.º — No caso de contrato de compra e venda observar-se-ão as notas do art. 38 da tabela anexa ao Decreto-lei n.º 4.274, de 17 de abril de 1942, com a alteração constante do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.409, de 27 de junho de 1946.

Art. 4.º — Fica elevado para 10% (dez por cento) o imposto sobre o lucro apurado pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias de que tratam o Decreto-lei n.º 9.330, de 10 de junho de 1946, a Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947 e o Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

Art. 5.º — A preferência para a aquisição ou construção de moradia de que tratam o art. 3.º e o parágrafo único do Decreto-lei n.º 9.218, de 1.º de maio de 1946, só prevalecerá se os candidatos ali mencionados não perceberem depois das deduções do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, renda global líquida superior a Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) e tenham no mínimo cinco pessoas sob a sua dependência econômica.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor no início do próximo exercício financeiro.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS,
Segadas Viana.

LEI N.º 1.473-A — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1951

Dá nova denominação ao aeroporto da capital do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Aeroporto de Natal, situado no distrito de Parnamirim, da Capital do Estado do Rio Grande do Norte, denominar-se-á Augusto Severo.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor a 12 de maio de 1952, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.473-B — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1951

Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Amarante, para Urussuí.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Se-

nado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É transferida para Urussuí a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Amarante.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N. 1.473-C — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 9.000,00 para reparar danos sofridos pelo Gabinete Português de Leitura, em Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), para indenizar o Gabinete Português de Leitura, em Salvador, Estado da Bahia, de danos materiais sofridos por ocasião das eleições de 3 de outubro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.474 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1951

Modifica a legislação do imposto sobre a renda

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Continuam em vigor as Leis que se referem ao imposto sobre a renda, consolidadas pelo Decreto nú-

mero 24.239, de 22 de dezembro de 1947, por força do art. 27 da Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947, com as alterações que se seguem:

A) "Art. 1.º As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, que tiverem renda líquida anual superior a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), apurada de acordo com este Regulamento, são contribuintes do Imposto de Renda, sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão".

B) "Art. 5.º

§ 3.º A remuneração de que trata a alínea c do inciso I, do § 1.º, não poderá exceder a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) anuais, quando o capital do beneficiado não for superior a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); ultrapassando o capital essa quantia, a remuneração poderá atingir a 20% (vinte por cento) dele até o limite máximo de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) anuais".

C) "Art. 20.

b) Os prêmios de seguros de vida pagos a Companhias nacionais ou autorizadas a funcionar no país, quando forem indicados o nome da Companhia e o número da apólice, até o limite máximo de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), não podendo ultrapassar, em cada caso, a 1/6 (um sexto) da renda bruta declarada, nem incluir na dedução o prêmio de seguro dotal a prêmio único;

c) os encargos de família à razão de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) anuais para o outro cônjuge, e de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para cada filho menor, inválido, filha viúva sem arrimo ou solteira, obedecidas as seguintes regras:

I — Na constância da sociedade conjugal, qualquer que seja o regime de bens, somente ao cabeça do casal cabe

Até Cr\$ 30.000,00.....	Isento
Entre Cr\$ 30.000,00 e Cr\$ 60.000,00	3%
Entre Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 90.000,00	5%
Entre Cr\$ 90.000,00 e Cr\$ 120.000,00	7%
Entre Cr\$ 120.000,00 e Cr\$ 150.000,00	9%
Entre Cr\$ 150.000,00 e Cr\$ 200.000,00	12%
Entre Cr\$ 200.000,00 e Cr\$ 300.000,00	15%
Entre Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 400.000,00	18%
Entre Cr\$ 400.000,00 e Cr\$ 500.000,00	21%
Entre Cr\$ 500.000,00 e Cr\$ 600.000,00	24%
Entre Cr\$ 600.000,00 e Cr\$ 700.000,00	27%
Entre Cr\$ 700.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00	30%
Entre Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00	35%
Entre Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00	40%
Acima de Cr\$ 3.000.000,00	50%

a isenção de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) do art. 26, e os abatimentos relativos ao outro cônjuge e aos filhos, sendo que, se forem apresentadas declarações de rendimento em separado, de acordo com o facultado nos §§ 1.º e 2.º do art. 67, calcular-se-á o imposto complementar quanto ao outro cônjuge, aplicando à porção de renda até Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) a taxa de 3% (três por cento);

II — No caso de dissolução da sociedade conjugal em virtude de desquite ou anulação de casamento, a cada cônjuge cabe a isenção do art. 26, de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), e o abatimento relativo ao filho que sustentar, atendido, também, o disposto no parágrafo único do art. 327 do Código Civil.

§ 3.º Aos filhos menores a que se refere a letra c deste artigo se equiparam os menores de 24 anos, embora maiores de 21 anos, desde que ainda estejam cursando estabelecimento de ensino superior, salvo quando possuam rendimentos próprios.

§ 4.º Na hipótese da letra g deste artigo, abater-se-á a importância respectiva no caso de o juiz a ter fixado, ou à razão de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) anuais, quando a prestação de alimentos for suprida pela hospedagem e sustento, em casa de pessoa a ela obrigada.

i) as despesas de hospitalização do contribuinte, seu cônjuge e filho menor ou filha solteira".

D) "Art. 24.

§ 2.º Não serão considerados para efeito de imposto cedular os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas, entendendo-se como remuneração de professores os proventos dos professores aposentados".

E) "Art. 26. As taxas progressivas são as seguintes:

F) "Art. 48. A isenção de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) do artigo 26 será considerada no exercício financeiro em que ocorrer o falecimento do contribuinte (Decreto-lei n.º 8.430).

Parágrafo único. Nos exercícios subsequentes, se a renda líquida for superior a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), calcular-se-á o imposto complementar aplicando a porção de renda até Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) a taxa de 3% (três por cento), sem se atender ao limite de isenção, observando-se, daí em diante, as taxas progressivas constantes do art. 26 (Decreto-lei n.º 8.430).

G) "Art. 63.

§ 1.º Não haverá essa obrigação para as pessoas físicas, salvo exigência da autoridade fiscal, quando a soma dos rendimentos brutos não exceder de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) anuais".

H) "Art. 96. Estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte:

1.º à razão da taxa proporcional de 6% (seis por cento) os juros de títulos ao portador de dívidas públicas federais, estaduais ou municipais, salvo os que gozarem de imunidade fiscal expressa em lei;

2.º à razão da taxa proporcional de 15% (quinze por cento):

a) os benefícios líquidos superiores a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) resultantes da amortização antecipada, mediante sorteio, dos títulos de economia denominados capitalização;

b) os juros de debêntures ou outras obrigações ao portador provenientes de empréstimos contraídos dentro ou fora do país, por sociedades nacionais ou estrangeiras que operem no território nacional;

c) os benefícios atribuídos aos portadores de títulos de capitalização nos lucros da empresa emitente.

3.º à razão da taxa de 20% (vinte por cento);

a) os dividendos de ações ao portador e quaisquer bonificações a elas atribuídas;

b) os interesses e quaisquer outros rendimentos de títulos ao portador denominados "partes beneficiárias" ou "partes de fundador";

c) as vantagens auferidas pelos titulares ou sócios de firmas ou sociedades, com a valorização do ativo

destas, no caso de incorporação ou organização de novas sociedades;

d) o valor das ações novas e os interesses além dos dividendos atribuídos aos titulares de ações ao portador, nos casos:

I — de utilização de quaisquer fundos, inclusive os de amortização, de depreciação e de reavaliação de ativo;

II — de valorização do ativo ou de venda de parte deste, sem redução do capital.

4.º A razão da taxa de 25% (vinte e cinco por cento) os lucros superiores a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias de finalidade exclusivamente assistencial, inclusive as exploradas diretamente pelo Estado.

5.º A razão da taxa de 30% (trinta por cento) os lucros superiores a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, concursos desportivos, inclusive de turfe, compreendidos os *bettings* e sorteios de qualquer espécie, exclusive os de antecipação nos títulos de capitalização e os de amortização e resgate das ações das Sociedades Anônimas.

§ 1.º As taxas a que se refere este artigo incidirão sobre os rendimentos brutos.

§ 2.º Os aumentos de capital das sociedades comerciais em geral, com recursos provenientes de reservas acumuladas até 31 de dezembro de 1951, realizados até 31 de dezembro de 1952, sofrerão, excepcionalmente, apenas a tributação de 15% (quinze por cento), mediante o recolhimento do imposto na fonte, pela pessoa jurídica, sem nenhum outro ônus para os respectivos sócios.

I — Para os efeitos deste artigo, não se computarão as provisões, fundos e reservas não tributados em poder da pessoa jurídica;

II — O imposto a que se refere este parágrafo será recolhido por meio de guia à repartição competente acompanhada da cópia da Ata da Assembléia Geral ou de uma via do instrumento de reforma do contrato social e o seu pagamento será feito em 12 (doze) prestações iguais, mensais, e sucessivas, a começar trinta dias depois da Assembléia que aprovar o aumento, no caso das sociedades por ações ou do contrato, nos casos dos demais tipos societários.

§ 3.º Os aumentos de capital das sociedades de qualquer tipo, mediante a reavaliação do ativo imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 1946, realizados até 31 de dezembro de 1952, sofrerão, excepcionalmente, apenas, a tributação de 10% (dez por cento) recolhidos na fonte pela pessoa jurídica

sem outro ônus para os respectivos sócios.

I — A reavaliação de que trata este parágrafo deverá, para os fins da tributação, ser acompanhada e aceita pela Divisão do Imposto de Renda, e não poderá ultrapassar os seguintes coeficientes:

a) para os bens adquiridos antes ou durante o período de 1925 a 1929	8,0
b) idem, idem, 1930 a 1934	7,5
c) idem, idem, 1935 a 1937	6,5
d) idem, idem, 1938 a 1939	4,0
e) idem, idem, 1940 a 1942	3,0
f) idem, idem, 1943 a 1944	2,0
g) idem, idem, 1945 a 1946	1,5

II — Só poderão fazer o aumento mediante reavaliação com o favor desta Lei as sociedades que tiverem o seu capital integralizado, não se podendo fazer a reavaliação para fins de pagamento ou integralização das ações ou das cotas;

III — O montante da reavaliação não será, em tempo algum, computado para o cálculo das deduções previstas nas letras d, e e f do art. 37 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947;

IV — O recolhimento do imposto será feito pela pessoa jurídica, por meio de guia em 24 cotas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira dentro de trinta dias, a contar da data da Assembléia Geral que autorizar o aumento do capital, se se tratar de sociedades por ações, ou da reforma do contrato social, se se tratar de sociedade de pessoas.

§ 4.º Nos casos do §§ 2.º e 3.º observar-se-ão as seguintes regras:

I — as novas ações resultantes do aumento ou as ações anteriores cujo valor nominal fôr acrescido serão nominativas e só poderão ser transferidas ou convertidas em ações ao portador depois de um ano, no caso do § 2.º e de dois anos, no caso do § 3.º;

II — nenhum sócio das sociedades em nome coletivo, em comandita simples, de capital e indústria e por cotas de responsabilidade limitada poderá ceder a sua cota ainda que o contrato se refira a diversas cotas para cada sócio, antes de integralmente pago o imposto;

III — nenhuma sociedade beneficiada pelos §§ 2.º e 3.º poderá, antes de integralmente satisfeito o pagamento do imposto, diminuir o próprio capital, incorporar-se a outra, fundir-se para organizar uma terceira nem dissolver-se, salvo casos de morte ou

falência, a não ser que satisfaçam o imposto nas taxas comuns;

IV — o não pagamento do imposto ou de suas cotas, nos tempos próprios, ou qualquer infração das limitações constantes deste parágrafo, e dos §§ 2.º e 3.º fará cessar os favores nêles concedidos sujeitando a sociedade e os sócios ao pagamento do imposto sobre pessoa jurídica e sobre pessoas físicas, nas taxas normais."

D) "Art. 97.

§ 1.º Os rendimentos referidos no art. 96, inciso I, já tributados na fonte, sofrerão apenas o desconto da diferença do imposto, até perfazer 15% (quinze por cento)."

J) "Art. 133. As repartições federais, estaduais e municipais, as entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista não pagarão vencimentos, depois de 30 de abril, aos funcionários e militares, ativos e inativos, que recebam quantia superior a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), anuais, sem que estes exibam o recibo da entrega da declaração de rendimentos."

K) "Art. 145.

a) de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros a Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) se o contribuinte, pessoa física, demonstrar, dentro do prazo de esclarecimentos, que sua renda líquida não excedeu a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), ou, em se tratando de pessoa jurídica, se provar, nesse prazo, não ter apurado lucro de acordo com as disposições deste regulamento."

Art. 2.º As sociedades anônimas, cujos fundos de reserva já tenham atingido o valor do capital social realizado, não poderão, em caso algum, aumentar esses fundos com o aproveitamento de lucros apurados (artigo 130, § 2.º do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940).

§ 1.º Em caso de inobservância do disposto neste artigo, deverão as sociedades reter e recolher, mediante guia, trinta dias após a assembleia geral que tenha aprovado o aumento das reservas, o imposto na fonte de 30 % (trinta por cento) sobre esse aumento, independentemente do imposto devido pela pessoa jurídica na forma do art. 44 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

§ 2.º O recolhimento a que se refere o parágrafo anterior eximirá os acionistas do pagamento de novo imposto, por ocasião da distribuição dos mencionados acréscimos de reservas.

§ 3.º Se se tratar de ações nominativas, os possuidores destas abaterão do imposto a pagar, em suas declarações de rendimentos, por ocasião da distribuição dos referidos acréscimos de reservas, a importância retida e recolhida, na forma do § 1.º deste artigo e referente aos títulos de que forem possuidores.

Art. 3.º O imposto de que trata a Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947, e regulamentada pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, nos exercícios de 1952 a 1956, inclusive, será acrescido de um adicional que será calculado sobre as importâncias devidas pelos contribuintes, a partir, quanto às pessoas físicas, de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) assim discriminado:

a) 15 % (quinze por cento) sobre o montante do imposto a pagar;

b) 3 % (três por cento) sobre as reservas e lucros em suspenso ou não distribuídos, em poder de pessoas jurídicas, formados ou escriturados a partir do ano base de 1951, inclusive, salvo o fundo de reserva legal e as reservas técnicas das companhias de seguro e de capitalização.

§ 1.º O montante do adicional a que se refere o artigo constituirá fundo especial, com personalidade contábil, e será aplicado na execução do programa de reaparelhamento de portos e ferrovias, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas e de agricultura.

§ 2.º Os lançamentos relativos às taxas adicionais a que se refere este artigo serão processados pelas Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda, que tomarão por base:

I — quanto à taxa de 15 % (quinze por cento) a que estão sujeitas as pessoas físicas e jurídicas, o imposto

de renda devido em cada um dos exercícios de 1952 a 1956, inclusive;

II — quanto à taxa de 15 % (quinze por cento) a que estão sujeitos os contribuintes de que tratam os artigos 92, 97 e 98 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, e o 96, incisos 3.º a 5.º, com as modificações desta lei, o imposto a ser recolhido em cada um dos exercícios financeiros de 1952 a 1956, inclusive;

III — quanto à taxa de 3 % (três por cento) de que trata este artigo, o valor das reservas e lucros suspensos ou não distribuídos, formados ou escriturados em cada um dos anos de 1951, inclusive, e constantes das respectivas declarações de rendimento das pessoas jurídicas.

§ 3.º As importâncias provenientes da cobrança do adicional de que trata este artigo, serão, no decurso do sexto exercício e, após o do respectivo recolhimento, com uma bonificação restituídas em títulos da dívida pública federal, cuja emissão fica o Poder Executivo autorizado a fazer até a importância de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

§ 4.º Uma lei especial regulará a aplicação do fundo a que se refere este artigo, devendo suspender-se a cobrança dos adicionais referidos se até 1 de julho de 1952 não estiverem aprovados os primeiros projetos, com a colaboração expressa das entidades estrangeiras financiadoras.

§ 5.º Na hipótese de pagamento de pessoas físicas ou jurídicas em quatro prestações do imposto de renda a contribuição adicional de 15 % (quinze por cento) a que se refere este artigo será cobrada em separado, como quinta prestação.

§ 6.º A multa de mora relativa a essa prestação terá a mesma aplicação atribuída ao fundo a que se destina e não será restituída.

Art. 4.º É revogado o § 3.º do art. 20 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, aplicando-se as taxas nela previstas aos rendimentos, embora anteriormente produzidos, cuja declaração seja feita a partir de 1 de janeiro de 1952, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.475 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, para atender, no corrente exercício, às despesas destinadas à participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), suplementar à verba 3-1-31-01-1-a do orçamento vigente, para atender, no corrente exercício, às despesas destinadas à participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura
Horácio Lajer

LEI N.º 1.475-A — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para ocorrer as despesas de um monumento a ser oferecido à cidade Brasil, nos Estados Unidos da América.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros), destinado à execução e

transporte até seu destino de um monumento a ser oferecido à cidade Brasil, no Estado de Indiana, Estados Unidos da América.

Parágrafo único. O monumento referido nesta Lei será uma réplica, em granito, do chafariz denominado da Glória, existente na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.475-B — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à Universidade de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado à Universidade de São Paulo, para atender as despesas com a realização do Segundo Congresso Latino Americano e do Terceiro Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia e Bronco Esófagologia.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de novembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.476 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1951

Inclui no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde 11 cargos de professor padrão O.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São incluídos no Quadro Permanente do Ministério da Edu-

cação e Saúde, com a denominação de Professor catedrático, padrão O, 11 cargos de Professor da Faculdade de Direito do Ceará, atualmente integrantes do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º Os cargos atingidos por esta Lei continuarão a ser exercidos por seus atuais ocupantes que terão seus títulos apostilados pelo órgão do pessoal daquele Ministério.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.477, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1951

Assegura aos Expedicionários da FEB, FAE, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência, em igualdade de condições, para nomeações nos concursos a que se submeterem.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Em igualdade de classificação, nos concursos de títulos ou de provas, para os cargos públicos federais, excetuados os do magistério e os técnicos, serão nomeados de preferência os candidatos que houverem participado das forças expedicionárias brasileiras (F.E.B., F.A.B., Marinha de Guerra e Marinha Mercante).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1951; 129.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobei
Newton Estillac Leal
João Neves da Fontoura
Horácio Laje
Alvaro de Souza Lima
João Cleofas
E. Simões Filho
Segadas Viana
Nero Moura

LEI N.º 1.478, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1951.

Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 4.333.869,80, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, em 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais — um crédito especial de Cr\$ 4.333.869,80 (quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros e oitenta centavos) para o pagamento de despesas relativas ao exercício de 1950, como se segue:

Verba 1 — Pessoal:

Consignação III — Vantagens.

Subconsignação 14 — Gratificação de Representação.

04-02 — Tribunais Regionais Eleitorais:

	Cr\$
01 — Distrito Federal	34.905,00
02 — Alagoas	77.789,00
03 — Amazonas	76.090,00
04 — Bahia	126.730,00
05 — Ceará	180.003,00
06 — Espírito Santo	85.000,00
07 — Goiás	79.292,00
09 — Mato Grosso	80.409,00
10 — Minas Gerais	124.833,00
11 — Pará	111.000,00
12 — Paraíba	105.100,00
13 — Paraná	104.800,00
15 — Piauí	189.800,00
16 — Rio de Janeiro	50.000,00
18 — Rio Grande do Sul	71.900,00
19 — Santa Catarina	87.400,00
20 — São Paulo	83.500,00

Total 1.717.300,00

Subconsignação 20 — Gratificação por serviços eleitorais.

04 — 02 — Tribunais Regionais Eleitorais.

	Cr\$
02 — Alagoas	43.342,00
05 — Ceará	1.211.569,60
06 — Espírito Santo	75.000,00
11 — Pará	136.800,00
16 — Rio de Janeiro	300.000,00
20 — São Paulo	614.917,30

Total 2.381.619,90

Consignação VII — Outras despesas com pessoal.

Subconsignação 31 — Substituições.

04 — 02 — Tribunais Regionais Eleitorais.

05 — Ceará — Cr\$ 13.000,00.

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas despesas.

Subconsignação 31 — Aluguéis ou arrendamento de imóveis — Fóros — seguros de bens móveis e imóveis

04 — 02 — Tribunais Regionais Eleitorais.

05 — Ceará — Cr\$ 9.000,00.

Subconsignação 38 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação; clichês.

04 — 02 — Tribunais Regionais Eleitorais.

	Cr\$
05 — Ceará	5.000,00.
10 — Minas Gerais ..	10.000,00.
18 — Rio Grande do Sul ..	160.000,00

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação I — Diversos.

Subconsignação 41 — Salário-família.

04 — 02 — Tribunais Regionais Eleitorais.

	Cr\$
05 — Ceará	20.000,00
10 — Minas Gerais	10.000,00
14 — Pernambuco	7.950,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.479 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1951

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 203.000,00 como auxílio à Associação Pernambucana de Imprensa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Edu-

cação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), como auxílio à Associação Pernambucana de Imprensa, pela realização do IV Congresso Nacional de Jornalistas, em Recife, Pernambuco, em fevereiro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.480 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1951

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.021.310,00 destinado à Universidade da Bahia para reconstrução e reaparelhamento da sua Faculdade de Medicina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.021.310,00 (cinco milhões, vinte e um mil, trezentos e dez cruzeiros), destinado à Universidade da Bahia para reconstrução e reequipamento da sua Faculdade de Medicina, cujo edifício foi parcialmente destruído pelo incêndio ocorrido no dia 31 de outubro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

LEI N.º 1.481 — DE 3 DE DEZEMBRO
DE 1951

Autoriza a abertura, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, do crédito suplementar de Cr\$... 800.000,00, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), como reforço à dotação de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), atribuída ao mesmo Departamento na Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, Subconsignação 02 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal, 02 — Cursos de Administração, 1) Despesas de qualquer natureza e proveniência com a manutenção de cursos legalmente instituídos e com outras modalidades de aperfeiçoamento e seleção de pessoal, do Anexo n.º 5 do Orçamento Geral da União para o corrente exercício (Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950).

Art. 2.º Fica sem efeito a parcela de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) na dotação de Cr\$ 14.686.320,00 (quatorze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e vinte cruzeiros), atribuída ao Departamento Administrativo do Serviço Público na Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, 05 — Mensalistas, 08 — Serviço de Administração, do Anexo n.º 5 do Orçamento Geral da União para o corrente exercício (Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950).

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.482 — DE 3 DE DEZEMBRO
DE 1951

Suspende o pagamento das prestações a que estão obrigados os pecuaristas reajustados em face da Lei número 1.002, de 24 de dezembro de 1949, nos municípios compreendidos no Polígono da Sêca.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É suspenso, nos anos de 1951 e 1952, o pagamento das prestações a que estão obrigados os pecuaristas reajustados em face da Lei número 1.002, de 24 de dezembro de 1949, nos municípios compreendidos no Polígono da Sêca.

Art. 2.º As importâncias abrangidas por esta Lei não vencerão juros, no período de suspensão do seu pagamento.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Horácio Lafer

João Cleofas

LEI N.º 1.482-A — DE 4 DE DEZEMBRO
DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, à conta da verba — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis, o crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60 (dezenove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco cruzeiros e sessenta centavos), para atender, me-

dianete plena e geral quitação e as formalidades necessárias à transferência de todos os bens, ao pagamento da indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A., pela incorporação ao Patrimônio da União da Estrada de Ferro Guaira-Pôrto Mendes e demais bens avaliados pela Comissão a que se referem os arts. 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 6.428, de 17 de abril de 1944.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado, ainda, a transferir os bens que forem julgados desnecessários à administração do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, entidade a qual foram esses bens incorporados, ao Estado do Paraná, mediante indenização feita por aquêlê Estado ao referido Serviço, não só do valor do patrimônio como das benfeitorias porventura existentes.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1951.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

LEI N.º 1.483 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 19.803.420,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 19.803.420,00 (dezenove milhões, oitocentos e três mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), a fim de regularizar a despesa com a compra de dois prédios, em Londres, destinados à Embaixada do Brasil, à respectiva Chancelaria, aos Escritórios dos Arquivos e ao Consulado Geral.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere o artigo anterior será, automaticamente, registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS
João Neves da Fontoura
Horácio Lafer

LEI N.º 1.484 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1951

Estabelece a Semana Nacional de Educação.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É estabelecida a Semana Nacional de Educação, a comemorar-se, anualmente, durante a primeira semana do mês de julho, em todo o território nacional.

Art. 2.º A Semana Nacional de Educação será organizada pelo Ministério da Educação e Saúde que promoverá Conferências e amplos debates sobre assuntos relativos à instrução e a educação sobre todos os seus aspectos, dando-lhes a maior divulgação possível.

Parágrafo único. Os diretores de Estabelecimentos de Ensino realizarão, sem prejuízo dos programas e do horário escolar, solenidades que visem maior aproximação entre as famílias dos alunos e a escola, e em que se procurará difundir e esclarecer as diretrizes de nossa legislação educacional.

Art. 3.º O Ministério da Educação e Saúde, pelos Inspectores Federais, organizará uma comissão, constituída por pessoas de reconhecida competência em assuntos educacionais, que estabelecerá o teor, modalidades e critério para comprimento do disposto no art. 2.º desta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho

LEI N.º 1.485 — DE 6 DE DEZEMBRO
DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 para conclusão das obras da ponte rodo-ferroviária entre Joazeiro e Petrolina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), para conclusão das obras da ponte rodo-ferroviária entre Joazeiro e Petrolina.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo terá vigência até 31 de dezembro de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.486 — DE 6 DE DEZEMBRO
DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00 destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00 (dezesete milhões cento e noventa mil cruzeiros), para regularização do auxílio concedido pelo Ministério da Fazenda de conformidade com o art. 48 do Código de Contabilidade da União, combinados com os arts. 240 e 241 do Regulamento do Código de Contabilidade Pública, destinado ao pagamento dos salários devidos aos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (S.N.A.P.P.) nos meses de abril a dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Horacio Lafer.

(*) LEI N.º 1.487 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1951

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1952, discriminado pelos Anexos de ns. 1 a 26, integrantes desta Lei, estima a Receita em vinte e cinco bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e nove mil cruzeiros (Cr\$ 25.536.889.000,00) e limita a Despesa em vinte e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e setenta e dois cruzeiros (Cr\$ 25.431.261.772,00).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extra-

ordinárias, na forma da legislação em vigor, e das especificações do Anexo n.º 1, sob os seguintes grupos:

	Cr\$	Cr\$
1.0 — <i>Renda Ordinária:</i>		
1.1 — Rendas Tributárias	20.318.811.000	
1.2 — Rendas Patrimoniais	235.242.000	
1.3 — Rendas Industriais	991.360.000	
1.4 — Diversas Rendas	3.036.476.000	24.631.889.000
2.0 — <i>Renda Extraordinária</i>	995.000.000	995.000.000
Total da Receita		25.536.889.000

Parágrafo único. Fica autorizada, no exercício de 1952, a arrecadação dos tributos constantes do Anexo n.º 1, integrante desta Lei.

Art. 3.º A Despesa, na forma dos Anexos ns. 2 a 26, será realizada com a satisfação dos encargos da União e com o custeio e a manutenção dos serviços públicos, sob a seguinte distribuição:

	Cr\$
Anexo n.º 2 — Congresso Nacional	168.330.554
Anexo n.º 3 — Tribunal de Contas	29.131.196
Anexo n.º 4 — Presidência da República	7.194.920
Anexo n.º 5 — Departamento Administrativo do Serviço Público	33.372.040
Anexo n.º 6 — Estado Maior das Forças Armadas	5.946.250
Anexo n.º 7 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	2.793.920
Anexo n.º 8 — Comissão de Reparações de Guerra	468.880
Anexo n.º 9 — Comissão do Vale de São Francisco	192.544.800
Anexo n.º 10 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	2.840.660
Anexo n.º 11 — Conselho Nacional de Economia	8.847.920
Anexo n.º 12 — Conselho de Imigração e Colonização	8.330.980
Anexo n.º 13 — Conselho Nacional do Petróleo	381.763.009
Anexo n.º 14 — Conselho de Segurança Nacional	1.142.769
Anexo n.º 15 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	78.590.000
Anexo n.º 16 — Ministério da Aeronáutica	1.964.205.588
Anexo n.º 17 — Ministério da Agricultura	1.212.978.870
Anexo n.º 18 — Ministério da Educação e Saúde	2.799.675.320
Anexo n.º 19 — Ministério da Fazenda	4.056.938.200
Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra	3.807.059.732
Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	1.214.025.500
Anexo n.º 22 — Ministério da Marinha	2.444.020.180
Anexo n.º 23 — Ministério das Relações Exteriores	209.723.603
Anexo n.º 24 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	659.099.985
Anexo n.º 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas	5.860.048.362
Anexo n.º 26 — Poder Judiciário	261.740.543
Total da Despesa	25.431.261.772

Art. 4.º O Poder Executivo arrecadará, durante o exercício de 1952, os adicionais do Imposto Sobre a Renda a que se refere o art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 25 de novembro de 1951, para os fins e sob as condições nele previstos.

Art. 5.º O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até vinte por cento (20%) sobre o montante da Despesa.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Renato de Almeida Guillobel.
Newton Estillac Leal.
João Neves da Fontoura.
Horácio Lafer.
Alvaro de Souza Lima.
João Cleofas.
E. Simões Filho.
Segadas Viana.
Nero Moura.

LEI N.º 1.487-A — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1951

Abre o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura de Blumenau.

O Congresso Nacional decreta e eu, Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1 — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Blumenau na comemoração do primeiro centenário da fundação do núcleo colonial, hoje cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de dezembro de 1951. — *Alexandre Marcondes Filho.*

LEI N.º 1.483 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1951

Investe no posto de Marechal do Exército o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Será investido no posto de Marechal, desde a vigência desta Lei,

o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes que, em consequência reverterá ao serviço ativo do Exército e nele permanecerá enquanto viver.

Art. 2.º O titular do posto de Marechal, imediatamente abaixo do Ministro da Guerra, na precedência hierárquica, poderá exercer os seguintes cargos:

a) Chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas;

b) Chefe do Estado Maior do Exército.

Art. 3.º Os vencimentos de Marechal serão iguais aos de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estillac Leal.

LEI N.º 1.489 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1951

Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério

da Agricultura para atender às despesas com os serviços da defesa sanitária animal e vegetal, desenvolvimento da produção, irrigação e energia hidráulica, instalação e manutenção de Colônias Agrícolas nacionais e núcleos coloniais, reforestamento e instalação de hortos, serviços pluviométricos, serviços de sondagem e estudo de jazidas minerais, reprodutores e material para revenda a agricultura e criadores, e manutenção de postos agropecuários, serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, e depositados no Banco do Brasil S. A., em parcelas trimestrais, em conta especial atribuída ao Ministério da Agricultura e a ser movimentado pelo Ministro.

Art. 2.º A utilização dos créditos referidos no art. 1.º desta Lei será feita de acordo com o programa de trabalho submetido à aprovação do Presidente da República dentro do primeiro mês do exercício financeiro.

Art. 3.º O Ministro da Agricultura poderá efetuar, à conta do depósito feito em nome do Ministério no Banco do Brasil S. A., suprimentos de numerário a servidores do Ministério, devendo ser fixado, por ocasião da entrega do suprimento, o prazo de sua aplicação, o qual não poderá exceder o exercício financeiro.

§ 1.º A prestação de contas do responsável pelo suprimento deverá ser apresentada ao Ministro da Agricultura dentro do prazo de 30 dias contados do término do prazo marcado para sua aplicação.

§ 2.º Os suprimentos recebidos deverão ser obrigatoriamente depositados nas agências do Banco do Brasil S. A., onde as houver, ou em sua falta nas Caixas Econômicas Federais ou em estabelecimentos bancários idôneos, devendo a prestação de contas ser instruída com um extrato da respectiva conta corrente.

§ 3.º Os juros das contas abertas nos termos do parágrafo anterior constituirão renda da União e serão recolhidos ao Banco do Brasil S. A., para crédito da conta "Receita da União".

Art. 4.º Até 90 dias após a data do encerramento do exercício financeiro, o Ministro da Agricultura apresentará ao Tribunal de Contas a comprovação das despesas realizadas à conta dos depósitos abertos em seu nome no Banco do Brasil S. A. nos termos do art. 1.º desta Lei, fazendo-a acompanhar das prestações de contas apre-

sentadas pelos responsáveis por suprimentos concedidos nos termos do art. 3.º.

Art. 5.º Salvo em casos excepcionais e mediante prévia e expressa autorização do Presidente da República, as despesas de pessoal, à conta dos créditos referidos no art. 1.º não poderão exceder a 50 % do seu total.

Art. 6.º Para aplicação de créditos orçamentários e adicionais, não compreendidos no art. 1.º destinados a obras a serem realizadas e a equipamentos a serem instalados em municípios do interior do país, poderá ser utilizado, a critério do Presidente da República, mediante justificação do Ministro da Agricultura, o regime previsto nos arts. 1.º, 3.º e 4.º desta Lei.

§ 1.º O disposto neste artigo fica condicionado à previa aprovação, nos termos da legislação em vigor, das contas, projetos, orçamentos e especificações das obras a executar e dos equipamentos a instalar.

§ 2.º Para execução de obras, aquisição e instalação de equipamento, na forma deste artigo deverá ser realizada concorrência pública ou administrativa, sendo autorizado o sistema de administração direta quando não se apresentarem licitantes ou as respectivas propostas estiverem em desacordo com as plantas, projetos, orçamentos e especificações referidos no parágrafo anterior.

§ 3.º Será documento essencial para a prestação de contas das despesas efetuadas com a realização de obras, aquisição e instalação de equipamentos um laudo passado por engenheiros da Divisão de Obras do Ministério, em que se atesta sua execução, condições técnicas da realização e concordância com as plantas, projetos, orçamentos e especificações aprovados.

Art. 7.º Quando, após o início de uma obra ou encomenda de equipamentos, for verificada a impossibilidade de sua conclusão ou entrega dentro do exercício financeiro a que corresponde o crédito orçamentário ou adicional, poderá ser este no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Presidente da República, considerado como despesa efetiva por ocasião do encerramento do exercício e transferido para "Restos a Pagar" em conta especial do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o prazo de aplicação das importâncias levadas a "Restos a Pagar" será novamente fixado pelo Ministro de Estado.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.490 — DE 10 DE DEZEMBRO
e DE 1951

Retifica a Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Na relação a que se referem os §§ 2.º e 3.º do art. 6.º da Lei n.º 488, de 16 de novembro de 1948, ficam introduzidas as seguintes retificações:

a) fica incluído no Ministério da Agricultura um cargo de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, CC-5;

b) ficam incluídos no Ministério da Educação e Saúde sete cargos de Delegado Federal da Criança (1.ª e 7.ª Regiões), CC-5, e onde se lê:

1 — Diretor do Departamento Nacional da Criança, CC-3;

1 — Diretor da Divisão de Cooperação Federal do Departamento Nacional da Criança CC-5;

1 — Diretor da Divisão de Proteção Social da Infância do Departamento Nacional da Criança, CC-5.

Leia-se respectivamente:

1 — Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança, CC-2;

1 — Diretor da Divisão de Organização e Cooperação do Departamento Nacional da Criança, CC-5;

1 — Diretor da Divisão de Proteção Social do Departamento Nacional da Criança, CC-5;

c) no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde se lê (funções gratificadas):

1 — Diretor do Gabinete de Pesquisas da Divisão de Polícia Técnica.

Leia-se:

1 — Diretor do Gabinete de Exames Periciais da Divisão de Polícia Técnica; e

d) No Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde se lê:

1 — Diretor da Divisão de Orçamento e Assistência Sindical do Departamento Nacional do Trabalho, CC-5;

1 — Diretor da Divisão de Combustíveis e Motores do Instituto Nacional de Tecnologia, CC-5;

1 — Engenheiro Chefe do Tribunal Superior do Trabalho, FG-4;

Leia-se respectivamente:

1 — Diretor da Divisão de Organização e Assistência Sindical do Departamento Nacional do Trabalho, CC-5;

1 — Diretor da Divisão de Combustíveis Industriais e Motores Térmicos do Instituto Nacional de Tecnologia, CC-5;

1 — Engenheiro Chefe do Departamento Nacional da Previdência Social, FG-4.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto no artigo anterior será atendida pela dotação consignada na rubrica própria do Orçamento Geral da República.

Art. 3.º Esta Lei terá sua vigência a partir de 1.º de agosto de 1948.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horacio Lafer.

João Cleofas.

E. Simões Filho.

Segadas Viana.

LEI N.º 1.490-A — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para auxílio às obras e instalações dos serviços de força e luz da cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzei-

ros) como auxilio ao Estado do Amazonas, para atender às obras e installações necessárias ao bom andamento dos serviços de luz e força da cidade de Manaus, pertencentes ao patrimônio do Estado.

Art. 2.º A importância de que trata o artigo anterior será depositada no Banco do Brasil S. A., Agência de Manaus, em conta cativa, pelo Conselho de Aguas e Energia Elétrica, e sua aplicação será exclusiva ao fim a que se destina, retirada em somas parceladas, mediante autorização do representante daquele Conselho, designado especialmente para este fim e assistido por um representante do Estado do Amazonas, de acordo com os projetos e planos de obras para a reforma e melhoria desses serviços de luz, força e transportes elétricos, aprovados pelo referido Conselho de Aguas e Energia Elétrica.

Art. 3.º A operação de crédito de que trata esta Lei, por seu destino especial, não rende juros, devendo a sua amortização ser percentual, calculada dentro do prazo de 20 (vinte) anos, em proporção à renda líquida dos ditos serviços públicos, recolhida anualmente ao Banco do Brasil, correndo todas as despesas de transporte bancário e fiscalização por conta do crédito ora aberto.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de dezembro de 1951. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.490-B — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede auxilio a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, o auxilio de Cr\$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil cruzeiros) destinado a custear a manutenção dos seguintes estabelecimentos de ensino:

	Cr\$
a) Ginásio Castro Alves, em Recife, Estado de Pernambuco	110.000,00
b) Ginásio Coari, em Coari, Estado do Amazonas	50.000,00
c) Ginásio Castro Pinto em Joazeiro, Estado da Paraíba	50.000,00
d) Ginásio Felisberto de Carvalho, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro	50.000,00
e) Ginásio João Cândido, em Curitiba, Estado do Paraná	50.000,00
f) Colégio Guido de Fongaiand, em Maceió, Estado de Alagoas, para manutenção do curso noturno	200.000,00
g) Escolas primárias do Grêmio Politécnico da Escola Politécnica de São Paulo	10.000,00
h) Ginásio Olavo Bilac, em Serfândia, Estado de Pernambuco	50.000,00
i) Ginásio de Monteiro, em Monteiro, Estado da Paraíba	50.000,00
j) Ginásio de Ajuricaba, em Manaus, Estado do Amazonas	50.000,00
k) Ginásio de Maués, em Maués, Estado do Amazonas	50.000,00
l) Ginásio Abraão Levi, em Belém, Estado do Pará	50.000,00
m) Ginásio N. S. do Bom Conselho, em Princesa Isabel, Estado da Paraíba	50.000,00
n) Ginásio Epitácio Pessoa, em Pícuí, Estado da Paraíba	50.000,00
o) Ginásio Mauro Luna, em Campina Grande, Estado da Paraíba	50.000,00
p) Ginásio Alcides Bezerra, em Bananeira, Estado da Paraíba	50.000,00

q) Ginásio São José, em São José das Lajes, Estado de Alagoas	50.000,00
r) Ginásio N. S. do Pilar, em Pilar, Estado de Alagoas	50.000,00
s) Ginásio Santana, em Santana do Ipanema, Estado de Alagoas	50.000,00
t) Ginásio N. S. do Bom Conselho, em Arapiraca, Estado de Alagoas	50.000,00
u) Ginásio Teresense, em Santa Teresa, Estado do Espírito Santo	50.000,00
v) Ginásio São Mateus, em São Mateus, Estado do Espírito Santo	50.000,00
w) Ginásio N. S. dos Navegantes, no Distrito Federal	50.000,00
x) Ginásio Barão do Rio Branco, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso	50.000,00
y) Ginásio Bela Vista, em Bela Vista, Estado de Mato Grosso	50.000,00
z) Ginásio Professor Ferreira, em Goiânia, Estado de Goiás	50.000,00
aa) Ginásio Armindo Gomes, em Vianópolis, Estado de Goiás	50.000,00
bb) Ginásio Otaviano de Moraes, em Paraúna, Estado de Goiás	50.000,00
cc) Ginásio de Inhumas, em Inhumas, Estado de Goiás	50.000,00
dd) Ginásio Nestório Ribeiro, em Jataí, Estado de Goiás	50.000,00
ee) Ginásio Gomes de Sousa, em Grajaú, Estado do Maranhão	50.000,00
ff) Escola Paulo Hoeck, de Rosário, Estado do Rio Grande do Sul	50.000,00
Total	1.770.000,00

Art. 2.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil cruzeiros) para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento do auxílio de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de dezembro de 1951. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.491 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Ministério da Fazenda a adquirir, integralizar e subscrever pelo Tesouro Nacional, ações da Companhia Nacional de Alcalis e a dar a garantia do mesmo Tesouro a um empréstimo a ser contratado por essa Companhia e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a despender até a importância de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) nas seguintes ocorrências:

a) conceder, pelo Tesouro Nacional, aos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, dos Industriários, dos Bancários e dos Empregados em Transportes e Cargas, as importâncias necessárias à realização de 30% (trinta por cento) do valor nominal das ações que os mesmos Institutos subscreveram no aumento de capital da Companhia Nacional de Alcalis, deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 31 de janeiro de 1949.

b) adquirir e integralizar, pelo Tesouro Nacional, as ações mencionadas no item a;

c) a usar, em nome da União, na Assembleia Geral dos acionistas que deliberar novo aumento de capital da mencionada Companhia, da preferência que o Art. 111 do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de outubro de 1940,

assegura aos acionistas das sociedades por ações.

Art. 2.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial até Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) em 3 (tres) parcelas anuais, de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) cada uma, para atender as despesas decorrentes das operações indicadas no Art. 1.º.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo terá vigência de (quatro) exercícios.

Art. 3.º E o Poder Executivo autorizado a dar a garantia da União a um empréstimo externo, até o montante de US\$ 10.000.000,00 (vinte milhões de dólares) a ser contratado pela Companhia Nacional de Alcalis.

§ 1.º A União ficará subrogada nas garantias reais e outras que a referida Companhia deva prestar para a obtenção do empréstimo.

§ 2.º O produto do empréstimo será integralmente aplicado na aquisição de máquinas, equipamentos e materiais, serviços e assistência técnica necessários à ampliação das atuais instalações da mencionada companhia.

§ 3.º O contrato de empréstimo que for lavrado deverá fazer menção expressa desta Lei e estabelecer normas sobre a verificação da efetiva aplicação dos recursos, e só terá vigor depois de registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 4.º As ações da Companhia Nacional de Alcalis, que vierem a pertencer à União poderão ser alienadas, desde que a União fique permanentemente assegurada a propriedade de 52% (cinquenta e dois por cento) do capital.

Art. 5.º No exercício da autorização, contida no Art. 3.º desta Lei, poderá o Poder Executivo obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, a praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 6.º O pagamento do principal e acessórios do empréstimo e os atos inerentes à operação de crédito autorizada nesta Lei, serão livres de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único — Ao serviço de empréstimo contratado na forma desta Lei, são concedidos os mesmos privilégios dos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 7.º O Poder Executivo poderá aceitar qualquer cláusula e condições habitualmente estabelecidas pelo Banco financiador nos contratos de empréstimos feitos com Governos estrangeiros.

Art. 8.º Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir, por arbitramento, todas as litúrgias ou controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo, sendo o Poder Executivo autorizado a assumir este compromisso.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.492 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender as despesas resultantes de contratos parciais com técnicos para lecionarem na Escola Técnica do Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) destinado a atender as despesas resultantes de contratos parciais com técnicos selecionados para lecionarem na Escola Técnica do Exército.

Art. 2.º O crédito especial aberto por esta Lei terá vigência até 31 de dezembro de 1953.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1951; 130ª da Independência e 32ª da República.

GETULIO VARGAS

Newton Estillac Leal

Horácio Laje

LEI N.º 1.493 — DE 13 DE DEZEMBRO
DE 1951

Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS COOPERAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO

Art. 1.º A cooperação financeira proporcionada pela União às instituições públicas, autárquicas, semi-estatais ou privadas far-se-á mediante auxílios e subvenções, para o que haverá consignação própria no Orçamento Geral da República.

Art. 2.º Os auxílios serão concedidos em virtude de lei, decreto, tratado ou convênio, para atender a ónus ou encargos assumidos pela União para com instituições públicas, autárquicas ou semi-estatais.

Art. 3.º As subvenções, ordinárias ou extraordinárias, serão concedidas, independente de legislação especial, a instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, regularmente organizadas.

§ 1.º As subvenções ordinárias, que serão concedidas anualmente, em caráter continuado, terão por fim ajudar as instituições no custeio normal de seus serviços.

§ 2.º As subvenções extraordinárias, que terão caráter eventual e serão concedidas sem prejuízo das subvenções ordinárias porventura atribuídas às respectivas instituições, destinar-se-ão a realizações de natureza especial e temporária, principalmente execução de obras, melhoramentos e adaptações, aquisições de imóveis, instalações e equipamentos.

CAPÍTULO II

NORMAS ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4.º Para atender à despesa com o pagamento de subvenções ordinárias e extraordinárias, o Orçamento Geral da República, no Anexo do Ministério da Educação e Saúde, destinará, anualmente, sob a consignação "Auxílios e Subvenções", importância não inferior à estimativa da renda de loterias especificadas no anexo da Receita.

§ 1.º A dotação correspondente à subconsignação "Subvenções ordinárias" não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do total estabelecido com base neste artigo e será discriminada, por unidades federativas e por instituições.

§ 2.º A dotação correspondente à subconsignação "Subvenções Extraordinárias" será dividida em duas partes: uma, atribuída ao Conselho Nacional de Serviço Social e não inferior a 4% (quatro por cento) do total a que se refere o parágrafo anterior, para atender a necessidades ocorrentes, mediante solicitação de entidades não contempladas na discriminação orçamentária; outra, discriminada por unidades federativas e por instituições, para atender a juízo do legislador, ao disposto no § 2.º do art. 3.º.

§ 3.º Excepcionalmente, e para atender a necessidade inadiável, poderá ser beneficiada pela cota atribuída no § 2.º ao C. N. S. S., entidade já contemplada na discriminação do Orçamento.

§ 4.º Vetado.

§ 5.º Vetado.

CAPÍTULO III

DAS ENTIDADES QUE PODEM SER BENEFICIADAS

Art. 5.º Somente poderão ser beneficiadas com subvenções entidades que visem especificadamente aos seguintes fins:

- I — Promover a educação e desenvolver a cultura;
- II — Promover a defesa da saúde e a assistência médico-social;
- III — Promover o amparo social da coletividade.

Art. 6.º Não se concederá subvenção:

I — A instituição que:

a) vise à distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes;

b) constitua património de indivíduo ou de sociedade sem carácter filantrópico;

c) tenha finalidades precipuamente recreativas, esportivas ou comerciais;

d) distribua benefícios apenas aos próprios membros ou proprietários e respectivas famílias;

e) não tenha sido fundada até 31 de dezembro do ano anterior ao da elaboração da lei orçamentária;

f) não esteja regularmente organizada até 31 de dezembro do ano da elaboração da lei orçamentária;

g) não tenha pedido registro no Conselho Nacional de Serviço Social, cu cujo registro tenha sido negado definitivamente.

II — A caixa de aposentadoria e pensão, sociedade de montepio e congêneres.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DAS INSTITUIÇÕES

Art. 7.º O registro das instituições, no Conselho Nacional de Serviço Social, será feito mediante requerimento, instruído com os seguintes elementos:

I — Certidão do inteiro teor dos estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição, fornecida pelo Registro Público das Pessoas Jurídicas;

II — Prova do mandato da diretoria em exercício;

III — Preenchimento do questionário adotado pelo C.N.S.S.

Art. 8.º O Conselho Nacional de Serviço Social, à vista da documentação apresentada, concederá ou não o registro, de cujo indeferimento haverá recurso para o Ministro da Educação e Saúde.

Parágrafo único. Se o requerimento de registro não for despachado dentro de 3 (três) meses de sua apresentação, considerar-se-á como registrada a instituição, provisoriamente até que se dê o despacho.

Art. 9.º Sempre que for feita qualquer alteração nos estatutos, regulamentos ou compromissos das entidades registradas, deve ser comunicada ao

C. N. S. S. com a remessa da certidão do respectivo registro.

Art. 10. Terá seu registro cancelado e perderá o direito ao recebimento de subvenção a instituição:

I — Que infringir qualquer disposição desta Lei;

II — Que não possua diretoria com mandato regular;

III — Cujo funcionamento tenha sofrido solução de continuidade;

IV — Cuja prestação de contas contenha vício insanável.

§ 1.º Do cancelamento do registro pelo C.N.S.S. caberá recurso para o Ministro da Educação e Saúde.

§ 2.º No caso previsto no n.º III deste artigo, restabelecido o funcionamento da entidade, poderá esta requerer a renovação do registro.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO DE SUBVENÇÕES

Art. 11 e seus parágrafos — Vetado.

Art. 12. O pagamento de subvenção ordinária não depende de requerimento, mas na ocasião de recebê-la a entidade interessada deverá fazer, perante a repartição pagadora, prova do mandato de sua diretoria e do seu regular funcionamento, em atendimento à sua finalidade, atestado este pelo juiz da Comarca, promotor público, coletor federal da respectiva jurisdição, prefeito ou coletor estadual.

Art. 13. O pagamento de subvenção extraordinária consignada no Orçamento depende de requerimento da instituição ao Ministério da Educação e Saúde, instruído com os seguintes documentos:

I — Prova do mandato de sua diretoria;

II — Plano de aplicação da subvenção extraordinária;

III — Projeto, especificações e orçamentos dos serviços a serem realizados, se se tratar de início de obras;

IV — Prova do estado em que se encontram as obras se se tratar de prosseguimento ou conclusão de serviços;

V — Relação do material a ser adquirido se se tratar de equipamento.

§ 1.º Na ocasião do recebimento de subvenção extraordinária, a entidade

interessada deverá fazer, perante a agência do Banco do Brasil, as mesmas provas a que se refere o art. 12.

§ 2.º O pagamento de subvenção extraordinária concedida por conta da dotação atribuída ao Conselho Nacional de Serviço Social, a que se refere o § 2.º do art. 4.º, obedecerá ao disposto nas Instruções que forem baixadas a respeito e que deverão observar, no que for aplicável, as exigências e disposições deste Capítulo.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 14. As instituições contempladas com subvenções extraordinárias são obrigadas a remeter ao Ministério da Educação e Saúde os comprovantes das despesas efetuadas por conta das mesmas, devidamente autenticados.

§ 1.º A prestação de contas será examinada pelo órgão competente do Ministério, que julgando-a com vício ou defeito sanável, providenciará junto à entidade para que a mesma promova sua regularização.

§ 2.º Após o seu pronunciamento sobre a prestação de contas, o órgão a que se refere o artigo anterior submete-la-á à apreciação definitiva do Tribunal de Contas.

§ 3.º As instituições contempladas com subvenções ordinárias são obrigadas a remeter ao Ministério da Educação e Saúde o relatório de suas atividades, inclusive o balanço financeiro.

Art. 15. As subvenções serão aplicadas rigorosamente aos fins a que se destinam, não podendo correr à conta das mesmas, em nenhuma hipótese, o pagamento de qualquer tipo de remuneração pelo exercício dos cargos de dirigentes superiores da instituição, gratificações, representações, festas e homenagens.

Parágrafo único. Entendem-se como dirigentes superiores, para os fins deste artigo, o Presidente, o Provedor, os membros da Diretoria e demais ocupantes de cargos eletivos.

Art. 16. O Ministério da Educação e Saúde não expedirá ordem de pagamento enquanto a instituição interessada não houver apresentado a prestação de contas de subvenção ordinária recebida no primeiro semestre do exercício anterior ou da última subvenção extraordinária recebida até esse exercício.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. São isentos de selo os requerimentos previstos nos Capítulos IV e V desta Lei e bem assim os documentos destinados à sua instrução e demais papéis referidos nos citados capítulos.

Art. 18. As instituições já registradas no C.N.S.S., à data desta Lei, são dispensadas de novo registro, devendo apenas fornecer os elementos necessários à sua atualização, na conformidade das Instruções que forem baixadas a respeito.

Art. 19. O Orçamento não poderá consignar mais de uma subvenção ordinária, nem mais de uma extraordinária, a uma mesma instituição.

Parágrafo único. Poderá haver, entretanto, mais de uma subvenção atribuída à mesma entidade mantenedora, desde que se destinem a instituições ou departamentos diferentes por ela custeados.

Art. 20. O pagamento de subvenções e auxílios constantes do Orçamento de 1951, regular-se-á, no que for aplicável pelas disposições desta Lei, inclusive pelo disposto no § 2.º do art. 3.º, e excluída a condição estabelecida no art. 6.º, n.º I, letra e.

§ 1.º Não é obrigatório, para os efeitos deste artigo, o registro estabelecido no art. 7.º. Exigir-se-á, entretanto, para o pagamento de subvenções e auxílios a entidades que ainda não hajam apresentado seus Estatutos ao Ministério da Educação e Saúde, o preenchimento dessa formalidade.

§ 2.º Serão baixadas, se preciso, novas instruções para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 21. Enquanto a matéria não for regulada em legislação especial, estendem-se, no que forem aplicáveis, as disposições desta Lei, aos processos de pagamento de subvenções ordinárias e extraordinárias consignadas nos Anexos dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura e Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Não se concederá subvenção ordinária nem extraordinária no Anexo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores senão a instituições de assistência ou proteção a menores, desde que não estejam compreendidas na proibição do art. 6.º, n.º I, desta Lei.

Art. 22. As restrições contidas no art. 19 não se aplicam aos auxílios e subvenções consignadas no Orçamento de 1952.

Art. 23. Enquanto não for adotada na Lei orçamentária a nomenclatura estabelecida nesta Lei, entendem-se como auxílios, subvenções ordinárias e subvenções extraordinárias, respectivamente e para todos os efeitos, as contribuições, subvenções e auxílios consignados no orçamento para 1952 e anteriores.

Art. 24. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.
Francisco Negrão de Lima.
Horácio Laje.
João Cleofas.
Nero Moura.

LEI N.º 1.494 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00 (quinze milhões, trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos cruzeiros), para pagamento das seguintes subvenções, em cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e relativas ao exercício de 1951:

	Cr\$
a) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás.....	2.500.000,00
b) Faculdade de Filosofia de Goiás.....	2.500.000,00
c) Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás.....	2.500.000,00
d) Escola de Engenharia de Juiz de Fora.....	5.387.400,00
e) Faculdade de Direito de Santa Catarina.....	2.500.000,00

Art. 2. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.495 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1951

Modifica os incisos 1 e 2, da Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São modificados na Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950. Anexo 4, Presidência da República. Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis — Consignação IX — Inversões Especiais — Sub-

consignação 22 — Transportes — Item 02 — Rodovias, os incisos ns. 1 e 2, pelos seguintes:

	Cr\$
1) Juiz de Fora — Belo Horizonte BR 3	
1) Prosseguimento da construção do trecho Lafaiete-Belo Horizonte	35.000.000,00
2) Melhoramentos e asfaltamento do trecho Benfica-Barbacena	20.000.000,00
Total	55.000.000,00

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.496 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1951

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 15, do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, que regulamenta o exercício das funções dos despachantes aduaneiros e seus ajudantes.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 15, do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. A prova de habilitação necessária ao exercício da função de despachante, será realizada no primeiro semestre do ano, em data fixada pelo Chefe da repartição aduaneira, em edital publicado na imprensa local ou afixado na porta da mesma repartição, até 15 (quinze) dias após essa divulgação.

Parágrafo único. O ajudante de despachante aduaneiro, já aprovado em concurso para o cargo e que se encontre no exercício da função de ajudante, ficará dispensado de prestar novas provas de habilitação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.497 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1951

Altera a carreira de Alfaiate do Quadro Permanente do Ministério da Guerra

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de Alfaiate do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DESTA LEI

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos
	<i>Alfaiate</i>						<i>Alfaiate</i>			
—	—	—	—	—	5	K	—	5
3	I	—	—	—	8	J	—	8
9	H	—	—	Q.P.	12	I	—	9
18	G	—	—	Q.P.	18	H	—	9
50	F	—	14	Q.P.	26	G	—	3
60	E	—	25	Q.P.	39	F	—	—
140				39		108				42

LEI N.º 1.498 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 8.960,00 para pagamento a um Suplente de Vogal de Empregados da Sexta Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 8.960,00 (oito mil, novecentos e sessenta cruzeiros), para ocorrer ao pagamento, no ano de 1949, de vinte e cinco audiências devidas ao Suplente de Vogal de Empregados da Sexta Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.499 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1951

Abre ao Congresso Nacional o crédito suplementar de Cr\$ 1.039.073,80, e o crédito especial de Cr\$ 1.700.000,00, respectivamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, para pagamento de gratificações por serviços extraordinários.

O Congresso Nacional decreta e eu, João Café Filho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal, Verba I, Consignação III, Subconsignação 12, 02, da Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950, o crédito suplementar de Cr\$ 1.039.073,80 (um milhão, trinta e nove mil, setenta e três cruzeiros e oitenta centavos), a fim de atender ao pagamento das gratificações por serviços extraordinários, aos funcionários do Senado Federal, ou em exercício neste, a que se refere a Resolução n.º 8, de 28 de junho de 1951.

Art. 2.º E' aberto, igualmente, ao Congresso Nacional, Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros) para pagamento de gratificação, por serviços extraordinários prestados durante o período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951, aos funcionários desta Casa do Poder Legislativo, e aos servidores que nela tenham exercido.

Art. 3.º Os créditos abertos pela presente Lei ficam automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.500 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 1.169.532,20, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 1.169.532,20 (um milhão, cento e sessenta e nove

mil quinhentos e trinta e dois cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento de despesas do exercício de 1950 — Pessoal e Serviços e Encargos — da Justiça Eleitoral, como segue:

PESSOAL

Gratificação de representação dos membros dos Tribunais Regionais:

	Cr\$
Maranhão	211.300,00
Piauí	21.500,00
Rio Grande do Norte	164.800,00
Sergipe	77.000,00
Gratificação de Juizes e Escrivães Eleitorais:	
Maranhão	100.000,00
Paraná	525.600,00
São Paulo	65.882,20

SERVIÇOS E ENCARGOS

Salário Família:

Sergipe	3.450,00
---------------	----------

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lajer.

LEI N.º 1.501 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito suplementar de Cr\$ 4.562.810,00, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário o crédito suplementar de Cr\$... 4.562.810,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e dez cruzeiros), anexo n.º 26 da Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950, que estimou a Receita e fixou a Despesa da União do corrente exercício, para atender ao pagamento de despesas — Pessoal, Material e Serviços e Encargos da Justiça Eleitoral, com a seguinte distribuição:

VERBA I — PESSOAL

	Cr\$
Consignação I — Pessoal Permanente	
Subconsignação 01 — Pessoal Permanente	
04 — Justiça Eleitoral	
02 — Tribunais Regionais Eleitorais	
03 — Ceará	819.940,00
Consignação III — Vantagens	
Subconsignação 09 — Funções gratificadas	
04 — Justiça Eleitoral	
05 — Ceará	22.000,00
02 — Tribunais Regionais Eleitorais	
04 — Justiça Eleitoral	
Subconsignação 14 — Gratificações de representação	
02 — Alagoas	65.800,00
03 — Amazonas	145.300,00
04 — Bahia	91.200,00

05	— Ceará	130.000,00
06	— Espírito Santo	138.000,00
07	— Goiás	96.200,00
08	— Maranhão	172.400,00
09	— Mato Grosso	111.600,00
11	— Pará	129.600,00
12	— Paraíba	115.200,00
13	— Paraná	142.800,00
14	— Pernambuco	100.000,00
15	— Piauí	132.000,00
16	— Rio de Janeiro	123.200,00
17	— Rio Grande do Norte	71.400,00
18	— Rio Grande do Sul	131.600,00
19	— Santa Catarina	151.400,00
21	— Sergipe	83.200,00
Subconsignação 20 — Gratificações por serviços eleitorais		
04	— Justiça Eleitoral	
02	— Tribunais Regionais Eleitorais	
05	— Ceará	963.150,00
Consignação VII — Outras despesas com pessoal		
Subconsignação 31 — Substituições		
04	— Justiça Eleitoral	
01	— Tribunal Superior Eleitoral	46.600,00
02	— Tribunais Regionais Eleitorais	
04	— Bahia	21.720,00
05	— Ceará	30.000,00
20	— São Paulo	60.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de consumo

Subconsignação 17 — Artigos de Expediente, etc.

04	— Justiça Eleitoral	
02	— Tribunais Regionais Eleitorais	
10	— Minas Gerais	460.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

Subconsignação 41 — Salário Família

04	— Justiça Eleitoral	
02	— Tribunais Regionais Eleitorais	
05	— Ceará	7.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lacerda.

LEI Nº 1.502 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1951

Modifica o art. 8.º da Lei nº 607, de 6 de janeiro de 1949 que altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 8.º da Lei nº 607 de 6 de janeiro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8.º Não se aplica o disposto no art. 29 do Decreto-Lei nº 9.202, de 26 de abril de 1946, aos funcionários da carreira de Diplomata que

contem mais de quinze anos de serviço, prestados em funções diplomáticas ou consulares”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Hóracio Lacerda.

LEI Nº 1.503 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1951

FIXA A DIVISÃO ADMINISTRATIVA
E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO FE-
DERAL DO AMAPÁ, PARA O QUÍN-
QUÊNIO DE 1949/1953.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º A divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá compreende quatro (4) Comarcas, quatro (4) Municípios e treze (13) Distritos, de conformidade com o quadro e a descrição dos limites, aos quais se refere o Art. 8.º desta lei.

§ 1.º O Governador do Território poderá dividir os Distritos Municipais em Subdistritos, submetendo o ato, *a posteriori*, à aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que ouvirá, sobre o assunto, o Conselho Nacional de Geografia, e criar, dentro dos Subdistritos, circunscrições especiais, para efeito do registro civil das pessoas naturais (Arts. 163 e 164 do Decreto-lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944).

§ 2.º Poderá o Governador do Território baixar atos interpretativos das linhas divisórias inter-municipais e inter-distritais para sua caracterização sobre o terreno, desde que da interpretação não resulte o deslocamento de qualquer cidade ou vila do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 3.º A Comarca de Oiapoque pertence à Seção Judiciária do Território do Amapá.

Art. 2.º A solenidade inaugural do novo quadro territorial realizar-se-á no dia 1.º do mês seguinte àquêle em que esta Lei entrar em vigor e obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º O quadro territorial fixado nesta lei vigorará até 31 de dezembro de 1953.

§ 1.º O Governador do Território providenciará para a elaboração do projeto de novo quadro territorial, a vigorar no quinquênio 1954-1958, de conformidade com o disposto nos Decretos-leis ns. 311, de 2 de março de 1938, e 5.901, de 21 de outubro de 1943.

§ 2º Se o novo quadro territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1953, ficará, automaticamente, prorrogada a vigência deste quadro, até que o novo quadro entre em vigor.

Art. 4º São criados, no Quadro da Justiça, Parte Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os seguintes cargos:

- a) 1 (um) promotor público da Justiça dos Territórios;
- b) 1 (um) escrivão do juízo de direito da Justiça dos Territórios, padrão F;
- c) 1 (um) oficial de justiça do juízo de direito da Justiça dos Territórios, padrão D;
- d) 1 (um) servente de juízo de direito da Justiça dos Territórios, padrão C.

Parágrafo único. O escrivão do juízo de direito da Comarca de Oiapoque exercerá, além das funções próprias, as de oficial de registro de títulos e documentos, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de imóveis, oficial de protesto de títulos, contador, partidor, tabelião de notas, escrivão de paz e oficial de registro civil das pessoas naturais, nos termos do § 1º do Art. 5º do Decreto-lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944.

Art. 5º É criado o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Oiapoque.

Art. 6º São criados, sem ônus para os cofres públicos, os seguintes cargos da Justiça dos Territórios:

- a) 3 (três) juizes de paz nos distritos de Pôrto Grande, Clevelândia e Vila Velha;
- b) 2 (dois) escrivães do juízo de paz nos distritos de Pôrto Grande e Clevelândia.

Parágrafo único. Os serventuários, de que trata a letra b deste artigo, exercerão, além das funções próprias, as de tabelião de notas e de oficial do registro civil das pessoas naturais, nos termos do § 2º do Art. 5º do Decreto-lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944.

Art. 7º É extinto o cargo, sem ônus para os cofres públicos, de juiz de paz do distrito de Ponta dos Índios.

Parágrafo único. O cargo, sem ônus para os cofres públicos, de escrivão do juízo de paz do distrito, ora extinto, de Ponta dos Índios fica transformado, ainda sem ônus para os cofres públicos, no de escrivão do juízo de paz do distrito de Vila Velha, com as mesmas atribuições atuais, devendo o respectivo serventuário transferir-se, com o arquivo do cartório, para a sede deste último distrito.

Art. 8º São os seguintes o quadro e a descrição dos limites citados no Art. 1º desta lei:

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ PARA O QUINQUÊNIO 1949-1953

Circunscrições exclusivamente judiciárias				Circunscrições exclusivamente administrativas		Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias		Sedes das Circunscrições				
Comarcas		Têrmos		Municípios		Distritos						
Nº de ordem	Nome	Nº de ordem	Nome	Nº de ordem	Nome	Nº de ordem	Nome	Nº de ordem	Nome	Categoria		
1	Amapá (1)	1	Amapá	1	Amapá	1	Amapá	1	Amapá	Cidade		
						2	Aporema			2	Aporema	Vila
						3	Calçoene			3	Calçoene	Vila
2	Macapá	2	Macapá	2	Macapá	4	Macapá	4	Macapá	Capital		
						5	Bailique			5	Bailique	Vila
						6	Ferreira Gomes (2)			6	Ferreira Gomes	Vila
3	Mazagão	3	Mazagão	3	Mazagão	7	Pôrto Grande (3)	7	Pôrto Grande	Vila		
						8	Mazagão			8	Mazagão	Cidade
						9	Boca do Jari			9	Boca do Jari	Vila
4	Oiapoque (4)	4	Oiapoque (5)	4	Oiapoque (6)	10	Mazagão Velho	10	Mazagão Velho	Vila		
						11	Oiapoque			11	Oiapoque	Cidade
						12	Clevelândia do Norte (ex-Clevelândia (7)			12	Clevelândia do Norte (ex-Clevelândia)	Vila
						13	Vila Velha (8)	13	Vila Velha	Vila		

Observações:

- (1) Perdeu o têrmo do Oiapoque que foi elevado a comarca.
- (2) Perdeu terras para formar o novo distrito de Pôrto Grande, com sede no povoado do mesmo nome.
- (3) Criado com sede no povoado do mesmo nome, com terras desmembradas do distrito de Ferreira Gomes.
- (4) Criado com sede no têrmo do mesmo nome, com terras desmembradas do município de Amapá.
- (5) Elevado a comarca.
- (6) Perdeu o distrito de Ponta dos Índios que foi extinto.
- (7) Perdeu terras para formar os novos distritos de Clevelândia do Norte (ex-Clevelândia) e Vila Velha.
- (8) Criado com sede no povoado de Clevelândia, com terras desmembradas do município de Oiapoque.
- (8) Criado com sede no povoado do mesmo nome, com terras desmembradas do município de Oiapoque.

LIMITES MUNICIPAIS E DIVISAS INTERDISTRITAIS, EM QUE SE BASEIA O QUADRO TERRITORIAL ADM- NISTRATIVO E JUDICIÁRIO DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ

I — MUNICÍPIO DE AMAPÁ

a) Limites municipais

1 — *Com o município de Macapá*

Começa na foz do rio Araguari, no Oceano Atlântico; segue pelo rio Araguari acima até sua cabeceira principal; daí, por uma linha reta, alcança o divisor de águas do rio Araguari e a vertente direita do rio Oiapoque.

2 — *Com o município do Oiapoque*

Começa no divisor de águas do rio Araguari e a vertente direita do rio Oiapoque, no ponto mais próximo da cabeceira principal do rio Araguari, segue pelo referido divisor até alcançar a cabeceira principal do rio Cassiporé; daí segue pelo rio Cassiporé abaixo até sua foz, no Oceano Atlântico.

3 — *Com o Oceano Atlântico*

Começa na foz do rio Cassiporé; segue pela costa, rumo sul, até a foz do rio Araguari, abrangendo as ilhas Maracá, Jipioca e todas as demais do percurso.

b) Divisas interdistritais

1 — *Entre os distritos de Amapá e Calçoene*

Começa na foz do rio Calçoene; segue pelo rio Calçoene acima até a foz do rio Lunier, pelo qual sobe até a sua cabeceira principal; daí, atinge o divisor de águas do rio Calçoene e a vertente esquerda do rio Araguari; segue por esse divisor até alcançar a cabeceira principal do rio Cassiporé.

2 — *Entre os distritos de Amapá e Aporema*

Começa na embocadura do rio Macari-Grande, no canal de Maracá, próximo à ponta do Machadinho, na ilha de Maracá; sobe pelo rio Macari-Grande até sua nascente no lago do Jacá, segue em direção ao lago das Duas-Bôcas, até alcançar a foz do rio Tartarugal-Grande; sobe por este rio, até sua cabeceira; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira principal do rio Tracajutuba; segue por outra reta até a foz do rio Falsino, no rio Araguari.

II — MUNICÍPIO DE MACAPÁ

a) Limites municipais

1 — *Com o município de Mazagão*

Começa na linha de limites do Território com o Estado do Pará, em frente à foz do rio Anauerapucu ou Vila-Nova, no rio Amazonas; segue pelo rio Anauerapucu ou Vila-Nova acima, deixando para Mazagão a ilha dos Barreiros, até sua cabeceira principal; daí, alcançando o divisor de águas da vertente direita do rio Amapari, segue pelo referido divisor até entroncar com o divisor de águas que serve de limites entre os municípios de Macapá e Oiapoque, à altura da cabeceira principal do rio Matacuera, afluente da margem direita do rio Oiapoque.

2 — *Com o município de Oiapoque*

Começa no divisor de águas do rio Araguari e a vertente direita do rio Oiapoque, à altura da cabeceira principal do rio Matacuera; segue pelo referido divisor, até defrontar a cabeceira principal do rio Araguari.

3 — *Com o município de Amapá*

Começa no divisor de águas da vertente direita do rio Oiapoque e o rio Araguari, em frente à cabeceira principal deste último; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira principal do referido rio Araguari, pelo qual desce até sua foz, no Oceano Atlântico.

4 — *Com o Oceano Atlântico*

Começa na foz do rio Araguari, segue pela costa até confrontar com a boca setentrional do rio Amazonas, ao sul do arquipélago de Bailique.

5 — *Com o Estado do Pará*

Começa no Oceano Atlântico, ao sul do arquipélago de Bailique; segue pelos limites do Território com o Estado do Pará, fixados em lei, até defrontar a foz do rio Anauerapucu ou Vila-Nova.

b) Divisas interdistritais

1 — *Entre os distritos de Macapá e Bailique*

Começa na linha de limites do Território com o Estado do Pará, ao sul da Ilha Curuá, pertencente ao arquipélago de Bailique; segue por uma linha reta até a foz do Igarapé Aruá ou Jupatí, pelo qual sobe até sua cabeceira; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira do rio Gurijuba.

2 — *Entre os distritos de Macapá e Ferreira Gomes*

Começa na cabeceira do rio Gurijuba; segue por uma linha reta, até atingir a cabeceira principal do rio Macacoari, continua por outra linha reta até alcançar a cabeceira do rio Branco, pelo qual desce até sua foz, no rio Matapi; segue pelo rio Matapi acima, até encontrar seu primeiro afluente, a montante da localidade denominada Pôrto-Limão.

3 — *Entre os distritos de Macapá e Pôrto Grande*

Começa no rio Anauerapucu ou Vila-Nova, na foz do igarapé Gaivotá; sobe pelo igarapé Gaivotá até sua cabeceira; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira do igarapé do Lago; daí, continua por outra reta até alcançar a primeira confluência, no rio Matapi, a montante da localidade denominada Pôrto-Limão.

4 — *Entre os distritos de Bailique e Ferreira Gomes*

Começa na cabeceira do rio Gurijuba; segue pelo paralelo da cabeceira do rio Gurijuba até sua interseção com o rio Araguari.

5 — *Entre os distritos de Pôrto Grande e Ferreira Gomes*

Começa na primeira confluência, no Rio Matapi, a montante da localidade denominada Pôrto do Limão; segue por uma linha reta até a foz do primeiro afluente da margem direita do rio Araguari, a juzante da vila de Pôrto Grande.

III — MUNICÍPIO DE MAZAGÃO

a) Limites municipais

1 — *Com o Estado do Pará*

Começa no álveo do rio Amazonas, em frente à foz do rio Anauerapucu ou Vila-Nova; segue pela linha de limites do Território, fixada em lei, até a fronteira do Brasil com a Guiana Holandesa.

2 — *Com as Guianas Holandesa e Francesa*

Começa na interseção do meridiano da cabeceira principal do rio Jari, com a linha de fronteira entre o Brasil e as Guianas Holandesa e Francesa; segue por esta linha até alcançar a cabeceira do rio Oiapoque.

3 — *Com o município de Oiapoque*

Começa na cabeceira do rio Oiapoque; na linha de limites internacionais do Brasil; segue pelo divisor de águas da vertente direita do rio Oiapoque até alcançar o ponto comum das divisas intermunicipais Macapá-Oiapoque e Macapá-Mazagão, à altura da cabeceira principal do rio Matacuera.

4 — Com o município de Macapá

Começa no divisor de águas da vertente direita do rio Oia-poque, à altura da cabeceira principal do rio Matacuera; daí, alcança o divisor de águas da vertente direita do rio Amapari, pelo qual segue até alcançar a cabeceira principal do rio Anaue-rapucu ou Vila-Nova; segue pelo rio Anaue-rapucu ou Vila-Nova abaixo até sua foz, no rio Amazonas; daí, alcança a linha de limites do Território com o Estado do Pará.

b) Divisas interdistritais

1 — Entre os distritos de Mazagão e Mazagão Velho

Começa na foz do igarapé Piracunema; sobe por este igarapé, até a sua cabeceira; daí, alcança o divisor de águas entre as vertentes esquerda do rio Mazagão e direita do rio Anaue-rapucu ou Vila Nova, pelo qual segue até atingir o divisor de águas das vertentes esquerda do rio Maracá e a direita do mesmo Anaue-rapucu ou Vila Nova; segue por este divisor, contornando as cabeceiras do rio Anaue-rapucu ou Vila Nova; até a linha de limites do município.

2 — Entre os distritos de Mazagão Velho e Bôca do Jari

Começa na foz do rio Cajari; segue pelo rio Cajari acima até sua cabeceira principal; daí, alcança o divisor de águas das vertentes esquerda do rio Iratapuru e direita do rio Maracá, pelo qual segue até alcançar a linha de limites entre os municípios de Mazagão e Macapá.

IV — MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

a) Limites municipais

I — Com a Guiana Francesa

Começa na cabeceira do rio Iapoque; segue pelos limites internacionais do Brasil até a foz do mesmo Oia-poque, no Oceano Atlântico.

2 — Com o Oceano Atlântico

Começa na foz do rio Oia-poque; segue pela costa, até a foz do rio Cassiporé.

3 — Com o município de Amapá

Começa na foz do rio Cassiporé, no Oceano Atlântico; segue pelo rio Cassiporé acima até a sua cabeceira principal; daí, alcança o divisor de águas da vertente direita do rio Oia-poque e o rio Araguari, pelo qual segue até defrontar a cabeceira principal deste último.

4 — *Com o município de Macapá*

Começa no divisor de águas da vertente direita do rio Oiapoque e o rio Araguari, em frente à cabeceira principal dêste rio; segue pelo referido divisor até alcançar o ponto comum dos limites intermunicipais Macapá-Mazagão e Mazagão-Oiapoque, à altura da cabeceira principal do rio Matacuera.

5 — *Com o município de Mazagão*

Começa no divisor de águas da vertente direita do rio Oiapoque e o rio Araguari, no ponto comum dos limites intermunicipais Oiapoque-Macapá e Macapá-Mazagão, à altura da cabeceira principal do rio Matacuera; segue pelo referido divisor até defrontar a cabeceira do rio Oiapoque, na linha de limites internacionais do Brasil.

b) *Divisas interdistritais*

1 — *Entre os distritos de Oiapoque e Clevelândia do Norte (ex-Clevelândia)*

Começa no rio Oiapoque, na foz do rio Pontanari; segue pelo rio Pontanari acima até sua cabeceira; segue pelo paralelo da cabeceira do rio Pontanari até alcançar o rio Caripi, pelo qual sobe até sua cabeceira, daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira do rio Aracauá.

2 — *Entre os distritos de Oiapoque e Vila Velha*

Começa na foz do rio Uaçá, sobe pelo rio Uaçá até a foz do rio Arucauá; segue pelo rio Arucauá acima até sua cabeceira.

3 — *Entre os distritos de Clevelândia do Norte ex-Clevelândia e Vila Velha*

Começa na cabeceira do rio Arucauá; dêsse ponto, alcança o divisor de águas da vertente direita do rio Oiapoque e esquerda do rio Cassiporé pelo qual segue até encontrar a linha de limites entre os municípios de Oiapoque e Amapá.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República:

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.504 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1951

*Modifica a Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, e dá outras providências
(Plano Salte)*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A partir do exercício financeiro de 1952, as dotações previstas na Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, e constantes do art. 3.º, para os empreendimentos relativos a saúde, alimentação, transporte e energia, serão consignadas, no Orçamento Geral da República, com as limitações quantitativas decorrentes do custeio dos serviços públicos no Orçamento ordinário e dentro das disponibilidades da receita geral.

Parágrafo único. É revogado o parágrafo único do art. 3.º da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950.

Art. 2.º Se a receita geral da União não suportar a inclusão, na parte da despesa do Orçamento Geral da República, do total das dotações anuais previstas no art. 3.º da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, as diferenças serão incorporadas aos totais a serem custeados por operações de crédito, de acordo com o item II do art. 2.º da mesma Lei.

Art. 3.º A fim de ser cumprido o disposto no artigo precedente, poderá ser ampliado o valor das operações de crédito, autorizadas pelos arts. 5.º e 18, combinados, da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, se outro esquema financeiro para o Plano Salte não fôr estabelecido em lei.

Art. 4.º Aplicar-se-á o disposto nesta Lei às dotações consignadas no Plano Salte no vigente Orçamento Geral da República.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a destacar das dotações orçamentárias consignadas, anualmente, aos empreendimentos previstos no Plano Salte uma parcela correspondente a 0.2% (dois décimos por cento) a fim de constituir uma conta especial no Banco do Brasil S. A., movimentada sob o regime previsto na Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, e destinada ao custeio das despesas de pessoal, material, serviços e encargos e outras que se fizerem necessárias à administração desse Plano.

Art. 6.º E' o Presidente da República autorizado a baixar as instruções necessárias à execução da presente Lei.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida Guillobel.

Newton Estilac Leal.

João Neves da Fontoura.

Horácio Laje.

Alvaro de Souza Lima.

João Cleojas.

E. Simões Filho.

Segadas Viana.

Nero Moura.

LEI N.º 1.505 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Cria 9 lugares de desembargador na Justiça do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados no Tribunal de Justiça do Distrito Federal nove lugares de desembargador, com a remuneração dos demais, os quais serão providos na forma da Constituição e das leis.

Art. 2.º São, igualmente, criadas, com a composição, organização e competência das demais, a Primeira, a Segunda e a Terceira Câmara Cíveis.

Art. 3.º As Câmaras Cíveis isoladas compete:

I — julgar:

- a) os recursos das sentenças e despachos dos juízos do cível, inclusive sobre mandados de segurança;
- b) os conflitos de jurisdição entre esses juízos;
- c) as suspeições opostas aos mesmos;
- d) os recursos das sentenças proferidas em juízo arbitral;
- e) as reclamações contra a aplicação das penalidades previstas nos arts. 24 e 25 do Código de Processo Civil.

II — processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra ato do Prefeito do Distrito Federal, do Chefe de Polícia, dos juizes de direito e dos juizes substitutos.

Parágrafo único — Os mandados de segurança impetrados contra ato do Tribunal de Justiça, de suas Câmaras ou Turmas, do Conselho de Justiça, de qualquer dos membros deste ou do Procurador Geral, serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça.

Art. 4.º Os embargos de nulidade e infringentes do julgado opostos a acórdãos não unânimes das Câmaras Cíveis Isoladas, bem como as revistas interpostas de decisões finais das mesmas, serão processados e julgados pelas Câmaras Cíveis, em quatro grupos de duas, assim formados: 1.º — da 1.ª e da 8.ª Câmaras; 2.º — da 2.ª e 7.ª Câmaras; 3.º — da 3.ª e da 6.ª Câmaras; 4.º — da 4.ª e da 5.ª Câmaras.

Parágrafo único — Também competirá aos Grupos de Câmaras:

I — processar e julgar:

- a) as ações rescisórias de seus acórdãos e as execuções destes em tais causas;
- b) o agravo do despacho que não admitir os embargos e as revistas aludidos neste artigo, ou declarar tais recursos renunciados ou desertos.

Art. 5.º Os Grupos funcionarão uma vez por semana, presididos, sem prejuízo de suas funções judicantes, pelo mais antigo de seus membros, mas só poderão julgar com a presença de cinco juizes.

§ 1.º Quando funcionarem presentes todos os seus membros, deixará de votar o menos antigo, salvo se relator ou revisor do feito, caso em que não votará o Presidente; se este e aquele, pelo mesmo motivo, deverem votar, não poderá fazê-lo o mais moderno dos vogais.

§ 2.º Não se distribuirá revista ao Grupo de que façam parte dois dos signatários da decisão recorrida, não podendo o terceiro ser-lhe relator ou revisor.

§ 3.º Os embargos de nulidade não serão distribuídos ao Grupo de que faça parte algum dos juizes vencedores na decisão embargada, não podendo, outrossim, o vencido, ser relator ou revisor deles.

§ 4.º. Nos impedimentos ou faltas ocasionais, os juizes de cada Grupo serão substituídos uns pelos outros, na ordem de sua antiguidade decrescente e não os havendo desimpedidos, pelos dos demais Grupos, observada a mesma ordem, mas considerados em conjunto.

§ 5.º. Se a substituição houver de se fazer fora do Grupo, será chamado, havendo mais de um impedido, o substituto do primeiro.

§ 6.º. Sempre que fôr possível, o substituto funcionará como vogal.

Art. 6.º. A ação rescisória de acórdãos das Câmaras Cíveis Reunidas proferido ao tempo de sua composição de 15 (quinze) juizes, será processada e julgada pelas mesmas Câmaras mas compostas pelos seus 15 (quinze) juizes mais antigos.

Parágrafo único — Julgar-se-ão pela mesma forma os embargos de nulidade e a revista interpostos nessa causa.

Art. 7.º. Vigente esta Lei, os processos já distribuídos às Câmaras Cíveis Reunidas tenham já ou não relatório nos autos, passarão a competência do Grupo de que o relator fizer parte. Se já tiverem o visto do revisor e este não fôr membro do Grupo, será convocado para o respectivo julgamento, em substituição ao menos antigo, dos juizes que o compuserem.

Art. 8.º o advogado ser no meado desembargador nos casos previstos em lei, deverá ter mais de 35 (trinta e cinco), e menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, estar inscrito, permanentemente, na Seção da Ordem dos Advogados do Distrito Federal e ter, pelo menos, 10 (dez) anos de prática forense na advocacia.

Art. 9.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, para atender no corrente exercício às despesas com a execução desta Lei um crédito suplementar de Cr\$ 1.346.925,00 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e cinco cruzeiros) em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo 26 da Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950, como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação 1 — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Permanente	Cr\$
06 — Justiça do Distrito Federal	
01 — Tribunal de Justiça	
1) — Cargos da Justiça do Distrito Federal e Territórios ..	1.077.600,00

Consignação III — Vantagens

15 — Gratificação adicional	
06 — Justiça do Distrito Federal	
01 — Tribunal de Justiça	269.325,00
	<hr/> 1.346.925,00

Art. 10. São criados, sem ônus para o erário público, 4 (quatro) cargos de escrivão, que terão provimento nas 15.ª, 16.ª, 17.ª e 18.ª Varas Cíveis, instituídas pela Lei n.º 1.301, de 28 de dezembro de 1950.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horacio Lafer

LEI N.º 1.506 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo assegura, pelo Ministério da Fazenda, através da Comissão de Financiamento da Produção, preços mínimos aos cereais e outros gêneros de produção nacional, de preferência diretamente aos produtores ou suas cooperativas, mediante as seguintes modalidades:

- a) aquisição do produto pelo preço estabelecido na forma do art. 4.º desta lei;
- b) financiamento de oitenta por cento desse preço.

Parágrafo único. A garantia a que se refere este artigo incluirá, desde logo, os produtos mencionados no Decreto-lei n.º 9.879, de 16 de setembro de 1946 (feijão, arroz, milho, amendoim, trigo em grão, soja girassol e farinha de mandioca, fécula e tapioca, erva mate cancheada e beneficiada), podendo ser estendida, ouvida a Comissão de Financiamento da Produção e mediante Decreto do Poder Executivo, a outros produtos de natureza vegetal, desde que seja de manifesto interesse para a economia nacional.

Art. 2.º A Comissão de Financiamento da Produção passa a constituir-se de sete membros, tendo além daqueles a que se referem os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 5.212 de 21 de janeiro de 1943, mais um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas e um representante da Confederação Rural Brasileira.

Art. 3.º Os preços básicos mínimos serão fixados anualmente, em Decreto a ser baixado pelo Poder Executivo, referendado pelo Ministro da Fazenda, tendo em vista a finalidade desta lei, os dados relativos a custo de produção, os dados estatísticos relativos a preços verificados nos mercados, ágio e deságio e demais elementos que possam esclarecer o assunto de maneira a proporcionar à lavoura preços realmente acuteladores do seu pleno desenvolvimento e guardem relação conveniente com os dos demais produtos.

§ 1.º A Comissão de Financiamento da Produção poderá solicitar as repartições públicas federais, estaduais e municipais, as organizações autárquicas, aos órgãos de economia mista elementos informativos para os fins mencionados neste artigo.

§ 2.º A fixação dos preços e das especificações correspondentes far-se-á com a antecedência mínima de três meses do início de cada ano agrícola marcado pela época da sementeira, nas diferentes regiões do país.

§ 3.º A fixação a que se refere o § 2.º será feita em 1952, até 30 dias após a vigência da presente lei.

Art. 4.º Os preços para financiamento ou aquisições, nas diversas regiões do país, nos termos das letras a e b do art. 1.º desta lei serão determinados deduzindo-se das bases mencionados no art. 3.º importâncias anualmente estabelecidas pela Comissão de Financiamento da Produção, para cobrir as despesas de impostos, taxas, direitos, fretes e outros ônus que incidirem sobre a mercadoria desde a localidade onde tiver de efetuar-se o financiamento ou aquisição até os centros de consumo ou portos, FOB escolhidos como referência para o cálculo dos citados preços.

Art. 5.º As operações mencionadas no art. 1.º desta lei serão executadas pela Comissão de Financiamento da Produção e seus órgãos, nos termos do Decreto-lei n.º 5.212, de 21 de janeiro de 1943, do Decreto n.º 11.686 de 20 de fevereiro de 1943, e de instruções complementares que se fizerem necessárias, aprovadas pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. E' também o Ministério da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil, instituições de crédito públicos, particulares, ou organizações comerciais idôneas a execução das operações, decorrentes da presente lei, pela forma e nas condições que estabelecer.

Art. 6.º A fim de facilitar a aplicação da presente lei, a Comissão de Financiamento da Produção entrará em entendimento com os Estados e Territórios, celebrando, se necessário, convênios e acordos, para que aqueles, em colaboração com as Prefeituras, assumam as seguintes incumbências:

- a) promover as instalações necessárias à execução dos serviços de expurgo, classificação e armazenagem dos cereais e gêneros a serem financiados ou adquiridos, podendo ser para esse fim, utilizados armazéns gerais já existentes, armazéns de propriedade

dos Estados, ou armazéns particulares sob a fiscalização dos respectivos Estados e Territórios;

b) remeter em janeiro de cada ano à Comissão de Financiamento da Produção uma relação completa indicando:

1) — as instalações que tiver organizado e armazéns que tiver escolhido para os fins da letra a deste artigo;

2) — os nomes dos classificados que tiver designado para desempenho das funções estabelecidas no art. 10 desta lei;

3) — as despesas e outros encargos a que se refere o art. 4.º anterior e para os fins nele mencionados;

c) enviar à Comissão de Financiamento da Produção as seguintes informações:

1) — os totais mensais acumulados por produtos e áreas em hectares, realmente semeadas até a época das referidas informações;

2) — nas mesmas condições, as estimativas das safras a colher; e

3) os totais das duas últimas safras anteriormente colhidas.

Art. 7.º E' também a Comissão de Financiamento da Produção autorizada a entrar em entendimento com organizações ou entidades federais, estaduais, municipais ou autárquicas a fim de assegurar o armazenamento e conservação das mercadorias financiadas ou adquiridas pelo Governo em consequência das operações decorrentes desta lei, podendo para isso aproveitar instalações existentes e adequadas.

Art. 8.º Os gêneros que se tornarem propriedade do Governo Federal em virtude das operações a que se refere esta lei terão preferentemente os seguintes destinos:

a) formação de estoques de reserva ou reguladores de suprimento de mercado interno do país;

b) exportação ou venda para exportação das sobras dessas mercadorias, quando ultrapassem as necessidades do país.

Art. 9.º Para os fins previstos nos arts. 7.º e 8.º desta lei poderá a Comissão de Financiamento da Produção agir em coordenação com a Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Art. 10. O Ministério da Agricultura, por intermédio de seus órgãos especializados, prestará a colaboração necessária para a boa execução desta lei.

Art. 11. Os preços de que trata o art. 4.º desta lei, referem-se a mercadoria embalada em sacaria nova,

devidamente marcada com as necessárias indicações, classificada, expurgada e depositada nos armazéns mencionados na letra a do art. 6.º e no art. 7.º desta lei.

Art. 12. A Comissão de Financiamento da Produção poderá autorizar:

a) o financiamento ou a aquisição de cereais a granel, repositados em silos ou armazéns especializados, desde que fique assegurada a conservação da mercadoria;

b) o financiamento ou a aquisição de arroz em casca na equivalência dos preços que forem fixados para esse produto beneficiado, desde que a mercadoria seja de boa qualidade e se ache depositada em armazéns gerais ou particulares sob o regime de comodato.

Art. 13. As instruções para a execução desta lei, na parte referente ao financiamento ou aquisição das diversas classes, grupos e tipos de produtos por ela amparados ou na que disser respeito à forma e condições de armazenagem, conservação, localização, expurgo e identificação da mercadoria, serão baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 14. O saldo das operações realizadas pela Comissão de Financiamento da Produção e das que vierem a ser por ela realizadas até o máximo de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) passará a constituir o fundo rotativo destinado à execução da presente lei.

Parágrafo único. Anualmente apresentará a Comissão de Financiamento da Produção ao Presidente da República demonstração do movimento e situação do fundo mencionado neste artigo, dando dela a devida publicação.

Art. 15. O Poder Executivo financiará a construção de armazéns destinados à guarda e conservação de mercadorias, inclusive as provenientes das operações previstas na execução da presente lei.

§ 1.º Os financiamentos de que trata este artigo serão feitos através do Banco do Brasil ou pela forma e requisitos que forem para esse fim estabelecidos em Decreto a ser baixado pelo Poder Executivo.

§ 2.º Os financiamentos mencionados neste artigo serão concedidos a longo prazo, no mínimo de dez (10) anos e máximo de vinte e cinco (25) anos, numa base de juros de seis por cento (6 %) anuais, podendo no total destas operações, ser utilizada impec-

tância que não exceda quatrocentos milhões de cruzeiros Cr\$ 400.000.000,00), destacados do fundo a que se refere o art. 14 desta lei.

Art. 16. E' a Comissão de Financiamento da Produção autorizada a:

I — Arbitrar as gratificações dos seus servidores no exercício de cargos de chefia e pela prestação de serviços extraordinários;

II — Requisitar, na forma da legislação em vigor, servidores públicos e de autarquias ou de sociedades de economia mista, os quais ficarão afastados de suas funções enquanto durar a requisição;

III — Em casos excepcionais, admitir extranumerários mediante previa autorização do Presidente da República.

Art. 17. As despesas decorrentes das medidas previstas no art. 16 desta lei não poderão exceder, anualmente, a importância de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), ficando o Poder Executivo autorizado a abrir se preciso fôr, o crédito necessário para completar a dotação existente, até esse montante.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobel.
Newton Estilac Leal.
João Neves da Fontoura.
Horácio Lafer.
Alvaro de Souza Lima.
João Cleofas.
E. Simões Filho.
Segadas Vianna.
Nero Moura.

LEI N.º 1.507 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para pagamento dos proventos de disponibilidade dos ex-servidores dos extintos Territórios de Iguaçu e Ponta Porã.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 11.994.394,80 (onze milhões, novecentos e noventa e quatro mil trezentos e noventa e quatro cruzeiros e oitenta centavos), para custear o pagamento dos proventos de disponibilidade, relativos ao período de 16 de dezembro de 1947 a 31 de dezembro de 1949, dos ex-servidores dos extintos Territórios de Iguaçu e Ponta Porã, beneficiados pela Lei n.º 125, de 24 de outubro de 1947.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima.
Horacio Lafer

LEI N.º 1.508 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Regula o Processo das Contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei n.º 2.259, de 10 de fevereiro de 1944.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O procedimento sumário das contravenções definidas nos Arts. 58 e seu § 1.º e 60 do Decreto-lei n.º 2.259, de 10 de fevereiro de 1944, pode ser iniciado por auto de flagrante, denúncia do Ministério Público, ou portaria da autoridade policial ou do juiz.

Art. 2.º O auto de flagrante será lavrado por determinação da autoridade judiciária ou policial a que for apresentado o preso, observando-se o disposto no Art. 304, do Código do Processo Penal; e, quando policial a autoridade, será por ela imediatamente remetido ao juiz.

§ 1.º Lavrado o auto de flagrante pelo juiz ou recebido o que for remetido pela polícia, o juiz designará, incontinenti, para daí a cinco dias a audiência de instrução e julgamento, notificados da designação o Ministério Público, o réu e seu defensor, designando curador para o réu menor.

§ 2.º O réu, por seu defensor ou curador, poderá requerer, dentro do prazo de três dias anteriores a audiência, sejam ouvidas as testemunhas de defesa, em número não superior a três, pedindo sejam notificadas, ou declarando que comparecerão independente de notificação.

§ 3.º Na audiência de instrução e julgamento, o juiz ouvirá o réu e as testemunhas por este arroladas. Em seguida, realizar-se-ão os debates e será proferida a sentença, de acordo com o que estatui o Art. 538, §§ 2.º e 3.º, do Código do Processo Penal.

Art. 3.º Quando o processo se iniciar por denúncia do Ministério Público, recebida esta, designará o juiz audiência de instrução e julgamento, e notificados da designação o Ministério Público, o réu ou o curador, quando menos, proceder-se-á na forma dos §§ 2.º e 3.º do Artigo anterior.

Art. 4.º O mesmo procedimento será observado quando a ação for promovida por portaria do juiz. Nesse caso, a portaria conterá a designação da audiência e rol das testemunhas de acusação. Funcionará na audiência de instrução e julgamento o representante do Ministério Público, ao qual, desde então, incumbirá movimentar o processo em todos os seus termos.

Art. 5.º Quando a ação penal se iniciar por portaria da autoridade policial, observar-se-á o disposto no Art. 536 do Código do Processo Penal. Depois de ouvido o Ministério Público, designará o juiz dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, nos termos do disposto nos §§ 2.º e 3.º do Art. 2.º desta lei.

Art. 6.º Quando qualquer do povo provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do Art. 27 do Código do Processo Penal, para o processo tratado nesta lei, a representação, depois do registro pelo distribuidor do juízo, será por este enviada, incontinenti, ao Promotor Público, para os fins legais.

Parágrafo único. Se a representação for arquivada, poderá o seu autor interpor recurso no sentido estrito.

Art. 7.º São revogadas as disposições em contrário, e, especialmente, o disposto no Art. 58, § 3.º, do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.509 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Fixa normas para aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Óleos,

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para os cargos de fiscalização em fábricas de óleos, tintas, vernizes e seus produtos, subprodutos e derivados, quando as mesmas gozarem de favores federais, serão nomeados, de preferência os diplomados pela escolas superiores, oficiais ou reconhecidas, e os alunos dessas escolas

que possuam diploma dos cursos do Instituto de Oleos do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Em igualdade de condições, caber-lhes-á ainda a preferência nas nomeações para os cargos ou funções técnicos de sua especialidade, em serviço público, nos institutos de ensino e pesquisas e nos laboratórios de análises, mantidos ou subvencionados pela União.

Art. 3.º O direito à preferência estabelecida no artigo anterior será comprovado pela classificação do candidato, em concurso de títulos e documentos e de títulos, documentos e provas, valendo nêle por um terço dos pontos exigidos para a aprovação final a classificação obtida nos proprios cursos do Instituto de Oleos.

§ 1.º Constituem documentos os trabalhos científicos ou tecnológicos executados nos laboratorios das disciplinas constantes dos cursos do Instituto de Oleos ou em instituições de ensino e pesquisas, de produção e comercio, que com o mesmo Instituto mantenham acôrdo de cooperação científica ou tecnológica, ou de formação de técnicos especializados, nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto n.º 22.212, de 2 de dezembro de 1946.

§ 2.º O Conselho de Ensino e Pesquisas do Instituto de Oleos especificara, em instruções a Diretoria do Instituto, os títulos e documentos que nos concursos de seleção, a que se proceder de acôrdo com este artigo, poderão ser aceitos, como prova de capacidade, pelo próprio Insututo ou por outro orgão da administração pública, para nomeação ou designação de servidores que tenham de servir nas instituições a que se referem os arts. 1.º e 2.º.

§ 3.º O Conselho de Ensino e Pesquisas do Instituto de Oleos poderá solicitar, como elemento complementar, para classificação final, uma ou mais de uma prova prática, acompanhada de relatório e discutida com a Comissao Examinadora.

§ 4.º O Departamento Administrativo do Serviço Publico será sempre representado por um técnico de sua indicação em comissao examinadora de seleção de servidores para o Instituto de Oleos.

Art. 4.º O Instituto de Oleos, criado pelo Decreto-lei n.º 2.136, de 12 de abril de 1940, tera a sua sede no Distrito Federal.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.510 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Albino Joaquim de Almeida, falecido em virtude de acidente em serviço.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Primitiva Cecília Freira ou Primitiva Cecília de Almeida, e aos menores Hernandez, Maria da Glória, Antônio e Brazilina, viúva e filhos de Albino Joaquim de Almeida ou Albino de Almeida, servente de 3.ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil falecido em consequência de acidente no serviço, a pensão especial de Cr\$ 195,00 (cen-

to e noventa e cinco cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. Caberá metade da pensão à viúva e o restante aos filhos, repartido igualmente.

Art. 2.º A pensão especial instituída por esta lei cessará nos termos do Art. 20 do Decreto n.º 22.414, de 30 de janeiro de 1933, e reverterá, em favor da viúva a parte dos filhos, e em favor dos filhos, repartida igualmente, a parte da viúva.

Art. 3.º A despesa com esta pensão correrá à conta da verba anualmente consignada ao Ministério da Fazenda para pagamento aos pensionistas do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

LEI N.º 1.511 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para pagamento das contribuições do Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, referente a 1948, 1949 e 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), para pagamento das contribuições referentes a 1948, 1949 e 1950, devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, como membro da referida Associação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.512 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Arte Moderna, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados: a Comissão Nacional de Belas Artes, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de estudar, planejar, resolver e aplicar diretrizes atinentes ao campo das artes plásticas. o Salão Nacional de Belas Artes e o Salão Nacional de Arte Moderna como instituições oficiais subordinadas à Comissão Nacional de Belas Artes destinados a apresentar em exposições públicas, anualmente, obras plásticas de artistas nacionais ou estrangeiros, contemporâneos, que residam ou se encontrem no Brasil, e a estimular as artes e os artistas, mediante bolsas de estudo, prêmios honoríficos e em dinheiro e outras recompensas.

Parágrafo único. Compete ainda à Comissão Nacional de Belas Artes a escolha e aquisição das obras que se destinarem ao Museu Nacional de Belas Artes e ao patrimônio nacional, entre as que figurarem e forem premiadas nos Salões.

Art. 2.º O Salão Nacional de Belas Artes e o Salão Nacional de Arte Moderna compreenderão 6 (seis) seções cada um que serão as seguintes:

- I — Pintura;
- II — Escultura;
- III — Gravura;
- IV — Arquitetura;
- V — Desenho e artes gráficas;
- VI — Arte decorativa.

Art. 3.º O Salão Nacional de Arte Moderna será instalado a 15 de maio e o Salão Nacional de Belas Artes a 15 de setembro, e serão encerrados, respectivamente, a 29 de junho e 30 de outubro de cada ano.

§ 1.º Enquanto não houver local mais conveniente, esses salões funcionarão, respectivamente, no Ministério da Educação e Saúde e no Museu Nacional de Belas Artes.

§ 2.º O Ministro da Educação e Saúde poderá, em casos especiais, ouvida a Comissão Nacional de Belas Artes, alterar as datas fixadas neste artigo e o local das exposições.

Art. 4.º A Comissão Nacional de Belas Artes funcionará sob a presidência do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e terá mais os seguintes membros:

- a) 2 (dois) pintores;
- b) 2 (dois) escultores;
- c) 2 (dois) artistas gráficos (um desenhista e um xilógrafo);
- d) 2 (dois) críticos de arte;
- e) o Diretor do Museu Nacional de Belas Artes.

§ 1.º Os artistas e os críticos de arte, a que se refere este artigo, serão designados por ato do Ministro da Educação e Saúde, por 4 (quatro) anos, escolhidos entre os mais eminentes do país, indicados em lista triplíce pelas respectivas associações de classe, sendo sempre um tradicional ou acadêmico e outro moderno.

§ 2.º O presidente, além do voto como membro da Comissão, terá direito ao voto de qualidade.

Art. 5.º A Comissão Nacional de Belas Artes promoverá a constituição de 2 (duas) subcomissões especializadas, compostas, cada uma, de 3 (três), membros com a incumbência de organizar os dois salões.

§ 1.º Dos componentes dessas subcomissões, 2 (dois) serão designados pela Comissão Nacional de Belas Artes, escolhidos entre artistas detentores de medalha de prata, "Certificado de Isenção de Juri" ou prêmios mais elevados e 1 (um) será eleito pelos artistas expositores, que hajam concorrido pelo menos a um Salão anterior.

§ 2.º Os membros designados pela Comissão Nacional de Belas Artes, para as sub-comissões organizadoras dos salões, providenciarão dentro em 8 (oito) dias, a partir da designação para que sejam eleitos os membros restantes; e, uma vez completadas as subcomissões, estas designarão dia e hora para a eleição dos dois artistas que completarão os Juris, a que se refere o art. 7.º e convocarão os expositores para um escrutínio secreto.

§ 3.º Os trabalhos das subcomissões terão início 60 (sessenta) dias antes da abertura das exposições.

Art. 6.º Compete a cada uma das subcomissões organizadoras dos Salões:

- a) promover a publicidade do Salão respectivo;
- b) abrir as inscrições, fixar o seu encerramento e receber os trabalhos;
- c) convocar os artistas inscritos, realizar as eleições referidas no artigo 5.º e dar posse aos eleitos;
- d) organizar os catálogos;
- e) dirigir a colocação das obras no recinto das exposições, de acordo com as indicações do juri;
- f) resolver os casos omissos.

§ 1.º Não serão admitidos nos Salões:

- a) as cópias;
- b) os trabalhos que tenham figurado em concursos escolares;

- c) obras de artistas falecidos, exceto daqueles cujo falecimento tenha ocorrido um ano antes da abertura do Salão;
- d) obras expostas em quaisquer certames anteriores;
- e) obras que não estejam assinadas;
- f) esculturas em barro cru, cera e massas plásticas;
- g) obras de escultura que ainda não tenham sido integralmente retiradas dos respectivos moldes ou formas.

§ 2º Das deliberações tomadas pelas sub-comissões por maioria de votos, caberá recurso voluntário para a Comissão Nacional de Belas Artes.

Art. 7º Haverá para cada Salão um Júri, constituído de 3 (três) membros, dos quais 2 (dois) nomeados pela Comissão Nacional de Belas Artes nos termos do art. 8º, e 1 (um) eleito pelos artistas expositores do ano, na forma do art. 5º, § 2º.

Art. 8º Os membros dos Jüris serão escolhidos entre técnicos e críticos de arte, ou entre artistas que tenham obtido medalha de prata, "Certificado de Isenção de Júri" ou prêmios superiores.

Art. 9º Compete aos Jüris: seleccionar os trabalhos apresentados à inscrição nos Salões; indicar as subcomissões a colocação dos mesmos no recinto das exposições; proceder aos julgamentos dentro dos primeiros 20 (vinte) dias a partir da inauguração dos Salões, mencionando as obras e os artistas premiados, e distribuir quaisquer outros prêmios oferecidos pelo Governo, instituições ou particulares.

§ 1º Julgados os trabalhos, os Jüris, dentro de 24 (vinte e quatro) horas farão as necessárias comunicações a Comissão Nacional de Belas Artes, as subcomissões organizadoras e darão, em seguida, ciência das deliberações ao Ministro da Educação e Saúde.

§ 2º Os julgamentos serão proferidos em sessão secreta.

Art. 10. Os artistas que pretenderem expor em quaisquer dos Salões deverão requerer a inscrição as respectivas subcomissões, em tempo oportuno, com a entrega dos trabalhos.

§ 1º Cada artista terá direito a expor até 3 (três) trabalhos em cada sessão de que trata o art. 2º.

§ 2º Os concorrentes não se poderão inscrever, concomitantemente, nos dois Salões, em um mesmo ano.

§ 3º Os trabalhos apresentados por artistas que tenham obtido no mínimo medalha de prata, ou "Certificado de Isenção de Júri" serão, de imediato, admitidos aos Salões, ressalvados os casos previstos no artigo 6º, § 1º.

§ 4º Os artistas que tomarem parte na Comissão Nacional de Belas Artes, nas subcomissões e nos Jüris não concorrerão a qualquer dos prêmios mencionados nesta lei.

Art. 11. O Salão Nacional de Belas Artes, por seu Júri, conferirá, anualmente, a artistas diferentes, os seguintes prêmios:

- 1º prêmio — medalhas de ouro — limitadas a 2 (duas);
- 2º prêmio — medalhas de prata — limitadas a 5 (cinco);
- 3º prêmio — medalhas de bronze;
- 4º prêmio — menções honrosas.

Art. 12. O Salão Nacional de Arte Moderna, por seu Júri, conferirá anualmente, a artistas diferentes, como estímulo, 1 (um) prêmio de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e 2 (dois) de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), além de "Certificados de Isenção de Júri", limitados a 8 (oito).

Parágrafo único. Os artistas contemplados com os prêmios de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) receberão, também, o "Certificado de Isenção de Júri."

Art. 13. Serão ainda conferidos, anualmente, em cada um dos Salões, os seguintes prêmios:

- a) de viagem ao estrangeiro — a um pintor;
- b) de viagem ao estrangeiro — a um escultor, arquiteto, gravador, desenhista ou decorador;

c) de viagem no país — a um pintor que tenha antes recebido prêmio de viagem ao exterior, ou medalha de ouro, ou ainda o "Certificado de Isenção do Júri";

d) de viagem no país — a um escultor, arquiteto, gravador, desenhista ou decorador, que preencha as condições da letra c deste artigo.

§ 1.º Os prêmios instituídos por este artigo somente serão conferidos a artistas brasileiros que tenham feito seus estudos no país, e os das letras a e b, a artistas que houverem recebido, antes, medalha de prata ou de ouro ou "Certificado de Isenção do Júri".

§ 2.º Os artistas brasileiros que tenham feito seus estudos no estrangeiro poderão concorrer aos prêmios das letras c e d, desde que já tenham recebido o prêmio referido no art. 11 ou "Certificado de Isenção do Júri".

§ 3.º Os prêmios de viagem destinados aos escultores, arquitetos, gravadores, desenhistas e decoradores, não poderão ser concedidos em mais de 2 (dois) anos consecutivos a artista de uma mesma seção.

§ 4.º No primeiro Salão Nacional de Arte Moderna os artistas que possuírem medalha de prata poderão concorrer aos prêmios referidos nas letras c e d deste artigo.

§ 5.º Os trabalhos a que se referem as letras a e b ficarão pertencendo ao Museu Nacional de Belas Artes, sem qualquer ônus para o Governo.

Art. 14. Os prêmios de viagem ao estrangeiro e no país compreenderão, respectivamente, o período de dois anos e de um ano; não serão distribuídos mais de uma vez a um mesmo artista e compete ao Ministério da Educação e Saúde, ouvida a Comissão Nacional de Belas Artes, fixar-lhes o *quantum*.

Art. 15. Haverá, ainda, no Salão Nacional de Belas Artes um prêmio especial — Medalha de Honra — que será conferido ao artista já possuidor de medalha de prata, de ouro ou de prêmio de viagem, mediante sufrágio a que compareçam pelo menos sessenta por cento dos artistas expositores do ano e por dois terços de votos.

Art. 16. Não será distribuído a um mesmo expositor prêmio menor do que o já obtido em Salões anteriores.

Art. 17. A Comissão Nacional de Belas Artes, encerrados os trabalhos de cada um dos Salões, apresentará circunstanciado relatório ao Ministro da Educação e Saúde, e fa-lo-á acompanhar de fotografias das obras expostas distinguidas com prêmios de viagem, medalhas de prata, ouro, ou de Honra e ainda os de que trata o art. 12. desta lei.

Parágrafo único. Estes relatórios, depois de publicados no *Diário Oficial*, serão enfileirados em um só volume pela Comissão Nacional de Belas Artes, e o fruto de sua venda servirá à aquisição de obras expostas nos Salões, nos termos do art. 18.

Art. 18. É proibida a cópia de qualquer trabalho exposto, salvo expresso consentimento do autor.

Art. 19. As atribuições e responsabilidades das subcomissões só se extinguirão após a devolução dos trabalhos expostos.

Art. 20. Os Júris, uma vez realizada a entrega dos prêmios, estarão automaticamente extintos.

Art. 21. A entrega dos prêmios far-se-á em cerimônia solene e pública, oito dias antes do encerramento dos Salões, com a presença do Ministro da Educação e Saúde, dos membros da Comissão Nacional de Belas Artes, das subcomissões e dos Júris respectivos, e a Comissão Nacional de Belas Artes deverá convidar para a mesma as altas autoridades do país.

Art. 22. Os artistas, que obtiverem os prêmios do art. 13, são obrigados a viajar dentro em 90 (noventa) dias do recebimento das somas que lhes tocarem; e após o retorno, dentro em 120 (cento e vinte) dias, exhibirão os seus trabalhos, em exposição que será obrigatoriamente promovida e patrocinada pela Comissão Nacional de Belas Artes.

§ 1.º Os artistas, que deixarem de satisfazer a parte final deste artigo sem motivo justificado, a critério da Comissão Nacional de Belas Artes, não serão admitidos em qualquer dos Salões nem poderão integrar a Comis-

são Nacional de Belas Artes, as subcomissões e os Júris pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 2.º Antes de viajar, no gozo das vantagens atribuídas pelos prêmios, os beneficiários, em reunião conjunta com os membros da Comissão Nacional de Belas Artes, traçarão os seus planos de estudos e acolherão as deliberações que forem recomendadas pela mesma Comissão.

Art. 23. Os membros da Comissão Nacional de Belas Artes serão designados pelo Ministro da Educação e Saúde, dentro de 30 (trinta) dias da vigência desta lei, e não terão direito a remuneração.

Art. 24. A Comissão Nacional de Belas Artes dentro em 30 (trinta) dias da sua constituição organizará e publicará o seu regimento e cuidará, também, do processamento dos Salões, dos trabalhos das subcomissões e dos Júris.

Art. 25. É o Poder Executivo autorizado a consignar em cada exercício financeiro os créditos necessários para atender às despesas de funcionamento da Comissão Nacional de Belas Artes, dos Salões, dos prêmios e das aquisições de trabalhos expostos.

Art. 26. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.513 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Estado Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00 à Verba 2 — Material do Anexo n.º 6, da Lei número 1.249, de 1 de dezembro de 1950.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), à seguinte dotação do Anexo n.º 6 da Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950:

Verba 2 — Material.

Consignação III — Diversas Despesas.

S/C 41 — Passagens, transportes de pessoal e de suas bagagens.

02 — Escola Superior de Guerra Cr\$ 150.000,00.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.514 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede pensão especial à viúva e filhos de Pedro Ferreira da Silva.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Deolinda Cândida da Silva e aos menores Artur Ferreira da Silva e Maria de Lourdes da Silva, respectivamente, viúva e filhos do ex-diarista da Estrada de Ferro Sampaio Correia, Pedro Ferreira da Silva, falecido em consequência de acidente ocorrido no serviço, pensão especial na importância de Cr\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão, de que trata o artigo anterior, será percebida a partir da data da vigência da presente

Lei e extinguir-se-á no caso de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 20 do Decreto n. 22.414 de 30 de janeiro de 1933.

Art. 3.º A despesa correspondente correrá por conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas do Ministério da Fazenda.

Art. 4.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 53.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.515 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede pensão especial a Antônio Benevides dos Santos, na importância de Cr\$ 212,10 mensais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Antônio Benevides dos Santos, viúva do ex-extranumerário mensalista da Estrada de Ferro de Bragança, Antônio Maciel dos Santos, falecido em 3 de novembro de 1947, em consequência de acidente ocorrido no serviço, uma pensão especial na importância de Cr\$ 212,10 (duzentos e doze cruzeiros e dez centavos) mensais.

Art. 2.º A pensão a que se refere o artigo anterior é devida a partir da data da publicação da presente Lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.516 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00 a Verbu 2 — Material, do Anexo 19 do vigente Orçamento Geral da República.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), a Verbu 2 — Material do Anexo 19 do vigente Orçamento Geral da República (Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950):

Verbu 2 — Material.

Consignação II — Material de Consumo.

3.º 25 — Matérias primas etc.

94 — Direção Geral da Fazenda Nacional.

03 — Divisão do Material.

Cr\$ 10.000.000,00.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.517 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender as despesas com a reconstrução do edificio em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial

de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a reconstrução do edifício, de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul, em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, o qual foi destruído por incêndio verificado a 17 de novembro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.512 — DE 24 DE DEZEMBRO
DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a contratar créditos, ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos que vierem a ser obtidos no exterior para o fim especial de financiar o programa de reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas e agricultura, em complemento do que dispõe o artigo 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, até o limite de US\$ 500.000.000,00 (quinhentos mi-

lhões de dólares), ou o equivalente em outras moedas.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos que forem concedidos por organismos financiadores estrangeiros e internacionais aos Estados e Municípios, bem como a sociedade de economia mista em que preponderarem as ações do poder público e que explorem serviços públicos, desde que as operações se destinem à realização de empreendimentos relacionados com esses serviços, até o limite, no conjunto, de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares), ou o equivalente em outras moedas.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.519 — DE 24 DE DEZEMBRO
DE 1951

Dispõe sobre o regime de férias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As férias dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a partir de 1.º de janeiro de 1952, voltarão a ser coletivas, nos termos do art. 95, do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945, que passa a vigorar novamente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.520, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951

ORGANIZA A CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Contadoria Geral da República (C. G. R.) diretamente subordinada ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, e cujas atribuições, jurisdição e competência estão definidas no Código de Contabilidade da União, no Regulamento Geral de Contabilidade Pública, no Decreto-lei n.º 1.990, de 31 de janeiro de 1940, e em disposições legais, passa a ter a seguinte organização:

I — C. G. R. (órgão central) constituída de:

- a) Divisão Orçamentária (D. O.);
- b) Divisão Financeira (D. F.);
- c) Divisão Patrimonial (D. P.);
- d) Divisão de Bancos e Correspondência (D. B.);
- e) Divisão de Orientação e Contrôlo (D. C.);
- f) Serviço da Administração (S. A.).

II — Contadorias Seccionais (C. S.).

III — Sub-Contadorias Seccionais (S. C. S.).

§ 1.º As C. S. e S. C. S. que são Delegações da C. G. R. junto aos Ministerios, repartições e serviços, civis e militares, terão a organização interna que fór estabelecida em regimento.

§ 2.º Constituem S. C. S. as Delegações cujos balanços se incorporam numa C. S. e C. S., as que remetem balanços diretamente á C. G. R.

§ 3.º Será feita por decreto do Poder Executivo, qualquer alteração que a conveniência dos serviços determine na classificação das Delegações da S. G. R., na conformidade do parágrafo anterior.

Art. 2.º As Divisões e o S. A. da C. G. R. compreenderão:

I — Divisão Orçamentária:

- a) Seção da Receita (S. R. O.);
- b) Seção da Despesa (S. D. O.);
- c) Turma de Serviços Auxiliares (T. A. O.).

II — Divisão Financeira:

- a) Seção da Receita (S. R. F.);
- b) Seção da Despesa (S. D. F.);
- c) Seção de Movimento de Fundos (S. M. F.);
- d) Turma de Serviços Auxiliares (T. A. F.).

III — Divisão Patrimonial:

- a) Seção das Contas do Ativo (S. A. P.);
- b) Seção das Contas do Passivo (S. P. P.);
- c) Seção das Contas de Compensação (S. C. P.);
- d) Turma de Serviços Auxiliares (T. A. P.).

IV — Divisão de Bancos e Correspondentes:

- a) Seção das Contas Financeiras (S. F. B.);
- b) Seção das Contas Patrimoniaes (S. P. B.);
- c) Seção da Dívida Externa (S. D. B.);
- d) Turma de Serviços Auxiliares (T. A. B.).

V — Divisão de Orientação e Contrôlo:

- a) Seção de Orientação (S. O. C.);
- b) Seção de Contrôlo (S. C. C.);
- c) Seção de Centralização e Estatística (S. E. C.);
- d) Turma de Serviços Auxiliares (T. A. C.).

VI -- Serviço de Administração:

- a) Seção do Pessoal (S. P. A.);
- b) Seção do Material (S. M. A.);
- c) Turma de Serviços Auxiliares (T. A. A.).

Art. 3.º A C. G. R. será dirigida por um Contador Geral, padrão CO-2, nomeado, em comissão, pelo Presidente da República, dentre técnicos de reconhecida competência, legalmente habilitados para o exercício da profissão de Contador.

Art. 4.º As Divisões serão dirigidas por Contadores-Adjuntos escolhidos dentre os funcionários da carreira de Contador do Ministério da Fazenda; e o S. A., por um chefe escolhido dentre os funcionários do mesmo Ministério.

§ 1.º Os Contadores-Adjuntos serão designados por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Contador Geral ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 2.º O Chefe do S. A. será designado pelo Contador Geral da República.

Art. 5.º As Seções de que se compõem as Divisões serão chefiadas por funcionários das carreiras de Contador ou de Guarda-Livros, designados pelo Contador Geral da República, dentre os que estiverem lotados na C. G. R.

Parágrafo único. Os Chefes das Seções da S. A. serão designados pelo Contador Geral da República, dentre os servidores lotados na C. G. R. ou em suas Delegações.

Art. 6.º As Contadorias Seccionais e Subcontadorias Seccionais serão chefiadas respectivamente, por um Contador ou Subcontador Seccional, designados pelo Contador Geral da República, dentre os funcionários da carreira de Contador, lotados na Contadoria Geral da República, ou em suas Delegações.

§ 1.º O Contador Seccional junto a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, será designado por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Contador Geral da República ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 2.º Para a função de Subcontador Seccional poderá, também, ser designado funcionário da carreira de Guarda-Livros nas mesmas condições deste artigo.

Art. 7.º O Contador Geral da República terá um Secretário, por ele designado, dentre os servidores do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A gratificação de função do Secretário, a que se refere este artigo, será de seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00) anuais.

Art. 8.º As funções gratificadas de Chefe de Seção, criadas pelo art. 6.º do Decreto-lei n.º 1.990, de 31 de janeiro de 1940, são transformadas nas de Contadores-Adjuntos das Divisões Orçamentarias, Financeiras Patrimoniais de Bancos e Correspondentes e de Orientação e Controle à razão de quatorze mil cruzeiros (Cr\$ 14.000,00) anuais cada uma.

Art. 9.º É criada a função gratificada de Chefe do S. A. a razão de doze mil cruzeiros (Cr\$ 12.000,00) anuais, e bem assim as de dezesseis (16) Chefes de Seção a razão de seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00) anuais para cada uma.

Art. 10. — Vetado.

Parágrafo único. O Contador Seccional junto a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, perceberá a gratificação de representação, na forma do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 8.542, de 2 de janeiro de 1946 alterado pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.687, de 30 de agosto de 1946.

Art. 11. Editará a Contadoria Geral da República um "Boletim mensal para divulgação de matéria doutrinária, informativa, noticiosa de crítica e de qualquer outro gênero, que contribua a maior difusão de conhecimentos relativos à contabilidade pública e assuntos correlatos.

Art. 12. É criada a função gratificada de Auxiliar de Portaria, com a gratificação anual de quatro mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 4.800,00).

Parágrafo único. Entre os serventes ou contínuos, com exercício na Contadoria Geral da República, designará o Contador Geral o que deva exercer as funções a que se refere este artigo com as atribuições que lhe forem fixadas no respectivo Regimento.

Art. 13. Para execução mecânica de serviços de contabilidade, a Divisão de Orientação e Controle será provida do necessário equipamento mediante aquisição ou contrato de locação, ou por ambas as modalidades, a juízo do Contador Geral da República.

Art. 14. A lotação de funcionários da Contadoria Geral da República, constituída em um todo pela Contadoria Geral e pelas Contadorias e Sub-contadorias Seccionais, obedecerá ao critério regional, isto é, será feita em globo para cada Estado e para o Distrito Federal, salvo o disposto no artigo seguinte.

Parágrafo único. Compete ao Contador Geral distribuir os funcionários pelas Delegações, em cada região, de acordo com as necessidades dos serviços; e removê-los de uma para outra Delegação de regiões diferentes, bem como da Contadoria Geral para as suas Delegações e vice-versa.

Art. 15. A Contadoria Seccional junto à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, terá lotação própria, e será feita por decreto do Presidente da República a movimentação dos respectivos funcionários.

Art. 16. Dentro de trinta (30) dias a partir da publicação desta lei expedirá o Poder Executivo o Regimento em que serão fixadas as atribuições dos dirigentes e a competência dos órgãos da C. G. R. e de suas Delegações.

Parágrafo único. Dentro de igual prazo, expedirá também o Executivo decreto que fixe a lotação numérica dos servidores da C. G. R. e de suas Delegações, bem como a lotação nominal e se processará posteriormente a movimentação do pessoal, de acordo com o disposto nesta lei.

Art. 17. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes e as contra-venções contra a economia popular. Esta Lei regulará o seu julgamento.

Art. 2.º São crimes desta natureza.

I) Recusar individualmente em estabelecimento comercial a prestação de serviços essenciais à subsistência; sonegar mercadoria ou recusar vendê-la a quem esteja em condições de comprar a pronto pagamento;

II) favorecer ou preferir comprador ou freguês em detrimento de outro, ressaltados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;

III) expor à venda ou vender mercadoria ou produto alimentício, cujo fabrico haja desatendido a determinações oficiais, quanto ao peso e composição;

IV) negar ou deixar o fornecedor de serviços essenciais de entregar ao freguês a nota relativa à prestação de serviço, desde que a importância exceda de quinze cruzeiros e com a indicação do preço, do nome e endereço do estabelecimento, do nome da firma ou responsável, da data e local da transação e do nome e residência do freguês;

V) misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, expô-los à venda ou vendê-los como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidade desiguais para expô-los à venda ou vendê-los por preço marcado para os de mais alto custo;

VI) transgredir tabelas oficiais de gêneros e mercadorias, ou de serviços essenciais, bem como expôr à venda ou oferecer ao público ou vender tais gêneros, mercadorias ou serviços, por preço superior ao tabelado, assim como não manter afixadas, em lugar visível e de fácil leitura, as tabelas de preços aprovadas pelos órgãos competentes;

VII) negar ou deixar o vendedor, de fornecer nota ou caderno de venda de gêneros de primeira necessidade, seja à vista ou a prazo, e cuja importância exceda de dez cruzeiros ou de especificar na nota ou caderno — que serão isentos de selo — o preço da mercadoria vendida, o nome e o endereço do estabelecimento a firma ou o responsável, a data e local da transação e o nome e residência do freguês;

VIII) celebrar ajuste para impôr determinado preço de revenda ou exigir do comprador que não compre de outro vendedor;

IX) obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos ("bola de neve", "cadeias", "pichardismo" e quaisquer outros equivalentes);

X) violar contrato de venda a prestações, fraudando sorteios ou deixando de entregar a coisa vendida, sem devolução das prestações pagas, ou descontar destas nas vendas com reserva de domínio, quando o contrato for rescindido por culpa do comprador, quantia maior do que a correspondente à depreciação do objeto;

XI) fraudar pesos ou medidas padronizados em lei ou regulamentos; possuí-los ou detê-los, para efeitos de comércio, sabendo estarem fraudados;

Pena: detenção de seis meses a dois anos e multa de dois mil a cinquenta mil cruzeiros.

Parágrafo único. Na configuração dos crimes previstos nesta Lei, bem como na de qualquer outra de defesa de economia popular, sua guarda e seu emprêgo considerar-se-ão como de primeira necessidade ou necessários ao consumo do povo, os gêneros, artigos, mercadorias e qualquer outra espécie de coisas ou bens indispensáveis à subsistência do indivíduo em condições higiênicas e ao exercício normal de suas atividades. Estão compreendidos nesta definição os artigos destinados à alimentação, ao vestuário e à iluminação, os terapêuticos ou sanitários, o combustível, a habitação e os materiais de construção.

Art. 3.º São também crimes dessa natureza:

I) destruir ou inutilizar, intencionalmente, e sem autorização legal, com o fim de determinar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiro, matérias primas ou produtos necessários ao consumo do povo;

II) abandonar ou fazer abandonar lavoura ou plantações, suspender ou fazer suspender a atividade de fábricas, usinas ou quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte, mediante indenização paga pela desistência da competição;

III) promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio;

IV) reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do País e provocar a alta dos preços;

V) vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência;

VI) provocar a alta ou baixa de preços de mercadorias, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício;

VII) dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos ou anúncios, para o fim de substituição, compra ou venda de títulos, ações ou quotas;

VIII) exercer funções de direção, administração ou gerência de mais de uma empresa ou sociedade do mesmo ramo de indústria ou comércio com o fim de impedir ou dificultar a concorrência;

IX) gerir fraudulenta ou temerariamente bancos ou estabelecimentos bancários, ou de capitalização; sociedades de seguros, pecúlios ou pensões vitalícias; sociedades para empréstimos ou financiamento de construções e de vendas de imóveis a prestações, com ou sem sorteio ou preferência por meio de pontos ou quotas; caixas econômicas; caixas Raiffeisen; caixas mútuas, de beneficência, socorros ou empréstimos; caixas de pecúlio, pensão e aposentadoria; caixas construtoras; cooperativas; sociedades de economia coletiva, levando-as a falência ou a insolvência, ou não cumprindo qualquer das cláusulas contratuais com prejuízo dos interessados;

X) fraudar de qualquer modo escriturações, lançamentos, registros, relatórios, pareceres e outras informações devidas a sócios de sociedades civis ou comerciais, em que o capital seja fracionado em ações ou quotas de valor nominativo igual ou inferior a Cr\$ 1.000.00 com o fim de sonegar lucros, dividendos, percentagens, rateios ou bonificações, ou de desfalcas ou desviar fundos de reserva ou reservas técnicas.

Pena: detenção de dois anos a dez anos e multa de vinte mil a cem mil cruzeiros.

Art. 4.º Constitue crime da mesma natureza a usura pecuniária ou real, assim se considerando:

a) cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dividas em dinheiro, superiores à taxa permitida por lei; cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira; ou ainda, emprestar sob penhor que seja privativo de instituição oficial de crédito;

b) obter ou estipular, em qualquer contrato, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade de outra parte, lucro patrimonial que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida.

Pena: detenção de seis meses a dois anos e multa de cinco mil a vinte mil cruzeiros.

§ 1.º Nas mesmas penas incorrerão os procuradores, mandatários ou mediadores que intervierem na operação usurária, bem como os cessionários de crédito usurário que cliente de sua natureza ilícita, o fizerem valer em sucessiva transmissão ou execução judicial.

§ 2.º São circunstâncias agravantes do crime de usura:

I) ser cometido em época de grave crise econômica;

II) ocasionar grave dano individual;

III) dissimular-se a natureza usurária do contrato;

IV) quando cometido:

a) por militar, funcionário público, ministro de culto religioso; por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima;

b) em detrimento de operário ou de agricultor; de menor de 18 anos ou de deficiente mental, interditado ou não.

§ 3.º A estipulação de juros ou lucros usurários será nula, devendo o Juiz ajustá-los à medida legal, ou, caso já tenha sido cumprida, ordenar a restituição da quantia paga em excesso, com os juros legais a contar da data do pagamento indevido.

Art. 5.º Nos crimes definidos nesta Lei não haverá suspensão da pena nem livramento condicional, salvo quando o infrator fôr empregado do estabelecimento comercial ou industrial ou não ocupe cargo ou posto de

direção dos negócios. Será a fiança concedida, nos termos da legislação em vigor, devendo ser arbitrada dentro dos limites de cinco mil cruzeiros a cinquenta mil cruzeiros nas hipóteses do art. 2.º, e dentro dos limites de dez mil a cem mil cruzeiros nos demais casos reduzida a metade dentro desses limites, quando o infrator fôr empregado do estabelecimento comercial ou industrial ou não ocupe cargo ou posto de direção dos negócios.

Art. 6.º Verificado qualquer crime contra a economia popular ou contra a saúde pública (cap. III do tit. VIII do Código Penal) e atendendo à gravidade do fato, sua repercussão e efeitos, o Juiz, na sentença declarará a interdição de direito, determinada no artigo 69, n.º IV, do Código Penal, de seis meses a um ano assim como mediante representação da autoridade policial, poderá decretar, dentro de quarenta e oito horas, a suspensão provisória, pelo prazo de quinze dias, do exercício da profissão ou atividade do infrator.

Art. 7.º Os juizes recorrerão de ofício sempre que absolverem os acusados em processo por crime contra a economia popular ou contra a saúde pública, ou quando determinarem o arquivamento dos autos do respectivo inquérito policial.

Art. 8.º Nos crimes contra a saúde pública, os exames periciais serão realizados, no Distrito Federal, pelas repartições da Secretaria Geral de Saúde e Assistência e da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura ou pelo Gabinete de Exames Periciais do Departamento de Segurança Pública e nos Estados e Territórios pelos serviços congêneres, valendo qualquer dos laudos como corpo de delito.

Art. 9.º Constitui contravenção penal relativa à economia popular:

I) receber, ou tentar receber, por motivo de locação, sublocação ou cessão de contrato, quantia ou valor além do aluguel e dos encargos permitidos por lei;

II) recusar fornecer recibo de aluguel;

III) cobrar o aluguel antecipadamente salvo o disposto no parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950;

IV) deixar o proprietário, o locador e o promitente comprador, nos casos previstos nos itens II a V, VII e IX do art. 13 da Lei n.º 1.300 de 28 de dezembro de 1950, dentro em sessenta dias, após a entrega do prédio de usá-lo para o fim declarado;

V) não iniciar o proprietário no caso do item VIII do art. 15 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, a edificação ou reforma do prédio dentro em sessenta dias, contados da entrega do imóvel;

VI) ter o prédio vazio por mais de trinta dias, havendo pretendente que ofereça como garantia de locação importância correspondente a três meses de aluguel;

VII) vender o locador ao locatário os móveis e alfaías que guarneçam o prédio, por preço superior ao que houver sido arbitrado pela autoridade municipal competente;

VIII) obstar o locador ou o sublocador, por qualquer modo, o uso regular do prédio urbano, locado ou sublocado, ou o fornecimento ao inquilino, periódica ou permanentemente, de água, luz ou gás.

Pena: prisão simples de cinco dias a seis meses e multa de mil a vinte mil cruzeiros.

Art. 10. Terá forma sumária, nos termos do capítulo V, título II, livro II, do Código de Processo Penal, o processo das contravenções e dos crimes contra a economia popular, não submetidos ao julgamento pelo Juri.

§ 1.º Os atos policiais (inquérito ou processo iniciado por portaria) deverão terminar no prazo de dez dias.

§ 2.º O prazo para oferecimento da denúncia será de dois dias, esteja ou não o réu preso.

§ 3.º A sentença do Juiz será proferida dentro do prazo de trinta dias contados do recebimento dos autos da autoridade policial (art. 535 do Código de Processo Penal).

§ 4.º A retardação injustificada, pura e simples, dos prazos indicados nos parágrafos anteriores, importa em crime de prevaricação (art. 319 do Código Penal).

Art. 11. No Distrito Federal, o processo das infrações penais relativas à economia popular caberá, indistintamente, a todas as varas criminaes com exceção das 1.^a e 20.^a, observadas as disposições quanto aos crimes da competência do Juri de que trata o art. 12.

Art. 12. São da competência do Juri os crimes previstos no art. 2.^o desta Lei.

Art. 13. O Juri compõe-se de um juiz, que é o seu presidente, e de vinte jurados sorteados dentre os eleitores de cada zona eleitoral, de uma lista de cento e cinquenta a duzentos eleitores, cinco dos quais constituirão o conselho de sentença em cada sessão de julgamento.

Art. 14. A lista a que se refere o artigo anterior será semestralmente organizada pelo presidente do Juri, sob sua responsabilidade, entre pessoas de notória idoneidade, incluídos de preferência os chefes de família e as donas de casa.

Art. 15. Até o dia quinze de cada mês, far-se-á o sorteio dos jurados que devam constituir o tribunal do mês seguinte.

Art. 16. O Juri funcionará quando estiverem presentes, pelo menos quinze jurados.

Art. 17. O presidente do Juri fará as convocações para o julgamento com quarenta e oito horas de antecedência pelo menos, observada a ordem de recebimento dos processos.

Art. 18. Além dos casos de suspeição e impedimento previstos em Lei, não poderá servir jurado da mesma atividade profissional do acusado.

Art. 19. Poderá ser constituído um Juri em cada zona eleitoral.

Art. 20. A presidência do Juri caberá ao Juiz do processo, salvo quando a Lei de organização judiciária atribuir a presidência a outro.

Art. 21. No Distrito Federal, poderá o juiz presidente do Juri representar ao Tribunal de Justiça para que seja substituído na presidência do Juri por Juiz substituto ou Juizes substitutos, nos termos do art. 20 da Lei n.^o 1.301, de 28 de dezembro de 1950. Servirá no Juri o Promotor Público que for designado.

Art. 22. O Juri poderá funcionar com pessoal, material e instalações destinados aos serviços eleitorais.

Art. 23. Nos processos da competência do Juri far-se-á a instrução contraditória, observado o disposto no Código de Processo Penal, relativamente ao processo comum (livro II, título I, capítulo I) com as seguintes modificações:

I) o número de testemunhas, tanto para a acusação como para a defesa, será de seis no máximo.

II) Serão ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa, dentro do prazo de quinze dias se o réu estiver preso, e de vinte quando solto.

III) Havendo acôrdo entre o Ministério Público e o réu, por seu defensor, mediante termo lavrado nos autos, será dispensada a inquirição das testemunhas arroladas pelas partes e cujos depoimentos constem do inquérito policial.

IV) Ouvidas as testemunhas e realizada qualquer diligência porventura requerida, o Juiz, depois de sanadas as nulidades e irregularidades e determinar ou realizar qualquer outra diligência, que entender conveniente, ouvirá, nos autos, sucessivamente, por quarenta e oito horas, o órgão do Ministério Público e o defensor.

V) Em seguida, o Juiz poderá absolver, desde logo, o acusado, quando estiver provado que ele não praticou o crime, fundamentando a sentença e recorrendo *ex-officio*.

VI) Se o Juiz assim não proceder, sem manifestar, entretanto, sua opinião, determinará a remessa do processo ao presidente do Juri ou que se faça a inclusão do processo na pauta do julgamento se lhe couber a presidência.

VII) Sac dispensadas a pronúncia e a formação de libelo.

Art. 24. O órgão do Ministério Público, o réu e o seu defensor, serão intimados do dia designado para o julgamento. Será julgado à revelia o réu solto que deixar de comparecer sem justa causa.

Art. 25. Poderão ser ouvidas em plenário as testemunhas da instrução que, previamente e com quarenta e oito horas de antecedência, forem indicadas pelo Ministério Público ou pelo acusado.

Art. 26. Em plenário, constituído o conselho de sentença, o Juiz tomará aos jurados o juramento de bem e sinceramente decidirem a causa, proferindo o voto a bem da verdade e da justiça.

Art. 27. Qualificado o réu e sendo-lhe permitida qualquer declaração a bem da defesa, observada as formalidades processuais, aplicáveis e constantes da seção IV do cap. II do livro II, tit. I do Código de Processo Penal, o juiz abrirá os debates, dando a palavra ao órgão do Ministério Público e ao assistente, se houver, para dedução da acusação e ao defensor para produzir a defesa.

Art. 28. O tempo, destinado à acusação e à defesa será de uma hora para cada uma. Havendo mais de um réu, o tempo será elevado ao dobro, desde que assim seja requerido. Não haverá réplica nem tréplica.

Art. 29. No julgamento que se realizará em sala secreta com a presença do Juiz, do escrivão e de um oficial de Justiça, bem como dos acusadores e dos defensores que se conservarão em seus lugares sem intervir na votação, os jurados depositarão na urna a resposta — sim ou não — ao quesito único indagando se o réu praticou o crime que lhe foi imputado.

Parágrafo único. Em seguida, o Juiz, no caso de condenação, lavrará sentença tendo em vista as circunstâncias atenuantes ou agravantes existentes nos autos e levando em conta na aplicação da pena o disposto nos arts. 42 e 43 do Código Penal.

Art. 30. Das decisões do Júri. e nos termos da legislação em vigor, cabe apelação, sem efeito suspensivo, em qualquer caso.

Art. 31. Em tudo mais que couber e não contrariar esta Lei aplicar-se-á o Código de Processo Penal.

Art. 32. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.00 (dois milhões de cruzeiros) para ocorrer, vetado, às despesas do pessoal e material necessários à execução desta Lei no Distrito Federal e nos Territórios.

Art. 33. Esta Lei entrará em vigor sessenta dias depois de sua publicação, aplicando-se aos processos iniciados na sua vigência.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.522 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado, na forma do art. 146 da Constituição, a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo, sempre que dêles houver carência.

Parágrafo único. Idêntica autorização é concedida ao Governo para assegurar o suprimento dos bens necessários às atividades agropastoris e industriais do país.

Art. 2.º A intervenção consistirá:

I — na compra, distribuição e venda de:

- a) gêneros e produtos alimentícios de primeira necessidade;
- b) gado vazio, suíno, ovino e caprino, destinados ao talho;
- c) aves e peixes próprios para alimentação humana;
- d) combustíveis vegetais ou minerais;
- e) tecidos e calçados de uso popular;
- f) medicamentos;
- g) instrumentos e ferramentas de uso individual;
- h) máquinas, inclusive caminhões, "jeeps", tratores, conjuntos motomecanizados e peças sobressalentes, destinados ao trabalho agrícola;
- i) arames farpados e lisos, quando destinados a emprego nas atividades rurais;
- j) artigos sanitários e artefatos industrializados, de uso doméstico, destinados ao consumo normal das pessoas de restrita capacidade econômica;
- k) cimento e laminados de ferro, destinados às construções de casas próprias de tipo popular e às benfeitorias rurais;
- l) produtos e materiais indispensáveis à produção de bens de consumo popular.

II — na fixação de preços e no controle de abastecimento.

III — na desapropriação de bens por interesse social, ou na requisição de serviços necessários, uns e outros, à realização dos objetivos previstos nesta Lei.

§ 1.º A aquisição far-se-á no país, ou no estrangeiro, quando insuficiente, a produção nacional, e a venda onde se verificar a escassez.

§ 2.º Não podem ser objeto de aquisição por compra, ou desapropriação, na forma desta Lei, os animais destinados ao serviço ou à reprodução.

DA COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS E DOS SEUS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 3.º A Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), instituída no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e com autonomia administrativa, será o órgão de execução desta Lei.

§ 1.º A COFAP terá um Presidente, em comissão, e será constituída de treze representantes do comércio, da indústria, da lavoura, da pecuária, da imprensa, das forças armadas, das cooperativas de produtores e de consumo, dos economistas dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, do Banco do Brasil e da Prefeitura do Distrito Federal.

§ 2.º Os representantes do comércio, da indústria, da lavoura, da pecuária, das cooperativas e dos economistas, serão indicados, em listas triplices, pelas entidades representativas de grau superior e, na falta destas, pelo Ministro da pasta respectiva.

§ 3.º A COFAP convocará representantes das autarquias econômicas para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 4.º As resoluções da COFAP serão tomadas por maioria absoluta de votos e constarão de portarias firmadas pelo seu presidente, ou, na falta ou impedimento deste, pelo substituto designado pelo Presidente da República dentre os membros da mesma Comissão.

Art. 5.º Como órgãos auxiliares da Comissão Federal de Abastecimento e Preços serão instituídas, nas capitais dos Estados e dos Territórios, Comissões de Abastecimento e Preços (COAP), e, nos municípios, Comissões Municipais de Abastecimento e Preços (COMAP), com a organização e as atribuições que forem determinadas pela Comissão Federal, dentro dos limites desta Lei.

§ 1.º As COAP serão constituídas de 8 e 5 membros, no mínimo, respectivamente, nos Estados e Territórios, e terão no máximo 12 membros, e nelas figurarão, na medida do possível, as representações das categorias econômicas indicadas no § 1.º do artigo 3.º desta Lei.

§ 2.º No Distrito Federal e nas capitais dos Estados e Territórios a fixação dos preços e o controle do abastecimento serão executados pela COFAP e pelas COAP, respectivamente.

§ 3.º A criação das Comissões Municipais de Abastecimento e Preços dependerá, em cada caso, de deliberação da COFAP.

Art. 6.º Os Presidentes e os membros da COFAP e das COAP serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 1.º Os Presidentes e membros das COMAP serão designados pelos Presidentes das COAP.

§ 2.º Na constituição das COMAP deverá figurar o Prefeito, ou seu representante.

DO ABASTECIMENTO E DOS PREÇOS

Art. 7.º Para o controle de abastecimento de mercadorias, ou serviços, e fixação dos preços, a COFAP poderá:

a) promover inquéritos econômicos, pesquisar os custos de produção e a distribuição dos gêneros e mercadorias;

b) verificar periodicamente o estoque dos bens mencionados no artigo 2.º, inciso I, desta Lei, existentes em qualquer parte do país, a fim de conhecer a sua qualidade, quantidade e procedência;

c) regular e disciplinar, no território nacional, a circulação e distribuição dos bens mencionados no artigo 2.º, inciso I, desta Lei, inclusive estabelecendo prioridade para o transporte e armazenagem, quando o interesse público o exigir;

d) regular e disciplinar a distribuição das matérias primas, podendo requisitar meios de transporte e armazenagem às entidades oficiais ou autárquicas, federais, estaduais e municipais;

e) tabelar os preços máximos em relação aos revendedores, quer sobre mercadorias, quer sobre serviços essenciais;

f) tabelar os preços máximos e estabelecer condições de venda de outras mercadorias ou serviços, a fim de impedir lucros excessivos, inclusive diversões públicas populares;

g) estabelecer o racionamento dos serviços essenciais e dos bens mencionados no artigo 2.º, inciso I, desta Lei, cuja produção se mostre insuficiente para atender ao consumo;

h) auxiliar as cooperativas de consumo e mistas agrícolas a obterem preferencialmente os produtos de que necessitem para o seu bom funcionamento;

i) manter estoque das mercadorias enumeradas no inciso I, do artigo 2.º, desta Lei;

j) superintender e fiscalizar, em todo o país, a execução das medidas que adotar e os serviços que estabelecer.

Art. 8.º Para efeito de controle dos preços, a COFAP, as COAP e as COMAP determinarão que o vendedor de mercadorias de primeira necessidade, cuja importância exceda de Cr\$ 10,00 — (dez cruzeiros). — ou o fornecedor de serviços essenciais, quando a prestação de serviço ultrapasse de Cr\$ 15,00 — (quinze cruzeiros) — entreguem ao comprador ou ao freguês, fatura ou nota ou caderno de venda, seja esta à vista ou a prazo, assinado pelo vendedor ou fornecedor, ou pelo empregado.

Parágrafo único. A fatura ou nota ou caderno de venda, conterá:

a) a indicação da quantidade e do preço da mercadoria vendida ou do serviço prestado;

b) o nome e o endereço do estabelecimento;

c) o nome da firma ou do responsável;

d) data e local da transação.

Art. 9.º Somente depois de autorizados pela COFAP poderão entrar em vigor os aumentos de preços dos gêneros e mercadorias cuja produção e venda sejam reguladas por autarquias ou órgãos federais ou estaduais.

Parágrafo único. Os aumentos das tarifas dos serviços de utilidade pública explorados por concessão, autorização ou permissão pela União, Esta-

dos, Municípios ou entidades autárquicas, ficam condicionados à prévia aprovação de um dos seguintes órgãos:

- a) da COFAP quando o serviço for federal ou interestadual;
- b) da COAP quando o serviço for estadual ou intermunicipal;
- c) da COMAP quando o serviço for municipal ou local.

DAS COMPRAS, DESAPROPRIAÇÕES E VENDAS

Art. 10. As compras serão feitas, sempre que possível, mediante concorrência pública ou administrativa.

§ 1.º Nos casos em que não for possível a concorrência, as compras serão feitas mediante autorização, em cada caso, da COFAP.

§ 2.º O relatório mensal, a que se refere o artigo 21 desta Lei, mencionará obrigatoriamente, em capítulo especial, a lista das compras feitas de acordo com o § 1.º deste artigo, com a justificativa da dispensa da concorrência.

§ 3.º A infração do disposto no parágrafo anterior sujeitará o Presidente da COFAP às sanções do artigo 28 desta Lei.

Art. 11. Os preços das mercadorias desapropriadas ou dos serviços requisitados serão pagos previamente em moeda corrente, de acordo com a cotação em vigor nos locais de produção ou de venda, respeitados os preços mínimos oficiais, quando houver.

Parágrafo único. Nenhuma desapropriação será feita por preço inferior ao custo médio de produção na respectiva zona.

Art. 12. O ato de desapropriação ou de requisição será baixado pelo Presidente da COFAP.

§ 1.º A imissão na posse dos bens desapropriados processar-se-á com citação do réu no foro em que se encontrarem, mediante prévio depósito judicial do respectivo preço, na forma do artigo 11, seu parágrafo único desta Lei, ou por meio de avaliação procedida por perito nomeado pelo juiz, e com audiência do interessado.

§ 2.º Na ausência do proprietário, a citação será feita por edital afixado no edifício da Prefeitura, com o prazo de três dias.

§ 3.º Citado o réu, o processo seguirá o curso previsto na legislação vigente sobre desapropriação por utilidade pública, reduzidos à metade sempre que possível, a critério do juiz, os respectivos prazos.

§ 4.º Imitido na posse, o Presidente da COFAP poderá dispor dos bens de consumo urgente ou de fácil deterioração.

§ 5.º Depositado o preço, o desapropriado poderá levá-lo sem que esse fato importe presunção de concordância com a avaliação, ou renúncia ao direito de defesa.

§ 6.º O Presidente da COFAP tem capacidade para estar em juízo como representante da União, por intermédio dos órgãos do Ministério Público Federal ou Estadual.

Art. 13. Os produtos adquiridos por compra, ou desapropriação, serão entregues ao consumo pelos preços tabelados.

§ 1.º As vendas aos distribuidores serão feitas com redução percentual e uniforme dos preços tabelados.

§ 2.º A Comissão entregará os produtos ou mercadorias ao consumidor por intermédio de estabelecimentos privados que habitualmente exerçam essa atividade, ou organização de qualquer natureza que tenha esse objetivo, inclusive cooperativas e Prefeituras Municipais, podendo, em último caso, reanuar vendas diretamente ao consumidor. As distribuições far-se-ão equitativamente de forma a impedir o açambarcamento e a especulação.

§ 3.º Nas compras e desapropriações dos bens previstos no inciso I do art. 2.º desta Lei, o imposto de vendas e consignações será pago pelo vendedor, ou pelo desapropriado.

Art. 14. Fica sujeito à multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), sem prejuízo de outras sanções penais que couberem, na forma da Lei, aquele que:

a) vender ou expuser à venda mercadorias ou oferecer serviços por preços superiores aos tabelados;

b) sonegar gêneros ou mercadorias, recusar vendê-las ou as reter com fins de especulação;

c) não mantiver afixada em lugar visível e de fácil leitura a tabela de preços dos gêneros e mercadorias, serviços ou diversões públicas populares.

d) favorecer ou preferir comprador ou freguês, em detrimento de outros, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;

e) negar ou deixar de fornecer a fatura ou nota, ou caderno de venda, quando obrigatório;

f) produzir mercadorias cuja embalagem, peso ou composição transgrida determinações legais;

g) efetuar vendas ou ofertas de venda, e compras ou ofertas de compra, que incluam, sob qualquer forma, uma prestação oculta;

h) efetuar vendas ou ofertas de venda e compras ou oferta de compra que prevejam a entrega de produtos inferiores, em quantidade ou qualidade aos faturados ou à fatura;

i) subordinar a venda de um produto à compra simultânea de outros produtos ou à compra de uma quantidade imposta;

j) estorvar ou impedir a observância das resoluções que forem baixadas pela COFAP no uso de suas atribuições;

k) sonegar documentos e comprovantes, exigidos para apuração do custo de produção e de venda, ou impedir ou dificultar exames contábeis que forem julgados necessários, ou deixar de fornecer esclarecimentos que forem exigidos, observado sempre o disposto no art. 34 desta Lei.

§ 1.º Na aplicação da multa atender-se-ão ao valor da operação considerada infringente desta lei, às circunstâncias do fato e à condição econômica e grau de instrução do infrator.

§ 2.º Responderão, solidariamente, pelo pagamento da multa, os proprietários, os administradores, os gerentes e os signatários da fatura ou nota ou do caderno de venda, quando exigidos, ou quem efetuar a venda.

Art. 15. As sociedades ou firmas que produzam gêneros ou mercadorias de primeira necessidade ou que prestem serviços essenciais ou que daqueles gêneros ou mercadorias façam comércio ou transporte, e cujas vendas ou receitas excedam a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) anuais, são obrigados a enviar à COFAP, anualmente, até o dia dez (10) de maio, os balanços acompanhados da conta de lucros e perdas, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Parágrafo único. Ficam isentos desta exigência as sociedades que, por lei, estiverem obrigadas a dar publicidade aos seus balanços.

Art. 16. O infrator será autuado na presença de duas testemunhas, pelos prepostos ou agentes de fiscalização da COFAP ou dos órgãos auxiliares, devendo constar a assinatura do infrator ou declaração, pelo autuante, da recusa.

§ 1.º O auto será lavrado em duas vias, devendo a primeira dar entrada na COFAP, COAP ou COMAP, dentro do prazo de vinte e quatro (24) horas, entregando-se a segunda ao autuado.

§ 2.º O autuado terá 15 dias para apresentar sua defesa, devendo o julgamento da infração ser feito no prazo improrrogável de 45 dias.

§ 3.º Os prazos serão contados a partir da data da autuação.

Art. 17. As multas por infração desta Lei serão aplicadas, nas capitais, pelos Juizes da Fazenda Pública e, no interior, pelo Juiz de Direito local, mediante a apuração da infração pela COFAP ou pelos seus órgãos auxiliares.

§ 1.º O infrator, simultaneamente com a sua defesa, depositará cinquenta por cento do valor da multa ou prestará fiança idônea, de pessoa física ou jurídica.

§ 2.º O prazo para a apresentação da defesa será de cinco dias, a contar da citação do infrator.

§ 3.º Apresentada a defesa, será dada a vista dos autos ao Ministério Público, como representante do órgão que tiver verificado a infração.

§ 4.º Da decisão do Juiz caberá recurso de agravo, com efeito suspensivo, para o Tribunal de Justiça.

Art. 18. Os recursos administrativos previstos nesta Lei serão interpostos dentro do prazo de quinze dias úteis, fatais e improrrogáveis, a contar da data da publicidade do ato.

Parágrafo único. Não havendo recurso no prazo legal, será a multa inscrita como dívida ativa da União.

Art. 19. No caso de reincidência poderá o Juiz de Direito decretar a interdição total ou parcial do estabelecimento por um prazo de cinco (5) a noventa (90) dias.

Parágrafo único. As sanções administrativas ou judiciais impostas ao infrator não darão lugar à rescisão da locação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Os estabelecimentos devidamente aparelhados, a juízo das autoridades sanitárias, poderão fornecer ao comércio varejista de gêneros alimentícios ou diretamente aos consumidores, carne retalhada, classificada, em embalagem adequada.

Art. 21. Mensalmente publicará a COFAP, no *Diário Oficial*, um relatório de suas atividades acompanhado de balancete da receita e despesa do serviço.

§ 1.º O relatório mencionará obrigatoriamente:

a) a relação das mercadorias adquiridas por compra ou desapropriação;

b) a relação das mercadorias vendidas por grosso e a varejo;

c) a relação das multas aplicadas.

§ 2.º Da relação das mercadorias adquiridas e das vendidas por grosso, constará sempre a quantidade, o preço e o nome das pessoas a quem tenham sido vendidas ou de quem tenham sido adquiridas, com os respectivos endereços.

§ 3.º As vendas a varejo serão mencionadas no relatório com a indicação do posto, que as fez e especificação da espécie, quantidade e valor.

Art. 22. A COFAP remeterá, até o dia 30 de março de cada ano, ao Tribunal de Contas, para exame e julgamento, o levantamento anual de suas contas com base nos relatórios e balancetes mensais, a que se refere o art. 21 desta Lei.

Art. 23. É criado o cargo em comissão de Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, com os vencimentos correspondentes ao símbolo CC-1.

Art. 24. São criados vinte e quatro (24) cargos, em comissão, de Presidentes das Comissões Estaduais e Territoriais de Abastecimento e Preços, que serão ocupados por cidadãos de reconhecida competência e idoneidade, livremente nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. As funções de que trata este artigo é atribuído o símbolo CC-7, que corresponderá aos vencimentos mensais de Cr\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta cruzeiros).

Art. 25. Aos membros da COFAP e das COAP será atribuída uma gratificação de duzentos (Cr\$ 200,00) a cem (Cr\$ 100,00) cruzeiros, respectivamente, por sessão a que comparecerem, até o máximo de dez (10) durante o mês.

Parágrafo único. Os serviços prestados pelo Presidente e membros das COMAP serão gratuitos e considerados de relevante interesse público.

Art. 26. A COFAP arbitrará as gratificações dos seus servidores, no exercício de funções de chefia e pela prestação de serviços extraordinários, submetendo as suas decisões à aprovação do Presidente da República.

Art. 27. O Presidente da COFAP poderá requisitar, na forma da legislação em vigor, servidores públicos de autarquias ou de sociedade de economia mista, os quais ficarão afastados de suas funções, enquanto durar a requisição, sem prejuízo dos seus vencimentos e das demais vantagens do seu cargo ou função.

§ 1.º Em casos excepcionais, poderá também o Presidente da COFAP admitir extranumerários, mediante prévia autorização do Presidente da República.

§ 2.º A organização e as modificações do quadro de pessoal dos serviços da COFAP para a União, Estados e Territórios, serão feitas pelo seu Presidente e submetidas à aprovação do Presidente da República.

Art. 28. As autoridades administrativas e os servidores públicos em geral que, no exercício das atribuições conferidas nesta Lei e pelo seu Regulamento, praticarem atos eivados de abuso ou de desvio de poder ficarão sujeitos, além da sanção penal em que incidirem, a destituição do cargo ou função, a qual poderá ser promovida administrativa ou judicialmente, pelo Ministério Público, pelo lesado ou pela sua associação de classe. Na sentença poderá ainda o Juiz, de acordo com a gravidade da falta, decretar a incapacidade do culpado para o exercício de qualquer cargo ou função pública, pelo prazo de seis (6) meses a quatro (4) anos.

Art. 29. Os membros da COFAP e dos órgãos auxiliares, os seus funcionários ou servidores, remunerados ou não, que pleitearem, exigirem ou receberem qualquer recompensa por ação ou omissão contrária aos fins desta Lei incorrerão na pena de seis (6) meses a quatro (4) anos de reclusão.

Art. 30. Os membros da COFAP deverão fazer prova de quitação com o imposto de renda. Os Presidentes, membros e servidores da COFAP e das COAP ficam obrigados a apresentar, antes de entrarem no exercício de suas funções, uma declaração de bens e rendas próprias e de suas esposas e dependentes, declaração que deverá ser renovada no mês de junho de cada ano.

Parágrafo único. As declarações serão enviadas, por intermédio da COFAP, dentro em 15 dias, ao Tribunal de Contas, onde serão arquivadas.

Art. 31. É o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil empréstimo, em conta corrente, até o limite de duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200.000.000,00), destinado a ocorrer às operações autorizadas no art. 2.º desta Lei.

Art. 32. O Poder Executivo é também autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial até o limite de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00) para atender às despesas de pessoal e material da COFAP e órgãos auxiliares inclusive alugueis de prédios destinados ao seu funcionamento.

Art. 33. As dotações orçamentárias, o material e arquivo da Comissão Central de Preços serão transferidos para a COFAP.

Art. 34. Para a realização de exames contábeis ou de documentos, devem os Presidentes da COFAP ou das COAP, em cada caso, credenciar servidores especialmente para esse fim.

Art. 35. Em caso de urgência, excluídas as desapropriações e vendas, o Presidente da COFAP poderá, *ad referendum* da mesma Comissão, deliberar sobre os assuntos da alçada desta, submetendo, no prazo de 48 horas, tais deliberações à sua aprovação.

Art. 36. Poderá o Presidente da COFAP atribuir a cidadãos de reconhecida idoneidade, função de fiscalização, cujo exercício será considerado serviço público relevante, não dando, porém, direito a percepção de vencimentos ou gratificações.

Art. 37. Esta lei não prejudica a vigência das resoluções da CCP e Comissões auxiliares, relativas a tabelamentos, enquanto não revogadas pela COFAP ou COAP.

Art. 38. A COFAP pagará aos Estados e ao Distrito Federal, mensalmente, a título de indenização, a importância correspondente ao imposto de vendas e consignações relativo às vendas que efetuar nos termos desta Lei.

Art. 39. Na execução desta Lei não serão permitidas discriminações de caráter geográfico ou de grupos e pessoas dentro do mesmo setor de produção e comércio.

Art. 40. Os servidores do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que se encontram em exercício na Comissão Central de Preços (art. 8.º do Decreto-lei n.º 9.125, de 4 de abril de 1946), serão transferidos para a COFAP, a juízo da administração, na situação em que se encontram, devendo ser transferidas as verbas de pessoal respectivas.

Art. 41. A presente Lei entrará em vigor trinta dias depois da sua publicação, e vigorará por cinco (5) anos, ficando revogado o Decreto-lei n.º 9.125, de 4 de abril de 1946, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

João Cleofas.

LEI N.º 1.523 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender no corrente exercício, a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei número 1.254 de 4 de dezembro de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00 (cento e quarenta e dois milhões de cruzeiros) a fim de atender no exercício de 1951 às despesas com pessoal dos seguintes estabelecimentos de ensino superior federalizados pela Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, inclusive Reitorias das Universidades do Recife, Bahia e de Minas Gerais:

I — Pará:

- 1 — Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.
- 2 — Faculdade de Direito do Pará.

- 3 — Faculdade de Farmácia de Belém do Pará.

II — Maranhão:

- 4 — Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão.
- 5 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão.

III — Piauí:

- 6 — Faculdade de Direito do Piauí.

IV — Ceará:

- 7 — Faculdade de Farmácia e Odontologia.

V — Pernambuco:

- 8 — Faculdade de Filosofia.
- 9 — Escola de Química.

VI — Bahia:

- 10 — Faculdade de Filosofia.
- 11 — Faculdade de Ciências Econômicas.

- 12 — Faculdade de Belas Artes com curso de arquitetura.

VII — Espírito Santo:

- 13 — Faculdade de Direito.

VIII — Rio de Janeiro:

- 14 — Faculdade Fluminense de Medicina.

IX — Paraná:

- 15 — Reitoria da Universidade.
- 16 — Faculdade de Filosofia.
- 17 — Faculdade de Direito.
- 18 — Faculdade de Medicina.
- 19 — Faculdade de Engenharia.
- 20 — Faculdade de Ciências Econômicas.

X — Rio Grande do Sul.:

LEI N.º 1.524 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

- 21 — Faculdade de Filosofia.
- 22 — Faculdade de Direito.
- 23 — Escola de Engenharia com cursos de Minas e Metalurgia e de Arquitetura e Urbanismo, e de Química.
- 24 — Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina.
- 25 — Escola de Agronomia e Veterinária.
- 26 — Faculdade de Ciências Econômicas.
- 27 — Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes.
- 28 — Faculdade de Direito de Pelotas.
- 29 — Faculdade de Odontologia de Pelotas.
- 30 — Faculdade de Farmácia de Santa Maria.
- 31 — Reitoria da Universidade, inclusive imprensa universitária.

XI — Goiás:

- 32 — Faculdade de Direito.

XII — Minas Gerais:

- 33 — Escola de Enfermagem Carlos Chagas anexa à Faculdade de Medicina.
- 34 — Conservatório Mineiro de Música.
- 35 — Escola de Farmácia de Ouro Preto.
- 36 — Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa.

Art. 2.º — O crédito de que trata a presente Lei atenderá inclusive as despesas realizadas a partir de 1.º de janeiro de 1951.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

Cria, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o 5.º Distrito, com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É criado, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o 5.º Distrito que abrangerá todo o Estado do Rio Grande do Norte e terá sua sede na cidade de Natal.

Parágrafo único — O 2.º Distrito do mesmo Departamento, que, em conformidade com o disposto no Art. 4.º do Decreto-lei número 3.486, de 28 de dezembro de 1945, abrangia o referido Estado e o da Paraíba, ficará limitado a este último Estado.

Art. 2.º — Fiquem criados no referido Departamento um cargo, em comissão, de chefe de distrito, padrão CC-5, uma função de ajudante de chefe de distrito, com a gratificação anual de Cr\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos cruzeiros); uma de chefe de secretaria de distrito e uma de chefe de contabilidade de distrito, ambas com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 3.º — Para as despesas de instalação e organização decorrentes das atividades iniciais do Distrito ora criado, inclusive vencimentos e gratificações no presente exercício referentes ao cargo e funções de que trata o artigo precedente, aquisição ou aluguel de imóveis, aquisição de móveis e equipamentos, diárias, ajudas de custo e outras, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.525 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00 para pagamento de despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948.

O Presidente da República.:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00 (um milhão oitocentos e vinte mil cruzeiros) destinado a atender ao pagamento das despesas efetuadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro com os seguintes trabalhos de restabelecimento das linhas e obras de arte do ramal de Bonfim a Barra de Mundo Novo, canificadas pelas enchentes ocorridas em fins de 1948.

a) Escavação carga, transporte e descarga de terra, para a recomposição dos aterros, sob fogueiras de dormentes imprestáveis pelo D. N. E. F. — nos kms. 589 — 594 — 595 — 631 — 632 — 640 — 641 e 645 — 15.000m3 de terra — Cr\$ 165.000,00.

b) Demolição e reconstrução dos encontros do pontilhão do km 583, inclusive reparo e pintura das vigas metálicas — Cr\$ 90.000,00.

c) Construção de um bueiro capeado de 0,80 x 1,20 no km 589 — Cr\$ 25.000,00.

d) Construção de um bueiro capeado de 0,80 x 1,20 no km 594 — Cr\$ 30.000,00.

e) Construção de uma ponte de 40m. no km 599, inclusive muros de alate revestimento de atêrro de acesso — Cr\$ 600.000,00.

f) Demolição da estação de Miguel Calmon, com aproveitamento de materiais — Cr\$ 40.000,00.

g) Construção da nova estação de Miguel Calmon com rodar — Cr\$.. 670.000,00.

h) Construção de um muro de sustentação, em alvenaria de pedra com argamassa de cimento, para proteção da estação de Miguel Calmon — Cr\$ 160.000,00.

i) Pequenos reparos das obras darte dos Kms. 631,632 e 645 — 40.000,00.
Total — 1.820.000,00.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Horácio Láfer.

LEI N.º 1.526 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 13.327,40, destinado à regularização de despesa do exercício de 1949.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.. 13.327,40 (treze mil, trezentos e vinte e sete cruzeiros e quarenta centavos), destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1949, com o estudo de letras hipotecárias, e escriturada em conta de ordem pela Contadoria Geral da República.

Art. 2.º — O crédito a que se refere o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Láfer

LEI N.º 1.527 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza a abertura ao Congresso Nacional, Senado Federal — de um crédito especial de Cr\$ 98.971,70, para pagamento de salário família e de gratificação adicional aos funcionários da Secretaria do Senado — e um suplementar de Cr\$ 1.693.969,80, em reforço da verba destinada ao pagamento de ajuda de custo devida aos Senadores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — São abertos ao Congresso Nacional — Senado Federal — os seguintes créditos especial, de Cr\$.. 98.971,70 (noventa e oito mil, novecentos e setenta e um cruzeiros e setenta centavos) sendo Cr\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros) para pagamento de salário família aos funcionários da Secretaria do Senado e Cr\$ 93.121,70 (noventa e três mil, cento e vinte e um cruzeiros e setenta centavos) para pagamento de gratificação adicional aos mesmos servidores, tudo referente ao exercício de 1950; e, suplementar, de Cr\$ 1.693.969,80 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e nove cruzeiros e oitenta centavos), sendo Cr\$ 1.188.000,00 (um milhão, cento e oitenta e oito mil cruzeiros) Verba 1, Consignação IV, 22, 02, para pagamento de ajuda de custo aos senadores, pela convocação, extraordinária do Congresso, no período de 16 de dezembro de 1950, a 31 de janeiro de 1951 e Cr\$ 505.969,80 (quinhentos e cinco mil, novecentos e sessenta e nove cruzeiros e oitenta centavos) Verba 1, Consignação III, 15-02, para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Senado, em virtude da Resolução número 10, de 20 de agosto de 1951.

Art. 2.º — Os créditos abertos por esta Lei serão, automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.528 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Euripedes Nunes dos Santos, falecido em virtude de acidente em serviço.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida a Maria Coutinho Cavalcanti dos Santos e aos seus filhos menores, Edna e Ednar, viúva e filhos de Euripedes Nunes dos Santos, agente fiscal do Imposto de Consumo no interior do Estado do Pará, classe I, do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, falecido em consequência de acidente em serviço a pensão especial de Cr\$ 2.021,00 (dois mil e vinte e um cruzeiros) mensais.

Parágrafo único — Caberá metade da pensão à viúva e o restante aos filhos, repartido igualmente.

Art. 2.º — A pensão especial instituída por esta Lei cessará nos termos do Art. 2º do Decreto número 22.414, de 30 de janeiro de 1933, e reverterá em favor da viúva a parte dos filhos, e em favor dos filhos, repartida igualmente, a parte da viúva.

Art. 3.º — A despesa respectiva correrá à conta da verba anualmente consignada ao Ministério da Fazenda para pagamento aos pensionistas do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.529 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Humberto Mota Espesim, falecido em virtude de acidente em serviço.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida a Jovita Pereira Espesim, e aos menores Manuel Espesim Neto, Humberto Mota Espesim Filho, e Florentino Pereira Espesim, respectivamente, viúva e filhos de Humberto Mota Espesim, trabalhador, classe B, do Ministério da Fazenda, falecido em consequência de acidente em serviço, a pensão especial de Cr\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros) mensais.

Parágrafo único — Metade da pensão caberá à viúva e o restante aos filhos, repartida igualmente.

Art. 2.º — A pensão especial instituída por esta Lei cessará, nos termos do artigo 20 do Decreto número 22.414, de 30 de janeiro de 1933, e reverterá em favor da viúva, a parte dos filhos, e, em favor dos filhos, repartida igualmente, a parte da viúva.

Art. 3.º — A despesa com a pensão correrá à conta da verba anualmente consignada ao Ministério da Fazenda, para pagamento aos pensionistas do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.530 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Altera os arts. 132, 142, 486, 487 e 654, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. (vetado), 132, letra b, 142, parágrafo único, 486 e

487, incisos I e II, do Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943, passam a ter a seguinte redação:

Art. 11. (Vetado).

Art. 132.

b) quinze dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e cinquenta dias em os doze meses do ano contratual.

Art. 142.

Parágrafo único. Fica o empregador, na rescisão sem ocorrência de culpa do empregado, sujeito ao pagamento do período incompleto após doze meses de trabalho, na proporção estabelecida no art. 132 desta Consolidação.

Art. 486. No caso de paralisação, temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do Governo responsável.

§ 1.º (Vetado).

§ 2.º Sempre que a parte interessada, firmada em documento hábil, invocar defesa baseada na disposição deste artigo e indicar qual o juiz competente, será ouvida a parte contrária, para, dentro de três dias, falar sobre essa alegação.

§ 3.º Verificada qual a autoridade responsável, a Junta de Conciliação ou Juiz dar-se-á por incompetente, remetendo os autos ao Juiz Privativo da Fazenda, perante o qual correrá o feito nos termos previstos no processo comum.

Art. 487

I) oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

II) trinta dias aos que perceberem por quinquena ou mês, ou que tenham mais de doze meses de serviço na empresa.

Art. 2.º O § 5.º do art. 654 do citado Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, modificado pelo Decreto-lei n.º 9.797, de 9 de setembro de 1946, passa a ter a redação seguinte:

Art. 654.

§ 5.º O preenchimento dos cargos vagos, ou criados, de Presidente de Junta será feito, dentro de cada Região:

1.º) pela remoção de outro Presidente que a peça, prevalecendo a antiguidade no cargo no caso de haver mais de um pedido, e desde que a remoção tenha sido requerida ao Presidente do Tribunal Regional dentro de sessenta dias, contados da abertura da vaga;

2.º) pela promoção, cuja aceitação será facultativa, de substituto ou suplente, que, na data da promulgação da Constituição, já gozasse das garantias constantes do § 1.º deste artigo, e alternadamente por antiguidade e por merecimento.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

LEI N.º 1.531 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1951

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00, destinado às despesas complementares da construção de edifícios e instalação de maquinária para uma fábrica de munição.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas complementares com a construção de edifícios e instalação de maquinária para uma fábrica de munição destinada ao Exército.

Art. 2.º O crédito especial de que trata esta Lei terá a vigência de 3 (três) anos.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Newton Estillac Leal

Horácio Lafer

LEI N.º 1.531 "A" — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1951

Fixa os efetivos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os efetivos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra passam a ter a seguinte constituição:

Corpo da Armada

Almirante de Esquadra	2
Vice-Almirantes	10
Contra-Almirantes	20
Capitães de Mar e Guerra	75
Capitães de Fragata	175
Capitães de Corveta	350
Capitães Tenentes	600
Primeiros Tenentes	300
Segundos Tenentes — aberto	—
	<u>1.532</u>

Corpo de Fuzileiros Navais

Vice-Almirante	1
Contra-Almirante	1
Capitão de Mar e Guerra	4
Capitães de Fragata	15

Capitães de Corveta	30	
Capitães Tenentes	70	
Primeiros Tenentes	100	
Segundos Tenentes — aberto	—	221

CORPO DE SAÚDE DA MARINHA

Quadro de Médicos

Contra-Almirante	1	
Capitães de Mar e Guerra	12	
Capitães de Fragata	28	
Capitães de Corveta	60	
Capitães Tenentes	90	
Primeiros Tenentes	75	266

Quadro de Farmacêuticos

Capitão de Mar e Guerra	1	
Capitães de Fragata	3	
Capitães de Corveta	4	
Capitães Tenentes	5	
Primeiros Tenentes	6	
Segundos Tenentes — aberto	—	19

Quadro de Cirurgiões Dentistas

Capitão de Mar e Guerra	1	
Capitães de Fragata	3	
Capitães de Corveta	7	
Capitães Tenentes	22	
Primeiros Tenentes	30	
Segundos Tenentes	25	88

Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais

Vice-Almirante	1	
Contra-Almirante	1	
Capitães de Mar e Guerra	12	
Capitães de Fragata	20	
Capitães de Corveta	26	
Capitães Tenentes	32	92

Corpo de Intendentes da Marinha

Contra-Almirante	1	
Capitães de Mar e Guerra	12	
Capitães de Fragata	36	
Capitães de Corveta	72	
Capitães Tenentes	108	
Primeiros Tenentes	176	
Segundos Tenentes — aberto	—	405

Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha

Capitães de Corveta	3	
Capitães Tenentes	25	
Primeiros Tenentes	50	
Segundos Tenentes	100	178

*Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de
Fuzileiros Navais*

Capitão de Corveta	1	
Capitães Tenentes	3	
Primeiros Tenentes	7	
Segundos Tenentes	13	34

Art. 2.º As vagas provenientes do presente aumento de efetivos serão preenchidas por parcelas que não poderão exceder cada uma de 25% do total do aumento de efetivos.

Parágrafo único. O primeiro preenchimento de vagas será feito em março de 1952 e os subsequentes de seis em seis meses até a complementação dos efetivos previstos na presente Lei, salvo para o preenchimento de vagas de Oficiais Gerais que serão atendidos 50% em março de 1952 e 50% em março de 1953.

Art. 3.º O Corpo de Intendentes da Marinha resultará da fusão, em um único Corpo, dos atuais Corpos de Intendentes Navais e Quadro de Contadores Navais.

§ 1.º A fusão se fará, pôsto por pôsto, antes de qualquer promoção decorrente da presente Lei, respeitada, em cada pôsto, a antiguidade dos oficiais interessados, na data da fusão.

§ 2.º Os atuais Oficiais Contadores Navais de pôsto de Capitão de Mar e Guerra, Capitão de Fragata, Capitão de Corveta e Capitão Tenente ficam dispensados das comissões de embarque exigidas pelo Regulamento de Promoções.

§ 3.º O ingresso para o Corpo de Intendentes da Marinha se fará, somente, através da Escola Naval.

Art. 4.º Os atuais Oficiais do Corpo da Armada, dos indicativos (EN) e (S) passarão para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, aí ocupando colocação de acordo com os seus postos e antiguidades atuais.

§ 1.º Os oficiais que, em virtude de concurso, se acharem, atualmente, cursando engenharia, ingressarão para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais logo que aprovados nos respectivos cursos e ocuparão lugar nos diversos postos, de acordo com sua antiguidade.

§ 2.º O ingresso para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais se fará por concurso, mediante regulamentação a ser expedida pelo Governo dentro do prazo de noventa (90) dias após a entrada em vigor da presente Lei, observando-se:

a) que o candidato seja detentor de diploma de escola superior, especial ou técnica, nacional ou estrangeira, para onde fôr enviado, após o concurso de seleção;

b) a colocação do ingressante será feita após o oficial mais moderno do mesmo corpo.

Art. 5.º Os atuais oficiais designados no Corpo da Armada pela letra (M) serão destacados desse Corpo e passarão a constituir um Quadro à parte, em extinção, sob a denominação de Quadro de Oficiais Engenheiros Maquinistas.

§ 1.º O pôsto limite desse Quadro será o de Vice-Almirante, não podendo haver mais de um Vice-Almirante e um Contra-Almirante, simultaneamente.

§ 2.º O acesso nesse Quadro se fará por merecimento e antiguidade, de acordo com o que se processa nas promoções dos oficiais do Corpo da Armada.

Art. 6.º As condições de acesso em todos os Corpos e Quadros da Marinha serão reguladas por lei especial.

Art. 7.º O ingresso nos Quadros e Corpo de Saúde da Marinha, a que se refere a presente Lei, será feito mediante concurso e de acordo com a regulamentação a ser baixada pelo Governo.

Parágrafo único. O ingresso no Quadro de Médicos se fará no pôsto de Primeiro Tenente, e nos demais, no pôsto de Segundo Tenente.

Art. 8.º Os Officiaes do Quadro de Officiaes Auxiliares da Marinha, além das attribuições regulamentares que lhes são peculiares, poderão ter embarque nos navios de guerra e auxiliares de todos os tipos, onde exercerão funções de suas especialidades ou funções de serviço geral, a critério da administração naval.

Art. 9.º A admissão no Quadro de Officiaes Auxiliares da Marinha e no Quadro de Officiaes Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais se fará, mediante concurso, entre os subofficiaes da ativa do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, respectivamente. Quando, porém, o número de candidatos aprovados fôr inferior ao número de vagas a preencher, poderão ser admitidos a concurso os primeiros sargentos da ativa; e, se ainda assim, não forem preenchidas as vagas, poderão concorrer a esses quadros, pelo mesmo processo, os 2.º e 3.º sargentos da ativa e, na falta destes, os subofficiaes da Reserva, primeiros sargentos da Reserva ou civis, a critério do Governo.

Art. 10. O posto de Almirante de Esquadra, ou equivalente, é privativo na ativa do corpo da Armada.

Art. 11. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

LEI N.º 1.532 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951

Restabelece entre os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, comunidade de serviços médicos para combate à tuberculose e outras moléstias nocivas à coletividade, cria o Conselho de Medicina da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio estabelecerá, por intermédio do Departamento Nacional de Previdência Social, entre os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e por estes proporcionalmente custeadas, comunidade de serviços para a execução, em todo o território nacional, da medicina preventiva e curativa, por meio da profilaxia e assistência, inclusive assistência nosocomial, para os segurados, ativos ou aposentados, e seus beneficiários e para seus pensionistas.

Art. 2.º A ação da comunidade de serviços referida no art. 1.º será obrigatória no combate à tuberculose, nos termos do Decreto-lei n.º 9.387, de 30 de junho de 1946, e estender-se-á às demais formas de prevenção e assistência a critério do Conselho de que trata o art. 8.º desta lei.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Previdência Social empregará meios para que os trabalhos de comunidade sejam encetados, o mais tardar, simultaneamente com os da Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

Art. 3.º A organização e funcionamento da comunidade de serviço, de que trata o art. 1.º, obedecerão as normas expedidas pelo Departamento Nacional de Previdência Social, com aprovação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, à proporção que forem sendo instituídas, respeitado, no que se refere à tuberculose, o disposto no Decreto-lei n.º 9.387, de 20 de junho de 1946, quanto às medidas de profilaxia e assistência adotadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, sob a orientação e fiscalização do Serviço Nacional de Tuberculose, que é o órgão supervisor da Campanha.

Art. 4.º Os serviços a que alude esta lei serão gratuitos para os segurados ativos e aposentados, poderão sê-lo igualmente para os beneficiários e pensionistas, nos limites fixados pelas normas a que se refere o art. 3.º.

Art. 5.º A proporção que forem sendo instalados os serviços de comunidade citadas nesta lei, tornar-se-á obrigatório o exame médico preventivo para admissão nas empresas filiadas às instituições partícipes, a fim de apurar-se se os interessados não sofrem de moléstia nociva à coletividade. Assim, também, o serão aqueles exames a que periodicamente se submetem os respectivos segurados, seus beneficiários e pensionistas, de acordo com as normas expedidas na forma prevista no art. 3.º, e, no que concerne à tuberculose conforme estabeleça esse Departamento, dentro da orientação traçada pelo Serviço Nacional de Tuberculose, mediante a aprovação exigida no referido dispositivo.

Art. 6.º Para custeio das atividades empreendidas pelas instituições participantes da comunidade de serviços de medicina preventiva, a que se refere o art. 1.º desta lei, os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões destinarão anualmente importância correspondente a 4% (quatro por cento) dos saldos orçamentários do exercício financeiro, tendo por base os do anterior, sem prejuízo das verbas ordinárias dos seus serviços médicos.

Art. 7.º Ao fim de cada quinquênio, será apurada, de acordo com as instruções elaboradas pelo Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a economia líquida que, como resultado da ação preventiva de que trata esta lei, se verificar nas verbas destinadas pelas instituições partícipes ao custeio das aposentadorias por invalidez, pensões e auxílios para funeral. Se o saldo apurado for inferior à importância despendida por força do art. 6.º desta lei, ao Governo Federal caberá a obrigação de indenizar, pela diferença, as referidas instituições, pagando-lhes, enquanto o não fizer, os juros de 6% ao ano, sobre este débito.

Art. 8.º É criado no Departamento Nacional da Previdência Social o Conselho de Medicina da Previdência Social, órgão de coordenação técnica da comunidade de serviços médicos de que trata esta lei, e de cooperação com os órgãos nacionais de saúde pública, observado o disposto no art. 3.º, *in fine*.

§ 1.º Vetado.

§ 2.º Vetado.

§ 3.º O funcionamento do Conselho atenderá ao regimento que elaborar e que será aprovado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social.

Art. 9.º Os presidentes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, ou entidades equivalentes, deverão atender as convocações do Conselho, para participação nos trabalhos deste ou para designação dos seus representantes, na forma do art. 8.º, incorrendo em responsabilidade os que o não fizerem sem causa justificada.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E: Simões Filho.

Segadas Viana.

LEI N.º 1.533 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951

Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao Mandado de Segurança.

O Presidente da República:

Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corpus*, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

§ 1.º — Consideram-se autoridades para os efeitos desta lei os administradores ou representantes das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do poder público, somente no que entende com essas funções.

§ 2.º — Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

Art. 2.º — Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União Federal ou pelas entidades autárquicas federais.

Art. 3.º — O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado judicialmente.

Art. 4.º — Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos desta lei, impetrar o mandado de segurança por telegrama ou radiograma ao juiz competente, que poderá determinar seja feita pela mesma forma a notificação à autoridade coatora.

Art. 5.º — Não se dará mandado de segurança quando se tratar:

I — de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução;

II — de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição;

III — de ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.

Art. 6.º — A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos artigos 158 e 159 do Código do Processo Civil, será apresentada em duas vias e os documentos, que instruírem a primeira, deverão ser reproduzidos, por cópia, na segunda.

Parágrafo único. — No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público, ou em poder de autoridade que recuse fornecê-lo por certidão, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará para cumprimento da ordem o prazo de cinco dias. Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. O escriptivo extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição.

Art. 7.º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

I — que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-se-lhe a segunda via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de cinco dias, preste as informações que achar necessárias;

II — que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.

Art. 8.º A inicial será desde logo indeferida quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos desta lei.

Parágrafo único. De despacho de indeferimento caberá o recurso previsto no art. 12.

Art. 9.º Feita a notificação, o serventuário em cujo cartório corra o feito juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao coator, bem como a prova da entrega a este ou da sua recusa em aceitá-lo ou dar recibo.

Art. 10. Findo o prazo a que se refere o item I do art. 7.º e ouvido o representante do Ministério Público dentro em cinco dias, os autos serão conclusos ao juiz, independente de solicitação da parte, para a decisão, a qual deverá ser proferida em cinco dias, tenham sido ou não prestadas as informações pela autoridade coatora.

Art. 11. Julgado procedente o pedido, o juiz transmitirá em ofício, por mão do oficial do juízo ou pelo correio, mediante registro com recibo de volta, ou por telegrama, radiograma ou telefonema, conforme o requerer o peticionário, o inteiro teor da sentença à autoridade coatora.

Parágrafo único. Os originais, no caso de transmissão telegráfica, radiofônica ou telefônica, deverão ser apresentados à agência expedidora com a firma do juiz devidamente reconhecida.

Art. 12. Da decisão do juiz, negando ou concedendo o mandado caberá o recurso de agravo de petição, assegurando-se as partes o direito de sustentação oral perante o tribunal *ad quem*.

Parágrafo único. Da decisão que conceder o mandado de segurança recorrerá o juiz ex-offício sem que esse recurso tenha efeito suspensivo.

Art. 13. Quando o mandado for concedido e o presidente do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos ou do Tribunal de Justiça ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença, dêse seu ato caberá agravo de petição para o Tribunal a que presida.

Art. 14. Nos casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos

demais tribunais caberá ao relator a instrução do processo.

Art. 15. A decisão do mandado de segurança não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

Art. 16. O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

Art. 17. Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus*. Na instância superior deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão não poderá exceder de vinte e quatro horas, a contar da distribuição.

Art. 18. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pela interessado, do ato impugnado.

Art. 19. Aplicam-se ao processo do mandado de segurança os arts. 88 a 94 do Código do Processo Civil.

Art. 20. Revogam-se os dispositivos do Código do Processo Civil sobre o assunto e mais disposições em contrário.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

A P E N S O

figura neste apenso retificação publicada no 4.º trimestre de 1951, referente a lei expedida em trimestre anterior.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1951

LEI N.º 1.431 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1951

Altera os arts. 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal, e dá outras providências.

Publicado no *Diário Oficial* de 14 de setembro de 1951 (Seção I).

RETIFFICAÇÃO

Onde se lê:

Art. 5.º A organização, funcionamento, atribuições e prerrogativas do

patronato particular, incumbido, da vigilância do liberado condicional, obedecerão ao padrão estabelecido pelas peculiaridades regionais ou locais.

.....
Leia-se:

.....
Art. 5.º A organização, funcionamento, atribuições e prerrogativas do patronato particular, incumbido da vigilância do liberado condicional, obedecerão ao padrão estabelecido pela União para o patronato oficial, com as alterações determinadas pelas peculiaridades regionais ou locais.
.....

EMENTÁRIO

Leis e Decretos publicados
nos volumes VII e VIII de
1951, desta coleção, classi-
ficados pela ordem alfabé-
tica dos assuntos.

página original em branco

EMENTÁRIO

A

ABALROAMENTOS MARÍTIMOS

Torna pública a adesão do Haiti à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abalroamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e de salvamento marítimos, firmadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910.

Decreto n. 30.191 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

ABERTURA DE CRÉDITO

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

ACORDOS

Decreto-legislativo n. 46 — de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1951.

— Decreto-legislativo n. 52 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

— Decreto-legislativo n. 55 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

— Decreto-legislativo n. 61 — de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1951.

ACORDOS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$.. 268.650,00, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950, das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio*

Lei n. 1.445 — de 4 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1951.

AÇUDES

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Champrão", no município de Condeúba, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.689 — de 23 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1951.

— *Declara de utilidade pública a área de terreno necessária à construção do açude "Soheh", no município de Senhor do Bonfim, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 30.232 — de 3 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, destinado ao pagamento dos Servidores da Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.

Lei n. 1.436 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

AERONAUTICA

Decreto-legislativo n. 52 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

— Dá nova redação ao Capítulo VIII do Regulamento do Tráfego Aéreo, aprovado pelo Decreto número 8.352, de 9 de dezembro de 1941.

Decreto n. 30.111 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

AEROPORTOS

Dá nova denominação ao Aeroporto São João, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.457 — de 12 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1951.

— Dá nova denominação ao aeroporto da capital do Rio Grande do Norte.

Lei n. 1.473-A — de 24 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1951.

AFORAMENTOS

Decreto-legislativo n. 70 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

AGÊNCIA DA CAPITANIA DOS PORTOS

Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Amarante, para Urussuá.

Lei n. 1.473-B — de 24 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1951.

AGENTES FISCAIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

Dá cumprimento ao artigo 1.º do Decreto-lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.112 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n. 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 25 de dezembro de 1951.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Serapião de Freitas Souza a pesquisar água mineral no município de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.042 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— Autoriza Inácio Miranda & Cia. Limitada a pesquisar água mineral no município de Custódia, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 30.071 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

ÁGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vítorio Burigo a lavrar água mineral no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 30.072 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 29.459, de 11 de abril de 1951.*

Decreto n. 30.178 — de 17 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

— *Autoriza a Fazenda Aparecida S. A. a lavrar água mineral no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.135 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José da Costa Sobrinho a lavrar água mineral no município de Lindóia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.192, de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alcina Timoco Ferraz a pesquisar água mineral no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.308 — de 29 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Macedo Sobrinho a pesquisar água mineral no município de Bocatuba do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.312 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de dezembro de 1951.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do curso "Águas Claras".

Decreto n. 30.035 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

AJUSTES COMERCIAIS

Decreto-legislativo n. 68 — de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

ALFAIATES

Altera a carreira de Alfaiate, do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

Lei n. 1.497 — de 14 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Autoriza a alienação aos servidores do Território Federal do Guaporé e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de imóveis residenciais, de alvenaria, pertencentes ao Patrimônio Nacional, localizados nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, e dá outras providências.

Lei n. 1.455-A — de 11 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de outubro de 1951.

AMARAL, MACHADO & COMPANHIA LIMITADA

Concede a Amaral, Machado & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.102 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1951.

AMISTIA

Decreto-legislativo n. 63 — de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1951.

APLICAÇÃO DE CRÉDITOS

Ver: *Créditos Orçamentários e adicionais.*

AQUISIÇÃO DE TERRAS:

Autoriza o Ministério da Agricultura a adquirir terras adjacentes ao Campo Experimental da Subestação de Enologia em Baependi, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.166 -- de 14 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1951.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Wilton Pais de Almeida a lavar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.098 -- de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

— *Autoriza Mineração N. Malouf Limitada a lavar areia quartzosa no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.331 -- de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

ARGILA

Fica autorizada Cimento Aratu, Sociedade Anônima, a pesquisar argila, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.937 -- de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Declara caduco o Decreto número 26.210, de 17 de janeiro de 1949.*

Decreto n. 30.143 -- de 7 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

ARGILA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.253 -- de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Azir Bandeira a pesquisar caulim, argila e associados no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.311 -- de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros João Pereira da Fonseca e Aurino Ferreira a pesquisar argila e sapropelito e associados no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.313 -- de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

ARMAZENAMENTOS

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação de potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n. 1.513 -- de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

ASSISTÊNCIA E SALVAMENTO MARÍTIMOS

Torna pública a adesão de Haiti à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abalroamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e salvamento marítimos, firmadas em Bruxelas, a 23 de setembro de 1910.

Decreto n. 30.191 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1951.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO VICENTE DE PAULO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para concessão de auxílio à Associação de São Vicente de Paulo.

Lei n. 1.455-B — de 18 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de outubro de 1951.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CINEMA CIENTÍFICO

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para pagamento das contribuições do Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, referente a 1948, 1949 e 1950.

Lei n. 1.511 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE COMBATE AO CANCER

Abre pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com o pagamento de auxílio à Associação Paulista de Combate ao Câncer.

Decreto n. 30.114 — de 23 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE IMPRENSA

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 como auxílio à Associação Pernambucana de Imprensa.

Lei n. 1.479 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

ATLÂNTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova, com modificação, os Estatutos da Atlântica Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n. 30.053 — de 5 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951.

AUXILIAR DE ENSINO

Suprime cargos extintos

(M.A. — Q.S.).

Decreto n. 30.046 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

AVISO PRÉVIO

Altera os artigos 132, 142, 486, 487 e 654 do Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n. 1.530 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

B

BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova o Regulamento da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil Sociedade Anônima.

Decreto n. 30.190 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Aprova o Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto n. 30.265 — de 11 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

BIBLIOTECÁRIO

Extingue cargos excedentes.

(M.E.S. — Q.P.).

Decreto n. 30.122 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

BLENDA ARGENTÍFERA

Renova o Decreto n. 26.626, de 5 de maio de 19494

Decreto n. 30.241 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

BRAZILIAN WARRANT COMPANY LIMITED

Concede à "Brazilian Warrant Company Limited" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.171 — de 16 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

C**CACHOEIRA DE PAULA AFONSO**

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 29.150.000,00, destinado à execução do programa das obras de acesso à Cachoeira de Paula Afonso.

Decreto n. 30.294 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Fixa os vencimentos dos dirigentes e servidores da Caixa Econômica Federal da Paraíba.

Decreto n. 30.093 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

— Antecipa a data da Reunião Congressual dos dirigentes das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior.

Decreto n. 30.318 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1951.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Machado Vieira a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.027 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— Fica autorizada a Usina Queiroz Junior S. A. a pesquisar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.039 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Cândido Filho a pesquisar calcário no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.075 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Alexandre de Matos a pesquisar calcário no Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.104 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro William Carbonaro a pesquisar calcário e associados no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.196 — de 23 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adauto Alencar Castelo a pesquisar calcário e associados no município de Taubaté, Estado do Ceará.*

Decreto n. 30.108 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Pedro Penna Salles e José Modesto Pereira a pesquisar calcário no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.174 — de 17 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ataliba José Pompeu do Amaral a pesquisar calcário, no município de Capivari, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.182 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— *Renova o Decreto n. 27.171, de 12 de setembro de 1949.*

Decreto n. 30.220 — de 23 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 17.524, de 3 de janeiro de 1945.*

Decreto n. 30.242 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

CALCÁRIO

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco, a pesquisar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.244 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar calcário e associados no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.250 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Moreira Torres a pesquisar calcário no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.289 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Furtado de Souza a pesquisar calcário no município de Candelária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.317 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Teotônio de Castro a pesquisar calcário, no município de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.329 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Brasileiro a pesquisar calcário e associados no município de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.333 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Dilata o prazo que menciona.

Decreto n. 30.286 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

Concede auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências.

Lei n. 1.490-B — de 11 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

Reproduzida no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

CAMPO EXPERIMENTAL DE SUBESTACÃO DE ENOLOGIA

Autoriza o Ministério da Agricultura a adquirir terras adjacentes ao Campo Experimental de Subestação de Enologia em Baependi, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.163 — de 14 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1951.

CAMPOS, FERNANDES, & COMPANHIA LIMITADA

Decreto-legislativo n. 44 — de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951.

CARTEIRA DE REDESCONTOS DO BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova o Regulamento da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil Sociedade Anônima.

Decreto n. 30.120 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

CARTOGRAFISTA

Suprime cargos extintos.

(M.A. — Q.S.).

Decreto n. 30.649 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

CARVÃO

Retifica o art. 1.º do Decreto número 29.712, de 27 de junho de 1951.

Decreto n. 30.064 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Chaves Cabral a lavar carvão mineral no município de Orleans, do Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 30.097 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 29.423, de 30 de março de 1951.*

Decreto n. 30.099 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Cechinel a pesquisar carvão mineral e associados no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 30.107 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— *Declara caduco o Decreto número 13.409, de 15 de setembro de 1949.*

Decreto n. 30.149 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

CARVÃO

— *Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.175 — de 17 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

— *Renova e retifica a autorização conferida pelo Decreto n. 24.480, de 5 de fevereiro de 1948.*

Decreto n. 30.214 — de 28 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1951.

CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. 500.000,00, para atender às despesas com o pagamento do auxílio destinado à Casa do Estudante do Brasil.

Decreto n. 30.195 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

CASSITERITA

Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a pesquisar cassiterita e associados no município de Amapá, Território do Amapá.

Decreto n. 30.026 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Vicente de Castro, a pesquisar minério de manganês, cassiterita e associados no município de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.155 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

CASSITERITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Godofredo de Sousa Oliveira a lavar cassiterita e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.194 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lindorifico Esteves dos Santos a lavar cassiterita e associados no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.215 — de 28 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1951.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Basílio Milano Neto a lavar caulim no Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.028 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Navega Tranco a lavar caulim no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.073 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

Declara caduco o Decreto número 26.210, de 17 de janeiro de 1949.

Decreto n.º 30.143 — de 7 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

— *Autoriza a Empresa Mineração Manuel Nunes Ltda. a lavar caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.151 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

CAULIM

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Gabriel Cailla Soares e Domingos José de Oliveira a lavrar caulim no município de Juiz de Fora, Estado Minas Gerais.*

Decreto n. 30.153 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Faury a lavrar caulim no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.154 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Azir Bandeira a pesquisar caulim, argila e associados, no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.311 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Benazzo a pesquisar caulim e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.315 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

CELULOSE IRANI LIMITADA

Autoriza a "Celulose Irani Limitada" a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto n. 30.301 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1951.

CENTROS DE INSTRUÇÃO DE OFICIAIS PARA A RESERVA DA MARINHA (CIORM)

Aprova o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha (CIORM).

Decreto n. 30.127 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

Decreto-legislativo n. 48 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n. 73 — de 1951.*

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

CERUZITA

Renova o Decreto n. 26.739, de 1.º de junho de 1949.

Decreto n. 30.208 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

CHUMBO

Fica autorizada a Cia. Técnica de Industrialização Exportação de Minérios e Produtos do Brasil — "Cotiemb" — a pesquisar minérios de chumbo, vanádio, zinco e associados no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.332 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

CIDADES UNIVERSITÁRIAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno, em Porto Alegre, destinado à Cidade Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.343 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

CIMENTO ARATU, SOCIEDADE ANÔNIMA

Fica autorizada Cimento Aratu, Sociedade Anônima, a pesquisar argila, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.037 — de 4 de outubro de 1951.

Publicação no D. O. de 6 de outubro de 1951.

CINEMAS

Dispõe sobre a exibição de filmes nacionais.

Decreto n. 30.179 — de 19 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

"COBRASIL", COMPANHIA DE MINERAÇÃO E MATALURGIA BRASIL

Decreto-legislativo n. 51 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Figueiredo Brandão a pesquisar minério de cobre no município de Maragogipe, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.183 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

COCO

Aprova nova tabela para classificação e fiscalização da exportação do coco.

Decreto n. 30.063 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1951.

Retificado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Altera os artigos 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal, e dá outras providências.

Lei n. 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Retificada no D. O. de 11 de outubro de 1951.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Disciplina a concessão da "Gratificação de Técnico Militar" prevista no art. 56 e especifica os serviços industriais das Organizações Militares, aos quais são aplicáveis as disposições do art. 65 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Decreto n. 30.033 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de novembro de 1951.

— Classifica as especialidades das praças das Forças Armadas, para efeito de percepção da "gratificação de especialidade e função", prevista na Lei n. 1.316, de 20-1-1951.

Decreto n. 30.034 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de novembro de 1951.

— Aprova a interpretação dos casos omissos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Decreto n. 30.119 — de 1 de novembro de 1951.

Publicação no D. O. de 6 de novembro de 1951.

Retificado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

— Torna insubsistente o interpretação dada ao artigo 346 da Lei número, 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Decreto n. 30.336 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao Mandado de Segurança.

Lei n.º 1.523 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

CÓDIGO PENAL

Altera os arts. 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal, e dá outras providências.

Lei n. 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Retificada no D. O. de 11 de outubro de 1951.

COLÉGIO NAVAL

Altera dispositivos do Regulamento para o Colégio Naval.

Decreto n. 30.217 — de 28 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

COLÉGIOS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.517 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

COLETORIAS FEDERAIS

Extingue Coletoria Federal.

Decreto n. 30.055 — de 8 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1951.

COLÔNIA JULIANO MOREIRA

Decreto-legislativo n. 35 — de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1951.

— Decreto-legislativo n. 39 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— Decreto-legislativo n. 42 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

COLONIZAÇÃO

Decreto-legislativo n. 55 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

COMBATE À RAIVA DOS HERBÍVOROS

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com o combate à raiwa dos herbívoros no território nacional.

Decreto n. 30.167 — de 14 de novembro de 1951.

COMÉRCIO

Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências.

Decreto n. 30.342 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA SAULLE PAGNONCELLI S.A.

Revalida o Decreto n. 16.521, de 4 de setembro de 1944, que outorgou à firma Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli S. A. concessão para aproveitamento de energia hidráulica no rio Leão no município de Campos Nvos, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 23.849 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1951.

COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

Decreto-legislativo n. 45 — de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951.

COMISSÃO DE ABASTECIMENTO DO NORDESTE (CAN)

Cria a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), e dá outras providências.

Decreto n. 30.134 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Modifica a redação da alínea "i" do art. 3.º do Decreto n. 29.829, de 31 de julho de 1951.

Decreto n. 30.092 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

COMISSÃO DO VALE DE SÃO FRANCISCO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o 10.º andar do Edifício "Carijós", situado à rua dos Carijós n. 150, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, necessário à instalação do 1.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto n. 30.113 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis necessários à instalação do Segundo Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situados na cidade de Propriá, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.258 — de 7 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

— Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 30.173, de 29 de outubro de 1951.

Decreto n. 30.277 — de 14 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

COMISSÃO DO VALE DE SÃO FRANCISCO

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel necessário à instalação do Quinto Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situado na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe.

Decreto n. 30.283 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de terreno compreendido pelas fazendas "Montalvão" e "Zé Alves" no município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia, destinada à instalação da Colônia-Sede da Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto n. 30.284 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— Revogadas as concessões outorgadas ao Estado de Minas Gerais para o aproveitamento do potencial hidráulico da cachoeira Pandeiros, situada no rio do mesmo nome, e para o aproveitamento progressivo, do potencial hidráulico do desnível Cachoeirão, existente no rio Jequitai, atribuindo à Comissão do Vale do São Francisco a incumbência de promover ditos aproveitamentos.

Decreto n. 30.298 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

Fixa a gratificação de representação do Delegado do Brasil na Comissão Jurídica Interamericana.

Decreto n. 30.280 — de 18 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

**COMISSÃO NACIONAL PARA A
UNIÃO LATINA**

Dispõe sobre a criação e a organização da Comissão Nacional para a União Latina.

Decreto n. 39.211 — de 26 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

Ver, também, Comissões.

COMISSÕES

Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional.

Lei n. 1.506 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— *Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Arte Moderna e dá outras providências.*

Lei n. 1.512 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— *Manda incluir um representante do Departamento Administrativo do Serviço Público na Comissão instituída pelo Decreto n. 24.346, de 15 de janeiro de 1948.*

Decreto n. 30.205 — de 22 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— *Dilata o prazo que menciona.*

Decreto n. 30.286 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

COMISSÕES

— *Cria comissão para elaborar o projeto de Regulamento da Lei número 1.411, de 13 de agosto de 1951.*

Decreto n. 30.353 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.830,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão, no ano fiscal de 1949-1950.

Lei n. 1.460 — de 24 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1951.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE
ENERGIA ELÉTRICA**

Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão entre a subestação de Itamarati, situada no município de Petrópolis, e a Fábrica Pau Grande, localizada no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto n. 39.115 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

**COMPANHIA CARBONÍFERA
MINAS DE BUTIÁ**

Retifica o art. 1.º do Decreto número 29.718, de 27 de junho de 1951.

Decreto n. 30.064 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

**COMPANHIA CARBONÍFERA
PARANÁ-SÃO PAULO**

Declara caduco o Decreto número 13.409, de 15 de setembro de 1943.

Decreto n. 30.149 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

COMPANHIA DE CIMENTO BRASILEIRO

Autoriza a Companhia de Cimento Brasileiro a pesquisar calcário e associados no município de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.333 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND BARROSO

Concede à Companhia de Cimento Portland Barroso, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.223 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.244 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a pesquisar calcário e associados no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.250 — de 6 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO DA BOCAÍNA S.A.

Retifica o art. 1.º do Decreto número 8.596, de 21 de janeiro de 1942.

Decreto n. 30.120 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO NOVALIMENSE

Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.040 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.210 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1951.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.251 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

Concede isenção de direitos para material importado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Lei n.º 1.469-A — de 16 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1951.

COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS

Retifica o art. 1.º do Decreto número 29.423, de 20 de março de 1951.

Decreto n. 30.059 — de 28 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

COMPANHIA DE SEGUROS "GARANTIA INDUSTRIAL PAULISTA"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros "Garantia Industrial Paulista", inclusive o aumento de capital social.

Decreto n. 30.296 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1951.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Aprova novo orçamento para execução de obras no porto de Santos.

Decreto n. 30.053 — de 15 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 31 de outubro de 1951.

COMPANHIA ELÉTRICA CAIUÁ

Autoriza a Companhia "Elétrica Caiuá" a instalar uma usina geradora termelétrica na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.691 — de 20 de junho de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

Retificado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA

Revalida a autorização concedida pelo Decreto n. 25.739, de 3 de novembro de 1948, à Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira.

Decreto n. 29.874 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1951.

COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE DORES DO INDAÍÁ

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Dôres do Indaia a construir uma linha de transmissão entre os Municípios de Bom Despacho e Dôres do Indaia, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.819 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE JACUTINGA

Revalida o Decreto n. 26.214, de 17 de janeiro de 1949, que outorgou à Companhia Fôrça e Luz de Jacutinga concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Pogo Fundo, situada no rio Mogi Guaçu, Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.076 — de 18 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

COMPANHIA FÔRÇA E LUZ NORDESTE DO BRASIL

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n. 30.157 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1951.

COMPANHIA FÔRÇA E LUZ SÃO JOSÉ DO GOIABAL S.A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Fôrça e Luz São José do Goiabál S. A.

Decreto n. 30.043 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

COMPANHIA GERAL DE MINAS

Autoriza a Companhia Geral de Minas a lavras minério de zircônio no Município de Parreiras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.290 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

COMPANHIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINERAÇÃO E AGRICULTURA "CICMA"

Declara caduco o Decreto número 26.210, de 17 de janeiro de 1949.

Decreto n. 30.143 — de 7 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

COMPANHIA INDUSTRIAL OUROPRETANA DE TECIDOS, FÔRÇA, LUZ E TELEFONES

Autoriza a Companhia Industrial Ouropretana, de Tecidos, Fôrça, Luz e Telefones a ampliar e reformar suas instalações nos Municípios de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.181 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

COMPANHIA INDÚSTRIAS REUNIDAS OLINDA (CIRO)

Concede à Companhia Industriais Reunidas Olinda (Ciro), autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 29.967 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1951.

COMPANHIA LATICÍNIOS "SANTA AMÉLIA" S. A.

Autoriza a Companhia Laticínios "Santa Amélia" S. A. a ampliar as instalações da usina geradora do Sumidouro, no rio Pomba, Município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.177 — de 19 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

COMPANHIA LUPO AGRÍCOLA COMERCIAL E INDUSTRIAL

Outorga à Companhia Lupo Agrícola Comercial e Industrial concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível denominado Salto Grande, no ribeirão das Cruzes, distrito de Araraquara, município de igual nome, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.262 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

Retificado no D. O. de 24 de dezembro de 1951.

COMPANHIA MATE LARANJEIRAS SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A.

Lei n. 1.432-A — de 4 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

COMPANHIA MERIDIONAL DE MINERAÇÃO

Autoriza a Companhia Meridional de Mineração a pesquisar minério de ferro e manganês, no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.330 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

COMPANHIA NACIONAL DE AL-CALIS

Autoriza o Ministério da Fazenda a adquirir, integralizar e subscrever pelo Tesouro Nacional, ações da Companhia Nacional de Alcalis e a dar a garantia do mesmo Tesouro a um empréstimo a ser contratado por essa Companhia e dá outras providências.

Lei n. 1.491 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ

Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a construir uma linha de transmissão entre a Fazenda de Santa Madalena e o distrito de Avenças, assim como o sistema de distribuição do citado distrito.

Decreto n. 30.299 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a construir uma linha de transmissão entre a Fazenda São Manuel e o distrito de Ocaçu, no município de Marília, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.302 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

COMPANHIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE

Ampliar a zona de fornecimento da Companhia Sul Mineira de Eletricidade, e dá outras providências.

Decreto n. 30.156 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1951.

COMPANHIA URBANIZADORA

Concede à Companhia Urbanizadora autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.067 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

COMPANHIA TÉCNICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL — "COTIEMB"

Renova o Decreto n. 26.626, de 5 de maio de 1949.

Decreto n. 30.241 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

COMPANHIA TÉCNICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL — "COTIEMB"

— *Fica autorizada a Cia. Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios e Produtos do Brasil — "Cotiemb" — a pesquisar minérios de chumbo, vanádio, zinco e associados no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.332 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

COMPAGNIE D'ASSURANCE GÉNÉRALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Compagnie D'Assurance Générales Contre L'Incendie e les Explosions.

Decreto n. 29.814 — de 26 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

Retificado no D. O. de 8 de novembro de 1951.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza a cidadã Brasileira Ana Lutti Montzanoni a pesquisar conchas calcárias e associados no Distrito Federal.

Decreto n. 30.314 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

CONCURSOS

Assegura aos Expedicionários da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência em igualdade de condições, para nomeações nos concursos a que se submeterem.

Lei n. 1.477 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

CONDOMÍNIO

Dá nova redação ao art. 8.º da Lei do Inquilinato.

Lei n. 1.462 — de 26 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1951.

CONFERÊNCIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$.. 1.500.000,00, para atender, no corrente exercício, as despesas destinadas a participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Lei n. 1.475 — de 28 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 1.500.000,00, suplementar à Verba 3 — I — 3. — 01-1-a), para atender, no corrente exercício, as despesas com a Representação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Decreto n. 30.278 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

CONFERENTES DE CARGA E DESCARGA

Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias portuários e consertadores de carga, nos portos nacionais e das outras providências.

Decreto n. 30.078 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

CONGRESSO NACIONAL

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

CONGRESSOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$.. 1.500.000,00, para atender, no corrente exercício, as despesas destinadas a participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Lei n. 1.475 — de 28 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 1.500.000,00, suplementar à Verba 3 — I — 31 — 01-1-a), para atender, no corrente exercício, as despesas com a Representação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Decreto n. 30.278 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

CONSELHO DE MEDICINA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Restabelece entre os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, comunidade de serviços médicos para combate à tuberculose e a outras moléstias nocivas à coletividade, cria o Conselho da Previdência Social e dá outras providências.

Lei n. 1.532 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1952.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Aprova Regulamento para pesquisa e lavra de minerais de interesse para a produção de energia atômica.

Decreto n. 30.230 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1951.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Dispõe sobre órgãos técnicos de exploração de petróleo.

Decreto n. 30.161 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

CONSERTADORES DE CARGA

Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias portuários e consertadores de carga, nos portos nacionais e dá outras providências.

Decreto n. 30.078 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

CONSERVATÓRIO ESTADUAL DE CANTO ORFEÔNICO

Concede equiparação ao Conservatório Estadual de Canto Orfeônico, anexo ao Instituto de Educação Caetano de Campos, da cidade de São Paulo.

Decreto n. 30.237 — de 4 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Altera os artigos 132, 142, 486, 487 e 854, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n. 1.530 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

— *Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências.*

Decreto n. 30.342 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

CONSTRUTORA ARTIOS LIMITADA

Decreto-legislativo n. 42 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

CONSTRUTORA GEMINIANO GÓIS LIMITADA

Decreto-legislativo n. 48 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

CONSTRUTORA IRMAOS PANGELLA LIMITADA

Decreto-legislativo n. 41 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

CONSULADOS

Cria o Consulado honorário do Brasil em Lugano, Suíça.

Decreto n. 30.148 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Organiza a Contadoria Geral da República.

Lei n. 1.520 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1951.

CONTINÚO

Suprime cargos extintos.

(M.A. — Q.S.).

Decreto n. 30.050 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

CONTRATO DE COOPERAÇÃO

Decreto-legislativo n. 54 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

CONTRAVENÇÕES PENAIS

Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do decreto-lei n. 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Lei n. 1.508 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

CONVENÇÕES

Decreto-legislativo n. 59 — de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

CONVENÇÕES

— *Torna pública a adesão de Haiti à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abalroamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e de salvamento marítimos firmados em Bruxelas, a 23 de setembro de 1910.*

Decreto n. 30.191 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

CONVÊNIOS

Decreto-legislativo n. 62 — de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Ministro da Viação a assinar Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, para a execução de obras de regularização de regime de rios e derivação de suas águas, relacionadas com o plano de eletrificação do Estado.*

Lei n. 1.461 — de 26 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1951.

Retificada no D. O. de 14 de novembro de 1951.

COOPERATIVA DE CRÉDITO BANCO DA PREVIDÊNCIA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Concede autorização para a constituição da Cooperativa de Crédito Banco da Previdência de Responsabilidade Limitada com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 30.121 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

CORPO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n. 29.122, de 12-1-1951.

Decreto n. 30.135 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

COUTINHO & PENNA

Autoriza a firma Coutinho & Penna a ampliar suas instalações hidrelétricas no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.999 — de 14 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00 destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.

Lei n. 1.436 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 268.650,00, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950, das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.*

Lei n. 1.445 — de 4 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00, para pagamento de gratificação de magistério devida a Guilherme Edelberto Hermsdorff.*

Lei n. 1.446 — de 5 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.449 — de 5 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.450 — de 5 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.780,00, para atender o pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.451 — de 5 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30, para atender ao pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.452 — de 9 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de outubro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 43.607,70, para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.453 — de 9 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 129.299,50, para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 1.454 — de 9 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de outubro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para concessão de auxílio à Associação de São Vicente de Paulo.*

Lei n. 1.455-B — de 11 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 3.000,00, para pagamento de alugueis do prédio em que funciona a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, no Estado do Espírito Santo.*

Lei n. 1.455-C — de 11 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00, para pagamento da contribuição devida à Sociedade União das Classes, de Poções, no Estado da Bahia, nos termos do acordo firmado em 9 de setembro de 1948.*

Lei n. 1.455-D — de 11 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.456 — de 12 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 93.600,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.458 — de 15 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1951.

CREDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 21.690,00 para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Cândido de Andrade Muricy.*

Lei n. 1.459 — de 16 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.880,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Comité Consultivo Internacional do Algodão, no ano fiscal de 1949-1950.*

Lei n. 1.460 — de 24 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1951.

— *Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 29.150.000,00, destinado à execução do programa das obras de acesso à Cachoeira de Paulo Afonso.*

Lei n. 1.463 — de 27 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 330.222,90, para pagamento de despesas diversas efetuadas pelo mesmo Ministério.*

Lei n. 1.465 — de 30 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 42.120,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.466 — de 30 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1951.

CREDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 230.800,00, para atender ao pagamento ao auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e às Comissões de Geografia e História da mesma entidade.*

Lei n. 1.467 — de 30 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições do Brasil, em 1950, a organismos internacionais.*

Lei n. 1.468 — de 5 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de novembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a Festa Nacional do Trigo, a realizar-se em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.470 — de 17 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — crédito especial de Cr\$ 9.600,00 para reparar danos sofridos pelo Gabinete Português de Leitura, em Salvador, Estado da Bahia.*

Lei n. 1.473-C — de 24 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para ocorrer as despesas de um monumento a ser oferecido à cidade Brasil, nos Estados Unidos da América.*

Lei n. 1.475-A — de 27 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à Universidade de São Paulo.*

Lei n. 1.475-B — de 27 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Abre, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 4.323.869,80, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, em 1950.*

Lei n. 1.478 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 como auxílio à Associação Pernambucana de Imprensa.*

Lei n. 1.479 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.021.310,00 destinado à Universidade da Bahia para reconstrução e reaparelhamento da sua Faculdade de Medicina.*

Lei n. 1.480 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A.*

Lei n. 1.482-A — de 4 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 19.803.420,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.483 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 para conclusão dos obras de ponte rodoviar-ferrviária entre Jcazeiro e Petrolina.*

Lei n. 1.485 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

— *Abre o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado a auxiliar a Prefeitura de Blumenau.*

Lei n. 1.487-A — de 7 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para auxílio às obras e instalações dos serviços de força e luz da cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

Lei n. 1.490-A — de 14 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas resultantes de contratos parciais com técnicos para lecionarem na Escola Técnica.*

Lei n. 1.492 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior.*

Lei n. 1.494 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 8.960,00 para pagamento a um Suplente de Vogal de Empregados da Sexta Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.*

Lei n. 1.498 — de 14 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Abre, ao Congresso Nacional, o crédito suplementar de Cr\$ 1.039.073,80, e o crédito especial de Cr\$ 1.700.000,00, respectivamente, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, para pagamento de gratificações por serviços extraordinários.*

Lei n. 1.499 — de 14 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 1.169.532,20, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral.*

Lei n. 1.500 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para pagamento dos proventos de disponibilidade dos ex-servidores dos extintos Territórios de Iguazu e Ponta Porã.*

Lei n. 1.507 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para pagamento das contribuições do Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico referente a 1948, 1949 e 1950.*

Lei n. 1.511 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.517 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender no corrente exercício, a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950.*

Lei n. 1.523 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00, para pagamento de despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, com o restabelecimentos das linhas danificadas pelas enchentes de 1948.

Lei n. 1.525 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 13.327,40, destinado à regularização de despesa do exercício de 1949.

Lei n. 1.526 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

— Autoriza a abertura ao Congresso Nacional, Senado Federal — de um crédito especial de Cr\$ 98.971,70, para pagamento de salário família e de gratificação adicional aos funcionários da Secretaria do Senado — e um suplementar de Cr\$ 1.693.969,80, em reforço da verba destinada ao pagamento de ajuda de custo devida aos Senadores.

Lei n. 1.527 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00, destinado às despesas complementares da construção de edifícios e instalação de maquinaria para uma fábrica de munição.

Lei n. 1.531 — de 27 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

— Abre o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 30.035 — de 2 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Ministério da Viação, e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para dragagem de vários portos e canais.

Decreto n. 30.061 — de 16 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1951.

Retificado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

— Abre ao Poder Judiciário, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00, para custeio de substituições no Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1.ª Região.

Decreto n. 30.080 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 390.000,00, para ocorrer a despesa que especifica.

Decreto n. 30.084 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com o pagamento de auxílio à Associação Paulista de Combate ao Câncer.

Decreto n. 30.114 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.705,00, para pagamento de despesas que especifica.

Decreto n. 30.125 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 509.116,70, para pagamento de gratificação, de magistério.

Decreto n. 30.146 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1951.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.260.480,00 para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n. 30.162 — de 13 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1951.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com o combate à raiva dos herbívoros no território nacional.

Decreto n. 30.167 — de 14 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1951.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com o pagamento do auxílio destinado à Casa do Estudante do Brasil.

Decreto n. 30.195 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 30.203 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para atender às despesas da Missão Militar Brasileira em Berlim.

Decreto n. 30.204 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 362.092,50, para atender às despesas decorrentes da Lei n. 1.439, de 19 de setembro de 1951.

Decreto n. 30.255 — de 7 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 133.806,00, para custeio de despesas com ampliação e consolidação de obras realizadas no Palácio Itamarati.

Decreto n. 30.256 — de 7 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 1.950.806,40 para atender as despesas decorrentes da Lei n. 1.332, de 28 de janeiro de 1951.

Decreto n. 30.285 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.150.000,00, destinado à execução do programa das obras de acesso à Cachoeira de Paula Afonso.

Decreto n. 30.294 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 93.609,00 para atender ao pagamento de contribuição do Brasil ao Instituto Panamericano de Geografia e História.

Decreto n. 30.323 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com os estudos e projetos da ponte internacional entre as cidades de Artigas e Quarai.*

Decreto n. 30.351 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a construção e equipamento de preventivo no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.352 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00 para atender, no corrente exercício, às despesas destinadas à participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Lei n. 1.475 — de 28 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 1 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a abertura, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, do crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, e dá outras providências.*

Lei n. 1.481 — de 3 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Abre ao Congresso Nacional o crédito suplementar de Cr\$ 1.039.073,80, e o crédito especial de Cr\$ 1.700.000,00, respectivamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, para pagamento de gratificações por serviços extraordinários.*

Lei n. 1.499 — de 14 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito suplementar de Cr\$ 4.562.810,60, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça Eleitoral.*

Lei n. 1.501 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00, à Verba 2 — Material, do Anexo n.º 6, da Lei n.º 1.249, de 1 de dezembro de 1950.*

Lei n. 1.513 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00 à Verba 2 — Material, do Anexo 19 ao vigente Orçamento Geral da República.*

Lei n.º 1.516 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a abertura ao Congresso Nacional, Senado Federal, de um crédito especial de Cr\$ 98.971,70, para pagamento de salário-família e de gratificação adicional aos funcionários da Secretaria do Senado — e um suplementar de Cr\$ 1.693.969,80, em reforço da verba destinada ao pagamento de ajuda de custo devida aos Senadores.*

Lei n. 1.527 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar que especifica.*

Decreto n. 30.264 — de 11 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Abre, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, à verba que especifica.

Decreto n. 30.268 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 1.500.000,00, suplementar à Verba 3 — I — 31 — 01-1-a), para atender no corrente exercício a despesas com a Representação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Decreto n. 30.278 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

— Abre ao Estado-Maior das Forças Armadas o crédito suplementar que especifica.

Decreto n. 30.345 — de 27 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de dezembro de 1951.

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura.

Lei n. 1.489 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

CRIME DE INJÚRIA AO PODER PÚBLICO

Decreto-legislativo n. 63 — de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1951.

CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

Lei n. 1.521 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1951.

CURSO SUPERIOR DE GUERRA

Altera dispositivo do Decreto número 28.503, de 14 de agosto de 1950, que cria o distintivo do "Curso Superior de Guerra", da Escola Superior de Guerra.

Decreto n. 30.133 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1951.

CURSOS

Ver: Faculdades.

D

DACTILÓGRAFO

Suprime cargos extintos.

(M.A. — Q.S.).

Decreto n. 30.051 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— Extingue cargos excedentes.

(M.V.O.P. — Q.V. — P.P.).

Decreto n. 30.138 — de 6 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1951.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE RECUPERAÇÃO DO MATERIAL

Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material, e dá outras providências.

Lei n. 1.471 — de 21 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1951.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Autoriza a abertura, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, do crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, e dá outras providências.

Lei n. 1.481 — de 3 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Manda incluir um representante do Departamento Administrativo do Serviço Público na Comissão instituída pelo Decreto n. 24.346, de 15 de janeiro de 1948.*

Decreto n. 30.205 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— *Abre, ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, à verba que especifica.*

Decreto n. 30.268 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Reestrutura carreiras privativas do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Lei n. 1.455 — de 10 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1951.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Decreto legislativo n.º 60 — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Decreto legislativo n.º 59 — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

— Decreto legislativo n.º 72 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 30.203 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Cria, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o 5.º Distrito, com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Lei n.º 1.524 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Champrão", no município de Condeúba, Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.089 — de 23 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1951.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto legislativo n.º 51 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária.

Decreto n. 30.031 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Champrão", no município de Condeúba, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.089 — de 23 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o 10.º andar do Edifício "Carijós", situado à rua dos Carijós, n. 150, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, necessário à instalação do 1.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto n. 30.113 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias a construção ferroviária.

Decreto n. 30.137 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas abrangidas pela variante, ligando Campo Maior a Altos, no Estado do Piauí.

Decreto n. 30.139 — de 6 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1951.

— Declara de utilidade pública a área de terreno necessária à construção do açude público "Sohen", no município de Senhor do Bonfim, no Estado da Bahia.

Decreto n. 30.232 — de 3 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis necessários à instalação do 2.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situados na cidade de Pirapora, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.258 — de 7 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

— Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 30.113, de 29 de outubro de 1951.

Decreto n. 30.277 — de 14 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação o imóvel necessário à instalação do 5.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situado na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe.

Decreto n. 30.283 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de terreno compreendida pelas fazendas "Montalvão" e "Zé Alves", no município de Santa Maria de Vitória, Estado da Bahia, destinada à instalação da Colônia-Sede da Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto n. 30.284 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— Revoga a desapropriação dos imóveis que menciona, situados em Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.303 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina, a área de terreno necessária ao acesso às suas linhas.

Decreto n. 30.341 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno em Porto Alegre, destinado à Cidade Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.343 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

DESEMBARGADOR

Cria 9 lugares de desembargador na Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

Lei n.º 1.508 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

DESPACHANTES ADUANEIROS

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 15 do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, que regula a o exercício das funções dos despachantes aduaneiros e seus ajudantes.

Lei n. 1.496 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Adalberto Pinto a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.025 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

DIAMANTES

— Autoriza o cidadão brasileiro João Natalício de Almeida a pesquisar minério de ouro, diamante e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.039 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— Retifica a ementa do Decreto n. 29.844, de 3 de agosto de 1951.

Decreto n. 30.142 — de 7 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

DIPLOMADOS PELOS INSTITUTOS DE ÓLEOS

Fixa normas para aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Óleos.

Lei n. 1.509 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

DIPLOMATAS

Modifica o art. 8.º da Lei n. 607, de 6 de janeiro de 1949, que altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

Lei n. 1.502 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

DIRETORIA DE RECRUTAMENTO DO EXÉRCITO

Decreto legislativo n. 37 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— Decreto legislativo n. 69 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

DISTINTIVOS

Altera dispositivos do Decreto número 28.503, de 14 de agosto de 1950, que cria o distintivo do "Curso Superior de Guerra", da Escola Superior de Guerra.

Decreto n. 30.133 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1951.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA

Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio de 1949-1953.

Lei n. 1.503 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1951.

DIVISÃO DE POLÍCIA MARÍTIMA, AÉREA E DE FRONTEIRAS

Revoga dispositivos do Regulamento da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

Decreto n.º 30.245 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

DOAÇÕES

Aceita a doação da área de terreno de cerca de 14.144,4375 metros quadrados, próxima à estação "Diretor A. Pestana", na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.083 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

Aceita a doação feita à União Federal, de um terreno situado no Município de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.085 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no município de Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.086 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Prados, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.087 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado em Amarante, Estado do Piauí.

Decreto n. 30.087 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1951.

Autoriza a doação de um terreno da União à Prefeitura Municipal de São Paulo.

Decreto n. 30.259 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado no Município de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.260 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.279 — de 17 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno na cidade de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.319 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

DOLOMITA

Autoriza a empresa de mineração Industriais Reunidas Ibirité S. A. a lavrar dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.150 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a lavrar dolomita no município de Miracatu, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.225 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

E**EMBAIXADAS**

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 19.803.420,00, para o fim que especifica.

Lei n. 1.483 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1951.

— *Cria uma Embaixada em Karachi.*

Decreto n. 30.062 — de 16 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1951.

ECONOMIA POPULAR

Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

Lei n. 1.521 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1951.

ECONOMISTAS

Cria a comissão para elaborar o projeto de Regulamento da Lei número 1.411, de 13 de agosto de 1951.

Decreto n. 30.353 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

EMISSIONES DA CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO

Marca o prazo de seis meses para a substituição, por notas do Tesouro, das emitidas pela extinta Caixa de Estabilização.

Decreto n. 30.057 — de 11 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951.

EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES SOCIEDADE ANONIMA

Decreto legislativo n. 35 — de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1951.

— Decreto legislativo n. 36 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— Decreto legislativo n. 38 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— Decreto legislativo n. 39 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

EMPRESA DE MELHORAMENTOS DA BAIXADA FLUMINENSE

Regulariza a situação dos ocupantes de lotes de terreno da Vila Turismo, no Distrito Federal. Estação Carlos Chagas.

Lei n.º 1.464 — de 30 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO

Ver o nome da empresa autorizada a funcionar.

EMPRESA DE MINERAÇÃO SAMARITANA LTDA.

Concede à Empresa de Mineração Samaritana Ltda. autorização para funcionar.

Decreto n.º 30.045 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1951.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO BRASILEIRAS E ARGENTINAS

Promulga o Acôrdo para isentar do imposto de renda e de todo outro imposto sobre lucros as empresas de navegação brasileiras e argentinas (marítimas e aéreas) concluído em Buenos Aires, por troca de notas datadas de 21 de junho de 1949.

Decreto n.º 30.257 — de 7 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1951.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO FIDELENSE LTDA.

Concede à Empresa de Navegação Fidelense Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.227 — de 30 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1951.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO FRASSINETTI LIMITADA.

Concede à Empresa de Navegação Frassinetti Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.274 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1951.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E AÉREA

Decreto legislativo n.º 46 — de 1951.

Publicado no D.O. de 13 de novembro de 1951.

EMPRESAS DE TRANSPORTES AÉREOS

Requisita transitòriamente os serviços das empresas de transportes aéreos e dá outras providências.

Decreto n.º 30.269 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 13 de dezembro de 1951.

EMPRESA FORÇA E LUZ DE ENTRE FOLHAS LIMITADA

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Empresa Força e Luz de Entre Folhas Limitada.

Decreto n.º 30.044 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 25 de outubro de 1951.

EMPRESA FORÇA E LUZ DE MORRINHOS

Autoriza a Empresa Força e Luz de Morrinhos a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 30.059 — de 15 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 22 de outubro de 1951.

EMPRESA FORÇA E LUZ DE PATROCÍNIO LIMITADA

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz de Patrocínio Limitada.

Decreto n.º 30.010 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D.O. de 9 de outubro de 1951.

EMPRESA FORÇA E LUZ LAJEADENSE

Outorga à Empresa Força e Luz Lajeadense concessão para distribuir energia elétrica no distrito-sede do município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, e autoriza o funcionamento da usina termoeletrica existente.

Decreto n.º 29.847 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D.O. de 3 de dezembro de 1951.

EMPRESA INTERNACIONAL DE TRANSPORTES LIMITADA

Concede à Empresa Internacional de Transportes Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.079 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 19 de novembro de 1951.

EMPRESA LUZ E FORÇA ITUIUTABANA S.A.

Autoriza a Empresa Luz e Força Ituiutabana S.A. a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 30.109 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1951.

EMPRESA MINERAÇÃO MANUEL NUNES LTDA.

Autoriza a Empresa Mineração Manuel Nunes Ltda. a lavar caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.151 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1951.

ENERGIA ATÔMICA

Aprova Regulamento para pesquisa e lavra de minerais de interesse para a produção de energia atômica.

Decreto n.º 30.230 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 7 de dezembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Decreto legislativo n.º 73 — de 1951.

Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1951.

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial da energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o ministro da Viação a assinar Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, para a execução de obras de regularização de regime de rios e derivação de suas águas, relacionadas com o Plano de eletrificação do Estado.

Lei n.º 1.461 — de 26 de outubro de 1951.

Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1951.

Retificada no D.O. de 14 de novembro de 1951.

Outorga à S.A. Força e Luz Vera Cruz concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, 10.º Distrito do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 29.266 — de 15 de fevereiro de 1951.

Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1951.

Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a instalar uma usina geradora termoeletrica na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 29.691 — de 20 de junho de 1951.

Publicado no D.O. de 5 de dezembro de 1951.

Retificado no D.O. de 6 de dezembro de 1951.

Autoriza a Companhia Força e Luz de Dore de Indaiá a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Bom Despacho e Dore de Indaiá, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 29.819 — de 27 de julho de 1951.

Publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1951.

Outorga à Empresa Força e Luz Lajeadiense concessão para distribuir energia elétrica no distrito-sede do município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, e autoriza o funcionamento da usina termoeletrica existente.

Decreto n.º 29.847 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D.O. de 3 de dezembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Revalida o Decreto n.º 16.521, de 4 de setembro de 1944, que outorgou à firma Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli S.A. concessão para aproveitamento de energia hidráulica no rio Leão, no município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 29.849 — de 6 de agosto de 1951.

Publicado no D.O. de 9 de outubro de 1951.

Revalida a autorização concedida pelo Decreto n.º 25.739, de 3 de novembro de 1948, à Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira.

Decreto n.º 29.874 — de 10 de agosto de 1951.

Publicado no D.O. de 17 de outubro de 1951.

Outorga a Norberto Odebrecht concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Pancaça Grande, existente no rio Serinhaém, distritos de Ituberá e Igarapina, municípios de Ituberá e Camamu, Estado da Bahia.

Decreto n.º 29.971 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D.O. de 24 de outubro de 1951.

Autoriza a firma Coutinho & Penna a ampliar suas instalações hidroelétricas no município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 29.999 — de 14 de setembro de 1951.

Publicado no D.O. de 24 de outubro de 1951.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz de Patrocínio Limitada.

Decreto n.º 30.010 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D.O. de 9 de outubro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga a Indústria Wagner Limitada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Rio Branco, existente no rio dos Patos, município de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.024 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D.O. de 18 de outubro de 1951.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz São José do Gaúbal S.A.

Decreto n.º 30.043 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1951.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz de Entre Folhas Limitada.

Decreto n.º 30.044 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 25 de outubro de 1951.

Autoriza a Empresa Força e Luz de Morrinhos a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 30.059 — de 15 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 22 de outubro de 1951.

Revalida o Decreto n.º 26.214, de 17 de janeiro de 1949, que outorga à Companhia Força e Luz de Jacutinga concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Poço Fundo, situada no rio Mogi Guaçu, município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.076 — de 18 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1951.

Autoriza a Empresa Luz e Força Ituiutabana S.A. a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 30.109 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão entre a subestação de Itamarati, situado no município de Petrópolis, e a Fábrica Pau Grande, localizada no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto n.º 30.115 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1951.

Amplia a zona de fornecimento da Companhia Sul Mineira de Eletricidade e dá outras providências.

Decreto n.º 30.156 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 27 de novembro de 1951.

Autoriza a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n.º 30.157 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 27 de novembro de 1951.

Autoriza a Companhia Industrial Ouropretana de Tecidos Força, Luz e Telefones a ampliar e reformar suas instalações nos municípios de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.181 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 28 de novembro de 1951.

Outorga à Indústria Comércio e Cultura de Madeira Sguário S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Socavão, distrito de igual nome, município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.229 — de 30 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Itapessoca Agro Industrial S. A. a instalar uma usina termo-elétrica em sua fábrica de cimento, na ilha de Itapessoca, município de Goiana, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.

Decreto n.º 30.261 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1951.

Outorga à Companhia Lupo Agrícola Comercial e Industrial concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível denominado Salto Grande, no ribeirão das Cruzes, distrito de Araraquara, município de igual nome, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.262 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1951.

Retificado no D.O. de 24 de dezembro de 1951.

Revoga as concessões outorgadas ao Estado de Minas Gerais para o aproveitamento do potencial hidráulico da cachoeira Pandeiros, situada no rio do mesmo nome, e para o aproveitamento progressivo do potencial hidráulico do desnível Cachoeirão, existente no rio Jequitatã, atribuindo à Comissão do Vale do São Francisco a incumbência de promover ditos aproveitamentos.

Decreto n.º 30.298 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 26 de dezembro de 1951.

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir uma linha de transmissão entre a Fazenda de Santa Madalena e o distrito de Avenças, assim como o sistema de distribuição do citado distrito.

Decreto n.º 30.299 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 22 de dezembro de 1951.

Autoriza a Celulose Irani Limitada a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto n.º 30.301 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 28 de dezembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Paulista Força e Luz a construir uma linha de transmissão entre a fazenda São Manuel e o distrito de Ocaçu, no município de Marília, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.302 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 22 de dezembro de 1951.

ENERGIA HIDRAULICA

Ver: Energia Elétrica.

ENFERMEIRO

Extingue cargos excedentes (M.E.S. — Q.P.)

Decreto n.º 30.123 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 6 de novembro de 1951.

ENSINO SUPERIOR

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender, no corrente exercício, à manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Lei n.º 1.523 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1951.

Fixa prazo para observância do disposto no Decreto-lei n.º 2.316, de 18 de junho de 1940.

Decreto n.º 30.159 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 17 de novembro de 1951.

Dilata o prazo que menciona.

Decreto n.º 30.286 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 22 de dezembro de 1951.

ENTIDADES DEPORTIVAS

Concede subvenções extraordinárias a entidades desportivas.

Decreto n.º 30.166 — de 14 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 19 de novembro de 1951.

ESCOLA MILITAR DE RESENDE

Dá nova redação ao art. 22 do Decreto n.º 28.356, de 10 de julho de 1950.

Decreto n.º 30.056 — de 8 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 10 de outubro de 1951.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Decreto legislativo n.º 47 — de 1951.

Publicado no D.O. de 19 de outubro de 1951.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Altera dispositivo do Decreto número 28.503, de 14 de agosto de 1950, que cria o distintivo do "Curso Superior de Guerra", da Escola Superior de Guerra.

Decreto n.º 30.133 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 5 de novembro de 1951.

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas resultantes de contratos parciais com técnicos para lecionarem na Escola Técnica do Exército.

Lei n.º 1.492 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicada no D.O. de 15 de dezembro de 1951.

ESCOLAS

Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Enfermagem Hugo Werneck.

Decreto n.º 30.213 — de 27 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 5 de dezembro de 1951.

ESCOLAS TÉCNICAS

Decreto Legislativo n.º 36, de 1951.

Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1951.

**ESTABELECIMENTO NACIONAL
INDÚSTRIA DE ANILINAS S.A.
(Enia)**

Concede permissão a seções do Estabelecimento Nacional Indústria de Anilinas S.A. (Enia), para funcionarem aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 30.254 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 13 de dezembro de 1951.

**ESTAÇÕES RADIOTELEGRÁFICAS
E TELEFÔNICAS**

Ver: Radiotelegrafia e Radiotelefonía

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Outorga concessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para instalar estação radiotelegráfica e telefônica e dá outras providências.

Decreto n.º 30.198 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1951.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Abre ao Estado Maior das Forças Armadas o crédito suplementar que especifica.

Decreto n.º 30.345 — de 27 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1951.

ESTATÍSTICO

*Suprime cargos extintos
(M.A. — Q.S.)*

Decreto n.º 30.049 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 6 de outubro de 1951.

ESTIVADORES

Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias portuários e conservadores de carga, nos portos nacionais e dá outras providências.

Decreto n.º 30.078 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 23 de outubro de 1951.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a ceder uma área de terreno à Prefeitura Municipal de Carandá, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.340 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 28 de dezembro de 1951.

ESTRADA DE FERRO NORDESTE DO BRASIL

Aprova projeto e orçamento para ampliação do armazém de carga da estação de Aquidauana, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n.º 30.082 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 24 de outubro de 1951.

EX-COMBATENTES

Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias portuários e conservadores de carga, nos portos nacionais e dá outras providências.

Decreto n.º 30.078 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 23 de outubro de 1951.

EXÉRCITO

Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências.

Decreto n.º 30.163 — de 13 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1951.

EXPORTAÇÃO

Aprova as especificações e tabela para a classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro.

Decreto n.º 30.325 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 28 de dezembro de 1951.

EXTRANUMERÁRIOS

Altera as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar da Universidade do Brasil.

Decreto n.º 30.152 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 20 de novembro de 1951.

ESTADO DO PARÁ

Declara protegidas e imunes de corte, de acordo com o artigo 14 parágrafos 1.º e 2.º do Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934, (Código Florestal), as árvores que indica.

Decreto n.º 30.052 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 6 de outubro de 1951.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Revoga as concessões outorgadas ao Estado de Minas Gerais para o aproveitamento do potencial hidráulico da cachoeira Pandeiros, situada no rio do mesmo nome, e para o aproveitamento progressivo do potencial hidráulico do desnível Cachoeirão, existente no rio Jequitai, atribuindo à Comissão do Vale do São Francisco a incumbência de promover ditos aproveitamentos.

Decreto n.º 30.298 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D.O. de 26 de dezembro de 1951.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Declara protegidas e imunes de corte, de acordo com o artigo 14, parágrafos 1.º e 2.º do Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934, (Código Florestal), as árvores que indica.

Decreto n.º 30.052 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 6 de outubro de 1951.

ESTADO DO PIAUÍ

Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Amarante, para Urussuí.

Lei n.º 1.473-B — de 24 de novembro de 1951.

Publicada no D.O. de 30 de novembro de 1951.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Dá nova denominação ao aeroporto da capital do Rio Grande do Norte.

Lei n.º 1.473-A — de 24 de novembro de 1951.

Publicada no D.O. de 30 de novembro de 1951.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Ministro da Viação a assinar Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, para a execução de obras de regularização de regime de rios e derivação de suas águas, relacionadas com o Plano de eletrificação do Estado.

Lei n.º 1.461 — de 26 de outubro de 1951.

Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1951.

Retificada no D.O. de 14 de novembro de 1951.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas de uso comum de domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do curso "Águas Claras".

Decreto n.º 30.036 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D.O. de 6 de outubro de 1951.

ESTADOS

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 50.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D.O. de 26 de dezembro de 1951.

F

**FABRICA DE PAPEL CRUZEIRO
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Concede permissão a seção da máquina continua da Fábrica de Papel Cruzeiro S. A., para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 30.132 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

FACULDADES

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.021.310,00 destinado à Universidade da Bahia para reconstrução e reaparelhamento da sua Faculdade de Medicina.

Lei n.º 1.480 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

— *Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 30.141 — de 6 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Ciências Sociais, Geografia e História e Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.*

Decreto n.º 30.160 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

— *Concede recolhimento aos cursos de farmácia e odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás.*

Decreto n.º 30.180 de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

FACULDADES

— *Concede autorização para funcionamento do curso médio da Faculdade de Medicina da Paraíba.*

Decreto n.º 30.212 de 27 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

— *Concede reconhecimento aos cursos de farmácia e odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina.*

Decreto n.º 30.234 — de 4 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

— *Concede autorização para funcionamento do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.*

Decreto n.º 30.235 — de 4 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de dezembro de 1951.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba.*

Decreto n.º 30.236 — de 4 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Concede reconhecimento ao Curso de História Natural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel de Nóbrega.*

Decreto n.º 30.238 — de 4 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 30.239 — de 4 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

FACULDADES

— *Concede reconhecimento ao curso de ciência econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de São Luiz.*

Decreto n.º 30.267 — de 11 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino.*

Decreto n.º 30.281 — de 18 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Campinas, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 30.282 — de 18 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Curitiba.*

Decreto n.º 30.335 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 27 de dezembro de 1951.

FARINHA DE TRIGO

Dispõe sobre a mistura de farinha de trigo com outras farinhas panificáveis.

Decreto n.º 30.350 — de 29 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

FARINHAS PANIFICÁVEIS

Dispõe sobre a mistura de farinha de trigo com outras farinhas panificáveis.

Decreto n.º 30.350 — de 29 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

FARMACÊUTICO

Autoriza aos que tiverem cinco anos de prática de farmácia, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver estabelecida com farmacêutico diplomado.

Lei n.º 1.472 — de 22 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1951.

FARMÁCIA

Autoriza aos que tiverem cinco anos de prática de farmácia, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver estabelecida com farmacêutico diplomado.

Lei n.º 1.472 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

FAZENDA APARECIDA S. A.

Autoriza a Fazenda Aparecida S. A. a lavar água mineral no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.185 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

FAZENDA DE CRIAÇÃO DE GOIÂNIA

Decreto-legislativo n.º 50 de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda a lavar feldspato no município de Monteiro, Estado da Paraíba.

Decreto n.º 30.074 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— *Declara caduco o Decreto n.º 26.210, de 17 de janeiro de 1949.*

Decreto n.º 30.143 — de 7 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

FÉRIAS

Dispõe sobre o regime de férias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Lei n.º 1.519 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

— *Altera os arts. 132, 142, 486, 487 e 654, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 1.530 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

FERRO

Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.040 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Autoriza a empresa de mineração Mineralurgia Ltda. a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.070 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— *Autoriza Mineralurgia Limitada a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.105 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— *Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.210 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

FERRO

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.251 — de 6 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a Companhia Meridional de Mineração a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.330 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

FERROVIAS

Decreto-legislativo n.º 59 — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

— *Aprova projeto e orçamento para construção de variante da ligação ferroviária Lima Duarte Bom Jardim, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.158 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

FESTA NACIONAL DO TRIGO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000.00, para atender às despesas com a Festa Nacional do Trigo, a realizar-se em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 1.470 — de 17 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1951.

FILMES NACIONAIS

Dispõe sobre a exibição de filmes nacionais.

Decreto n.º 30.179 — de 19 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

FINANCIAMENTOS

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento de capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

FLORESTAS DE DOMÍNIO PÚBLICO

Declara protegidas e imunes de corte, de acordo com o artigo 14, parágrafos 1.º e 2.º do Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal), as árvores que indica.

Decreto n.º 30.052 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

FONTES & FONTES LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 57 — de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Assegura aos Expedicionários da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência em igualdade de condições para nomeações nos concursos a que se submeterem.

Lei n.º 1.477 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Assegura aos Expedicionários da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência em igualdade, de condições para nomeações nos concursos a que se submeterem.

Lei n.º 1.477 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

— Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estiva-dores, conferentes de carga e descarga, vigias portuários e consertadores de carga, nos portos nacionais e dá outras providências.

Decreto n.º 30.678 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

FORD PRODUCTS COMPANY

Concede à "Ford Products Company" autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 30.200 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

FOSFATOS

Autoriza o cidadão brasileiro Euripedes Brigodão a pesquisar fosfatos e associados no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.216 — de 28 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1951.

FRIGORÍFICOS

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO

Retifica a Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.

Lei n.º 1.490 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular, altera a Lei do Selo e dá outras providências.

Lei n.º 1.473 — de 24 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1951.

Reproduzida no D. O. de 26 de novembro de 1951.

FUNDAÇÃO RADIO MAUÁ

Outorga concessão à Fundação Rádio Mauá para estabelecer uma estação de frequência tropical.

Decreto n.º 30.110 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

G**GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. — O crédito especial de Cr\$ 9.000,00 para reparar danos sofridos pelo Gabinete Português de Leitura, em Salvador Estado da Bahia.

Lei n. 1.473-C — de 24 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1951.

GALENA

Renova o Decreto n.º 26.739, de 1.º de junho de 1949.

Decreto n.º 30.208 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Moscozo Baetto de Araújo, a pesquisar galena e associados no município de Santo Inácio, Estado da Bahia.

Decreto n.º 30.310 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

GASES NATURAIS

Declara caduca a autorização outorgada ao cidadão brasileiro Antônio Marques de Sousa, pelo Decreto n.º 23.238, de 12 de junho de 1950, para pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — no Município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.140 — de 6 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1951.

GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional.

Lei n.º 1.506 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

GERALDO DUARTE PASSOS

Decreto-legislativo n.º 50 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

GRÁFICO

Reestrutura carreiras privativas do Departamento de Imprensa Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Lei n.º 1.455 — de 19 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1951.

GRATIFICAÇÕES

Disciplina a concessão da "Gratificação de Técnico Militar" prevista no art. 55 e especifica os serviços industriais das Organizações Militares, aos quais são aplicáveis as disposições do art. 66, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Decreto n.º 30.033 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de novembro de 1951.

GRATIFICAÇÕES

— *Classifica as especialidades das praças das Forças Armadas, para efeito de percepção da "gratificação de especialidade e função", prevista na Lei n.º 1.316, de 20-1-1951.*

Decreto n.º 30.034 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1951.

Retificado no D. O. de 1 de novembro de 1951.

— *Fixa a gratificação de representação do Delegado do Brasil na Comissão Jurídica Interamericana.*

Decreto n.º 30.280 — de 18 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial

H

HARBISON - WALKER MINÉRIOS LIMITADA

Concede à Harbison-Walker Minérios Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.068 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1951.

HENRY ROGERS, SONS & COMPANY OF BRAZIL LIMITED

Revoga os Decretos que concederam à Henry Rogers, Sons & Company of Brazil Limited, autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 30.094 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

HOSPITAL GAFFRÉ GUINLE

Decreto-legislativo n.º 44 — de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951.

HOSPITAL GUSTAVO RIEDEL

Decreto-legislativo n.º 43, de 1951.
Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

ILMENITA

Autoriza Mineração Sulbrasileira Limitada, a pesquisar minério de tungstênio, ilmenita e associados no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 30.252 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

IMIGRAÇÃO

Decreto-legislativo n.º 55 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de direitos para Material importado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Lei n.º 1.469-A — de 16 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1951.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Dá cumprimento ao artigo 1.º do Decreto-lei número 8.631, de 10 de janeiro de 1946.

Decreto n.º 30.112 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

IMPÓSTO SOBRE A RENDA

Decreto-legislativo n.º 46 — de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1951.

— *Modifica a legislação do imposto sobre a renda.*

Lei n.º 1.474 — de 26 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1951.

Retificada no D. O. de 28 e 30 de novembro de 1951.

IMPÓSTO DE RENDA

— *Promulga o Acôrdo para isentar do impôsto de renda e de todo outro impôsto sôbre lucros às empresas de navegação brasileiras e argentinas (marítimas e aéreas) concluído em Buenos Aires, por troca de notas datadas de 21 de junho de 1949.*

Decreto n.º 30.257 — de 7 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

IMPÓSTO SOBRE LUCROS

Decreto-Legislativo n.º 46 — de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1951.

— *Promulga o Acôrdo para isentar do impôsto de renda e de todo outro impôsto sôbre lucros às empresas de navegação brasileiras e argentinas (marítimas e aéreas) concluído em Buenos Aires, por troca de notas datadas de 21 de junho de 1949.*

Decreto n.º 30.257 — de 7 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

INACIO MIRANDA & CIA. LIMITADA

Autoriza Inácio Miranda & Cia. Limitada a pesquisar água mineral no município de Custódia, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 30.671 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

INDENIZAÇÕES DE GUERRA

Dispõe sôbre o pagamento das indenizações aos tripulantes, passageiros e guarnições militares dos navios mercantes brasileiros afundados ou avariados em consequência de atos ou riscos de guerra.

Decreto n.º 30.231 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1951.

INDÚSTRIA COMÉRCIO E CULTURA DE MADEIRA SGUÁRIO S.A.

Outorga à Indústria Comércio e Cultura de Madeira Sguário S. A., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Socavão, distrito de igual nome, município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.229 — de 30 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO SOCIEDADE VINICOLA RIO GRANDENSE LIMITADA

Concede à "Indústria, Comércio e Navegação Sociedade Vinícola Rio Grandense Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.320 de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

INDÚSTRIA WAGNER LIMITADA

Outorga a Indústrias Wagner Limitada, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do sôto Rio Branco, existente no rio dos Patos, município de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.024 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1951.

INDÚSTRIAS

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

INDÚSTRIAS

— Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências.

Decreto n.º 30.342 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO-CLORO S.A.

Concede permissão às seções de fabricação das Indústrias Químicas Eletro Cloro S. A., para funcionarem aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 30.249 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

INDÚSTRIAS REUNIDAS IBIRITÉ SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a empresa de mineração Indústrias Reunidas Ibirité S. A. a lavar dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.159 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

INJÚRIA AO PODER PÚBLICO

Decreto-legislativo n.º 63 — de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1951.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO SUL

Decreto-legislativo n.º 49 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA MEDICINA

Reconhece de utilidade pública o Instituto Brasileiro de História da Medicina.

Lei n.º 1.469-B — de 16 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1951.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CAETANO DE CAMPOS

Concede equiparação ao Conservatório Estadual de Canto Orfeônico anexo ao Instituto de Educação Caetano de Campos, da cidade de São Paulo.

Decreto n.º 30.237 — de 4 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para pagamento das contribuições do Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, referente a 1948, 1949 e 1950.

Lei n.º 1.511 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 33.600,00, para o fim que especifica.

Lei n.º 1.458 — de 15 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1951.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 280.000,00, para atender ao pagamento do auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e às Comissões de Geografia e História da mesma entidade.

Lei n.º 1.467 — de 30 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 33.600,00 para atender ao pagamento de contribuição do Brasil ao Instituto Panamericano de Geografia e História.

Decreto n.º 30.328 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

INSTITUTOS DE ÓLEOS

Fixa normas para aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Óleos.

Lei n.º 1.509 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

INSTITUTOS E CAIXAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Restabelece entre os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, comunidade de serviços médicos para combate à tuberculose e outras moléstias nocivas à coletividade, cria o Conselho de Medicina da Previdência Social e dá outras providências.

Lei n.º 1.532, — de 31 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1952.

INSTITUTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR

Fixa prazo para observância do disposto no Decreto-lei n.º 2.316, de 18 de junho de 1940.

Decreto n.º 30.159 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

INTERPRETAÇÃO DOS CASOS OMISSOS DO CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

— Ver: Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

INTERVENÇÃO NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES AÉREOS

Requisita transitariamente os serviços das empresas de transportes aéreos e dá outras providências.

Decreto n.º 30.269 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a Itapessoca Agro Industrial S. A. a instalar uma usina termo-elétrica em sua fábrica de cimento, na ilha de Itapessoca, município de Goiana, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.

Decreto n.º 30.261 — de 16 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1951.

J

JOGO DO BICHO

Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Lei n.º 1.508 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

JOGO SOBRE CORRIDA DE CAVALOS

Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Lei n.º 1.508 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Altera os arts. 132, 142, 486, 487 e 654, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 1.530 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

— *Estende à Sociedade de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.*

Decreto n.º 30.199 — de 21 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1951.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Cria 9 lugares de desembargador na Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

Lei n.º 1.505 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Dispõe sobre o regime de férias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.*

Lei n.º 1.519 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Estende à cidade de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

Decreto n.º 30.199 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

JUSTIÇA ELEITORAL

Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 4.333.869,80, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, em 1950.

Lei n.º 1.478 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

L

LANMAN & KEMP - BARCLAY & CO. OF BRAZIL

Concede à "Lanman & Kemp-Barclay & Co. of Brazil", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 30.272 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1951.

LEGAÇÕES

Transfere a sede da Legação na Síria.

Decreto n.º 30.081 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

LEGISLATURA

Dá nova redação ao art. 13 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 — Lei Orgânica do Distrito Federal.

Lei n.º 1.448 — de 5 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1951.

Retificada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

LEI DO INQUILINATO

Dá nova redação ao art. 8.º da Lei do Inquilinato.

Lei n.º 1.462 — de 26 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1951.

LEI DO SÊLO

Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular, altera a Lei do Sêlo e dá outras providências.

Lei n.º 1.473 — de 24 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1951.

Reproduzida no D. O. de 26 de novembro de 1951.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Dá nova redação ao art. 13 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 — Lei Orgânica do Distrito Federal.

Lei n.º 1.448 — de 5 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1951.

Retificada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

LIBERADO CONDICIONAL

Altera os arts. 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal, e dá outras providências.

Lei n.º 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Retificada no D. O. de 11 de outubro de 1951.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Decreto legislativo. n.º 56 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

Ver, também, *Lei do Inquilinato*.

**LOTAÇÃO NUMÉRICA DE REPAR-
TIÇÕES**

— Ver o nome do Ministério.

LOTÉRIAS

Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Lei n.º 1.508 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

M**MADEIRA SERRADA DE PINHO
BRASILEIRO**

Aprova as especificações e tabela para a classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro.

Decreto n.º 30.325 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

MANDADO DE SEGURANÇA

Altera disposições do Código de Processo Civil, relativas ao Mandado de Segurança.

Lei n.º 1.533 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro José Celso Lana Santos a pesquisar minério de manganês e associados no município de João Ribeiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.038 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Autoriza a empresa de mineração Mineralurgia Ltda. a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados do município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.070 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— *Autoriza Mineralurgia Limitada a pesquisar minério de ferro, manganês e associados, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.105 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 8.596, de 21 de janeiro de 1942.*

Decreto n.º 30.120 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Vicente de Castro a pesquisar minério de manganês, cassiterita e associados no município de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.155 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

— *Renova o Decreto n.º 27.086, de 25 de agosto de 1949.*

Decreto n.º 30.288 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

MANGANÊS

— *Autoriza a Companhia Meridional de Mineração a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.330 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

MARECHAL DO EXÉRCITO

Investe no posto de Marechal do Exército o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes.

Lei n.º 1.488 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

MARINHA DE GUERRA

Assegura, aos Expedicionários da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência, em igualdade de condições, para nomeações nos concursos a que se submetem.

Lei n.º 1.477 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

— *Fixa os efetivos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e das outras providências.*

Lei n.º 1.531 "A" — de 29 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1951.

MARINHA MERCANTE

Assegura, aos Expedicionários da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, preferência, em igualdade de condições, para nomeações nos concursos a que se submetem.

Lei n.º 1.477 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

MARINHA MERCANTE

— *Dispõe sobre o pagamento das indenizações aos tripulantes, passageiros e guarnições militares dos navios mercantes brasileiros afundados ou avariados em consequência de atos ou riscos de guerra.*

Decreto n.º 30.231 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1951.

MÁRMORES

Autoriza o cidadão brasileiro Orestes Giannetti a pesquisar mármores e associados no município de Ilabrito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 29.219 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 17.524, de 3 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 30.242 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Madalena de Paula a pesquisar mármore e associados no município de Lavras, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.243 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

MATADOUROS

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

MAUÉS & COMPANHIA

Concede à sociedade comercial Maués & Companhia autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.128 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1951.

MÉDICO PSQUIATRA

*Suprime cargo provisório.
(M.E.S. — Q.P.).*

Decreto n.º 30.118 — de 31 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

MICA

Renova o Decreto n.º 26.758, de 7 de junho de 1949.

Decreto n.º 30.029 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— Fica autorizada a cidadã brasileira Melânia Maria Verly a pesquisar mica e associados no município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.193 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

— Renova o Decreto n.º 26.887, de 13 de julho de 1949.

Decreto n.º 30.240 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

MINAS GOIÁS LTDA.

Concede à Minas Goiás Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.101 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

MINERAÇÃO ATLÂNTICA LIMITADA

Concede à Mineração Atlântica Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.207 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

MINERAÇÃO BELA VISTA LIMITADA

Concede à Mineração Bela Vista Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.009 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

MINERAÇÃO LAGOA SECA LTDA.

Concede à Mineração Lagoa Seca Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.103 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

MINERAÇÃO N. MALOUF LIMITADA

Autoriza Mineração N. Malouf Limitada a lavrar areia quartzosa no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.331 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

MINERAÇÃO SULBRASILEIRA LIMITADA.

Autoriza Mineração Sulbrasileira Limitada a pesquisar minério de tungstênio, ilmenita e associados, no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 30.252 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

MINERAÇÃO TEIXEIRA LTDA.

Concede à Mineração Teixeira Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.665 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

MINERALURGIA LTDA.

Autoriza a empresa de mineração Mineralurgia Ltda. a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.070 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

— *Autoriza Mineralurgia Limitada a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 30.105 — de 26 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Decreto-legislativo n.º 57 — de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 30.091 — de 24 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1951.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 30.266 — de 11 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 49 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

— Decreto-legislativo n.º 50 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

— Decreto-legislativo n.º 54 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

— Decreto-legislativo n.º 56 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

— *Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura.*

Lei n.º 1.489 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

— *Altera a lotação de repartições do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 30.169 — de 18 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1951.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 30.218 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1951.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto legislativo n.º 36 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— Decreto-legislativo n.º 38 — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Decreto-legislativo n.º 39* — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 40* — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 41* — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 42* — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 43* — de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 44* — de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951.

— *Inclui no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde 11 cargos de professor padrão O.*

Lei n.º 1.476 — de 30 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Altera a lotação do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 30.032 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1951.

— *Altera as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar da Universidade do Brasil.*

Decreto n.º 30.152 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1951.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n.º 30.337 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Decreto-legislativo n.º 47 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 48* — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-legislativo n.º 51 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 59* — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

— *Decreto-legislativo n.º 71* — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas abrangidas pela variante, ligando Campo Maior a Altos, no Estado do Piauí.*

Decreto n.º 30.139 — de 6 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1951.

MISSÃO MILITAR BRASILEIRA EM BERLIM

Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para atender às despesas da Missão Militar Brasileira em Berlim.

Decreto n.º 30.204 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

MONUMENTOS.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para ocorrer as despesas de um monumento a ser oferecido à cidade Brasil, nos Estados Unidos da América.

Lei n.º 1.475-A — de 27 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

MORAIS, LUZ LTDA.

Decreto-legislativo n.º 72 — de Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

MOTOR NATAN COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LIMITADA

Concede à Sociedade "Motor Natan Comércio e Navegação Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.129 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

MUNICÍPIOS

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

N

NAVERRAS S. A. (COMÉRCIO DE PETRÓLEO)

Concede à "Navebras S. A. (Comércio de Petróleo)" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.147 — de 8 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

NAVEGAÇÃO

Dispõe sobre o reaparelhamento e ampliação dos portos nacionais e da navegação.

Decreto n.º 30.334 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

NAVEGAÇÃO ARTHUR DONATO LIMITADA

Concede à Sociedade "Navegação Arthur Donato Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.095 — de 20 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

NAVEGAÇÃO MOURA VASQUEZ LIMITADA

Concede à Sociedade "Navegação Moura Vasquez Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.131 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

NAVEGAÇÃO RODOLPHO SOUZA LIMITADA

Concede à sociedade "Navegação Rodolpho Souza Limitada" autorização para continuar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.170 — de 16 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

NAVEGAÇÃO TAQUARA LIMITADA

Concede à sociedade "Navegação Taquara Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.228 — de 30 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

NAVUNIDOS NAVEGAÇÃO S.A.

Concede à "Navunidos Navegação S. A." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.246 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

NÚCLEO COLONIAL "PAPUCAIA"

Cria o Núcleo Colonial "Papucaia" no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.077 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

O**OBSERVADOR METEOROLÓGICO**

Suprime cargos extintos.

(M. A. — Q. S.).

Decreto n.º 30.043 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

OCRE

Autoriza o cidadão brasileiro Chápyr Ferreira a lavrar ocre nos municípios de Belo Horizonte e Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.145 — de 7 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Hilário de Oliveira a lavrar ocre no município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.184 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

OFICIAIS DA AERONAUTICA

Dá nova redação do art. 2.º do Decreto n.º 29.122, de 12-1-1951.

Decreto n.º 30.135 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

OFICIAIS DA ARMADA

Dá nova redação ao inciso V do § 2.º, do art. 39, do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Decreto n.º 30.233 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

OFICIAIS DO CORPO DA ARMADA

Fixa os efetivos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

Lei n.º 1.531 "A" — de 29 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1952.

OPERADOR DE SERVIÇOS MECANOGRÁFICOS

Decreto Legislativo n.º 37, de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

OPERADORA DE CADASTRO E ESTATÍSTICA MECANIZADA

Decreto Legislativo n.º 69 — 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Retifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União, para 1951, a fim de atender à despesa com ampliação de refinarias de petróleo.

Lei n.º 1.469 — de 5 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de novembro de 1951.

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício de 1952.

Lei n.º 1.487 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1951.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Modifica os incisos 1 e 2 da Lei número 1.249, de 1 de dezembro de 1950.

Lei n.º 1.495 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

ORDEM DO MÉRITO NAVAL

Altera a redação do art. 1.º do Regulamento para a Ordem do Mérito Naval.

Decreto n.º 30.117 — de 30 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1951.

ORGANIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições do Brasil, em 1950, a organismos internacionais.

Lei n.º 1.466 — de 5 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de novembro de 1951.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições do Brasil, em 1950, a organismos internacionais.

Lei n.º 1.468 — de 5 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de novembro de 1951.

OURO

Autoriza o cidadão João Natalício de Almeida a pesquisar minério de ouro, diamante e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.039 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro José Cesar de Farias Filho a pesquisar minério de ouro no município de Princesa Isabel, Estado da Paraíba.

Decreto n.º 30.041 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

Declara sem efeito o Decreto número 24.762, de 6 de abril de 1948.

Decreto n.º 30.287 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

P

PANAMBRA S.A. IMPORTADORA E EXPORTADORA PANAMERICANA BRASILEIRA

Autoriza a Panambra S. A. Importadora e Exportadora Panamericana Brasileira a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.088 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

PATRONATOS

Altera os arts. 63 do Código Penal e 725 do Código de Processo Penal, e dá outras providências.

Lei n.º 1.431 — de 12 de setembro de 1951.

Retificada no D. O. de 11 de outubro de 1951.

PECUARISTAS

Suspende o pagamento das prestações a que estão obrigados os pecuaristas reajustados em face da Lei número 1.602, de 24 de dezembro de 1949, nos municípios compreendidos no Polígono da Sêca.

Lei n.º 1.482 — de 3 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

PEDRAS CORADAS

Declara caduco o Decreto n.º 19.232, de 19 de julho de 1945.

Decreto n.º 30.096 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Antônio Pinto de Figueiredo a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.004 — de 30 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1951.

Autoriza a Panambra S. A. Importadora e Exportadora Panamericana Brasileira a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.088 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

Autoriza Otávio Rodrigues da Silva a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.275 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

PENSÕES

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Albino Joaquim de Almeida, falecido em virtude de acidente em serviço.

Lei n.º 1.510 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

Concede pensão especial à viúva e filhos de Pedro Ferreira da Silva.

Lei n.º 1.514 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

Concede pensão especial a Antônia Benevides dos Santos, na importância de Cr\$ 212,10 mensais.

Lei n.º 1.515 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

PENSÕES

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Euripedes Nunes dos Santos, falecido em virtude de acidente em serviço.

Lei n.º 1.528 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Humberto Mota Espazim, falecido em virtude de acidente em serviço.

Lei n.º 1.529 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

Concede a pensão especial de Cr\$ 1.500,00 mensais ao Maestro Carlos Mesquita.

Decreto n.º 30.354 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

PERCENTAGENS ATRIBUÍDAS A AGENTES FISCAIS DO IMPÓSTO DE CONSUMO

Ver: Agentes Fiscais do Imposto de Consumo.

PESQUISAS

Ver o nome do elemento pesquisado.

PETRÓLEO

Declara caduca a autorização outorgada ao cidadão brasileiro Antônio Marques de Sousa, pelo Decreto número 28.238, de 12 de junho de 1950, para pesquisador jazidas de petróleo e gases naturais — classe X — no Município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.140 — de 6 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1951.

Dispõe sobre órgãos técnicos de exploração de petróleo.

Decreto n.º 30.161 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ver: *Estado do Rio Grande do Sul*.

PLANO SALTE

Modifica a Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, e dá outras providências (Plano Salte).

Lei n.º 1.504 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1951.

PLANOS DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Aprova os planos de obras contra as secas e dá outras providências.

Decreto n.º 30.355 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

PODER JUDICIÁRIO

Abertura de Crédito — Ver:

Crédito Especial e Crédito Suplementar.

PORTOS

Decreto Legislativo n.º 51 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento de capacidade de armazenamento, frigoríficos e matedouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento das indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

PORTOS

Aprova novo orçamento para execução de obras no porto de Santos.

Decreto n.º 30.058 — de 15 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 31 de outubro de 1951.

Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias portuários e consertadores de carga, nos portos nacionais e dá outras providências.

Decreto n.º 30.078 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

Dispõe sobre o reaparelhamento e ampliação dos portos nacionais e da navegação.

Decreto n.º 30.334 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

POTÁSSIO

Autoriza o cidadão brasileiro Antenor Diogo Valim a pesquisar minério de potássio e associados, no município de Aguas da Prata, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.186 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

PRÁTICO DE LABORATÓRIO

Suprime cargos extintos.

(M. A. — Q. S.).

Decreto n.º 30.047 — de 4 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

PRATICOS DE FARMÁCIA

Autoriza aos que tiverem cinco anos de prática de farmácia, licença para abrir farmácia em localidade onde nenhuma houver estabelecida com farmacêutico diplomado.

Lei n.º 1.472 — de 22 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1951.

PRAZOS

Fixa prazo para observância do disposto no Decreto-lei n.º 2.316, de 18 junho de 1940.

Decreto n.º 30.159 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

Dilata o prazo que menciona.

Decreto n.º 30.286 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

PREFEITURAS

Resolução n.º 23 — de 1951.

Publicada no D. O. — de 20 de dezembro de 1951.

Abre o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura de Blumenau.

Lei n.º 1.487-A — de 7 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. — de 14 de dezembro de 1951.

Autoriza a doação de um terreno da União à Prefeitura Municipal de São Paulo.

Decreto n.º 30.259 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a ceder uma área de terreno à Prefeitura Municipal de Carandá, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.340 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

PROBERIL S.A. — PRODUTOS DE BERILO

Concede à "Proberil S. A. — Produtos de Berilo" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.066 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

PRODUTOS NECESSÁRIOS AO CONSUMO DO POVO

Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

Lei n.º 1.522 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

PROFESSORES

Inclui no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde 11 cargos de professor, padrão O.

Lei n.º 1.476 — de 30 de novembro de 1951.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projeto e orçamento para a construção do 5.º trecho da ligação ferroviária Salgado-Lagarto — Simão Dias-Paripiranga — Jeremoabo- Paulo Afonso.

Decreto n.º 30.030 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

Aprova projeto e orçamento para ampliação do armazém de carga da estação de Aquidauana, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n.º 30.082 — de 22 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projeto e orçamento para a construção do 4.º trecho da ligação ferroviária Salgado-Lagarto — Simão Dias-Paripiranga-Jeremoabo — Paulo Afonso.

Decreto n.º 30.136 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

Aprova projeto e orçamento para construção de variante da ligação ferroviária Lima Duarte — Bom Jardim, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.158 — de 12 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

PROMOÇÕES

Dá nova redação do inciso V do § 2.º, do art. 39, do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1933.

Decreto n.º 30.293 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

PROTEÇÃO DAS OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

Decreto Legislativo n.º 59 — de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

Q

QUARTZO

Renova o Decreto n.º 26.758, de 7 de junho de 1949.

Decreto n.º 30.628 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

Declara caduco o Decreto n.º 19.232, de 19 de julho de 1945.

Decreto n.º 30.096 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Simeão Ferreira de Oliveira a pesquisar quartzo e associados no município de Itamarandiba, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.176 — de 17 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Tórres Lima a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto n.º 30.209 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro Caelano Tórres Lima, a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto n.º 30.224 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

Autoriza o cidadão brasileiro André Ferreira Silva a pesquisar quartzo e associados, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.307 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

R

RADIO CLUBE DO PIAUÍ LIMITADA

Cutorga concessão à Rádio Clube do Piauí Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias em Teresina, Estado do Piauí.

Decreto n.º 30.186 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

RADIODIFUSÃO

Decreto Legislativo n.º 71 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

Outorga concessão a Fundação Rádio Mauá para estabelecer uma estação de frequência tropical.

Decreto n.º 30.110 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

Outorga concessão à Rádio Clube do Piauí Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias em Teresina, Estado do Piauí.

Decreto n.º 30.196 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

RADIO SOCIEDADE MURIAÉ LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 71 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

RADIOTELEFONIA

Outorga concessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para instalar estação radiotelegráfica e telefônica e dá outras providências.

Decreto n.º 30.198 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

RADIOTELEGRAFIA

Outorga concessão ao Governo do Território do Guaporé, para instalar uma estação radiotelegráfica nesta Capital.

Decreto n.º 30.124 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

RADIOTELEGRAFIA

Outorga concessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para instalar estações radiotelegráfica e telefônica e dá outras providências.

Decreto n.º 30.108 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

REAPARELHAMENTO DE PORTOS

Ver: Portos.

RECOLHIMENTO DE NOTAS

Marca o prazo de seis meses para a substituição, por notas de Tesouro, das emitidas pela extinta Caixa de Estabilização.

Decreto n.º 30.057 — de 11 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

RÊDE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Declara de utilidade pública, para desapropriação, pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina, a área de terreno necessária ao acesso às suas linhas.

Decreto n.º 30.341 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

REFINARIAS DE PETRÓLEO

Retifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União, para 1951, a fim de atender à despesa com ampliação de refinarias de petróleo.

Lei n.º 1.469 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1951.

REGIMENTOS

Resolução n.º 23 — de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

REGISTROS

Decreto Legislativo n.º 72 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

REGULAMENTOS

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 15, do Decreto-lei número 4.014, de 13 de janeiro de 1942, que regulamenta o exercício das funções dos despachantes aduaneiros e seus ajudantes.

Lei n.º 1.486 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

Dá nova redação ao art. 22 do Decreto n.º 28.356, de 10 de julho de 1950.

Decreto n.º 30.056 — de 8 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1951.

Dá nova redação do Capítulo VIII do Regulamento do Tráfego Aéreo, aprovado pelo Decreto n.º 8.352, de 9-12-1941.

Decreto n.º 30.111 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

Altera a redação do art. 1.º do Regulamento para a Ordem do Mérito Naval.

Decreto n.º 30.117 — de 30 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1951.

Aprova o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha (CIORM).

Decreto n.º 30.127 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências.

Decreto n.º 30.163 — de 12 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil Sociedade Anônima.

Decreto n.º 30.190 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

Altera dispositivos do Regulamento para o Colégio Naval.

Decreto n.º 30.217 — de 23 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1951.

— Aprova Regulamento para pesquisa e lavra de minerais de interesse para a produção de energia atômica.

Decreto n.º 30.230 — de 1 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1951.

— Revoga dispositivos do Regulamento da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

Decreto n.º 30.245 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

— Aprova o Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto n.º 30.625 — De 11 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

— Dá nova redação ao inciso V do § 2.º, do art. 39, do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto número 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Decreto n.º 30.293 — De 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1951.

— Cria comissão para elaborar o projeto de Regulamento da Lei número 1.411, de 13 de agosto de 1951.

Decreto n.º 30.353 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1951.

REGULARIZAÇÃO DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA

Regulariza a situação dos ocupantes de lotes de terrenos da Vila Turismo, no Distrito Federal, Estação Carlos Chagas.

Lei n.º 1.464 — de 30 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1951.

REPARTIÇÃO SANITÁRIA PANAMERICANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.859.589,00, a fim de atender ao pagamento de contribuições do Brasil, em 1950, a organismos internacionais.

Lei n.º 1.463 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1951.

REPRESENTAÇÕES GELCOMAR LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 40, de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Altera os arts. 132, 142, 486, 487 e 654, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 1.530 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1951.

REUNIÃO CONGRESSUAL

Antecipa a data da Reunião Congressual dos dirigentes das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior.

Decreto n.º 30.318 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1951.

REUNIÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, para atender no corrente exercício, às despesas destinadas a participação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.

Lei n.º 1.475 — de 28 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1951.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 1.500.000,00 suplementar à Verba 3 — I — 31 — 01 — 1 — a), para atender no corrente exercício a despesas com a Representação do Brasil em congressos, conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro.*

Decreto n.º 30.273 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

REVISOR DE PROVAS

Reestrutura carreiras privativas do Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Lei n.º 1.455 — de 10 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1951.

S

S. MANELA & COMPANHIA LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 49, de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

SALÃO NACIONAL DE ARTE MODERNA

Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Arte Moderna, e dá outras providências.

Lei n.º 1.512 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

SALÁRIO

Ver Vencimentos.

SALÁRIO MÍNIMO

Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências.

Decreto n.º 30.342 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

SANIDADE VEGETAL

Decreto Legislativo n.º 62, de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

SAPROPELITO

Autoriza os cidadãos brasileiros João Ferreira da Fonseca e Aurino Ferreira a pesquisar argila, sapropelito e associados no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.313 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Estabelece a Semana Nacional de Educação.

Lei n.º 1.434 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1951.

SENADO FEDERAL

Resolução n.º 23 — de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

— *Abertura de Crédito* — Ver.
Crédito especial e Crédito Suplementar.

SENCO — SOCIEDADE DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 43, de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA

Decreto Legislativo n.º 41, de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1951.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DO AMAZÔNIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, destinado ao pagamento dos servidores da Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará.

Lei n.º 1.436 — de 8 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1951.

SERVIÇOS DE FORÇA E LUZ DA CIDADE DE MANAUS

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para auxílio às obras e instalações dos serviços de força e luz da cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Lei n.º 1.490-A — de 14 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

SERVIDORES DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

Autoriza a alienação aos servidores do Território Federal do Guaporé e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de imóveis residências, de alvenaria, pertencentes ao Patrimônio Nacional, localizados nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, e dá outras providências.

Lei n.º 1.455-A — de 11 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1951.

SILVA & COMPANHIA

Concede à sociedade comercial "Silva & Companhia" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.202 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1951.

SISTEMAS DE TRANSPORTESVer: *Transportes***SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS LÓIDE ATLÂNTICO***Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da S. A. de Seguros Lóide Atlântico.*

Decreto n.º 30.273 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA FÔRÇA E LUZ VERA CRUZ*Outorga à S. A. Fôrça e Luz Vera Cruz concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Sant'Ana, 10.º Distrito do Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 29.266 — de 15 de fevereiro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

SOCIEDADE ANÔNIMA MÁRMORES BRASILEIROS SAMBRA*Retifica o art. 1.º do Decreto número 17.524, de 3 de janeiro de 1945.*

Decreto n.º 30.242 — de 5 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1951.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LIMITADA*Concede à "Sociedade Brasileira de Mineração Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 30.130 — de 3 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

SOCIEDADE CONSTRUTORA POTY LIMITADA*Concede à Sociedade Construtora Poty Ltda. (Socopo) autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 30.100 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

SOCIEDADE E COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 59 — de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

SOCIEDADE MÚTUA CATARINENSE DE SEGUROS GERAIS*Aprova, com modificação, os Estatutos da Sociedade Mútua Catarinense de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 30.226 — de 30 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

SOCIEDADE UNIÃO DAS CLASSES DE POÇÕES*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento da contribuição devida à Sociedade União das Classes, de Poções, no Estado da Bahia, nos termos do acórdão firmado em 9 de setembro de 1948.*

Lei n.º 1.455-D — de 11 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1951.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA*Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.*

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

SOMAG — SOCIEDADE ENGENHARIA LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 60 de 1951

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

STONE & WEBSTER CONSTRUCTION COMPANY

Concede à "Stone & Webster Construction Company" autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 30.095 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1951.

SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS ELEITORAIS

Ver: *Titulos Eleitorais.*

SUBVENÇÕES

Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções.

Lei n.º 1.493 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1951.

— *Concede subvenções extraordinárias a entidades desportivas.*

Decreto n.º 30.166 — de 14 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1951.

SUPRESSÃO DE CARGOS

Ver o nome do cargo suprimido.

T

T. LOURENÇO JÚNIOR & COMPANHIA LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 73 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

TABELAS

Ver: *Extranumerários.*

TABELAS PARA CLASSIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO CÔCO

Aprova nova tabela para classificação e fiscalização da exportação de côco.

Decreto n.º 30.063 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1951.

Retificado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

TALCO

Renova o Decreto n.º 26.953, de 26 de julho de 1949.

Decreto n.º 30.144 — de 7 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1951.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Pedro Heitor Dante Violani a pesquisar talco no município de Boacaina do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 30.309 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

TAQUÍGRAFO-SECRETARIO

Decreto Legislativo n.º 47 — de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1951.

TERRENOS DE MANGUE

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de mangue (extinto) que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n.º 30.276 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona situado na Capital da República.

Decreto n.º 30.172 — De 16 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1951.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 30.270 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1951.

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio de 1949 a 1953.

Lei n.º 1.503 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1951.

TERRITÓRIO DO GUAPORÉ

Outorga concessão ao Governo do Território do Guaporé, para instalar uma estação radiotelegráfica nesta Capital.

Decreto n.º 30.124 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1951.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio de 1949 a 1953.

Lei n.º 1.503 — de 15 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

— *Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a pesquisar casiterita e associados no município do Amapá, Território Federal do Amapá.*

Decreto n.º 30.026 — de 29 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

TESOUREIRO-AUXILIAR

Suprime cargo extinto.

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 30.233 — de 3 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

Concede à "The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited" autorização para continuar na República.

Decreto n.º 30.297 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

— *Concede à "The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 30.201 — de 22 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1951.

TÍTULOS ELEITORAIS

Aplica a outras eleições, que se sucedam, enquanto não se der a substituição dos títulos eleitorais em vigor, o disposto no § 3.º do art. 197 da Lei n.º 1.164, de 25 de julho de 1950.

Lei n.º 1.447, de 5 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1951.

Retificada no D. O. de 5 de dezembro de 1951.

TRABALHOS MARÍTIMOS

Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferências de carga e descarga, vigias portuárias e consertadores de carga, nos portos nacionais e dá outras providências.

Decreto n.º 30.078 — De 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

TRÁFEGO AÉREO

Dá nova redação ao Capítulo VIII do Regulamento do Tráfego Aéreo, aprovado pelo Decreto n.º 8.352, de 9 de dezembro de 1941.

Decreto n.º 30.111 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1951.

TRANSMARITIMA COMERCIAL S.A.

Concede a "Transmaritima Commercial S. A." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.054 — de 8 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1951.

TRANSPORTES

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operação de crédito até o limite de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares), destinados ao reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento de capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias e agricultura.

Lei n.º 1.518 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

TRANSPORTES AÉREOS

Decreto Legislativo n.º 52 — de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1951.

— Decreto Legislativo n.º 61 — 1951.

— Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1951.

TRATADOS

Decreto Legislativo n.º 45 — 1951.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1951.

TUNGSTÊNIO

Autoriza Mineração Sulbrasileira Limitada, a pesquisar minério de tungstênio, ilmenita e associados no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 30.252 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

U

UNIFORMES

Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências.

Decreto n.º 30.163 — de 13 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

UNIVERSIDADES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à Universidade de São Paulo.

Lei n.º 1.475-B — de 27 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1951.

— *Altera as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar da Universidade do Brasil.*

Decreto n.º 30.152 — de 9 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1951.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno, em Porto Alegre, destinado à Cidade Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 30.343 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

USINA QUEIROZ JUNIOR S.A.

Fica autorizada a Usina Queiroz Júnior S. A. a pesquisar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.069 — de 17 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1951.

V

VANÁDIO

Fica autorizada a Cia. Técnica de Industrialização Exportação de Minérios e Produtos do Brasil — "Cotiemb" — a pesquisar minérios de chumbo, vanádio, zinco e associados no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.332 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

VENCIMENTOS

Retifica a Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e dá outras providências.

Lei n.º 1.490 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1951.

— *Fixa os vencimentos dos dirigentes e servidores da Caixa Econômica Federal da Paraíba.*

Decreto n.º 30.093 — de 25 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1951.

VETO DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Resolução n.º 23 — de 1951.

Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1951.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 30.175 — de 17 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1951.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00 para pagamento de despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948.

Lei n.º 1.525 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1951.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRA

— *Aprova projeto e orçamento para a construção do 5.º trecho da ligação ferroviária Salgado - Lagarto - Simão Dias - Paripiranga - Jeremoabo - Paulo Afonso.*

Decreto n.º 30.030 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária.*

Decreto n.º 30.031 — de 1 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1951.

— *Aprova projeto e orçamento para a construção do 4.º trecho da ligação ferroviária Salgado - Lagarto - Simão Dias - Paripiranga - Jeremoabo - Paulo Afonso.*

Decreto n.º 30.136 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária.*

Decreto n.º 30.137 — de 5 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1951.

VIGIAS PORTUÁRIOS

— *Dispõe sobre o ingresso de ex-combatentes nas categorias de estivadores, conferentes de carga, e descarga, vigias portuários e consertadores de carga, nos portos nacionais e dá outras providências.*

Decreto n.º 30.072 — de 19 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1951.

VILA TURISMO

Regulariza a situação dos ocupantes de lotes de terrenos da Vila Turismo, no Distrito Federal, Estação Carlos Chaga.

Lei n.º 1.464 — de 30 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1951.

W

W. M. JACKSON, INC.

Concede à sociedade anônima "W. M. Jackson, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 30.271 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1951.

Z

ZELADOR

Suprime cargo provisório.
(M.E.S. — Q.P.).

Decreto n.º 30.090 — de 23 de outubro de 1951.

Publicada no D. O. de 6 de novembro de 1951.

ZINCO

Fica autorizada a Cia. Técnica de Industrialização Exportação de Minérios e Produtos do Brasil — "Cotiembo" — a pesquisar minérios de chumbo, vanádio, zinco e associados no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.332 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1951.

ZIRCÔNIO

Autoriza a Companhia Geral de Minas a lavar minério de zircônio no município de Parreiras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.290 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1951.

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952